



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



TATIANE OLIVEIRA DA CUNHA

**LIBERDADE RELIGIOSA EM QUESTÃO NO BRASIL:
PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES E IMPRENSA NOS
CONFLITOS ENTRE CATÓLICOS E PROTESTANTES
EM SERGIPE (1867– 1927)**

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

TATIANE OLIVEIRA DA CUNHA

**LIBERDADE RELIGIOSA EM QUESTÃO NO BRASIL: práticas,
representações e imprensa nos conflitos entre católicos e protestantes em Sergipe
(1867-1927)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História, sob a orientação do Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira.

Rio de Janeiro
2021

C972 Cunha, Tatiane Oliveira da
LIBERDADE RELIGIOSA EM QUESTÃO NO BRASIL:
práticas, representações e imprensa nos
conflitos entre católicos e protestantes em
Sergipe (1867-1927) / Tatiane Oliveira da
Cunha. -- Rio de Janeiro, 2021.
455

Orientador: Anderson José Machado de Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-
Graduação em História, 2021.

1. Catolicismo. 2. Protestantismo. 3. Imprensa
Periódica. 4. Liberdade Religiosa. 5. Brasil. I.
Oliveira, Anderson José Machado de, orient. II.
Título.

TATIANE OLIVEIRA DA CUNHA

**LIBERDADE RELIGIOSA EM QUESTÃO NO BRASIL: práticas,
representações e imprensa nos conflitos entre católicos e protestantes em Sergipe
(1867-1927)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História, sob a orientação do Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira.

Aprovada em 06 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO

Profª Drª Claudia Rodrigues – Membro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO

Profª Drª Maria de Deus Beites Manso – Membro
Universidade de Évora – PPGH/UEv

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos – Membro
Universidade Federal do Maranhão - PPGH/UFMA

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa – Membro
Universidade Federal de Sergipe – PPGH/UFS

A meus pais Maria e Juarez pelo amor dedicado à família.

A meu esposo Antônio Marcos pelo companheirismo.

A meu filho Mateus, luz que irradia a nossa família.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Estrada

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei, ei
Ei, ei, ei, ei, ei, ei, ei, ei [...].

Essa estrofe da música *A Estrada*, Cidade Negra, representa em parte os desafios enfrentados por uma mulher, professora, esposa e mãe, que se propôs a cursar o doutorado, surpreendida, ainda, com as tristezas e incertezas de uma pandemia em curso. Não foi fácil chegar até aqui, mas certamente tornou-se uma experiência inesquecível, daquelas que são quase indescritíveis. Talvez, um misto de alegria e tristeza, certeza e incerteza, coragem e medo, desânimo e superação, e, por fim, resiliência e fé.

Como parte dessa experiência pude contar com o apoio de muitas pessoas: familiares, amigos e aquelas as quais conheci no percurso dessa estrada acadêmica. Estrada marcada por espinhos e flores. Sem dúvidas foi o perfume e a beleza das mais variadas flores que me permitiram sentir-me viva e, extremamente, feliz ao chegar até aqui. A palavra gratidão resume o momento. Ressalto que a exaustão mental não permitirá que apareça o nome de todas as pessoas que foram importantes nessa caminhada, mas sem dúvidas, todas elas ao lerem esse texto sentirão o seu perfume a exalar.

Agradeço primeiro ao Criador por me conceder a paciência necessária para superar os momentos difíceis; por colocar no meu caminho pessoas tão especiais, e, principalmente, por estar viva e vacinada, desfrutando do amor de minha família. Privilégio que muitos não têm, diante do triste cenário marcado por mais de 500 mil mortos no Brasil.

Agradeço a Mateus, meu filho amado, que cresceu no fazer-se dessa tese. A você eu só tenho a agradecer pelos abraços, beijos, sorrisos, e até mesmo pelas diversas vezes que fechou o note book, indagando: – Mamãe você pode parar um pouquinho para brincar com seu filho? Certamente foram as nossas brincadeiras que renovaram as minhas energias dia a dia. Filho, finalmente, posso responder a sua insistente pergunta: – Mamãe

você já terminou o seu doutorado? – Sim, eu coloquei um ponto final. Partiu brincadeiras de quebra-cabeça, leituras, cineminha e muita imaginação na construção das cabaninhas.

A Marcos, meu amor eterno, sem você tudo teria sido mais difícil. Foi com você que compartilhei as minhas incertezas, meus medos e angústias. Foi você que me fortaleceu nos momentos de angústias e incertezas. Era para você que eu ligava do aeroporto do Rio de Janeiro para dizer que estava chegando, mesmo sabendo que passaria mais uma noite distante de você e de meu filho, à época com dois anos. Foi a você que eu confiei nosso maior tesouro, Mateus. Obrigada meu amor.

A meus pais, Maria e Juarez, que eu amo desde o meu existir. Obrigada pelo carinho, preocupação e conselhos. Obrigada pelas orações e energias positivas. Finalmente, poderemos visitá-los com mais frequência para desfrutarmos do ar puro do campo em família. Meu amor por vocês é infinito.

À minhas irmãs, Catiane, Liliane e Maria José pelo apoio, companheirismo e pelos presentes: Emilly Victória, Elisa, Pedro Lucas e Laura Maria. A meus cunhados Diego e Ronilson pela amizade de irmão. As primas, Isabela e Graciele e ao primo Wesley, pelo carinho fraterno. A meu irmão, o eterno Carlinhos (*in memorian*) pela presença constante em minha vida.

A meus avós maternos Maria (Lerinda) e Aristides (ambos *in memorian*), e a meus avós paternos Manuel (*in memorian*) e Maria, pelo amor dedicado à família. Foi com vovó Maria que, ainda, criança assisti as missões que Frei Damião de Bozano realizou na sede municipal de Ribeirópolis. Sua admiração pelo missionário ainda se faz presente na imagem de gesso, representando o frade, que compõe seu oratório de quarto.

A Elza, minha sogra querida, em nome da qual agradeço a meus cunhados e cunhadas pelo carinho e orações.

À minha vizinha maravilhosa, Maíra, pela amizade construída a partir da amizade de Mateus e Davi. Nunca esquecerei dos lanches saborosos, em especial dos bolos regados a café, com os quais você me presenteava nas tardes dedicadas a escrita. Em seu nome agradeço a todas as amigas que mesmo distante sempre estiveram presentes em forma de oração, axé e luz: Marineusa, Anaína, Luciene, Cleide, Suzi e Luza.

Agradeço ainda, aos amigos conquistados na Universidade, Alaíze e Ronald. Meu muito obrigada pelo incentivo e por compartilhar momentos de aprendizagem, angústias e incertezas. Em nome deles eu agradeço a todos os outros amigos com os quais as Universidades me presentearam.

A Val, uma amiga mãe, que chegou na hora mais difícil. Seu carinho expressado de todas as formas, inclusive no café preparado com muito amor, estimulou a reta final da escrita.

Agradeço ao médico George Lemos Andrade (ortomolecular) e a Henrique pela amizade e pelas doses contínuas de vitaminas administradas ao longo desses anos de tese. Elas fortaleceram o corpo e a alma. Agradeço, ainda, aos médicos, Edileuza dos Anjos e Cléverton Oliveira pelas orientações médicas e pelo carinho familiar.

A trajetória da pesquisa é marcada por relações humanas. É verdade que o momento da escrita requer concentração e silêncio, mas o universo da pesquisa não se resume a clausura e solidão. Foram muitas as vezes que solicitei o auxílio de pessoas que trabalhavam nos arquivos, nas bibliotecas, nos templos, sejam eles católicos ou presbiterianos, e até em acervos digitais. É por essa razão que venho a agradecer a todas as pessoas que me auxiliaram com muita gentileza. É impossível falar de todas elas, mas algumas não podem ficar somente nas minhas memórias. Certamente em nome delas outras sentirão a minha gratidão.

Minha gratidão à Assunção e Seu Tito, em nome deles, eu agradeço a todos os funcionários dos lugares de pesquisa de Sergipe, trilhados ao longo da minha trajetória acadêmica: Arquivo Público do Judiciário, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Biblioteca Municipal de Ribeirópolis.

Minha gratidão a Frei Ulisses Bandeira, Frei João Paulo e Daniel de Bolonha, que gentilmente me auxiliaram na pesquisa do mestrado. Muitos documentos foram importantes para o desenvolvimento dessa tese.

A Frei Almir Silva responsável pelo Arquivo Histórico dos Capuchinhos no Rio de Janeiro, pela gentileza com que permitiu o acesso aos documentos referentes aos frades que missionaram em Sergipe.

Agradeço a Antônio Curvelo Pereira, da Igreja Presbiteriana de Aracaju, pelo carinho que me recebeu em seu lar para conversarmos sobre os presbiterianos. Na sua agradável companhia pude assistir a um culto e conhecer as instalações do templo Presbiteriano de Aracaju, localizado na rua Laranjeiras. Foi na sua companhia que desfrutei de uma tarde regada as histórias contadas pelas irmãs Yara, Yucema e Avani, as quais sou grata.

Ao reverendo Cid Pereira Caldas, pastor efetivo da Igreja Presbiteriana de Botafogo (Rio de Janeiro) pela permissão a pesquisa nos livros de Atas do Presbitério do

Rio de Janeiro. Agradeço, ainda, a Nelson de Paula Pereira, pelas conversas sobre o presbiterianismo que tivemos na Igreja Presbiteriana de Botafogo, e a Leila. Em seu nome agradeço a todos que me acolheram naquele templo, facilitando a pesquisa.

A Raul, Aline e Charles da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro pelas informações prestadas e por intermediar o contato com o reverendo Cid Caldas. Em nome deles, agradeço a todos que me permitiram conhecer as instalações do templo e o memorial. Ainda agradeço o presente recebido na ocasião, o livro que trata da História da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Meu muito obrigada a todos.

Agradeço a Valquíria Moutinho de Menezes, redação da revista Voz Missionária, que gentilmente, enviou-me, por e-mail, uma matéria que necessitava para a tese.

Devo ressaltar que não teria chegado até aqui sem os professores que fizeram parte da minha trajetória. Por esta razão rememoro a minha primeira professora, Maria Lúcia Nascimento Andrade, por lecionar com tanto amor. Foi com ela, na Escola Municipal Dalila Alves da Cruz, povoado Serraria do município de Ribeirópolis, que passei a amar os livros, a princípio, de literatura infantil. Em seu nome, agradeço a meus professores do Colégio Municipal Josué Passos, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Agradeço, imensamente, à amiga e professora, Mônica Luzia Santana de Jesus Barreto, pelo carinho dedicado à revisão ortográfica desse texto. Em seu nome e do amigo e professor, Givaldo Santos de Jesus, estendo minha gratidão à família do Colégio Municipal Josué Passos, da qual me sinto honrada por fazer parte do corpo docente.

Às professoras Vanusia Maria dos Santos Oliveira e Lígia Monteiro da Silva Faria, minhas amigas. Em nome delas agradeço à família do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela.

Aos discentes da Educação Básica dos Colégios Josué Passos e Petrônio Portela, desejando que essa tese sirva de inspiração e reflexão.

Agradeço, ainda, as Secretarias de Educação do município de Ribeirópolis e do Estado de Sergipe pela concessão da licença para a realização do doutorado. Bem como aos funcionários que, gentilmente, me orientaram em cada etapa burocrática.

Agradeço, imensamente, ao orientador dos meus primeiros projetos desenvolvidos na UFS, Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, pelo incentivo, pela indicação de referências, empréstimos de livros e fontes. Agradeço ainda a oportunidade de participar como ouvinte das três disciplinas ministradas aos discentes do mestrado, bem como pelas

muitas conversas sobre a história de Sergipe e pela participação nos eventos e grupo de pesquisa. Muito obrigada.

À professora Dr^a. Edilece Couto, minha orientadora da dissertação de mestrado cursado pela UFBA, pelo carinho e profícua orientação. Expresso a minha gratidão.

Agradeço, imensamente, ao professor Dr. Anderson José Machado de Oliveira da UNIRIO por ter acreditado no meu projeto. Agradeço, ainda, pelo envio e indicação de uma vasta bibliografia, pelas críticas construtivas, excelentes correções e sugestões na produção do texto, que certamente contribuíram no aprimoramento dessa tese. Gratidão por tudo, em especial, por compreender os momentos de angústias com muita humanidade. Muito obrigada.

Agradeço, ainda, aos professores das disciplinas cursadas na UNIRIO, Dr. Flávio Limonic que abriu espaço para a discussão religiosa nos debates a respeito dos conceitos de Nação e de Estado Nação. Bem como as professoras Dra. Beatriz Catão Cruz Santos e Dra. Jacqueline Hermann pelas discussões mais teórico-metodológicas mediadas na disciplina “Religião e Religiosidades: interdisciplinaridade e historiografia”, cursada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Agradeço à queridíssima Priscila Luvizotto, secretária do (PPGH/UNIRIO) pela gentileza com que sempre se dispôs a sanar às minhas dúvidas.

Agradeço à Banca de Qualificação, Prof^a. Dr^a. Cláudia Rodrigues e Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, pela gentileza de ter aceitado o convite, pela leitura cuidadosa do texto, bem como pelas valiosas críticas e sugestões. Agradeço, ainda, pela permanência na composição da banca de defesa. Agradeço também à professora Dr^a. Maria de Deus Beites Manso e ao professor Dr. Lyndon de Araújo Santos, por aceitar o desafio de compor a banca final deste trabalho. Meu muito obrigada a todos os membros da banca pelas valiosas sugestões de ajustes do texto final.

Agradeço a todos que fizeram/fazem parte do Projeto *Nuntium e Clio*, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (GPCIR/UFS). Muito obrigada pelas discussões sobre a história de Sergipe e da imprensa, pelo partilhar de aprendizado, seja nos momentos de digitalização de jornais, seja nos eventos e nos momentos de lazer. A todos vocês meu obrigada: Josineide, Suelayne, Ernania, Nerita, Gicélia, Jonathas, Adinagruber, Renaldo, Maria José e Rosemária. Vocês fazem parte dessa história.

Por fim, gratidão a todos que de alguma forma trilharam comigo essa estrada, contribuindo para que eu pudesse chegar até aqui, com mais leveza e alegria.

A verdade dividida

A porta da verdade estava aberta
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a
verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais
bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua
miopia.

Carlos Drummond de Andrade

CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Liberdade religiosa em questão no Brasil: práticas, representações e imprensa nos conflitos entre católicos e protestantes em Sergipe (1867-1927)*. 2021. 455 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

A queima de bíblias no Brasil oitocentista fazia parte das práticas dos agentes da Igreja Católica na cruzada aos males do mundo moderno, dos quais o protestantismo estava na relação de inimigos a serem combatidos. A inserção do protestantismo, impulsionado pelas missões norte-americanas da década de 1860, aumentou os conflitos entre católicos e protestantes nos vários espaços, chegando à opinião pública por meio da imprensa. Nessa conjuntura, a pesquisa propôs compreender o papel desempenhado pelas ordens religiosas (capuchinhos) na cruzada da Igreja Católica frente aos chamados males do mundo moderno diante do aumento dos conflitos entre católicos e presbiterianos no Sergipe. Por meio dos conflitos de cunho religioso, os anseios de determinados grupos por mais liberdade de ação, seja na esfera religiosa, da imprensa e até mesmo da política foram levados a opinião pública por meio do aparato da imprensa periódica. O debate permitiu refletir sobre o protagonismo dos protestantes na implementação da liberdade religiosa imersa no processo de laicização da sociedade brasileira, bem como as dificuldades de sua implementação mesmo no Estado laico. Assim, por meio da análise do *corpus* documental e da bibliografia diversificada foi possível identificar as práticas dos capuchinhos (representando os católicos) e dos presbiterianos (representando os protestantes) no Sergipe da transição Império para a República. Esses grupos religiosos forjaram identidades por meio da criação de estratégias para manter a sua representatividade junto à sociedade e ao Estado, a exemplo da criação de periódicos confessionais. Suas práticas e representações nos diversos espaços, com ênfase para os periódicos, permitiram identificar por meio das identidades forjadas, mesmo na sociedade juridicamente laicizada, a reflexão sobre a complexa questão da liberdade religiosa no Brasil.

Palavras-chave: Catolicismo; Protestantismo; Imprensa Periódica; Liberdade Religiosa.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. *The matter of freedom of religion in Brazil: practices, representations and press in the conflicts between Catholics and Protestants in Sergipe (1867-1927)*. 2021. 455 p. Dissertation (Doctorate) – Graduate Program in History, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

The burning of Bibles in the 19th century in Brazil was part of the practices of the agents of the Catholic Church in the crusade against the evils of the modern world, and Protestantism was in the list of enemies to be fought. The arrival of Protestantism, driven by the North American missions of the 1860s, increased conflicts between Catholics and Protestants in many spaces, reaching public opinion through the press. Within this framework, this research proposed to understand the role played by religious orders (Capuchins) in the Catholic Church's crusade against the so-called evils of the modern world towards the increase in conflicts between Catholics and Presbyterians in Sergipe. Through conflicts of a religious nature, the desires of certain groups for more freedom of action, whether within religious, press and even politics, were brought to public opinion through the press. The discussion allowed us to reflect on the role of Protestants in the implementation of freedom of religion within the secularization process of Brazilian society, as well as the difficulties of its implementation even in the Secular State. Therefore, through the analysis of the documentary corpus and a diversified bibliography it was possible to identify the practices of the Capuchins (representing the Catholics) and the Presbyterian (representing the Protestants) in the Sergipe of the Empire transition to the Republic. These religious groups forged identities through the creation of strategies to maintain their representativeness with society and the State, such as the creation of confessional journals. Its practices and representations within various spaces, with emphasis on journals, allowed identifying through forged identities, even in legally secularized society, the reflection on the complex issue of freedom of religion in Brazil.

Keywords: Catholicism; Protestantism; Press; Freedom of Religion.

LISTA DE ABREVIATURAS DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

AGJSE – Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

AHFSRJ – Arquivo Histórico Frei Serafim no Rio de Janeiro

AHNSP – Arquivo Histórico N. Sr^a. da Piedade – Frades Menores Capuchinhos da BA/SE

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

BICEN – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BPED – Biblioteca Pública Epifânio Dória (Aracaju)

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Sergipe: Vilas e Cidades – 1820	51
Figura 2 – Ruínas do Hospício N. Sr ^a da Conceição e da Igreja, São Cristóvão/SE	71
Figura 3 – Frei Paulo Antônio de Casanova.....	104
Figura 4 – Mapa de Sergipe: Cidades e Vilas – 1889.....	206
Figura 5 – Igreja Presbiteriana de Laranjeiras	273
Figura 6 – Missionários chegados na Bahia em 1894.....	304
Figura 7 – Frei Caetano de San Leo	306
Figura 8 – Mapa Territórios Sergipanos 2007.....	327
Figura 9 – D. José Thomaz Gomes da Silva	340
Figura 10 – Nota Jornal Protestante impressa no periódico <i>A Cruzada</i>	344
Figura 11 – Periódico confessional: <i>A Assembléa Catholica</i>	351
Figura 12 – Propaganda fácil - incentivando à leitura do jornal <i>A Cruzada</i>	361
Figura 13 – Primeira edição do jornal da Diocese de Aracaju: <i>A Cruzada</i>	363
Figura 14 – Primeiros anúncios publicados no jornal <i>A Cruzada</i>	365
Figura 15 – Anúncio veiculado no intervalo das matérias: <i>Condensed Milk</i>	366
Figura 16 – Sujeitos representativos do jornal <i>A Cruzada</i> no primeiro ano	368
Figura 17 – Mudança no cabeçalho do jornal <i>A Cruzada</i>	369
Figura 18 – O símbolo da espada e da cruz no título do jornal.....	370
Figura 19 – Indicação de leitura - O Biblismo de Padre Dubois	391
Figura 20 – Texto atribuído a Leão XIII.....	392
Figura 21 – Primeiro jornal evangélico de Sergipe: <i>O Christão</i>	402
Figura 22 – <i>O Christão</i> : órgão oficial do Presbitério de Bahia e Sergipe.....	403
Figura 23 – Nota relatando a mudança de endereço do reverendo Kolb	405
Figura 24 – Anúncios veiculados na quarta página do jornal <i>O Christão</i>	406
Figura 25 – Edição comemorativa do primeiro aniversário.....	407
Figura 26 – O Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe.....	409
Figura 27 – Padre assassino.....	411
Figura 28 – Aracaju Arruamento em 1865.....	419

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos Missionários nas Missões e Catequese dos Indígenas do Império (1848)	55
Quadro 2 – Freguesias da Província de Sergipe e Vigários (1843)	65
Quadro 3 – População escrava e livre do Sergipe oitocentista	95
Quadro 4 – Resultado das missões de Frei Caetano no Sergipe (1901-1911)	291
Quadro 5 – Missões capuchinhas nas visitas pastorais de D. José	315
Quadro 6 – Jornais confessionais no Sergipe	352
Quadro 7 – Donativos destinados ao jornal <i>A Cruzada</i>	360
Quadro 8 – Principais temáticas abordadas no jornal <i>A Cruzada</i> (1918-1926)	374

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – OS CAPUCHINHOS E O OUTRO: CAMINHOS E ESTRANHAMENTOS DA PESQUISA	19
1 “SANTA MISSÃO” E AS BÍBLIAS NA FOGUEIRA: PRÁTICAS CAPUCHINHAS NO SERGIPE OITOCENTISTA	33
1.1 “Braços de Roma” no Brasil: o caso dos Capuchinhos no Sergipe.....	33
1.2 Hospício da Conceição: “viveiro” das missões na vice-prefeitura de Sergipe	56
1.3 Práticas de Frei Paulo nas missões no Sergipe.....	81
1.4 “Santa Missão”: o caso das Bíblias na Fogueira.....	103
2 PRÁTICAS DE COLPORTAGEM EM SERGIPE OITOCENTISTA: DA IMPRENSA À CÂMARA DE DEPUTADOS	120
2.1 A prática da Colportagem e a difusão do Protestantismo no Sergipe Oitocentista	120
2.2 As trajetórias de dois colportores: Torquato Cardoso e Pedro Degiovanni	132
2.3 Colportagem e conflitos religiosos: os “outros” na visão da polícia e da Igreja Católica	140
2.4 Esgrimindo em torno da “Questão Religiosa”: os debates na Imprensa.....	163
3 INSERÇÃO PRESBITERIANA NA PROVÍNCIA DE SERGIPE: O CASO DO CONVERSO DAVID NA IMPRENSA (1884-1889)	183
3.1 Do catolicismo ao presbiterianismo: a família David em Laranjeiras	183
3.2 Expansão presbiteriana: casamentos e amigos da causa.....	194
3.3 A questão religiosa no Horizonte: católicos, presbiterianos e anticlericalistas ...	212
3.4 David, representatividade presbiteriana na política e na justiça	240
3.5 Presbiterianos e Republicanos, em nome do Progresso e da Liberdade?	249
4 OS CAPUCHINHOS E A DIOCESE DE ARACAJU EM TEMPOS DE EXPANSÃO PRESBITERIANA	275
4.1 Os capuchinhos nos tempos da gestação da Diocese de Aracaju	275
4.2 Ações de D. José na cruzada aos males da modernidade	293
4.3 Os capuchinhos e o auxílio a D. José nas visitas pastorais.....	301
4.4 As missões capuchinhas e a capela: o caso de Saco do Ribeiro	318
5 A CRUZADA VERSUS O CRISTÃO: A MISSÃO NO(DO) “MISSIONÁRIO MODERNO” (1918-1927).....	342

5.1 Imprensa confessional no Sergipe: a “boa imprensa”?	342
5.2 Os protestantes representados no jornal <i>A Cruzada</i>	358
5.3 Os católicos representados no jornal O Christão	397
5.4 Práticas e Representatividade da missão capuchinha na Cruzada e no Christão.	413
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LIBERDADE RELIGIOSA E OS DESAFIOS DA LAICIZAÇÃO NO BRASIL	429
REFERÊNCIAS	437

INTRODUÇÃO – OS CAPUCHINHOS E O OUTRO: CAMINHOS E ESTRANHAMENTOS DA PESQUISA

[...] Qualquer igreja é ortodoxa para si própria, errada ou herética para as outras; cada qual julga que aquilo em que acredita é verdadeiro e condena como um erro o que dela difere [...].¹

Procissão penitencial em Laranjeiras, província de Sergipe, 17 de novembro de 1887. Naquela quinta-feira à tarde, pessoas vindas de diversas localidades se aglomeravam nos entornos da matriz Sagrado Coração de Jesus, atendendo ao chamado dos capuchinhos italianos, Paulo Antônio de Casanova e Paulino de Fognano. Às quinze horas, aproximadamente cinco mil pessoas seguiram os frades na direção do cruzeiro, símbolo da “Santa Missão”, fixado naquela manhã no cume do Outeiro da Gata.

Ao som dos cantos de uma variedade de benditos, homens, mulheres e crianças de todas as idades e cores, portando velas, rosários, crucifixos, opúsculos, periódicos e bíblias, imploravam a Cristo por piedade, enquanto caminhavam lentamente até o cruzeiro. Do cume do Outeiro da Gata, domínios do engenho Pindoba, a multidão contemplava a paisagem canavieira do vale do Cotinguiba, sentindo o vento que parecia soprar ainda mais forte do monte escolhido para a celebração de encerramento daquela missão.

Lá estava o cruzeiro e na frente uma fogueira onde as pessoas iam se aglomerando à espera do sermão capuchinho. Assim, o círculo humano, a ouvir autoridades civis e eclesiásticas, formava-se ao redor da cruz. Fogos de artifícios, músicas sacras e patrióticas, a exemplo do Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia, fizeram parte da cerimônia católica. Autoridades civis tiveram espaço para discursar, a exemplo do presidente da província, Manoel de Araújo Góes.

Anoitecia, quando as pessoas inebriadas pelo sermão capuchinho passaram a alimentar a fogueira com diversos objetos usados no cotidiano daquelas famílias. Jogos de baralhos, roupas decotadas, instrumentos musicais e outros artigos proibidos nos lares católicos, a exemplo de periódicos, folhetos e bíblias que foram transformados em cinzas naquela noite.

De longe podia-se observar o fogaréu que aquecia a multidão encorajada a destruir a literatura religiosa em questão. A cada bíblia lançada ao fogo aumentava os gritos da multidão pronunciando nomes de alguns moradores daquela província. Assim, David, Emília, Herculano, Blackford, Kolb, provavelmente, estavam na relação de sujeitos representados naquele ritual.

¹ LOCKE, John. *Carta acerca da Tolerância*. São Paulo: Abril Cultural, 1991, p. 7. (Coleção Os Pensadores).

Eles faziam parte do pequeno grupo de moradores que possivelmente não atenderam ao chamado dos frades, mesmo cientes da cerimônia, anunciada previamente pelo vigário daquela freguesia, Eliziário Vieira Muniz Telles e pelos capuchinhos na programação diária da missão.²

Passados dois meses, o evento de Laranjeiras foi veiculado no jornal *Imprensa Evangélica* da província de São Paulo. Na versão dada pelo periódico, a prática da fogueira capuchinha era semelhante ao ritual de um auto de fé medieval. Período que monges queimavam tanto livros proibidos quanto pessoas acusadas de heresia pela Igreja Católica Apostólica Romana, conforme destacou o impresso presbiteriano.³

Assim, é possível que uma das razões dessa publicação pode estar diretamente ligada ao fato de algumas das suas edições terem sido lançadas naquela fogueira capuchinha. Este jornal tinha pontos de vendas distribuídos em diversas províncias do Brasil, em especial nos lugares palcos de ações dos missionários presbiterianos vindos da América do Norte. Nesse período o missionário Alexander Latimer Blackford, que havia gerido o jornal de 1868 a 1876, ainda colaborava com a redação daquele impresso. Naquele ano de 1887 era o responsável pela igreja presbiteriana de Salvador, Bahia, já que desde 1886 havia passado a direção da igreja presbiteriana de Laranjeiras, Sergipe, ao missionário John Benjamin Kolb.

A matéria denunciando as práticas dos capuchinhos naquela missão realizada na cidade de Laranjeiras não foi a única veiculação daquele jornal. Fazia parte de suas práticas a disseminação da doutrina evangélica, mas também as críticas as ações dos católicos, expondo atitudes declaradas de perseguições religiosas. Assim, os presbiterianos reivindicavam a liberdade religiosa via imprensa periódica confessional.

Meses depois, a versão da referida matéria da imprensa presbiteriana, intitulada *Um Auto de Fé, Laranjeiras, Sergipe*, foi transcrita pelo periódico da província de Sergipe, *O*

² As informações apresentadas na narrativa em questão foram extraídas das matérias veiculadas nos periódicos *Imprensa Evangélica*, *O Larangeirense*, e outras fontes, a exemplo das memórias do padre Philadelpho de Oliveira referindo-se à cidade de Laranjeiras, conforme observa-se na discussão a respeito da queima de Bíblias apresentada no primeiro capítulo.

³ O periódico *Imprensa Evangélica* é apontado pela historiografia como sendo o primeiro jornal protestante do Brasil e da América Latina. Fundado na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro, por presbiterianos norte-americanos, circulou de novembro de 1864 a julho de 1892 por todo o território nacional. Foi impresso no Rio de Janeiro, passando para São Paulo. De 1868 a 1876 esteve sob a gestão do reverendo Alexander Latimer Blackford. Mas conforme o editorial de 5 de outubro de 1889, Blackford continuou prestando serviços ao jornal mesmo atuando na Bahia. No ano de 1889 pediu licença por um ano, retornando aos Estados Unidos onde faleceu em 1890. É bem provável que a matéria sobre a queima de Bíblias em Laranjeiras tenha sido escrita por Blackford, já que ele continuava a prestar serviços ao jornal naquele ano. Mais informações sobre esse jornal consultar: SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica: diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009. Vale ressaltar que a publicação da matéria em questão se deu em janeiro ou fevereiro de 1888, pois não consta nas edições de novembro e dezembro de 1887 disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Infelizmente não existe naquele acervo nenhuma edição do ano de 1888. Assim, o acesso a fonte se deu por meio da transcrição no jornal *O Larangeirense* de 4 de março de 1888.

Larangeirense, na edição de 4 de março de 1888.⁴ Depois dessa veiculação, a versão dos presbiterianos, afirmando que a missão havia sido planejada pelo vigário de Laranjeiras para destruir a literatura de cunho protestante, passou a ser conhecida por um público maior da província de Sergipe.

Da relação de impressos destruídos na fogueira capuchinha, foi a queima de bíblias a causa do primeiro estranhamento, já que a Bíblia é a fonte da Palavra tanto para os protestantes quanto para os católicos. Foi com base nessa premissa que se questionou os porquês daqueles capuchinhos terem persuadido os participantes de um evento católico, denominado “Santa Missão”, a queimarem o livro sagrado da religião a que pertenciam.

Pela matéria em questão, percebe-se que a inserção do protestantismo no Brasil foi marcada por conflitos com os católicos. Assim, as práticas dos capuchinhos italianos levaram ao encontro do outro – os presbiterianos norte-americanos – que também estavam em missão pelo mundo na segunda metade do século XIX. A investigação aprofundada em outros periódicos revelou a pluralidade de motivos para tais conflitos, alguns dos sujeitos envolvidos e a amplitude deles para além da província de Sergipe. Optou-se por selecionar alguns dos sujeitos que tiveram participação na cultura impressa em razão da sua posição nos conflitos para protagonizar a tese em questão. Antes de apresentá-los ao leitor, acredita-se ser necessário traçar os caminhos da pesquisa, visando esclarecer a problemática, o *corpus* documental, bem como a contribuição dos professores nesse percurso.

Ainda na pesquisa monográfica da graduação, cursada na Universidade Federal de Sergipe, se deu o primeiro contato com a temática das missões ao analisar os fatores que teriam contribuído para o rápido desenvolvimento do povoado Saco do Ribeiro (atual município de Ribeirópolis). Um dos fatores tem ligação com a utilização das terras daquela povoação das antigas matas de Itabaiana para o cultivo da cultura algodoeira, nas últimas décadas do século XIX, quando aumentou a procura no mercado internacional pelo produto. Entretanto, constatou-se que o crescimento do núcleo urbano se deu no entorno da capela construída a partir da sugestão dos capuchinhos na missão de 1914.⁵ A princípio, as missões foram compreendidas

⁴ BNRJ – *O Larangeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 59, 4 de março de 1888, p. 4. Trata-se da edição de número 59, apesar de constar como número 69 na descrição da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No jornal consta o pedido assinado da cidade de Maruim por J.C., datado de 29 de fevereiro de 1888: “Amigo Josino Menezes, peço o obsequio de abrir o espaço no *Larangeirense* para publicar um artigo extraído do Imprensa Evangelica, periódico editado em São Paulo”. Portanto, percebe-se que havia pessoas interessadas em tornar mais acessível aos leitores de Sergipe a crítica à queima de Bíblias publicada no jornal presbiteriano editado a época em São Paulo. Apesar da circularidade do jornal *A Imprensa Evangélica* por algumas localidades de Sergipe, certamente a publicação no jornal *O Larangeirense* levaria a informação a mais pessoas.

⁵ CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O “retorno” do padre Vicente: memória e poder na criação do Distrito de Paz Saco do Ribeiro (1927)*. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2006.

com base na orientação do professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, identificando, por meio da sua produção acadêmica, que os padres atuantes em Itabaiana, a exemplo de Vicente Francisco de Jesus, costumavam convidar os frades capuchinhos para missionar naquela região.⁶

Nesse sentido, a historiografia tem demonstrado a presença do clero regular no Brasil desde o período colonial. Na maioria das vezes, esses agentes da Igreja Católica aparecem na tessitura de estudos voltados a análise das práticas de padres e, principalmente, dos bispos. Sendo que, a maioria dos trabalhos na temática das missões, estão centrados na ação dos jesuítas, deixando à margem o protagonismo de outras ordens religiosas, a exemplo dos capuchinhos. Preenchendo parte da lacuna conta-se com o estudo sobre as práticas dos carmelitas de Anderson José Machado de Oliveira.⁷

Apesar da diminuição do clero regular com a reforma pombalina percebe-se que os capuchinhos continuaram a atuar tanto na Bahia quanto em Sergipe, passando por momentos críticos devido à redução do número de missionários. Nesse sentido, Cândido da Costa e Silva em estudos mais recentes têm demonstrado o papel desses frades nas missões itinerantes realizadas na Bahia.⁸ Apesar da linguagem apologética, não se pode descartar a relevância da literatura produzida por membros da Ordem, a exemplo dos três volumes de Pietro Regni, tratando da trajetória dos capuchinhos franceses e italianos que atuaram na Bahia e no Sergipe.⁹

Assim, de forma embrionária investigou-se o papel do clero regular no Sergipe passando a pesquisa a ser executada no Arquivo Histórico Nossa Senhora da Piedade – Frades Menores Capuchinhos da BA/SE, localizado em Salvador.¹⁰ Este acervo constitui-se de variada documentação deixada pelos capuchinhos a partir da segunda metade do século XIX. Sermões avulsos e cadernos completos da série de sermões usados nos dias da missão, cadernos de registros das missões, dispensas matrimoniais, livros de registros das missões, entre outras documentações que demonstram aspectos das ações desses sujeitos. Nos cadernos de memórias o missionário deveria registrar o local, a data, o missionário auxiliar, a estimativa de

⁶ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)*. São Cristóvão: Editora UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

⁷ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

⁸ SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da Vida e da Morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

⁹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia: uma contribuição para a História da Igreja no Brasil*. Salvador: Impressão Gráfica Editora, 1987 (Volume 1); Id. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia. Uma contribuição para História da Igreja no Brasil*. Salvador: Impressão Gráfica Editora, 1988. (Volume 2); Id. *Os Capuchinhos das Marcas e a Fundação da Província de N.S. da Piedade: da Prefeitura à Custódia (1892-1937)*. Salvador: Impressão Gráfica Editora, 1991. (Volume 3).

¹⁰ CUNHA, Tatiane Oliveira da. *“Espaços e Culturas em transformações em nome de Cristo...”* Frei Caetano de San Leo em missões populares em Sergipe (1901-1911). Monografia (Especialização em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

participantes, as práticas sacramentais e materiais executadas nos dias da missão. Em muitos casos constavam ainda as impressões a respeito do comportamento moral da população alvo da missão, com registros de acontecimentos que desagradavam o frade. Por esta razão optou-se por analisar o caderno de Frei João Evangelista de Monte Marciano na pesquisa do mestrado.

Ainda na pesquisa de mestrado, os registros de Frei João Evangelista levaram a estranhar o papel desempenhado pelos capuchinhos no combate aos protestantes,¹¹ resultando na construção do projeto de doutorado. Este adquiriu maior consistência documental a partir da análise dos jornais digitalizados pelos integrantes do Projeto *Nuntium e Clio*.¹² Nesse momento, os periódicos confessionais, *A Cruzada* e *O Cristo*, passaram a ser objeto de estudo do projeto de doutoramento aprovado na seleção da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que a princípio objetivava-se compreender as representações, práticas e disputas dos católicos (especialmente os capuchinhos) e presbiterianos na imprensa confessional sergipana, analisando os periódicos *A Cruzada* e *O Cristo*, que circularam entre os anos de 1918 e 1927. No transcorrer das pesquisas nos arquivos de Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro, bem como das digitalizações de outros periódicos oitocentistas, desta vez, laicos, foram levantadas questões que ultrapassavam o marco temporal das primeiras décadas republicanas. Portanto, o projeto passou por algumas mudanças que foram apresentadas à banca de qualificação: a ampliação do escopo de fontes; o recorte temporal que foi ampliado para trás, recuando ao Império; e a questão da discussão sobre a liberdade religiosa que passou a nortear a pesquisa.

¹¹ CUNHA, Tatiane Oliveira da. “*Práticas e prédicas em nome de Cristo...*”: capuchinhos na “cruzada civilizatória” em Sergipe (1874-1901). Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

¹² Nas versões anteriores o projeto *Nuntium e Clio* era intitulado “Escrevendo em nome da fé e diante das vicissitudes históricas...: Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos”. Projeto idealizado pelo professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, coordenador do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR/UFS), em parceria com a Biblioteca Pública Epifânio Dória e a Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe. Por meio dele foram digitalizados diversos periódicos impressos no Sergipe dos séculos XIX e XX. A digitalização objetiva preservar a memória dos periódicos, sistematizando para a pesquisa um importante *corpus* documental preservado, já que muitos deles estavam quebradiços, impossibilitando o acesso aos pesquisadores. Depois do processo de higienização passou-se a montar os pedacinhos como se faz na montagem de um quebra cabeça, digitalizando em seguida cada edição. A recuperação desse acervo permite aos pesquisadores o acesso remoto a parte dos periódicos sergipanos. No cenário atual esse trabalho torna-se ainda mais relevante, permitindo ao pesquisador a continuidade às pesquisas diante da impossibilidade de visitas aos arquivos. O projeto vem sendo executado em parceria com pesquisadores voluntários desde o ano de 2013, portanto, muitos voluntários já fizeram parte dele, a exemplo de Aquilino José de Brito Neto, Bárbara Barbosa, Mayra Ferreira Barreto, Márcio Gomes de Santana Matos, Lúcia Argolo, Cinthia Letícia Anderson, e outros. Na fase atual conta com a participação do coordenador do projeto, Antônio Lindvaldo Sousa, da coordenadora adjunta Suelayne Oliveira Andrade, e de uma equipe de pesquisadores: Josineide Luciano Almeida Santos, Suelayne Oliveira Andrade, Ernania Santana Santos, Nerita Carvalho Figueiredo, Tatiane Oliveira da Cunha e Gicélia Santos Costa compondo a relação das veteranas, já os pesquisadores Jonathas dos Santos Costa, Renaldo Ribeiro Rocha, Adinagruber Conceição Lima, Maria José Lima dos Santos e Rosemária de Jesus Santana integram a relação dos voluntários que aderiram ao projeto no intervalo dos últimos dois anos.

A primeira destas mudanças se deu a partir do desenvolvimento da pesquisa nos acervos sergipanos (Arquivo Público do Estado, Arquivo do Judiciário, Instituto Histórico e Geográfico, Biblioteca Pública Epifânio Dória); na participação e interação com os integrantes do Projeto *Nuntium e Clio*; e na investigação no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Arquivo dos capuchinhos do Rio de Janeiro, e no Arquivo da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Esses locais de pesquisa proporcionaram a descoberta de um *corpus* documental não apresentado no projeto inicial: periódicos laicos e confessionais, processos judiciais, debates parlamentares, denúncias de colportores, conversos e pastores, parecer de vigários, cartas escritas por missionários capuchinhos, atas do Presbitério da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, documentos oficiais da Igreja Católica, a exemplo das cartas pastorais, decretos e leis, publicações nos jornais sobre a liga dos capuchinhos no Recife para combater os protestantes, textos de revistas confessionais, artigos de anticlericalistas, entre outras fontes.

A análise do novo *corpus* documental permitiu repensar a problemática, sobretudo, a partir das discussões com o orientador, das leituras bibliográficas indicadas por ele e das suas considerações críticas. A princípio percebeu-se a complexidade das questões que estavam ocultadas na prática da queima de bíblias, ou de qualquer outro texto que apontasse ideias não condizentes com o pensamento dos representantes católicos. Montar esse quebra cabeça exigia pensar as práticas dos capuchinhos no Sergipe em conexão não somente com as províncias vizinhas, mas alargando ao Rio de Janeiro, São Paulo, centros da ação dos primeiros missionários presbiterianos vindos dos Estados Unidos. De modo que se fazia necessário chegar à Europa já que os capuchinhos em questão eram oriundos da Itália, representando a continuidade do projeto de expansão da cristandade. Não esquecendo das circularidades com outros países, a exemplo de Portugal, Inglaterra e Estados Unidos. Bem como dos interesses desses países para com o Brasil.

Assim, três foram as razões que levaram a iniciar esse enredo com a narrativa da queima de bíblias na província de Sergipe. A primeira reside na matéria do *Imprensa Evangélica* trazer a lume os conflitos entre católicos e protestantes no espaço de uma missão realizada pelos capuchinhos, já que suas missões permearam as pesquisas desde a graduação. O segundo, diz respeito a queima de bíblias apontar a presença dos protestantes na província de Sergipe, sendo necessária uma missão para destruir suas ideias disseminadas no formato impresso, demonstrando o papel da cultura impressa no Brasil da segunda metade do século XIX. A terceira tem relação com a prática de antecedentes medievais ter chamado a atenção para um

problema da atualidade, a intolerância religiosa, levando a reflexão como e quem foram os principais agentes a reivindicar a liberdade religiosa no Brasil.

Em pleno século XXI os noticiários têm demonstrado que atitudes de intolerância religiosa não se restringem ao campo das religiões cristãs e nem ao espaço do território brasileiro. Trata-se de um problema amplo, estendido a todos os outros credos, já que de múltiplas formas e por razões diversas, líderes religiosos e fiéis das variadas religiões têm cada vez mais apresentado práticas não condizentes com o respeito pela opção religiosa do outro. As redes sociais são canais que expressam esse problema atual, aumentado por conta das posturas políticas de alguns líderes religiosos. Esses conflitos acabam interferindo em outras esferas da sociedade, principalmente, no Brasil.

Pensar essas questões no Brasil a partir dos conflitos religiosos ocorridos no passado sergipano exige uma reflexão a respeito das relações Igreja e Estado. Primeiro, faz-se necessário compreender que a queima de bíblias não é um fato isolado, mas fazia parte das práticas dos agentes de uma instituição que desejava erradicar os males do mundo moderno, dos quais o protestantismo estava na relação de inimigos a serem combatidos. Da mesma forma que a prática dos redatores do jornal presbiteriano estava imersa na conjuntura de valorização da imprensa periódica, levando a opinião pública os anseios de determinados grupos por mais liberdade de ação, seja na esfera religiosa, da imprensa e até mesmo da política. Não se pode esquecer que, em 1887, o Brasil ainda vivenciava as questões de uma sociedade escravista, portanto, havia pessoas engajadas nas ideias abolicionistas, com forte atuação nos jornais.

Nesse sentido, defende-se o uso de uma imprensa periódica pensada por diversos grupos como meio de disseminação das suas ideias e reivindicações por direitos civis, dos quais a liberdade religiosa estava inclusa. Portanto, os protestantes não devem ser postos à margem desse processo, mas vistos como um dos grupos protagonistas dele, já que usaram não somente dos jornais de sua confissão, mas de outros periódicos que cederam espaço para suas reivindicações.

Percebe-se que a matéria do *Imprensa Evangélica* sobre a queima de bíblias apresenta uma postura contrária à ação dos capuchinhos, representando o grupo de pessoas acatólicas lutando pelo direito de expressar as suas ideias tanto no púlpito quanto nos impressos. A queima de bíblia é a peça central do quebra cabeça em questão. Partiu-se dela para compreender o papel desempenhado pelas ordens religiosas (capuchinhos) na cruzada da Igreja Católica frente aos chamados males do mundo moderno no Sergipe diante do aumento da inserção protestante na região. Fase marcada por variados conflitos de católicos e protestantes, levados à opinião pública via imprensa periódica. Foram as reações dos protestantes nos diversos espaços, em

especial na imprensa, que levaram a reflexão sobre o processo de laicização em discussão no Brasil da transição do Império para a República. Percebe-se que os protestantes estavam imersos nos debates que tramitavam na imprensa sobre a necessidade de mudanças nos espaços dos sepultamentos, nos registros civis, nas uniões matrimoniais com a instituição do casamento civil, na permissão primeiro da liberdade de culto, apesar das restrições relativas a construções dos templos.

Essas mudanças culminaram na suplantação da monarquia, na separação da Igreja e do Estado e na legislação determinando a liberdade religiosa no Brasil. Percebe-se que o debate em torno do tema liberdade religiosa, perceptível na imprensa e nos debates parlamentares desde 1860, se intensificou nas décadas seguintes, quando as discussões abolicionistas e republicanas levaram à criação de jornais nas mais variadas províncias, entre elas Sergipe. Fase marcada pelas lutas dos protestantes pela conquista da cidadania num país que vivia sob a égide de um Estado confessional católico de tolerância religiosa limitada.

Nesse sentido, partiu-se da hipótese que a discussão da liberdade religiosa veiculada nos jornais confessionais, a exemplo do *Imprensa Evangélica*, ganhou espaço nos impressos laicos de tendência mais liberal, nos impressos abolicionistas e republicanos por razões diversas. Dentre elas estão o interesse de alguns grupos, com representantes na Câmara dos Deputados e na imprensa, por imigrantes oriundos de países acatólicos. Outra razão se dá no despertar dos proprietários de jornais por notícias polêmicas que trariam visibilidade para os impressos, proporcionando a manutenção dos mesmos a partir das assinaturas de pessoas interessadas naquelas questões. Assim, cientes da importância da imprensa periódica como veículo de comunicação, mobilizador da opinião pública, os grupos religiosos souberam se utilizar dela.

Entretanto, os jornais demonstraram que a prática não condizia com a lei, já que os conflitos religiosos continuaram a existir na segunda metade do século XX, conforme pode ser observado pela leitura dos periódicos confessionais sergipanos. Portanto, a problemática foi analisada no marco temporal delimitado entre os anos de 1867 e 1927, abrangendo a fase de transição da tolerância mitigada do Império para a oficialização da legislação defensora da liberdade religiosa na República. O primeiro recorte sinaliza os conflitos religiosos motivados pelas práticas de colportagem na província de Sergipe, levada ao julgamento de D. Pedro II que teve repercussão na imprensa do Rio de Janeiro. A partir dessa década pode ser observada a recorrência de episódios semelhantes em outras províncias, em razão da efetiva ação das sociedades bíblicas e da inserção do protestantismo no Brasil. A opção por finalizar no ano de 1927, se deu no momento de trégua desses conflitos, em razão do término do jornal presbiteriano e do cessamento temporário do jornal católico. Na década seguinte os debates

religiosos voltaram a protagonizar a cultura impressa de Aracaju, por meio da criação de outros órgãos confessionais, passando os espíritas a ocuparem espaços nos conflitos.

Não se pode deixar de enfatizar que o protestantismo abrange uma diversidade de denominações, assim como o clero regular tem suas características a depender da ordem a qual pertence. Por esta razão delimitou-se pensar o grupo dos católicos, a partir da trajetória de alguns frades capuchinhos atuantes no Sergipe. A escolha se justifica pelo papel atuante deles na cruzada implementada contra os males da modernidade, dos quais o protestantismo estava incluído na relação dos inimigos a serem combatidos pela Igreja Católica. Do grupo dos protestantes, a escolha pelos presbiterianos se deu pelo simples fato de ser essa a primeira denominação a organizar igreja nesta província, ainda em 1884, justamente na cidade de Laranjeiras, onde três anos depois se deu o referido auto de fé. Os protestantes foram alvo dos capuchinhos, conforme registros deixados nos sermões e cadernos de missão dos frades, bem como veiculação da imprensa periódica. Somente a partir de 1913, têm-se indícios da inserção da segunda denominação nesse estado, os batistas,¹³ justificando a nossa escolha pelos presbiterianos.

De cada grupo optou-se por investigar as ações de alguns nomes, levando em consideração a representatividade desses agentes para seus grupos, bem como os rastros deixados por eles, seja nos documentos manuscritos ou pela sua atuação na imprensa periódica. Apesar de vários capuchinhos terem atuado nos diversos espaços da província/estado de Sergipe, foram os frades Paulo Antônio de Casanova e Caetano de San Leo os protagonistas desse enredo.

Estes sujeitos não são pensados de forma isolada, mas como agentes de uma ordem com suas peculiaridades no pertencimento à Igreja Católica Apostólica Romana. Para a Igreja os capuchinhos tinham a missão de expandir a cristandade para todos os espaços. Diante das transformações econômicas, políticas e sociais, a Igreja necessitou repensar seu papel, porém sem deixar de lado a visão que deveria interferir na manutenção da ordem social, no que contou com a colaboração das autoridades civis mesmo num período de separação com o Estado. Desse modo, é preciso compreender os capuchinhos e seus companheiros como agentes a colaborar com a manutenção dessa ordem, ao interferir nas consciências por meio de suas práticas e prédicas disseminadas nos dias da missão.

¹³ Mais informações sobre os batistas ver: NATIVIDADE, Sandra Maria. *A saga dos pioneiros Batistas em Sergipe (1913-2003)*. Aracaju: Natividade, 2007; SILVA, Elizete. *Cidadãos de outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Paulo, 1998.

Na primeira parte deste trabalho, as ações destes sujeitos foram pensadas como parte das estratégias dos primeiros bispos reformadores da arquidiocese da Bahia, à qual Sergipe estava jurisdicionada até 1910. No segundo momento, já na República, quando Sergipe contava com a diocese de Aracaju, os capuchinhos continuaram a realizar missões neste estado, apoiados pelo bispo, D. José Thomaz Gomes da Silva. Apesar de momentos distintos politicamente, as ações planejadas pela Igreja pareciam estar em consonância com os interesses das autoridades civis de pôr a sociedade em ordem. Desse modo, as ações dos capuchinhos, objetivando reformar os costumes do clero e da população, contribuíram para a implementação do projeto civilizatório em curso, auxiliando assim tanto as autoridades eclesiásticas quanto as civis.

No caso dos primeiros missionários presbiterianos norte-americanos, percebe-se a sua inserção nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo a partir da década de 1860. Não se objetiva fazer uma busca das origens, mas vale ressaltar que, vindos de destinos diferentes e com objetivos múltiplos têm-se relatos da presença de reformados, a exemplo de franceses e holandeses, inclusive em Sergipe no período colonial. Desse modo, os presbiterianos norte-americanos do oitocentos não foram os únicos, nem os primeiros ameaçadores da hegemonia do catolicismo nas possessões da Coroa lusitana. Razão pela qual, os braços do Tribunal da Inquisição se estenderam até as terras da América portuguesa na tentativa de aniquilar as práticas heréticas daqueles que ousavam ser diferentes da religião imposta pela Coroa a seus súditos. Não somente judeus, mas adeptos das denominações protestantes, a exemplo dos calvinistas holandeses que permaneceram em Pernambuco por décadas. Entretanto, somente a partir da segunda metade do oitocentos se observa o crescimento dos protestantes no Brasil.

Estes, assim como os capuchinhos estiveram à margem da historiografia sergipana. Na década de 1920, o presbítero da igreja presbiteriana de Aracaju, Pedro Machado produziu um artigo traçando aspectos relevantes do presbiterianismo no Sergipe, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e no jornal *O Cristão*.¹⁴ Texto base para as demais pesquisas da temática. Diferente do silêncio nas obras de Maria Thetis Nunes¹⁵ e Felisbello Freire,¹⁶ o escritor Pires Wynne, em *História de Sergipe (1575-1930)*, escrito na década de 1970, chegou a mencionar a presença dos presbiterianos quando destacou que “Laranjeiras plantava na Província as sementes de novas crenças”,¹⁷ ressaltando a edificação do templo

¹⁴ MACHADO, Pedro. “Um século de evangelismo em Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. V.V, n.9, 1920, p. 207-214.

¹⁵ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

¹⁶ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe (1575-1855)*. 3. ed. São Cristóvão: Ed. da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

¹⁷ WYNNE, Pires J. *História de Sergipe (1575-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Pongeti, 1970, p. 260.

protestante naquela cidade. Assim como Ariosvaldo Figueiredo, mencionou alguns dos conflitos ocorrido entre católicos e protestantes.¹⁸ Entretanto, nas últimas décadas novos pesquisadores têm investigado a presença dos presbiterianos, em especial no campo da educação, contando com o pioneirismo de Ester Fraga do Nascimento.¹⁹ Outros trabalhos acadêmicos na forma de artigos, monografias e dissertações têm preenchido parte das lacunas deixadas na historiografia sergipana. Desses últimos, Gicélia Costa tratou desses conflitos na cidade de Laranjeiras.²⁰ Esses conflitos representam uma pequena parcela do que vinha ocorrendo no Sergipe, tendo em vista que Aracaju, Estância e Itabaiana estão entre as cidades que também tiveram seus nomes veiculados na imprensa periódica em razão das desavenças entre católicos e protestantes.

A metodologia qualitativa utilizada tomou por base a análise criteriosa do vasto *corpus* documental, identificando as peculiaridades de cada fonte, já que não se pode interpretar um jornal da mesma forma que se analisa uma carta ou um caderno de memórias de um frade. Alguns autores serviram de base nesse processo tendo em vista que cada fonte histórica precisa ser interpretada a luz dos problemas elaborados pelo historiador. Nesse aspecto, os ensinamentos transmitidos pelas obras de Carlo Ginzburg a respeito de valorizar e saber interpretar as pistas, os rastros, os ditos e até mesmo os silêncios foram relevantes no processo.²¹ Assim como as ações dos sujeitos históricos podem ser investigadas seguindo o nome conforme destacou Giovanni Levi. Sujeitos que se cruzam através do seu fazer no mundo.²² Sujeitos que deixam rastros nos cadernos de memórias, nos jornais, nas fotografias, na literatura, nas documentações das irmandades, das associações e das igrejas às quais pertenciam. Assim, o herói de um jornal pode ser o bandido nas páginas do jornal opositor. Daí a relevância de enxergar a complexidade das fontes, interpretando-as de acordo com a peculiaridade de cada uma delas.²³

¹⁸ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe: (Do golpe de 15-11-1889 ao golpe de 31-3-1964)*, 1986. (Volume 1).

¹⁹ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *A escola americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2004; Id. *Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 44. Vale ressaltar que a professora tem orientado monografias, dissertações e teses, publicando diversos artigos na temática.

²⁰ COSTA, Gicélia Santos. *Protestantes na "Atenas sergipana": conflitos religiosos na inserção do presbiterianismo em Laranjeiras/SE (1884-1899)*. São Paulo: Recriar, 2018.

²¹ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; Id. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²² LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²³ Os periódicos são fontes permeadas de informações relevantes para a compreensão das ações humanas ao longo do tempo. Desse modo, o jornal, assim como qualquer fonte histórica, precisa ser investigado levando em

Nesse sentido o trabalho do historiador se assemelha, guardada as devidas ressalvas, à montagem de um quebra cabeça, quando este é desafiado a resolver um problema: encaixar todas as peças visando chegar à conclusão da imagem em questão. O primeiro passo é separar as peças por cores ou traços semelhantes, imaginando as peças que poderiam formar cada um dos objetos da paisagem modelo. Para facilitar a montagem é preciso observar as pistas que levam uma peça a encaixar na outra de modo a formar a imagem. Assim o historiador também precisa partir de um problema, usando de fontes que lhe forneçam a montagem das peças da história que será contada, visando esclarecer a questão proposta. A diferença é que não se tem o desenho pronto, nem a caixa contendo todas as peças. Assim, faz-se necessário juntar as peças que foram formadas ao longo da pesquisa, apresentando ao leitor os apontamentos das questões, bem como as lacunas das peças que ficaram em aberto. São essas lacunas as possibilidades de novas pesquisas, alargando a imagem do quebra cabeça.

Assim sendo, os conflitos entre capuchinhos e presbiterianos permitiram a reflexão a respeito da problemática da liberdade religiosa em cinco capítulos que deram forma ao quebra cabeça em questão. O primeiro apresenta as práticas dos capuchinhos, como parte das estratégias dos primeiros bispos reformadores da arquidiocese da Bahia, convergindo com os interesses das autoridades civis em tornar a província de Sergipe civilizada. Para tanto, usou-se como fio condutor a trajetória de Frei Paulo Antônio de Casanova que parecia representar um tipo ideal²⁴ de capuchinho apaziguador, e ainda, um agente civilizador, quando foi acusado pelos protestantes de incitar a violência durante a missão realizada em Laranjeiras no ano de 1887. Realizou-se uma digressão de modo a demonstrar que os religiosos franceses da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos chegaram a administrar missões e aldeamentos na Ilha de São Pedro de Porto da Folha e Pacatuba, ainda no século XVII, quando foram substituídos por

consideração uma série de critérios dos quais a historiografia voltada para a análise das fontes históricas tem apontado. Cf. BARROS, José D'Assunção. O uso dos jornais como fontes históricas. In: Idem, *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

²⁴ Na perspectiva apresentada por Max Weber observa-se que “para a consideração científica que se ocupa com a construção de *tipos*, todas as conexões de sentido irracionais do comportamento afetivamente condicionadas e que influem sobre a ação são investigadas e expostas, de maneira mais clara, como ‘desvios’ de um curso construído dessa ação, no qual ela é orientada de maneira puramente racional pelo seu fim. [...]. Em virtude de sua compreensibilidade evidente e de sua inequivocabilidade – ligada à racionalidade –, a construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesses casos, à Sociologia como tipo (‘tipo ideal’). Permite compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros), como ‘desvio’ do desenrolar a ser esperado no caso de um comportamento puramente racional.” WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 5. Assim, para este trabalho, o tipo ideal apresentado por Max Weber ajudou a identificar as ações, tanto dos capuchinhos quanto dos presbiterianos, conforme a racionalidade prevista nas determinações das religiões as quais eles estavam a representar, bem como os seus desvios.

carmelitas e capuchinhos, dessa vez, italianos. Foram estes últimos que na segunda metade do oitocentos, contrariando o processo de definhamento das ordens, ampliaram a ação nesta província depois da criação do Hospício Nossa Senhora da Conceição, em São Cristóvão. Frei Paulo Antônio de Casanova e outros agentes da Ordem passaram a incluir nas suas ações o combate à propaganda protestante, chegando a transformar em cinzas opúsculos, jornais e até bíblias.

A queima de bíblias levou a escrita do segundo capítulo indagando como, quando e quem havia disseminado aquela literatura de cunho protestante na província de Sergipe. As trajetórias dos colportores Torquato Martins Cardoso e Pedro Degiovanni apontaram a relevância da atividade de colportagem no processo de difusão do protestantismo de missão no Brasil da segunda metade do oitocentos. A ação destes homens comuns nos diversos espaços, expressando-se algumas vezes por meio da imprensa, permitiu repensar a noção tradicional de ação missionária marcada pelo protagonismo do missionário estrangeiro. De vítimas ou heróis perseguidos no país ainda sob a égide de um Estado confessional católico, optou-se por compreendê-los como sujeitos protagonistas no processo de disputa por espaços com os católicos quando estes utilizaram da imprensa e realizaram alianças com políticos liberais na conquista por seus direitos.

Apesar da ação dos capuchinhos foram identificadas famílias presbiterianas em diversos pontos da província. Assim, o terceiro capítulo mapeou pontos dessa presença presbiteriana na província de Sergipe na fase marcada pelas tensões da propaganda abolicionista e republicana empreendidas na imprensa de Laranjeiras. Destacou-se a importância dos periódicos *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano*. Assim, percebeu-se, em meio a esses debates, a intensificação das ações combativas dos capuchinhos, bem como a utilização da imprensa pelos presbiterianos, visando a mobilização da opinião pública a seu favor. Para tanto, utilizou-se como fio condutor as práticas do converso Manoel Antonio dos Santos David estampadas nas páginas desses jornais, que também contavam com a participação de anticlericais como Felisbello Freire. Por meio da relação conflituosa entre esses sujeitos díspares no debate das ideias religiosas, procurou-se perceber como havia pontos de convergência entre os presbiterianos e os republicanos de Laranjeiras. Um desses era a luta por liberdades, sendo que algumas delas foram legalizadas pela legislação republicana, a exemplo da liberdade religiosa.

A República não trouxe apenas mudanças no regime político, mas culminou na separação da Igreja do Estado e na liberdade religiosa tão sonhada pelos acatólicos. Nessa conjuntura de mudanças se dava em Sergipe o avanço das confissões protestantes, coincidindo com a luta dos católicos para pôr em prática a criação da diocese de Aracaju e aprofundar na

região a reforma ultramontana. Essa medida vinha sendo adotada pelos bispos como parte das estratégias cruzadistas implementadas pelo catolicismo ultramontano na ânsia de combater os males do mundo moderno. O primeiro bispo desta diocese contou com o trabalho desempenhado pelo clero secular e regular, usando das visitas pastorais e do espaço da imprensa confessional para evangelizar o seu rebanho. Por esta razão foi apresentado no quarto capítulo o papel desempenhado pelos capuchinhos, tanto na fase da gestação da diocese de Aracaju quanto na sua consolidação, quando estes missionários foram protagonistas das visitas pastorais empreendidas por D. José Thomaz Gomes da Silva nas paróquias de sua jurisdição. Para tanto, utilizou-se como fio condutor as práticas do Frei Caetano de San Leo nas missões itinerantes realizadas com outros capuchinhos neste estado, por ter sido ele um dos representantes desta Ordem a atuar nas duas fases. Os registros de suas missões, os termos das visitas pastorais, cartas pastorais e algumas matérias selecionadas dos jornais *A Cruzada* (1918-1926) serviram de fontes para este capítulo.

No ano de 1918, a diocese de Aracaju percebeu o papel da imprensa no processo de evangelização e combate das outras confissões. Prática que já vinha sendo utilizada por líderes de outras confissões, a exemplo dos presbiterianos desde a segunda metade do século XIX. No ano seguinte o pastor Rodolpho Fernandes, da igreja presbiteriana de Aracaju, passou a utilizar da mesma estratégia ao criar o primeiro jornal de sua denominação no estado de Sergipe. Assim, o quinto capítulo dessa tese, intitulado *A Cruzada versus O Christão: a missão no(do) “missionário moderno”* (1918-1927) foi produzido a partir da análise desses jornais, objetivando compreender como se deu na prática a implementação da liberdade religiosa durante as primeiras décadas republicanas. A análise a contrapelo desses veículos de comunicação, produto cultural e documento/monumento revelaram o tipo ideal de Brasil republicano que católicos e presbiterianos desejavam. Assim foi possível identificar através das representações de alteridades como na prática a questão da liberdade religiosa se apresentava complexa, mesmo no Estado laico.

Assim, espera-se que o leitor possa desfrutar de uma leitura prazerosa e reflexiva.

1 “SANTA MISSÃO” E AS BÍBLIAS NA FOGUEIRA: PRÁTICAS CAPUCHINHAS NO SERGIPE OITOCENTISTA

A Bíblia podia significar coisas diferentes para pessoas diferentes em diferentes épocas e circunstâncias.²⁵

1.1 “Braços de Roma” no Brasil: o caso dos Capuchinhos no Sergipe

Em 23 de junho de 2015, no município sergipano de Frei Paulo, devotos, curiosos, autoridades eclesiásticas e civis reunidos, na matriz consagrada a São Paulo, acolheram os restos mortais de um religioso falecido em 1891.²⁶ Transladados da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador, retornava a Sergipe, Frei Paulo Antônio de Casanova, um dos capuchinhos italianos que havia realizado a “Santa Missão” por todas as partes desta província, na segunda metade do século XIX.

Evento que sinaliza a representatividade deste agente do clero regular ainda presente na memória e na história do município de Frei Paulo. Curiosamente, este capuchinho vivenciou a conjuntura de definhamento das tradicionais ordens monásticas no Brasil. Para Augustin Wernet este processo, iniciado com as reformas pombalinas, agravou-se no decorrer da emancipação política do Brasil, quando o Governo imperial adotou uma política antimonástica, impedindo o reerguimento das ordens. Foi com base no caso dos beneditinos, carmelitas e franciscanos que Wernet apresentou alguns fatores decisivos para a continuidade do definhamento: a assimilação do espírito das Luzes; a total identificação com a ordem escravista, e mais especificamente, a legislação sobre os bens de mão-morta; o comportamento do clero regular no decorrer do processo da emancipação política; a legislação do período regencial e, finalmente, o Aviso Circular do Ministro da Justiça, Joaquim Nabuco, de 19 de maio de 1855, proibindo a admissão de noviços. O agravamento desta política se deu no Segundo Reinado, quando a Igreja visava implementar o catolicismo ultramontano e o Estado em via de modernização apresentava leis que caminhavam para a separação religiosa e a civil/política.²⁷

²⁵ HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 26.

²⁶ Cf. Restos mortais de Frei Paulo são trazidos para Sergipe. Notícia de 22 de junho de 2015. Disponível em: <https://a8se.com/sergipe/noticia/2015/06/41628-restos-mortais-de-frei-paulo-sao-trazidos-para-sergipe.html>. Acesso em: maio 2018.

²⁷ WERNET, Augustin. Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 42, p. 115-131, 1997. No final do período colonial as três ordens referidas pelo autor apresentaram alguns pontos semelhantes: diminuto número de membros; riqueza em bens e escravos dos seus conventos; assimilação da cultura iluminista e falta de moralização de muitos dos

Frei Paulo Antônio de Casanova atuou na província de Sergipe em meio as mudanças da relação Igreja/Estado no Segundo Reinado quando a Igreja pretendia pôr em prática um projeto de reforma dos costumes que impedisse tanto o avanço do liberalismo quanto de outras crenças; e o Estado buscava implementar políticas públicas concernentes com o desejo de tornar o Brasil uma nação civilizada aos moldes europeus. A questão é compreender se a tese do definhamento pode ser aplicada a esta Ordem, ou se seus agentes teriam se adaptado aos interesses tanto do clero ultramontano quanto do Governo Imperial. Nesse sentido, a representatividade de Frei Paulo foi considerada uma espécie de fio condutor para a análise deste capítulo, fazendo-se necessário compreender o seu pertencimento, as razões que levaram a Igreja Católica a enviá-lo da Europa para o Brasil, bem como os interesses das autoridades civis da província de Sergipe em recebê-lo. Por ele não ter sido o único a atuar no Sergipe, será realizada uma digressão, ainda que breve, objetivando compreender a representatividade desta Ordem, antes de Frei Paulo.

A historiografia tem mostrado que a atuação das ordens religiosas no Brasil colonial foi marcante. Traços de sua presença ainda são visíveis se observada a arquitetura urbana confessional²⁸ em cidades brasileiras como Salvador, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, São Cristóvão e outras. Assim como os primeiros colonizadores, estes religiosos enfrentaram os perigos do Atlântico e, de certo modo, os acompanharam nessa empreitada. Cristina Pompa destacou que os primeiros jesuítas vieram na comitiva do primeiro governador geral Tomé de Souza, em 1549. Ainda no século XVI, novos religiosos passaram a compor o clero regular da colônia: carmelitas (1580), beneditinos (1581), franciscanos (1584). Sendo que, no século XVII, o número de religiosos do clero regular aumentou com a vinda dos oratorianos (1611), mercedários (1640) e os capuchinhos (1642).²⁹ A este panorama, Wernet ainda acrescentou os agostinianos, no século XVII.³⁰

A primeira geração destes religiosos jesuítas chegou na Terra de Santa Cruz no frescor das discussões do Concílio de Trento, quando se planejava um modelo de missionário ideal para combater a Reforma Protestante e o avanço dos muçulmanos e de outras crenças, já que a

seus integrantes. Sendo que, apresentaram divergências em relação ao processo de emancipação política e ao atendimento das exigências do Governo.

²⁸ SCHILLING, Heinz. "Urban architecture and ritual in confessional Europe". In: SCHILLING, Heinz; TÓTH, István György. *Religion and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 116-137. A arte confessional, em particular a arquitetura das cidades é relevante para pensar a atuação das variadas ordens com seus hospícios, conventos e igrejas que são testemunhos de sua presença no Brasil. No caso de Sergipe, a arquitetura da antiga capital São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil, é uma expressão da atuação dos carmelitas, franciscanos e capuchinhos.

²⁹ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 295.

³⁰ WERNET, Augustin, op. cit., p.116.

Igreja pretendia dar continuidade ao projeto de expansão da cristandade. No caso das ordens que acompanhavam a coroa de Portugal objetivava-se catequizar o gentio, auxiliando assim o colonizador na sua empreitada. As ações de cada uma destas ordens merecem estudos específicos, tendo em vista que, boa parte dos pesquisadores têm se voltado mais para os jesuítas, com raras exceções, a exemplo do trabalho do historiador Anderson José Machado de Oliveira, *Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*, através do qual se percebe a relevância dos carmelitas para a catequese do contingente de africanos e seus descendentes.³¹

Sem perder de vista o papel das ordens religiosas, com suas continuidades e descontinuidades, nesse trabalho, optou-se por pesquisar os capuchinhos, que de forma ampla podem ser pensados a partir da ação dos ramos franceses e dos italianos que atuaram no Brasil. Existem algumas versões para a chegada desta Ordem, ainda nos tempos coloniais. Apesar de ser priorizado o ano de 1642, não se pode silenciar o episódio dos capuchinhos franceses no Maranhão (1612-15), narrado por um dos protagonistas, o capuchinho Cláudio d'Abbeville.³² A ideia de incorporar estes missionários à expedição que tentava estabelecer uma França Equinocial no Maranhão se deu no momento em que a Ordem possuía prestígio em decorrência das suas práticas no combate ao protestantismo na França, quando vigorava a noção de conversão, pilar do catolicismo da Contra-Reforma.³³ Foi a partir da obra desse capuchinho que Andrea Daher analisou as especificidades francesas no Brasil em suas estratégias e procedimentos de cristianização e ocidentalização dos selvagens. Sob a ordem da regente Maria de Médici, no ano de 1612, os capuchinhos aportaram no Maranhão mesmo essas terras sendo de domínio da Coroa lusitana.³⁴

Diferente de Pompa, e a corroborar com d'Abbeville e Daher, o Frei Carlos Albino Zagonel também considera o marco de 1612, destacando que os capuchinhos vieram com a expedição francesa, sem passar por Portugal, como exigia a legislação do Padroado, e inauguraram o primeiro Convento no Brasil (*hospice*) em São Luís do Maranhão.³⁵ Entretanto, o capuchinho Regni preferiu elencar como marco o episódio de 1642, quando de forma também

³¹ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit.

³² D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002.

³³ DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 29, 47-50.

³⁴ CHARTIER, Roger. Os Capuchinhos do Maranhão. In: DAHER, Andrea. *O Brasil Francês*, op. cit., 2007, p. 13-23.

³⁵ ZAGONEL, Frei Carlos Albino (org.). *Capuchinhos no Brasil*. Porto Alegre: Edições EST, 2001, p. 8.

não muito convencional, sem o planejamento e consentimento da Coroa de Portugal, chegaram outros capuchinhos no Brasil depois de trinta anos da expulsão do Maranhão.

No dia 14 de janeiro de 1642, chegaram à Capitania de Pernambuco três capuchinhos franceses: fr. Colombino de Nantes, fr. Jorge de Combourg e o irmão não-clérigo, fr. Bonício de Quimper. Estavam visivelmente abatidos pelo cansaço e pelos maus tratos a que tinham sido submetidos pelos corsários holandeses que os haviam capturado, três meses antes, na ilha de S. Tomé, ao longo da costa ocidental da África, constringindo-os a embarcarem em navios separados, privando-os, assim, do único conforto de estarem juntos na desventura.³⁶

A capitania de Pernambuco (1630-1654) encontrava-se sob o domínio dos holandeses. Fato que justifica o destino daqueles missionários capturados das missões que realizavam na África. Essa versão providencialista passada por Frei Colombino para seus superiores foi apropriada pela Congregação da *Propaganda Fide*, órgão ao qual os missionários capuchinhos eram subordinados. Esta congregação romana, criada em 1622, diretamente ligada ao papa, tinha como objetivo promover missões de evangelização para além da Europa.³⁷ Desse modo, a Igreja Católica pós tridentina criava um instrumento de racionalização para fazer expandir a cristandade na Europa que via crescer o número de protestantes e nas demais áreas marcadas pelo crescimento do Islamismo e de variadas crenças pagãs. Há que se considerar que a criação da *Propaganda Fide* foi também uma forma de Roma fazer frente aos padroados ibéricos, por isso não é também por acaso que esses missionários entrem desta forma.

A chegada inusitada dos capuchinhos franceses a Pernambuco aponta para as ligações das missões da África com o Brasil, bem como para os desafios que os religiosos enfrentavam, pois, as missões católicas naquele continente eram vistas como um empecilho para o tráfico de escravos. Sem falar nas doenças provocadas pelo clima e pela alimentação a qual não estavam habituados. Nesse aspecto, Patrícia Teixeira relatou episódios em que os missionários combonianos foram vitimados em diversas partes da África. Muitos voltavam doentes para suas províncias, outros morriam na viagem, sem contar a quantidade dos que lá foram sepultados.³⁸

³⁶ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., p.34-35;47. Vale ressaltar que Regni, assim como, Frei Francisco Leite de Faria, desconsidera as versões apresentadas pelos frades Metódio de Nembro, Fidélis de Primério, Modesto de Taubaté e Jacinto de Palazzolo, que atribuem o início da atividade capuchinha no Brasil, a datas remotas: 1538 com atuação de frei Anselmo, em Alagoas, entre outras. Por considerar “equivocos” em razão dos termos “capuchos” e “capuchinhos”, usados nos documentos antigos, tanto para designar os franciscanos quanto capuchinhos. Sendo que, o termo mais utilizado para os capuchinhos é “barbadinhos”, que exprime a popularidade destes em Portugal e suas colônias. Ainda, são denominados por “barbados” e “barbonos”, em razão da barba que o distinguem dos outros filhos de São Francisco de Assis.

³⁷ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit., p. 205.

³⁸ SANTOS, Patrícia Teixeira. *Dom Comboni: Profeta da África e Santo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

Estes não foram os únicos missionários vitimados neste continente, que chegou a ser denominado por Regni como o cemitério dos capuchinhos.³⁹

A captura, os perigos da viagem, somado ao fato de que Pernambuco era uma terra habitada por hereges protestantes, na concepção dos católicos, podem ter contribuído para o acontecimento ter sido visto pelas autoridades católicas como ato da providência divina, endossada pela própria concepção de Frei Colombino de Nantes, um dos capturados, quando se correspondia com os superiores da própria Ordem e da Propaganda *Fide*.

Pode-se afirmar que foi prodigiosa a origem das missões apostólicas no Brasil, porque pelo ano de 1641, quando grande parte daquela vastíssima terra tinha sido ocupada pelos hereges holandeses, que, por meio de seus ministros, procuravam espalhar heresia entre aquela gente, foram conduzidos para lá, pelos próprios holandeses, alguns missionários apostólicos capuchinhos que haviam sido enviados pelo Provincial da Bretanha à antiga Guiné.⁴⁰

Mesmo chegados de forma inusitada os capuchinhos franceses permaneceram sessenta anos na colônia de Portugal após a concessão da licença. Para isto, contaram com o apoio da *Propaganda Fide* que passou a incentivar a permanência daqueles religiosos como sujeitos importantes para combater o perigo da heresia calvinista e os autorizou a usarem as faculdades concedidas para as missões da Guiné.⁴¹ Deve-se considerar que neste período a Coroa portuguesa estava reconquistando sua autonomia em relação à Espanha depois do período de união das coroas. Diante desta conjuntura deve ter sido mais fácil Roma negociar esta permanência dos capuchinhos, até porque Portugal estava com relações rompidas com a Santa Sé, situação que perdurou até 1670.

A questão pode ser pensada por outros prismas, já que a Coroa lusitana não só autorizou a permanência dos capuchinhos franceses como permitiu a entrada de outros até 1702, quando se deu a transição para os capuchinhos italianos. Na percepção de Cassiana Mingotti Gabrielle estava em jogo a necessidade de Portugal manter o apoio político da França diante da guerra com a Espanha, em prol da sua independência. O casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca de Sabóia, em 1666, favoreceu essa política portuguesa de alinhamento com o governo francês. A rainha deu apoio aos missionários até sua morte, em 1683. Para a Coroa francesa esta aliança atendia aos seus interesses voltados para as possessões no Ultramar. Desse

³⁹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia Vol II*, op. cit., p. 31. Pelo relatório apresentado no ano de 1820, dos 438 missionários enviados para África, 228 morreram naquelas terras.

⁴⁰ Ibid., p. 47- 48. As informações foram extraídas de uma carta de Frei Colombino de Nantes, de 16 de janeiro de 1642, enviada a seu Provincial, Frei Severino de Morlaix (APFide, AP SCAM 4, fl. 17).

⁴¹ Outro motivo da permanência deles, na versão apresentada por Regni, foi a participação dos frades “na guerra de libertação pernambucana, colocando-se abertamente ao lado dos portugueses, pois a luta contra os holandeses calvinistas se configurava a seus olhos como questão religiosa da qual dependia a sorte do catolicismo no Brasil.” REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., p. 66; 81.

modo, os capuchinhos, atores importantes, inclusive na política da França, representariam de certo modo a presença francesa no território visado. Nesse sentido, a permanência deles perpassa pelas relações políticas e diplomáticas entre Portugal e França, durante o século XVII.⁴²

Estes capuchinhos franceses atuaram primeiro no hospício organizado em Olinda (1649), que depois foi transferido para Recife (1656), onde foi consagrado à Nossa Senhora da Penha de França, e depois chegaram ao Rio de Janeiro (1656).⁴³ Nesta última localidade, pautado em documentos, Regni discorda da datação da criação do hospício, apesar de salientar a presença do capuchinho João Batista de Le Croisic e o interesse de Marta Borges, viúva de Duarte Correia, ex-governador da capitania em ceder uma ermida, dedicada a Nossa Senhora da Lapa, para sediar uma base destes religiosos no Rio de Janeiro, ainda em 1653. Entretanto, legalmente foi somente em 10 de março de 1664 que a *Propaganda Fide* deu autorização a estes missionários para estenderem a sua atividade apostólica por toda a colônia, com exceção daqueles lugares já ao encargo de outras ordens. As autoridades do Rio doaram um terreno nas proximidades da capela de Nossa Senhora da Conceição, que ficava nos arredores da cidade. Efetuada a posse com escritura em 1668, os capuchos deram prosseguimento à construção do hospício. Vale ressaltar que estes capuchinhos eram os únicos missionários apostólicos do Brasil, por receberem diretamente da Santa Sé as suas faculdades. Assim estavam autorizados a resolver casos de dispensas matrimoniais, absolvição de pecados de heresia e apostasia, sem a necessidade deste prelado recorrer diretamente a Roma.⁴⁴

⁴² GABRIELLE, Cassiana Maria Mingotti. *Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil: estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 99-100.

⁴³ ZAGONEL, Frei Carlos Albino, op. cit., p. 8.

⁴⁴ As dispensas foram organizadas em cinco esquemas de acordo com as condições político-religiosas das terras de missão. O quarto esquema era destinado as faculdades concedidas ao Nuncio Apostólico e prefeitos das missões da África, Ásia, América e seus colaboradores. Dessas faculdades estavam investidos os missionários capuchinhos que vinham para o Brasil. Estas faculdades extraordinárias ou maiores (por conceder poderes mais amplos do que as ordinárias) atendiam as necessidades dos missionários destinados as terras de missões, já que estariam distantes das autoridades eclesiásticas. Por meio delas os missionários estavam autorizados a realizar as dispensas de irregularidades, dispensas e comutação de votos religiosos simples, absolvição e dispensa do pecado de simonia. Estavam aptos a resolver a dispensa do preceito do jejum e da abstinência, bem como alguns casos dos impedimentos matrimoniais, da absolvição do pecado de heresia e apostasia, já que casos mais complexos deveriam ser dirigidos a Santa Sé. Outras faculdades referiam-se aos sacramentos e ao ritual litúrgico: licença para binar, celebrar em altar portátil, celebração campal ou em casa particular, bênção de paramentos e alfaias sagradas, consagração de cálices, patenas e altares portáteis, reconciliação de igrejas profanadas, administração de sacramentos, mesmo paroquiais, exceto o da ordem e do crisma e em lugares onde não havia bispos ou vigários, ou, em caso contrário, com a licença deles, para celebração de missa de Réquiem, em certas circunstâncias e conforme as rubricas em vigor, para se levar a comunhão aos enfermos em forma privada. Havia faculdades relativas à concessão de indulgências plenárias e parciais, entre elas, a das Quarenta Horas. Era previsto usar roupa secular e ler livro herético ou infiel com a finalidade de confutá-lo. Essas faculdades do quarto esquema eram conferidas ao prefeito da ordem, com o poder de delegá-las aos cooperadores da missão de sua jurisdição. Vale

Dos arredores dos hospícios passaram a executar o trabalho apostólico nas missões aldeamentos, não somente na capitania de Pernambuco, mas também no Rio de Janeiro, quando se lançaram à missão no curso do Rio São Francisco. De acordo com Fabricio Lyrio Santos, apesar das ordens religiosas terem adotado diferentes métodos de catequese para converter a população nativa ao cristianismo, foi o aldeamento – reunião de índios em povoações para imprimir uma rotina de ensino da doutrina e transmissão do modo de vida cristão – o mais utilizado na colônia. Este modelo das chamadas aldeias, implantado após 1549, vigorou oficialmente até 1758, quando a administração dos missionários sobre as aldeias foi abolida pela legislação pombalina.⁴⁵

Nesse sentido, a capitania de Sergipe Del Rey não fugiu à regra quando se utilizou dos missionários para amansar o gentio. No entanto, algumas peculiaridades são perceptíveis no processo de colonização e povoamento deste território a começar pela quantidade de Ordens religiosas, que é bastante expressiva, se observado o espaço territorial pequeno comparado à extensão das capitanias da Bahia e Pernambuco. Não se objetiva investigar a questão do que levou a permanência dos capuchinhos, nem mesmo se aprofundar em sua ação nos aldeamentos de Sergipe, por uma questão simples, a tese requer delimitação do objeto. Mas, é válido salientar que os capuchinhos na França tinham experiência no combate ao protestantismo, embora, na colônia (Brasil) tratava-se de uma situação pontual, na qual outros interesses estavam em jogo naquele momento: pacificar o gentio para dar passagem à expansão colonial que interessava a Coroa. O fato é que, mesmo que os capuchinhos franceses tenham ganhado certa confiança dos portugueses por terem auxiliado na guerra de Restauração de Pernambuco, a sua permanência até 1702 foi permeada de contradições e desconfianças por parte de colonos e autoridades portuguesas que não viam com bons olhos a presença francesa na região.

Entretanto, é necessário traçar um breve panorama da ação destes sujeitos, com ênfase a identificar a sua passagem por Sergipe e ao mesmo tempo observar, ainda que de forma breve, o quanto as ordens agiram nestas terras, antes mesmo da investida do colonizador. Isso levando em consideração que a historiografia aponta a presença dos jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio, ainda em 1575, como sendo os responsáveis pela fundação das missões de São Tomé e Santo Inácio. Parece que estes foram os únicos religiosos a atuarem no século XVI, antes

ressaltar que mesmo tendo recebido os poderes da Santa Sé, os missionários eram obrigados a apresentar as patentes ao Ordinário ou ao Vigário Apostólico do lugar, pedindo a licença para o uso de tais faculdades. Esse esquema permaneceu durante a ação da *Propaganda Fide* (1622-1908), sofrendo pequenas variações. Cf. REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., p.98;100; 286-288.

⁴⁵ SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à Civilização: Colonização e Povos Indígenas na Bahia*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014, p. 15-16.

mesmo do episódio da conquista de 1590, quando soldados de Cristóvão de Barros travaram guerras com os índios. Situação diferente do século XVII, período em que se registra a presença de carmelitas (1618-19), franciscanos (1659) e capuchinhos (1671).⁴⁶

Na percepção de Beatriz Dantas, as ações missionárias na capitania de Sergipe foram intensificadas, assim como nas outras regiões da colônia depois da saída dos holandeses. Os missionários que vinham da Bahia acompanhavam o caminho da pecuária ao organizarem missões ao longo do vale do Rio São Francisco. Exceto os capuchinhos franceses, que vieram de Pernambuco, quando fundaram duas missões: Ilha de São Pedro de Porto da Folha e Pacatuba.⁴⁷ Desde as memórias do eclesiástico Marcos Antonio de Souza, escritas em 1808, consta que os jesuítas e os carmelitas tiveram grandes extensões de terras no Sergipe.⁴⁸ Assim, quando o capuchinho Anastácio de Audierne passou a catequizar os índios aramurus da ilha de São Pedro do Porto da Folha, no final de 1671, o território contava com outras ordens. Para Regni, a motivação para aquela missão teve relação com Pedro Gomes, que cedeu parte das terras de sua extensa propriedade para formar aquele aldeamento que tinha por objetivo catequizar os índios que “na guerra de libertação pernambucana, se puseram ao lado dos portugueses”.⁴⁹

Regni não percebeu que o espaço desta missão foi objeto de disputas entre os criadores baianos e os pernambucanos, que se viam impossibilitados de expandir suas fazendas de gado por conta da resistência de índios e negros. Estes, fugidos das primeiras ações colonizadoras, viviam naquelas “terras de refúgio”, conforme defendeu o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva. Por isso, ao longo do setecentos foram decretados alvarás com instruções para destruir os redutos de índios e os mocambos como uma estratégia para o colonizador assegurar a paz nas terras dos sertões, nas quais estavam a expandir o gado.⁵⁰

⁴⁶ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Cristóvão: UFS, 1996, p. 244-245. No que se refere aos jesuítas e carmelitas a datação trazida por Nunes corrobora com as informações de Freire. A divergência se dar em relação a chegada dos capuchinhos que Freire recuou para 1603 e dos franciscanos (1657). Freire diverge da datação que é atribuída a chegada dos capuchinhos no Brasil, inclusive, em relação ao episódio no Maranhão em 1612. Cf. FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira, op. cit., p. 159.

⁴⁷ DANTAS, Beatriz Góis. Os Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (org). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, UFS/BANESE, 1991, p. 40. Os jesuítas organizaram as fazendas de Tejupeba, Japoatão e a missão do Geru; os carmelitas a missão de Japarutuba e outra nas proximidades do Rio Real.

⁴⁸ SOUZA, Marcos Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe (1808)*. Aracaju: Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, 2005, p. 80-81. Este sacerdote era conhecedor da região, por ter assumido a vigararia da Freguesia de Jesus, Maria, José e São Gonçalo do Pé de Banco (atual Siriri).

⁴⁹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., p. 146. No século XVIII, o descendente (bisneto) reclama as terras doadas aos índios. “Representação de Gomes Ferrão Castelo Brando”, administrador do morgado de Porto da Folha que pedia a anulação do ato de doação e expulsão dos índios.

⁵⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Camponeses e Criadores na formação social da miséria*: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981, p. 10. Silva destaca como marco do aldeamento dos índios de São Pedro a década de 1650, mas,

Em meio a este jogo de interesses, Frei Anastácio de Audierne solicitava ajuda dos governos de Lisboa, na pessoa da Rainha Maria Francisca Isabel de Sabóia, e da Bahia, por intermédio do Governador Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça para manter os índios e missionários protegidos. Os decretos proibiam guerras aos aramarus residentes nas terras de Pedro Gomes e ordenava ao Provedor-mor da Real Fazenda dar ao capuchinho os meios necessários para a construção da igreja e para a organização da missão conforme modelo usado pelos centros missionários das colônias portuguesas e espanholas. A planta padrão consistia na construção de uma “praça quadrada onde estavam a igreja e a casa dos missionários; ao redor, as casas dos índios; fora, uma vasta área cultivada e usada para os animais”.⁵¹

Maria Thetis Nunes, quando analisou a catequese dos índios aramarus, chegou a mencionar que os capuchinhos catequizaram os índios caiapós, em Pacatuba.⁵² Poucas são as informações sobre as origens dessa missão que Dantas aponta ter sido fundada pelos capuchinhos.⁵³ Por meio das pistas deixadas nas memórias de Martinho de Nantes é possível conjecturar que Frei José de Ploermel tenha atuado nessa missão (1682-1702), quando se deu a saída dos capuchinhos franceses.⁵⁴

A presença dos capuchinhos franceses é da segunda metade do século XVII, quando a capitania de Sergipe Del Rey já havia enfrentado as guerras de conquista pelo estabelecimento do colonizador⁵⁵ e havia sido transformada numa “zona de destruição” tanto pelos holandeses quanto pelos portugueses, os quais usaram da tática da terra arrasada para evitar que esta capitania viesse a servir de base de apoio ao inimigo. Para Maria da Glória Almeida, essas ações

Regni aponta a década de 70, o que parece mais provável ao menos se pensada pela presença da chegada do capuchinho francês naquela localidade. Mais informações sobre os referidos mocambos consultar: FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira, op. cit., p.; NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*, op. cit.

⁵¹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., p. 104.

⁵² NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*, op. cit., p. 244-245.

⁵³ DANTAS, Beatriz Góis, op. cit., p. 40.

⁵⁴ Frei José de Ploermel entrou para a Ordem a 29 de julho de 1670. Estudou no convento de Mayenne nos anos de 1672 e 1673. Foi para o convento de Le Croisic (1702), no qual permaneceu até a morte, a 8 de março de 1711, com 62 anos de idade. Regni, destacou que, durante a pesquisa realizada nos mais variados arquivos do Brasil e da Itália, nada encontrou sobre a atuação deste capuchinho, considerado o fundador da missão de Pacatuba. “Frei José de Ploermel – irmão de fr. Clemente, Provincial dos capuchinhos bretões, conhece-se realmente bem pouco. Pela Relation de fr. Martinho, sabe-se que, em 1682, fazia pouco tempo que chegara ao Brasil e que se achava na aldeia de Poxim, (atual Pacatuba), às margens do rio de igual nome, a três léguas da foz do S. Francisco. Provavelmente foi o iniciador daquela missão. Com certeza pelo fim de 1686 estava aqui no Brasil, onde, é provável, permaneceu até a saída definitiva dos capuchinhos franceses da Colônia”. REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., p. 178-179. Cf. NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão de Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os chamados Cariris*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

⁵⁵ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira, op. cit., p. 83-105. A colonização de Sergipe teve início com a cruz dos padres jesuítas Gaspar Lourenço e João Salonio, em 1575, seguida pelas guerras de conquista de 1590, com Cristóvão de Barros. Foram mortos em torno de mil e seiscentos índios e capturados quatro mil na guerra de conquista concentrada na faixa costeira. Muitos outros conseguiram fugir e se embrenharam pelas matas densas.

contribuíram para Sergipe Del Rey não acompanhar o ritmo da fase áurea da economia açucareira nos séculos XVI e XVII.⁵⁶ Por estas razões, as matas densas que ficavam mais distantes dos pequenos núcleos de povoamento passaram a servir de pousada daqueles que fugiam das investidas do colonizador. Os capuchinhos franceses atuaram neste cenário, quando o ritmo da economia tinha seu maior apoio na criação do gado.

Mesmo que Sergipe já contasse com alguns engenhos, inclusive sob o domínio de ordens religiosas,⁵⁷ foi o gado,⁵⁸ somado ao fumo e aos gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, que marcaram os aspectos econômicos da colonização, imprimindo uma marca diferenciada das outras capitanias onde predominava o cultivo da cana-de-açúcar conforme defendeu Antônio Lindvaldo Sousa.⁵⁹ Nesse sentido, Sergipe serviu como área de abastecimento de vital importância para manter aqueles que viviam no mundo dos engenhos, principalmente, no recôncavo baiano. Peculiaridade que o historiador inglês Stuart B. Schwartz não conseguiu perceber com clareza.⁶⁰

Mesmo depois dos capuchinhos franceses contarem com a proteção da Corte de Lisboa, continuavam a serem vistos com desconfianças pelas autoridades na colônia, em especial, pelos proprietários de terras da Bahia donos do morgado que ficou conhecido como a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. Pelo trabalho de Ângelo Emílio Pessoa percebe-se que os empreendimentos de conquista desta família de criadores de gado motivaram conflitos com outros colonizadores, com os indígenas e com os missionários catequizadores, inclusive, com os próprios capuchinhos franceses.⁶¹ A presença de capuchinhos franceses, vindos direto de Pernambuco,

⁵⁶ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Nota Prévia sobre a Propriedade Canavieira em Sergipe (Século XIX). In: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH – Aracaju*, setembro de 1975, p. 483. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.23.pdf>. Acesso em: abr. 2018. Para esta autora a região de Sergipe passou a ser uma “zona de destruição” na fase que os holandeses estavam em Pernambuco.

⁵⁷ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*, op. cit., 1996.

⁵⁸ Razão pela qual, Freire escreveu a célebre frase que o sergipano antes de ser agricultor foi pastor. Cf. FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira, op. cit.

⁵⁹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Textos Pioneiros da Historiografia Sergipana*. Disponível em: http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11434026062013Historia_e_Historiografia_Sergipana_Aula_2.pdf. Acesso em: abri. 2018.

⁶⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶¹ PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As Ruínas da Tradição: A Casa da Torre de Garcia D'Ávila Família e propriedade no nordeste colonial*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, p. 198-199. Neste trabalho pode ser encontrado mais informações sobre o Morgado da família Garcia d'Ávila, cuja ruínas da Casa da Torre, fica localizada em Tatuapara, no município baiano de Mata de São João. A trajetória deste morgado se confunde com as vicissitudes enfrentadas pelas populações indígenas ao longo do período colonial. O primeiro Garcia d'Ávila a adquirir sesmarias teve sua descendência garantida pelo neto Francisco Dias d'Ávila até as lutas de extermínio dos aldeamentos do Rio São Francisco e os “bárbaros” do sertão, nos séculos XVII e XVIII.

incomodava a estes colonizadores da Bahia, que foram apontados por Regni, como os inimigos das missões francesas.⁶²

Pelas proximidades das terras do morgado Garcia d'Avila com a capitania de Sergipe, havia interesses destes em fazer expandir suas fazendas de gado para aquela região. Nesse sentido, Sousa ao tratar da expansão da cristandade na América portuguesa a partir do povoamento de Sergipe D'El Rey destacou que esse território não contava com a presença do colonizador até meados da década de 1570. Depois de algumas tentativas de conquista sob o comando de religiosos jesuítas, a guerra ao gentil liderada por Cristóvão de Barros se deu em 1590, passando o território localizado entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco a ser denominado de Sergipe Novo ou Sergipe D'El Rey. O processo de colonização se estendeu ao longo dos séculos XVII e XVIII tomando a direção sul ao norte, do Rio Real ao São Francisco, passando as terras a serem ocupadas pelas boiadas e para o cultivo das culturas de subsistência. Assim a ocupação dessas terras representava a ampliação da penetração portuguesa no Brasil.⁶³

Diferente das capitanias vizinhas a pecuária desempenhou um papel importante na formação dos primeiros núcleos de povoamento na capitania de Sergipe D'el Rey, assim como as ações dos agentes da Igreja. Desse modo, as missões tinham que se estabelecer em meio a um conjunto de interesses por vezes conflitantes. Era preciso atender às múltiplas exigências da *Propaganda Fide*, da hierarquia da Igreja local, dos prefeitos da Ordem, da Coroa, dos nativos, e principalmente, dos potentados locais. Soma-se ainda as longas distâncias dos aldeamentos com os hospícios e com as principais vilas e cidades. A narrativa da transferência de Frei Anastácio da Ilha de São Pedro para a missão de Pambu, mais próxima das missões dirigidas pelos capuchinhos Martinho de Nantes e José de Châteaugontier, aponta algumas destas questões.

Assim a amargura da transferência [de Frei Anastácio] foi compensada pela satisfação de sair de sua solidão sofrida na ilha de S. Pedro e estabelecer uma estreita colaboração com seus dois confrades. Tal colaboração se revelou altamente importante naquele momento tão dedicado para as missões são-franciscanas, seriamente ameaçadas pelas pretensões da família da Torre que invadia com seu gado as terras dos índios.⁶⁴

Nesse jogo de interesses pelas terras da capitania de Sergipe, as duas missões – Ilha de São Pedro e Pacatuba – foram administradas pelos capuchinhos franceses até o ano de 1702,

⁶² REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., 1987, p. 148.

⁶³ SOUSA, Antônio Lindvaldo. Núcleos de Povoamento e Expansão da Cristandade na América Portuguesa no século XVII: o caso de Sergipe D'El Rey. In: SOUSA, Antônio Lindvaldo (org.). *O Pulso de Clio...:Religiosidade, Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012, p. 15.

⁶⁴ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia*, op. cit., 1987, p. 149.

quando passaram aos religiosos carmelitas, antes de virem a ser administradas pelos capuchinhos italianos. Devido ao regime de padroado era necessário que os religiosos destinados às missões no Congo e Angola, autorizados pela *Propaganda Fide*, obtivessem a liberação da Coroa lusitana. Assim eles passavam por Lisboa para com a documentação em mãos, seguir para a África. Nem sempre poderiam embarcar direto para Angola. Muitas vezes embarcavam em uma das naus, que três vezes por ano, saíam destinadas a Pernambuco, Bahia de Todos os Santos e Rio de Janeiro. Passavam um tempo à espera de embarcações que os levariam para a África.⁶⁵ Nesse intervalo de espera, às vezes de meses, conheceram a região de Salvador, localidade onde aspiravam construir um hospício desde a época que os franceses se estabeleceram na região, ainda no século XVII, quando a criação do hospício de Nossa Senhora da Piedade⁶⁶ motivou um debate na Câmara. Na ocasião, a Família da Casa da Torre já demonstrava interesse na fixação destes religiosos italianos que estavam de passagem, em detrimento dos franceses, que tinham a autorização para atuar no Brasil.

Com a saída dos capuchinhos franceses em 1702, os frades italianos do hospício de Lisboa e o prefeito das missões do Congo e Angola pediram a permissão da Coroa para criação de uma prefeitura para os capuchinhos italianos que teria como sede o antigo hospício dos capuchinhos franceses. Pelo decreto régio de 26 de fevereiro de 1705, a Coroa autorizava somente a permissão do hospício como base de apoio para os capuchinhos com destino às missões na África. Decisão que desagradava não somente a Propaganda e aos Superiores da Ordem, mas também às autoridades baianas que aspiravam que “fossem confiadas aos capuchinhos também as missões deixadas pelos missionários franceses e que estavam entregues aos carmelitas.”⁶⁷

Por este impasse é possível conjecturar que no processo de expansão da cristandade a relação das Ordens religiosas era permeada de rivalidades. Primeiro, a construção do hospício foi resultado de disputas entre os confrades da mesma Ordem Capuchinha – franceses e italianos. Depois, na tentativa de estabelecer seu apostolado na colônia os capuchinhos de origem italiana passaram a rivalizar com os frades da Ordem do Carmo pela posse das missões indígenas administradas pelos capuchinhos franceses. Nessa disputa, para além das rivalidades entre as ordens, existiam os interesses, em especial, da Família da Casa da Torre, em conquistar as terras da capitania de Sergipe para aumentar seus domínios para a criação de gado e para a

⁶⁵ PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade de Itambacuri fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1944)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1945, p. 41-42.

⁶⁶ Esta questão não será investigada por fugir aos objetivos deste trabalho.

⁶⁷ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., 1988, p. 19-21.

conquista de mão de obra indígena. A escolha dos potentados rurais da Bahia pelos capuchinhos italianos se dava pelo fato das melhores relações que as autoridades de Pernambuco mantinham com os capuchinhos franceses. Uma ameaça ao projeto expansionista da Família da Casa da Torre.

Em 1705, os capuchinhos italianos assumiram o controle do hospício, mas não foram autorizados a criarem uma prefeitura da Ordem para assumirem as missões como desejavam algumas autoridades civis e eclesiásticas da Bahia. Nesse momento, o hospício atendia os interesses das missões no continente africano. Serviria, em especial, para a hospedagem e os cuidados com os missionários doentes que transitavam entre a Europa e aquele continente. Prioridade que não impedia aqueles missionários de passagem a executar assistência religiosa ao povo da cidade de Salvador que voltava a frequentar a igreja da Piedade. Na percepção de Regni, além de conquistar a simpatia da população e das autoridades baianas, os religiosos tornaram o hospício uma espécie de procuradoria para todas as missões das colônias lusas na África e na América.

Havia transcorrido seis anos quando em 1708, o arcebispo, D. Sebastião Monteiro da Vide (1702-1722) e o Núncio Apostólico de Lisboa, D. Michelangelo Conti, enviaram pedidos a Roma com o objetivo de que fossem concedidas aos capuchinhos italianos daquele hospício as faculdades de missionários apostólicos. Desejavam a criação da prefeitura da ordem na Bahia e a vinda de religiosos para executar a ação pastoral naquele território. Dentre os empecilhos, mais uma vez, estava a falta de recursos por parte da *Propaganda Fide*, a oposição da Coroa por acreditar que tinha clero suficiente na colônia e a preocupação do enfraquecimento da missão na África pela falta de frades. Para superar o problema do custeio da viagem destacou Regni que “Garcia D’Ávila Pereira, filho de Francisco Dias D’Ávila e herdeiro da poderosa Casa da Torre”, se propôs a financiar a viagem dos capuchinhos italianos. Proposta que foi aceita pelo Conselho Ultramarino em 26 de outubro daquele ano.

Assim, além dos interesses de D. Sebastião Monteiro da Vide observa-se que a fundação da prefeitura dos capuchinhos italianos na Bahia se deu por intermédio de Garcia D’Ávila Pereira, que usou da sua influência política de grande senhor de terras para financiar a vinda dos missionários que passariam a substituir os carmelitas nas missões aldeamentos localizadas na Bahia e Sergipe, a partir de 1710. Nesse sentido, percebe-se que, da mesma forma que a Família da Casa da Torre teve interesse na saída dos franceses, também estava a influenciar a saída dos religiosos carmelitas. Parece que mais uma vez o interesse não estava necessariamente nos filhos de São Francisco, já que os capuchinhos franceses também o eram, mas em deter as ordens religiosas que representavam empecilhos para o avanço sobre as terras que ficavam na

capitania de Sergipe Del Rey. Terras estas que, em boa parte, eram propriedades tanto dos carmelitas quanto dos jesuítas.

Nesta fase de tramitação da vinda dos missionários italianos para o Brasil, os capuchinhos da missão de São Tomé, na África, estavam a enfrentar desavenças com os cônegos da catedral daquela diocese. Por este motivo, os primeiros capuchinhos italianos que atuaram na nova prefeitura da Ordem no Brasil vieram das missões daquele continente. Um deles foi Frei Francisco da Torre Del Greco. Este solicitou ao arcebispo, D. Sebastião da Vide, de quem dependia aquela diocese, uma intervenção a favor dos capuchinhos que lá se encontravam. Tais desavenças levaram o procurador geral a solicitar a vinda deles para as missões no Rio São Francisco. Desse modo, mesmo com os investimentos da Família da Casa da Torre, até o ano de 1710 foram poucos os missionários que atuaram no Brasil. Somente a partir dessa data, passados oito anos da saída dos franceses, que alguns capuchinhos italianos começaram a administrar as aldeias, de forma oficial. Foram designados Frei Gabriel de Bolonha para a missão de Pacatuba, Frei Estêvão de Bolonha para São Pedro no Porto da Folha, e outros.⁶⁸ Mesmo depois desta substituição, os carmelitas continuaram no território de Sergipe a administrar seus bens, acumulados por doações e legados.⁶⁹

A instalação das missões dos capuchinhos italianos foi marcada por uma série de dificuldades. Primeiro que o uso do hospício dos franceses, a partir de 1705, estava restrito a atender as necessidades da missão na África. Somente a partir de 1709 foi autorizada a vinda de missionários sob o financiamento da Casa da Torre. Os missionários que vieram da África, a partir de 1710, para assumir as aldeias não resolveram o problema, pois muitos deles morreram poucos anos depois por conta da idade avançada. A falta de frades jovens sinalizava uma crise, ainda em 1714, com o esvaziamento do hospício e poucos frades nos aldeamentos. Na tentativa de resolver estes problemas, os superiores da Ordem pediram recursos à *Propaganda Fide* para que pudessem vir novos missionários da Itália, impedindo o fechamento da recente prefeitura brasileira, base para as missões da África. Alegada a falta de recursos para sustentar o movimento missionário em todo o mundo, mais uma vez o coronel Garcia D'Ávila enviou a quantia necessária para o custeio da viagem para sete missionários, através dos serviços bancários de Gênova. Entre os missionários que vieram, Frei Vicente de Parma foi

⁶⁸ Ibid., p. 32-36. Frei Hipólito do Borgo S. Donnino, para Rodelas e Axará, Frei Apolinário de Brêscia, para Aracapá, Frei Filipe de Calvello, para Pambu, e Frei José de Malpignano (Lecce), para Cavalo e Irapuá.

⁶⁹ A atuação dos carmelitas no Sergipe merece mais atenção por parte de novos pesquisadores, tendo em vista que existem documentos sobre o patrimônio desta Ordem nos arquivos sergipanos. De acordo com Wernet, somente no pós independência se deu a extinção desta Ordem na província de Sergipe, quando a Assembleia Provincial passou a reivindicar quem teria direito a posse dos seus bens. Cf. WERNET, Augustin, op. cit.

destinado para a missão de São Pedro no Porto da Folha, onde deve ter permanecido até a morte no ano de 1729.⁷⁰

Desses missionários italianos chegados no século XVIII, poucos destinados a realizar as missões populares (também designadas como missões itinerantes), ainda fazia parte do projeto daquela prefeitura enviá-los para atender as missões aldeamentos deixadas pelos franceses, ou passar a criar outros núcleos de missão para evangelizar o gentio que ainda estava a impedir o povoamento empreendido em grande parte pelos herdeiros da Família da Casa da Torre. Entretanto, a missão continuava a enfrentar dificuldades: problemas financeiros para custear as viagens dos missionários, a morte dos que aportaram no Brasil já cansados das missões da África, desentendimentos internos por parte dos missionários com alguns superiores. Para agravar a situação da recente prefeitura, somando-se aos problemas internos, ocorreu a crise das missões por conta das ações do Marquês de Pombal que resultaram numa série de dificuldades: ausência do Núncio, pretensões regalistas, dificuldades de toda espécie, que impossibilitavam aos órgãos centrais de Roma a direção e o governo regular do movimento de expansão evangélica, pois, as disposições dos Superiores da Ordem e da *Propaganda Fide* passaram a ser bloqueadas por Portugal. Driblando os obstáculos a “Propaganda procurou burlar a vigilância de Lisboa, enviando correspondências aos interessados por meios clandestinos.”⁷¹

A legislação pombalina, promulgada na década de 1750, decretou o fim da escravidão indígena e mudou os métodos de catequese vigentes. Um marco importante para se compreender as mudanças que foram empreendidas nas missões aldeamentos e nas práticas dos capuchinhos, que gradativamente, foram sendo afastados das aldeias, que passaram a dar lugar a novas vilas e paróquias. Nesse processo de transformação, a necessidade de catequizar o índio deu lugar ao projeto civilizatório,⁷² que passaria a exigir novas práticas dos missionários para atender uma nova dinâmica, ao menos, daqueles que conseguissem resistir à crise do clero regular advinda das reformas de Pombal.

Este período pós pombalino foi denominado por Regni, como uma fase de ajustamento da missão baiana quando se referia ao caso dos capuchinhos. É nessa fase de empreendimento de um projeto civilizatório que as missões populares/itinerantes começaram a ganhar visibilidade, apesar da permanência dos poucos capuchinhos que restavam nos aldeamentos.

⁷⁰ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p.37-39. Esta missão estava desprovida de missionário por causa da morte de frei Estêvão de Bolonha.

⁷¹ Ibid., p. 202.

⁷² SANTOS, Fabrício Lyrio, op. cit.

Ainda na primeira metade do século XIX havia capuchinhos nos antigos aldeamentos, inclusive em Sergipe. Nesse caso, em 1808, Souza destacou que “[...] se acha a Missão de S. Pedro, na qual há um capuchinho italiano que dirige trezentos índios muito indolentes, os quais vivem da pesca e muito pouca mandioca, que plantam nessa pequena ilha”.⁷³ Assim, observa-se que na prática o missionário capuchinho não foi afastado das aldeias de imediato.

Em linhas gerais, a atuação dos capuchinhos italianos em Sergipe no setecentos estava mais direcionada para as missões aldeamentos na Ilha de São Pedro e Pacatuba, mesmo depois da legislação pombalina. Pouco se tem registrado da realização de missões itinerantes neste século no tocante a estes religiosos, o que não significa dizer que elas não tenham ocorrido, ainda que de forma incipiente, sendo também realizadas por estes religiosos que se encontravam nos aldeamentos. A exceção se dá, nas últimas décadas do século XVIII, com o apostolado do capuchinho Apolônio de Todi voltado tanto para os aldeamentos indígenas quanto para as missões populares. Estas missões começavam a ser apontadas pelos superiores da Ordem como a melhor forma de apostolado em virtude da supressão das aldeias, o que parece ter chamado a atenção de alguns arcebispos da Bahia, apesar dos desafios enfrentados pela nova prefeitura da Ordem, contando com poucos religiosos.

Nesse sentido, alguns documentos dos preladados apontam o interesse deles pelo trabalho apostólico dos capuchinhos. Um deles foi D. Joaquim Borges de Figueroa (1773-1778)⁷⁴ que, em resposta a chegada de seis capuchinhos no ano de 1778, apelava à coroa pelo envio de mais “três ou quatro”, por considerar que “não se encontrava no clero secular e regular, de que dispunha a arquidiocese, elementos dignos com quem contar” para missionar nos aldeamentos. Foi considerado por Regni “o grande amigo dos frades capuchinhos”.⁷⁵ Parece que a dedicação dos capuchinhos não se restringia ao apostolado nas missões. Seu trabalho na Igreja da Piedade pode ter contribuído para manter a boa relação com os arcebispos. Nesse sentido, Silva destacou a notoriedade das práticas destes religiosos na referida Igreja/hospício quando tratava da diversidade de cultos, de ordens e de templos da Cidade Episcopal.

Porém, de todos os templos assentados na área, nenhum alimentava maior dinamismo que o de N. Sra. Da Piedade, ‘frequentado de grande povo pela devoção deste Santuário’, cuja atuação exemplar dos religiosos capuchinhos

⁷³ SOUZA, Marcos Antonio de, op. cit., p. 88-89.

⁷⁴ D. Joaquim Borges de Figueroa, secular, nomeado em 3 de abril de 1772, ainda no pontificado de Clemente XIV. Doutor em leis por Coimbra, fora o segundo bispo de Mariana, cargo que ocupava por procuração quando foi indicado arcebispo da Bahia, onde tomou posse em dezembro de 1773. Cf. NUNES, Antonietta d’ Aguiar. Bispos e Arcebispos da Bahia no tempo do Padroado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, v.97, 2002, p. 42-43.

⁷⁵ Carta do arcebispo da Bahia, D. Joaquim Borges de Figueroa, de 4 de dezembro de 1778, apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 211. São Tomé era o destino de dois deles.

fomentava ‘o exercício da oração [...] a frequência dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia [...] além das prédicas da doutrina evangélica com que incansáveis o exortam’. Inclua-se nessa afluência o notório concurso de negros, sobretudo à concorrida benção da cabeça aos sábados.⁷⁶

A simplicidade dos filhos de São Francisco continuou a chamar a atenção de outros preladados, mesmo depois da legislação pombalina, conforme pode ser observado pela atuação de Frei Apolônio de Todi. Este capuchinho saiu da Itália com destino a Lisboa onde aportou em 1779. Após a liberação régia partiu em uma das embarcações que cruzava o Atlântico aportando em Salvador no ano seguinte. Do Hospício da Piedade foi enviado em 1781 para missionar na Freguesia de Iguape, próspera região açucareira do recôncavo baiano. Coincidia com o início do múnus episcopal de D. Frei Antônio Correa⁷⁷ (1781-1802), um membro do clero regular, agostiniano, que mantinha o apreço pelo apostolado dos capuchinhos. Fato que pode ser percebido quando este arcebispo, em 1782, pediu permissão ao prefeito da Ordem, Frei Luiz de Bolonha, para que Todi pudesse acompanhar um dos cinco Visitadores destinados a realizar as visitas pastorais. Dada a autorização, passou o missionário a assumir naquela empreitada, que perdurou até junho de 1784, o cargo de Convisitador.⁷⁸

Por conta dessa relação de confiança estabelecida na fase destas visitas, o capuchinho recebeu licença do arcebispo para sair a missionar nos locais que fosse chamado, conforme se observa pela carta que Todi dirigiu ao Dr. Baltasar da Silva Lisboa, quando rememorava sua trajetória pelo vasto arcebispado. Partiu da freguesia de Pirajá na Bahia, chegando à província de Sergipe. A convite do pároco da vila de Lagarto realizou um sermão, persuadindo a população a trabalhar em prol da igreja, quando distribuiu as tarefas entre os participantes da missão desejosos de ver o templo reformado. Estes passaram a se utilizar dos recursos naturais da região levados por carros de bois até o local da igreja velha. A madeira, abundante na região de matas densas, não era problema.

Agora pois toda a dificuldade era da cal, que devia vir da Bahia, que he longe 60 legoas, porque hum Mestre Pedreiro tinha procurado pedra de cal e não tinha achado. Me resolvi de andar por toda as serras que havia na Freguezia, e achei tantas pedras de cal, que não só bastavão para fazer a Igreja, mas cinco Cidades. Aqui escolhi a Serra mais perto chamada Lole, fiz a fornalha, e fiz cal tão boa que nunca se vio nesta terra. D’ahi ajuntei com o povo arêa, saibros [caibros], pedra e cal que chegasse de se fazer a nova Igreja mais grande. Isto

⁷⁶ SILVA, Cândido da Costa e Silva. *Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000, p. 33.

⁷⁷ D. Frei Antonio Correia, eremita calçado de Santo Agostinho, chegou a Bahia em 24 de dezembro de 1781. Faleceu a 12 de julho de 1802. Criou 11 freguesias. Cf. NUNES, Antonietta d’ Aguiar, op. cit., p. 43-44.

⁷⁸ Carta sem data, de fr. Apolônio de Todi ao Dr. Baltasar da Silva Lisboa descrevendo seu itinerário apostólico. (Baltasar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, 6, Rio de Janeiro, 1835, p. 193-206), apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 597.

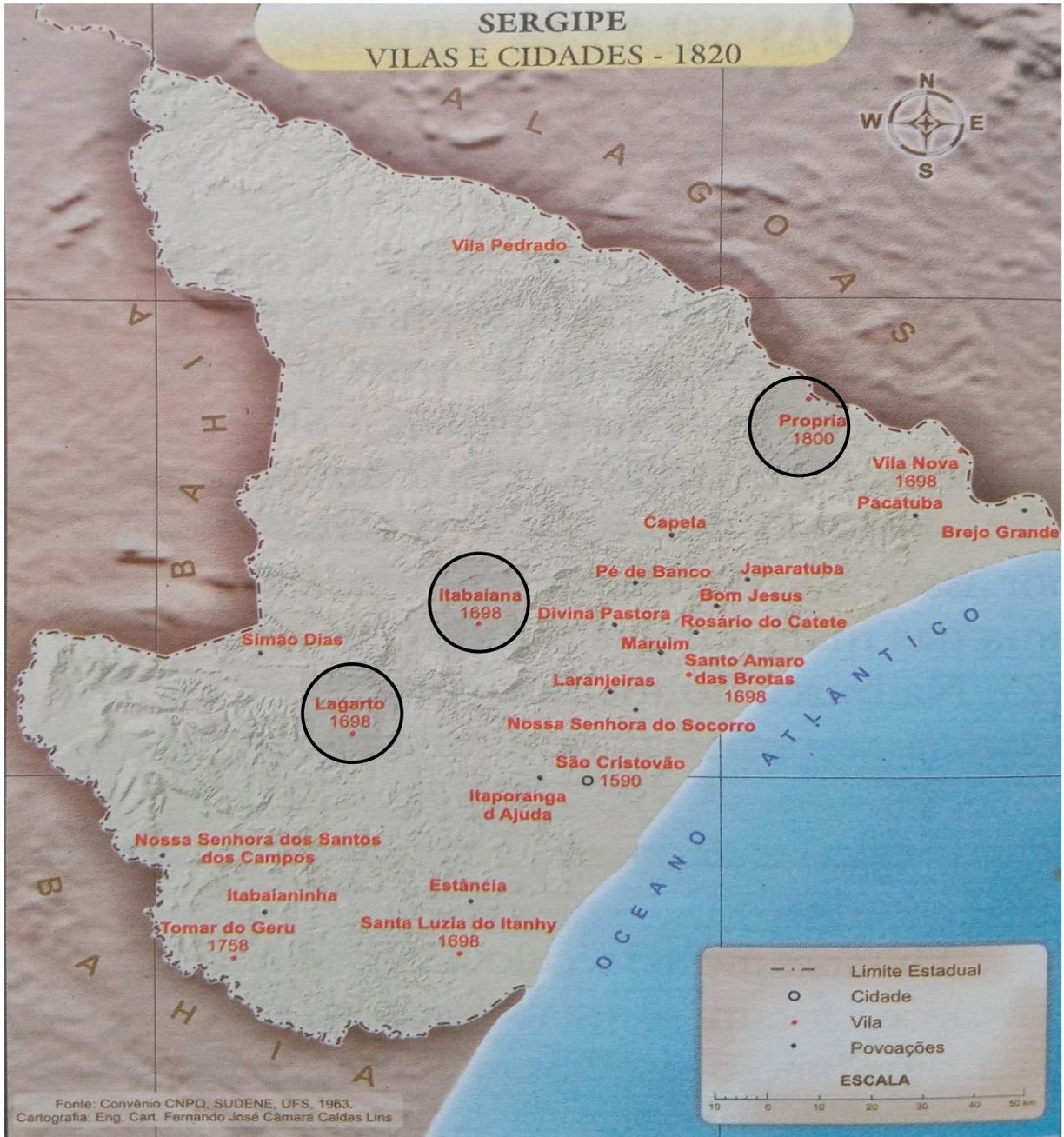
feito se empreitou a obra, e deixei o Reverendo Vigario, e mais o Sr. Capitão Mór em meu lugar, e subi para a Villa de Itabaiana.⁷⁹

Observa-se que Todi não era somente um pregador de sermões para salvar almas, mas seguia o modelo de São Francisco, quando se dedicava a construir igrejas. Tratava-se de um especialista, conhecedor das técnicas mais modernas à época para a construção dos templos. O capuchinho não menciona quanto tempo ficou em Lagarto, mas pelos trabalhos realizados é provável que tenha permanecido mais de um mês, quando partiu para a vila de Itabaiana, trabalhando com ajuda de um frade franciscano de São Cristóvão na obra do altar mor da igreja daquela vila. Depois seguiu em direção ao Rio de São Francisco, com destino a Freguesia do Urubu de Baixo, atual Propriá, onde encontrou a “igrejinha” da freguesia “toda descoberta”, “arruinada” e “suja”. Neste caso relatou ter falado com o proprietário das terras para providenciar a missão, que se deu numa “estribaria”, quando escreveu ao arcebispo solicitando um vigário. Retornou a Lagarto para dar continuidade à obra da igreja, devido a morte do vigário que havia ficado responsável.

Pelo trajeto de Todi, realizado de Pirajá a Maçacará na Bahia, passando por Lagarto, Itabaiana e Urubu de Baixo (atual Propriá) no ano de 1785, observa-se que ele seguia a chamada trilha do gado, na qual se dava o surgimento de novas povoações. Pelo mapa de Sergipe abaixo, apontando as vilas e cidades de 1820, observa-se novas vilas, comparadas às cinco que foram criadas em 1698 (Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e Vila Nova do Rio São Francisco), e um número considerável de povoações, que surgiram, principalmente, nas áreas voltadas para o cultivo da cana.

⁷⁹ Ibid., 597-798. Euclides da Cunha na parte que trata das Fundações jesuíticas na Bahia, destaca que diversos povoados sertanejos se formaram de “velhas aldeias de índios”, arrebatadas em 1758 do poder dos padres pela política de Pombal. Em toda esta superfície de terras, que “abusivas concessões de sesmarias subordinaram a posse de uma só família, a de Garcia D’Ávila (Casa da Torre), acham-se povoados antiquíssimos. De ‘Itapicuru de Cima’ a Jeremoabo e daí acompanhando o São Francisco até os sertões de Rodelas e Cabrobó, avançaram logo no século XVII as missões, num lento caminhar que continuaria até nosso tempo”. A “solicitude calcada do jesuíta e a rara abnegação dos capuchinhos e franciscanos incorporavam as tribos a nossa vida nacional; [...]. A missão de ‘Maçacará’, onde, em 1687, tinha o opulento Garcia D’Ávila uma companhia de seu regimento.” Cf. CUNHA, Euclides. *Os Sertões*: campanha de Canudos. São Paulo: Martim Claret, 2008.

Figura 1 – Mapa de Sergipe: Vilas e Cidades – 1820



Fonte: FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Sousa (coord.). *Atlas escolar Sergipe: espaço geohistórico e cultural*. João Pessoa: Editora Grafset, 2007, p. 38.

No caso de Sergipe observa-se que, além do gado, em especial, nas matas da vila de Itabaiana começava a florescer a cultura do algodão, provocando os conflitos pela demarcação das terras entre os criadores e os lavradores. Em razão dessa tensão, no ano de 1779, o Ouvidor de Sergipe teria recebido ordens do Governador da capitania da Bahia para proceder a demarcação das terras que eram propícias para a agricultura e aquelas que eram adequadas para

a pecuária.⁸⁰ A passagem do capuchinho Todi por Itabaiana, em 1785, se dava no momento destes conflitos. Assim, a missão pode ser compreendida como um instrumento usado para pacificar, não mais os índios aldeados, mas uma população que começava a crescer ao redor das vilas, que necessitava de novas igrejas e novas estradas. As ações dos capuchinhos acabavam favorecendo o desenvolvimento de novos pequenos núcleos de povoamento, que, geralmente, começavam ao redor da capela.

Diante do exposto, observa-se que as ordens religiosas tiveram um papel importante no Brasil desde os tempos coloniais, papel que não se limitava à catequese do indígena. Estas mesmas ordens passaram por fases de apogeu e crise, tanto internas quanto externas, devido à política empreendida pela Coroa de Portugal. O período mais crítico se deu com as medidas pombalinas, quando além de expulsar os jesuítas foram implementadas medidas que provocaram uma crise nas outras ordens. Foi, justamente, neste período que Wernet denominou de definhamento das ordens, que se observa o interesse dos arcebispos da Bahia em manter os capuchinhos em sua arquidiocese. Nesse sentido, D. Antônio Correa (1781-1802), o mesmo que deu poderes a Todi para realizar as visitas pastorais e as missões populares, chegou, no ano de 1799, a interceder junto às autoridades da Santa Sé pela permanência dos capuchinhos. Por meio de correspondência, destacou o papel destes religiosos como sendo “insubstituíveis” para a evangelização do “povo do sertão”:

Eles [capuchinhos] foram e são ainda agora utilíssimos em tudo ao arcebispado. Se às vezes agem, como sucede a todas as pessoas, com alguma imprudência ou ingenuidade, basta uma simples exortação para corrigi-los. De quase todas as freguesias desta arquidiocese me estão chegando os agradecimentos dos vigários pelo grande fruto que têm obtido com a pregação deles, influenciando na religiosidade e nos costumes, coisa que se torna sempre mais necessária neste século tão mau. No princípio de meu governo, enviei, como de costume, cinco visitantes por toda a arquidiocese. A experiência me tem ensinado que as missões são tão úteis quanto as visitas. Os missionários, mediante o uso que faço do privilégio pontifício, administram também a crisma nos lugares onde pregam missões, sem olhar para as vantagens temporais uma vez que dispus assim com referência à administração do sacramento da confirmação.⁸¹

⁸⁰ NUNES, Maria Thetis. A ocupação territorial da vila de Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores, p. 407-420. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural*, vol II. São Paulo, 1976.

⁸¹ Carta do arcebispo da Bahia, D. Antonio Correa de 20 de maio de 1799 ao Núncio Apostólico, apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., 1988, p. 211-212. Nesta fase de transição das missões aldeamentos para as missões itinerantes observa-se que, assim como Todi, outros missionários atuaram nos dois modelos. Frei Clemente de Andorno, por exemplo, declarou por Carta de 15 de agosto de 1796 à *Propaganda Fide*, que havia ficado 10 anos com os indígenas de Pacatuba, se dedicado as pregações, quando realizou em torno de 80 “missões populares” e, por incumbência do arcebispo, com todos os poderes episcopais, passou cinco anos em visita pastoral por todas as direções da arquidiocese.

Na fase de ajustamento da missão capuchinha na Bahia, D. Antônio Correa parece ter sido uma peça importante para fazer manter de pé a missão abalada pela legislação pombalina. Nesse período, observa-se que os capuchinhos se dividiam entre o apostolado das missões aldeamentos, as visitas pastorais e as missões populares, que começavam a ganhar visibilidade. Fase que Todi ganhou fama pelos sertões e, com outros capuchinhos, embora poucos, conseguiram dar um novo impulso às antigas missões ambulantes. Portanto, as práticas de Todi, autorizadas pelo arcebispo, parecem ter contribuído para dar visibilidade ao apostolado das missões populares no pós reforma pombalina. Nesse aspecto, Euclides da Cunha quando falava das povoações que nasceram das missões aldeamentos destacou: “perseverantes missionários, de que é modelo belíssimo Apolônio de Todi, continuaram até nossos dias o apostolado penoso”.⁸² Para Frei Modesto Rezende Taubaté, por meio das missões e das construções das igrejas, Todi “abriu uma época eminentemente gloriosa nos anais das missões de nossa terra”, quando os capuchinhos passaram a “evangelizar, instruir e chamar os fieis à prática da religião e a frequência dos Sacramentos”.⁸³

Ao analisar a reforma na Europa dos séculos XVI-XVII, Peter Burke compreende os frades como mediadores culturais, que imbuídos da simplicidade franciscana encontravam mais facilidade para se aproximar da população pobre.⁸⁴ Deste modo, é plausível pensar o caso dos capuchinhos em Sergipe oitocentista, quando o projeto de expansão da cristandade, implementado pelas ações destes religiosos, acabava contribuindo para pacificar os conflitos que a sociedade civil enfrentava, principalmente, no tocante às disputas de terras, quando essa mediação se faz perceptível tanto nas missões aldeamentos quanto nas missões itinerantes. Uma das razões para que houvesse o interesse dos proprietários em contribuir para manutenção desta Ordem na Bahia. Assim, esse trabalho se volta para investigar as ações dos capuchinhos nessa última forma de apostolado, quando em parte, compartilha-se da tese defendida por Hugo Fragoso, de que as missões populares passaram a ser instrumento de apaziguamento do povo rebelado no Brasil oitocentista, quando os capuchinhos exteriorizavam, até certo ponto, uma espiritualidade franciscana, que se manifestava na simplicidade, na opção pelos pobres e na busca da paz, atuando nas reconciliações públicas.⁸⁵

⁸² CUNHA, Euclides da, op. cit., p. 137.

⁸³ Apolonio de Todi faleceu em 1820, na cidade de Monte Alegre, na Bahia. Cf. TAUBATÉ O.M.C., Frei Modesto Rezende de; PRIMERIO O. M. C., Fidelis Motta de. *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*. São Paulo: Convento Imaculada Conceição, 1929, p. 81-82.

⁸⁴ BURKE, Peter. A Vitória da Quaresma: A Reforma da Cultura Popular. In: BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 299.

⁸⁵ FRAGOSO, Hugo. O Apaziguamento do Povo Rebelado mediante as Missões Populares. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 16/17 n. 1/2, 1985/1986, p. 86. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10385/1/1985_art_hfragoso.pdf. Acesso em: abr. 2018.

As ações de Todi estavam voltadas para as práticas sacramentais e para a construção/reformas das capelas e igrejas, atendendo assim, os anseios do arcebispado, que sabia não ter a quantidade de padres suficientes para dar suporte espiritual a todo o seu rebanho, por conta da extensa região da diocese. Práticas que pareciam interessar aos criadores de gado da Bahia e de Sergipe, quando acabavam contribuindo para a melhoria dos espaços daquelas vilas, investindo na persuasão promovida pelos religiosos, levando à reconciliação e ao apaziguamento dos conflitos, ao menos, parte deles. Este modelo de ação prática da missão capuchinha compreendida a partir da trajetória de Todi se manteria inalterada? Ou seja, a racionalidade da chamada Santa Missão ficaria restrita a estas práticas ou os capuchinhos passariam a readaptá-las a depender das necessidades e dos interesses tanto da Igreja quanto do Estado? O tipo ideal de capuchinho apaziguador se aplicaria a todos eles e em todas as situações? Estas questões são importantes para se pensar as permanências e descontinuidades das ações, quando comparadas com trajetórias de outros capuchinhos, que se dedicaram as missões itinerantes nos séculos seguintes, a exemplo de Frei Paulo Antônio de Casanova.

A situação instável da missão continuou nas primeiras décadas do oitocentos. Entretanto, os capuchinhos foram retomando as suas práticas por meio das missões itinerantes, sem deixar de prestar serviço na catequese dos indígenas, já que mesmo diante das “pretensões regalistas, o Governo contava muito com a obra dos capuchinhos para a pacificação e civilização dos índios”.⁸⁶ Situação que não estava restrita a Bahia/Sergipe, conforme pode ser observado pela distribuição dos capuchinhos por outras províncias nas duas formas de apostolado.

Nesse sentido, o comissário geral desta Ordem remeteu ao Ministro dos Negócios do Império, Manoel Alves Branco, em 18 de maio de 1848, uma relação que expunha a situação da Ordem, identificando os missionários que se dedicavam tanto às missões quanto à catequese, conforme pode ser observado no Quadro 1.

⁸⁶ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 455-456.

Quadro 1 – Relação dos Missionários nas Missões e Catequese dos Indígenas do Império (1848)

PROVÍNCIAS	MISSÕES	MISSIONÁRIOS
Rio de Janeiro	Corte	Fabiano de Scandiano (comissário geral)
		Fidelis de Montesano (ex-prefeito)
		João Baptista de Caserta
		Raineiro de Ovada
		Luiz de Sonino
	Aldeia da Pedra	Florido de Citta di Castello (vice-prefeito)
Seraphim de Montalboddo		
Bento de Genova		
Espírito Santo	Queimada	Gregorio de Bene (vice-prefeito)
	Itapemirim	Paulo Antonio de Casanova (vig. enc.)
	Aldeamento Afonsino	David de Napoles
	Rio Doce	Ubaldo da Civitella del Grando
São Paulo	Aldeamento de Fachina	Pacífico de Montefalco (vice-prefeito)
	Em missões pela província	Ponciano de Montefalco
		Gaudêncio de Genova
		Samuel de Lodi (ex-pref. da Bahia)
		Geronimo de Santa Columba
Minas Gerais	Em missões pela província	Luiz de Ravenna
		Francisco de Taggia
		Eugenio de Genova
		Francisco de Otranto
	Nas margens do Rio Jequitinhonha	Domingos de Casale
		Bernardino do Logonero
Goiás	Pacífica	Francisco de Monte S. Vito
	S. Joaquim de Gynimbu	Sigismundo de Taggia
	Margens do Rio Uruguara	Clemente de Genova
		Raphael de Taggia
Mato Grosso	Chegavam em Cuiabá	Mariano de Bagnaia
		Antonio de Molinetto
Bahia	Hospício	Lodovico de Livorno (prefeito)
		Arcanjo de Ancona
		Pedro Luiz de Seravezza
	Em missões pela província	Paulo de Panicale
		Agostinho de Casanova
	Aldeia de S. Pedro de Alcantara	Caetano de Troína
	Entre Botocudos e Mongoios	Vicente de Áscoli
Nas margens do Mucury	Francisco de Salerno	
Pernambuco com: Alagoas Paraíba Rio Grande Ceará	Hospício	Seraphim de Petraglia
		Pacifico de Placido Messina (prefeito)
	Em missões	Caetano de Messina (vice-prefeito)
		Sebastião de Mellia
		Seraphim de Catania
		Eusebio de Salles
	Baixo verde	Henrique de Bolonha
Caetano de Grattiéri		
Maranhão	Em missões	Dorotheu de Dronero (vice-prefeito)
		Pedro Maria de Brá
Piauí	Em missões pela província	Apollonio de Molinetto
Pará	Em missões pela província	Pedro Paulo de Ceriana (vice-prefeito)
		Fidelis de Jesi
		Egidio de Gerasio

Fonte: AHFSRJ – (7-I-5) – Relação nominal de todos os Missionários empregados nas Missões e catequese dos Indígenas do Império do Brasil em 1848, em anexo, ao Ofício do comissário geral Frei Fabiano de Scandiano ao Ministro dos Negócios do Império, Manoel Alves Branco, 2º Visconde de Caravelas, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1848.

Por esta relação observa-se que no ano de 1848 as missões dos capuchinhos no Brasil estavam organizadas nas prefeituras da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, subdivididas em vice-prefeituras e residências. Todas elas subordinadas ao comissariado geral, sediado na prefeitura do Rio de Janeiro, por esta razão o prefeito assumia a função de comissário geral, a cargo de Frei Fabiano de Scandiano de 1846 a 1859. Pelos dados do comissário geral Frei Fabiano de Scandiano enviados ao Ministro dos Negócios do Império, Manoel Alves Branco em 18 de maio de 1848, constata-se que havia vasta atuação desta Ordem nas duas formas de apostolado, apesar das reclamações da insuficiência de missionários. Curiosamente, este documento oficial silenciou sobre a existência de uma vice-prefeitura em Sergipe, da qual Candido de Taggia exercia o cargo de vice-prefeito, mas seu nome também não consta na relação dos capuchinhos da prefeitura da Bahia, a qual estava subordinado.

1.2 Hospício da Conceição: “viveiro” das missões na vice-prefeitura de Sergipe

Depois da expulsão dos jesuítas e da implantação das reformas pombalinas a Igreja no Brasil vivenciou momentos críticos, alguns deles se agravaram no pós independência. A catequese dos indígenas, a decadência do ensino nos seminários, a situação das ordens religiosas, a divisão eclesiástica das dioceses e paróquias extensas, o estado moral e cultural de parte dos eclesiásticos, o acanhado valor das côngruas que levavam o clero a se preocupar mais com a sua manutenção do que com a função sacerdotal, o aumento de pessoas imbuídas de ideias liberais que se entregaram ao indiferentismo religioso. Estas questões provocaram constantes disputas parlamentares no Primeiro Reinado, principalmente, e no Período Regencial tanto por conta da imposição do padroado civil à Igreja quanto pelas tentativas de integrar o clero à burocracia de Estado, como parte da administração pública, colocando a política eclesiástica sob a dependência do Ministério dos Negócios da Justiça, a partir de 1828.⁸⁷

Foram essas questões que, na percepção de Ítalo Santirocchi, levaram alguns segmentos da hierarquia eclesiástica a ansiar por reformas quando um grupo de padres seculares, liderados

⁸⁷ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015, p. 73-74. Ainda destacou que as questões eclesiásticas passaram a ser despachadas como quaisquer outros assuntos da administração estatal. Os padres e os bispos eram tratados como funcionários civis de uma maneira muito mais incisiva do que havia feito a Coroa portuguesa, que encarregava a Mesa da Consciência e Ordens de muitos negócios eclesiásticos. A Mesa da Consciência e Ordens era órgão do governo português criado em 1532 para resolver as matérias a respeito das obrigações de consciência das três Ordens Militares. No Brasil foi criada no Rio de Janeiro pelo alvará de 22 de abril de 1808 e extinta pela lei de 18 de setembro de 1828, quando passou seus papéis, autos, livros e funções para o Supremo Tribunal de Justiça.

pelo padre Feijó, tentou introduzir algumas mudanças na Igreja entre 1827-1837. Embora este grupo de liberais eclesiásticos e regalistas não tenha obtido vitórias significativas, acabou provocando discussões e rachas ao defenderem o fim do celibato e o cisma. Seus opositores, formados pelo clero mais conservador, impediram a aprovação daquelas propostas. Dentre estes, encontrava-se D. Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), deputado e arcebispo da Bahia, que apesar de não ser ainda totalmente ultramontano, estava entre os bispos defensores da implantação da reforma tridentina e da ortodoxia romana. Seguiam nessa perspectiva os bispos de Mariana, José da Santíssima Trindade (1819-1835), do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho (1820-1841), e de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão (1831-1864). Estes, diferentes dos liberais eclesiásticos, eram zelosos da sua autoridade episcopal e fiéis às autoridades civis.⁸⁸

Desde os tempos coloniais que as ações dos capuchinhos despertavam o interesse por parte de alguns arcebispos da Bahia conforme já foi apontado. Teria D. Romualdo Antônio de Seixas, em seu projeto de reforma nos moldes tridentinos, dado continuidade à política de bom acolhimento aos capuchinhos, quando as ordens religiosas ainda enfrentavam o desprestígio, dessa vez, alimentado pelo clero liberal? Diferente da maioria dos outros arcebispos que tiveram passagem efêmera, este paraense assumiu o arcebispado da Bahia por mais de três décadas (1828-60). Período suficiente para adotar uma série de medidas na tentativa de reformar os costumes do clero e da população. Dentre as medidas Antonieta Nunes destacou que foram implementadas pelo arcebispado: a divisão das paróquias; as Conferências Eclesiásticas para melhorar o nível cultural do clero; as reuniões mensais entre os sacerdotes de uma mesma paróquia; a reabertura do seminário em 1834; a criação do Seminário Menor para os estudos preparatórios em 1852; a entrega aos lazaristas da gerência dos seminários em 1856; a adoção do catecismo inspirado nos ensinamentos tridentinos; a criação de 55 freguesias.⁸⁹

Além destas medidas, Riollando Azzi identificou que tanto o ensino religioso quanto as missões populares fizeram parte das ações de D. Romualdo. Por meio do ensino religioso acreditava este arcebispo que poderia enfrentar as ideias liberais que afrontavam o altar e o

⁸⁸ Ibid., p. 74-75. Além de D. Romualdo fazia parte do grupo de opositores aos liberais eclesiásticos: D. Marcos Antônio de Souza (1771-1842), deputado e bispo do Maranhão, padre Luís Gonçalves dos Santos (jornalista, polemista, também conhecido como Padre Pereca), padre William Paul Tilbury, e o Visconde de Cairu (José Joaquim da Silva Lisboa).

⁸⁹ O paraense, D. Romualdo Antonio de Seixas (1828-1860), do clero secular, conde e marquês de Santa Cruz, estava entre os arcebispos brasileiros natos, que começaram a assumir essa função a partir de 1828. Foi eleito Deputado à Assembleia Geral em 1826 e depois em 1841. Tomou posse a 31 de janeiro de 1828, através de seu procurador, o cônego José Cardoso Pereira de Melo, fazendo a sua entrada a 26 de novembro do mesmo ano. Faleceu no palácio da Penha, em Itapagipe, aos 29 de dezembro de 1860, sendo sepultado na Catedral, à porta da capela do Sacramento. Cf. NUNES, Antonieta d'Aguiar, op. cit., p. 46-48.

trono, inculcando na juventude os sentimentos do temor de Deus e o respeito ao monarca. Também serviria para fazer-lhes contrair hábitos de subordinação, amor ao trabalho, profunda veneração às coisas santas e fidelidade aos deveres. Do mesmo modo que as missões populares que, por meio da pregação dos missionários, tinham por finalidade “infundir nos povos o santo temor de Deus, e o respeito e submissão às legítimas autoridades”.⁹⁰

D. Romualdo é considerado um dos representantes mais expressivos da corrente de pensamento tradicionalista. Defendia a continuidade da acepção de Estado cristão, por meio do qual a Igreja deveria permanecer como sustentáculo do poder constituído. Nessa perspectiva, a religião deveria contribuir para o fortalecimento das instituições políticas, garantindo a ordem vigente e funcionando como freio moral para reprimir os considerados maus instintos. Tratava-se de uma postura conservadora que ia de encontro aos projetos considerados liberais conforme defendeu Riolando Azzi.⁹¹ Seu interesse pelas missões populares o levou a manter uma boa relação com os capuchinhos conforme se observa pela missiva dirigida aos Superiores desta Ordem, ainda em 1839, quando iniciava seu projeto de reforma.

Eu faltaria à justiça e gratidão, se como chefe desta Igreja, mais interessado do que ninguém na propagação da sã doutrina e na reforma dos costumes, deixasse de dar um público testemunho do meu íntimo júbilo e reconhecimento àqueles que serviram de feliz instrumento para a execução de uma santa obra. Inumeráveis escândalos removidos pelo sacramento do matrimônio, inveterados ódios e inimizades extintos; muitos esposos discordes congraçados, os tribunais da penitência frequentados e banhados de lágrimas de arrependimento; a piedade e devoção depuradas de prejuízos populares, ou práticas supersticiosas contrárias à santidade do culto; o respeito e obediência às leis altamente inculcados, não como resultado de meras convenções, mas como o preceito e ordenação do mesmo Deus, eis os benefícios que justamente excitaram o entusiasmo dos povos do recôncavo...⁹²

Por esta fala, D. Romualdo reconhecia o trabalho apostólico desempenhado pelos capuchinhos Candido de Taggia e Luís de Seravezza para a propagação da fé e, como consequência, na reforma dos costumes, metas que desejava estender à toda sua jurisdição, na qual o território de Sergipe estava incluso. Também na percepção dos bispos do Maranhão, do Pará e de Pernambuco, os capuchinhos prestaram relevantes serviços tanto para a Igreja quanto para o Estado. Assim como fizeram os arcebispos da Bahia, outros prelados desejavam que mais capuchinhos fossem enviados da Itália para missionar em suas dioceses. Por esta razão,

⁹⁰ AZZI, Riolando. *O Altar Unido ao Trono: Um Projeto Conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, p. 39-43.

⁹¹ *Ibid.*, p. 42-46.

⁹² Coleção das obras de D. Romualdo Antônio de Seixas 2, Pernambuco 1839, p. 461- 462: carta ao Prelado a 29 de maio de 1839 aos missionários fr. Luís de Seravezza e fr. Candido de Taggia: apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 418.

chegaram a enviar ofícios a D. Pedro II, esclarecendo sobre a importância destes religiosos para a disseminação das virtudes cristãs e manutenção da ordem.⁹³

Um ano depois de o arcebispo ter elogiado as ações de Taggia no recôncavo da Bahia, observa-se o interesse das autoridades civis da província de Sergipe por estes religiosos. Foi o periódico, *O Correio Sergipense*, de 19 de abril de 1840, que se dedicou, quase que com exclusividade, a transcrever os documentos que explicitava o desejo pelas missões dos capuchinhos com a maior brevidade possível. Tratava-se de documentação oficial da Assembleia Legislativa Provincial encaminhada ao presidente da província que a remetera às autoridades eclesiásticas da Bahia.⁹⁴ Este primeiro passo foi dado por um dos membros desta Assembleia, o monsenhor Antônio Fernandes da Silveira,⁹⁵ que defendia a tese de que a população sergipana cometia com frequência atentados contra a vida, a fazenda, e a honra dos seus semelhantes por não conhecer as virtudes da verdadeira piedade cristã. Acreditava que, somente por meio dos preceitos da Religião, esta população poderia modificar tais práticas. Membro do eclesiástico e político influente, desde a independência do Brasil, monsenhor Silveira usou desta influência para convencer a Assembleia dos benefícios que teria a província de Sergipe em custear a viagem e a permanência de dois capuchinhos para realizar a Santa Missão, objetivando conter as práticas indevidas da população.

[...] persuadido o abaixo assignado, que só a palavra sancta será capaz de modificar semelhantes paixões, e inclinações, coadjuvada do exemplo, e piedade dos Ministros da Religião, e atendendo aos efeitos que tem ella produzido nos Sertões da Bahia pela prédica de capuxinhos Missionarios: Requeiro se diga ao Governo, que quanto antes peça ao Exm. Metropolitano dois Missionarios, que preguem o Evangelho nesta Provincia, principiando pela Freguezia que mais conveniente for, asseverando-se ao mesmo Governo, que a Assembléa emprega sua maior solitudine em consignar meios a esses Apostolos para bem cumprirem com seo dever; e em reprimir aos Parochos da

⁹³ TAUBATÉ O.M.C., Frei Modesto Rezende de; PRIMERIO O. M. C., Fidelis Motta de, op. cit., p. 195-199.

⁹⁴ BNRJ – *Correio Sergipense*, São Cristóvão, trimestre I, n. 169, 19 de fevereiro de 1840, p. 1-2.

⁹⁵ Monsenhor Antonio Fernandes da Silveira é considerado pela historiografia sergipana o fundador da imprensa na província de Sergipe, por ter em 1832, criado o periódico *O Recopilador Sergipano*. Seus pais são os portugueses, João Batista da Silveira e Maria Zeferina de Andrade. Mas, este nasceu em Estância no ano de 1795 e faleceu na vila de Itapicuru, da Bahia, a 30 de janeiro de 1862. Estudou no seminário baiano de S. Damaso, recebendo em 1820 as ordens de presbítero do hábito de São Pedro e, em seguida, a Investidura de cônego honorário da Sé Metropolitana. De volta a Sergipe enfrentou a agitação política desafiando o partido da metrópole, constituído pelos potentados da terra e senhores dos cargos oficiais. Foi preso e remetido em 1822 às autoridades militares da Bahia como propagador de doutrinas subversivas e suspeito de ser emissário secreto de Pedro I. Restituído à liberdade com a Proclamação da Independência, voltou a intervir nos negócios da província, adquirindo influência, que mais se consolidou durante o predomínio dos Andradas na política nacional. Foi membro do antigo Conselho Geral da Província, substituído em 1834 pela Assembleia Legislativa de que igualmente fez parte, como deputado e seu presidente; desde aquela data até 1841, representou Sergipe na Câmara dos Deputados nas três legislaturas de 1830 a 1841, na de 1850-1852 e como suplente na de 1843-1844. Foi Monsenhor da Capela Imperial, do Conselho do Imperador e comendador da Ordem de Cristo. Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 42-44.

Provincia, que obstarem aos mesmos Apostolos a Missão em suas Freguezias.⁹⁶

Em concordância com a Assembleia Legislativa Provincial, o presidente da província de Sergipe, Wencesláo de Oliveira Bello enviou ofício, datado de 13 de fevereiro de 1840, ao arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas. Por meio deste, o presidente reiterava a solicitação de monsenhor Silveira e da Assembleia com a certeza de que a falta de respeito às Leis e às autoridades constituídas deveriam levar o Estado a unir os interesses da “sã política” com a “pureza da moral” transmitida pelos ensinamentos do Evangelho. O objetivo dessa união Igreja/Estado era, na visão deste presidente de província, “tornar feliz” e “aventurada a Sociedade civil”, por esta razão “suplicava” ao arcebispo o envio de dois missionários capuchinhos para socorrer aquela “porção” do seu “rebanho”, com “a maior brevidade possível”. Ressaltando que, a Assembleia ficaria responsável pelos encargos de custeio dos missionários durante a sua permanência na província.⁹⁷

A resposta ao presidente da província foi dada, em 8 de abril de 1840, por ofício de D. Romualdo Antônio de Seixas, que em concordância com aquelas autoridades ressaltava a relevância das missões dos capuchinhos para a edificação do Brasil. Entretanto, estava impossibilitado de enviá-los devido ao número reduzido daqueles religiosos no Hospício da Piedade, Salvador. No entanto, assim que fosse possível, o prefeito da Ordem enviaria um ou dois capuchinhos para realizar “Santa Missão sob os Auspícios de V. Ex., que assim tornará ainda mais digna do reconhecimento Público a sua prudente e vigilante administração”,⁹⁸ em referência ao presidente da província, Wencesláo de Oliveira Bello. Este deixou em seu relatório uma impressão calamitosa, por conta das rivalidades políticas, dos roubos, das mortes, desobediências e prevaricações que ameaçavam as famílias e a segurança pública da província de Sergipe. Destacou ainda, a precariedade dos templos católicos, incentivando os párocos e fregueses a investir na melhoria destes.⁹⁹

⁹⁶ BNRJ – *Correio Sergipense*, São Cristóvão, trimestre I, n. 169, 19 de fevereiro de 1840, p. 1-2.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ BNRJ – Ofício do arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas dirigido da Bahia ao presidente da província de Sergipe, Wencesláo de Oliveira Bello, em 08 de abril de 1840. In: *O Correio Sergipense*, São Cristóvão, trimestre II, n. 182 e 183, abril de 1840, p. 1.

⁹⁹ Fala do presidente da província, Wencesláo d’Oliveira Bello, em 11 de janeiro de 1840 aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial. Na parte que trata dos crimes, salienta as divisões dos sergipanos em dois partidos e as rivalidades por conta dessa divisão, que recorrendo as armas, ameaça a tranquilidade pública e das famílias. Pediu a conciliação para a prosperidade da província e integridade do Império. Incentivou a melhoria das barras e das estradas para facilitar o comércio. Alertou a necessidade de transferir a Alfândega para o Porto do Aracaju, ainda, sem ter se dado a transferência da capital, que só tornará realidade em 1855. Ressaltou que o açúcar era exportado por Estância e Vila Nova. Nada consta do interesse da Assembleia em trazer capuchinhos para realizar missão na província de Sergipe. Ainda, nos relatórios de 11 de janeiro de 1841, presidente João Pedro da Silva Ferreira, 11 de janeiro de 1842, presidente Sebasião Gaspar de Almeida Boto, observa-se a preocupação com a segurança pública por conta dos conflitos diversos, inclusive, por questões de limites com a Bahia.

Em 3 de outubro daquele ano, D. Romualdo comunicava ao vice-presidente desta província, Joaquim Martins Fontes, que em cumprimento ao pedido de seu antecessor, enviaria até o dia 15 de novembro o capuchinho Candido de Taggia, desde que fosse enviado os recursos para o seu transporte.¹⁰⁰ Um mês depois, o arcebispo adiava a missão, justificando que não seria “possível realizar de já a hida do dicto Missionario, pela occorrenca de graves motivos, e sobretudo pelo estado de fadiga e abatimento, em que ele acha de recolher-se do Sertão; ficando portanto transferida a sua viagem para a Pascoa”.¹⁰¹

A tão sonhada missão veio a se concretizar no início de 1841, quando, possivelmente, Frei Candido de Taggia teria articulado com o monsenhor Silveira a criação de um hospício. Sendo assim, o interesse pela emissão de dois capuchinhos havia se transformado no projeto mais ambicioso de manter a ordem nesta província. Para dar prosseguimento a Assembleia Provincial, por Lei nº 67 de 8 de março de 1841, autorizava a fundação de um hospício para os capuchinhos italianos na capital da província de Sergipe, São Cristóvão. Por esta legislação ficava estabelecida as atribuições dos missionários que viessem a se instalar na região, seriam elas: a realização de missões por toda a província, a catequese, e o ensino da doutrina e moral evangélicas. Sendo que, o governo ficaria responsável pela doação de um terreno para a construção do hospício e de um depósito de um conto e trezentos mil réis (1:300\$000) como financiamento para a vinda de três missionários da Itália com a autorização dada pelo arcebispo. O novo hospício seria administrado pelo vice-prefeito da ordem, sob a dependência do prefeito da Ordem na Bahia.¹⁰²

A Assembleia Provincial solicitou o apoio do arcebispo neste projeto, pedindo-lhe que conduzisse o processo da vinda de três capuchinhos da Itália, já que havia insuficiência de missionários no Hospício da Bahia. Em resposta, destacou o arcebispo que: “tive ocasião de falar a este respeito com o Exmo. Ministro da Justiça, o que me prometeo, que o Governo passaria a encarregar o seu Ministro em Roma de agenciar a prompta conclusão deste negócio”.¹⁰³ Depois da conversa que teve com o Ministro, quando se encontrava no Rio de Janeiro, D. Romualdo comunicou, oficialmente, a decisão da Assembleia Provincial de Sergipe ao Governo do Império, através do despacho de 21 de outubro de 1841, endereçado ao Ministro

¹⁰⁰ APES – AG4-03-DOC33, Clero – Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao vice-presidente da província de Sergipe, Joaquim Martins Fontes, Bahia 3 de outubro de 1840.

¹⁰¹ APES – AG4-03-DOC42, Clero – Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao presidente da província de Sergipe, Bahia 12 de novembro de 1840.

¹⁰² BPED – Coleção das Leis e Resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe 1841, Aracaju 1841. Criação do Hospício dos Capuchinhos em São Cristóvão – Lei nº 67 de 08 de março de 1841.

¹⁰³ APES – AG4-03-DOC70, Clero – Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao vice-presidente da província de Sergipe, Joaquim Martins Fontes, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1841.

e Secretário de Estado, Paulino José Soares de Sousa. Para justificar o pedido defendeu que a “popularidade” de Taggia e o “bem imenso” de suas pregações teria contribuído para o Governo de Sergipe optar por tê-lo na direção do hospício.

Forão tão extraordinários e admiráveis os frutos da primeira missão que abriu na Provincia de Sergipe o Pe. Capuchinho italiano fr. Cândido de Taggia, que enviei a dita Provincia, movido das instancias da respectiva Assembleia Provincial, que não hesitou esta, na sua ultima sessão, dar um exemplo tanto mais edificante, [...] que se avalia a felicidade d’um povo não pelo maior ou menor grau do progresso mas através do amor a Religião; [...] decretando a criação d’um hospício de iguaes missionarios, subordinado ao da Bahia e os fundos necessarios para o transporte de tres religiosos, que devem dar começo a esse novo e importante viveiro de missoens, sob a prefeitura do mencionado fr. Cândido, digno por seo zelo e virtudes, de presedir a este pio estabelecimento.¹⁰⁴

O Ministro confiou ao arcebispo a tarefa de tratar do negócio com Roma, acrescentando que havia de solicitar do Governo todas as medidas necessárias para sua realização, com a condição, porém, de que o presidente da futura vice-prefeitura da Ordem fosse a pessoa apontada pela Assembleia de Sergipe, nesse caso, o capuchinho Taggia. A exigência da Assembleia ficava à frente da escolha do vice-prefeito, o que mostrava o interesse da sociedade civil nas missões realizadas pelos capuchinhos e a relação de intimidade de Taggia para com os representantes políticos que detinham o poderio em 1841, já que cabia ao prefeito indicar o superior do hospício de São Cristóvão, conforme as normas eclesiásticas desta Ordem. Situação que parece não ter agradado aos superiores como se pode observar pela documentação que Regni encontrou no Arquivo em Roma.

Na questão da Vice-prefeitura de Sergipe, o papel principal ficou nas mãos das autoridades civis, em pleno acordo com o Arcebispo, D. Romualdo Antônio de Seixas. Ao Internúncio, o persistente defensor da autonomia do movimento missionário, D. Campodônico, restou somente o direito de protestar contra as ‘clausulas imperiais’ que chegavam até a designação do titular da Vice-prefeitura. Mas teve que aceitar a indébita ingerência, porque naquela ocasião o Ministro Geral, fr. Eugênio de Rumilly, aconselhava uma certa maleabilidade em face das exigências do Arcebispo em troca da liberdade de ação no desfecho da antiga questão desta Prefeitura.¹⁰⁵

Percebe-se, além dos interesses das autoridades políticas, a interferência de D. Romualdo na negociação com os superiores da Ordem, optando por manter Taggia na direção

¹⁰⁴ APES - AG4-03-DOC70, Clero – Cópia do Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao Ministro e Secretario do Estado dos Negócios da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1841, que foi anexada, ao Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao vice-presidente da província de Sergipe, Joaquim Martins Fontes, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1841.

¹⁰⁵ Carta de D. Campodônico a Propaganda a 4 de setembro de 1842: apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., 1988, p. 420.

do hospício. Provavelmente, a insistência da Assembleia tenha tomado por base o Ato Adicional de 1834. Este modificou a Constituição em alguns aspectos concedendo às Assembleias Provinciais, por meio de seus artigos 10 e 11, o direito de legislar sobre as divisões eclesiásticas e sobre a criação, extinção e nomeação de cargos provinciais (pároco e coadjutor); sobre casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas e religiosas; e, ainda, sobre a catequese, e civilização dos indígenas, e o estabelecimento de colônias.¹⁰⁶ Para Wernet, a autorização dada às Assembleias Provinciais para legislar sobre os conventos e outras associações foi usada de diferentes maneiras. Podia ser interpretada tanto para prejudicar quanto para favorecer as ordens religiosas, a depender dos interesses dos seus representantes políticos.¹⁰⁷

Diversos autores da História da Igreja no Brasil por meio de objetos diversos afirmam que embora os conflitos tenham marcado as relações entre Igreja e Estado a partir da Independência, o Estado não perdeu a perspectiva que a Igreja continuava a ser um importante mecanismo de produção de consenso social.¹⁰⁸ No caso dos capuchinhos, parece que mesmo diante da política imperial contrária às ordens, o Governo imperial, principalmente no Segundo Reinado, utilizou-se destes religiosos italianos tanto como apaziguadores quanto como agentes da civilização.

Perspectiva que pode ser observada pela postura das autoridades civis da província de Sergipe na insistência por manter o projeto de fixação da Ordem dos capuchinhos para esta província, mesmo diante de certas dificuldades. Desse modo, os arranjos de D. Romualdo e a maleabilidade que os superiores da Ordem conduziram a questão é representativo de como se operava as relações entre o poder temporal e secular no Brasil do Segundo Reinado. Nesse caso, observa-se que tanto a Igreja quanto o Estado enxergavam nas práticas dos capuchinhos uma possibilidade de frear os impulsos daqueles que se apresentavam aos olhos destes como carentes de virtudes cristãs e, portanto, difusores de práticas desordeiras. Por meio deste caso, ainda se observa uma nova dinâmica do clero regular, que precisava ceder em alguns pontos para se

¹⁰⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos, op. cit., p. 73.

¹⁰⁷ WERNET, Augustin, op. cit., p.122.

¹⁰⁸ Cf. OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit.; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos, op. cit.; SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit.; ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2010; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *Contradições da romanização da Igreja no Brasil: a festa de São Benedito em Lagarto -SE (1771-1928)*. Aracaju: Edise, 2016; FRAGOSO, Hugo, op. cit.; SANTOS, Israel Silva dos. *Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2016; SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da Vida e da Morte*, op. cit.; AZZI, Riolando. *O Altar Unido ao Trono*, op. cit.; GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: *História e Cidadania: Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH*. Belo Horizonte/MG – julho de 1997. Vol II. Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1998.

readaptar às exigências da política de Estado, mesmo diante de representantes liberais, que não enxergavam o clero regular da mesma forma que D. Romualdo.

Passados dois anos da Lei, ainda os capuchinhos não se encontravam estabelecidos em São Cristóvão conforme se observa pela fala do presidente da província, Anselmo Francisco Peretti¹⁰⁹, exposta na abertura da segunda sessão da Assembleia Provincial de 21 de abril de 1843. Nesta fala, o presidente evidenciava que as resoluções que concediam licença aos provinciais do Carmo e de São Francisco da cidade de São Cristóvão a acolher em seus conventos vinte noviços não têm tido execução por falta de candidatos. Deu continuidade a falar do clero regular quando ressaltou que:

Penso porém que não tardarão muito a chegar os Capuchinhos, que, em virtude da Lei Provincial de 8 de Março de 1841, forão mandados vir da Italia; e como nesse negocio a previsão da Assembléa, que vos procedeo, não andou a pár do seo zelo, tenciono fazê-los acolher, quando aqui se apresentarem no Convento de Santo Antonio, até que as ruinas, que, sob a pomposa denominação de Templos principiados do Senhor da Mizericordia, e de S. Gonçalo, forão designadas para o Hospicio de taes Religiosos, sejao postas em circunstancias de recebe-los.¹¹⁰

Ainda pela fala deste presidente da província, quando salientava a necessidade de melhorias nos templos reservados ao culto público, percebe-se que se trata de mais uma autoridade civil a defender a importância da religião como mecanismo de produção de consenso social.

[...] a Religião, como sabeis, a educação do pobre, o freio, que retém o rico, e o poderoso do meio dos desvarios, que inspira a riqueza, e o poder, he emfim o complemento da Moral, e de toda a Legislação, que por mais proteção, e melhor executada que seja, não previne nem sopeia todos os nossos desregramentos. Por tanto, Senhores, dai, senão agora, ao menos quando podérdes, todo o esplendor, e proteção ao culto, que assim cooperando para o enrobustecimento da venerável crença de nossos antepassados, fareis verdadeiro serviço á Moral, e promovereis por conseguinte o bem estar dos povos, arraigando nelles ideias de ordem, de respeito ás Authoridades, de proteção á Lei, ideas que a Religião infunde, dicta, e ensina a pôr em pratica.¹¹¹

No entanto, por ser um presidente a serviço do partido liberal, a fala de Peretti parece mais comedida do que a do presidente do partido conservador, Wenceslão de Oliveira Bello quando em concordância com a Assembleia passou a suplicar a vinda de dois capuchinhos naquele ano de 1840. Peretti não enxergava na Religião a única maneira de acabar com os

¹⁰⁹ Fala com que abriu a 2ª sessão da 6ª Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe o presidente da província Anselmo Francisco Peretti, em 21 de abril de 1843. Neste relatório expõe que as brigas partidárias desta província têm provocado mortes.

¹¹⁰ BNRJ – *O Correio Sergipense*, São Cristóvão, trimestre II, n. 448, 10 de maio de 1843, p. 3.

¹¹¹ Ibid.

desregramentos daquela sociedade, mas sim como um complemento das leis ao ensinar as práticas cristãs. Em razão da importância dada ao culto, defendia a contribuição da sociedade na melhoria dos templos, apesar de ressaltar que as despesas do culto estavam a cargo dos cofres provinciais por lei. Por esta razão passou a incentivar os vigários a abrir subscrições para resolver os problemas de suas paróquias que conforme seu mapeamento era precário: a matriz de São Cristóvão necessitava da conclusão da torre, das tribunas, sacristia e retábulos; as matrizes das freguesias de Socorro e Santo Amaro precisavam de reparos e pintura; na freguesia de Itabaianinha, a antiga matriz de pedra e cal encontrava-se descoberta; a matriz da vila de Estância estava por concluir e necessitava das alfaias, que lhes foram roubadas; a matriz de madeira da vila de Maruim necessitava de reforma; careciam de reparos urgentes os templos das povoações de Simão Dias e Geru e das vilas de Divina Pastora, do Rosário; a igreja paroquial de Santa Luzia precisava de novo retábulo; a de Campos necessitava da reforma da fachada; estão ainda para serem concluídas as matrizes do Pé de Banco, do Porto da Folha, do Lagarto, e de Vila Nova; a vila de Laranjeiras precisava de nova matriz, por não comportar os moradores nas missas conventuais; a vila de Capela possuía uma casa de oração, por ter sido demolida a pequena igreja paroquial. Ainda, chamou atenção para a precariedade dos edifícios dos conventos sediados na capital, principalmente, o do Carmo.¹¹²

Feita a análise das necessidades mais urgentes para a melhoria do culto público, Perreti forneceu um mapa dos vigários a cargo das 21 Freguesias que compunham a divisão eclesiástica desta província, em 21 de abril de 1843.

Quadro 2 – Freguesias da Província de Sergipe e Vigários (1843)

Comarcas	Freguesias	Vigários
São Cristóvão	Nossa Senhora da Vitória	Luiz Antonio Esteves
	Nossa Senhora do Socorro	Manoel Gomes Rodrigues Dantas
	Santo Antonio e Almas de Itabaiana	Felix Barreto de Vasconcellos
Estância	Estância	Manoel Lopes de Figueirêdo
	Nossa Senhora do Socorro do Geru	Antonio Muniz Bitencourt
	Santa Luzia	Francisco Barbosa da Costa
	Nossa Senhora da Piedade do Lagarto	José Saraiva Salomão
	Nossa Senhora dos Campos	Francisco Xavier de Goes Amaral
	Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha	José Zacharias de Souza
	Santa Anna de Simão Dias	Antonio da Costa Andrade

¹¹² Fala com que abriu a 2ª sessão da 6ª Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe o presidente da província Anselmo Francisco Peretti, em 21 de abril de 1843, p. 4-10. Vale ressaltar que o relatório é ainda mais detalhado sobre os reparos destes templos, ao especificar, para cada uma delas suas necessidades. No tocante aos limites das freguesias salienta que a paróquia de Itabaianinha precisava ser analisada com cautela, bem como a divisão da Freguesia de Laranjeiras com a de Socorro. Peretti ainda considerava dispendioso a divisão de novas freguesias, o que contrariava a reforma de D. Romualdo, talvez por isso, salientou que era necessário ouvir o prelado diocesano, cuja “opinião em tal objeto deve-nos merecer a maior consideração, e importância”.

Laranjeiras	Santíssimo Coração de Jesus	José Joaquim de Campos
	Senhor dos Passos do Maroim	José Evangelista de Campos
	Nossa Senhora do Rosário do Catête	Manoel Dias Cardozo
	Santo Amaro das Brotas	Gonçallo Pereira Coêlho
	Nossa Senhora da Divina Pastora	José Joaquim de Santa Anna Cardozo
	Jesus, Maria e José do Pé de Banco	Gonçallo Vieira de Mello
Villa-Nova	Santo Antonio de Villa-nova	Antonio das Neves
	Santo Antonio de Propriá	Manoel Joaquim Nunes
	Nossa Senhora da Conceição do Porto da Folha	José Dias Ribeiro
	São Felix de Pacatuba	Miguel Simões dos Santos Reis
	Capella	Domingos de Mello Rezende

Fonte: Mapa Geral dos Vigários, e Freguesias da Província, com declaração dos Collados e Encomendados, com data de 1º de abril de 1843, anexo a Fala com que abriu a 2ª sessão da 6ª Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe o presidente da província Anselmo Francisco Peretti, em 21 de abril de 1843.

Esta descrição sinaliza para a situação dos templos católicos que Taggia encontrou ao se fixar na vice-prefeitura da Ordem sediada na província de Sergipe, da qual ele estaria encarregado por lei de missionar em todas estas freguesias. A descrição de Peretti não se configura em exagero, tendo em vista que, nos demais relatórios dos presidentes de província, se observa a repetição da justificava da falta de recursos para atender aos pedidos dos vigários, voltados para a reforma dos templos e para a compra de alfaías. Corrobora com a fala deste presidente os ofícios dos vigários desta província remetidos a estas autoridades no decorrer da segunda metade do oitocentos. Por meio da análise destes documentos afirmou Péricles Andrade: “os párocos solicitavam auxílio a aquisição de ornamentos para os altares e cerimônias, além da reforma e construção de templos e locais apropriados para os enterramentos”.¹¹³

Passados três anos da citada lei que autorizava a criação do hospício, e menos de um ano desta situação descrita por Peretti, o periódico *O Triunfo*, de 25 de janeiro de 1844, transmitia a fala do presidente da província para os interessados na instalação daquela Ordem: “os Capuchinhos, que, em virtude de acto legislativo de vós emanado, forão requizitados em Roma para a Missão desta província, já se achao na Bahia, e terão breve de para aqui vir com o padre Candido de Taggia destinado á servi-lhes de Prefeito”.¹¹⁴ O presidente ainda destacou que os recursos financeiros não foram suficientes para arcar com os custos do transporte dos religiosos – Itália, Lisboa, Bahia e Sergipe – por isso, encaminhava à Assembleia a votação de uma nova cláusula de ressarcimento para o tesouro público nacional pelo excesso de gasto com a despesa das passagens dos missionários no valor de 72\$000 que é de responsabilidade

¹¹³ ANDRADE, Péricles, op. cit., p. 66.

¹¹⁴ BNRJ – *O Triunfo*, Laranjeiras, trimestre I, n. 3, 23 de janeiro de 1844, p. 2.

assumida pela Assembleia desta província. Na visão deste presidente do partido liberal, esta casa não havia cuidado com zelo da questão, já que os templos que foram reservados para acolher os capuchinhos encontravam-se em situação precária.

No intervalo de 1840 a 1844, conforme pode ser observado pelo Livro de Registro Missões e Retiros (1712-1980),¹¹⁵ não somente Candido de Taggia, mas também os capuchinhos Samuel de Lodi, Luiz Saravezza e Frei Paulo de Panicale realizaram missões na província de Sergipe. Vale ressaltar que este documento não menciona os locais das missões de Taggia, no ano de 1840, que pela documentação do arcebispado parece ter se dado em 1841, e ainda, silenciou tanto as missões realizadas por Taggia quanto por Frei Paulo de Casanova no período de 1844 a 1873, quando estes estavam a cargo da vice-prefeitura de Sergipe.

Desde abril de 1843, Taggia havia recebido da *Propaganda Fide* o decreto autorizando a eleição para assumir a direção da vice-prefeitura de Sergipe, implantada sob a dependência do prefeito da Bahia.¹¹⁶ Entretanto, percebe-se uma certa demora em assumir o hospício. No início de 1844, ainda estava na Bahia com os capuchinhos que chegaram da Itália. Fato que não era incomum, considerando que o mesmo ocorreu no processo de instalação da prefeitura da Bahia, que tinha a família da Casa da Torre como patrocinadores. No caso de Sergipe, o interesse da Assembleia em indicar o vice-prefeito pode ter sido um dos fatores a retardar a vinda dos italianos.

A precariedade dos espaços reservados pela lei de 1841 para sediar os capuchinhos levou o presidente da província, em janeiro de 1844, a solicitar quatro cubículos no convento de Santo Antônio. Disponibilizou em recursos o valor de 100\$000 para custear a reforma, atendendo às necessidades básicas dos quatro religiosos. Ressaltou ainda a necessidade de prover uma diária, a exemplo de outras províncias.¹¹⁷ Ainda naquele ano, Frei Candido de Taggia assumiu a vice-prefeitura de Sergipe, contando com poucos missionários, devido à escassez de capuchinhos para atender as variadas províncias. Dos enviados da Itália – Serafim

¹¹⁵ AHNSP – Livro de Registro Missões e Retiros – 1712 a 1980. Por este Livro de Registro, os frades Samuel de Lodi, Luiz Saravezza e Ambrosio Rocca teriam missionado em Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto, São Francisco, Estância, Socorro, Capela, Santo Amaro das Brotas, em 1843; e Frei Paulo Panicale em Divina Pastora e Brotas, em 1844. Sobre Frei Candido de Taggia menciona que teria missionado em Sergipe em 1840, mas não cita os locais. Entretanto, pelos ofícios do Arcebispo observa-se que Taggia estava previsto para missionar em novembro de 1840, mas que teria sido adiada para o início de 1841. Vale ressaltar que em nossa dissertação, tomando por base as informações deste livro, não constatou-se que nestas três décadas, Sergipe sediava a Ordem e havia sido palco de várias missões, ao contrário das informações daquele livro.

¹¹⁶ Carta do vigário Geral da Ordem, fr. Luis de Bagnaia, a 28 de abril de 1843 a frei Candido de Taggia, comunicando-lhe o decreto da Propaganda para a sua eleição como vice-prefeito, sob a dependência deste prefeito da Bahia: apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., 1988, p. 421. Estava por decreto conferido o título e a autoridade sobre os missionários da futura vice-prefeitura.

¹¹⁷ BNRJ– *O Triunfo*, Laranjeiras, trimestre I, n. 3, 23 de janeiro de 1844, p. 2.

de Petralia, Agostinho de Casarano e Caetano de Troína – somente o primeiro permaneceu por quatro anos, os outros ficaram quatro meses, por discordar do “projeto de separação e independência da Vice-Prefeitura”.¹¹⁸ Pela fala de Regni, percebe-se que Taggia, provavelmente influenciado pelo monsenhor Silveira, tinha interesse de transformar a sede de Sergipe numa prefeitura o que viria a aumentar a influência da Ordem naquela província.

Essa pode ser a razão para o silenciamento da atuação desse capuchinho no *corpus* documental do acervo do arquivo da Bahia, bem como na relação apresentada pelo comissário geral ao Ministro dos Negócios do Império em 18 de maio de 1848. Entretanto, por meio dos rastros deixados por ele nos documentos oficiais do Governo, na imprensa periódica e nas missivas que fazem parte do acervo do arquivo dos capuchinhos no Rio de Janeiro é possível extrair detalhes do cotidiano das missões no Sergipe.

Porém, essa postura de insubordinação parece ter prejudicado a relação de Taggia com seus superiores tanto da prefeitura da Bahia, quanto do comissariado geral, sediado no Hospício de São Sebastião, no Rio de Janeiro. Vale ressaltar que o comissariado foi criado pela Santa Sé em 1846, assumindo a função de comissário geral o prefeito da prefeitura da ordem no Rio de Janeiro, ficando responsável pela atuação da ordem no Brasil com extensão a Montevideú.¹¹⁹ As cartas de Taggia dirigidas ao superior da Ordem quando deveriam ser reportadas ao prefeito da Ordem na Bahia, a qual estava diretamente subordinado apontam tensões com seus superiores. Razão pela qual o comissário geral parecia não atender prontamente seus pedidos.

À frente da vice-prefeitura da Ordem na província de Sergipe, Taggia foi defensor da tese de que não havia índios bravos na província de Sergipe. Postura perceptível nas cartas remetidas, em 1848, ao comissário geral, Frei Fabiano da Scandiano,¹²⁰ e no relatório apresentado ao presidente da província, Zacarias de Gois e Vasconcelos no ano de 1849.¹²¹ Este presidente, quando tratava da catequese destacou que não havia “índios selvagens”, justificando que a província contava com a catequese ministrada por três capuchinhos, destacando o papel do “diligente” e “incansável” Candido de Taggia.¹²² Essas posturas condiziam com a política do Estado, no nível nacional, que negava a existência de índios, com base na argumentação da

¹¹⁸ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 424.

¹¹⁹ ZAGONEL, Frei Carlos Albino, op. cit., p. 226. Vale ressaltar a participação de alguns capuchinhos que desempenharam a função de capelães militares e enfermeiros na Guerra do Paraguai.

¹²⁰ AHFSRJ – Carta do Vice-Prefeito Candido de Taggia ao comissário geral Frei Fabiano de Scandiano de 1848. Vale aqui ressaltar que existem 19 cartas endereçadas por Taggia, do Hospício de Sergipe, aos Superiores da Ordem, o Prefeito da Bahia, Frei Paulo de Panicale e o Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1848 e 1856.

¹²¹ APES – Clero 117 – Relatório ao presidente da província a 31 de janeiro de 1849, apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 424-425.

¹²² Fala do presidente da província Zacarias de Gois e Vasconcelos, 1º de março de 1849, p. 28-29.

mestiçagem. Esta política levou ao processo de eliminação oficial dos aldeamentos indígenas no Brasil, principalmente, a partir da década de 1850, com a regulamentação da propriedade das terras, declarando que os índios há muito tempo em contato com os civilizados perderiam o direito às terras que habitavam. Para Beatriz Góis Dantas, os presidentes da província de Sergipe da década de 1850 defenderam a mestiçagem, levando a extinção da Diretoria Geral dos Índios, em 6 de abril de 1853. Assim, o governo ficava desobrigado de prestar assistência aos índios, de custear as despesas com o missionário e de garantir o direito às terras.¹²³

Pela postura de Taggia favorável a esta política de Estado, ainda na década de 1840, percebe-se a sua participação no processo que resultou na extinção das aldeias, consequentemente, na espoliação por particulares destas terras. Na visão do vice-prefeito, os índios desta província estavam civilizados em razão do trabalho que havia sido executado nas aldeias pelas ordens religiosas, inclusive, dos capuchinhos. Razão pela qual se mostrava contrariado com a indicação de Frei Dorotheo de Loreto para a catequese dos índios na Ilha de São Pedro, quando por carta comunicava ao comissário geral, Frei Fabiano de Scandiano a chegada deste religioso ao Hospício de São Cristóvão. Ainda salientou que lhe aparentava se tratar de bom religioso, do qual esperava, em breve, poder contar com seu trabalho no ministério do apostolado das missões,

[...] porque nesta província não tem índios para domesticar; mas só algumas Aldeas que já são Freguesias; e nos basta irmos em ditos lugares em tempos em tempos, conforme são as contenções deste governo [...]. O dito Presidente é nosso Amigo, cheio de boas e religiosas intenções, e zela ficar por algum tempo nesta Província, espero grandes e uteis vantagens. [...].¹²⁴

Finalizou a missiva com o pedido de um breviário, que soube ter encomendado na Itália, o comissário geral. Em outras cartas chegou a cobrar, inclusive, ressaltando estar disposto a pagar o transporte,¹²⁵ o que parece não ter sido atendido, ao menos com a brevidade que desejava.

As missivas de Taggia revelam, ainda, detalhes da construção do Hospício Nossa Senhora da Conceição e da Igreja, que ficava ao lado dele. Sobre essa questão tratou na carta

¹²³ DANTAS, Beatriz Góis, op. cit., p. 49-50. O presidente da província Amâncio João Pereira de Andrade, em 1851, faz extenso relatório sobre as aldeias sergipanas, contestando as informações do Diretor Geral dos Índios. Defendia o presidente que as aldeias estavam constituídas de mestiços e poucos indígenas que viviam entre os civilizados. Defendia a extinção das aldeias e a incorporação das suas terras aos bens da nação.

¹²⁴ AHFSRJ – Carta do Vice-Prefeito Candido de Taggia ao Comissário Geral Frei Fabiano de Scandiano de 1848.

¹²⁵ AHFSRJ – (4, VI, 2) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe, ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1849. No final desta carta, aparece a observação: “se já chegaram os breviários da Italia, mande um que pagarei o transporte”.

de primeiro de fevereiro de 1849. Passados cinco anos da fixação em Sergipe descrevia Taggia para o comissário geral o andamento daquela construção.

Nós aqui vamos vivendo, trabalhando no Hospício, que vamos renovando de pedra e cal, e parece-me que ficará uma obra mui mimoza, e ao mesmo tempo pequena. A nação nos tem dado uma pequena Esmola e espero que [...] continuará a contribuir [...] que este ano tomaremos conta da Aldeia de Índios nesta Província, nosso Presidente está empenhado para isso, e [...] nós prontos ao serviço de Deus e da humanidade abandonada.¹²⁶

Nesta missiva de primeiro de fevereiro de 1849, Taggia declarava contar com a ajuda de dois capuchinhos. Mas, Frei Dorotheu, “bem adiantado na língua”, breve seria designado a cuidar dos índios. Seis meses depois, voltava a escrever para o comissário geral. Dessa vez, pedindo-lhe uma

[...] Patente de Sindaco para o dito senhor que se chama Antonio Fernandes de Silveira, nativo português porem naturalizado brasileiro; [...] Espero que seja mandado esta a prazo, e deste modo aliviar mais o pezo de lidar com dinheiro, que muito me encomoda. Eu ate agora tenho-me corrido do mesmo desde o ano de 1844, este agora o tem obrado mui capaz e cheio de probidade.¹²⁷

Taggia justificou o pedido afirmando que Antônio Fernandes de Silveira estava disposto a arcar com as despesas da obra do hospício que mesmo adiantado necessitava de recursos para a conclusão. Pelas informações apresentadas na carta acima parece que Taggia estava referindo-se ao monsenhor Antônio Fernandes Silveira. Indício do seu interesse em manter os capuchinhos nesta província, inclusive, fornecendo-lhes suporte financeiro. Para Taggia a obra do “novo hospício de pedra e cal” dependia dos recursos financeiros que estava disposto a investir este “bonfeitor”. Planejava finalizar a obra no Natal de 1849 para “dar princípio a Igreja” no início de 1850.¹²⁸ Primeiro foi construído o hospício, certamente, com a ajuda de leigos no trabalho pesado e pelas “esmolas dos bonfeitores”,¹²⁹ para depois prosseguir com a obra da igreja, que parece não ter seguido o planejamento como se esperava já que, em 30 de

¹²⁶ AHFSRJ – (4, VI, 2) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia do Hospício Nossa Senhora da Conceição, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1849. Vale ressaltar que o nome do capuchinho está elegível, podendo ser Frei Amadeu ou Ambrosio.

¹²⁷ AHFSRJ – (4, VI, 3) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1849.

¹²⁸ Ibid. Nesta missiva informou que o Frei Dorotheo passaria a administrar a aldeia dos índios da Ilha de Pedro, e por falta de missionário atenderia, conforme desejava o presidente desta província, também os índios de Pacatuba.

¹²⁹ AHFSRJ - (4, VI, 4) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 1849. Diz ter recebido a resposta da carta que pedia a Patente de Sindáro Apostólico para o Bonfeitor e a dispensa para comer carne na quaresma por conta da escassez de peixes nesse dito lugar. Declarou ter construído a obra do hospício com as Esmolas dos Benfeitores. Por conta da ilegibilidade de quase toda a carta, que consta, partes riscadas, não dar para entender se o comissário enviou a patente desejada.

outubro de 1854, o capuchinho tomou empréstimo de 1:000\$, por meio da Tesouraria Provincial, para “dar começo” a construção da “Igreja do Hospício desta capital”.¹³⁰

Figura 2 – Ruínas do Hospício Nossa Senhora da Conceição e da Igreja, São Cristóvão/SE.



Fonte: Acervo pessoal do Professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa.

A construção de cal substituiu o hospício de madeira,¹³¹ que funcionava desde 1845 conforme se observa pela notícia publicada no periódico *O Correio Sergipense*, de 12 de fevereiro daquele ano: “sexta-feira, 7 do corrente, no Hospício de N.S. da Conceição dos Capuchinhos principiãõ os sermões chamados de sexta-feira de quaresmas”.¹³² Passada quase uma década, Taggia continuava na direção da vice-prefeitura a realizar missão na capital, ainda São Cristóvão, conforme se observa pelo anúncio enviado por ele para o referido periódico na edição de 22 de janeiro de 1853.

¹³⁰ BPED – *Correio Sergipense*, São Cristóvão, ano XVII, n. 53, São Cristóvão, 22 de julho de 1854, p. 2. Parte Oficial, Tesouraria Provincial, 18 de julho de 1854, consta: “Ao Escrivão do Caixa – O Inspetor da Tesouraria Provincial ordena ao Sr. Escrivão do Caixa carregue ao actual Thesoureiro, a inclusa letra de Frei Candido de Taggia na importância de 1:000\$ reis, que por empréstimo recebeu desta Thesouraria, em virtude do despacho da Presidencia de hoje, para dar começo a Igreja do Hospício desta capital, a vencer em 30 de outubro de 1855. O que cumpra”.

¹³¹ Sobre o Hospício Regni destacou que a partir de 1843, Taggia mobilizou as obras angariando fundos para sua construção. Inicialmente, foi preparada uma casa provisória, de madeira, em seguida, levantaram o prédio de tijolo, que ficou pronto no mês de agosto de 1850. Cf. REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia* Vol. II, op. cit., p. 419-421. Pelas cartas a obra foi de pedra e cal.

¹³² BPED – *O Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 389, 12 de fevereiro de 1845, p. 4.

O Vice-Prefeito Missionario Apostolico nesta Provincia, anuncia ao povo Religioso e Catholico desta cidade e seu termo que no dia 24 do mez próximo de Fevereiro pretende dar princípio a Sancta e 3ª Missão nesta Capital; pelo que convida a todos de concorrerem para um acto tão Sancto e Religioso para proveito de suas almas, e como para se poder fazer com toda a comodidade para os concorrentes necessita que todos concorrão com o necessario para a factura do Altar e latada a beira do Hospicio sem o que nada se pôde fazer com a decencia precisa em tal acto.

Sergipe, 19 de janeiro de 1853.

Fr. Candido de Taggia Missionario e Vice Prefeito.¹³³

Por meio dos periódicos, o capuchinho convidava a população a participar da missão. O anúncio publicado com certa antecedência facilitava que a notícia pudesse chegar a tempo nos lugares mais distantes. Ainda por este periódico, observa-se que Taggia realizou missões em Porto da Folha, Itabaianinha, Campos, Estância, São Cristóvão, e outros locais.¹³⁴ Estava a cumprir as exigências da Assembleia Provincial, mesmo quando se encontrava sozinho. Em 6 de março de 1854, por meio de mais uma missiva comunicava ao comissário, que Frei Caetano de Gratieri havia chegado da Bahia para auxiliá-lo, principalmente, nas crises reumáticas. Neste momento, se encontrava doente e, provavelmente, sozinho, já que ressaltou deixar o hospício fechado, quando saía para as missões.¹³⁵

Parece ter razão Regni, quando afirmou que Taggia havia atuado no Recôncavo da Bahia, ao redor do rio São Francisco e em todo o território sergipano.¹³⁶ Enquanto, o Recôncavo baiano, uma das mais ricas áreas da produção do açúcar na colônia passava pelo processo de decadência no século XIX.¹³⁷ Sergipe aproveitava, tardiamente, se comparada as capitâneas vizinhas, a riqueza do solo massapê, investindo na produção do açúcar nos vales Vaza-Barris, Piauí e Cotinguiba.¹³⁸ Portanto, a lei que permitia a criação do hospício, elaborada pela Assembleia Legislativa a pedido do monsenhor Antônio Fernandes da Silveira se deu, justamente, na fase de crescimento do número de engenhos no Vale do Vaza-Barris.¹³⁹ A região sul de Sergipe era a área de atuação deste político,¹⁴⁰ desde os tempos de seu pai, um português

¹³³ BNRJ – *O Correio Sergipense*, São Cristóvão, ano XVI, n. 6, 22 de janeiro de 1853, p. 4.

¹³⁴ BNRJ – *O Correio Sergipense*, ver as edições de números 75 do ano de 1849, 13 e 23 de 1850.

¹³⁵ AHFSRJ – (4,VI,7) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 6 de março de 1854.

¹³⁶ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., p. 417.

¹³⁷ SCHWARTZ, Stuart B, op. cit.

¹³⁸ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de, op. cit., p. 485. Pelo mapeamento da ocupação agrícola da província de Sergipe do início do oitocentos observa-se que a região de Itabaiana se destacava pela comercialização dos cereais e do algodão, Lagarto pela exportação do gado, Campos a vender couros e sola, enquanto os vales citados eram cultivados a cana. Mas deve-se ressaltar que também havia engenhos tanto em Itabaiana quanto em Lagarto.

¹³⁹ Ibid., p. 488. O Vale do Vaza-Barris é “região fertilíssima, com solos constituídos de excelentes massapês”.

¹⁴⁰ DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909): o patriarca do Serra Negra e a Política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009, p. 42-44.

que viveu em Estância, quando o sul de Sergipe no trajeto do Rio Real contava com a influente vila de Santa Luzia, à qual pertencia esta povoação, antes de vir a sediar a vila.¹⁴¹ Foi na recente Vila Constitucional da Estância,¹⁴² berço da imprensa de Sergipe, que por empreendimento deste se deu a criação do primeiro periódico oficial, em 1832. Percebe-se que se tratava de um homem que exercia influências múltiplas.

A princípio, pode-se elencar três possíveis motivos para monsenhor Silveira ter defendido a criação do hospício, passando a contribuir para sua manutenção: seu interesse como religioso de trazer a prática sacramental para a população desta província, tornando-a mais cristã e, conseqüentemente, mais obediente aos poderes constituídos; como político tinha o interesse no apaziguamento e manutenção da ordem, justamente por conta das disputas partidárias em vigor desde os últimos anos da década de 1830. Fase marcada por mortes, usurpação do poder e desavenças entre os senhores de engenho, a cargo da política de Sergipe, quando seu correligionário, Sebastião Gaspar de Almeida Boto, passou a exercer o domínio penalizando seus adversários; outra razão pode ter relação com a necessidade de manter dóceis e disciplinados os escravizados e os trabalhadores livres, necessários para o funcionamento dos engenhos. Nesse aspecto, as ações dos capuchinhos caminhavam no sentido de inculcar o amor ao trabalho, sendo estes os primeiros a servirem de exemplo, como fazia São Francisco. Uma motivação não anula a outra, tendo em vista que são convergentes.

Pela documentação percebe-se que a atuação de Taggia na província de Sergipe não foi obra do acaso ou da providência divina como se atribuiu à chegada dos capuchinhos franceses. Por esta razão, ainda, é possível, que Taggia possuísse conhecimentos de técnicas não somente de construção, mas também agrícolas, que aplicadas na Bahia teria despertado o interesse dos senhores de engenho em mantê-lo por perto. Na fase de sua atuação (1840-50), conforme destacou Dantas, a economia da província continuava frágil, em decorrência da pouca diversificação de produtos, mas os senhores de engenho prosperavam, como se percebe pelo crescimento do número de unidades produtivas que passava de 344 engenhos em 1840 para 680 em 1852. No campo político continuava no domínio da província Sebastião Gaspar de Almeida Boto ao lado do correligionário o cónego Antônio Fernandes da Silveira (1795-1862). No entanto, Boto chegou a romper com seus correligionários e amigos, diminuindo o seu domínio,

¹⁴¹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de, op. cit., p. 486. Entretanto, a povoação de Estância se desenvolveu passando a ter em 1837, quarenta e três fábricas de açúcar enquanto Santa Luzia trinta e sete.

¹⁴² Pelo decreto de 25 de outubro de 1831, o termo da vila de Santa Luzia foi removido para a Vila Constitucional da Estância. Pelo mesmo decreto foi criada a Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, perdendo a de Santa Luzia parte do seu território em favor da nova. Cf. ALMEIDA NETO, Dionísio de. *A luz da fé no Jardim de Sergipe: aspectos históricos do catolicismo em Estância-SE (1632-2003)*, Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 30.

em razão dos abusos políticos e da emergência de novas lideranças, a exemplo de João Gomes de Melo, o futuro Barão de Maruim. Este se afastou de Boto e reconstituiu o partido conservador, consolidando seu predomínio no pleito de 1852, ao assumir a liderança política nesta década, que acompanha a ascensão dos conservadores na política nacional.¹⁴³

A vida econômica e política da província de Sergipe na primeira metade do oitocentos, quando se deu o processo de fixação dos capuchinhos, girava em torno da barra do rio Vaza-Barris. O escoamento da produção contava com a navegabilidade deste rio, que permitia o percurso de canoas até três léguas acima de Itaporanga, área também produtora de cana. Entretanto, na segunda metade deste século, o poderio econômico vai sendo deslocado para a região do vale do Cotinguiba, onde localidades como Laranjeiras tiveram crescimento significativo, chegando a englobar noventa e sete engenhos, a maior cifra da província, em 1881.¹⁴⁴ Somou-se a esse desenvolvimento o cultivo do algodão, principalmente nas matas da vila de Itabaiana, fazendo aumentar o número de povoações nesta área, ainda pouco habitada. Fase que contará com o protagonismo das missões de Frei Paulo Antônio de Casanova, sobre as quais ainda serão tratadas neste capítulo.

Feita essa relação das missões de Taggia com a dinâmica política e econômica, fica mais evidente que a exigência da Assembleia Legislativa por este capuchinho deve ser pensada no jogo de relações de interesses daqueles políticos, que ou eram senhores de engenho, ou estavam a representar este grupo. Sua experiência no recôncavo baiano o levou para o vale do Vaza-Barris, na década de 1840, quando a cana começava a ser importante, justamente nesta área da província de Sergipe. Na década seguinte, quando se deu o deslocamento para o Vale do Cotinguiba, se percebe expressiva atuação deste capuchinho, justamente, na região de Laranjeiras, durante a epidemia de cólera morbus. Fase que os senhores de engenho estavam preocupados com a perda da mão de obra em razão das mortes excessivas, principalmente, dos escravizados.

No final do ano de 1855, o capuchinho resolveu construir um hospício na colina do Senhor do Bomfim, em Laranjeiras, o que parece não ter sido concretizado.¹⁴⁵ Período que Taggia auxiliou as autoridades da província a enfrentar o pânico causado pela epidemia de

¹⁴³ DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909)*, op. cit., 2009, p. 51-53 e 70-71. João Gomes de Melo, estava inserida numa família, que quase todos os irmãos conseguiram tornar-se senhores de engenhos.

¹⁴⁴ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de, op. cit., p. 489-490.

¹⁴⁵ A proposta da criação de um hospício dos capuchinhos em Laranjeiras se dava no momento que a capital da província passava a ser Aracaju. O discurso em torno da transferência da capital legitimava-se pela necessidade de Sergipe possuir uma zona portuária que facilitasse o escoamento do açúcar da região do vale do Cotinguiba. O fato da Assembleia não aprovar a criação de um segundo hospício sinaliza ter relação com as rivalidades políticas.

cólera morbus que ceifava vidas, conforme pode ser observado pela fala do vigário Philadelpho Jonathas de Oliveira ao narrar seu trabalho em Laranjeiras.

Era sublime ver-se o frade de barbas longas, empunhando um cajado á frente das multidões, nas procissões, nos enterramentos, nas aberturas das sepulturas, escavando valas com as próprias mãos e fazendo desaparecer a lagôa, fóco de epidemias, existente na Praça da Matriz.¹⁴⁶

Por este caso, observa-se que as práticas deste capuchinho não ficaram limitadas a melhoria dos templos católicos e às práticas sacramentais, comuns ao tempo das missões. Suas ações caminhavam no sentido de atender aos desafios cotidianos que surgiam, quando em meio ao pânico gerado pela epidemia, o capuchinho levava a paz à população enlutada e amedrontada pela iminência da morte. As epidemias, em qualquer época, causam impactos e pânicos na população, nesses momentos os poderes públicos procuram amenizar os danos com ações efetivas. Entretanto, não se pode desprezar, ainda, a importância de se manter a fé, o que parece ter feito Taggia. Portanto, esse capuchinho pode ser compreendido como um agente sanitário/higienista, aplicando conhecimentos técnicos para diminuir os focos da doença, inclusive, sendo o primeiro a dar o exemplo, quando limpava os possíveis locais pestilentos, induzindo a população a fazer o mesmo.

No caso de Sergipe, sobre esta epidemia de 1855, Antônio Samarone Santana destacou que de uma população aproximada em 200 mil habitantes, mais de trinta mil vieram a falecer em pouco mais de três meses, gerando o pânico. Faltavam médicos, medicamentos e alimentos. Algumas autoridades abandonavam seus cargos, fugindo para lugares mais isolados. Na ocasião, Sergipe chegou a receber ajuda da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Os estragos levaram o poder público a introduzir medidas sanitárias, a exemplo da criação de alguns hospitais e ações de saneamento, principalmente, em Aracaju. Ainda, tratava-se de ações dispersas, fundadas na concepção miasmática e nos hospitais de caridade, com impacto pequeno sobre as condições de saúde da população. Assim, as chamadas doenças pestilenciais: varíola, malária, febre amarela, cólera, febre tifoide e sarampo espalharam o terror na província por todo o século XIX com epidemias que se sucediam, diante de uma medicina perplexa e de um poder público despreparado para enfrentá-las.¹⁴⁷

Foi esse o cenário de atuação dos capuchinhos oitocentistas que se debruçaram a atuar nessa província/estado. Décadas depois da referida epidemia, o vigário de Laranjeiras,

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras*. 2. ed. Aracaju: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1981, p. 81.

¹⁴⁷ SANTANA, A. Samarone. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: edição do autor, 2005, p. 12-47.

pretendendo falar em nome de todos, expressou em suas memórias a representatividade das ações do capuchinho na cidade de Laranjeiras, contaminada pela epidemia de 1855, com as seguintes palavras: “a memória de Frei Candido de Taggia, cuja ação foi religiosa, humanitária e civilizadora, perdura nas multidões como uma lenda sagrada e o seu nome é pronunciado como uma prece de um povo agradecido”.¹⁴⁸ Percebe-se que o capuchinho assumia a função do médico, auxiliando as autoridades civis a sanar as epidemias e a civilizar a província carente dos agentes civilizatórios. Tornava-se para além do mediador espiritual, o médico do corpo, a cuidar dos vivos e dos mortos.

Depois da passagem de Apolônio de Todi, observa-se que Taggia, entre as décadas de 1840-50, pode ser considerado um dos capuchinhos mais atuantes no apostolado das missões itinerantes. Em 1843, Taggia apresentou relatório ao superior, Frei Samuel de Lodi, com descrição de 33 missões. Ainda não havia fixado o hospício de São Cristóvão, o que se presume que até aquele ano havia missionado pouco em Sergipe. Passados quinze anos, pelo relatório enviado ao procurador geral, em 1858, consta que havia efetivado um total de 104 missões, por meio das quais foram realizados: 10.470 batizados de crianças com menos de quatro anos e 243 adolescentes e adultos; 10.679 casamentos; 137.000 crismas; muitos cruzeiros e capelas edificadas; atuado na construção das matrizes de Simão Dias e Itabaianinha; estimulado a restauração das igrejas de Porto da Folha, Porto das Pedras, Ilha das Vacas e Santa Cruz de Itabaiana; estimulado a construção de açudes, cacimbas, ruas, estradas e trabalhado no saneamento de terrenos alagadiços e, quando em Laranjeiras, o frade transformou “um paul cheio de miasmas na mais bela praça da cidade”.¹⁴⁹ Pelo fato de Taggia ter atuado muitos anos à frente da vice-prefeitura de Sergipe, infere-se que boa parte destas missões foram realizadas nas povoações, vilas e cidades desta província, onde ministrou parte considerável dos sacramentos citados.

A limpeza da praça de Laranjeiras, citada no documento, corroboraria o que foi dito pelo vigário sobre a função de Taggia durante as epidemias que assolavam a cidade em 1855. Trabalho que não ficou restrito a este capuchinho, já que Frei Dorotheo de Loreto, encarregado dos cuidados com os índios da Freguesia de São Pedro no Porto da Folha, também atuou contra

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras*, op. cit., p. 81-82.

¹⁴⁹ Carta de Frei Candido de Taggia ao Procurador Geral a 16 de julho de 1858 (ACG – H/18-II Arquivo da Cúria Geral dos Capuchinhos,) apud REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 417-419. Além da atuação do capuchinho Candido de Taggia na área da saúde, quando passava a interferir nos cuidados com as doenças epidêmicas, sua participação se deu também no âmbito educacional, a exemplo da sua nomeação ao lado de Guilherme Pereira Rebelo para o cargo de examinador dos candidatos à cadeira de Filosofia Racional e Moral. Cf. APES – Papeis diversos 847 – 16 de dezembro de 1846.

as epidemias e construiu um cemitério mais afastado da igreja.¹⁵⁰ Passou a cuidar dos doentes e dos consternados com as perdas de amigos e familiares, levando-lhes o conforto da religião, principalmente, para aqueles que residiam na região do Baixo São Francisco. Seu trabalho não estava restrito aos indígenas no espaço das aldeias. Visitava os doentes para administrar os últimos sacramentos e realizava missões itinerantes em outras freguesias do sertão. Segundo Regni, estava envolto da “auréola de santidade que envolvia sua figura de autêntico capuchinho”.¹⁵¹ Em meio ao caos gerado pela morte, não é estranho que alguns capuchinhos viessem a ser representados santos, ainda em vida, principalmente nas memórias eclesiásticas perpetuadas por gerações.¹⁵²

Nesse sentido, concorda-se com Hugo Fragozo quando defende que a atuação dos missionários nas missões era um instrumento de apaziguamento do povo rebelado,¹⁵³ acrescentando ainda o fato de estes virem a consolar também o povo amedrontado. Caminha nesta percepção Regni, quando destaca a atuação de Taggia tanto na Bahia quanto em Sergipe.

Às vezes a pregação do missionário se tornava uma autêntica missão de paz. Isto aconteceu, por exemplo, em S. José das Itaporocas (Maria Quitéria – BA). Fr. Cândido conseguiu apaziguar os ânimos daquela vila, revoltados, por ocasião de um pleito eleitoral. O mesmo aconteceu em Sergipe, onde a

¹⁵⁰ AHFSRJ – (6, IV,3) – Carta do Frei Dorotheo de Loreto ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 25 de março de 1857. Trata de sua transferência para a província do Maranhão, ressaltando a importância e seu desejo de continuar na Ilha de São Pedro, onde já havia principiado a obra do Cemitério que desejava dar continuidade. Em 21 de abril de 1858, ainda escrevia da Ilha de São Pedro para o Vice Prefeito declarando que estava designado a ir para o Maranhão, mas que de lá pretendia retornar a Itália. Neste arquivo encontram-se uma carta de Pedro Canuto de Melo e abaixo-assinados da população de Porto da Folha a “suplicar” a permanência de Frei Dorotheo de Loreto na Ilha de São Pedro.

¹⁵¹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., p. 513-517. A Freguesia de São Pedro no Porto da Folha foi criada com o desmembramento da de Propriá, pelo decreto de 16 de agosto de 1832, com sede na Ilha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Frei Dorotheo trabalhou até o ano de 1855 como coadjutor, mas com a morte do Vigário Pe. Matias de Santana, assumiu a sua função como Vigário Encomendado até o início de 1864. Frei Davi de Umbértide passou a ajudá-lo no final de seu apostolado, pois encontrava-se doente. Pelos registros de batismos assinados por ele ou Frei Davi vão até janeiro de 1877. Quando o capuchinho não ia até o povo, este vinha até a igreja do hospício de Porto da Folha para satisfazer a sua piedade, receber um conselho, reaver a paz de consciência, escutar a palavra divina, aproximar-se dos sacramentos e participar das funções sagradas. Entronizou a devoção a Maria, no mês de maio. Nas suas pregações “exorcizou várias pessoas endemoninhadas e, com a humildade e penitência, conseguiu expulsar o espírito maligno. Todos consideraram um frade santo”. Frei Dorotheo, depois de 28 anos, deixou a Ilha de São Pedro, muito doente com destino ao Hospício da Piedade, mas não suportou a viagem. Faleceu na cidade de Piaçabuçu, da província de Alagoas, em 30 de outubro de 1878. Sepultado no cemitério local, depois seus restos mortais foram trasladados para Igreja da Piedade, Salvador. A morte deste missionário coincide com o fim desta missão, pois na versão apresentada por Regni, não havia missionário disponível para enviar para aquela região. Nem havia interesses dos proprietários, que “considerando coisa inútil, o coronel João Fernandes de Brito, mais conhecido como João Porfírio, dono das vastas zonas do baixo S. Francisco, o mandou demolir”. Em 1897, João Fernandes de Brito, cuja propriedade estava incluída a terra circundada pelo rio, requereu e alcançou permissão para estender o seu arrendamento sobre a parte da Ilha. Para adquirir o título precisava demonstrar a “não existência” de índios. Passou a contratar jagunços para através da violência expulsar os índios e tomar posse das terras.

¹⁵² A representatividade de capuchinho santo perpetuada por gerações pode ser observada nos discursos publicados no jornal *A Cruzada* das primeiras décadas do século XX, quando por diversas vezes fazia menção a santidade de alguns capuchinhos, dando maior ênfase a Frei Dorotheo de Loreto.

¹⁵³ FRAGOSO, Hugo, op. cit.

população inteira se achava em alvoroço por motivo de leis impiedosas que dificultavam o batismo das crianças e retardavam o enterro dos defuntos, mas ele alcançou acalmar o povo.¹⁵⁴

Faz-se necessário estranhar se a representatividade da missão de paz era estendida a todos, independentemente da fé professada. Nesse sentido, pode ser ressaltado que para além de um apaziguador, o capuchinho era um europeu que havia estudado e vivido na Europa, onde adquiriu experiências para auxiliar não somente no cuidado com almas, mas também no cuidado com os doentes, nos aspectos educacionais, nas experiências do trabalho especializado. Devido as suas relações para com as autoridades sergipanas é possível compreendê-lo numa relação mais complexa de interesses políticos e econômicos de uma sociedade que precisava ajustar o nativo a trabalhar conforme um padrão europeu.

A afinidade dos potentados rurais como os seus representantes nas Câmaras e Assembleias e com as autoridades eclesiásticas tornou ainda mais complexa a ação dos capuchinhos. As relações desses no desempenhar do seu apostolado mediavam interesses múltiplos – religiosos, políticos, econômicos e culturais. Pela atuação de Todi e Taggia é possível compreender os interesses que estavam em jogo quando um padre convidava os capuchinhos para realizar uma missão em determinada região da sua freguesia. Para confirmar esta relação de interesses múltiplos pode-se observar a atitude do monsenhor Silveira que, como eclesiástico e membro da Assembleia, passou a articular a vinda definitiva dos religiosos para transformar o seu hospício num viveiro de missões que seriam estendidas para todas as localidades da província, sem a necessidade de esperar pelo envio de missionário do Hospício da Piedade, em Salvador.

Muitas pistas foram deixadas pelo frade Apolônio de Todi sobre os interesses dos proprietários de terras e criadores de gados nas suas missões. Enquanto através da trajetória do capuchinho Candido de Taggia percebe-se uma ligação com as regiões onde a produção da cana estava em evidência. A comparação dessas trajetórias permite compreender as permanências e as mudanças no apostolado das missões que foram relevantes no auxílio dos arcebispos para reformar os costumes e, ainda, atendiam aos interesses dos párocos e capelães que, quando não eram proprietários de terras, estavam ligados a eles por laços de sangue ou de amizade. A documentação sobre o interesse da Assembleia em financiar a vinda dos capuchinhos da Itália, bem como a insistência na vinda de Taggia ao Sergipe levou a perceber que a reforma dos costumes daquela população fazia parte dos interesses das elites locais – senhores de engenho, criadores de gado e lavradores de algodão – para transformar a população em pessoas ordeiras

¹⁵⁴ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 419.

e trabalhadores disciplinados. Nesse aspecto, os interesses da Igreja convergiam com os interesses do Estado.

Apolônio de Todi missionava no rastro das boiadas de gado e nas lavouras do algodão que começaram a branquear as áreas das matas verdes da vila de Itabaiana. Taggia pregava, principalmente, no trajeto dos verdes canaviais que se estendiam do vale do Vaza-Barris para o vale do Cotinguiba na década de 1850. Estas práticas possibilitam a defender que as ordens religiosas, com suas devidas especificidades, desempenharam múltiplas funções para as autoridades civis, não somente no período colonial, mas também no império, quando estas pareciam entrar em declínio. Sendo que, os capuchinhos não foram os únicos sujeitos atuantes no apostolado das missões. De acordo com Hugo Fragoso, alguns padres seculares brasileiros, a exemplo do padre Ibiapina, realizavam missões populares, mas praticamente toda a atividade missionária estava nas mãos dos estrangeiros. Os lazaristas franceses e os capuchinhos italianos desempenharam um importante papel nesta prática.

Os capuchinhos italianos são, durante o 2º Império os “missionários” por antonomásia, pois, os lazaristas franceses, mais dedicados aos seminários, tinham uma atividade reduzida neste setor, e os padres diocesanos brasileiros também constituíam um “grupo” bem minoritário, face aos capuchinhos.¹⁵⁵

Nesse sentido, os capuchinhos, para além da Bahia e Sergipe, marcaram presença em Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo e diversas outras partes do Brasil, sendo que as missões aumentaram, consideravelmente, em Sergipe, a partir da segunda metade do oitocentos, justamente, na fase do Segundo Reinado. Desse modo, acompanharam uma tendência nacional de crescimento destes religiosos no Brasil apontada por Fragoso.¹⁵⁶ Para além de tipo ideal de missionários pacificadores, pode-se acrescentar a função de modeladores daquela sociedade oitocentista, baseando-se no termo usado por Stuart B. Schwartz quando referia-se aos burocratas régios no período colonial,¹⁵⁷ tendo em vista que, os capuchinhos conseguiam, por meio de suas práticas e prédicas, incutir valores, inclusive sobre a questão da positividade do trabalho, que contribuíram para ajustar a sociedade civil oitocentista sergipana. Dentre os capuchinhos que atuaram nesta fase optou-se por seguir os rastros de Frei Paulo Antônio de Casanova, que assumiu a vice-prefeitura de Sergipe após a saída de Taggia.

Frei Candido de Taggia, em missiva de 14 de junho de 1855, pedia ao comissário geral, Frei Fabiano da Scandiano, para se afastar de função: “não podendo mais resistir ao peso da direção deste Hospício como vice-prefeito, venho por meio desta pedir humildemente a [V.P.],

¹⁵⁵ FRAGOSO, Hugo, op. cit., p. 55.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart B, op. cit.

me queira quanto antes aliviar deste pezo, e mandar outro em meu lugar”.¹⁵⁸ Parece que a princípio o substituto indicado seria Frei Dorotheo de Loreto, conhecedor da província por estar à frente dos trabalhos com os índios desde 1849. Por meio desta missiva, Taggia expressava seu desejo de retornar à Itália. Não se sabe se este pedido teve alguma relação com as brigas por conta da transferência da capital, se estava relacionado ao cansativo trabalho nos cuidados com as epidemias, se ficou frustrado com o desejo de transferir ou criar outro hospício em Laranjeiras, ou até mesmo se estava sendo cobrado a pagar o empréstimo que havia realizado no ano anterior para a construção da igreja. Embora pareça estranho esse pedido, tendo em vista que, em 24 de novembro de 1856, se encontrava na cidade de São Cristóvão desolado por não receber do comissário geral as ordens de como deveria proceder.

Há mais de dous meses, que enviei huma carta a V. Pe. M. Rev. Em que propunha que tanto podes [...] me tinha determinado a não voltar mais para a Província da Itália, é que V. Rev, me diga o que havia de fazer, se havia de ficar na Bahia, ou voltar para Sergipe, é que em hum dos dous lugares se faça ficar, mas que nada fazia sem que primeiro V. Rev. decidisse a tal respeito, porém, como até hoje não recebi resposta alguma, vou outra vez esperar de V. Rev. alguma resposta a tal respeito. Eu não sei qual seja o motivo, porque não recebo prontamente suas respostas; talvez que não seja digno de sua amizade; mas como a minha consciência nada me reclusa; se esta a razão porque tudo [...] se eu esperasse o pago dos meus trabalhos nos homens, contem fe que teria motivo, de reter uma tão so correspondência, mas como tudo espero so de Deus, é esta a razão porque nada me afronta nos tempos presentes, são de particularidades e são de justiça, isso é pratica no presente, [...] basta que haja tudo pelo amor de Deus.

Desejaria pronta resposta para meu sucego.

São Cristovao, de Sergipe, 24 de novembro de 1856,
Frei Candido de Taggia – Capuchinho.¹⁵⁹

Nesta carta, de 24 de novembro de 1856, assinada por Candido de Taggia apenas como capuchinho, sem mencionar o cargo de vice-prefeito como costumava fazer nas outras missivas, observa-se que ainda estava em São Cristóvão e demonstrava estar insatisfeito porque não recebia respostas do comissário geral, provavelmente, sobre sua liberação para ir a Roma. De acordo com a documentação a qual Regni teve acesso do Arquivo da Cúria Geral dos Capuchinhos, consta que Taggia esteve em Roma a 16 de julho de 1858, quando entregou o relatório das suas atividades apostólicas, com data de 7 de maio de 1857, assinado por ele (vice-prefeito), por Frei Paulo de Panicale (prefeito), e por Frei Paulo Antônio de Casanova (vice-prefeito). Entretanto, Regni ressalta que este documento foi escrito em 1856,¹⁶⁰ provavelmente

¹⁵⁸AHFSRJ – (4,VI,12) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 14 de junho de 1855.

¹⁵⁹AHFSRJ – (4,VI,19) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1856.

¹⁶⁰REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., p. 423.

na ocasião em que Taggia passava o cargo da vice-prefeitura de Sergipe a Frei Paulo Antônio de Casanova. Observa-se ainda, pelas missivas que se encontram no Arquivo dos Capuchinhos no Rio de Janeiro, que a relação de Taggia com os superiores da Ordem, principalmente entre os anos de 1855-56, foi tensa, permeada de silêncios e esperas.

Não se sabe o que teria motivado Taggia a pedir sua exoneração do cargo de vice-prefeito, em 14 de junho de 1855, quando era venerado como santo pela população de Laranjeiras, que foi socorrida por ele no caos da epidemia de cólera morbus. A sua saída não deve ter sido motivada pelo “peso” deste trabalho. É mais provável que sua atitude estivesse relacionada com as tensões políticas que levaram a ascensão dos liberais, já que a exigência pela permanência de Taggia se deu na fase de maior influência dos conservadores, grupo partidário do monsenhor Silveira.

Assim, Frei Paulo Antônio de Casanova assumiu o cargo de vice-prefeito no bojo da retomada do poder pelos liberais. Vale ressaltar que além das tensões políticas, Sergipe enfrentava ainda os problemas causados pelo cólera morbus: a necessidade de higienizar as vilas, cidades e a nova capital, na tentativa de evitar novas epidemias; além do problema da insuficiência de mão de obra para a lavoura, que desde a interrupção do tráfico atlântico de escravizados vinha sendo motivo de preocupação, agravando-se com as perdas provocadas pela epidemia. A questão é compreender se as autoridades civis desta província consideraram as práticas desse capuchinho relevantes para sanar parte destes problemas, e se suas práticas estavam a interessar ao arcebispo da Bahia que, além de reformar os costumes, pretendia combater os chamados erros do mundo moderno, presentes na vasta extensão de sua diocese.

1.3 Práticas de Frei Paulo nas missões no Sergipe

Depois de cruzar o Atlântico, desembarcava no Rio de Janeiro, Frei Paulo Antônio de Casanova, em 30 de maio de 1844.¹⁶¹ Foi designado para atuar com os indígenas na província do Espírito Santo, quando assumiu a função de vigário encomendado da paróquia da vila de

¹⁶¹ Frei Paulo Antonio Damele de Casanova di Rovegno é natural da província de Gênova, na Itália. Seu nome secular era Stefano Damele. Nasceu em 1º de dezembro de 1813. Seus pais são Giovanni Battista e Luisa Damele. Ingressou na Ordem a 12 de outubro de 1834. Foi ordenado sacerdote a 27 de dezembro de 1837. Os santos que passou a ser seu nome deveria servir de modelo para o missionário. Após ter concluído os estudos eclesiásticos em sua província foi admitido no Colégio de S. Fidélis a 9 de setembro de 1843. Em 23 de abril de 1844 recebeu a permissão para vir ao Brasil, quando aportava ao Rio de Janeiro a 30 de maio daquele ano. Depois de 47 anos de missões veio a falecer em 15 de março de 1891. Cf. REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., p. 455-464; DEMONER, Sonia Maria. *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo (XIX)*. Vitória: Espírito Santo, 1983, p. 66-73. Apresentou algumas diferenças nas datas: para a chegada ao Brasil em março; para o nascimento o mês de outubro; e para a morte o mês de janeiro.

Itapemirim daquela mesma província, uma das áreas mais povoadas por sediar o porto. Não se limitando às obrigações paroquiais, a pedido do presidente da província ocupou-se do centro indígena Imperial Afonsino e das missões.¹⁶² A obra da igreja impressionou o presidente da província do Espírito Santo, Sebastião Machado Nunes, em visita àquela Vila no ano de 1855:

O novo templo, que tem de servir de matriz nesta villa, acha-se ver acabado, havendo mui poderosamente concorrido para isto o Rev. Frei Paulo Antonio, vigário encommendado desta freguesia, o qual, cheio de um zelo ardente pela igreja de que he digno ministro, se propôz a dotar a Villa de Itapemirim de um templo magnifico, o que conseguiu depois de nove anos de incessantes trabalhos. Foi esta obra construída, como sabeis, em sua máxima parte, por meio de contribuições dos fiéis, agenciadas por aquele sacerdote, entrando elle mesmo no numero dos maiores contribuintes.¹⁶³

Curiosamente, ainda naquele ano, Frei Paulo deixaria aquela província. Em 10 de outubro de 1855, escrevia ao comissário geral da Ordem para comunicar que estava livre das obrigações de pároco daquela vila. Ressaltava que antes da partida para o Rio de Janeiro, desejava fazer uma longa viagem para visitar o padre Wendelino. Dizia ainda que, por meio dos jornais, ficou informado dos estragos da cólera morbus no Rio de Janeiro, principalmente entre os escravizados. Mas que esta epidemia não havia chegado àquela vila.¹⁶⁴

Por coincidência, a vice-prefeitura da ordem sediada na província de Sergipe estava vaga quando Frei Paulo foi indicado para assumir o cargo de Taggia, provavelmente, entre o final de 1855 e os primeiros meses de 1856. Observa-se que em 20 de setembro de 1856, assinava de São Cristóvão, como vice-prefeito, conforme a carta remetida aos superiores no Rio de Janeiro.¹⁶⁵ Assim como seu antecessor, contou com poucos missionários, já que encontrou somente três capuchinhos no Hospício de Nossa Senhora da Conceição: Frei Egídio de Garrésio, de passagem pelo hospício, Frei Dorotheo de Loreto e Frei Davi de Umbértide Perúgia, que apresentavam uma posição incerta devido às instruções de seus superiores para transferi-los. Depois de algumas negociações, a pedido de Frei Paulo e de abaixo-assinados remetidos por civis, os superiores consentiram na permanência destes.

¹⁶² DEMONER, Sonia Maria, op. cit., p. 66-73.

¹⁶³ APEES – Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da Respectiva Assembléia Legislativa no dia vinte e cinco de maio de 1855, Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1855. p. 29. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/SEBASTIÃO%20MACHADO%20NUNES%20-%20Presidente%20da%20Província-2.pdf>. Acesso jun. 2018.

¹⁶⁴ AHFSRJ – (16-X-10) – Carta de Frei Paulo Antonio Casanova, Itapemirim (ES) ao Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1850. Foi a última carta conforme consta neste arquivo escrita da vila de Itapemirim, Espírito Santo.

¹⁶⁵ AHFSRJ – (16-X-11) – Carta do Vice-Prefeito Frei Paulo Antonio Casanova, São Cristóvão, (SE), ao Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1856.

Frei Dorotheo se dedicou à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto da Folha, como vigário encomendado, depois do processo de extinção das aldeias. Assim poderia dar continuidade ao trabalho com os indígenas, ao qual havia se dedicado desde a chegada àquela província. Por ter uma residência na aldeia da Ilha de São Pedro de Porto da Folha, pouco se deslocava para o hospício. Diferente dele, Frei Davi de Perúgia,¹⁶⁶ estabelecido no Hospício da Conceição, foi o companheiro de missão de Frei Paulo, permanecendo em Sergipe até 1879.¹⁶⁷

A trajetória de Frei Paulo no Brasil se deu em três províncias: primeiro, no Espírito Santo (1844-1855), onde adquiriu experiências nos assuntos relacionados aos indígenas, aos deveres paroquiais, e às missões. Depois em Sergipe, a frente da vice-prefeitura até 1872, quando foi designado para o cargo de prefeito da ordem na Bahia. Nesta fase, deu continuidade às missões, inclusive por Sergipe. Nesse trabalho, o olhar está voltado com maior interesse para as práticas de Frei Paulo nas missões realizadas na província de Sergipe, quando esta região enfrentava o problema das epidemias e da considerada “falta de braços” para a lavoura. Portanto, defende-se a hipótese de que os capuchinhos foram agentes civilizadores por terem auxiliado o Estado na implementação de medidas higienistas/sanitaristas, ao mesmo tempo que induziam a população ao trabalho.

Frei Paulo de Casanova começou a missionar na província de Sergipe ainda atemorizada pela primeira epidemia de cólera morbus. Seis anos depois, a doença voltou a atacar. Dessa vez, os primeiros casos foram encontrados em Propriá, em agosto de 1862, quando se alastrou por toda a região do Baixo São Francisco, chegando à estimativa de 5.500 mortos. Desde a primeira epidemia de 1855, os médicos defendiam a necessidade de construir cemitérios fora dos espaços das igrejas como sendo uma forma de evitar a proliferação de doenças.¹⁶⁸ Décadas depois o jornal da diocese de Aracaju, *A Cruzada*, transcreveu em algumas de suas edições as memórias

¹⁶⁶ Frei Davi de Perugia parece fugir à regra do tipo ideal de capuchinho, tendo em vista os conflitos que se envolveu tanto com eclesiásticos quanto com civis. Primeiro, quando esteve à frente da construção da Igreja de Pacatuba, reedificada no local da antiga capela de São Felix de Cantalício, após 1864, quando recebeu a autorização do presidente desta província. Foi em Pacatuba que vivenciou tensões com o ex-vigário desta Freguesia. Depois, em janeiro de 1879, por conta da utilização das terras que ficavam nos arredores do Hospício da Conceição, que parecia ser propriedade de particulares. Entrou em conflito com os supostos donos das terras. Estes revoltados e instigados por membros da maçonaria e anticlericais passaram a difamar o frade por meio do jornal *O Guarany*, acusando-o de usar as terras para a plantação de fumo, que na versão apresentada pelo jornal era transformado em charutos no próprio hospício, assim designado por eles de “fábricas de charutos”. Apesar da defesa do vigário José Gonsalves Barroso, inclusive, por meio da imprensa, o capuchinho foi repatriado em março daquele ano para prestar contas aos Superiores da Ordem, em Roma. Cf. REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., p. 523-526.

¹⁶⁷ AHFSRJ – (16-X-11 a 21) – Cartas de Frei Paulo Casanova remetidas ao Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1857, 27 de julho de 1858, 29 de março de 1859 e 6 de dezembro de 1861.

¹⁶⁸ SANTANA, Antônio Samarone, op. cit., p. 77.

de Frei Doroteu de Loreto. Numa das passagens de suas ações por Sergipe descreveu a sua participação nos tempos da primeira epidemia com as seguintes palavras:

Em tempo da cholera (1854), aglomerava-se em S. Pedro um povo imenso com medo da peste; e morreu muita gente, toda ela ungida e sacramentada por Frei Dorotheo, que de cançado e as vezes esvaído, caia sobre o leito, não disse bem, sobre o catre, que usava. Foi afinal atacado da epidemia cruel que suportou com invicta paciência e admirável resignação [...].¹⁶⁹

A retirada dos cemitérios das proximidades das aglomerações humanas fazia parte das medidas de combate às epidemias que assolavam o país. Foram pensadas pelos detentores do ideário cientificista – os médicos higienistas e sanitaristas – que conforme defendeu Lilia Moritz Schwarcz, objetivavam eliminar as doenças por meio da prevenção. A higiene pública tinha por objetivo prevenir antes de curar. Conectada à noção de higiene surgia a ideia de saneamento, por meio da qual, o sanitarista implementava planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação.¹⁷⁰ Não se trata de uma medida isolada da província de Sergipe, pois estava em vigor, em todo o Brasil, esse tipo de discurso, que pautado no saber científico, apontava os miasmas como uma das causas da proliferação das doenças epidêmicas. Prática que provocou mudanças não somente nos novos cemitérios que deveriam ser construídos mais afastados dos centros urbanos, mas na própria relação com o morrer. Esse processo de secularização dos cemitérios e da morte pode ser melhor compreendido através dos trabalhos de João José Reis,¹⁷¹ que trata da Bahia, e de Claudia Rodrigues,¹⁷² a partir do Rio de Janeiro.

De 1856 a 1872, a frente da vice-prefeitura de Sergipe, Frei Paulo realizou muitas missões acompanhado por Frei Davi de Perugia. Nesta fase, observa-se pelas estatísticas dos relatórios apresentados aos superiores da Ordem, que nos dias das missões induziram a população a trabalhar na construção de algumas obras: quatro cemitérios; uns quinze açudes; a construção das matrizes de Pacatuba, de Porto da Folha, de Vila Cristina, de São Paulo de

¹⁶⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 28, 18 de dezembro de 1921, p. 2.

¹⁷⁰ Desde os tempos coloniais várias moléstias atacaram a população do Brasil: tuberculose, febre amarela, varíola, lepra, peste, sarampo, febre tifóide, mal de chagas, beribéri, malária, coqueluche, cólera e escarlatina são algumas das doenças infecto-contagiosas que preocuparam os médicos. Para evitar as epidemias grandes projetos de saneamentos invadiram os lares, igrejas, portos, escolas, cemitérios. Assim, os projetos de saneamentos tomaram força e saíram do campo da medicina ao propor medidas diretas de intervenção na realidade social. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 206-226.

¹⁷¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁷² RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Itabaiana; na construção da Santa Casa e na restauração da matriz, ambas em Laranjeiras.¹⁷³ Estes costumavam deixar materiais e esmolas angariadas nos dias das missões para que o vigário pudesse dar continuidade às obras, sempre com a ajuda dos leigos.

Assim como o fez Taggia, infere-se que Frei Paulo Casanova e, principalmente, Frei Dorotheo que missionava na região do Baixo São Francisco, área mais afetada pela segunda epidemia de cólera morbus no ano de 1862, devem ter atuado para evitar que a doença se alastrasse ainda mais. Uma das ações de Frei Dorotheo foi a construção de um cemitério na missão aldeamento da Ilha de São Pedro, que ficaria mais afastado da Igreja e do centro da aldeia, como pode ser constatado fazendo-se uma visita ao local. Pela estatística das obras realizadas pelos frades Paulo e Davi, observa-se a continuidade das práticas relativas as melhorias dos templos católicos, como era de praxe nas missões, mas com o acréscimo de obras voltadas para atender às exigências das autoridades no pós epidemias, práticas que estavam em consonância com as políticas higienista/sanitarista que se pretendia implementar na província de Sergipe. Vale ressaltar que, a iniciativa dessas obras não, necessariamente, partia deles, mas das autoridades eclesiásticas e civis, quando os convidavam para realizar a missão, muitas vezes, previamente planejada com o intuito de realizar determinada obra.

A Santa Casa referida por Frei Paulo em seu relatório estava sob a responsabilidade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, instalada em 14 de março de 1864, na cidade de Laranjeiras. Para agilizar a construção, Angelo Custodio Polliciano e o médico Benito Derizans propuseram que se nomeasse uma comissão encarregada de pedir auxílio aos capuchinhos. Na percepção de Manoel de Freitas Cezar Garcez o projeto de instalação do hospital da Santa Casa de Misericórdia tinha por objetivo dar assistência “aos desvalidos e aos enfermos os socorros de que carecem e que a Religião Catholica nos prescreve, que lhes ministremos”.¹⁷⁴

O recente vigário Manoel Ribeiro Pontes, que havia assumido a paróquia de Laranjeiras no ano de 1863, fase da segunda epidemia de cólera morbus, aprovou o referido projeto proposto pela irmandade. Este sacerdote utilizou da mesma estratégia de seu antecessor, o vigário José Joaquim de Campos, ao convidar os capuchinhos Frei Paulo de Casanova e Frei David de Perugia para realizar missões, auxiliar nos cuidados com os doentes e participar da organização do referido hospital conforme desejavam os integrantes daquela irmandade. Convite que foi aceito pelos referidos capuchinhos. Passados dois anos, em 29 de abril de 1866,

¹⁷³ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 457. Das cartas de Frei Paulo encontradas não constam esses relatórios, por esta razão utilizou-se dos dados apresentados por Regni, a partir dos documentos que ele encontrou no Arquivo da Cúria Provincial dos Capuchinhos de Ancona (ACA).

¹⁷⁴ Ata da instalação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em Laranjeiras. In: OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*. Aracaju: Casa Ávila, 1935, p. 114-115.

o capuchinho Perugia realizava a benção na inauguração do Hospital São João de Deus da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia. Em seguida celebrou uma missa no Oratório daquele hospital contando com a presença do presidente da província e demais autoridades civis e eclesiásticas. O hospital passaria a atender pacientes de diversas parte da província.¹⁷⁵

As Santas Casas que já eram de praxe em Portugal foram instaladas nos primeiros tempos da colônia. Exerceram a função de caridade e filantropia, somada à de assistência hospitalar. Nos séculos XIX e XX percebe-se o afloramento dessas instituições destinadas a combater as epidemias e dar auxílio espiritual aos desvalidos conforme pode ser observado no caso do referido hospital de Laranjeiras.¹⁷⁶ Essas instituições de assistência à saúde ligadas à Igreja Católica como fomentadora da caridade cristã foram apoiadas por alguns dos médicos recém-formados nas faculdades de medicinas da Bahia e do Rio de Janeiro. Entretanto, não se pode esquecer que a partir da segunda metade do século XIX, a Igreja católica estava em disputas com os protestantes norte-americanos que também se dedicaram as práticas da medicina no Brasil, mantendo escolas e hospitais.

Esta irmandade, que contava com o médico Francisco Alberto de Bragança, entre os seus membros, também administrava o cemitério de sua propriedade. A pedido do presidente da província a irmandade mudou o regulamento para torná-lo público, com o objetivo de atender a toda a freguesia. Este cemitério teve o regulamento aprovado pelo arcebispo Dom Manoel Joaquim da Silveira e pelo governo provincial. Atendidas as exigências legais, às quatro horas da tarde, de 30 de abril de 1871, se deu a benção daquele cemitério público, localizado nos subúrbios da cidade.¹⁷⁷ A localização afastada do centro urbano atendia às medidas higienistas exigidas pela legislação imperial. É possível que este cemitério esteja na estatística de Frei Paulo, assim como havia feito em Aracaju na década anterior, a pedido das autoridades civis.

No caso de Aracaju, consta no relatório do presidente da província, de 1860, que por não haver verba suficiente para investir na construção do cemitério da nova capital de Sergipe,

¹⁷⁵ Ibid., p. 119-120.

¹⁷⁶ CAVALCANTE, Danielle de Oliveira. Uma contribuição para a saúde em Laranjeiras (SE): os 150 anos da instalação da Santa Casa de Misericórdia e Hospital de Caridade São João de Deus. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas científicas*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/>. Acesso em: 30 jan. 2021. A referência de Nossa Senhora da Misericórdia estava ligada as invocações da Virgem Maria que foi utilizada para nomear uma irmandade na Florença do século XIII, influenciando Portugal. Essas instituições exerciam com base nos seus estatutos e regulamentos as funções filantrópicas referentes a enterros, recolhimento de dotes para as moças pobres, assistências aos presos, indigentes e apoio aos órfãos. A Santa Casa de Misericórdia em Salvador foi instalada em meados do século XVI para dar assistência médico-hospitalar a população da capital do Brasil. Além da criação destas casas em outras capitais também se percebe a presença delas nos municípios, a exemplo de Laranjeiras no Sergipe.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 113-137.

havia convidado os missionários capuchinhos com o objetivo de que estes persuadissem o povo a trabalhar em prol desta obra. Satisfeito com os resultados da missão realizada pelos frades Paulo de Casanova e David de Perúgia, esta autoridade civil fez questão de deixar registrado em documento oficial da sua administração que, “exhortado pela palavra evangélica d’aquelle[s] Ministros de Deus, o povo trabalhou com o mais devotado ardor. Dez mil pessoas carregarão a pedra que existia no porto para o Cemitério”.¹⁷⁸ Pela quantidade de pessoas mobilizadas, percebe-se a força do discurso religioso, usado pela autoridade para a realização de uma obra pública que fazia parte do ideal civilizatório daquela administração.

A satisfação daquele representante do Estado era tamanha que, meses antes de registrar no relatório, havia enviado um ofício de agradecimento aos capuchinhos, levado a opinião pública, por meio do jornal *O Correio Sergipense*, de 26 de maio de 1860. Pela sua fala, era mais uma das autoridades civis a enxergar a importância da religião para auxiliar o Estado no seu projeto de transformação da sociedade. Reforçava que, além do auxílio para a construção do cemitério de Aracaju, as prédicas dos capuchinhos contribuíram para acabar com algumas animosidades e ao menos cessar temporariamente intrigas entre a população.

Qual a Religião que não a Catholica Romana poderia indusir 10 mil penitentes a conduzir pedra para o Cemitério como nós vimos com um ardor infatigável quer de dia, quer de noite! Qual a Religião que induziria as primeiras autoridades a tal praticar? As senhoras do mais fino trato a carregar sobre seos débeis e delicados hombros grandes pedras nhuma estrada de areia e montanhosa a não ser a Religião do Homem Deos!? [...] Quanto é poderosa a Religião de Jesus Christo!¹⁷⁹

Por ter sido planejada numa região de areias e pântanos era necessário trazer as pedras de outros locais, por isso, os penitentes conduzidos pelo exemplo dos frades, inclusive, mulheres e crianças carregaram as pedras do porto ao local do cemitério. Esta não era a única obra de que necessitava a recente capital, que apesar de contar com alguns prédios prontos no decorrer dos cinco anos de sua fundação, ainda tinha muito a ser construído, quando os frades realizaram a pedido do presidente da província aquela missão. Foi nessa fase que Aracaju mais parecia um canteiro de obras, que o alemão Robert Avé-Lallemant, deixou sua impressão sobre a recente capital, visitada por ele em maio de 1859, quando em viagens pelas províncias vizinhas, chegou a Sergipe.

Chamaram a nova fundação, situada imediatamente acima da embocadura do rio, Aracaju. Tem aspecto sumamente agradável. Tudo é bonito e novo na margem, embora muito provisório. A residência do Presidente, a Câmara

¹⁷⁸ SERGIPE. Relatório entregue a administração da província de Sergipe em 13 de agosto de 1860 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Thomaz Alves Junior pelo Dr. Manoel da Cunha Galvão. Sergipe, Typ. Provincial, 1860, p. 12.

¹⁷⁹ BPED – *O Correio Sergipense*, Aracaju, 26 de maio de 1860, p. 1.

Provincial dos Deputados, um quartel, uma igreja e até uma loja maçônica – tudo ostenta na sua pequenez e exiguidade de espaço primorosa e bonita aparência. Por toda parte se trabalha, por toda parte se constrói, se cria. No largo rio, sobre o qual se edifica uma nova alfândega, ancoravam cerca de 20 navios de vela, e entre eles muitas bandeiras europeias, a até mesmo um rebocador, um poderoso auxiliar para transportar a perigosa barra. Quem vem de Penedo surpreende-se agradavelmente com a nova cidade.¹⁸⁰

Feita a descrição do que considerava o lado bom e bonito de Aracaju, o viajante alemão passou a descrever os defeitos que na sua percepção apresentava a capital: a falta de boa água potável; os seus arrabaldes por conta das casas simples, feitas de barro com telhados de palhas, onde residiam seus habitantes, a maioria deles de origem índia, que na visão do viajante contrastava com a cidade planejada, em construção; a falta de teatros, implicava não desfrutar de vida social. Nesse último quesito, seus relatos são contraditórios, pois rendeu-se aos encantos da música tocada pelo batalhão da polícia na frente da casa do presidente, quando a “lua cheia boiava sobre os coqueirais do outro lado do rio e iluminava o vasto porto, as casas brancas da cidade e os altos coqueiros sussurrantes por cima delas”.¹⁸¹

Apesar da impressão negativa que tivera da população que morava nos arredores do quadrado de Pirro, os relatos desse viajante atestavam que toda a província estava buscando implementar medidas para solucionar os problemas que poderiam afetar a saúde da população. O alerta para a salubridade da água potável da capital estava em consonância com o discurso cientificista da época. Nesse sentido, o convite dos administradores aos capuchinhos não se dava de forma aleatória. As ações desses religiosos ajudavam nos projetos civilizatórios que desejavam para suas províncias dentro dessa lógica do discurso científico que se pautavam as autoridades civis para administrar as províncias. Pela experiência as autoridades tanto civis quanto eclesiásticas reconheciam que os capuchinhos tinham conhecimentos técnicos e, ainda, poder de persuasão.

Da mesma forma que, em 1860, o presidente da província, que desejava resolver o problema dos enterramentos ao construir o cemitério da capital, soube aproveitar o poder de persuasão destes religiosos em prol dos interesses do Estado. Assim, a construção de quinze açudes pode ser pensada, para além de saciar a sede da população e dos animais em épocas das secas. Tratava-se de mais uma medida de saúde pública, ao passo que os tanques/fontes/açudes deveriam ser construídos em lugares, estrategicamente, pensados para servir de reserva de boa água potável para abastecer a população das diversas comunidades rurais, na tentativa de vencer

¹⁸⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 331-332.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 335-336.

as doenças, que acreditavam estar relacionadas à má qualidade da água, assim como o viajante alemão apontou como sendo a causa da febre que tivera na sua visita a Aracaju. As febres foram motivos de reclamações e de mortes em diversas localidades da província, conforme pôde ser observado pelas publicações na imprensa de Sergipe no decorrer do oitocentos.¹⁸² Uma das razões que pode explicar a preocupação de outros capuchinhos em realizar estas obras.

Essas obras continuaram a ser realizadas no decorrer do oitocentos e primeiras décadas da República, conforme pode ser constatado pelas práticas de outros capuchinhos. Pelos registros deixados por Frei João Evangelista de Monte Marciano, observa-se a repetição dessas práticas pela população das mais diversas regiões das províncias da Bahia e de Sergipe, principais áreas de atuação deste capuchinho, a partir de novembro de 1873, quando em companhia do prefeito da Ordem na Bahia, Frei Paulo de Casanova realizou sua primeira missão na freguesia de Nossa Senhora d'Abadia, atualmente município de Jandaíra na Bahia. Neste ano, Frei Paulo havia deixado a vice-prefeitura de Sergipe para realizar missões com Frei Evangelista, que ainda inexperiente, poderia contar com os ensinamentos do velho capuchinho.

Foi em companhia de Frei Paulo Casanova, que em novembro de 1874, Frei João Evangelista conheceu a província de Sergipe, quando realizou sua primeira missão na freguesia do Lagarto. Por seus registros observa-se que contou com a participação de cerca de nove mil pessoas, muitos deles participaram das práticas sacramentais e trabalharam na limpeza de um tanque. Partiram em dezembro para freguesia do Geru, onde a população, estimada em cinco mil pessoas, trabalhou na construção de um tanque. A última missão dessa temporada por Sergipe se deu, em janeiro de 1875, na vila de Nossa Senhora dos Campos, nada constando sobre a realização de obras, talvez por esta razão tenha adjetivado o “povo” dessa vila de “duro”, “sambista” e “cachaceiro”.¹⁸³ A limpeza do tanque, geralmente, ocorria quando a água baixava ou secava completamente. Assim, a população com enxadas e pás retirava a lama acumulada, fazia a limpeza dos arredores e aproveitava para ampliar o tamanho do reservatório.

Após suas primeiras missões em Sergipe Frei João Evangelista retornou a Bahia com Frei Paulo Casanova, tendo realizado missões em Feira de Santana e outras localidades desta província, quando em novembro de 1875 voltaram a Sergipe. A primeira missão dessa temporada foi realizada na vila de Riachuelo, sem registros de obras. Quando partiram, em dezembro, para vila de Itabaiana, lá “se fez um tanque”.¹⁸⁴ Pelas missões realizadas na fase que

¹⁸² Identificou-se referências a casos de mortes por febres nos periódicos *O Horizonte* (1885-1886); *O Larangeirense* (1886-1887); *O Republicano* (1888-1889).

¹⁸³ AHNSP – Caixa Ca 17 – Caderno de Memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano, p. 2-3.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 3-4.

Frei Paulo estava à frente da prefeitura da Ordem na Bahia, observa-se que as principais obras foram a construção e limpeza de tanques. Provavelmente usavam o espaço do Hospício de São Cristóvão de apoio, quando de passagem por Sergipe.

Não se sabe se ficou algum capuchinho a cargo da vice-prefeitura depois da saída de Frei Paulo, em 1872, ou se ela deixou de existir, restando apenas o prédio para exercer a função de Hospício, já que Frei Davi de Perúgia continuou neste estabelecimento até 1879, quando foi repatriado. Entretanto, parecia que Frei Paulo estava a preparar seu substituto, já que no dia 15 de janeiro de 1886, Frei João Evangelista, com a autorização do comissário geral, Frei Fideles de Ávola, registrou que viria à província de Sergipe, incumbido de dirigir o Hospício de Nossa Senhora da Conceição e de realizar missões nesta província, sem mencionar que assumiria o cargo de vice-prefeito.¹⁸⁵ Talvez nessa fase a vice-prefeitura tivesse sido extinta.

Durante a quaresma, fez diversas pregações aos fiéis de São Cristóvão, quando em maio partiu para a cidade de Lagarto onde pregou durante todo esse mês, que é dedicado a Maria. No dia três de julho, Frei João Evangelista estava em Samba¹⁸⁶, capela da freguesia do Riachão. Nessa localidade pregou durante vinte e quatro dias e organizou a construção de um tanque que fora cercado de pedra e recebeu seu nome por homenagem da população local. Ainda neste ano retornou a Lagarto para pregar na novena de Nossa Senhora da Piedade. Viajou em seguida para o povoado Samba, onde realizou uma missão e construiu um “cemitério de pedra e barro rebocado de cal” e na freguesia de Nossa Senhora das Dores, onde houve também a construção de um tanque.¹⁸⁷

Diante do que foi exposto, considera-se que autoridades civis e eclesiásticas enxergavam nas práticas dos capuchinhos uma possibilidade de sanar parte dos problemas que afetavam e ameaçavam a saúde pública. Embora os médicos estivessem a frente do planejamento destas ações higienistas/sanitaristas faz-se necessário pensar nas especificidades de cada local e, principalmente, como foram colocadas em prática nas pequenas vilas, cidades e povoações espalhadas por este vasto Brasil, diante da insuficiência de médicos, que não era somente um problema enfrentado pela província de Sergipe. Nesse sentido, suas ações são

¹⁸⁵ Ibid., p. 25.

¹⁸⁶ O nome Samba é de origem indígena, conforme destacou Luiz Mott ao enfatizar que os conquistadores mantiveram na maioria dos casos, os topônimos utilizados pelos indígenas, como uma forma mais segura de localizar as glebas. Em Sergipe, as Cartas de Sesmarias referem-se a oito taperas: Enforcados, Guarauna (antiga habitação indígena junto ao rio Cotinguiba), Manyha (hoje é uma povoação na estrada de Laranjeiras para Itabaiana), Paranaçu, Pixapoam, Samba, Seborim, Tajoaba ou Taioba (nome primitivo de uma aldeia junto ao rio Poxim). MOTT, Luiz. Vida Social e Cotidiano em ‘Sergipe o Novo’ à época das Visitações do Santo Ofício e das Cartas de Sesmaria: 1591-1623. In: MOTT, Luiz. *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão e sociedade* (1591-1882). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 142-144.

¹⁸⁷ AHNSP – Caixa Ca 17 – Caderno de Memórias de Frei João Evangelista Monte Marciano, op. cit., p. 25-27.

reveladoras do protagonismo de outros sujeitos, agindo em prol do projeto civilizador, que se pretendia pôr em prática no Brasil.

Diferente dos médicos, os capuchinhos conquistavam a simpatia da população quando participavam ativamente destas obras implementadas pelas políticas do Estado. Fazia parte da racionalidade dos capuchinhos, servir de exemplo, assim como o fizera São Francisco, que sempre procurava trabalhar com as próprias mãos para que os irmãos fizessem o mesmo. Exemplo de prática que teve em vida, deixando de herança para aqueles que o desejassem seguir através da Regra e do Testamento, norteadores da postura destes religiosos. Numa parte do Testamento escreveu São Francisco:

Eu trabalhava com as minhas mãos, e quero trabalhar. Quero firmemente que também os outros frades trabalhem em ofícios compatíveis com a honestidade. Os que não sabem aprendam, não pela cobiça do preço do trabalho, mas para dar bom exemplo e para repelir a ociosidade.¹⁸⁸

Com base nos ensinamentos deste Testamento de São Francisco: “os que não sabem trabalhar, aprendam”, a Ordem escreveu o texto das Constituições. Em seu artigo sexto, A formação especializada, destacou a necessidade de adquirir uma “formação especializada e adequada” para “dar conta do trabalho convenientemente”. Nesse sentido, destacou ser “dever da Ordem ajudar todos os frades a desenvolverem sua graça especial de trabalhar”. Assim deveria cada frade ser “formado de acordo com seus dons para os diversos encargos”. Portanto, uns deveriam aprender “artes e ofícios”, enquanto outros se dedicariam aos estudos “pastorais ou científicos”.¹⁸⁹ O amor ao trabalho, ou seja, o trabalho como uma graça foi transmitido como legado aos filhos de São Francisco.

A proibição do tráfico pela Inglaterra em 1850 levou os proprietários de terras e autoridades do Estado a pensar como substituiria o escravizado por trabalhadores livres. Nesse caso, a historiografia sergipana, com mais ênfase, o trabalho de Josué Modesto dos Passos Subrinho destacou que as autoridades do Estado pretendiam organizar o trabalho por meio de Leis que coagissem a população pobre e livre a ter emprego fixo, aumentando a oferta de trabalhadores livres. Para tanto, fazia-se necessário delimitar as terras públicas, vendê-las, preferencialmente, para imigrantes estrangeiros, e, ainda, regulamentar a caça, a pesca e a coleta em áreas públicas, bem como criminalizar este tipo de prática quando feita em propriedade particular, sem autorização dos proprietários. Com estas medidas, o Estado pretendia atrair

¹⁸⁸ PEDROSO, Frei José Carlos Corrêa (tradutor). *Constituições da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos com a Regra e Testamento de São Francisco*. Edição da CCB- Conferência dos Capuchinhos do Brasil. Centro Franciscano de Espiritualidade; Piracicaba/SP. 1997, p. 17.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 45.

imigrantes estrangeiros, considerados pelas elites dirigentes como trabalhadores disciplinados, em detrimento dos trabalhadores locais que, segundo eles, eram indolentes e sujeitos a vícios. Nesse sentido, nas primeiras décadas da República, havia uma preocupação tanto da Assembleia Legislativa Estadual quanto de algumas Câmaras Municipais em propor leis, que ainda caminhavam no sentido de compelir a população pobre a vender sua força de trabalho. Essas práticas sinalizam a complexidade da questão, além de contrariar o direito de liberdade individual consagrado na Constituição Federal.¹⁹⁰

Sobre essa temática observa-se que a historiografia nacional defende que o Norte foi exportador de escravos para o Sul cafeeiro depois da abolição do tráfico.¹⁹¹ Portanto, absorveu a mão de obra pobre e livre, em substituição do escravizado, antes mesmo da abolição, em 13 de maio de 1888. A recusa da população pobre e livre da província de Sergipe em aceitar as condições de trabalho exigidas pelos proprietários de terras, especialmente, os senhores de engenho, levou Passos Subrinho a contestar estas teses ao concluir que:

Os resultados de nosso trabalho nos levam a questionar a premissa da monopolização da propriedade fundiária da Zona da Mata, pelos senhores de engenho e lavradores de cana. Ao menos no caso de Sergipe, todos os indícios apontam no sentido de que, em meados do século XIX, os engenhos não se constituíam em grandes propriedades fundiárias e não chegaram a monopolizar as terras agricultáveis da região, mesmo porque a existência de terras impróprias para o cultivo da cana em larga escala – manguezais, terrenos arenosos ou de baixíssima fertilidade – terras, aliás, no caso de sergipano, já apropriadas por posse ou distribuição de sesmarias antes da expansão da produção açucareira, permitiam a subsistência de uma crescente população pobre, contudo não compelida economicamente à venda de força de trabalho aos senhores de engenho e lavradores de cana. Portanto, para os senhores de engenho sergipanos, a propriedade escrava era a forma mais segura e, possivelmente, mais lucrativa de obter força de trabalho durante todo o período de abolição progressiva da escravidão.¹⁹²

Nesse período, os proprietários de escravizados da região Agreste-Sertão venderam boa parte deles para os senhores de engenho da Zona da Mata da própria província, sem deixar de exportar também para o Sul do Brasil. Entretanto, estes proprietários de engenhos sergipanos, principalmente os senhores de engenho da Zona da Mata, também importaram escravos de outras províncias, o que contribuiu para Sergipe ser mais importador, contrariando a tese de que

¹⁹⁰ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Funcaju, 2000.

¹⁹¹ Até as primeiras décadas do século XX a divisão regional do Brasil era compreendida entre Norte e Sul, portanto usar o termo Nordeste para o século XIX é anacronismo. Na percepção apresentada por Durval Muniz de Albuquerque o termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Assim, o Nordeste surge como a parte do Norte, sujeita às estiagens, portanto, merecedora da atenção do poder público. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

¹⁹² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho*, op. cit., 2000, p. 410.

o Norte era somente exportador para a região cafeeira. Para Passos Subrinho, as baixas taxas de alforria, o elevado percentual da população escravizada utilizada nos trabalhos agrícolas, a relutância dos senhores em vendê-los para comerciantes envolvidos no tráfico interprovincial e o aumento das alforrias nos anos finais do regime escravista, possivelmente na tentativa de reter a força de trabalho, são indícios de um comprometimento dos proprietários de engenhos sergipanos com o escravismo, em razão da relutância de boa parte da população pobre e livre em aceitar as suas condições de trabalho, por encontrar outros meios de sobrevivência, devido, principalmente, a abundância de terras a serem desbravadas para o cultivo de gêneros de subsistência, somado ainda, a caça e a pesca.¹⁹³

Entretanto, com o declínio da população escravizada, principalmente, nas últimas décadas do regime escravista, crescia a participação dos trabalhadores livres na produção açucareira, mas a substituição não se dava de forma tranquila na província de Sergipe. Assim como pensavam os senhores de outras partes do Brasil, o processo lento, gradual e seguro de abolição progressiva deveria ser acompanhado de medidas coercitivas, com o propósito de compelir a população livre e pobre a fornecer força de trabalho aos grandes proprietários rurais. Convergiam neste sentido as manifestações dos senhores sergipanos e das autoridades, quando mostravam esse desejo, bem como as dificuldades de compatibilizá-lo com os valores da civilização, das luzes e do progresso, que ficaram ainda mais evidentes com a República.¹⁹⁴

Não se pode, ainda, deixar de salientar que o trabalho manual numa sociedade escravista era visto como um ato de desgraça, tinha um valor negativo, o que dificultava a atração da população livre para vir substituir o escravo; somado ainda ao fato, de que o valor do trabalho para a cultura da população indígena/mestiça, na qual estava imersa boa parte da população pobre e livre de Sergipe, não visava o lucro. Portanto, não tinha a mesma representatividade que tinha para o europeu, razão pela qual não compreenderam o indígena, atribuindo a eles a adjetivação de preguiçosos, o que continuou a se dar com a população mestiça. Tudo isso veio a contribuir para que a população pobre e livre da província de Sergipe não se identificasse, a princípio, com o trabalho exigido pelos proprietários de terras, o que não significa dizer que não houvesse trabalhadores livres nos engenhos. O engenho não pode ser pensado somente pela dicotomia senhor/escravo, por haver uma multiplicidade de sujeitos, inclusive de trabalhadores livres, fundamentais para fazer o engenho produzir, conforme defendeu Schwartz.¹⁹⁵

¹⁹³ Ibid., p. 411.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ SCHWARTZ, Stuart B, op. cit.

O interesse dos senhores de engenho pelo escravizado, mesmo depois do fim do tráfico, tem relação direta com a relutância da população pobre e livre em trabalhar nos engenhos. Fato que foi explicado em razão de haver terras disponíveis para que esta população viesse a sobreviver usando de outros meios. Portanto, não necessitava vender a sua força de trabalho. É com base nestas conclusões de Passos Subrinho para a província de Sergipe, que se propõe a refletir sobre de quais outras medidas, além dos meios coercitivos, aprovados por lei para impedir o que eles consideravam como vagabundagem, teriam se utilizado as elites dirigentes do Estado para persuadir esta população pobre e livre a aceitar as condições de trabalho, exigidas por estes senhores tanto na produção do açúcar quanto em outras culturas.

Pelas ações dos capuchinhos, demonstradas nesse trabalho, observa-se que o Estado enxergava na Igreja um veículo importante para auxiliá-lo na manutenção da ordem, contendo os desregramentos e os vícios da população. Também enxergava nas ações da piedade cristã uma alternativa de transformar o homem considerado preguiçoso no bom trabalhador, disciplinado, sem vícios, temente a Deus/Religião e ao Rei/Monarquia. Assim, parte-se do pressuposto que, da mesma forma que as missões foram visualizadas como importantes para induzir a população a trabalhar na construção de obras necessárias para o bem-estar da província no combate às epidemias, elas também foram pensadas pelas autoridades civis como sendo um veículo importante para induzir o homem ao trabalho. Do ato de desgraça passaria ser visto como um ato de graça, quando por meio do trabalho, expiava-se os pecados em busca da salvação, que na percepção dos capuchinhos era o “último fim do homem”. Assim, os capuchinhos contribuíam para introjetar uma nova concepção de trabalho, justamente quando as autoridades se viam obrigadas a substituir o trabalho escravo pelo livre.

O problema da mão de obra se torna ainda mais evidente depois das epidemias de cólera que vitimaram, principalmente, os escravizados.¹⁹⁶ Estas perdas preocupavam os proprietários de terras, não somente, aos senhores de engenho. Tendo em vista que, como demonstrou Passos Subrinho, a população livre tinha outros meios de sobrevivência. O reflexo das perdas humanas pode ser observado através das informações abaixo.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Essa informação pode ser observada pelos registros de óbitos da região de Maruim em 1862, fase da segunda epidemia, que muitos eram escravos. Cf: Livro de óbitos de Maruim.

¹⁹⁷ Tabela construída a partir da tabela feita por Sharyse Piroupo do Amaral com base nos Mapas estatísticos da População de Sergipe 1834 e 1851, do Censo Geral do Império de 1872 e da Matrícula de escravos de 1873. Vale ressaltar que os dados da população livre de 1873 são números estimados conforme dados da matrícula de escravos.

Quadro 3 – População escrava e livre do Sergipe oitocentista

Ano	População escrava	População livre	Total
1834	47.812	112.667	160.479
1851	56.564	166.426	222.990
1872	22.623	153.620	176.243
1873	32.974	224.635	257.609

Fonte: AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 51.

Com base no quadro, constata-se que pelos dados de 1851, antes das epidemias, se comparados com os dados de 1872, ocorreu uma baixa na população escravizada. Enquanto os dados de crescimento desta população de 1872 para 1873 podem ser explicados pelo aumento da importação de escravizados, e pela entrada de nordestinos, que fugiam da seca e se fixavam, principalmente, nas regiões produtoras de algodão. Foi com base na tabela acima que Sharyse Piroupo do Amaral apresentou o perfil populacional da província de Sergipe, concluindo que, antes da lei definitiva que proibia o fim do tráfico dos africanos (1850), observa-se que cerca de 30% da população era composta por escravizados. Havia um grau elevado de miscigenação, pois os pardos equivaliam a 49% da população livre; somados o número de pardos livres com os indivíduos livres e libertos de cor preta totalizavam 72% da população livre. Se a esse número forem acrescentados os escravizados, percebe-se que a população de cor chegava à proporção de 80% do total de habitantes da província, em 1834. Pelo mapa de 1851, elaborado no auge da produção açucareira, observa-se que de uma população estimada de 222.990 habitantes, 25% era de escravizados, sendo que destes, 22.214 estavam concentrados no vale do Cotinguiba.¹⁹⁸ Por estes dados, ainda havia 34.350 escravizados espalhados pelo restante da província.

Na década de 1850, a produção do açúcar, que havia começado pelo sul da província, abrangia as margens do rio Real, a vila de Santa Luzia e a povoação de Estância,¹⁹⁹ expandindo-se para o solo massapê do vale do Cotinguiba, fazendo florescer vilas e cidades imersas aos engenhos, a exemplo de Laranjeiras e Maruim. Entretanto, ressaltou Amaral, que o fim do tráfico transatlântico de escravizados, seguido pela primeira epidemia de cólera morbus aumentou a dificuldade destes senhores em dispor de mão de obra escravizada para a lavoura da cana, que enfrentava a diminuição na cotação internacional do açúcar, devido a entrada de novas áreas produtoras, como Cuba e os países europeus produtores do açúcar de beterraba.

¹⁹⁸ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 43-44.

¹⁹⁹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de, op. cit., p. 485.

Uma das alternativas usadas pelos senhores de engenho para amenizar o problema da considerada “falta de braços” foi a importação de escravizados, tanto da região agreste-sertão da própria província, quanto de outras províncias.²⁰⁰ Nesse aspecto, Amaral concorda com Passos Subrinho, acrescentando ainda, algumas medidas adotadas na produção da cana, a fim de amenizar os impactos provocados pela diminuição da população escravizada: introdução da cana caiana no lugar da cana crioula, e, principalmente, a introdução da moenda a vapor nos maiores engenhos. Esta medida em parte foi resultado da primeira fundição inaugurada em 1869, permitindo a difusão do uso da máquina a vapor, tanto para as moendas da cana-de-açúcar quanto para as descaroçadoras de algodão, sem a necessidade de se deslocar para a Bahia, em casos de quebra de uma peça.²⁰¹ O uso da tecnologia pelos senhores de engenho e produtores do algodão ajudaria em parte a suprir a falta de mão de obra e a dinamizar a produção tornando-a mais atrativa para concorrer no mercado internacional. Nesse sentido, pode ser indagado se de alguma maneira, os capuchinhos europeus, vindos de regiões que já usavam desta tecnologia, teriam influenciado a elite canvieira e algodoeira desta província a aperfeiçoar as técnicas agrícolas, inclusive fazendo uso desta tecnologia.

Essa possibilidade não deve ser descartada, primeiro pelo contato direto que mantinham com os senhores de engenho e lavradores de algodão; segundo, pela experiência adquirida destes religiosos, quando ainda viviam na Europa, de onde parte dessas tecnologias foram importadas. Também fazia parte da racionalidade da Ordem ensinar a população a viver do trabalho, inclusive, especializando-se para melhor obtenção dos resultados. Como foi demonstrado, o capuchinho Apolônio de Todi fazia questão de ensinar a produzir a cal a partir da extração dos recursos da natureza local. Estes ensinamentos levavam algumas pessoas a se especializarem naquelas técnicas transmitidas pelo conhecimento do capuchinho. Possivelmente, tanto Taggia quanto Frei Paulo, assim como outros capuchinhos, tenham contribuído para inovar as técnicas da produção agrícola na província de Sergipe. Não se pode esquecer que para além dos capuchinhos, havia nesta província circulação de outros sujeitos também europeus, os comerciantes ingleses, alemães, que muito contribuíram neste aspecto, conforme ainda será tratado nos próximos capítulos. Observa-se que estes comerciantes se instalaram nas regiões mais povoadas e movimentadas, concentrando-se nas principais vilas e cidades, principalmente as que ficavam mais próximas dos portos e sediavam diversas casas comerciais de estrangeiros, inclusive, tipografias, a exemplo de Estância, Laranjeiras.

²⁰⁰ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos, op. cit., p. 139.

²⁰¹ AMARAL, Sharyse Piroupo do, op. cit., p. 54-59.

Entretanto, havia comerciantes espalhados por outras regiões, inclusive, nas áreas rurais, como pode ser observado pelo caso de Itabaiana.

Vale ressaltar que o açúcar não foi o único produto a despertar o interesse dos proprietários de terras desta província, tendo em vista que, ainda no final do setecentos a cultura algodoeira começava a disputar terras e mão de obra com os produtores da cana.²⁰² Despertou-se o interesse por outras terras desta província, que ainda eram poucos habitadas, a exemplo da vila de Itabaiana, que no início do século XIX, precisamente, no ano de 1808, Marcos Antonio de Souza descrevia como sendo “quase deserta e seu termo se contam novecentos e noventa e nove habitantes, entrando pessoas de todas as classes. Estes são os mais pobres de toda a Comarca e apesar de haver quatorze engenhos de açúcar [...]”.²⁰³ Destacou ainda que os habitantes de Itabaiana criavam pouco gado, plantavam mandioca e legumes, as mulheres eram fiadoras de panos de algodão, que eram vendidos para os sertões por seus maridos. Alertava que havia nesta vila lugares remotos “cobertos de espessas matas, que sendo cultivadas podem produzir muitos gêneros de lavoura como fumo e algodão, artigos de grande proveito”.²⁰⁴

Pela descrição deste sacerdote, observa-se que havia, nos primórdios do oitocentos, um pequeno desenvolvimento do comércio nesta região, e, ainda, prenunciava aquelas matas como espaço de potencial desenvolvimento para aqueles que tivessem interesse em outras culturas. Esta percepção de que havia comerciantes na vila de Itabaiana foi apontada por Sebrão Sobrinho, quando tratava da genealogia de Cassimiro da Silva Melo, um caixeiro viajante, do sítio das Caraíbas, casado com a filha do dono da loja para quem trabalhava. Ainda ressaltou que o comerciante Cassimiro era de família tradicional do partido liberal, quando a maioria da região era das fileiras do partido conservador. Um de seus irmãos era José Gregório da Silva Teixeira, “fundador do protestantismo em Itabaiana, nas Caraíbas”.²⁰⁵ Entretanto, na década de 1850, Cassimiro passou a destoar das ideias políticas da tradicional família liberal, causando

²⁰²ALMEIDA, Maria da Glória Santana de, op. cit., p. 83. Primeiro o algodão passou a ser usado na confecção de tecidos grosseiros. A partir de meados do século XVIII, em virtude da conjuntura internacional, a lavoura do algodão obteve condições para progredir no Brasil motivada pela Revolução Industrial na Europa que estimulou a especialização das colônias europeias na produção de matérias-primas para o sustento das fábricas. Além desse fator, os norte-americanos interromperam o fornecimento de algodão para a Inglaterra, em razão da luta de independência na América do Norte. Diante da exigência internacional do produto, sobretudo das indústrias têxtil inglesa, o plantio de algodão se disseminou pelo país, principalmente, no Norte (parte da área hoje denominada Nordeste). Em Sergipe começou a ganhar maior importância dos fins do século XVIII estendendo-se até 1940, com pequenas interrupções, o algodão será o segundo maior produto sergipano na pauta das exportações.

²⁰³ SOUZA, Marcos Antonio de, op. cit., p. 59.

²⁰⁴ Ibid., p. 60.

²⁰⁵ SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. *Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias*. (org. Vladimir Souza Carvalho). Aracaju: Instituto Luciano Barreto Junior, 2003, p. 331. Destacou que “o colono luso [capitão Francisco Antonio de Carvalho Neto] e sua prole eram, ainda que proprietários rurais, comerciantes e preferiam casar as filhas com os caixeiros”, p. 328.

desgostos ao pai, quando passou à fileira do partido conservador. Nessa fase o caixeiro viajante se dedicava:

a agricultura e ao criatório em suas grandes fazendas, nas Matas de Itabaiana, tendo enriquecido bastante no período da valorização de herbáceo, graças a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, de 1861-1864. De Alagadiço em diante, Serras Pretas afora, tudo era seu, pertencia-lhe a rivalizar-se com seu cunhado tenente José Cornélio da Fonseca, os principais proprietários no *hinterland* do Genipapo.²⁰⁶

O aumento do preço do algodão no mercado internacional, devido à interrupção das plantações do produto nos Estados Unidos por conta da Guerra de Secessão (1861-1865), provocou a fase de euforia por terras favoráveis ao cultivo. Defendeu Maria Nele dos Santos que, em Sergipe, a partir de 1864, se deu o deslocamento de plantadores de cana-de-açúcar para as áreas de Itabaiana, Simão Dias, e para as terras adjacentes às margens do Rio São Francisco. As exportações deste produto chegaram ao auge entre os anos de 1868 e 1871, quando em seguida, os preços internacionais passaram a despencar, após o retorno dos Estados Unidos ao mercado exportador.²⁰⁷ Essa retomada não representou a falência dos produtores de algodão brasileiros, que perceberam a possibilidade de industrializá-lo, dando continuidade ao desbravamento das matas para seu cultivo.²⁰⁸

Foi justamente neste período de ascensão da lavoura algodoeira que Frei Paulo Casanova realizou missões em diversas pequenas povoações das matas de Itabaiana. Com base nessa constatação indaga-se: qual o papel desse experiente capuchinho nessa região; quem estava interessado em suas missões; quais povoações surgiram imersas na cultura do algodão e se as missões dos capuchinhos teriam contribuído para introjetar nesta população o valor positivo de trabalho.

Na primeira metade do século XIX, assim como Demoner destaca, havia interesses das autoridades capixabas em civilizar os indígenas, daí a importância dos missionários. As autoridades sergipanas acompanhavam as políticas imperiais neste sentido, inclusive pelo interesse demonstrado em manter os capuchinhos italianos a frente das missões aldeamentos, mesmo depois da inexistência delas por Lei, quando deu a Frei Dorotheo o cargo de vigário encomendado na Freguesia de Porto da Folha. Nos primeiros anos da colonização, Beatriz Góis

²⁰⁶ Ibid., p. 332.

²⁰⁷ SANTOS, Maria Nele dos. *A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984, p. 77.

²⁰⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 77. A partir de então, a indústria têxtil no Brasil começou a se expandir, impedindo a decadência da cultura algodoeira. Sergipe acompanhou esta tendência, quando os comerciantes de algodão construíram fábricas têxteis, criando uma demanda local que, no século seguinte, assumiu grande importância, contribuindo para que estes continuassem a desbravar as matas de Itabaiana.

Dantas defendeu que os territórios indígenas de Sergipe foram divididos em sesmarias e com o passar dos séculos foram sendo ocupados pelas plantações e currais de gado dos colonizadores, mesmo depois da formação das missões aldeamentos, sendo que no primeiro quartel do oitocentos, ainda havia índios dispersos em Sergipe, embora a maioria deles estivesse concentrada nos aldeamentos. Logo após a Lei de terras de 1850, as autoridades sergipanas passaram a negar a existência de índios sob o argumento de que os habitantes das aldeias eram misturados e mestiços.²⁰⁹ Como já foi ressaltado, desde a década de 1840, antes mesmo desta Lei, Taggia, em consonância com as autoridades desta província, era um defensor dessa política da não existência de índios “bravos”.

A inexistência de índios de que tratavam as autoridades sergipanas parece infundada, tendo em vista que índios e mestiços viviam nas matas de Itabaiana. Muitos deles eram fugitivos dos antigos aldeamentos, por conta das investidas dos capangas dos proprietários que desejavam tomar posse daquelas terras, agora desprotegidos pela legislação. Além de refúgio dos índios, a historiografia sergipana – Freire, Nunes, Santos, Woortmann, Sousa – aponta aquelas matas como refúgio tanto para escravizados fugidos quanto para migrantes das secas dos sertões e de outras províncias. Todos procuravam abrigos nas suas matas frescas, onde passariam a cultivar os gêneros necessários para a sobrevivência. Por estar imersa na região central da província, era apontada como lugar de passagem de tropeiros, boiadeiros, e comerciantes que andavam pelos caminhos que ligavam Pernambuco a Bahia. Sua população vivia espalhada, quando em razão da atração do algodão e de outros produtos agrícolas, aumentou, consideravelmente, favorecendo a concentração de povoados, no final do XIX.²¹⁰

Entretanto, estes pesquisadores não perceberam o papel da religião, precisamente, das ações dos capuchinhos nessa fase de desbravamentos das matas, marcada pela violência e o medo, por conta das disputas pelas melhores terras e por mão de obra, sem contar o fato destas terras servirem de passagem não somente para o gado, mas também para forasteiros, que cometiam atos de violência. Nesse aspecto, apresenta considerável contribuição Sousa, quando analisou atos da violência nas fronteiras e no agreste de Itabaiana nas primeiras décadas da República, como sendo parte do exercício de auto-afirmação e da valentia destes habitantes. Defendeu que os atos de violência eram aceitos e muitas vezes incentivados como um instrumento necessário para o ajustamento das relações sociais. Entretanto, os assassinatos eram

²⁰⁹ DANTAS, Beatriz Góis, op. cit.,

²¹⁰ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*, op. cit.; SILVA, Clodomir de Souza. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. Aracaju: Governo do Estado, 1920, p. 86.; NUNES, Maria Thetis. A ocupação territorial da vila de Itabaiana, op. cit.; WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995, p. 227.

qualificados como sendo atos de desgraça, cometidos no momento que o diabo se fazia presente. Nesse sentido, defendeu que, a violência cotidiana da população dos povoados de Itabaiana e de suas fronteiras, passou a ser canalizada na forma de penitência durante as festas religiosas da Santa Missão e na Semana Santa, quando os capuchinhos transmitiam os ensinamentos a respeito do pecado, da moral, do julgamento e do inferno, reforçando no imaginário daquela população práticas cristãs que pudessem evitar a violência extrema.²¹¹ Este trabalho ajuda a pensar nas múltiplas utilidades das práticas dos capuchinhos, principalmente, nos espaços marcados pela violência e pelo medo, quando por meio das missões as pessoas introjetavam novos valores.

Observou-se que desde a presença de Todi, muitas missões capuchinhas foram realizadas na região das matas de Itabaiana, tornando-se ainda mais cobiçada na fase de Frei Paulo Casanova, em razão da cobiça pelo algodão. O município sergipano que guarda no solo da igreja matriz os restos mortais deste capuchinho parece ter se desenvolvido a partir de uma missão realizada na aldeia indígena Chã de Genipapo. Por esta razão, a historiografia atribui a este missionário o título de fundador deste município.²¹² A experiência prévia de Frei Paulo com os índios da província do Espírito Santo deve ter contribuído para apaziguar os conflitos com os donos das matas, facilitando a entrada daqueles que estavam interessados em desbravá-las. Sebrão Sobrinho destacou que “depois de Frei Paulo Antonio de Casa-Nova” foi Cassimiro da Silva Melo, possuidor de extensas propriedades, “o maior benfeitor” do município de Frei Paulo. A este “deve” a “capelania, Distrito Policial, Escolas, Freguesia e Vila”.²¹³ Diferente do nome do proprietário de terras, que é exaltado nas memórias de seu bisneto, o nome do capuchinho apareceu ligado à formação deste município, em outras versões, inclusive no Almanaque Laemmert, ano de 1917.

Pelos anos de 1865, mais ou menos, o capuchinho Frei Paulo de Casas Novas, andando em missões n’este Estado, então província, dirigiu-se de Itabaiana e deparando com o planalto onde está esta villa, tratou de edificar uma capelinha, tendo como auxiliares os capitães José Alves Teixeira e Antonio Telles de Goes. Edificada a capella, esteve ella por alguns tempos isolada, mas depois começaram os moradores da zona a construir edificações, até que constituiu-se um arraial. Já existindo ao pé de 150 casas, foi elevada à categoria de freguesia, desmembrada de Itabaiana, por resolução provincial,

²¹¹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. “*Homens que têm parte com o Diabo...*”: violência, medo e ordem pública no cotidiano dos habitantes das fronteiras e do agreste de Itabaiana, SE (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 7. Nesse trabalho Sousa desmistifica a historiografia que trata do banditismo no Nordeste, prioritária na defesa de que o habitat do banditismo se dava somente na parte norte de Sergipe, o chamado Sertão do São Francisco, integrando as outras áreas do Nordeste.

²¹² SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. *Fragmentos de histórias municipais e outras histórias*, op. cit., p. 333; MATOS NETO, Antonio Porfírio de. *História de Frei Paulo*, Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

²¹³ SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. op. cit., p. 333.

firmada pelo então presidente da Província, dr. Manoel de Araujo Goes, em 19 de Abril de 1886. Assim permaneceu, tendo como parococho o padre Felismino da Costa Fontes, até que, proclamada a República foi elevada a villa por decreto n° 11 de 25 de Janeiro de 1890.²¹⁴

Esta povoação passou a vila no primeiro ano da República. Em 1917, São Paulo contava com “400 casas” e uma população estimada em “onze mil” habitantes, que se dedicavam ao cultivo do “algodão e milho em grande quantidade” e criavam “gado solto nos terrenos de lavrar e nas fazendas”.²¹⁵ Mesmo não compartilhando da ideia de que um único sujeito venha a ser responsável pelo desenvolvimento de um lugar, principalmente, quando este já era habitado por indígenas, pode-se pensar na relevância das missões para impulsionar o desenvolvimento de um lugarejo. A luz das reflexões de Murilo Max sobre a capela, “o chão sob tão humilde cobertura, a partir da ereção e só a partir de então, passava a ser sagrado, considerado e respeitado obrigatoriamente como tal”.²¹⁶

Depois da missão capuchinha, no lugar da fixação do cruzeiro, geralmente, fazia-se a capela, que passava a ser visitada pelo padre e as famílias começavam a residir ao redor deste solo sagrado. Ao redor da capela, geralmente, o núcleo urbano começava a se desenvolver, organizando a feira, criando uma bodega, e arregimentando mais pessoas no entorno das terras. Estas passariam a servir de mão de obra para os proprietários, maiores interessados em fazer a povoação prosperar. Por esta perspectiva, os capuchinhos acabaram contribuindo para a demarcação do espaço de muitos dos municípios sergipanos, inclusive, a maioria daqueles que se desmembraram das matas de Itabaiana, em razão do cultivo do algodão. Dos quais, Saco do Ribeiro/Ribeirópolis parece assemelhar-se ao caso de Frei Paulo.

No caso do algodão fazia-se necessário, primeiro, derrubar as matas a golpes de machados e foices, preparar a terra à base de enxadas e fazer uso de mão de obra escravizada associada a trabalhadores livres. Entretanto, para a produção deste produto em alta escala era necessário fazer o beneficiamento – descaroçar, limpar, prensar e ensacar – o que exigia mudanças de atitudes na maneira rudimentar que estavam acostumados a fiar, bem como investimentos em máquinas exportadas para a modernização desta cultura para concorrer no mercado internacional.²¹⁷ Possivelmente, Frei Paulo, capuchinho genovês, natural de uma das regiões mais desenvolvidas da Europa em termos de especialização do trabalho, de técnicas de

²¹⁴ BNRJ – Almanaque Laemmert, Rio de Janeiro, n. 73, 1917.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel Editora, 1991, p. 20.

²¹⁷ SANTOS, Maria Nele dos, op. cit., 1984, p. 79. O algodão era uma planta nativa usada pelos indígenas para a sua alimentação, cura de enfermidades, confecção de artefatos de caça e pesca. Mas sua maior utilização se dava como moeda de troca com os franceses que aportavam na região. No século XVIII, o cultivo modesto da cultura algodoeira para consumo interno se dava na região do Cotinguiba e em algumas áreas do São Francisco.

fabricação do açúcar e de outras manufaturas, deve ter contribuído, impulsionado os agricultores a investir em tecnologia com a compra das máquinas de descaroçadores de algodão. Nesse aspecto, observa-se que tanto na região de São Paulo quanto de Saco do Ribeiro/Ribeirópolis havia uma quantidade considerável deste tipo de maquinário, o que demonstra investimento na produção do algodão.²¹⁸

Desse modo, as ações dos capuchinhos caminhavam no sentido de induzir, persuadir aquela população que vivia nas matas a trabalhar, primeiro nos dias da missão como parte da prática expiatória para se expurgar os pecados. Depois estes hábitos passavam a ser introjetados no fazer cotidiano daquela população, que passaria a ter uma outra representação a respeito do trabalho, compreendido agora como um ato de graça. Vale ressaltar que as autoridades sergipanas passaram a defender, conforme se observa pelos relatórios dos presidentes de província, que o problema do trabalho não estava na falta de braços, como se pensava, mas na indolência de uma população que não estava apta a trabalhar como estes desejavam. Em 1877, o vice-presidente da província, José Martins Fontes, alertava para o fato que o problema não era a insuficiência de pessoas para trabalhar na lavoura, mas a quantidade de ociosos, os chamados por ele de “zangões” da sociedade, conforme pode ser observado em seu relatório:

[...] Também não é tamanha a escassez de braços; milhares de homens válidos e ociosos vivem sem a menor ocupação e quaes zangões da sociedade. Houvesse uma lei de trabalho, não uma lei compressiva, mas uma lei que obrigasse todo o cidadão a ocupar-se em algum serviço útil de sua escolha e os braços afluíam para os estabelecimentos agrícolas. [...] ²¹⁹

Pelo que foi exposto, presume-se que a população não era preguiçosa conforme pensavam as autoridades civis e os próprios capuchinhos. Nesse último caso, vale ressaltar que Frei João Evangelista adjetivou-a de “povo” “duro”, “sambista”, “cachaceiro”, “desordeiro”, “jogador”, “ocioso”.²²⁰ Nesse caso, a explicação de Passos Subrinho parece plausível, ao defender que a falta de interesse pelo trabalho na cultura da cana, principalmente, se deu porque as pessoas pobres e livres tinham terras disponíveis para cultivar os gêneros alimentícios, e, ainda, dispunham das matas, dos manguezais e dos rios para a caça e a pesca. Não sendo necessário, ao menos para boa parte desta população, vender a sua força de trabalho para os grandes proprietários conforme estes desejavam.

²¹⁸ Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O “retorno” do padre Vicente*, 2006, op. cit.

²¹⁹ Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Martins Fontes 1º vice-presidente da província abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 06 de março de 1877. Aracaju. Typ. do Jornal do Aracaju, 1877, p. 40-41.

²²⁰ AHNSP – Caixa Ca 17 – Caderno de Memórias de Frei João Evangelista, op. cit.

Pelas ações dos capuchinhos aqui analisadas pode-se apreender que: as práticas sacramentais e a demarcação do espaço sagrado, por meio da construção/restauração dos templos, faziam parte da racionalidade da missão. Assim como o trabalho penitencial e os rituais de autoflagelação ajudavam a canalizar atos de violência, introjetando uma cultura voltada para a percepção do trabalho como uma graça, veículo pelo qual se alcançaria a salvação. Entretanto, as obras de utilidade pública e de maior interesse do Estado parecem estar diretamente ligadas as necessidades de cada localidade, a depender dos problemas e desafios enfrentados por elas.

Assim, pela trajetória de Frei Paulo observa-se maior preocupação em construir cemitérios, Santa Casa/Hospital e tanques/açudes. Desse modo, as práticas e prédicas dos capuchinhos, em parte, parecem ter contribuído tanto para auxiliar os bispos a reformar os costumes quanto ao Estado na manutenção da coesão social, implementando medidas civilizadoras, a exemplo, da representação positiva do trabalho. Entretanto, uma das missões realizadas por Frei Paulo na cidade de Laranjeiras, em 1887, sinalizou outras funções desempenhadas pelos membros desta Ordem, ainda no Segundo Reinado, quando se percebe a inserção de outras crenças no Brasil.

1.4 “Santa Missão”: o caso das Bíblias na Fogueira

Frei Paulo Antônio de Casanova havia conquistado a simpatia da população sergipana durante os anos em que esteve à frente da vice-prefeitura da Ordem, quando se dispôs a realizar missões por toda parte desta província. De volta a Bahia, no início de 1872, para assumir a função de prefeito, em substituição a Inocêncio de Apiro, continuou a missionar, inclusive, aceitando do arcebispo a incumbência de reformar freguesias e preparar visitas pastorais, mesmo diante da insuficiência de missionários. Em 1880 pediu exoneração, sendo substituído pelo frade Afonso Maria de Bologna.²²¹

Nessa fase, Frei Paulo Antônio de Casanova, o experiente capuchinho de barbas brancas, livre da incumbência dos cargos, intensificou as missões pela Bahia e Sergipe, quando, em 1887, recebeu o convite do vigário para missionar em Laranjeiras. Antes de apresentar suas práticas neste evento, faz-se necessário compreender a racionalidade de uma “Santa Missão”.

²²¹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia, vol. II*, op. cit., p. 458-460.

Figura 3 – Frei Paulo Antônio de Casanova

Fonte: REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., 1988, p. 475.

Na maioria das vezes, uma autoridade eclesiástica ou civil convidava os capuchinhos a missionar. Depois de autorizados pelo superior (prefeito ou vice-prefeito), dois missionários se deslocavam do hospício para a localidade que havia solicitado sua presença. Geralmente seguia um plano de ação, atendendo a outras comunidades. Recebida a confirmação do evento, o pároco, com ajuda dos leigos, anunciava, previamente, a missão, inclusive, pela imprensa, objetivando envolver outras freguesias. Prosseguia com os preparativos para receber os religiosos e os visitantes. Por conta do número elevado de participantes era necessário preparar um espaço que acolhesse a todos, já que o tamanho reduzido dos templos católicos não era suficiente para atender a demanda. Passavam a construir a latada, onde se fazia o púlpito para que o missionário pudesse ter uma visão privilegiada da multidão que viria ouvir suas pregações.

Antes mesmo da chegada dos frades, a comunidade passava por transformações diversas conforme pode ser observado pela descrição do memorialista sergipano, Gilberto Amado, que

ainda criança presenciou os preparativos da vila de Itaporanga para vivenciar o tempo da missão.

[...] o período era de seca. Já tinha havido uma pregação em Itabaiana. A fama chegou até Itaporanga. Iniciaram-se logo os preparativos. O telheiro do mercado, que já havia sido alongado e cobria todo o alto da praça, não bastava. Armaram-se latadas dos dois lados. Carradas de madeiras, de caibros e de estacas chegavam dos engenhos. De cumeeiras de casas velhas abandonadas arrancaram-se ripas ainda prestadias. Carapinas e marceneiros deram do seu serviço. Organizaram-se turmas. Todos queriam trabalhar.²²²

As modificações dos espaços não se restringiam às áreas de uso coletivo, mas alteravam a rotina privada das famílias que ali residiam, conforme observa-se pelas memórias de Amado: “Eu via pela primeira vez em Itaporanga famílias inteiras de engenho. A nossa casa encheu-se. Meu pai preparou acomodações em outras para receber hóspedes. Foram armadas redes nos corredores, as camas não davam”.²²³ Muitos que não podiam contar com a solidariedade de parentes e amigos, abrigavam-se em espaços públicos, a exemplo do mercado e da igreja, ou ainda, improvisavam acampamentos. Pelos indícios extraídos dos relatos deste memorialista, percebe-se que às transformações dos espaços físicos públicos e particulares somavam-se as mudanças nos costumes, possivelmente, orientada pelo pároco para que a população viesse a atender as exigências penitenciais da missão.

[...] já antes da chegada dos frades as mulheres e as moças começaram a pôr xale preto na cabeça. Flor e fita não botavam mais no cabelo. Às duas feiras que precederam a Santa Missão, as mulheres-damas já não vieram. ... Zé Bolacinha deixou de beber. Elias já não apregoava na venda suas briagueses. Cazusa de Lino, o mentiroso da vila, andava dizendo que não mentia mais, comprara um terço de bentinhos que mostrava de porta em porta. Pombinho remexendo-se, com a voz de mulher, parava junto às donas de casa e dizia, benzendo-se: “agora é tempo da gente se arrepender, meu Deus!” Mariana não esperava mais os homens à porta da malhada.²²⁴

Depois de meses de preparação chegava a hora de recepcionar os capuchinhos, geralmente com festa para dar prosseguimento ao tempo da missão. Às vezes iniciada dias depois, quando os religiosos descansados da viagem tinham se familiarizado com o pároco e parte da comunidade de fiéis.

A missão seguia um ritual, previamente definido, que tinha, a princípio, por objetivo converter a população, considerada como pecadora. Esse ritual incluía pregações e práticas

²²² AMADO, Gilberto. *História de Minha Infância*. São Cristóvão, SE: Editora da UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 147. Amado nasceu em Estância, SE, em 7 de maio de 1887, residiu em Itaporanga e faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1969. O escritor também atuou no cenário político.

²²³ *Ibid.*, p. 147.

²²⁴ *Ibid.*, p. 147-148.

pedosas que duravam, geralmente, de oito a dez dias. Na maioria das vezes, iniciava-se na noite da sexta-feira, ou, ainda, do sábado e terminava uma semana depois, no domingo, igualmente a noite. Nestes dias, eram reservados momentos para a pregação dos sermões, previamente, preparados. Parte do discurso extraído do Sermão de Acolhida permite uma aproximação de como se dava a abertura de uma “Santa Missão”.

Eis finalmente convosco! Caríssimos Parochianos de [...], um pequeno número de Missionários, chamados pelo vosso zeloso Parocho, para dar-vos uma sacra Missão, a qual, sobre a protecção e bênção da Virgem Immaculada Maria e do nosso indito Protector S [...], havemos de começal-a. [...] o bom Deus, assim permite somente, para dar-vos um novo meio, para despertar a vossa fê religiosa, bem sabeis, que hoje infelizmente existe muita negligencia para o santo serviço do Senhor; e eis que o bom Jesus, quer chamar-vos, por nosso intermédio, com uma extraordinária pregação, do estado de tibieza ao de uma vida santa e virtuosa e sobretudo levar a casa do Pae Celeste, aquelles peccadores que por umma desgraça se tornaram quaes filhos pródigos, longe da casa Paterna. Confiamos e tudo esperamos da poderosíssima intersecção da Virgem Immaculada, a qual é também Mãe de Misericordia, é toda affeição e ternura pelos peccadores que desejam verdadeiramente converter-se e voltar pelo caminho da penitencia a lançar-se nos braços do seu divino Filho Jesus Christo.²²⁵

Proferido por um dos capuchinhos que, logo no Sermão de Acolhida, invocava a proteção da Virgem Maria e dos santos protetores da comunidade visitada. Era o momento propício para demonstrar a importância da penitência, como sendo o caminho a ser trilhado pelo pecador com o objetivo de livrar-se dos pecados e, assim, retornar aos braços de Cristo. Feita a explanação deste sermão introdutório, geralmente se dava a exposição do Santíssimo e a bênção da Eucaristia. No final da solenidade de abertura, o capuchinho repassava a programação do evento, reforçando a necessidade de participação em todas as atividades, que culminaria com a procissão penitencial. Ainda fazia parte da programação da missão, intercalada em quase todas as atividades, os benditos, que eram cantados pela multidão a clamar por piedade.

Vem pecador/ Onde é que te escondes?
 Teu Senhor te chama/ É tu Lhe responde?
 Chega, pecador/ Chega arrependido
 Aos pés de teu Deus/ Que tens ofendido.
 Geme pecador/ Aos pés de Jesus
 Que por ti morreu/ Lá no alto da Cruz.
 Chora pecador,/ Chora teu pecado,
 Para que de Deus/ Seja perdoado.

²²⁵ AHNSP – Caixa A 38 – Caderno de Sermões de Frei Caetano de San Leo, p. I-II. Este documento está organizado da seguinte maneira: Introdução para explicar o objetivo principal da missão e como os paroquianos deveriam se comportar. E oitos sermões intitulados: Palavra de Deus, Morte, Juízo Universal, Inferno, *Procrastinanti* – Dilação da Conversão, Incontinência, Perdão das Injúrias e Perseverança.

Muitos que na cama/ Ledos se deitaram,
Deixando este mundo,/ Neste inferno acordaram.
Chega pecador,/ Chega a confissão.
Para que de Deus/ Mereças o perdão.
Chega, pecador,/ Chega com amor,
Aquele que é/ O teu Redentor.²²⁶

No alvorecer do dia seguinte, as pessoas se aglomeravam na frente da igreja ou no local delimitado para a missão. Participavam da missa, recebendo as orientações a respeito do sacramento da penitência. Ainda durante a manhã, um dos capuchinhos se dedicava à confissão das mulheres e ao catecismo das crianças. Enquanto o outro coordenava obras de utilidade comunitária realizada em parte pelos homens. No período da tarde, recomeçavam as confissões e também eram realizados os casamentos, batizados e crismas. À tardinha, com a multidão reunida, cantava-se ou recitava-se o terço com as ladainhas de Nossa Senhora. Prosseguia-se com o catecismo para os adultos e o sermão da noite com os benditos. Às vinte e uma horas o sino tocava, era o momento destinado ao silêncio ou à penitência.

Durante as atividades missionárias incluíam-se visitas aos doentes e presos. Sendo que um dos momentos mais solenes se dava na procissão de penitência, realizada no último dia. Uma destas práticas fora descrita pelo capuchinho Venâncio de Ferrara com detalhes da sua organização, que se acredita ser verossímil em outras missões.

[...] na frente ia a cruz paroquial, seguida pelos homens, o vigário, levando o crucifixo dos missionários, ladeado por dois padres, em seguida fr. Caetano e, após ele, a multidão das mulheres. Era um espetáculo maravilhoso ver milhares de pessoas, todas concentradas, cantando, os homens e as mulheres em grupos separados, devotos e apropriados benditos de penitência. Era um exército de pessoas contritas que, precedidas da cruz, confessavam sinceramente a própria fé e proclamavam seu Único Senhor, Jesus Crucificado.²²⁷

Por esta descrição percebe-se a simbologia da cruz, que representando o sofrimento de Cristo, vinha à frente da procissão, composta por penitentes, separados, por sexo, e, em função dos cargos eclesiásticos e civis. Primeiro a cruz, depois os homens e os representantes da Igreja e do Estado, a figura do missionário demarcava a formação da fila das mulheres. Momento reservado para a penitência, acompanhado por cânticos piedosos e autoflagelação, como formas de expiação dos pecados. A culminância se dava no local preestabelecido para fixação do Cruzeiro de madeira, programado para às 15 horas, em representação a morte de Jesus no Calvário. Após o sermão, o povo voltava ao local de início da missão, com velas acesas, onde o missionário proferia as palavras de encerramento. Exortava os fiéis a seguir os preceitos da

²²⁶ AHNSP – FRADES Capuchinhos, op. cit., p. 8-9.

²²⁷ Relatório de frei Venâncio de Ferrara a 20 de julho de 1904, apud REGNI, 1991, op. cit., p. 253.

Igreja Católica e solicitava o empenho do pároco e da comunidade para dar prosseguimento à construção de uma capela no lugar do cruzeiro, principalmente nas localidades onde ainda não havia igreja.

Missões como estas se repetiram em vários locais no Brasil, dos quais, Sergipe é representativo. Pautados nos ensinamentos da Regra e do Testamento de São Francisco de Assis, os capuchinhos seguiram uma racionalidade que tinha por base o modelo de missão moderna pensado a partir do Concílio de Trento. Na perspectiva apresentada por Louis Châtellier e Adriano Prosperi o que caracteriza a missão moderna, tão bem representada por jesuítas e capuchinhos, é o ensinamento para interferir nas consciências. Esse modelo é fruto das experiências das pregações à apostólica disseminadas na Itália, por eremitas²²⁸ e alguns missionários das ordens mendicantes²²⁹ que deixaram a clausura dos mosteiros para interagir com as multidões, a princípio na Europa do século XIII. Uma dessas ordens é a dos franciscanos²³⁰ organizada a partir do exemplo de Francisco de Assis. Frade que na concepção

²²⁸ Eremitas eram pregadores irregulares, trajando o hábito de São João Batista, se apresentavam de improviso nas praças. Suas pregações eram teatralizadas com gritos de palavras ameaçadoras contra as culpas dos cristãos e anúncios de terríveis vinganças divinas. Assim, as primeiras missões assemelhavam-se em parte com as pregações dos eremitas. Cf. CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno (XVI-XVII)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995; PROSPERI, Adriano. *Tribunais da consciência: inquisidores, confessores, missionários*. Tradução de Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

²²⁹ A pregação e a prática sacramental passaram a ser utilizadas pelos missionários franciscanos para evangelizar a região da Toscana do século XIV. Eles se estabeleceram primeiro nas pequenas cidades, base para direcionar os irmãos para as aldeias mais distantes. Fizeram o mesmo na Itália do Sul. Nesse momento surgem alguns nomes de missionários que passaram a reunir multidões para ouvir as suas pregações, a exemplo do dominicano Vicente Ferrier e do franciscano Bernardino de Siena. Percorreram longas distâncias usando como estratégia de ação permanecer uma ou duas semanas nos locais mais importantes, mas na maioria das vezes permaneciam um ou dois dias. O missionário era um peregrino que se deslocava a pé, com o seu manto sobre os ombros, e de bordão na mão. À semelhança de Cristo, pregava enquanto caminhava, ou esclarecia os casos de consciência que lhe eram apresentados por aqueles que iam ao seu encontro. Cf. CHÂTELLIER, Louis, op. cit., p. 17-20.

²³⁰ A aprovação da Regra de São Francisco aconteceu em meio às mudanças que marcaram o início da Renascença e da modernidade na Europa. Para Michel de Certeau, a Igreja no século XIII sentira a necessidade de reforçar seu corpo eclesial para atender às novas exigências que começavam a ser sentidas em diversos aspectos, inclusive a multiplicação de correntes heréticas ou espirituais que atestam ao mesmo tempo a resistência e a instabilidade dos modos tradicionais de organização social marginalizados pelo nascimento de uma nova ordem social. Neste sentido, o Concílio de Latrão III (1179) organizou uma restauração política do papado e uma reforma administrativa do clero. Tanto a Ordem dos Frades Menores quanto a do Carmo estão imersas nas mudanças propostas neste Concílio, que tornou possível o crescimento das ordens mendicantes. A consistência do aparelho social permite que o Concílio de Latrão IV (1215) venha a defender uma pastoral sacramental com o objetivo da reconquista dos crentes. A reforma de Inocêncio III centrada nos membros da Igreja enxergava na pregação e na prática sacramental os instrumentos de uma campanha para arrancar os cristãos da empresa das primeiras grandes heresias populares, dos movimentos comunais autônomos e dos poderes seculares que estavam em crescimento no entorno da Igreja medieval. Mais informações sobre o combate às heresias nos tempos medievais consultar: CERTEAU, Michel de. *A fábula mística. Séculos XVI-XVII*, vol.1. São Paulo: Gen/Forense Universitária, 2015, p. 128-129.

de Le Goff “sacudiu a religião, a civilização e a sociedade”, desempenhando um papel decisivo para o impulso das novas ordens mendicantes.²³¹

Passados três séculos, divergências internas dos franciscanos levaram a criação da Ordem dos Frades Menores (Capuchinhos),²³² gestada no pós Reforma Protestante. A representatividade da nova Ordem religiosa crescia com o aumento do campo de ação a ser evangelizado. Nesse momento a expansão da cristandade se fazia necessária no novo mundo, nos lugares onde o islamismo avançava e no combate ao protestantismo que avançava na Europa. Portanto, nas vésperas do Concílio de Trento (1545-1563) Mateus de Basci (capuchinhos) e Inácio de Loyola (jesuítas) apresentaram duas concepções de se fazer missão que serviram de base para a elaboração do modelo de missão moderna.²³³ Apesar da representatividade dos capuchinhos, naquele momento foram os jesuítas os escolhidos pela Igreja para elaborar o modelo de missão moderna que todos os missionários deveriam seguir nas missões. Assim, objetivando reformar o catolicismo, as missões foram remodeladas e adaptadas como um instrumento da Igreja para a mudança e para o combate às outras crenças.

Mais uma vez, a Igreja passou a estimular a prática sacramental afirmada desde o século XIII pelos Concílios de Latrão. Ações que passaram a estimular a criação de confrarias e congregações, visando dar continuidade aos ensinamentos propostos pelos missionários nos dias da missão. Para Michel de Certeau, quando a Igreja estimulava “sistematicamente essa prática sacramental, a pastoral trabalhava para produzir uma visibilidade da sociedade religiosa”.²³⁴ Na percepção de Louis Châtellier a Igreja acompanhou o pensamento moderno de racionalização, organizando as iniciativas no âmbito apostólico e pastoral expressadas em

²³¹ LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Tradução: Marcos de Castro. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 9 e 43. Francisco é considerado o santo das virtudes, expressas na sua simplicidade e sinceridade, conforme destacou Jacques Le Goff na biografia do patrono da Ordem Franciscana. Assim como seus companheiros, Francisco vivenciou as mudanças da Europa medieval da virada do século XII para o XIII, quando nasceu o que se convencionou chamar de Idade Média moderna e dinâmica.

²³² A bula *Religionis Zelus*, em três de julho de 1528, aprovava a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos a observar fielmente o patrimônio espiritual do Fundador São Francisco, de acordo com a Regra e o Testamento. Pretendia “observar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, sem propriedade e em castidade”. Cf. PEDROSO, Frei José Carlos Corrêa (tradutor), op. cit.

²³³ CHÂTELLIER, Louis, op. cit., p. 21 e 27. A recente Ordem passava por divergências quando em 1525, Mateus de Basci, autorizado pelo papa Clemente VII, passou a pregar no interior do Estado Pontifício, retomando a tradição franciscana, ilustrada por Bernardino de Siena, no século anterior. Entretanto, seu desejo era seguir os ensinamentos do fundador, Francisco de Assis. Assim, a missão serviria para a conversão dos pecadores e a salvação das almas, desde que fosse partilhada entre a pregação e o retiro. Era por meio da meditação e do silêncio que o missionário se fortaleceria para voltar à pregação. Esse era um dos pontos do modelo de missão moderna apresentado pelos capuchinhos, já que para Inácio de Loyola a missão era uma obra santa para qual o missionário deveria consagrar-se com exclusividade. Na defesa de Basci era necessário conciliar a pregação e o retiro, visando bons resultados com as missões. Ganhou o modelo dos jesuítas, mas as bases para a missão foram frutos das chamadas missões populares das quais membros de outras ordens deram as suas contribuições. Portanto, os jesuítas não partiram do nada, mas sim das experiências anteriores como defendeu Châtellier e Prosperi.

²³⁴ CERTEAU, Michel de. *A fábula mística*. op. cit., p. 131.

diferentes regiões da Europa, desordenadamente. A sistematização das práticas se deu por meio do Concílio de Trento que se apresentou com dupla ação: o combate aos protestantes e a renovação da Igreja Romana.²³⁵

Assim, a Igreja racionalizava as práticas das missões, idealizando um tipo ideal de missionário que pudesse expandir a cristandade em todos os continentes tomando por base os tribunais da consciência usados pela inquisição. Nesse sentido, Adriano Prosperi defendeu que a missão moderna, tão bem representada pelas ações dos jesuítas e dos capuchinhos, tinha a função de interferir nas consciências, por meio da confissão e da penitência. Desse modo, a Igreja oferecia ao poder político o serviço essencial de ligar as consciências à obediência em nome de Cristo, usando das ações desses agentes. Portanto, os missionários são uma espécie de inquisidor e confessor reatualizados na modernidade.²³⁶

É nesta conjuntura da missão moderna que vai se dar a expansão dos capuchinhos primeiro na Europa, e em seguida para a África e a América.²³⁷ Das localidades europeias, foi na França dos séculos XVI e XVII que eles alcançaram um crescimento expressivo. Prestígio que na percepção de Lázaro Iriarte pode ser explicado pela ação dos capuchinhos na luta contra a heresia protestante.²³⁸ No entanto, o protestantismo tornava-se dinâmico e, além da expansão das ideais de Lutero, novos grupos dissidentes iam surgindo em outras regiões da Europa. Portanto, a Igreja sentia a necessidade de criar estratégias no sentido de mobilizar ações que impedissem a conquista de novos adeptos. Trata-se do que se convencionou chamar de Reforma e para outros Contrarreforma.

Nesse sentido, concorda-se com Maria de Deus Manso quando ressaltou que a Reforma Luterana (1517) e o desenvolvimento dos movimentos protestantes na Europa desafiaram a autoridade da única Igreja organizada que existira no Ocidente medieval, retirando-lhe importantes funções normativas aplicadas nas sociedades feudais europeias. A instituição perdeu espaço físico, territórios políticos e populações consideráveis para as confissões protestantes. Portanto, reagiu apelando à reconquista pelas armas das regiões religiosas perdidas e por meio do novo dinamismo das missões modernas tentou recuperar os fiéis quase perdidos para os protestantismos. Nessa conjuntura, agiu Inácio de Loyola criando a Companhia de

²³⁵ CHATELLIER, Louis, op. cit., p. 27-28.

²³⁶ PROSPERI, Adriano, op. cit.

²³⁷ FARIA, Francisco Leite de. *Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, p. 165. Vale ressaltar que ainda no século XVI, em 1574, o Papa concedeu licença para que a Ordem dos Capuchinhos pudesse expandir-se para além do berço das províncias italianas. No mesmo ano, instalaram-se na França e na Áustria, seguindo depois para regiões da Espanha, Suíça, Bélgica e Alemanha.

²³⁸ IRIARTE, Lázaro. *História Franciscana*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 256.

Jesus, que na percepção de Maria de Deus Manso é a “mais dinâmica da Igreja Romana entre os anos de 1550 e 1650, cujas marcas se estenderam no tempo”.²³⁹

Não se pode negar que os jesuítas tiveram um papel relevante na dupla ação da Reforma Católica. Entretanto, diante da dinamicidade do protestantismo na Europa e depois na América, a tese de Manso ajuda a refletir sobre a necessidade da Igreja em adquirir mais soldados de Cristo para expandir a cristandade, usando ainda como estratégias as missões modernas. Pelo prestígio de Mateus de Basci com o Papa, a expansão da Ordem em curto espaço de tempo, somado ao fato dessa Ordem ter apresentado um projeto de missão, concorrendo com os jesuítas é possível considerar a hipótese de que os capuchinhos tiveram um papel fundamental na Reforma Católica ao combater os protestantes não apenas na França, mas nas demais regiões da Europa. Prestígio que levou a igreja a confiar nos missionários dessa Ordem na empreitada de expandir a cristandade para outras áreas da África e da América.

Na percepção de Peter Burke, os reformadores católicos desse período lutavam em duas frentes: contra os protestantes que queriam reformas demais, e contra a imoralidade e a superstição da cultura popular. Assim pode ser compreendida por meio de três elementos frutos dessa mesma cultura da contrarreforma: rituais reformados, imagens reformadas e textos reformados.²⁴⁰ Feita as suas devidas ressalvas, alguns agentes da Igreja Católica no Brasil oitocentista, que por alguns estudiosos são identificados como romanizadores, e por outros como ultramontanos, também enxergaram a necessidade de reformar essa Igreja.

Atentando para o fato de que as missões dos capuchinhos atingiram seu apogeu no Sergipe da década de 1870, com Frei Paulo Antônio de Casanova, pode-se pensar nas práticas destes filhos de São Francisco como parte importante das estratégias da Igreja Católica neste processo de reformar os costumes da população brasileira. Sendo assim, da mesma forma que na Europa dos séculos XVI e XVII, também no Brasil dos séculos XIX e XX, se observadas pelas questões religiosas se via diante de uma Igreja que lutava também em duas frentes: uma reforma do costume do clero e da população; bem como, um combate aos protestantes, dessa vez imbuídos numa leva de outros inimigos gestados no pós Reforma, que a Igreja denominou de erros do mundo moderno, conforme a eclesiologia de Pio IX.

Nesse sentido, Burke ajuda a pensar a atuação das Ordens religiosas no Brasil da reforma ultramontana, tomando os capuchinhos como fios condutores desse processo, por considerá-los agentes de práticas relevantes para a reforma que a Igreja pretendia implementar

²³⁹ MANSO, Maria de Deus Beites. *História da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edições Parsifal, 2006, p. 25.

²⁴⁰ BURKE, Peter. A Vitória da Quaresma, op. cit., p. 308.

naquele momento. Não se deve menosprezar a atuação de outros agentes nesse processo: bispos, párocos e leigos, mas esse trabalho debruçará o olhar para as ações destes capuchinhos no combate aos males do mundo moderno, nos quais, na concepção da Igreja, o protestantismo estava imerso. Essas ações nos levaram a enxergar a reforma ultramontana no Brasil para além do clero, do povo, e das festas,²⁴¹ temas bastante debatidos pela historiografia.

Pensando nas perspectivas das práticas e representações, a partir das reflexões de Roger Chartier e Michel de Certeau é necessário levar em consideração alguns aspectos que vão além da racionalidade capuchinha: a individualidade, o papel da Ordem para a Igreja na fase de ação deste religioso, o espaço de ação, a missão naquele contexto, os interesses da sociedade civil, dos bispos e dos párocos que os convidavam para realizar as missões, as necessidades da população que vivenciaram as suas práticas e prédicas nos dias da missão. Outra maneira de pensar o papel dos frades é apresentada por Burke via a categoria de mediador cultural. Dentre os reformadores da contrarreforma na Europa, este historiador enxergou o clero regular como importante mediador da Igreja, por este mais se aproximar da cultura do povo, já que a maioria dos frades era oriunda de famílias de artesãos e camponeses. Seu modo simples aproximava-os da população tornando-os “pregadores populares” que atraíam grandes públicos.²⁴²

Desse modo, usando do artifício da verossimilhança, é possível pensar outras missões a partir desse modelo racional de práticas e prédicas, previamente, estabelecidas no modelo de missão moderna. Entretanto, as missões poderiam sofrer alterações, em razão dos imprevistos e das interferências humanas, a depender das necessidades da Ordem, da Igreja e do Estado.²⁴³ Por estas razões a missão, nesse trabalho, é compreendida como sendo um evento dinâmico, complexo e de interesses múltiplos tanto para a Igreja quanto para o Estado.²⁴⁴ É com base nessa perspectiva que as práticas dos capuchinhos na missão de Laranjeiras serão analisadas a fim de compreender as razões que levaram o pároco a trazer da Bahia o experiente Frei Paulo, quando ainda havia um hospício em Sergipe.

²⁴¹ Sobre a temática das festas consultar: COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *Contradições da romanização da Igreja no Brasil*, op. cit.

²⁴² BURKE, Peter. A Vitória da Quaresma, op. cit., p. 106-107. Para este historiador “os sermões dos frades, em particular dos franciscanos, estão entre as fontes mais importantes para a cultura popular da Europa católica”.

²⁴³ Para descrever o ritual de uma “Santa Missão” tomou-se por base depoimentos de capuchinhos, memorialistas, literatos, notícias extraídas dos periódicos.

²⁴⁴ Por meio das fontes analisadas identificou-se práticas que parecem não seguir a racionalização de uma missão: a participação de mulheres e crianças também nas obras; a permanência do missionário por mais tempo do que o previsto, quando Frei João Evangelista de Monte Marciano realizou uma missão no período de 6 a 16 de fevereiro de 1887, permanecendo na Vila de Itabaiana até agosto daquele ano.

Meses antes desta missão, o vigário de Laranjeiras, Eliziario Vieira Muniz Telles,²⁴⁵ agenciou recursos para trazer os capuchinhos, com previsão de chegada para o final de outubro de 1887, conforme se observa pela nota impressa no periódico *O Laranjeirense*: “São esperados, n’esta cidade, no dia 30 do corrente, ás 4 horas da tarde, os revms. Srs. frei Paulo e frei Paulino, que vêm missionar algumas povoações d’esta província”.²⁴⁶ Previsão confirmada, quando na noite do dia 29, “diversos saveiros, tripulados por muitas pessoas” de Laranjeiras se dirigiram para Aracaju ao “encontro” dos frades.²⁴⁷ Retornaram com os referidos capuchinhos, acompanhados de “numerosas embarcações” de pessoas da capital ao “cahir da tarde” daquele domingo, quando “enorme multidão que se estendia por todo o caés e ruas adjacentes”, os esperavam em clima festivo, a soltar “fogos”.²⁴⁸

Depois da entrada “triumfante”, os capuchinhos foram levados para a matriz, onde realizavam-se cerimonias preparatórias para a festa de Nossa Senhora do Rosário. Na terça-feira, primeiro de novembro, os frades pregaram no último dia desta solenidade. Provavelmente, preparavam a comunidade para a missão, que estava prevista para ser iniciada na sexta-feira, dia quatro.

A recepção parece ter seguido o planejamento anunciado na imprensa, com pequeno atraso de uma hora, conforme pode ser observado pela narrativa de Manoel Antonio dos Santos David, publicada no periódico *O Laranjeirense*, de 13 de novembro de 1887, e republicada um mês depois pelo *Imprensa Evangélica*, periódico da província de São Paulo.

Fizeram estes [capuchinhos] sua entrada triumphante domingo 30 de Outubro; mil e tantas pessoas foram buscal-os na capital e aqui chegaram ás 5 horas da tarde, no caes onde tres ou quatro mil pessoas os esperavam com beijos, musica, foguetes, rezas e assim foram levados em procissão até á matriz.²⁴⁹

Nesse aspecto, a versão apresentada por David assemelha-se à notícia publicada naquele periódico, provavelmente, a pedido dos sacerdotes daquela cidade, enfatizando a festividade da recepção aos capuchinhos. Entretanto, diferente desta última, a publicação assinada por Manoel Antonio dos Santos David não objetivava agradecer a presença dos capuchinhos. Pelo contrário, este morador de Laranjeiras se mostrava temeroso, recorrendo à imprensa por meio de uma

²⁴⁵ Este vigário substituiu o Vigário da Paróquia Manoel Ribeiro Pontes, em 1878, permanecendo até 1904.

²⁴⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 42, 23 de outubro de 1887, p. 2.

²⁴⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 43, 30 de outubro de 1887, p. 2. Nesta edição, ainda, anunciava que “Terá lugar, em 1 de novembro, na matriz desta cidade, uma pomposa festa á N.S. do Rosario. Pregara o Revm Frei Paulino, e a tarde o Revm Frei Paulo.”

²⁴⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 44, 6 de novembro de 1887, p. 2. Esta edição está fragmentada, impedindo identificar mais detalhes sobre a narrativa da chegada dos capuchinhos.

²⁴⁹ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 45, 13 de novembro de 1887; *Imprensa Evangélica*, V. XXIII, N50, São Paulo, 10 de dezembro de 1887, p. 7.

carta, anexa uma petição. Esta havia sido entregue ao juiz de direito da Comarca de Laranjeiras, datada de 8 de novembro de 1887, quando a cidade ainda vivenciava o tempo da missão. Antes de transcrever a petição, o referido periódico publicou esta carta, que esclarecia ao redator e ao público do periódico *O Laranjeirense*, os motivos de sua apreensão.

Snr. Redator d’O Laranjeirense – Occupado desde quinze anos na vida commercial, não sei, não posso ser escriptor. Mas, como tenho sido e não só eu, como alguns paes de família, que aqui formam um pequeno rebanho de christãos, atacados como brasileiros, do alto d’um pulpito, por dois estrangeiros, e como protestantes por dois frades que, valendo-se da influencia que têm sobre os fanáticos, atiram todos os dias epithetos injuriosos e injustos contra nosso pastor e contra nós; peço-lhe para transcrever estas minhas palavras em seu conceituado jornal, a fim de ser conhecido, fora d’aqui o procedimento de taes *religiosos*. [...] Fizeram estes sua entrada triumphante domingo 30 de Outubro [...]. Dias depois (4 de Novembro) principiaram a *Santa devoção* em que, segundo testemunho de cavalheiros insuspeitos, só se trata de amaldiçoar os protestantes e atirar-lhes epithetos injuriosos e injustos, abusando da lei do paiz. O fanatismo popular alfa a olhos vistos e o desejo de sangue manifesta-se pelos ângulos da cidade.²⁵⁰

Por esta missiva David revelou a sua identidade, bem como do “pequeno rebanho” de protestantes que, juntamente, com ele assinou a petição: Antonio Manoel da Paixão, José Martins de Freitas, Manoel Nunes da Motta, David Antonio dos Santos, Ignacio de Oliveira Ribeiro. Pelo teor do documento pode-se observar que estes temiam pela segurança das suas famílias em razão da maneira como estavam sendo tratados por “seus vizinhos”, motivados pelas ações daqueles capuchinhos. Por esta razão, declarava ter recorrido primeiro ao juiz de direito daquela comarca, por meio da seguinte petição.

Como sabe v.exc. existe n’esta cidade uma igreja evangélica a que pertencem os peticionários, assim como que se acham aqui pregando as doutrinas catholico-romanas dois capuchinhos italianos, cujas predicas ouve quase todo o povo d’esta parochia e grande numero de pessoas estranhas. Os peticionários sabem por testemunho de cavalheiros insuspeitos que os missionários, além da defesa de suas doutrinas, têm abusado de sua influencia sobre o fanatismo da massa popular, lançando com revoltante injustiça, o germen de uma perigosa revolta contra os protestantes, e especialmente contra o seu pastor, já admirando-se que o vigário tivesse consentido em estabelecer-se aqui um pastor evangélico, já assacando contra eles e seus correligionários os epithetos sumamente injuriosos de – *miseráveis, infames, ladrões e assassinos*. Bem sabe v. exc. que, em sua família conta dois proselytos da mesma crença, que em ver todas as nações civilizadas, entre as quaes figura a Inglaterra, a Alemanha, a Suissa, a União Norte-Americana e outros paizes, tem entrado o protestantismo sem que lhe sejam tolhidos os direitos de propaganda. A própria Roma conta em seu seio vinte e duas igrejas das doutrinas evangélicas; e, entre nós, esse direito encontra firme garantia no art. 179 da

²⁵⁰ Ibid.

constituição do império, tendo a transgressão d’essa lei justa punição no art. 277 do código criminal.²⁵¹

Na percepção destes peticionários, os capuchinhos estavam infringindo a legislação ao lançar insultos contra os protestantes. Apreensivos com a possibilidade de uma revolta em massa, intercederam ao magistrado, preventivamente, para que este viesse a alertar os capuchinhos.

Mas, antes de levarem o facto para o domínio da lei que os garante, os subfirmados pedem a v. exc. que usando das largas atribuições e prestígio de seu cargo, levante um dique a torrente invasora da harmonia d’esta comarca; por quanto é sempre muito mais belo e mais útil prevenir, que punir os delictos. Ninguém, com segurança, poderá determinar até onde chegara o fanatismo popular. E, si perante a lei têm os peticionários o direito de defenderem-se contra as agressões que por ventura lhes fizerem, perante a consciência de christãos têm o dever de cruzar os braços e oferecerem a face a segunda bofetada a exemplo do Divino Mestre. Mas certamente não é a perda da vida de algumas pessoas, que só a têm para darem em holocausto a suas crenças, o facto mais triste do desenlace d’essa tragédia; porém escandalo, o alarme e a indignação da consciência publica que se levantará uníssonas para verberar o crime que ousou levantar a cabeça em uma comarca civilizada e dirigida por um magistrado, cuja toga ainda não se maculou. Assim, pois, em nome da justiça, da lei e da ordem pedem a v. exc. que, no caracter do alto cargo de sua autoridade, se digne de dirigir-se aos missionários, convidando-os a limitarem-se á defesa de suas doutrinas, – o que a lei garante, sem ofensa a demais crenças religiosas – e que a lei condena.²⁵²

Os peticionários defendiam que a vinda destes capuchinhos havia sido, previamente, preparada e agenciada com a finalidade de “acabar com os protestantes existentes n’esta cidade”.²⁵³ Este parecia ser o principal motivo do recurso ao magistrado. Por lei tinham razão, pois apesar de o Brasil, em 1887, ainda ser um Estado confessional católico, a Constituição do Império se mostrava tolerante com outras crenças, desde que fossem obedecidas algumas restrições, conforme será tratado nos próximos capítulos, quando buscar-se-á compreender a inserção protestante nesta província. Desse modo, observa-se que os protestantes tinham conhecimento da legislação que lhes era favorável, mas pareciam não confiar o bastante nos agentes da justiça à frente da comarca de Laranjeiras, quando passaram a expor o conteúdo da petição à opinião pública, por meio da imprensa.

Pelos indícios deixados ao final da referida carta, observa-se que os protestantes não estavam apreensivos somente pelos discursos pejorativos que estavam sendo lançados pelos capuchinhos.

²⁵¹ Ibid.

²⁵² Ibid.

²⁵³ Ibid.

Não sei que reposta terá nossa petição; em quanto não chega descansamos a penna. Um facto e basta: Já está anunciado um auto de fé, em que serão queimados os livros espalhados pelos protestantes; venha mais esta recordação de passadas epochas, fazer parte também dos annaes d'esta provincia. Laranjeiras, 8 de Novembro de 1887. Manoel David.²⁵⁴

Apesar do alerta dado pelo juiz de direito²⁵⁵, os capuchinhos continuaram a persuadir a população a se fazer presente ao evento, que fora por eles denominado de auto de fé, previamente agendado para o dia 17. Primeiro, fixaram o cruzeiro no alto das terras que pertenciam ao Engenho Pindoba, onde seria construída a capela dedicada ao Bom Jesus dos Navegantes. Ainda neste dia, atendendo ao pedido dos capuchinhos, iam chegando pessoas de todas as cores e idades. À tarde, os capuchinhos orientavam a organização das filas da procissão penitencial. Autoridades civis tomavam seus lugares ao lado das eclesiásticas. Lentamente, as pessoas portando jornais, opúsculos, livros e muitas bíblias deixavam o centro da cidade em direção ao outeiro da Gata, local previamente planejado para o encerramento da missão, culminando na fogueira capuchinha. Foi dessa queima das bíblias que os fios foram puxados com a intenção de refletir sobre a questão da liberdade religiosa no Brasil.

Assim, pela narrativa apresentada na introdução, observa-se que não obstante a intervenção dos protestantes na justiça e na imprensa, manteve-se o auto de fé, idealizado pelos capuchinhos, contando com a participação dos agentes da justiça, das autoridades administrativas, inclusive, do presidente da província. Este evento pode ser observado pela perspectiva dos católicos e dos protestantes. Para os primeiros, a queima dos “livros, escritos e Bíblias protestantes, como manifestação de fé e protesto pela invasão da nova seita presbiteriana”.²⁵⁶ A explicação dada por Oliveira, vigário de Laranjeiras, décadas depois do evento, caminha no sentido de justificar as razões que teriam motivado o “povo católico” a queimar suas bíblias, por serem elas “protestantes”. Uma segunda informação, que chama atenção, é que na percepção deste vigário a cidade havia sido “invadida” por uma “seita presbiteriana” naquele ano de 1887. Já na percepção dos protestantes as ações daqueles capuchinhos assemelhavam-se as práticas dos monges medievais nos autos de fé. Título usado para levar a opinião pública, mais uma vez por meio da imprensa, a sua versão do desfecho da referida missão.

²⁵⁴ Ibid.

²⁵⁵ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, São Paulo, XXIII, n. 50, 10 de dezembro de 1887, p. 8. Na coluna Noticiário destacou quando tratava do Evangelho em Sergipe que havia transcrito uma carta do “presbytero da Igreja evangélica de Laranjeiras, que relata o perigo dos crentes lá”, e “Folgamos acrescentar que o nobre magistrado deu as providencias pedidas com resultados benéficos”, que fazia referência a petição encaminhada ao juiz.

²⁵⁶ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas. *História de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 163-164. Observa-se pelos nomes dos capuchinhos que atuavam neste período que se tratava de Frei Paulo Antônio Casanova e Frei Paulino de Fognano. Cf. REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*, vol. II, op. cit., p. 455-535.

UM AUTO DE FÉ EM LARANGEIRAS, SERGIPE

[...] Uns monges capuchinhos, convidados para pregarem uma missão, cujo fim era acabar com os protestantes, arranjaram um acto, chamando-o auto de fé. O povo foi induzido a trazer suas Bíblias, Testamentos, livros e folhetos comprados ou recebidos dos protestantes, para serem queimados, e por este modo, acalmar a Ira do Deus, e reconciliar as pobres ovelhas desgarradas com a santa madre igreja. Na tarde do dia marcado, o povo reuniu-se levando os livros prohibidos, em numero bastante elevado; a procissão formou-se, tendo a frente os monges, seguidos pelo presidente da província, juizes municipal e de direito, muitas pessoas gradas da sociedade, formando um séquito de quatro a cinco mil pessoas. A procissão tomou a direcção de um outeiro, onde os monges, no mesmo dia haviam elevado uma cruz imensa. Chegando ao lugar fizeram uma fogueira, e quando estava bastante intensa, as Biblias foram abertas, rasgadas, e enquanto eram lançadas ao fogo, foi dito; “aqui vae sr. fulano de tal” nomeado um membro da igreja presbyterianna. Assim um grande numero de Biblias, Testamentos, e outros livros e folhetos foram queimados. Para dar mais imponência ao acto, o presidente da província, na mesma occasião, aliviou seu espirito, pronunciando um discurso piedoso. O povo gritava, os foguetes estouravam e parecia como se os poderes de abysmo estivessem soltos. [...] (Da Imprensa Evangelica).²⁵⁷

Por meio desta matéria, os redatores do *Imprensa Evangélica*, que eram presbiterianos, consideraram este auto de fé um fato escandaloso, que depõe contra a política de um país “ilustrado”, principalmente, por ter sido apoiado pelas autoridades civis e eclesiásticas daquela província. Tratava-se, na visão dos protestantes, de uma atitude não condizente com a “aureola de luz e de inteligência” que o século XIX aparentava ser portador. Comparou-se o evento com as fogueiras medievais, que costumavam “queimar os corpos e os livros dos hereges, e os agentes eram os monges”.²⁵⁸

Ainda no oitocentos, a prática da fogueira não deve ser pensada como uma excepcionalidade. Tratava-se de uma ação intrínseca à racionalidade da missão, conforme pode ser observada nas palavras de Fragoso, quando destacou que:

[...] os missionários procuravam afastar do tempo sagrado das Santas Missões todas as diversões profanas: os bailes, as danças, os jogos etc. Fazia parte do ritual de uma Santa Missão a queima, numa grande fogueira, dos símbolos e objetos de vaidade e de diversões, que poderiam arruinar a vida das famílias: as violas, as rabeças, os violões, os baralhos, as bonecas, os vestidos ‘imorais’...²⁵⁹

Sendo assim, a população da província de Sergipe estava familiarizada com esta prática, quando em outras missões havia, possivelmente, lançado à fogueira os objetos pecaminosos que, na percepção dos capuchinhos, levavam a desgraça das famílias. Durante a realização da

²⁵⁷ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 59, 4 de março de 1888, p. 4.

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ FRAGOSO, Hugo, op. cit., p. 47-48.

missão, os capuchinhos mostravam à população que determinados costumes como o jogo de baralho, as bebidas alcóolicas, por exemplo, eram práticas pecaminosas que deveriam ser banidas daquela família. Era preciso, após o tempo sagrado da missão, permanecer no estado de graça, portanto, o fogo destruiria todos os objetos profanos que viessem a servir de tentação, quando se retomasse a rotina.

Práticas que contribuíam para a reforma dos costumes que os arcebispos da Bahia desejavam implantar nas suas freguesias, quando contaram com as missões dos capuchinhos. Dando prosseguimento ao plano de missões pela província de Sergipe, Frei Paulo e Frei Paulino seguiram no dia 21 de novembro para a vila do Rosário,²⁶⁰ onde provavelmente, acenderam a fogueira, como era de praxe, com a possibilidade de ter incentivado a queima da literatura protestante. As relações destes capuchinhos com as autoridades de Laranjeiras, principalmente, por Frei Paulo ter sido vice-prefeito da Ordem naquela província, tornam-se ainda mais perceptíveis quando estes retornaram, participando de eventos, no mês de janeiro de 1888. Os frades foram os oradores na festa realizada na capela particular da família Agostinho Guimarães, participaram da benção do cruzeiro ereto no morro dos Navegantes naquele 17 de novembro, evento que, novamente, contou com a presença do presidente da província, Manoel Araujo de Goes. Este estava acompanhado por Severiano Cardoso, Manuel de Oliveira e o vigário Olympio Campos, que percorreram, com os padres Marçal Ribeiro e Alexandre Paiva, aquela cidade e o recôncavo em busca de donativos para o hospital de caridade de Laranjeiras.²⁶¹

Frei Paulo estava velho e cansado, mas continuou a acender as fogueiras por mais quatro anos, quando em 1891, veio a falecer no hospício da Piedade. A excepcionalidade não está na prática da fogueira, mas se apresenta quando a Bíblia, livro sagrado para os cristãos, passou a representar objeto profano a ser lançado no fogo, juntamente com o baralho e outros. Nesse sentido, torna-se contraditório, estranho ao menos, que os capuchinhos, agentes da expansão da cristandade, estivessem a incentivar a queima de bíblias numa fogueira acesa para eliminar do convívio social os objetos pecaminosos, portanto, prejudiciais à fé cristã. Sendo assim, esta prática nos levou a questionar o conceito de capuchinho apaziguador, defendido por Hugo Fragoso, e a investigar se outros capuchinhos costumavam realizar tal prática. Para tanto, faz-se necessário compreender o simbolismo das bíblias em questão, trazidas pelos protestantes.

²⁶⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 47, 27 de novembro de 1887, p. 2.

²⁶¹ Cf. Edições de jornal *O Laranjeirense* de janeiro de 1888. Os resultados espirituais desta missão foram divulgados pela imprensa: “100 casamentos, 730 chrismas, 1300 comunhões e 76 batizados”.

Burke afirma que para os protestantes dos séculos XVII e XVIII, a grande prioridade era tornar a Bíblia acessível às pessoas simples, numa linguagem que elas pudessem entender, como insistia Lutero desde o século XVI.²⁶² Pela atitude dos capuchinhos naquele auto de fé, percebe-se que os protestantes de Laranjeiras pensavam assim. Uma das razões que teria motivado a destruição daquelas bíblias seria o fato de não possuírem a mesma simbologia para os católicos. Portanto, a “Bíblia podia significar coisas diferentes para pessoas diferentes em diferentes épocas e circunstâncias”²⁶³, como afirma Christopher Hill ao analisar o papel desempenhado pela Bíblia na Inglaterra revolucionária do século XVII. As reflexões destes autores a luz dos conceitos de práticas e representações, apresentados por Michel de Certeau e Roger Chartier, são relevantes para compreensão desta e de outras práticas, que levaram os conflitos entre católicos e protestantes ao palco da justiça e da imprensa, questão que será tratada a partir de agora nesta tese.

Desse modo, é preciso investigar se a prática da queima de bíblias fez parte de uma ação excepcional de Frei Paulo Antônio de Casanova ou se estava imersa na racionalidade dos capuchinhos, que imbuídos da eclesiologia de Pio IX, eram agentes da Igreja no combate aos erros do mundo moderno, dos quais o protestantismo fazia parte. Para responder a esta questão, primeiro faz-se necessário compreender como se deu a inserção do protestantismo na província de Sergipe a começar pela entrada da Bíblia, “maior patrimônio da nação inglesa protestante”, conforme expressa Hill,²⁶⁴ que estava a ser queimada na província de Sergipe. Por esta razão, no próximo capítulo, tratar-se-á das práticas de colportagem, por meio dos rastros dos vendedores de bíblias, os colportores Torquato Martins Cardoso e Pedro Degiovanni.

²⁶² BURKE, Peter. A Vitória da Quaresma, op. cit., p. 299.

²⁶³ HILL, Christopher, op. cit.

²⁶⁴ Ibid.

2 PRÁTICAS DE COLPORTAGEM EM SERGIPE OITOCENTISTA: DA IMPRENSA À CÂMARA DE DEPUTADOS

[...] ordenamos aos Reverendos Parochos desta Capital, que à estação da Missa conventual aconselhassem aos Fieis, que estivessem de sobreaviso contra os erros, que contém essas Bíblias mutiladas, e adulteradas, e mais livros, que os inimigos da religião Catholica não cessão de espalhar com o fim de induzir os incautos à seguir as suas falsas doutrinas, [...].²⁶⁵

2.1 A prática da Colportagem e a difusão do Protestantismo no Sergipe Oitocentista

Em dezembro de 1866, o colportor Torquato Martins Cardoso vendia bíblias na capital da província de Sergipe, quando o chefe de polícia o proibiu de continuar a prática da colportagem naquela região. Este apelou, sem sucesso, ao presidente desta província e passou a interpelar às altas instâncias do Império pelo direito de continuar a vender as bíblias despachadas na alfândega e, portanto, estavam legalizadas para a comercialização. Este caso ganhou as páginas da imprensa da Corte e foi debatido na Câmara dos Deputados antes de sair a decisão de D. Pedro II.

A atividade de colportagem chamou a atenção das autoridades eclesiásticas católicas em Sergipe em outros momentos. Em 1880, um segundo caso ganhou evidência na imprensa local quando o colportor Pedro Degiovanni utilizou o jornal *O Pharol*, da cidade de Estância, para debater esta prática com um representante do catolicismo que usava o pseudônimo de Pio Catholico.

Estes dois casos ocorridos na província de Sergipe – Aracaju e Estância – que foram motivados pela venda de bíblias protestantes não se configuraram numa exceção no Brasil oitocentista. Em várias outras localidades das diversas províncias brasileiras esta prática serviu de estopim para a ocorrência de conflitos entre agentes bíblicos e colportores com autoridades policiais, administrativas e eclesiásticas católicas. A partir da década de 1860, observa-se outros casos semelhantes aos ocorridos em Sergipe quando Alderi Souza de Matos²⁶⁶ destacou alguns

²⁶⁵ BPED – *Correio Sergipense*, Aracaju, ano XXVI, n. 29, 18 de abril de 1863, p. 3. Carta Pastoral do Exm. e Revm. Arcebispo da Bahia Dom Manoel Joaquim da Silveira, Metropolitano e Primaz do Brasil, premunindo os seus diocesanos contra as mutilações, e adulterações da Bíblia traduzida em portuguez pelo padre João Ferreira A. D' Almeida, contra os folhetos, e livrinhos contra a religião, que com a mesma Bíblia, se tem espalhado nesta cidade; e contra alguns erros, que se tem publicado no paiz.

²⁶⁶ Alderi de Souza Matos é pastor, teólogo, professor no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e historiador da Igreja Presbiteriana do Brasil com livros e artigos produzidos sobre a história desta denominação.

exemplos de colportores perseguidos tomando por base Boanerges Ribeiro.²⁶⁷ Parte da historiografia que se dedica à inserção do protestantismo brasileiro, assim como estes autores, possuem um discurso comprometido com o heroísmo protestante e com a percepção de que estes foram vítimas das autoridades católicas e civis no Império.

Em 1864 o delegado expulsava um colportor de Santo Amaro, Bahia, depois de apreender seus livros. Em 1867 um delegado negava licença para vender Bíblias em Sergipe. Em 1869, em Santos, um delegado expulsava o colportor da cidade, obstando a que retirasse um caixote de Bíblias da alfândega. Em 1871, em Olinda, o Vigário Capitular apreendia as Bíblias de um colportor previamente detido pelo delegado de polícia. Em 1873 em Guaratinguetá um colportor era ameaçado de espancamento, após violento sermão do padre contra suas Bíblias – e tinha de retirar-se....²⁶⁸

Vale ressaltar que as bíblias protestantes motivavam discussões desde a primeira metade do oitocentos quando os agentes das sociedades bíblicas passaram a comercializá-las nas diversas províncias do Brasil, antes mesmo da atuação dos colportores e dos primeiros missionários estrangeiros. Nesse sentido, a expansão da circulação da Bíblia se deu com maior ênfase após o Tratado de Comércio e Navegação, assinado com a Inglaterra (1810), que passou a permitir com determinadas restrições o culto protestante na colônia. Com a independência (1822) a distribuição das bíblias passou a contar com agentes especializados nesta tarefa.

Desse modo, as sociedades bíblicas: a Britânica e Estrangeira, fundada em 1804, e a Americana de 1816 passaram a atuar neste país, ainda colônia de Portugal. No início as bíblias chegavam, em menor quantidade, por intermédio dos capitães de navios, comerciantes e diplomatas. No entanto, a quantidade aumentou quando estas sociedades passaram a direcionar agentes bíblicos para este propósito.²⁶⁹ Dentre estes, atuaram no Brasil, a serviço da Sociedade Bíblica Americana, o metodista Daniel Parrish Kidder (1837 a 1840) e o presbiteriano James C. Fletcher na década de 1850. Também foram atuantes neste aspecto, o escocês Richard Holden e o americano Hugh C. Tucker.²⁷⁰

As bíblias e os folhetos protestantes chegavam primeiro nas cidades costeiras. Estas representariam o ponto de partida para a redistribuição desse material nas diversas cidades, vilas e povoados do interior do Brasil por intermédio dos viajantes. Estratégia utilizada por Daniel

²⁶⁷ Boanerges Ribeiro, teólogo e pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. Escreveu livros sobre o protestantismo.

²⁶⁸ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981, p. 151-153, apud MATOS, Alderi Souza de. *Colportores: heróis esquecidos da obra missionária no Brasil*. Disponível em: <http://cpaj.mackenzie.br/historiadaigreja/pagina.php?id=236>. Acesso em: jul. 2017.

²⁶⁹ MATOS, Alderi Souza de. *Colportores: heróis esquecidos da obra missionária no Brasil*. Disponível em: <http://cpaj.mackenzie.br/historiadaigreja/pagina.php?id=236>. Acesso em: 04 jul. 2017.

²⁷⁰ Ibid.

Parrish Kidder assim que chegou na província da Bahia, no ano de 1838, quando providenciou espaços de vendas. Seu plano era disponibilizar bíblias, panfletos e revistas nas várias cidades costeiras que faziam parte do trajeto da embarcação que viajava desde São Paulo até o Pará.²⁷¹ Desse modo, as cidades costeiras, espaços estratégicos de circularidades também são espaços de polêmicas em torno da distribuição das bíblias desde a primeira metade do oitocentos. Vale ressaltar que a filha de Kidder mencionou que ele chegou a ser hospedado por sacerdotes e teria contado com a colaboração dos mais liberais e esclarecidos para a distribuição das Escrituras.²⁷² No entanto, a historiografia tem destacado que as novas ideias trazidas pela literatura protestante, na maioria das vezes, provocaram uma reação contrária de autoridades eclesiásticas. Em muitos casos, esta literatura fora rasgada, jogada nos rios, queimada pelas autoridades eclesiásticas católicas, a exemplo das bíblias jogadas na fogueira capuchinha na cidade de Laranjeiras, conforme foi destacado no primeiro capítulo.

Em 1839, Daniel P. Kidder teria atuado no Pará e Robert Nesbit na década de 1850, por isso, David Gueiros Vieira destacou que a presença de Richard Holden marcou a terceira tentativa de propaganda protestante nesta região. Além da venda de bíblias e opúsculos, este iniciou um “programa de propaganda religiosa nos dois principais jornais da cidade, o Diário do Grão-Pará e o Jornal do Amazonas”.²⁷³ Entre dezembro de 1860 e junho de 1861, viajou para vender bíblias nas vilas e cidades próximas aos afluentes do Amazonas sem enfrentar maiores problemas. Mas durante a viagem realizada entre 13 de junho a 6 de agosto de 1861 foi surpreendido pelo subdelegado de Iritúria que o proibiu de vender bíblias. Naquela ocasião ficou sabendo que na cidade vizinha de Ourém o padre havia queimado a literatura evangélica numa fogueira. Por conta de tais episódios, ele apresentou a questão ao cônsul inglês em Belém, mas os conflitos continuaram sob a proteção do novo bispo Dom Antônio de Macedo Costa que atacou o protestantismo com uma carta pastoral de 30 de agosto de 1861, através da qual prevenia os fiéis contra as “bíblias falsificadas” e “opúsculos heréticos”. Holden chegou a debater na imprensa com integrantes do clero, dentre eles o próprio bispo do Pará.²⁷⁴

A disputa com o bispo desgastou as relações que Holden havia estabelecido na região, o que favoreceu a dirigir-se para Salvador. Para tanto, pediu ajuda ao missionário presbiteriano Alexander L. Blackford, no Rio de Janeiro, para que indicasse uma pessoa que o auxiliasse.

²⁷¹ ALMEIDA, Vasni; GOMES, José Neto Sousa. Daniel Parish Kidder: sociedade, identidade e cultura nas narrativas de um protestante viajante no século XIX. PLURA, *Revista de Estudos de Religião*, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 2, 2016, p. 94-120.

²⁷² Ibid.

²⁷³ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 179.

²⁷⁴ Ibid., p. 179-182.

Para esta tarefa fora indicado o colportor Thomaz Gallart que chegou na Bahia em abril de 1862, antes de Holden. Sua atuação provocou a reação do arcebispo Dom Manoel Joaquim da Silveira que assim como o bispo do Pará publicou em 2 de agosto de 1862 a sua primeira carta pastoral contra estas bíblias.²⁷⁵

Por meio das cartas de Gallart enviadas ao Dr. Kalley para relatar seu trabalho na Bahia é possível detectar pistas da atuação dos padres e dos frades no combate aos vendedores de bíblias no ano de 1862, quando estes seguiam as determinações do arcebispo da Bahia. Gallart escreveu que “os discursos, no púlpito da Igreja Romana, têm sido contínuos contra o homem da Bíblia falsa” e chegou a destacar que “um lazarista missionário foi pregar, em Murityba, onde esteve uns poucos de dias, e ocupou-se em falar contra mim, dando todas as informações e sinais”.²⁷⁶

Pelas cartas de Gallart observa-se a ação das ordens religiosas no combate à prática de colportagem na arquidiocese da Bahia. Quando o reverendo João Gomes da Rocha transcreveu estas cartas, com base nas informações deste colportor, forneceu pistas da atuação dos capuchinhos na Bahia contra o protestantismo no ano de 1862:

[...] no dia 19 de Outubro, na “festa do Convento dos Capuchinhos”, celebrada anualmente, assistiu o Arcebispo e o pregador preveniu o povo contra o vendedor de bíblias. **E não somente o condenavam dos púlpitos, mas prepararam um folheto que parece ter tido o título – “Em que diferem católicos e protestantes” e mandaram um padre, chamado Assis, distribui-lo pelas ruas daquela cidade. Nesse opúsculo, diziam que os vendedores pertenciam a uma grande Sociedade Americana, que tinha seu agente no Pará.**²⁷⁷ [grifo nosso].

Percebe-se nesta fala que os capuchinhos escreveram panfletos para informar a população da ameaça protestante. Pelo mesmo título das matérias veiculadas na sessão “Parte Religiosa” do jornal *Correio Sergipense*: “Em que diferem católicos e protestantes”, um mês passado do ocorrido em Salvador, pode-se conjecturar que os referidos panfletos escritos pelos capuchinhos e distribuídos na Bahia também chegaram a imprensa sergipana. Neste panfleto os capuchinhos usaram de metáforas para facilitar a mensagem que eles desejavam transmitir aqueles que vivenciavam a prática de colportagem condenada pela Igreja Católica. Desse modo, na visão destes frades o catolicismo era “imutável” e “vinha de Deus”, enquanto o protestantismo era equivalente ao “camaleão” que “muda, à vista d’olhos, de cor, de forma e de

²⁷⁵ Ibid., p. 189-190.

²⁷⁶ ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*: Dr. Robert R. Kalley. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013, p. 197-198. (Volume 1).

²⁷⁷ Ibid., p. 198.

constituição”.²⁷⁸ Desse modo, observa-se que as Ordens religiosas tiveram um papel importante na tarefa de auxiliar os bispos a combater não somente o protestantismo, mas tudo aquilo que a Igreja Católica enxergava como os chamados erros do mundo moderno. No caso de Sergipe, os capuchinhos, foi a Ordem mais atuante nesta função. Portanto, a escrita e a disseminação destes panfletos evidenciam que estes passaram a utilizar da mesma tática dos protestantes – distribuição de impressos – para defesa do catolicismo das práticas do outro.

Como já foi destacado, desde 1810, quando se deu a abertura dos portos às nações amigas, a venda de bíblias passou a integrar as práticas comerciais brasileiras. Para facilitar a circulação desta mercadoria na vasta extensão territorial, as sociedades bíblicas estrangeiras passaram a contratar novos sujeitos – os colportores.²⁷⁹ Esta palavra é de origem francesa, uma combinação da palavra colo (pescoço) com a palavra portare (carregar) que significa carregar no pescoço. Na França o termo significava mascate, ou seja, vendedor ambulante que transportava as mercadorias a tira colo. Para Laurence Fontaine os pequenos negócios itinerantes desses mascates desempenharam um papel essencial no nascimento da economia da Europa moderna.²⁸⁰ Mas no caso em questão, embora a prática tenha relação com o pequeno comércio itinerante, os colportores são aqueles sujeitos contratados pelos agentes das sociedades bíblicas para exercerem a atividade de colportagem, ou seja, distribuir bíblias, livros, e publicações de cunho protestante nas diversas partes do Brasil. Alguns materiais eram distribuídos de forma gratuita outros eram comercializados.

Nesse sentido, quando as sociedades bíblicas passaram a contratar os colportores entravam em cena uma diversidade de sujeitos, que em sua prática cotidiana, passariam a contribuir no processo de difusão do protestantismo brasileiro. Nesse aspecto, feitas as devidas ressalvas, concorda-se com Alderi Souza de Matos quando os compreende como precursores.

Eles saíam por toda parte, deslocando-se a cavalo, de trem, barco e a pé, vendendo Bíblias, Novos Testamentos, panfletos e periódicos a quem encontrassem. Por força do seu trabalho, eram também evangelistas e plantadores de igrejas. Foram companheiros e, com frequência, precursores dos missionários e dos pastores nacionais.²⁸¹

²⁷⁸ BNRJ – *Correio Sergipense*, Aracaju, ano XXV, n. 95, 18 de novembro de 1862, p. 3-4.

²⁷⁹ MATOS, Alderi Souza de. *Colportores*, op. cit.

²⁸⁰ FONTAINE, Laurence. *Histoire du Colportage en Europe, XV-XIX Siècle*. (Collections Histoire). Paris: Éditions Albin Michel, 1993. O autor critica a figura do mascate desenhada pelos arquivos policiais, ficções literárias e iconográficas, que o representa mais próximo do vagabundo do que do comerciante. Desconstruindo essa ideia do mascate vagando defendeu a tese que os pequenos negócios itinerantes desempenharam um papel essencial no nascimento da economia da Europa moderna. Os mascates tratados por Fontaine são de comunidades rurais pobres, montanhosas e marginais da Europa, que conseguiram construir uma sociedade original, baseado em amplo parentesco e vínculos com os clientes.

²⁸¹ MATOS, Alderi Souza de. *Colportores*, op. cit.

Embora se perceba a existência de conflitos em torno da entrada das bíblias no Brasil, desde a primeira metade do oitocentos, é perceptível que a intensificação da circulação dos livros veio a ocorrer a partir da década de 1860, quando aumentaram os conflitos em torno desta prática que passou a ser combatida pelas autoridades eclesiásticas católicas de forma estratégica.

Trabalhos recentes apontam que Richard Holden e Thomas Gallart tiveram uma atuação conflituosa em Salvador, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré e regiões vizinhas a ponto de provocar a reação do arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, Dom Manoel Joaquim da Silveira. Este representante da alta hierarquia católica combateu o protestantismo por meio de cartas pastorais que orientavam o clero e os fiéis contra os perigos que a literatura evangélica representava para a comunidade católica. A tensão se dava não somente por conta da inserção do protestantismo, mas também do espiritismo, tese que defendeu Leonardo Ferreira de Jesus ao estudar a trajetória do arcebispo no combate a chegada dos referidos credos a Bahia.²⁸²

A arquidiocese de Salvador compreendia as províncias da Bahia e de Sergipe até 3 de janeiro de 1910, quando a diocese de Aracaju fora criada pelo papa Pio X. Desse modo, os sacerdotes da província de Sergipe estavam instruídos pelos sermões dos párocos e capuchinhos em missão. E ainda, pela imprensa já que a população desta província poderia ter acesso ao conteúdo da carta pastoral via a publicação no *Correio Sergipense* de 1863.

[...] ordenamos aos Reverendos Parochos desta Capital, que à estação da Missa conventual aconselhassem aos Fieis, que estivessem de sobreaviso contra os erros, que contém essas Bíblias mutiladas, e adulteradas, e mais livros, que os inimigos da religião Catholica não cessão de espalhar com o fim de induzir os incautos à seguir as suas falsas doutrinas, ou de pelo menos instillar-lhes no animo a duvida, que em matérias de Fé se aproxima da heresia, o que para os inimigos do Catholicismo já é uma grande vantagem, e se abstivessem por bem de sua salvação de possuir, e de ler essas Bíblias, e esses livros, em que os erros se insinuão de um modo subtil de mistura com a própria verdade.²⁸³

As cartas pastorais serviam para orientar os sacerdotes sobre os chamados erros modernos que estes deveriam combater nas suas paróquias. É certo que, tanto no púlpito quanto nos dias de missão, sacerdotes seculares e capuchinhos transmitiam aos fiéis os perigos da

²⁸² JESUS, Leonardo Ferreira. “*Ventos venenosos*”: o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, p. 10.

²⁸³ BPED – *Correio Sergipense*, Aracaju, ano XXVI, n. 29, 18 de abril de 1863, p. 3. Carta Pastoral do Exm. e Revm. Arcebispo da Bahia Dom Manoel Joaquim da Silveira, Metropolitano e Primaz do Brasil, premunindo os seus diocesanos contra as mutilações, e adulterações da Bíblia traduzida em portuguez pelo padre João Ferreira A. D’ Almeida, contra os folhetos, e livrinhos contra a religião, que com a mesma Bíblia, se tem espalhado nesta cidade; e contra alguns erros, que se tem publicado no paiz.

referida literatura conforme as orientações oficializadas na pastoral. No entanto, a imprensa foi utilizada para que a informação atingisse a um público maior que os ouvintes das pregações católicas. Desse modo, os periódicos foram veículos importantes de divulgação das ideias religiosas dos católicos no combate às práticas dos acatólicos. Bem como dos adeptos de outras crenças, a exemplo, dos presbiterianos.

Por meio dos indícios encontrados nos jornais pode-se conjecturar que a atuação dos colportores na província de Sergipe se deu com mais notoriedade a partir da década de 1860. No entanto, não se pode descartar a possibilidade da chegada do material religioso nas décadas anteriores, já que desde 1838 Kidder fazia circular as bíblias depositadas em Salvador para as diversas cidades portuárias. Devido à ligação comercial da Bahia e Sergipe não se pode desconsiderar esta possibilidade. No entanto, apesar de não ter sido encontrada uma matéria que tratasse com exclusividade da passagem dos agentes bíblicos por esta província, antes da década de 1860, foi possível identificar no único periódico religioso sergipano na primeira metade do oitocentos – *A Assembléa Catholica* – uma preocupação do padre Azevedo de Estância, no dia 4 de setembro de 1859, em combater os chamados ímpios por estes não aceitarem o culto às imagens dos santos.²⁸⁴

Na segunda metade deste século, é possível afirmar que Torquato Martins Cardoso e Pedro Degiovanni não foram os únicos a exercerem a atividade de colportagem nesta região. A opção por investigar estas trajetórias se deu pelo fato deles terem deixados rastros na imprensa ao se envolverem em conflitos com autoridades eclesiásticas e policiais quando trabalhavam nesta província. No entanto, nem todos os colportores deixaram pegadas impressas. Isto não significa que tiveram uma atuação pacífica já que nem sempre as disputas ocorridas nos diversos espaços chegaram aos jornais. Por isso, também utilizou-se da historiografia diversa que dedicou algumas linhas a eles e de dois trabalhos mais direcionados àqueles colportores que se tornaram relevantes para compreensão desta prática, os livros de Alderi de Souza Matos²⁸⁵ e Luiz Antonio Giralardi.²⁸⁶

Em consonância com muitos pesquisadores que abordaram a inserção protestante, Matos destaca os colportores como “parte valiosíssima do staff missionário, nesses anos iniciais. Precediam os pregadores; sofriam os primeiros embates da oposição, e os enfrentavam.

²⁸⁴ BNRJ – *A Assembléa Catholica*, São Cristóvão, ano I, n. 2, de 20 de setembro de 1859, p. 4.

²⁸⁵ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*: Missionários, pastores e Leigos do Século XIX. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. Vale ressaltar que mesmo neste livro dedicado a biografar leigos, somente foram biografados os colportores: Francisco Augusto Deslandes, Bartolomeu Reviglio e Jacob Filipe Wingerther. No entanto, no artigo sobre os colportores aqui já citado o autor destacou mais nomes de colportores e trabalhou especificamente da temática.

²⁸⁶ GIRALDI, Luiz Antonio. *A Bíblia no Brasil Império*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 9.

Abriam novas frentes evangelísticas”.²⁸⁷ Desconsiderando a visão heróica do historiador presbiteriano a respeito destes homens, concorda-se com ele quando destaca que os colportores são personagens pouco lembrados pelos historiadores.

O reverendo presbiteriano Pedro Machado, quando escreveu em 1920, deixou pistas sobre o protestantismo em Sergipe: “não se pode afirmar quem primeiro anunciou o Evangelho aqui [Sergipe]. Sabe-se, porém, que em 1863 andou em Larangeiras, vendendo Bíblias, um crente chamado Pedro Nolasco de Andrade.”²⁸⁸ Vale ressaltar que, no ano anterior, o arcebispo Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874) já alertava aos sacerdotes para combaterem a literatura protestante distribuída por Thomas Gallart, Richard Holden e Pedro Nolasco de Andrade, na Bahia.²⁸⁹ Desse modo, parece que a publicação da Carta Pastoral na íntegra pelo *Correio Sergipense*, em 1863, estava a combater a atuação destes sujeitos que da Bahia podem ter chegado a Sergipe naquele ano como destacou Machado.

Machado não mencionou as referências desta informação também destacada por Júlio Ferreira ao citar os colportores que atuaram em Sergipe.²⁹⁰ Além de Pedro Nolasco de Andrade e Torquato Martins Cardoso foram citados, por ambos os escritores, a presença de Christiano Peixoto, Camilo Tito Rossy e Pedro Degiovanni. Somado a estes consta também o nome do colportor Manoel José da Silva Viana.²⁹¹ Vale ressaltar que não foram encontradas informações sobre todos os colportores citados. Entretanto, alguns deles chegaram a ser mencionados pela historiografia protestante. É o caso do brasileiro Pedro Nolasco de Andrade, o primeiro crente batizado pelo Dr. Robert R. Kalley no Rio de Janeiro, na casa de oração e culto doméstico, localizado à rua da Bôa Vista, bairro da Saúde, em 11 de julho de 1858.²⁹² A presença deste colportor congregacional aponta para a passagem de outras denominações antes da institucionalização do presbiterianismo em Sergipe.

A historiografia tradicional tem dado destaque aos missionários estrangeiros como protagonistas no processo de inserção do protestantismo histórico e de missão no Brasil a partir da segunda metade do oitocentos. Para caracterizar o protestantismo brasileiro de missão, Antonio Gouvêa Mendonça tomou como modelo o presbiterianismo por considerar o ramo que

²⁸⁷ MATOS, Alderi Souza de. *Colportores*, op. cit.,

²⁸⁸ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209.

²⁸⁹ JESUS, Leonardo Ferreira, op. cit., p. 67.

²⁹⁰ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil I*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992, p. 237.

²⁹¹ MATOS, Alderi Souza de. *Colportores*, op. cit.

²⁹² ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*, Vol I, op. cit., 2013, p. 73. Concorde-se com Lyndon de Araújo Santos quando afirma que a obra de Rocha é um “documento-fonte” para o estudo do protestantismo no Brasil por ser uma compilação com a transcrição de muitos documentos e a apresentação de muitas pistas para a investigação de uma diversidade de sujeitos ainda não estudados pelos historiadores, mas que são de extrema relevância para a difusão do protestantismo brasileiro.

mais se expandiu neste período entre os congregacionais, metodistas e batistas, embora tenha ressaltado que estas denominações históricas também influenciaram neste sentido.²⁹³ Desse modo defende que a difusão do protestantismo no Brasil se deu via a teologia dos primeiros missionários, em especial Robert R. Kalley e Ashbel Green Simonton, organizadores das primeiras igrejas protestantes no Brasil, ambas no Rio de Janeiro.

O médico escocês Robert R. Kalley (1809-1888) foi o primeiro a chegar ao Rio de Janeiro em 1855, após perseguição religiosa sofrida na Ilha da Madeira. Reunido com outros correligionários que também teriam fugido pelo mesmo motivo e familiarizado com a língua portuguesa, Kalley começou em Petrópolis a realizar atividade proselitista, escreveu para jornais e produziu Salmos e Hinos – um importante instrumento de evangelização através da música. No ano de 1858, organizou a Igreja Congregacional com pequeno número de prosélitos brasileiros, além dos madeirenses. A Igreja Congregacional popularizaria o uso de Salmos e Hinos para evangelizar os brasileiros, estratégia que seria seguida pelas igrejas presbiterianas a começar por Ashbel Green Simonton.²⁹⁴

O presbiterianismo chegou ao Brasil por meio das Missões Estrangeiras dos Estados Unidos em dois momentos. Primeiro, em 1859, vieram os missionários da Igreja do Norte, e na década seguinte, a partir de 1869, chegaram os primeiros missionários da Igreja do Sul. Esta divisão das igrejas presbiterianas nos Estados Unidos, e de outras denominações era reflexo dos conflitos civis que este país vivenciava. Sendo assim, Mendonça destaca que o protestantismo do oitocentos nos Estados Unidos era heterogêneo, pois, ao lado das tradições puritanas expressavam-se os avivamentos religiosos que promoviam os ajustamentos necessários para uma sociedade em mudanças, por conta das ideias novas, a exemplo do liberalismo e do evolucionismo.²⁹⁵

Desse modo, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), conhecida como Igreja do Norte, através da Junta de Missões Estrangeiras, com sede em Nova York passou a enviar missionários para Índia, Tailândia, China, Colômbia, Japão e Brasil. Sendo que, *A Brazil Mission* teve início em 1859, com a vinda de Ashbel Green Simonton

²⁹³ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 28-33.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 46-47 e 267-269. Vale ressaltar que Kalley não estava ligado a nenhuma missão, por isso, não representava nenhuma Igreja. Tratava-se de um missionário que agia por conta própria e, em parceria, com sua esposa Sara P. Kalley escreveram hinos relevantes para a disseminação do protestantismo no Brasil. Era um representante do puritanismo escocês mesclado de wesleyanismo-metodista. Pregava o amor universalista de Deus em contraposição à doutrina clássica da predestinação calvinista.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 359-360.

(1833-1867) para o Rio de Janeiro.²⁹⁶ É nesta conjuntura marcada pelas mudanças e controvérsias teológicas no protestantismo dos Estados Unidos que Simonton trouxe para o Brasil a marca do conservadorismo dos puritanos calvinistas, mais a influência religiosa dos avivamentos que atingiu a Igreja Presbiteriana da qual ele era membro, em 1855. Outro aspecto que torna peculiar o presbiterianismo no Brasil é a assimilação das ideias de Kalley, através do livro *Salmos e Hinos*, que serviu de instrumento para propagação do protestantismo a todas as denominações, pelo menos até fins do oitocentos. Este livro, defende Mendonça, é a base para a simplificação teológica e litúrgica do protestantismo *sui generis* no Brasil.²⁹⁷

Vale ressaltar que uma das consequências da Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) foi a divisão das denominações norte-americanas, inclusive a presbiteriana. Assim em 1861 surgiu a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), conhecida como Igreja do Sul, que criou uma agência missionária – Comitê de Missões Estrangeiras sediada em Nashville, no Tennessee. Em 1867 enviou os primeiros missionários para a China. Com a vinda de imigrantes americanos sulistas para o Brasil, em 1869 chegaram os primeiros missionários do Comitê de Nashville: Edward Lane e George N. Morton.²⁹⁸

Com efeito, a partir da década de 1860, os missionários da Igreja do Norte passaram a oficializar as primeiras instituições do presbiterianismo no Brasil. A província de Sergipe não

²⁹⁶ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*, op. cit., p. 13-14. Em seguida vieram outros missionários, alguns acompanhados das esposas que integravam a Missão do Brasil (Brazil Mission): Alexander L. Blackford, Francis J.C. Schneider, George W. Chamberlain, Emanuel N. Pires, Hugh Ware Mckee e Robert Lenington.

²⁹⁷ As lutas políticas com a Inglaterra, que desembocaram na Guerra de Independência, o avanço do secularismo e o iluminismo, a teologia e a disciplina prevaletentes nas igrejas estão entre as causas que Antônio Gouvêa Mendonça destaca para o enfraquecimento da efervescência religiosa e do puritanismo nas colônias no começo do século XVIII. Esta situação de enfraquecimento exigia novas formas teológicas eclesiais que atendessem às exigências diferentes da sociedade. Os Grandes Despertamentos (*revivals*) do protestantismo americano apesar de algumas divergências internas, apresenta notável unidade na teologia e no espírito. O Primeiro Grande Despertamento se deu entre (1734-1758), quando o pastor Jonathan Edwards passou a pregar no sentido de conduzir seus ouvintes ao arrependimento dos pecados e à fé em Jesus Cristo. O avivamento se espalhou atingindo puritanos e presbiterianos tradicionais. Desse modo, aumentou o número de membros das igrejas existentes e novas igrejas surgiram. O ano de 1858 (*Annus Mirabilis*) caracteriza o Segundo Grande Despertamento que se deu com várias reuniões de avivamento com ênfase na “descida do Espírito Santo” e na guerra contra os vícios, em reuniões de conversão e santificação para multidões. A pregação nos avivamentos procurava introduzir todas as tradições teológicas. Desse modo, a Teologia dos Avivamentos foi uma resposta necessária da religião às condições de uma sociedade *sui generis* em que as oportunidades estavam abertas para todos, por isso, a necessidade de uma reformulação teológica que teve como matriz o arminianismo metodista na qual o pregador convidava “todo aquele que quer”, enquanto o calvinismo oferecia salvação só aos eleitos. Esta nova reformulação teológica acompanhava as mudanças na sociedade e dava ênfase a capacidade humana e no seu desempenho. O protestantismo americano oitocentista conduzia o pensamento cristão a uma unidade orgânica com o ponto de vista evolucionista, com os movimentos de reconstrução social e com as esperanças de “um mundo melhor”. MENDONÇA, Antônio Gouvêa, op. cit., p. 82-87; 269-288.

²⁹⁸ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*, op. cit., p. 14-15. Os missionários da Junta de Nova York (Igreja do Norte) concentraram-se nas regiões: Rio de Janeiro, São Paulo e extremo Sul de Minas, Paraná e Santa Catarina, Bahia e Sergipe. Já os missionários do Comitê de Nashville (Igreja do Sul) atuaram nas regiões: São Paulo, Minas e no nordeste de Alagoas até a Amazônia.

fugiu à regra nesse aspecto quando, em 28 de dezembro de 1884, a cidade de Laranjeiras passou a sediar a primeira Igreja protestante de denominação presbiteriana, oficializada pelo missionário da Junta de Nova York, Alexander Latimer Blackford. Embora, a presença de Pedro Nolasco indique que outras denominações praticaram a colportagem na região. Foi o presbiterianismo que se manteve hegemônico até 1913, quando os batistas organizaram sua primeira Igreja em Aracaju. Desse modo, optou-se por compreender a participação de outros sujeitos neste processo de implementação do presbiterianismo no Brasil e quais os interesses e as razões de um Estado confessional católico ceder espaços para a implementação destes em todo o território do Império.

Nesse sentido, foi instalada em 1886, em Laranjeiras a primeira instituição educacional protestante, a Escola Americana, sob a direção do professor Manoel Nunes da Motta. Na percepção apresentada por Nascimento fazia parte do projeto educacional presbiteriano a instalação de uma escola após a organização da igreja.²⁹⁹ Portanto, a educação se constituiu num dos componentes mais relevantes da estratégia missionária de difusão do protestantismo que tem como postulado básico de sua fé a leitura da Bíblia para a instrução dos indivíduos na religião. No culto havia a necessidade da leitura do material litúrgico que tinha como base a Bíblia e o Livro de Hinos. Nesse sentido, ao lado de cada comunidade havia uma escola paroquial que servia para alfabetizar já que a doutrina protestante era calcada na leitura da Bíblia, livros, revistas e jornais. O protestantismo é considerado a religião do livro, por isso, a relevância da Bíblia como instrumento de conversão. Nesse aspecto, parece ter razão Mendonça quando afirma que a distribuição de Bíblias estava entre os fatores estratégicos de relevância para a penetração do protestantismo no Brasil.³⁰⁰

Não resta dúvida de que esses missionários estrangeiros foram relevantes na formulação de uma teologia que unificasse o pensamento do protestantismo brasileiro, o que defende Mendonça. No entanto, é preciso compreender que para além da ação do missionário estrangeiro, uma série de outros sujeitos também contribuíram para a difusão do protestantismo nas mais diversas localidades do Brasil oitocentista. Se a Bíblia, os hinos, os livros e os jornais foram relevantes neste processo considera-se necessário identificar a rede de sujeitos que atuavam na circulação das ideias protestantes entre as diversas províncias, em especial, naquelas que ficavam mais distantes do alcance destes missionários que se dedicaram ao Rio de Janeiro e a São Paulo num primeiro momento. Além de produzir os textos para serem publicados nos jornais e de realizar as pregações no púlpito, como faziam os missionários

²⁹⁹ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *A Escola Americana*, op. cit., 2004, p. 200-201.

³⁰⁰ MENDONÇA, Antônio Gouvêa, op. cit., p. 144.

estrangeiros, era necessário fazer circular a Palavra impressa nos lugares mais distantes. Nesse aspecto, os colportores foram bastante representativos nas diversas províncias brasileiras.

No entanto, colportores, primeiros conversos e mulheres foram silenciados ou aparecem às margens da historiografia brasileira. Foi dada visibilidade aos heróis missionários estrangeiros, a exemplo de Dr. Robert Reid Kalley e Ashbel Green Simonton dos quais muitos trabalhos os tomaram como guias para se compreender a inserção do protestantismo. Somente nas últimas décadas, influenciados pelas abordagens de Michel de Certeau, Carlo Ginsburg, Rocher Chartier e outros teóricos, novos olhares têm se voltado para outros sujeitos. A novidade se apresenta na publicação de Lyndon de Araújo Santos – *Os Mascates da Fé: História dos Evangélicos no Brasil (1855-1900)* – que lança um primeiro olhar para estes sujeitos comuns na história do protestantismo brasileiro, mostrando que a história dessa confissão não pode ser restrita aos heróis estrangeiros.³⁰¹ Este trabalho ajuda a pensar na relevância dos colportores e dos primeiros convertidos na difusão do protestantismo, para além do Rio de Janeiro, onde a presença do missionário estrangeiro se dava de forma esporádica ou mais tardia, a exemplo de Sergipe.

Nesse sentido, pretende-se lançar novos olhares para a atuação desses sujeitos silenciados ou poucas vezes referenciados numa perspectiva do herói que fora perseguido pelos católicos. É preciso compreendê-los dentro das especificidades da atuação de cada colportor e das relações que eles tiveram com outros sujeitos por onde atuaram. São homens de carne e osso, com suas individualidades e especificidades, que estavam inseridos numa tessitura de relações conflituosas para além das disputas confessionais.

Durante a pesquisa foram encontradas poucas referências aos colportores que atuaram na província de Sergipe. A exceção se dá quanto aos nomes de Pedro Degiovanni e Torquato Martins Cardoso. Sendo que este último pode ser considerado o colportor mais referenciado pelos escritores do protestantismo no Brasil. Seu nome aparece nas obras de João Gomes da Rocha, Boanerges Ribeiro, Júlio Andrade Ferreira, David Gueiros Vieira, Alderi de Souza Matos, Pedro Machado, Ester Fraga do Nascimento, Mariana Seixas, Luiz Antonio Giraldi. A maioria destes autores menciona a prisão e a proibição da atividade de colportagem pela polícia da província de Sergipe. Motivo pelo qual é citado na maioria dos trabalhos. Exceto Machado, que silencia o evento apenas a mencionar seu nome entre os colportores que chegaram a atuar em Sergipe. Poucos destes trabalhos acrescentam informações deste em outras localidades do Brasil oitocentista.

³⁰¹ SANTOS, Lyndon de Araújo. *Os Mascates da Fé: História dos Evangélicos no Brasil (1855-1900)*. Curitiba: CRV, 2017.

A análise comparativa das duas trajetórias – Torquato Cardoso e Pedro Degiovanni – na passagem por Sergipe são relevantes para se compreender a importância desta atividade no processo de difusão do protestantismo já que estes homens auxiliaram os agentes bíblicos e fizeram circular a Palavra nos lugares onde as pregações dos missionários estrangeiros não chegavam. A utilização da imprensa por estes demonstra que este meio não ficou restrito às autoridades católicas no combate aos acatólicos, muito menos aos missionários estrangeiros e agentes bíblicos na defesa das ideias protestantes. Desse modo, a difusão do protestantismo não pode ser atribuída somente a estes.

2.2 As trajetórias de dois colportores: Torquato Cardoso e Pedro Degiovanni

Era julho de 1865, quando o colportor Torquato Cardoso começou a trabalhar para Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE) na cidade de Juazeiro, na Bahia, de acordo com a versão apresentada pelo reverendo Giraldi.³⁰² Passados três meses, ele praticava a colportagem na província de Alagoas conforme notícia publicada no jornal *O Correio Mercantil* de 14 de outubro de 1865: na missa do domingo, o vigário da freguesia da capital proibiu, “sob pena de excomunhão maior”, os católicos de fazerem a leitura e o uso dos livros comercializados por “Torquato Martins Cardoso, vendedor de bíblias falsas”.³⁰³

Em dezembro de 1866, foi possível encontrá-lo na Alfândega da província de Sergipe a despachar suas mercadorias. Desta repartição Cardoso se dirigiu para a Casa de Pasto,³⁰⁴ localizada na recém-criada capital Aracaju, onde ficou hospedado e expôs seus livros à venda. A Casa de Pasto, assim como as tavernas e boticas, era um lugar de encontro, de conversas, de discussões e de comércio. Desse modo, a presença daquele vendedor de bíblias logo chamou a atenção das autoridades eclesiásticas daquela capital, assim como havia despertado o interesse do vigário da província de Alagoas no ano anterior. O que demonstra que os sacerdotes estavam

³⁰² Nos primeiros seis meses Torquato Cardoso chegou a distribuir 580 exemplares das Escrituras. Durante os anos de 1865 a 1876 atuou nas províncias da Bahia, Alagoas e Sergipe. Sendo que, no último ano, distribuiu 1.322 Bíblias. Vale ressaltar que diferente do que Giraldi afirma ser este colportor natural da Bahia. O próprio colportor se apresentava nos ofícios dirigidos a presidência da província de Sergipe como de nacionalidade lusa. GIRALDI, Luiz Antonio, op. cit., p. 186.

³⁰³ BNRJ – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, Vol XXII, n. 280, 14 de outubro de 1865, p. 1. Notícia publicada como sendo a única da província de Sergipe que “merecesse ser mencionada”.

³⁰⁴ A Casa de Pasto era um tipo de estabelecimento comercial de origem portuguesa. No Brasil pode ser compreendido como uma espécie de estalagem e restaurante pequeno onde muitas vezes se forneciam alimentação e hospedagem estendidas aos animais dos viajantes. Cf. CARVALHO, Deborah Agulham. *Das Casas de Pasto aos Restaurantes: os sabores da velha Curitiba (1890-1940)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Paraná, Curitiba 2005.

em sintonia, ao menos, nesta questão com as diretrizes emanadas de Roma através da intermediação dos bispos e frades estrangeiros.

Desse modo, optou-se por investigar quem era este vendedor de bíblias. Seria um protestante que teria migrado de alguma possessão lusitana, assim como Kalley? Torquato Cardoso era um português que havia casado com a brasileira Maria Pereira Cardoso com a qual tinha dois filhos com a idade aproximada entre dois e quatro anos naquele dezembro de 1866.³⁰⁵ Não se sabe se esta foi a primeira passagem dele por Sergipe, mas pode-se afirmar que foi ainda neste ano que suas práticas despertaram a reação do clero de Aracaju e do chefe de polícia que os proibiram de vender bíblias. O colportor chegou a reivindicar o direito de comercializar as bíblias despachadas naquela província, mas este direito fora negado por aquelas autoridades. O que teria feito Cardoso quando percebeu que não havia mais a quem apelar naquela Província?

No primeiro dia de março de 1867, estava Torquato Martins Cardoso no “porto do Aracaju”³⁰⁶ entre os passageiros do vapor mercante Gonsalves Martins, da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor³⁰⁷ que retornava a Salvador naquela sexta-feira.³⁰⁸ No entanto, a saída dele de Aracaju não significou a sua derrota perante as autoridades daquela província já que ainda naquele mês passou a apelar na Corte pelo direito de recuperar as mercadorias apreendidas e voltar a exercer a comercialização delas. Foi neste momento que arregimentou mais defensores a sua causa.

Passada a discussão nestes espaços, que será tratada mais à frente, o colportor foi encontrado em Salvador no dia 21 de abril de 1872 quando o reverendo presbiteriano Francis Schneider realizou a cerimônia do batismo dele e da esposa.

Na capital da província [Salvador] é provável que [Francis Schneider] tenha começado a fazer reuniões em sua casa, na “Ladeira dos Aflitos, nº 219” até conquistar o primeiro fiel, o português Torquato Martins Cardoso, batizando-o em 21 de abril de 1872, juntamente com sua esposa, a brasileira Maria Pereira Cardoso. Esta data foi considerada o dia da fundação da Igreja

³⁰⁵ SEIXAS, Mariana Ellen Santos. “Contra a paz, unidade e pureza da Igreja”: considerações sobre a formação de uma identidade presbiteriana em Salvador (1872-1900). *Revista de História*, v. 4, n. 1, p. 94, 2012. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a05.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022. Vale ressaltar que estes constam nos registros do Livro Primeiro de Atas da Igreja Presbiteriana da Bahia conforme destaca Seixas ao traçar a trajetória eclesiástica do missionário presbiteriano Francis Schneider.

³⁰⁶ Clodomir Silva primeiro destacou o Porto de Aracaju com “proporções para abrigar considerável número de embarcações, como aconteceu ao tempo do commercio de cabotagem”. Ainda descreveu a extensão aproximada de “três kilometros, desde a curva do Carvão, até a Fabrica Confiança. (Próximo ao morro do Urubu)”. E citou também que havia “O porto das Rêdes, tambem no rio Sergipe, e onde foi antigamente a Alfandega da Provincia”. SILVA, Clodomir de Souza, op. cit., p. 62.

³⁰⁷ A Companhia Bahiana de Navegação a Vapor com serviços prestados à Bahia, Alagoas e Sergipe foi uma das empresas mais importantes de navegação a vapor do Brasil oitocentista. Cf. SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição a história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

³⁰⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – Jornal de Sergipe*, Aracaju, ano II, n. 24, 2 de março de 1867, p. 2.

Presbiteriana da Bahia. Uma semana depois, os filhos do casal, Julio (11 anos), Antônio (9 anos), Ignez (5 anos), Ricardo (2 anos) e Moyses (9 meses) também foram batizados, juntamente com a filha de Schneider e sua esposa Ella, Mary, que contava 10 meses.³⁰⁹

Os registros dos batismos dele com toda a família naquele mês de abril de 1872 sinalizam que na sua passagem por Sergipe, na década de 1860, ele era um vendedor de literatura religiosa ainda não convertido ao presbiterianismo, ao menos de forma oficial. Dado este importante para refletir sobre a relevância dos colportores virem a ser os primeiros conversos nas cerimônias de fundação das primeiras igrejas protestantes em companhia da família que os acompanhavam na decisão de assumir a nova confissão diante da sociedade. O cotidiano da profissão levava o colportor a familiarizar-se com a Palavra impressa – bíblias, opúsculos, livros, jornais – e a manter relações e conversas com agentes bíblicos e missionários estrangeiros o que contribuíam para a conversão de toda a família.

Desse modo, considera-se que a atuação dos colportores foi significativa para a inserção do protestantismo em Sergipe. Sendo assim é provável que o colportor Pedro Degiovanni também tenha entrado nesta província pela hidrovia e desembarcado no porto de Estância, em março de 1880, num dos vapores provenientes de Salvador ou Recife.³¹⁰ Não foram encontradas pistas do local onde ficara hospedado. Por isso, não se sabe se havia amigos ou defensores das ideias protestantes que o tivessem acolhido, ou se teria ficado hospedado em algum estabelecimento semelhante à Casa de Pasto. É certo que pelas pistas extraídas do jornal *O Pharol*, conjectura-se que Degiovanni vendeu bíblias e distribuiu opúsculos nos variados espaços daquela cidade entre os meses de março e abril de 1880: nas praças, no teatro, nos entornos dos templos católicos, nos estabelecimentos comerciais, nas tipografias e de porta em porta. Das moradias simples aos sobrados coloniais, ornamentados com azulejaria portuguesa, estava ele a praticar a colportagem.³¹¹

Esta atividade chamou a atenção das autoridades eclesiásticas da cidade de Estância e levou Pio Catholico a criticar as práticas de Pedro Degiovanni nos artigos publicados no jornal *O Pharol*, desta cidade. Foi nas páginas deste periódico que Degiovanni passou a questionar

³⁰⁹ Livro Primeiro de Atas da Igreja Presbiteriana da Bahia apud SEIXAS, Mariana Ellen Santos. “Contra a paz, unidade e pureza da Igreja”, op. cit., p. 94.

³¹⁰ BNRJ – *Jornal de Sergipe*, Aracaju, ano XV, n. 18, 3 de março de 1880, p. 4. Pelas notícias extraídas deste periódico nos meses de março e abril é possível identificar alguns nomes dos vapores que pertenciam a companhia baiana que passavam por Sergipe (*Dantas, Gonsalves Martins, Alagôas, S. Salvador*) e da companhia pernambucana têm-se (*Mandahú ou Gequiá*) que faziam o transporte de mercadorias e de pessoas. Também navegavam neste período os vapores da companhia nacional. Na notícia impressa no referido período é possível perceber a passagem do vapor primeiro por Estância com destino à capital Aracaju e outros portos dessa província.

³¹¹ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 11, 21 de março de 1880, p. 3. Por meio de um anúncio de agradecimento exibido nessa edição do jornal *O Pharol* é possível imaginar como se deu a chegada e a distribuição do material religioso protestante na cidade de Estância.

Pio Catholico. Enfrentamento que será tratado mais a diante. Primeiro optou-se por destacar traços biográficos de Degiovanni na tentativa de compreender as suas práticas em outras localidades. Vale ressaltar que foram encontradas poucas informações sobre este colporteur silenciado nos trabalhos de Matos³¹² e Giraldi.³¹³ Seu nome apareceu entre os colportores que atuaram em Sergipe nos textos de Ferreira³¹⁴ e Machado, enquanto, Nascimento³¹⁵ e Lima³¹⁶ chegaram a mencionar sua participação na imprensa de Estância.

Pedro Degiovanni é um italiano que se dedicou à atividade de colportagem em várias regiões do Brasil na conjuntura da transição Império/República. Estas e outras informações estão apresentadas na breve biografia sobre este colporteur publicada na revista confessional metodista *Voz Missionária* com o título: *Uma viagem de trinta anos*. Não foram encontradas informações sobre o local de nascimento dele na Itália. Sabe-se que, ainda jovem, deixara a terra natal em direção a La Plata, por volta do ano de 1874. Ele viveu nessa região da Argentina por quatro anos onde foi colporteur e “aprendeu o segredo da distribuição de Bíblias”.³¹⁷ Neste sentido, as pistas levam a supor que tenha chegado ao Brasil no mês de janeiro de 1878, levando em consideração as informações da referida matéria que aponta que “em janeiro de 1903, o Snr. Degiovanni completou um quarto de século de trabalho penoso, qual o de distribuir Bíblias no interior do Brasil a milhares de pessoas”.³¹⁸

Desse modo, Degiovanni teria começado a atividade de colportagem na província do Espírito Santo, por volta do ano de 1878 e ao longo de mais de duas décadas percorreu os caminhos de Norte a Sul do país, chegando a atuar em dez “Estados da República”.³¹⁹ Vitória, Maceió, Santo Amaro, São Paulo e Ribeirão Preto estão entre as localidades que a revista *Voz Missionária* destaca como locais que padres e autoridades político-administrativas discordaram da sua prática.³²⁰

³¹² MATOS, Alderi Souza de. *Colportores*, op. cit.

³¹³ GIRALDI, Luiz Antonio. *A Bíblia no Brasil Império*, op. cit.

³¹⁴ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil I*, op. cit., p. 237.

³¹⁵ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *A Batalha da Fé: Uma leitura dos embates travados entre católicos e protestantes nos jornais da Província de Sergipe*. In: *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003, p. 3-4.

³¹⁶ LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos filosóficos em Sergipe*. Sociedade Editorial de Sergipe: Aracaju, 1995.

³¹⁷ *Uma Viagem de Trinta Anos*. *Revista Voz Missionária*, São Paulo, Editada pela Imprensa Metodista, Ano II, N 2, p. 9-10, 2º trimestre, 1931, p. 9. Vale ressaltar que: *Uma viagem de trinta anos* é um texto de duas laudas, autoria desconhecida, apresentando a trajetória do colporteur Pedro Degiovanni em três tópicos: introdução, contrastes e o fim da jornada. Faz parte do acervo da Revista *Voz Missionária* (1930-1939). Apenas os títulos estão mencionados no portal metodista <http://portal.metodista.br/cew/acervo/3039.pdf>. Acesso em: mar. 2017. Por esta razão, optou-se por contactar a redação da revista que, gentilmente, enviou por e-mail.

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ *Ibid.* Vale ressaltar que a matéria foi escrita no período republicano, por isso, utiliza a palavra Estados, mas a maior parte da atuação de Degiovanni se deu durante o Império.

³²⁰ *Ibid.*, p. 9-10.

Declara que seus primeiros esforços encontraram forte oposição por parte dos padres da cidade de Victoria e do Presidente do Estado com quem sustentou longa discussão. A conversa terminou com as seguintes palavras do Presidente: “Podeis vender vossas Biblias e seguir vossa religião Protestante, mas eu e o padre teremos que seguir a religião Catholica Romana”.³²¹

De Vitória, no Espírito Santo, teria passado por Maceió de onde escreveu relatando as vendas naquela região: “Nas duas primeiras semanas vendi apenas um Novo Testamento, mas nas duas últimas vendi quarenta e nove Biblias e cinquenta e um Novos Testamentos”.³²² Nada consta a respeito de sua passagem por Sergipe. Mas pela proximidade destas províncias é bem provável que neste período tenha passado por Estância, da qual tratar-se-á em tópico separado deste capítulo. De Sergipe, a bordo de um vapor que se destinava a Salvador, é mais provável que tenha da capital seguido para algum “cantinho da Bahia” conforme as pistas deixadas nos textos do periódico *O Pharol*.

Em Santo Amaro soffreu atroz perseguição dos padres. O povo recusou terminantemente comprar as Biblias dizendo: ‘O senhor sabe muito bem que não compraremos suas Biblias, porque insiste?’. Ao que elle respondia: ‘Quanto mais os padres me perseguirem, tanto mais insistirei; quando eles deixarem de me fazer guerra, deixarei de vos molestar’.³²³

Embora a matéria publicada nesta revista não faça alusão às fontes das quais retirou as informações, pode-se perceber que foram utilizadas cartas e relatórios enviados pelo próprio Degiovanni para a Sociedade Bíblica Americana, sediada no Rio de Janeiro. O texto não se limita a apresentar o senhor cansado, sem esposa e filhos que resolveu retornar a bela Itália no final da vida. Pelo caráter confessional da revista, é explícita a narrativa de um sujeito herói – o “homem de Deus”, o “pioneiro no trabalho evangélico”, o “fiel vendedor de Bíblas” que desempenhou a atividade de colportagem em diversas partes do Brasil a receber um “parco ordenado” e a enfrentar uma série de dificuldades.

Durante vinte e cinco annos este homem de Deus [Pedro Degiovanni] percorreu milhares de léguas por terra e mar; venceu a pé centenas de léguas, arcado ao peso dos livros, no afan de vender Escripturas. Conseguiu depositar 25.000 exemplares da Palavra de Deus nas mãos de homens e mulheres. Italiano de nascimento, amava, comtudo, extremadamente o Brasil, sua pátria adoptiva. Sempre economisava uma parte do seu parco ordenado, dizendo que quando já não pudesse trabalhar não queria ser pesado á Sociedade Bíblica. Foi um Colportor exemplar e durante vinte e sete annos consecutivos, viajou de norte a sul do nosso paiz, muitas vezes, percorrendo poeirentas estradas sob um sol tropical, topando com frio indifferentismo, zombaria e perseguições, arcado ao peso dos livros, offerecendo a todos a Palavra de Deus. Foi, sem a

³²¹ Ibid., p. 9.

³²² Ibid.

³²³ Ibid.

menor sombra de duvida, um valente pioneiro no trabalho evangélico e um genuíno herói no campo de batalha.³²⁴

É perceptível que havia uma preocupação ou interesse da revista pautada no discurso laudatório e fortemente confessional em se utilizar dos ataques dos padres àquele colportor como uma justificativa para a construção de uma imagem de herói. Desse modo, assim como os católicos construíram as hagiografias, é perceptível que os protestantes também construíram narrativas de seus homens santos, a servirem de exemplo. A imprensa confessional também contribuiu nesse processo. No primeiro semestre de 1904, conforme publicação veiculada na edição de 4 de agosto do jornal *O Puritano*, o colportor Pedro Degiovanni havia distribuído às portas das diferentes casas de oração da capital do Rio de Janeiro: 20.515 exemplares do tratado intitulado *Purgatório* e 2.092 exemplares de seu livro de poesias.³²⁵ Por meio dessa publicação o jornal confessional usou da ironia para criticar as práticas do clero católico. Nesse sentido, destacou ser “pura perda de tempo a cremação de livros protestantes por frei Celestino e por aquele que tem o nome de “Legião” em S. Paulo, levando-se em conta que um só homem espalhou tantos folhetos.”³²⁶

A distribuição da literatura de sua autoria naquele ano de 1904 sinalizava para a sua despedida do Brasil. Pela versão da revista *Voz Missionária*, Degiovanni entrou no escritório da Sociedade Bíblica Americana, sediado no Rio de Janeiro para pedir demissão, afirmando ao “Dr. Tucker: ‘Quero ir para casa, quero voltar para a Italia’.”³²⁷ Não se tem informação sobre a data de seu retorno, mas pelas notícias veiculadas no jornal *O Puritano*, ainda distribuía seus escritos em março de 1905, ultrapassando 26 mil exemplares de *O Purgatório*.³²⁸ Desse modo, é provável que tenha retornado a Itália ainda neste ano. Pelas informações da revista ele faleceu em sua terra natal pouco tempo depois.

Mas antes da sua partida o italiano Pedro Degiovanni teria dedicado mais tempo a praticar a colportagem na região de São Paulo. Vale ressaltar que de acordo com dados estatísticos da imigração no Brasil, em especial na década de 1890, mais de 85 mil italianos entraram em São Paulo para trabalhar na cultura do café.³²⁹ Na perspectiva de Mendonça a inserção do protestantismo de missão no Brasil deveu-se ao contexto histórico-social propício;

³²⁴ Ibid., p. 10.

³²⁵ BNRJ – *O Puritano*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 256, 4 de agosto de 1904, p. 3.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ *Uma Viagem de Trinta Anos*, op. cit., p. 10.

³²⁸ BNRJ – *O Puritano*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 292, 20 de abril de 1905, p. 3.

³²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: Alencastro, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. v.2, São Paulo: Companhia das Letras. 1997, p. 291-335. Percebe-se que a entrada de imigrantes italianos aumentou na década de 1880, atingindo o auge em 1895, quando 85 mil entraram em São Paulo (p. 314).

à aceitação da camada livre e pobre da população rural e à expansão do café.³³⁰ Estas hipóteses, no entanto, não dão conta das especificidades de todas as províncias. No caso de Sergipe elas não se aplicam: primeiro porque a produção do café nesta província foi insignificante, segundo, porque não recebeu levas de imigrantes estrangeiros, e terceiro, porque os centros urbanos mais influentes – Estância, Aracaju, Laranjeiras – presenciaram conflitos com os protestantes desde as décadas de 1860.

Nessa conjuntura da chegada dos imigrantes, observa-se que os portugueses, os espanhóis e os italianos formavam os maiores contingentes imigratórios com características que satisfaziam as reivindicações dos dois grupos de pressão nacionais: desprovidos de posses, os italianos agradavam ao grupo dos fazendeiros; e, como europeus e católicos também satisfaziam à classe dominante imperial de perspectivas culturalistas da corrente civilizatória presente no aparelho de Estado.³³¹ No entanto, a trajetória do italiano Pedro Degiovanni parece não se enquadrar nesse tipo ideal de imigrante italiano que Luiz Felipe de Alescastro e Maria Luiza Renaux apresentam em *Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes*. Primeiro, chegou ao Brasil vindo da Argentina com a missão de praticar a colportagem, diferente dos italianos destinados a servir de mão de obra nas plantações de café; segundo, que pela sua profissão já não representava o imigrante católico desejado. Portanto, Degiovanni era um imigrante italiano excepcional. Sua atuação na região de São Paulo pode ser pensada como uma estratégia para facilitar a difusão do protestantismo junto aos conterrâneos italianos que estavam a trabalhar na trilha do café.

Pedro Degiovanni destaca-se nas páginas do jornal *O Pharol* como um colportor atuante na luta por seus direitos ao utilizar o espaço da imprensa. É provável ter sido ele um dos poucos colportores a se utilizar deste espaço para a defesa das ideias que estava a distribuir pelas ruas. A atuação na imprensa não era uma atitude comum aos colportores em razão do caráter itinerante de sua profissão e a da pouca familiaridade que estes apresentavam com as letras, conforme o tipo ideal de colportor – “homens rústicos, primários na instrução, dedicados e decididos, pouco valeu contra sua presença constante, o latim, a artilharia patristica e a alta posição dos bispos”.³³²

Destoando deste tipo ideal, Degiovanni se apresentava bastante instruído no debate que travou com Pio Catholico por meio dos textos publicados no jornal *O Pharol* como será apresentado a diante. Outro aspecto da trajetória de Degiovanni que a revista não mencionou é

³³⁰ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir*, op. cit., p. 28.

³³¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza, op. cit., p. 314-315.

³³² RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira*, op. cit.

a sua participação na defesa das ideias protestantes na imprensa como o fez em Estância e a sua participação como autor de livros de poesias e de opúsculos, a exemplo do Purgatório.³³³ Esta ação da escrita era comum aos missionários estrangeiros. Mas, os novos trabalhos têm apontado o protagonismo de outros sujeitos, inclusive na escrita. Nesse sentido, Sara Poulton Kalley não se limitou ao espaço doméstico, reservado às mulheres oitocentistas. Foi ativa quando recebia regularmente os relatórios das vendas dos colportores, conduzia classes de música, traduzia livros e folhetos, compunha hinos, entre outras ações.³³⁴

Degiovanni era escritor, portanto conduziu a discussão na imprensa de Estância, defendendo o protestantismo das acusações do clero católico. Diferente de Cardoso que delegou a outros sujeitos a sua defesa pela imprensa, demonstrando maior preocupação com o sustento familiar. Apesar das divergências, suas trajetórias convergem para os conflitos motivados pela prática da colportagem ter ocorrido em espaços representativos de Sergipe – as cidades portuárias de Aracaju e Estância. Esta última, era o maior núcleo urbano da região sul, baseado na produção açucareira, mas possuidora de um pequeno grupo de negociantes responsável pela economia local, conforme destacou Sheyla Farias Silva.³³⁵ Estância também possuía o segundo porto mais navegável da província, na posição geográfica banhada pelos rios Piauí e Piauitinga, que formam a barra do Rio Real.³³⁶ Essas cidades portuárias eram espaços privilegiados para a circulação de mercadorias, de pessoas e de novas ideias, inclusive, no tocante à religião.

Até 1880, ano da passagem de Pedro Degiovanni por Estância e Aracaju, não existia nenhuma denominação do protestantismo com Igreja organizada na província de Sergipe. Nesse sentido, acredita-se que foi com a atuação dos colportores que o protestantismo começava a marcar sua presença na região. Vale ressaltar que o fato de Torquato Cardoso ter sido batizado numa igreja protestante muito depois do evento ocorrido em Aracaju não significava que teria um tratamento diferenciado dos outros colportores conhecedores das ideias protestantes, como Pedro Degiovanni apresentava ser. Para as autoridades de Aracaju a confissão religiosa de Cardoso não fora em nenhum momento alvo de dúvidas. A atividade de colportagem exercida por ele parecia significar o suficiente para que fosse considerado o “protestante” pelas autoridades eclesiásticas e policiais daquela província com as quais entrou em conflito.

³³³ BNRJ – *O Puritano*, Rio de Janeiro, ano V, n. 241, 21 de abril de 1904, p. 3. Na sessão “Publicações” consta que “está no prelo da Casa Publicadora Methodista um livro de poesias do sr. Pedro Degiovanni, autor e propagandista de um folheto sobre o purgatório.

³³⁴ SANTOS, Lyndon de Araújo. *Os Mascates da Fé*, op. cit., p. 22-23.

³³⁵ SILVA, Sheyla Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

³³⁶ FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896, p. 29.

Desse modo, as duas trajetórias em questão ajudam a compreender a atividade de colportagem no Brasil oitocentista e as implicações desta prática no processo de difusão do protestantismo neste país, quando a questão da venda de bíblias tinha um significado para além das implicações religiosas. Guardadas as devidas especificidades, as duas trajetórias apresentam pontos em comum e relevantes para se compreender as mudanças no Brasil diante da necessidade de lidar com a presença do outro. O quadro tornava-se mais complexo em um país de status católico e conservador que debatia com grupos de liberais uma série de questões, dentre elas a questão da liberdade religiosa.

2.3 Colportagem e conflitos religiosos: os outros na visão da polícia e da Igreja Católica

A historiografia tem mostrado que os vendedores de bíblias sofreram perseguições diversas – apreensão da mercadoria, proibição, ameaças físicas, expulsão – por parte das autoridades policiais e eclesiásticas das províncias brasileiras. Nesse aspecto as duas trajetórias não fugiram do que era habitual. Assim, a excepcionalidade se encontra na maneira como estes colportores reagiram à oposição destas autoridades e a dinâmica que estes conflitos religiosos alcançaram nos diversos espaços.

Estava Torquato Cardoso em Aracaju quando, em 17 de dezembro de 1866, o capelão Eusebio Cruz d’ Alm^a [Almeida] apresentou denúncia ao chefe de polícia, Antero Cícero de Assis, para que este averiguasse “uns livros sagrados” que um “sujeito” estava a expor naquela capital:

Se bem q[ue] nenhum sejam os meos conhecimentos, toda via entrando na análise de uns livros sagrados, q[ue] estão expostos á venda por um sujeito, q[ue] se acha hospedado na Casa de pasto desta Capital, acho q[ue] são contrarios ao que nos ensina a nossa Religião. Avista do q[ue] V. Ex^a, como catholico, queira proceder por si ou por meio do vigr^o. Da Freg^a. um exame a respeito, procedendo-o no Cap. 1^o do Genesis. Com todo o respeito e veneração.³³⁷

Esta denúncia pode ser considerada o estopim do conflito quando o chefe de polícia, homem de confissão católica, em suas atribuições jurídicas não ignorou a correspondência recebida. Este enviou ao vigário da capital um ofício com exemplares dos livros referidos para que fossem examinados pela autoridade eclesiástica.³³⁸ Em seguida, o vigário José Luiz d’

³³⁷ APES – (SP¹ – 415) Denúncia do Capelão Eusebio Cruz d’ Alm^a [Almeida], de 17 de dezembro de 1866, dirigida ao Chefe de Polícia Antero Cícero de Assis.

³³⁸ APES – (SP¹ – 415) Carta do vigário da capital José Luiz d’ Asévedo, de 21 de dezembro de 1866, com o parecer sobre a legalidade das bíblias vendidas por Torquato Martins Cardoso. Vale ressaltar que não foi

Asévedo emitiu parecer em carta, datada de 21 de dezembro de 1866, dirigida àquela autoridade. O documento apresenta sinais da interlocução deste com o capelão nas primeiras linhas:

Principiava a officiar á V. S^a [Chefe de Polícia Antero de Assis] pedindo a protecção da Policia afim d’evitar de nesta Freguesia a venda de bíblias, que me dicerão supponhão falsas, feita publicamente por um individuo, cujo nome ignorava quem me denunciou, quando recebo o officio, que V. S^a. me fez a honra derrigir, e com elle duas bíblias, em formato differente, das que se andava vendendo Torquato Martins Cardoso, o mesmo pelo que vejo, de quem se me tava denunciado.³³⁹

Esta parte da carta sinaliza a possibilidade de o capelão ter dialogado com o vigário antes de denunciar à polícia, ou ainda, que ele tenha agido a mando daquele sacerdote que no intervalo de cinco dias analisou as bíblias e concluiu: “Desejoso, como estava de vêr semelhantes bíblias, e de as conferir com a verdadeira, tratei logo de ver o meo exame ou conferencia, e avista do resultado posso afiançar á V. S^a que as ditas bíblias são falsas e condenadas pela Egreja”.³⁴⁰ Sua análise tomou por base a carta pastoral do arcebispo da Bahia Manuel Joaquim da Silveira, na qual alertava contra as adulterações e mutilações das bíblias e contra os livrinhos heréticos. Portanto, na percepção do vigário, as bíblias em questão eram falsas pela “a falta de livros canônicos, [...] de capítulos inteiros, além de essas [serem] truncadas e mutiladas”.³⁴¹

A versão da bíblia traduzida em Londres, que estava sendo vendida por Cardoso, recebeu o parecer do vigário com base na posição da autoridade máxima na medida em que o vicariato estava sob a jurisdição eclesiástica da Bahia. Na carta, o representante da Igreja Católica passou a pedir a proteção da autoridade policial para impedir a inserção do protestantismo quando destacou que na sua visão são “falsas as bíblias, que anda vendendo o protestante Torquato, e a V. S^a. [...] peço a protecção devida, afim de que não tenha essa infelicidade de vêr o erro plantar-se nesta Freguesia ainda nascente”.³⁴²

Nas palavras daquela autoridade da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição fica evidente que não temia somente as bíblias em si, mas o que elas significavam para aquela

encontrado o referido officio, mas a existência dele fora narrada pelo vigário da capital, José Luiz d’ Asévedo, em carta ao Chefe de Polícia, datado de 21 de dezembro de 1866.

³³⁹ Ibid.

³⁴⁰ Ibid. O intervalo de cinco dias foi estabelecido a partir do dia da denúncia do capelão e a data do parecer do vigário, mas levando em consideração que o chefe de polícia tenha providenciado o envio do officio no mesmo dia em que recebera a denúncia.

³⁴¹ Ibid. Além de citar as passagens do documento oficial em que a Igreja Católica combateu a venda das bíblias o vigário enviou um exemplar da referida carta pastoral ao Chefe de Polícia para comprovar com documentos oficiais o parecer que afirmou a falsidade das duas versões das bíblias vendidas por Torquato Martins Cardoso.

³⁴² Ibid.

freguesia. O medo da presença dos protestantes, como sendo um pressagio apareceu na argumentação pastoral e na Lei civil citada para convencer aquela autoridade policial: “se o Pacto Fundamental deste Imperio consagra como Religião do Estado a Catholica Apostolica Romana, é ferir a mesma Lei, tão sabiamente promulgada querer-se propagar uma doutrina, que offende muito de perto dogmas desta mesma Religião”.³⁴³ Também afirmava que outros já tinham praticado a colportagem por imprudência da polícia:

Em nome desta mesma Religião, que V.S^a. tanto presa, peço-lhe, que não consinta a mercancia de semelhantes bíblias, e de outros livrinhos ímpios, que não forão presentes á V.S^a, mas que são vendidos conjuntamente, como já se deo em annos anteriores pelo sonno da Policia d’então. Deos, que tem de julgarmos um dia, abençoará os esforços de V.S^a. em ajudar á deffender a Religião de seo Filho.³⁴⁴

Embora não tenha mencionado nomes, este parecer do vigário corrobora com os registros do reverendo Machado sobre a presença de colportores antes de Cardoso. O vigário convenceu a autoridade policial que teve sua decisão aprovada pela autoridade administrativa máxima conforme ofício expedido pelo presidente da província José Pereira da Silva Moraes em 24 de dezembro de 1866:

Inteirado pelo Officio de V. S^a. N^o 856 de 22 d’este mez, do procedimento que acaba de ter á respeito do individuo de nome Torquato Martins Cardoso, que se acha n’esta Capital expondo a venda bíblias falsas, tenho a diser-lhe em resposta que m.t^o bem obrou V. S^a. prohibindo por meios suasorios a venda de taes bíblias.³⁴⁵

É perceptível nesta questão que os interesses das autoridades eclesiásticas, policiais e administrativas condiziam com a proibição das práticas de colportagem a começar pela rapidez na tramitação das decisões. Da denúncia feita pelo capelão, no dia 17 de dezembro de 1866, à expedição do ofício do presidente da província se passaram apenas oito dias. Diante da demora, que era de praxe na resolução dos problemas administrativos, parece que as autoridades estavam interessadas em “expulsar” o “erro” daquela capital antes das festividades natalinas.

Primeiro, o chefe de polícia Antero de Assis intimou o colportor para uma conversa na qual se utilizou da persuasão para convencê-lo da necessidade de se afastar daquela capital, mas o mesmo poderia continuar a vender sua mercadoria nas cidades do interior da província conforme consta na versão apresentada pelo deputado Belfort Duarte à Câmara de

³⁴³ Ibid., p. 2-3.

³⁴⁴ Ibid., p. 3.

³⁴⁵ APES – (SP¹ – 415) Ofício de 24 de dezembro de 1866 do Presidente de Província José Pereira da Silva Moraes encaminhado ao Chefe de Polícia. Juntos a este documento estão a denúncia do capelão e o parecer do vigário.

Deputados.³⁴⁶ Parece que Cardoso seguiu os conselhos policiais já que foram encontrados registros da venda de bíblias em Estância de onde seguiu para Bahia para repor o estoque de livros. Em 25 de fevereiro de 1867, retornou a Aracaju para apelar pela segunda vez ao presidente daquela província. Na notícia publicada na coluna *Interior Correspondência* do *Correio Mercantil*, assinada de Aracaju, com data de 26 de fevereiro, aparecem sinais da reação das autoridades ao retorno dele à “cidade proibida”.

Sergipe. – *Aracajú*, 26 de fevereiro. [...] Nem iluminação publica! Nem imprensa! Nem luz physica, nem luz moral! Até o nosso boticário, assim que toca a sineta de nossa matriz, dá logo indícios de impaciencia e principia com uns abrimentos de boca, que os freguezes da botica comprehendem perfeitamente pondo-se logo fora da porta! [...] Nesta quinzena apenas se derão dous factos dignos de menção; um delles ha de fazer espanto ao mundo inteiro! Ei-lo: Um portuguez que aqui anda vendendo as bíblias sagradas da traducção de A. P. de Figueiredo foi intimado pelo nosso Dr. Chefe de policia para que cessasse com tal venda, sob pena de ser processado como incurso no art.277 (!!!) do código penal, e mais no art.128 do mesmo código. E mandou mais o Sr. Dr. Chefe de policia intimar, pelo subdelegado Cajazeira, o dono do hotel em que se acha o vendedor das bíblias, para não consentir que elle as venda (!!!) sob pena de ser processado como complice dos mesmos crimes!³⁴⁷

Na visão do correspondente do *Correio Mercantil*, a proibição da venda de bíblias causaria “espanto ao mundo inteiro”. Esta matéria foi publicada antes do caso ser levado a julgamento na Corte. No entanto, o caso já havia sido publicado no *Jornal de Sergipe*, órgão do partido liberal que pertencia a imprensa de Aracaju.³⁴⁸ Não foi encontrado nenhum exemplar do ano de 1866, mas nas páginas rasgadas do único exemplar de 1867 aparecem os primeiros rastros do colportor a reivindicar os seus direitos de dar continuidade à comercialização das bíblias naquela província, na sessão Despachos, do dia 16 de janeiro de 1867.

Torquato Martins Cardoso, negociante de bíblias, ora n’esta capital, tendo [sido] privado de vender as mesmas, por ter sido consideradas offensivas as doutrinas da Igreja, pedindo esclarecimentos a respeito. – Remettida ao sr. dr. Chefe de policia, para deferir como for de justiça depois de verificar se são ou não falsas as bíblias.³⁴⁹

Por este despacho não foram encontrados indícios da prisão do colportor, mas apenas a alegação de que ele teria sido privado de vender as bíblias e por este motivo pedia

³⁴⁶ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 02 de agosto de 1867, p. 11-12. In: Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da décima-terceira Legislatura. Sessão de 1867. Tomo 4. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villexeuve & C. 1867.

³⁴⁷ BNRJ – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 70, 11 de março de 1867, p. 1-2.

³⁴⁸ SILVA, Clodomir de Souza, op. cit., p. 99. De acordo com Silva o *Jornal de Sergipe* circulou entre 02 de julho de 1866 e 1906 com algumas interrupções. Não foi encontrada nenhuma edição veiculada em 1866.

³⁴⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *Jornal de Sergipe*, Aracaju, ano II, janeiro de 1867. Encontrou-se o fragmento sem identificação do número, mas pela data do despacho (16 de janeiro) deve ter sido publicado ainda no referido mês.

esclarecimentos ao chefe de polícia da capital. Na edição de 2 de março, nos “Despachos do dia 23 de fevereiro de 1867”, o colportor não estava conformado com a decisão do chefe de polícia: “Torquato Martins Cardoso, súbdito portuguez, negociante ambulante de Bíblias, recorrendo do despacho que deo o Dr. Chefe de policia em um seo requerimento, prohibindo a venda dos ditos livros nesta província, por terem sido julgados falsos por autoridade eclesiástica”.³⁵⁰ Entre os dias 15 de janeiro e 27 de fevereiro de 1867, Cardoso escreveu três interpelações ao presidente da província de Sergipe sem êxito em nenhuma delas.³⁵¹

É possível que o primeiro jornal da Corte a noticiar o evento tenha sido o *Correio Mercantil* no dia 11 de março de 1867. Foi quando seu correspondente na capital sergipana considerou o ocorrido como um dos dois fatos dignos de se mencionar como notícias da província de Sergipe. Na data que o correspondente escrevera a carta, 26 de fevereiro, “o português das bíblias” ainda se encontrava na capital a apelar para o presidente da província. Mas como as cartas eram enviadas via vapor havia uma demora até chegar na Corte. Na data da publicação da referida matéria no Rio de Janeiro o colportor não mais se encontrava em Sergipe. A saída do personagem principal da proibição deveria acalmar os ânimos da população daquela capital que vivenciava dias de tensões, conforme a versão do correspondente do *Correio Mercantil*:

Este facto tem desagradado geralmente: nem podia deixar de ser. Que hade dizer de Sergipe o mundo civilizado?! O *barbeiro* está furioso. O homem tem dito cobras e lagartos. Diz que ainda há poucos dias viu *elle tanta baixeza por causa de umas offensas feitas a um francez*; agora tanta *fanfornice* com um pobre portuguez que vende bíblias sagradas! Diz elle que esta sua terra é victima de *estranhos* que aqui vem propositalmente desacredita-la. Que debaixo da palavra sagrada da liberdade praticão-se as maiores prepotencias e vexames. Em fim, o homem se não ficar louco desta vez nunca mais perde o juízo! E o estrebilho que elle agora inventou para todas as questões?! Acaba sempre por exclamar – pobre Sergipe! pobre *Polonia brasileira*! Até onde te conduzirão os *Mowriaeffs* que para cá te envião?! O boticario não deixa de ter alguma razão.³⁵²

Nas palavras do correspondente do *Correio Mercantil* é possível identificar que a atitude de indignação do barbeiro representava aqueles que não concordavam com a posição das autoridades sergipanas diante do caso do “português das bíblias”. Enquanto, na visão do vigário, a saída do colportor perante a posição da polícia representava a vitória da Igreja Católica diante do inimigo que andava a disseminar o erro.

³⁵⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – Jornal de Sergipe*, Aracaju, ano II, n. 24, 2 de março de 1867, p. 1.

³⁵¹ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 92, 2 de abril de 1867, p. 6.

³⁵² BNRJ – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 70, 11 de março de 1867, p. 1-2.

O nosso vigário não cabe em si de contente pela victoria que alcançou, e apressou-se em communicar á *Sra. Vigária*, de quem está ausente por conveniencias momentosas, o grande triumpho que alcançou a igreja do Aracajú, por intermedio da sabia e illustrada policia!!.³⁵³

Diante das recusas do presidente da província em atender as reivindicações daquele colportor era esperado que ele se retirasse naquele primeiro de março de 1867. A saída do vendedor de bíblias significava o triunfo do catolicismo diante do outro como acreditava o vigário? Pelos registros da imprensa pode-se afirmar que o conflito estava longe do fim. Ainda naquele mês a mesma documentação que Torquato Cardoso dirigira às autoridades de Sergipe foi enviada à Corte. Não se sabe se da Bahia ele embarcou mais uma vez em um dos vapores que se destinava ao Rio de Janeiro ou se teria enviado para o agente da *British & Foreign Bible Society* para quem ele trabalhava – Richard Holden. Este que foi um dos maiores defensores do colportor na imprensa da Corte sob o pseudônimo de O Observador. Holden tinha muitos amigos com estreitas relações nos periódicos do Rio de Janeiro, inclusive o missionário Robert Kalley.

No último sábado do mês de março, nas palavras do *Jornal do Comércio*, a documentação havia sido depositada “nas mãos de S. M. o Imperador, de cuja conhecida imparcialidade se espera uma solução que salve a honra das leis, tão seriamente ultrajada por um funcionario de alta escala”.³⁵⁴ Estava o português a interpor recurso ao Imperador D. Pedro II. O conflito iniciado em Aracaju fora buscar uma solução no Rio de Janeiro. Do presidente da província de Sergipe Torquato passava a interpelar ao Imperador do Brasil. A partir desta data outros sujeitos passaram a fazer parte da trama, novas temáticas de representatividade nacional passaram a ser debatidas em torno do caso representado na imprensa como a “questão das bíblias”. Daí um dos motivos que se supõe ser imprescindível para a visibilidade que o caso ganhou nos jornais cariocas laicos – *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* – e nos maiores jornais confessionais – *O Apóstolo*, que representava os interesses católicos e *Imprensa Evangélica*, representante dos ideais evangélicos. Através destes o colportor ganhou defensores e opositores em outros espaços.

O *Jornal do Commercio* de 18 de junho de 1867 publicou uma extensa *Carta Particular* que visava fazer a defesa dos atos das autoridades da província de Sergipe, entre elas especialmente o administrador José Pereira da Silva Moraes que sofrera inúmeras críticas lançadas pelos escritos de Richard Holden naquele periódico.³⁵⁵ Inicialmente a missiva faz uma

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 92, 2 de abril de 1867, p. 6.

³⁵⁵ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 168, 18 de junho de 1867, p. 5.

longa explanação sobre as acusações feitas àquelas autoridades no texto publicado em 14 de maio pelo *Jornal do Commercio* e em seguida passa a narrar a chegada do colportor à Aracaju.

[...] apareceu aqui em dias do anno passado o protestante Torquato Martins Cardoso com grande sortimento de bíblias e livros suspeitos, para fim de vendê-los ao povo inexperiente e desprevenido. O vigário da freguezia levou semelhante occurrencia ao conhecimento da autoridade competente, e reclamou providencias no intuito de embaraçar a transmissão dos mesmos livros. O intelligente e illustrado Dr. Antero Cícero de Assis, chefe de policia desta provincia, mandou chamar á sua presença o protestante Torquato, e pedindo-lhe um exemplar de bíblias que ele mercadejava, remetteu-a ao vigário, que depois de fazer os precisos exames e as necessárias conferencias, declarou que os livros em questão, sendo os de que tratava a carta pastoral de 29 de Setembro de 1862, erão falsos, por conterem faltas e erros visíveis, motivo pelo qual a Igreja os comdemnára.³⁵⁶

Na versão apresentada pela *Carta Particular* a figura do capelão foi silenciada. Trata-se de uma versão construída com o objetivo de não responsabilizar o presidente da província pelo ocorrido, já que o chefe de polícia tomou por base o parecer de uma autoridade da Igreja Católica. Embora do Palácio do Governo de Sergipe, em 24 de dezembro de 1866, o presidente da província José Pereira Silva Moraes tenha despachado em concordância com a atitude daquele chefe de polícia.³⁵⁷

Fica evidente que a carta particular fora escrita para justificar diante da opinião pública a atitude do presidente da província já que este estava sendo criticado por Holden na imprensa da Corte por ter ignorado os apelos do colportor por três vezes.³⁵⁸

Despacho do Exm. Sr. presidente. – Das decisões do chefe de policia em matéria de competencia da policia correccional não há recurso estabelecido por lei para a presidencia, que não admite nem é júizo competente para receber protestos, e que adverte ao supplicante da linguagem inconveniente e menos respeitosa com referencia á autoridade de quem diz recorrer. Palacio do governo, 25 de Fevereiro de 1867. – Silva Moraes.³⁵⁹

Na versão da *Carta Particular*, a autoridade policial agiu com as “armas da persuasão” para proibir que Cardoso continuasse a exercer uma “indústria” que ameaçava o pacto da Igreja e do Estado porque estava convencida da “malignidade” daquela literatura. Desse modo, considerava que o procedimento não devia ser qualificado de “estranho e ilegal” porque evitava “funestas consequências” para aquela província levando em consideração que estava a atender o pacto fundamental da “religião catholica e apostólica romana” como sendo a do Estado. Desse

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ APES – (SP¹ – 415) Ofício do Presidente da Província J. P. Silva Moraes, em 24 de dezembro de 1886.

³⁵⁸ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 168, 18 de junho de 1867, p. 5.

³⁵⁹ BNRJ – Documentos transcritos – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 92, 2 de abril de 1867, p. 6.

modo criticava os países protestantes e a Sociedade Bíblica por “espalhar seus emissários por todos os pontos onde o protestantismo não tem proselytos”.³⁶⁰

Esta carta que defende ao extremo a administração do presidente da província é importante porque sinaliza para uma tensão que envolvia diversos sujeitos na tentativa não somente de impedir ou combater a inserção do protestantismo no país, mas de se posicionar em um debate que envolvia uma própria concepção sobre a sociedade e a política na época. Nesse sentido, é compreensível que o colportor tenha conseguido uma rede de sujeitos em sua defesa e contrário a ele a se manifestarem na imprensa.

A morosidade da Corte em decidir a questão das bíblias deu margem ao debate passar a outros espaços quando o deputado Belfort Duarte interpelou o Ministro da Justiça na Câmara dos Deputados em agosto de 1867 em defesa do colportor. Este debate será tratado no próximo tópico deste capítulo. Ressalta-se a entrada do deputado na trama para facilitar a compreensão da carta de autodefesa do chefe de polícia com data de 10 de outubro de 1867 e publicada na edição 18 de novembro do *Jornal do Commercio*: “*As bíblias falsas ao Exm. Sr. Deputado Belfort Duarte, o Chefe de Polícia de Sergipe*”.³⁶¹

Na concepção daquela autoridade policial o deputado não deveria como “um cidadão investido do grave caracter de representante da nação” usar de termos que “molestam [...] contra altos funcionarios da mesma nação” que agiu com base nas reclamações do clero que sofria com os “insultos” do colportor.

Pretendendo aquelle cidadão vender bíblias falsas, o clero desta capital reclamou por diversos modos providencias da polícia para a prohibição de tal especulação, até que o próprio vigário, sacerdote sensato e illustrado, tomou a frente desse reclamar, e, por entre os muitos insultos do Sr. Cardoso, exigido da polícia uma medida preventiva.³⁶²

A versão de Antero de Assis é condizente com a do vigário quando destacava que o clero estava a reclamar – entenda-se o capelão – e que o vigário tomou a frente da questão ao redigir o parecer com base na carta pastoral. Na concepção daquela autoridade policial sua decisão teria atendido às exigências de uma das partes envolvidas no conflito: o clero representado por “um parochio de illustração, que defendia a religião do Estado, religião com que nasceu, com a qual se creou e firmemente adora o dito chefe de policia” e do lado oposto “um cidadão havia pouco chegado, provocante, vendedor de bíblias falsas, – o que deveria a policia fazer ?!...”.

³⁶⁰ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 168, 18 de junho de 1867, p. 5.

³⁶¹ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 321, 18 de novembro de 1867, p. 2.

³⁶² Ibid.

Da decisão uma das partes teria de recorrer. Se havia de ser o clero, reverenciado em sua entidade moral, respeitado por seu pessoal, que levasse o recurso da decisão ás mãos do governo geral, fosse o Sr. Cardoso os seus advogados, porque, além de tudo, aquelles defendem espontaneamente, por inspirações da fé, uma doutrina reconhecidamente santa, estes defendem por pequeno interesse uma causa sem sympathias.³⁶³

A justificativa demonstra o poder que o clero católico exercia se comparado aquele homem simples, que ficara reconhecido pela alcunha de o português das bíblias. Por esta justificativa apreende-se que aquela autoridade policial não imaginava na repercussão que a sua atitude teria quando destacou que: “Se houve erro nisso, entrou nelle tambem impulso do coração desse que começa a sentir primeiro do que a intelligencia a fallar; o coração que, neste paiz, desde que sente é ungido com as palavras da verdadeira bíblia”.³⁶⁴ Estas palavras apontam que sua decisão foi permeada de emoção e de relações de poder já que o mesmo evidencia a propensão para os interesses do clero por conta de também ser católico. Ressaltava que era prática comum das autoridades policiais em todo o Império “proibir-se a venda de taes livros, muita vez, em caso recalcitrante, apoderando-se a policia delles para mandar inutilizar”.³⁶⁵

Torquato Cardoso, defensor da causa sem simpatias como pensava a autoridade policial, ganhou adeptos em diversos espaços para surpresa das autoridades da província de Sergipe. Do mesmo modo que o vigário de Aracaju sentia-se vitorioso com a saída do colportor daquela província também o sujeito que usava o pseudônimo de Pio Catholico, nos primeiros artigos publicados no jornal *O Pharol* de Estância, parece ter experimentado a sensação da vitória quando afirmava que o “bom senso” católico havia “derrotado” Pedro Degiovanni. De igual modo não imaginava a reação daquele colportor.

Quem era Pio Catholico: um leigo, um padre, um frade, ou o arcebispo da Bahia? Não deve se tratar de uma figura da alta hierarquia da Igreja, já que até 1910 a província de Sergipe estava sob a jurisdição eclesiástica da arquidiocese de Salvador e poucas visitas do arcebispado foram feitas à região. É pouco provável que o recente arcebispo, Dom Luís Antônio dos Santos, que tinha assumido a arquidiocese em 15 de novembro de 1879 tivesse se dedicado a combater aquele colportor. Pelo discurso teológico e doutrinário é improvável que tenha sido um leigo. A hipótese mais plausível é que ele fosse um padre ou um frade. Em alguns textos a escrita apresentava afinidades com o discurso da pedagogia do medo à semelhança dos sermões do

³⁶³ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 321, 18 de novembro de 1867, p. 2.

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Ibid.

capuchinho Caetano de San Leo, tratando da certeza da morte diante da incerteza da hora que esta acometeria o indivíduo.³⁶⁶

Homem protestante, alma transviada do gremio da igreja de J. Cristo, ajoelhae-vos ante a effigie da Sacratissima Virgem e pedi a ella que vos perdoe! Ou então, homem sem fé e cheio de erros, peccados a quem Deos, em o dia da ira e na hora do Juizo derradeiro, enxotará esfaimado na meza da salvação, deixae sahir por terra as vossas doutrinas, para que uma voz ao menos se levante favoravel, quando as trombetas do Anjo echoarem na imensidão do Universo, lançando terríveis, esse grito que acordará os mortos e terrificará os culpados: – “O Dia de Juizo! “O Dia de Juizo!”³⁶⁷

Assim, não se descarta a possibilidade que Pio Catholico fosse um frade, pois na década de 1880, os capuchinhos tinham como sede o Hospício Nossa Senhora da Conceição, localizado em São Cristóvão, como ponto de apoio para as missões nesta província. No entanto, a semelhança dos discursos não é suficiente para descartar a possibilidade de este vir a ser um padre já que estes mantinham contatos com os capuchinhos e com o livro *Missão Abreviada* base dos sermões destes frades. Pio é um termo que quer dizer devoto, piedoso, que pode ou não ter relação com o nome do papa. Embora suas ideias possam estar afinadas com as de Pio IX. As passagens bíblicas em latim e a autodenominação de “Ministro do Senhor”,³⁶⁸ nos textos de Pio Catholico, bem como as afirmativas de Degiovanni quando chegou a denominá-lo de padre de Roma,³⁶⁹ sinalizam a possibilidade de este ser um padre da cidade de Estância.

Pelo decreto de 28 de outubro de 1868, o Ministério do Império apresentava o padre Salustiano José da Silva Ayres para a paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, da cidade de Estância, na província de Sergipe.³⁷⁰ Da posse, em dois de fevereiro de 1869, até a data da morte em 12 de maio de 1895 permaneceu à frente do rebanho católico de Estância.³⁷¹ O memorialista Joaquim Mauricio Cardoso apresentou o padre Salustiano José da Silva Ayres como bom orador, bom crítico, causticante nas censuras e humorista, levando o inimigo às cordas do ridículo, terrível e por isso mesmo temível, respeitado, zeloso e dedicado.³⁷² Do caráter combativo e polêmico deste sacerdote também deu ênfase o escritor Dionísio de Almeida Neto

³⁶⁶ CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Demarcando espaços em nome de Cristo...: Frei Caetano de San Leo em Missões itinerantes em Sergipe (1901-1911)*. In: SOUSA, Antônio Lindvaldo (org). *O Pulso de Clio... Religiosidade, Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012, p. 85-104.

³⁶⁷ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 23, 13 de junho de 1880, p. 4.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 3.

³⁶⁹ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 37, 26 de setembro de 1880, p. 2.

³⁷⁰ BNRJ – *Diário do Povo*, Rio de Janeiro, ano II, n. 256, 31 de outubro de 1868, p. 1.

³⁷¹ ALMEIDA NETO, Dionísio de. *A Luz da Fé no Jardim de Sergipe*, op. cit., p. 199.

³⁷² CARDOSO, Joaquim Mauricio. O Vigário Ayres. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, n 18, p. 33-36, 1957.

quando destacou que pela presença de membros da imprensa e da elite intelectual portadores de ideias liberais naquela cidade havia muito a ser corrigido pelo padre conservador.³⁷³

Nos textos assinados por Pio Catholico no jornal *O Pharol*, percebe-se uma postura crítica, conservadora e voltada para a ridicularização do outro, os protestantes representados por Pedro Degiovanni. Percebe-se que *O Pharol* era um periódico de tendência liberal, portanto, costumava publicar matérias criticando posturas da Igreja Católica, bem como à pessoa do vigário, a exemplo da matéria de 13 de abril de 1879: “Ao Snr. Vigário Ayres pedimos que, sopitando antigas malquerenças, chame, com mansidão, exemplo e boas obras, as ovêlhas que se tem desviado do aprisco que lhe foi confiado, só por justas queixas de S. R. ma.....”.³⁷⁴ Nesse caso a motivação parece ter sido os desentendimentos com os membros da Irmandade do S.S. Sacramento, responsável pela organização das solenidades da Semana Santa.

A questão é saber de quais ovelhas estava a mencionar um ano antes da passagem de Degiovanni, quando outros colportores tinham atuado em Estância. *O Pharol* sinaliza, portanto, as contradições da cidade católica que por seu caráter comercial e liberal estava em contato com outros sujeitos portadores de ideais divergentes do padre conservador. Nesse caso, percebe-se que o padre criticava as tendências da moda, os jornais de bandeira liberal e as práticas de colportagem. Portanto, as características atribuídas a este vigário apontam para o perfil de um sacerdote que combatia tudo aquilo que não seguia as diretrizes do projeto ultramontano. Para Péricles Andrade a posição do vigário de Estância estava em consonância com a de outros sacerdotes, evidenciando o pensamento reformista no clero oitocentista.³⁷⁵

Tudo que foi mencionado a partir das pistas deixadas pelas ações do vigário Ayres permitem conjecturar que as atitudes reformistas apresentadas por ele desde os anos iniciais na freguesia de Estância tenham contribuído para a construção de uma memória de um sacerdote combativo que colecionava inimigos. Parece que sua postura de reformador desagradou não somente aos leigos a frente das irmandades, mas também aos párocos de pensamento não condizente com os padrões da reforma católica do qual ele era porta voz naquela cidade. Por isso, desagradou autoridades políticas e administrativas que estavam acostumadas a lidar com um outro tipo de padre. Todos aqueles que se propuseram a escrever algumas linhas a respeito do vigário Ayres o apresentam imerso em polêmicas, mas silenciaram a passagem dos

³⁷³ ALMEIDA NETO, Dionísio de. *A Luz da Fé no Jardim de Sergipe*, op. cit., p. 199.

³⁷⁴ BNRJ – *O Pharol*, Estância, ano I, n. 1, 13 de abril de 1880, p. 2.

³⁷⁵ ANDRADE, Péricles, op. cit., p. 92, 98-99. Andrade pesquisou ofícios remetidos pelo vigário Salustiano Ayres ao presidente de província, apontando as dificuldades de estabelecer as prédicas tridentinas. Este vigário, no ano de 1874, enviou ofício ao arcebispo da Bahia denunciando as atitudes imorais do pároco da freguesia de N. Senhora de Campos do Rio Real, asseverando que outros sacerdotes tinham atitudes semelhantes.

representantes do protestantismo por Estância, silenciando Pio Catholico. Mesmo que não se possa ter a certeza de sua identidade, as pistas levam a suposição de que se tratava do vigário Ayres, por sua postura combativa aos males da modernidade.

Com efeito, Pio Catholico escreveu para *O Pharol* depois deste ter publicado uma nota de agradecimento dirigida ao trabalhador da Sociedade Norte Americana:

Opusculos – Pelo senr. Pedro Degiovani, distribuidor das “Bíblias da Sociedade Norte Americana, foi nos enviado os seguintes opúsculos:

_ O que crêem os protestantes Porque vosso vigário vos proíbe a leitura da bíblia sagrada?

A Igreja Romana à barra do evangelho e da historia, na pessoa de seu campeão o bispo do Pará. Agradecemos a lembrança.³⁷⁶

Não é fácil identificar a intencionalidade dos redatores daquele jornal estanciano ao publicar a referida nota de agradecimento dirigida a Degiovanni devido aos opúsculos deixados pelo colportor naquela tipografia. Entretanto, a exposição dos títulos anticlericalistas, sem criticá-los, pode representar uma provocação aos católicos. Perceba que a palavra opúsculos não carregava a carga negativa de livrinhos heréticos conforme a representação dada a este material pelas cartas pastorais disseminadas no Brasil. Feita a leitura mais atenta das edições seguintes pode-se pensar na possibilidade da referida nota, publicada na edição de 21 de março de 1880, ter servido de estopim do conflito entre o colportor Pedro Degiovanni e Pio Catholico. Observa-se nas edições seguintes que Pio Catholico refutou as práticas de colportagem realizadas por Degiovanni naquela cidade por meio da matéria veiculada na edição de 4 de abril e, por último, no dia 11 de abril o colportor respondeu ao Pio Catholico, dando início ao duelo protagonizado por estes sujeitos naquele jornal.

O debate simbolizava a postura de dois grupos religiosos em questão: os protestantes, defensores da leitura individual da Bíblia e da circulação da literatura disseminadora de sua doutrina, e os católicos refutando as bíblias falsas e toda a literatura herética. Assim, por meio da palavra impressa é possível compreender a apreensão que estes sujeitos, representativos de seus respectivos grupos religiosos, faziam de si e do outro. Para tanto, optou-se por seguir a cronologia dos debates que os leitores do periódico *O Pharol* de 1880 puderam desfrutar. Passados quinze dias da publicação da nota o jornal cedeu espaço na coluna *A Pedidos* para um artigo assinado por Pio Catholico. Pelo título pode-se deduzir que se tratava de uma resposta às práticas de colportagem motivadas pela provocação do jornal: “Duas palavras refutando a doutrina herectica de uns folhetos espalhados n’esta cidade pelo protestante Pedro Degiovanni”.

³⁷⁶ BNRJ – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 11, 21 de março de 1880, p. 3.

O texto grafado em maiúsculas e parte em negrito chamava a atenção do leitor.³⁷⁷ Pio Catholico também publicou na semana seguinte, na edição de 11 de abril.³⁷⁸ Foi nesta última edição, que Pedro Degiovanni escreveu seu primeiro texto para defender as bíblias e os folhetos diante da acusação feita por Pio Catholico, na semana anterior, de que as bíblias eram falsas. Não foram encontrados os três primeiros artigos, por isso, parte-se do terceiro publicado por Pio catholico.

Na edição de 18 de abril, Pio Catholico enxergou na retirada do colportor da cidade de Estância a sua vitória, por consequência, do catolicismo. Este começou o terceiro artigo apontando a presença do outro naquele jornal: “O ex-catholico Pedro Digiovanni exibiu-se ultimamente nas columnas deste jornal, para provar que não é ‘mestre’ protestante, e sim um defensor perpetuo de sua bíblia e dos seus folhetos, e que deve ser admirado pela regidez de seu talento em matérias religiosas”.³⁷⁹ Na versão apresentada por Pio Catholico a saída repentina do colportor representava a derrota completa não somente daquele propugnador de doutrinas heréticas, mas da religião que estava a representar, o protestantismo.³⁸⁰ Pedro Degiovanni havia se deslocado para Aracaju em razão do seu trabalho, portanto, sua presença física não mais incomodava aos católicos daquela jurisdição eclesiástica, sob a responsabilidade do padre da freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe de Estância.

O que talvez o padre não imaginasse é que o outro poderia estar presente mesmo na ausência. Foi de Aracaju que o colportor retornou a Estância por meio da palavra impressa. Astucioso fez uso da mesma arma para se defender das acusações de Pio Catholico. Parece que não estava conformado com a derrota imposta pelo padre. É provável que os adjetivos insultuosos lançados a seu respeito e a sua confissão, bem como a certeza do padre vencedor tenham motivado Degiovanni a voltar a escrever. Seu artigo assinado em 20 de abril da capital Aracaju foi publicado em 02 de maio. Iniciou, desconstruindo a tese defendida pelo padre sobre o proselitismo como fim exclusivo do protestantismo. Na percepção de Degiovanni a prática da colportagem tinha por objetivo permitir a cada indivíduo a liberdade de examinar as

³⁷⁷ Mesmo não tendo encontrado a edição do jornal *O Pharol* de número 13 da edição de 4 de abril de 1880, Pedro Degiovanni no número 17, destacou que Pio Catholico teria publicado nesta edição de 4 de abril. Pelos indícios trata-se do primeiro artigo que objetivava refutar a literatura distribuída pelo colportor que o jornal havia agradecido em nota. Não foram encontradas as edições 13 e 14 do *Pharol* veiculadas nos dias 4 e 11 de abril de 1880. Mas a partir das pistas deixadas nos textos publicados nas edições seguintes chegou-se à conclusão de que o primeiro artigo de Pio Catholico foi publicado na edição de 4 de abril.

³⁷⁸ Também não foi encontrada esta edição número 14 de 11 de abril de 1880. No entanto, no número 15, Pio Catholico mencionou que Pedro Degiovanni escreveu no número 14 um texto endereçado ao Pio Catholico. No número 24 Pedro Deviovanni deixou pistas dos escritos de Pio Catholico em 11 de abril. Desse modo, pode-se afirmar que os dois teriam publicado nesta edição. É provável que tenha sido o primeiro artigo do colportor dirigido ao Pio Catholico para se defender.

³⁷⁹ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 15, 18 de abril de 1880, p. 3.

³⁸⁰ Ibid.

Escrituras.³⁸¹ Diferente do padre, não utilizou adjetivos pejorativos para desqualificá-lo, exceto no último parágrafo que sua fala caracterizava o padre de mentiroso, já que para Degiovanni “não é tudo verdade o que o ‘Pio Catholico’ tem dito no referido semanal; e da mesma forma não he verdade que o Protestantismo tem por fim de crear proselytos, [...]”.³⁸² Certo da vitória dos católicos sem supor a reação daquele que fora por ele caracterizado de fraco, o padre respondeu com o silêncio.

Somente na edição de 13 de junho, Pio Catholico rompeu o silêncio dando a oportunidade dos leitores do jornal *O Pharol* conhecer um pouco mais da percepção que fazia do colportor. Naquele domingo os assinantes daquele jornal puderam acrescentar as alcunhas de ex-católico, pregoeiro fanático e propugnador de doutrinas heréticas à de defensor perpetuo das ideias antirreligiosas.³⁸³ Na percepção do padre, observa-se que Pedro Degiovanni não poderia ser representando pelo cognome de ex-católico fraco, o qual não tinha conhecimento de suas práticas. Pelo contrário, o fraco passou a ser representado como sendo um homem determinado a ponto de defender suas ideias mesmo a quilômetros de distância. Portanto, o padre apresentava sinais de que parecia perceber que o outro se fazia presente também na ausência. Assim, o padre vencedor evidenciava a sua fraqueza, apontando indícios da força e determinação do colportor, agora visto como um defensor perpétuo do protestantismo, que não desistiria de defender suas ideias antirreligiosas. Seria uma estratégia utilizada pelo padre, justificando a sua retirada da discussão que se prolongava a cada edição?

O discurso do padre apresentava dubiedade ao passo que apontava a determinação do colportor, mas o desqualificava de antirreligioso. Passou a desqualificar as bíblias, ao afirmar que somente os tolos acreditavam na crítica baseada nas bíblias compiladas, portanto, falsas. Era mais uma estratégia utilizada pelo padre objetivando chamar à responsabilidade dos fiéis. Onde estaria Pedro Degiovanni? Por meio das pistas deixadas no jornal *O Pharol* é possível percorrer em parte a sua trajetória. Não se têm detalhes da data da sua partida da província de Sergipe. Se o destino foi Salvador, é possível que tenha usado como meio de transporte um dos vapores que saía de Aracaju com destino à província vizinha. Mas se teria escolhido cidades interioranas daquela província, pode ter usado para locomoção o lombo de algum animal ou até mesmo um carro de boi. O que se sabe, a partir dos indícios lançados por ele ao escrever seus artigos, é que no dia 05 de junho já se encontrava na província da Bahia. É provável que Pio Catholico soubesse da saída dele quando rompeu o silêncio na publicação de 13 junho.

³⁸¹ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 17, 2 de maio de 1880, p. 3.

³⁸² *Ibid.*, p. 4.

³⁸³ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 23, 13 de junho de 1880, p. 3.

A partida do colportor das terras sergipanas deve ter levado o padre a pensar que se colocaria um ponto final no debate. Mas a distância pela segunda vez não impediu o colportor de continuar a defender as ideias protestantes por meio da palavra impressa. Parecia estar com a razão o padre quando o cognominou de defensor perpétuo. Assinalado de algum cantinho da Bahia, Degiovanni escrevia o texto mais longo daquela série de artigos. É provável que pelas mãos de alguma pessoa de sua confiança, ou por meio de postagem via correios transportados nos vapores, o texto tenha saído da Bahia com destino à tipografia localizada na rua do Riachuelo, número 14, na cidade de Estância. A data da assinatura deste artigo de 5 de junho não pode ser uma resposta à última intervenção do padre que foi publicada no dia 13 de junho. Por que Degiovanni queria manter o debate? Havia seguidores em Estância que necessitavam ser alimentados pelos escritos do colportor?

Neste texto, o título grafado com letras maiúsculas se assemelhava com aquele usado pelo antagonista: “RELIGIÃO: O SENR. PEDRO DIGIOVANNI REFUTANDO OS ESCRITOS DE PIO CATHOLICO, PUBLICADOS NO PHAROL”. O estilo da escrita continuava o mesmo já que Degiovanni se apropriou mais uma vez de a tese de Pio Catholico que desqualificava a Bíblia da Sociedade Norte-Americana como falsas pelas mutilações e omissões. Assim, passou a criticar os católicos com base em versículos extraídos da Bíblia de São Jerônimo, versão aprovada pelos católicos. A questão girou em torno da idolatria praticada pelos pagãos, mas condenada pelas Escrituras. Por meio dessa temática passou a criticar as práticas católicas: a luxúria dos sacerdotes, a usura dos papas, a cobrança das missas com o objetivo de tirar as almas do purgatório, a utilização das hóstias, a crença nos santos como intercessores, as oferendas destinadas aos santos e às almas do purgatório.³⁸⁴ Esta não foi uma escolha inocente. Foi pensada para que os católicos, que no século XIX, pouco tinham acesso direto a leitura da Bíblia pudessem refletir sobre o culto às imagens dos santos. Vale ressaltar que este ainda é um ponto que gera conflitos entre católicos e evangélicos. Na atualidade, os espaços mais utilizados pelos “degiovannis” e “pios catholicos” são as redes sociais via vídeos e textos que expressam opiniões intolerantes de ambos os grupos.

Através das passagens bíblicas criticava a Pio Catholico e a todos aqueles que na visão do colportor não seguiam as Escrituras Sagradas. Depois de uma longa explanação de diversos Capítulos extraídos dos Livros da Sabedoria, Eclesiástico, Daniel, Baruch, Hebreos, conforme consta na versão bíblica aprovada pela Igreja Católica no Concílio de Trento, finalizou o artigo com sarcasmo e dialogou mais uma vez com seu opositor de maneira provocativa:

³⁸⁴ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 24, 20 de junho de 1880, p. 3.

Diga agora o “Pio Catholico” em que lugar é que as Bíblias da Sociedade Norte Americana são incompletas, ou quaes são os livros que lhes faltam, ou então quaes são as suas mutilações e omissões, para que eu possa mostrar-lhe ainda mais abusos dos Prelados da Igreja Papal de Roma.³⁸⁵

Desde o mês de abril que os leitores de *O Pharol*, não somente de Estância, mas de outras localidades dessa província, podendo ainda ser lido por outros leitores em outras províncias, acompanhavam o debate em questão protagonizado pelo colportor e o padre. Embora a maioria da população fosse vítima do analfabetismo, nesse período, sabe-se que as informações circulavam por meio da leitura em voz alta ou por meio das conversas nos diferentes espaços. Nesse sentido, pode-se imaginar a discussão motivada por estes artigos nos lares, nas ruas, nos templos, nos armazéns, nas tipografias, nos engenhos, nos vapores. Como se posicionavam os católicos que estavam acostumados a ter seus oratórios em casa repletos de imagens de santos? Como os padres tratavam da questão no púlpito? Não foram encontrados documentos da época que permitam avançar na recepção dos referidos textos nem na discussão que esta questão tenha provocado. O próprio jornal não escreveu a respeito.

Outras questões são suscitadas a partir daquele debate no jornal estanciano. Os opúsculos e os textos de Pedro Degiovanni que sempre direcionavam a leitura da Bíblia teriam conquistado adeptos para o protestantismo? Para esta questão Machado, ao citar a passagem de Degiovanni por Estância, fez o seguinte comentário: “Entre outras pessoas, interessou-se pela causa o sr. João Pedro Profeta dos Santos, que mais tarde fez profissão de fé e saiu em viagem de colportagem”.³⁸⁶ Quando o reverendo destacou “entre outras pessoas” sinaliza a possibilidade daquele colportor ter reunido adeptos em sua causa, uma das razões para que ele tivesse insistido em marcar sua presença, mesmo quando se encontrava a realizar a prática de colportagem na Bahia. Nesse sentido, a insistência de Pio Catholico em destacar que Pedro Degiovanni era um falso apóstolo que estava a criar prosélitos na cidade de Estância sinaliza que o colportor arregimentava seguidores na região sul da província de Sergipe, preocupando o padre daquela freguesia.

É possível que a insistência do colportor tenha levado Pio Catholico a romper o silêncio na publicação do mês de julho quando voltou a desqualificar o protestantismo e seu representante assíduo na imprensa estanciana dos últimos meses. No primeiro parágrafo afirmava que o protestantismo vinha tanto na Europa quanto na América “cahindo aos pedaços, ridicularizado e amesquinhado pelos homens de bem, pelos sábios e litteratos, admira que do

³⁸⁵ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 25, 27 de junho de 1880, p. 4.

³⁸⁶ MACHADO, Pedro, op. cit., 1920, p. 212.

cantinho da Bahia o falso apóstolo sr. Pedro Digiovanni, tente criar prosélitos nesta cidade”.³⁸⁷ Portanto, questionava a qual das seitas o colportor era pertencente, comparando o protestantismo à hidra de cem cabeças, enquanto a Igreja Católica era representada como “verdadeira”, “santa” e “apostólica”.³⁸⁸

Pio Catholico estava por dentro dos debates internacionais que costumavam usar a metáfora da hidra para criticar as variadas denominações protestantes. De acordo com a mitologia grega, a Hidra de Lerna era um monstro com corpo de dragão e três cabeças de serpentes. O número de cabeças podia variar a depender da versão, sendo que a cada cabeça da serpente cortada daria lugar a mais duas, provocando a multiplicação. Nesse sentido, a metáfora da hidra foi utilizada por Pio Catholico para questionar a pertença denominacional do colportor.³⁸⁹ Assim, estaria Pio Catholico anunciando aos leitores do *Pharol* a sua retirada do debate, após quatro meses dedicados a combater o colportor? Ou estaria lançando mais lenha na fogueira quando comparava a religião do outro ao monstro da mitologia grega?

A metáfora da hidra e da santa que Pio Catholico fez uso em seu texto, ainda, evidencia o conhecimento deste sobre o dogma da Imaculada Conceição concebido por Pio IX em 8 de dezembro de 1854 em sua bula *Ineffabilis Deus*. A Virgem Maria sem a mácula do pecado salvaria a humanidade de todos os erros. Existe uma simbologia da Igreja Católica de representação dos santos pisando os inimigos. Oliveira identificou esta simbologia na representação que Frei José Pereira de Santana descrevia de Santo Elesbão, no século XVIII. Este deveria cravar a lança no peito do rei infiel e pisá-lo. No século XIX, esta simbologia adquiriu uma nova dimensão com a proclamação do dogma da Imaculada Conceição que com os seus pés virginais esmagava a serpente infernal que representava os chamados erros do mundo moderno, condenados pelo Vaticano I. Na relação consta as seitas rivais, principalmente o protestantismo, a liberdade de pensamento, a liberdade de crença e de culto, a liberdade religiosa e de consciência.³⁹⁰ Portanto, observa-se nas práticas de Pio Catholico a representatividade de um representante católico ciente da postura institucional em relação aos pontos a serem combatidos.

O veneno da heresia que se acreditava estar contido naquele tipo de literatura, conforme a carta pastoral do arcebispo da Bahia em 1862, era outra analogia que poderia ser feita a lenda da Hidra de Lerna. De acordo com a mitologia, a hidra espalhava através de seu hálito um

³⁸⁷ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 27, 15 de julho de 1880, p. 3.

³⁸⁸ Ibid.

³⁸⁹ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 27, 15 de julho de 1880, p. 3.

³⁹⁰ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit., p. 239.

veneno capaz de matar aqueles que dela se aproximavam. São sinais que evidenciam a representatividade mitológica atribuída ao protestantismo da época pela Igreja Católica. O fato de enxergar a religião do outro a semelhança de um monstro perigoso é mais um indício da necessidade que Pio Catholico tinha de querer combater o referido monstro. Mas assim como as cabeças da hidra eram duplicadas a cada corte, parece que o padre parecia acreditar que o mesmo estava a acontecer com o protestantismo quando se refere a hidra de cem cabeças.

Passada uma semana, *O Pharol* trazia mais um artigo de Degiovanni que voltava ao título inicial direcionado “AO PIO CATHOLICO”. Desta vez objetivava mostrar que a Bíblia publicada pela Sociedade Norte-Americana não era a contradição da palavra de Deus como havia afirmado o seu antagonista. E como característica de sua escrita, continuou a fazer uso das passagens bíblicas para defender a sua argumentação. Passagens desta vez transcritas da Bíblia por ele vendida. Nada mencionara sobre a comparação com a hidra e nem revelou sua identidade denominacional. Sobre este aspecto teria usado a arma do silêncio. O propósito era alfinetar as práticas comuns a parte da cleresia na época. Parecia querer desqualificar a Igreja Católica apresentada por seu antagonista.

Na versão do colporteur, a Igreja Católica nada tinha de santa, pelo contrário parecia apresentar as características do monstro semelhante à hidra em que cada papa, bispo, frade, padre representava uma cabeça daquele monstro usado pelo seu opositor que nesse momento do embate já havia se identificado como ministro do Senhor.³⁹¹ Desse modo, não criticava apenas as atitudes de seu opositor, mas de todos os prelados de Roma papal contrários aos mandamentos da própria Igreja. Dos padres aos papas. Vale ressaltar, que em 1880, o papa estava investido de um poder ainda maior devido ao dogma da infalibilidade papal promulgada no Concílio do Vaticano I. Esta não foi a imagem da Igreja Santa a que o representante católico fazia questão de evidenciar quando comparava a santa com a hidra. No entanto, o seu opositor aproveitou da comparação para apontar os podres da santa igreja católica que na sua versão aparecia diferente da versão do padre.

No *Pharol* do mês de agosto, nenhuma linha pudera ler aqueles leitores que estavam habituados desde abril aos textos dos escritores que duelavam através do referido periódico. Pio Catholico não publicava desde a edição de 15 de julho. Mas uma vez o padre vencedor mantinha o silêncio. Dessa vez, o colporteur usava da mesma estratégia. Silenciava. A última aparição de Degiovanni fora na edição de 22 do referido mês. Seria o fim do duelo?

³⁹¹ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 28, 22 de julho de 1880, p. 3.

No dia 3 de setembro o silêncio foi interrompido. Puderam mais uma vez os leitores acompanharem o debate que já durava seis meses. O jornal habituado a dar publicidade aos artigos de Pio Catholico e Degiovanni trouxe a luz mais deles. Dessa vez publicava um texto de Degiovanni com assinatura de 15 de agosto, ainda de alguma localidade da Bahia. Por conta das dificuldades de envio mencionadas é compreensível o silêncio de agosto no tocante ao colportor que há meses escrevia da província vizinha. Mas qual seria o motivo de Pio Catholico silenciar? Suas publicações eram escritas na localidade onde se encontrava a tipografia. A distância não justificaria o silêncio. Teria recebido ordens superiores para evitar o prolongamento do embate na imprensa? O padre vencedor se dava por derrotado? Percebera Pio Catholico a força da hidra que ele fez questão de usar nos textos anteriores para desqualificar a religião do seu antagonista? Ou o silêncio seria a melhor saída diante do defensor perpétuo?

Dessa vez o colportor objetivava desconstruir a argumentação de Pio Catholico sobre a conformidade da doutrina da Igreja Romana com os ensinamentos da Escritura Sagrada. As críticas mais uma vez estavam voltadas para a figura dos papas que permitiam o uso das imagens nas igrejas, e enviavam as almas dos fiéis para o tormento do purgatório. Faz uma crítica severa ao dogma da infalibilidade papal, à riqueza exacerbada das suas vestimentas, às Bulas Papais e condena o papa como criador do purgatório. Neste sentido, argumentava a contradição com a doutrina de Jesus Cristo que veio para salvar a humanidade. Para o colportor nada tinha de santa as atitudes daquele que se dizia representante maior da Igreja Católica, o papa.

O defensor católico não deixou rastros nas páginas do referido semanário no mês de setembro. Mas seu opositor mesmo distante parecia incansável. Sua presença se fazia por meio da palavra impressa que circulava não somente na cidade de Estância. Na edição de 26 de setembro, *O Pharol* dava publicidade a mais um texto escrito no final de agosto. A ausência de Pio Catholico parecia representar o fim do debate. Mas o colportor buscava combater afirmativas escritas por ele nos textos anteriores. Desse modo, os argumentos de Pio Catholico eram refutados pelo seu opositor e o padre que não mais publicava se fazia presente por meio da escrita do outro. Na última publicação do mês de setembro o colportor continuava a usar da ironia para desconstruir a argumentação do padre que já não escrevia para refutar seus artigos.

Destacando a matéria publicada no *Pharol* de 11 de abril, Degiovanni criticou o anonimato de Pio Catholico questionando: “Sabe quando o padre romano deve proibir a leitura da Bíblia?”³⁹² A pergunta em questão rememora o princípio do debate quando o padre estava a

³⁹² BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 37, 26 de setembro de 1880, p. 2.

refutar os opúsculos distribuídos por Degiovanni. É possível identificar que existe semelhança da pergunta do padre com um dos títulos que o jornal fez o agradecimento: “Porque vosso vigário vos proíbe a leitura da bíblia sagrada?”. Foram muitas as temáticas abordadas pelos dois sujeitos durante o debate no *Pharol*. Mas todas elas partiam das críticas feitas pelo padre aos folhetos e às bíblias falsas. Folhetos estes que na visão do arcebispo da Bahia tinham os conteúdos retirados das bíblias mutiladas que eram disseminadas pelos colportores e agentes das sociedades bíblicas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

O colportor passava a entrar no debate que se aproximava da discussão que o caso Torquato Cardoso havia tomado entre 1867 e 1868 sobre a liberdade. Pela primeira vez, Pedro Degiovanni sai da discussão doutrinal e das críticas direcionadas à Igreja Católica para entrar na discussão civil ao criticar a posição do padre em proibir não mais a venda da bíblia como no caso Cardoso, mas a sua leitura. Naquela década de 1880 percebe-se que a questão se voltava para a proibição da leitura da Bíblia. Nesse sentido, Degiovanni respondeu à pergunta semelhante aos opúsculos que havia distribuído naquela cidade: Sabe quando o padre romano deve proibir a leitura da Bíblia?

A isto respondemos: É quando o padre romano que também é cidadão brasileiro, e deve obedecer as leis estabelecidas no Paiz, e abusando do duplo caracter de Sacerdote e funcionario, publico pretende a todo transe oppor-se á liberdade de consciencia e de imprensa a qual está em pleno vigor no Brazil, e ao alcance de todo cidadão brasileiro, para assim cumprir os caprichos do Papa de Roma, o qual em vão se esforça de avassalar as livres consciencias individuaes no Brazil, e deturpando assim os artigos consignados na Constituição do Brazil, a qual é jurada e selada com o sangue dos brasileiros, [...].³⁹³

Na percepção do colportor a proibição da leitura da Bíblia interferia em dois aspectos da legislação brasileira: na liberdade de consciência e na liberdade de imprensa. Portanto, o colportor continuava a defender a leitura das bíblias da Sociedade Norte-Americana. Desse modo, afirmava em tom irônico que “o ‘Pio Catholico’ não as pode negar, visto que este Catholico, se declara entre os demais Catholicos – Pio, – e como – Pio, – não pode negar as verdades que se acham nas Bíblias dos seus irmãos Norte-Americanos.”³⁹⁴

No mês de outubro, o periódico deu continuidade à publicação da segunda parte do artigo de setembro por meio do qual Degiovanni continuava a refutar a argumentação católica de que a leitura da Bíblia por ele propagada causaria prejuízos ao povo. Na sua visão a leitura realizada na língua falada pelo povo causaria prejuízos somente aos interesses dos modernos

³⁹³ Ibid., p. 2-3.

³⁹⁴ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 37, 26 de setembro de 1880, p. 3.

Papas de Roma, já que as pessoas tomariam conhecimento que o purgatório é uma criação papal.³⁹⁵ Outros pontos foram criticados por Degiovanni. Nesse aspecto, ao criticar a proibição do matrimônio para os sacerdotes da Igreja Católica Romana objetivava desqualificar os sacerdotes que não cumpriam a castidade conforme manda a doutrina católica.³⁹⁶ Desse modo, criticava os padres que tinham relacionamentos e chegavam a criarem os filhos como afilhados nas casas paroquiais.

No dia 31 de outubro, *O Pharol* trazia a público mais um artigo de Degiovanni que continuava a tratar da importância da leitura da Bíblia em português. Para ele esta seria uma forma das pessoas compreenderem que Jesus Cristo é o único e verdadeiro Salvador do mundo. Fazia críticas à missa em latim, razão pela qual as pessoas pagavam as cerimônias em intenção das almas saírem do purgatório. Fez críticas novamente às bulas papais, às oferendas, à excomunhão, às hóstias, e mais uma vez ao purgatório.³⁹⁷

Mais um tempo de silêncio do padre. Há meses Pio Catholico não encaminhava um artigo para a tipografia do *Pharol*. Outubro não foi diferente. Seu último escrito parece ter sido publicado em 15 de julho. Nada apontou de forma direta os motivos que levaram o católico a silenciar. Parece que três meses sem respostas a suas refutações tenham motivado Degiovanni a deixar de enviar seus textos àquela tipografia já que sua última publicação consta na edição de 31 de outubro de 1880. Assim, por meio dos textos analisados, foi possível compreender algumas características dos duelistas quando um combatia o outro por meio da única arma usada no duelo – a palavra impressa. Mas para deixar a arma nas condições adequadas cada um tinha suas táticas próprias. O uso de metáforas e de ironia foi recorrente, mas cada um possuía a maneira própria de usá-las. Enquanto Pio Catholico era mais direto nos adjetivos pejorativos para desqualificar o outro e sua religião. Pedro Degiovanni era mais sutil, mas a alfinetada por ele lançada feria profundamente os princípios de um sujeito que se autodenominara ministro do Senhor. Suas críticas feriam os dogmas da Igreja Católica por meio de seus representantes, dos padres ao papa.

A Bíblia foi a base da argumentação do colportor. Seja na versão da Sociedade Norte Americana, seja na versão de São Jerônimo. Escrevia textos extensos com parágrafos grandes. Usava de uma variada transcrição de versículos na língua portuguesa, sempre referenciados. A Bíblia era a munição perfeita para sua arma, pois era a leitura individual das Escrituras Sagradas

³⁹⁵ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 40, 17 de outubro de 1880, p. 3.

³⁹⁶ Ibid.

³⁹⁷ BPED – *O Pharol*, Estância, ano II, n. 42, 31 de outubro de 1880, p. 3.

que estava a defender. Era com base na autoridade da Bíblia que criticava as práticas católicas e assim desqualificava seu opositor e a religião a que pertencia. Quanto a Pio Catholico, no início mostrou-se ousado, verdadeiro, um vencedor. Textos menores, parágrafos curtos, frases diretas, adjetivos em demasia para desqualificar o outro e a religião que este estava a representar. Também costumava usar algumas passagens bíblicas, mas sempre em latim. A força da palavra impressa se fazia presente mesmo quando um deles deixava de enviar suas réplicas e trélicas. Ambos foram astuciosos: Pio Catholico ao lançar o silêncio e Pedro Degiovanni a fazer por meses o opositor estar presente mesmo sem mais publicar uma linha.

Como reagiram os leitores ao confronto de ideias religiosas? Nada consta no referido periódico sobre as atitudes dos leitores nem de forma negativa, nem positiva. No entanto, pode-se imaginar que muitos comentários devem ter surgido em torno da questão nos diversos espaços que a leitura podia penetrar. Nos lares, nos encontros familiares, nas ruas, na barbearia, no teatro, nas tipografias, e em outros espaços. As pessoas como em qualquer questão que envolve pontos de vista divergentes deviam tomar partido. Enquanto uns ou a maioria, quem sabe, defendiam os argumentos propostos por Pio Catholico, outros, talvez uma minoria, defendiam as ideias e os opúsculos de Pedro Degiovanni. É provável que tivesse entre os leitores aqueles que não concordavam com nenhum dos dois por considerar a religião um atraso para a humanidade, mas é possível que os mesmos enxergassem no conflito a oportunidade para o esclarecimento e para revelar as fraquezas e mazelas da Igreja Católica.

Quem sabe entre estes não estavam os sujeitos que se encontravam nos bastidores do jornal que cedeu espaço para o embate acontecer. Seria a tipografia o espaço de onde brotava a discussão no Brasil oitocentista? A tipografia, com suas devidas especificidades, pode ser comparada a cervejaria da Inglaterra revolucionária da qual Hill defende como o espaço propício para fazer a discussão acontecer.³⁹⁸ No caso da tipografia a discussão acontecia dentro dela quando redatores, leitores e demais interessados se reuniam para fazer a notícia acontecer, e, também fora, quando os impressos levavam o debate a todos os espaços.

Os leitores do *Pharol* conheciam a identidade de Pio Catholico ou era mais um motivo para a discussão? Sabe-se pouco a respeito de Pio Catholico a não ser os indícios que levam a suposição que se trata de um padre. Quem sabe o vigário Ayres? Ou um frade capuchinho talvez? Não se pretende descobrir o vencedor, se é que tenha existido um. Mas compreender como a presença de Pedro Degiovanni fez irromper uma tensão latente na sociedade sergipana que não representava uma exceção no Brasil católico. É provável que Pedro Degiovanni não

³⁹⁸ HILL, Christopher, op. cit.

tenha sido uma exceção. Outros sujeitos comuns também tiveram sua participação nas mudanças que, gradativamente, estavam acontecendo, inclusive no âmbito da legislação que caminhava na tentativa de um Brasil mais tolerante para com o outro. Mas parece que este colportor representou uma certa excepcionalidade quando além do espaço das ruas passou a atuar também no da imprensa já que esta não era uma prática comum a seus companheiros.

Nesse sentido, a prática da colportagem serviu de estopim para os conflitos em questão que embora tenham se dado em décadas diferentes e possuam conotações específicas são reveladores do protagonismo dos protestantes nos debates veiculados na imprensa da época. O jornal de Estância cedeu espaço para o debate religioso, o que foi ao longo do século XIX uma estratégia dos liberais para também fustigar a Igreja Católica em defesa da liberdade religiosa. Desse modo, em meio à questão religiosa uma série de questões entravam para a opinião pública via a imprensa laica que desempenhava o seu papel no enfrentamento com a Igreja católica. Não se pode esquecer que parte dos sujeitos envolvidos na cultura impressa estavam ligados a instituição da maçonaria que por conta dos enfrentamentos com a Igreja estava enfurecida a ponto de ceder espaço nos seus jornais para o protagonismo protestante.

Feitas as devidas ressalvas, é possível pensar o uso da Bíblia no Brasil oitocentista com base na análise de Christopher Hill sobre o papel desempenhado por esse livro na Inglaterra dos Tudor, quando esta tornou-se uma instituição base de uma autoridade monárquica da independência protestante, o livro da moralidade e da submissão social. Foi campo de batalha entre várias ideologias – nacionalismo inglês contra catolicismo romano, episcopado contra presbiterianismo e sectarismo. A sociedade inglesa estava agitada e esperava-se que a Bíblia oferecesse soluções para seus problemas.³⁹⁹

Com suas devidas especificidades, a partir da década de 1860, o Brasil passava por tensões diversas nas quais o debate precisava ser legitimado. Portanto, não parece ser exagero dizer que a Bíblia foi usada nesse sentido não somente pelos protestantes, mas pelos grupos que enfrentavam o poder da Igreja Católica. Nos dois conflitos analisados, a Bíblia assumia a centralidade. Primeiro quando a proibição da comercialização passou a ser o estopim que levou o debate aos variados espaços no caso Cardoso. Depois com Degiovanni quando toda a crítica lançada à Igreja Católica se pautava na autoridade das Escrituras e na defesa pela leitura individual da mesma. A questão da Bíblia também é perceptível no caso do General Abreu e Lima analisado por Rodrigues.⁴⁰⁰ Portanto, em ambos os casos, os conflitos chegaram à opinião pública via o espaço da imprensa.

³⁹⁹ Ibid., p. 24-25.

⁴⁰⁰ RODRIGUES, Claudia, op. cit.

Nesse sentido, Ana Luiza Martins ao falar da imprensa no Império destacou que no último quartel do século XIX, as folhas da Corte e do interior, questionavam o sistema monárquico a partir de três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar) e a campanha da Abolição.⁴⁰¹ Os casos dos colportores debatidos na imprensa são exemplos de como o que se convencionou chamar de questão religiosa é complexa, devendo ser pensada para além das crises entre a Igreja Católica e o Estado na década de 1870, já que neste período entrava em cena, inclusive na imprensa, outros sujeitos, a exemplo dos protestantes.

2.4 Esgrimindo em torno da “Questão Religiosa”: os debates na Imprensa

Os debates na imprensa motivados pela atividade de colportagem abordaram uma diversidade de questões que ultrapassaram as disputas no campo religioso entre católicos e protestantes. Desse modo, é necessário pensar a questão das bíblias numa conjuntura marcada pelos debates em torno da entrada de imigrantes no país em meio às tensões que sinalizavam para a decadência da escravidão. Muitos imigrantes eram oriundos de países com predominância protestante. Era necessário oferecer o mínimo de condições para esse contingente que chegava num país ainda sob a égide de um Estado confessional católico. Um segundo elemento que não pode ser ignorado é que na década de 1860 a imprensa liberal cedia espaço para as publicações que caminhavam no sentido de uma defesa por maior tolerância religiosa no país, em especial, na pessoa do missionário Dr. Robert R. Kalley. Outro aspecto da questão é que o jornal pode ser considerado o veículo ideal para o debate chegar à opinião pública e arregimentar defensores da causa a exemplo dos grupos de liberais que tinham interesses em contrapor o discurso conservador.

É nessa conjuntura que a questão das bíblias em diálogo com a historiografia, com a imprensa e com outras fontes, a exemplo dos registros dos Anais da Câmara dos Deputados será compreendida neste trabalho que toma os conflitos religiosos como guia para refletir sobre as tensões de um país católico e monárquico que vivenciava uma série de mudanças em meio à chegada do outro – os protestantes. Desse modo, as duas trajetórias em questão conduziram a análise que permitiu identificar o protagonismo dos protestantes no processo de disputa por

⁴⁰¹ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 73.

espaços com os católicos quando aqueles se utilizaram da imprensa e da aliança com políticos liberais na conquista por seus direitos.

Os protestantes tinham a Bíblia como base de sabedoria divina e inquestionável que servia de argumentação para o modo de pensar e de agir em todos os aspectos. Não se pode esquecer que a “Bíblia podia significar coisas diferentes para pessoas diferentes em diferentes épocas e circunstâncias”.⁴⁰² Partindo desta concepção de Hill é possível compreender as razões que levaram os protestantes a distribuir e a defender a leitura individual da Bíblia, enquanto os católicos combatiam a atividade de colportagem e as queimavam.

David Gueiros Vieira destacou que a década de 1860, para a Igreja Católica no Brasil, foi marcada pelo perigo de uma invasão protestante em virtude das propostas formuladas, em 1862, por grupos de liberais liderados por Tavares Bastos. Estes desejavam a entrada em massa de confederados sulistas americanos entre os anos de 1865-1869.⁴⁰³ Na tentativa de contrapor a inserção no protestantismo no Brasil, a Igreja Católica vai criar estratégias de combate à prática de colportagem utilizando-se das cartas pastorais dirigidas aos sacerdotes com o objetivo de instruí-los a combater aquela literatura religiosa que vinha sendo disseminada no país por agentes bíblicos e colportores. Além da distribuição aos párocos que tinha por obrigação explicá-las no púlpito. Muitas dessas cartas foram publicadas nos periódicos, atingindo assim o público de leitores que não costumavam frequentar a missa dominical.

Vale ressaltar que a polêmica em torno da falsidade das bíblias alegada pelos eclesiásticos católicos ganhou defensores não protestantes. Nesta mesma década José Inácio de Abreu e Lima, conhecido por general Abreu e Lima, debateu em torno desta questão na imprensa pernambucana com o cônego Joaquim Pinto de Campos. Motivo pelo qual lhe foi negada sepultura eclesiástica pelas autoridades católicas. Na percepção de Rodrigues, a interdição do sepultamento do general Abreu e Lima tinha ligação com seu posicionamento a favor da distribuição das bíblias. No debate veiculado no *Jornal do Recife* e no *Diário de Pernambuco*, o general chegou a afirmar que o ataque às bíblias e as ações antiprotestantes faziam parte da ofensiva eclesiástica para deter a imigração dos confederados norte-americanos. Também nesse caso, a polêmica se intensificou com réplicas e tréplicas de artigos veiculados na imprensa no decorrer do ano de 1865, transformado em livro dois anos depois. No caso do general Abreu e Lima a questão das bíblias também se entrelaçava a uma série de questões que estavam sendo debatidas, entre elas a secularização dos cemitérios.⁴⁰⁴

⁴⁰² HILL, Christopher, op. cit., p. 26.

⁴⁰³ VIEIRA, David Gueiros, op. cit.

⁴⁰⁴ RODRIGUES, Claudia, op. cit., p. 160-161.

Essa polêmica do general Abreu e Lima em Pernambuco é anterior a ação das autoridades de Sergipe no caso da proibição da venda de bíblias do colportor Torquato Cardoso. Portanto, a publicação dos artigos em livro, em 1867, demonstra a atualidade do debate e os múltiplos interesses que estavam em jogo a discussão em torno da questão das bíblias. Nos próximos capítulos será demonstrado que a utilização da imprensa em defesa das práticas de colportagem, bem como de outros direitos necessários para a convivência dos acatólicos no Brasil, difundiu-se na segunda metade do oitocentos, estendendo-se à República. Este jogo de interesses é perceptível no caso Cardoso que por trás da insistência em se defender das acusações sofridas na província de Sergipe agia seu maior defensor, o agente bíblico Richard Holden, que sob o pseudônimo de O Observador escrevia para os periódicos da Corte. Este tinha experiência na imprensa pois havia enfrentado o bispo do Pará e o arcebispo da Bahia.

Na matéria publicada no *Jornal do Commercio* de 13 de fevereiro de 1867, O Observador (Richard Holden) defendeu o colportor Cardoso a partir do ponto de vista da liberdade de imprensa, assegurada pela legislação brasileira. No caso de matéria religiosa, destacou Holden que a liberdade de imprensa se limitava somente a três restrições. Não era permitido a propagação de doutrinas que viesse a destruir os dogmas da existência de Deus e da imortalidade da alma, bem como não poderia zombar de qualquer culto, estabelecido no Império.⁴⁰⁵ Holden passou a questionar a base legal que autorizava aos vigários exercerem a função de censores da imprensa quando proibiram a venda da bíblia na província de Sergipe, sendo que aquela ação não infringia nenhum aspecto da legislação em vigor. Chegou a ressaltar que era comum os vendedores de bíblias sofrerem violências por parte das autoridades inferiores, sendo anuladas pelas superiores.⁴⁰⁶ Diferente do que ocorreu no caso Cardoso.

A questão iniciada na província de Sergipe ganhou repercussão nacional. Em 02 de abril de 1867, o *Jornal do Commercio* transcrevia documentos deste caso e noticiava que o colportor resolveu apelar ao Imperador do Brasil, D. Pedro II, contra os atos da presidência de Sergipe e do chefe de polícia. É possível que esta transcrição tenha sido paga por Holden que já havia escrito sobre o caso como sendo um insulto às leis do país. Nesta matéria intitulada com letras maiúsculas A TOLERANCIA RELIGIOSA VIOLADA, constata-se novos interesses em torno da questão. Nesse sentido, Holden destacou que o público avaliaria a questão observando dois pontos: as liberdades constitucionais e a posição do Brasil com o estrangeiro.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 44, 13 de fevereiro de 1867, p. 2. (suplemento).

⁴⁰⁶ Ibid.

⁴⁰⁷ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 92, 2 de abril de 1867, p. 6.

A transcrição dos documentos tramitados na província de Sergipe no *Jornal do Commercio* sinaliza a astúcia de Holden em levar o debate à opinião pública, já que na sua visão “o respeitável público” poderia “avaliar os fatos”. Atitude que pressionava uma tomada de decisão mais cuidadosa por parte das autoridades da Corte, já que havia muitos interesses em questão. Vale ressaltar que com o fim do tráfico de escravizados aumentava o debate em torno da entrada dos imigrantes no país. Portanto, a questão das bíblias passava a interessar até mesmo àqueles que não eram protestantes, mas tinham interesses na entrada de imigrantes no país. Daí o interesse de Holden em levar o caso a esfera da opinião pública.

Pensar o conceito de opinião pública na década de 1860 requer cuidados. Para Asa Briggs e Peter Burke o conceito de opinião pública surgiu no final do século XVIII. Entretanto, a preocupação com as massas se deu somente a partir do século XIX, quando “os jornais ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores.”⁴⁰⁸ No Brasil da década de 1860 o jornal não atingia as massas, mesmo porque a maioria da população era analfabeta, parte dela vivendo na condição de escravizado ou trabalhadores livres imersos na zona rural. Mas como foi demonstrado, o jornal vinha sendo usado por diversos grupos na defesa das suas ideais desde as primeiras décadas do século XIX com a oficialização da imprensa no país. Apesar de não estar ligado as massas o jornal circulava e tinha um papel relevante nesse aspecto. Sendo assim, percebe-se que a imprensa foi uma das estratégias usadas por Holden quando passou a defender seu funcionário.

Assim, Holden escreveu sobre o caso, remetendo para o *Jornal do Commercio* um texto justificando a inocência do colportor Cardoso. No artigo intitulado *A bíblia e as leis do Imperio*, publicado na edição de 10 de abril de 1867, argumentava que a decisão das autoridades da província de Sergipe era um insulto às leis do país e contrariava a liberdade pessoal e nacional.⁴⁰⁹ Desse modo, Holden transcreveu o artigo 277 do Código Penal que determinava a configuração em crime os casos de:

Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no império, por meio de papeis impressos, lithographados ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em publicas reuniões, ou na ocasião e lugar em que o culto se prestar. ⁴¹⁰

Assim, na defesa apresentada por Holden não estava em julgamento as controvérsias teológicas geradas em razão dos livros apócrifos e debates sobre a falsificação das referidas

⁴⁰⁸ BRIGGS, Asa; BURKER, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 13.

⁴⁰⁹ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 100, 10 de abril de 1867.

⁴¹⁰ Ibid.

bíblias. Na sua visão o que estava em julgamento eram as questões civis, já que as bíblias não contêm nenhuma palavra abusiva ou zombadora do culto estabelecido no país. Na versão apresentada por Holden, as bíblias proibidas pelas autoridades da província de Sergipe, eram uma fiel transcrição do texto português de Antônio Pereira de Figueiredo. Versão da Bíblia aprovada pela Igreja do Estado e em Portugal. Portanto, o colportor não cometeu o crime previsto no artigo 277 do Código Penal pelo qual foi acusado. Para Holden, o chefe de polícia como imparcial magistrado civil não poderia agir com base exclusiva na visão de um vigário. Essa era a percepção de um estrangeiro a defender o cumprimento das leis, da qual foi vítima não somente o colportor que também era estrangeiro, mas afetaria todos os estrangeiros que viviam no Brasil.⁴¹¹

É importante observar que Holden, embora protestante, não defendia a liberdade religiosa de forma direta naquele caso. Sua defesa estava voltada a provar que a legislação estava sendo descumprida, portanto, prejudicaria a todos os estrangeiros protestantes que viviam no Brasil. E ainda levantava a questão de que aquela decisão passaria uma imagem negativa do país, prejudicando a vinda dos futuros imigrantes. O que sinaliza ser uma estratégia astuciosa para atingir seus interesses de forma indireta. Assim buscava conquistar a opinião pública a seu favor, em especial, de estrangeiros das variadas confissões e, ainda, arregimentar para sua causa defensores da política de imigração. Com efeito, como se processou em meio a estas tensões o debate sobre a necessidade de implementar a liberdade religiosa no Brasil da década de 1860?

Na percepção de Ana Luiza Martins a imprensa dos tempos do Império estava voltada para as causas políticas, mas também ampliava as funções de prestadora de serviços. Na primeira fase tratada pela autora, que se estende de 1841 a meados da década de 1860, predominava o que chamava de discurso conservador e áulico. Perspectiva que foi ampliada durante o Gabinete liberal de Zacarias de Goés e Vasconcelos. Este era porta-voz de credos diversos. Portanto, abria-se brechas para a ampliação dos discursos em torno da liberdade de religião, das ideias abolicionistas e republicanas, não sem reverberações da permanência do regime monárquico. A partir da queda deste gabinete liberal, sobretudo, de 1868 em diante, a política e a imprensa se conjugam a serviço dos partidos conservador ou liberal, que se faziam representar por meio de um jornal.⁴¹²

É interessante notar que o caso Cardoso, apontado como uma prática comum das autoridades policiais, chegou a ter uma repercussão na imprensa da Corte e na Câmara dos

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*, op. cit., p. 47-48.

Deputados justamente neste período de transição em que o debate sobre os credos diversos fazia aflorar o discurso pela liberdade de religião. Já o caso Degiovanni de configuração mais local se deu na segunda fase destacada por Martins, na qual o jornal representava um partido – conservador ou liberal – e suas famílias. Assim, na década de 1880, Sergipe acompanhava uma tendência nacional de crescimento do número de jornais e a cidade de Estância tinha uma representatividade significativa nesse aspecto. Portanto, o jornal *O Pharol* representava os interesses dos liberais, justificando a abertura para o debate protagonizado por um colportor estrangeiro. Assim, além de arregimentar mais assinantes curiosos pelo desfecho da polêmica gerada pelos grupos religiosos, também criticavam a postura clerical da Igreja. Não pode deixar de ressaltar que muitos desses jornais de tendências liberais eram financiados por maçons. Portanto, eram anticlericalistas e tinham interesses em desconstruir a sociedade conservadora pautada na moralidade do clero católico. Não era por simples coincidência que muitas matérias veiculadas no *Pharol* questionavam as práticas dos agentes da Igreja Católica, desmoralizando assim, a própria instituição.

A tática de Holden surtiu efeitos positivos já que a questão das bíblias foi parar na Câmara dos Deputados. Assim, em 30 de julho de 1867, o deputado Belfort Duarte requereu que fosse marcada a data para interpelar o Ministro do Império sobre três questões que diziam respeito à liberdade. A primeira delas foi marcada pelo presidente da sessão para o dia 2 de agosto e abordaria a seguinte questão: “Que providencias tomou a propósito do facto de haver sido preso em Sergipe o súbdito portuguez Cardoso pelo motivo de vender exemplares da Bíblia?”.⁴¹³ Era a primeira vez que o nome de Torquato Martins Cardoso seria tema de debate naquele espaço representativo da política nacional.

A questão da liberdade religiosa ganhou defensores na sessão de 2 de agosto de 1867, na segunda parte da ordem do dia, quando o deputado liberal Belfort Duarte colocava em discussão as interpelações anunciadas no dia 30 de julho. O parlamentar começou sua fala por aplaudir o procedimento do Ministro do Império, que, diferente do presidente do Conselho, prestou homenagem ao princípio liberal da discussão. Chamava a atenção para a Câmara quanto aos assuntos temáticos das interpelações: liberdade religiosa, liberdade de ensino e liberdade municipal.⁴¹⁴ Para tratar da primeira interpelação o deputado usou a tribuna primeiro para fazer longa explanação sobre a temática da liberdade religiosa, uma realidade garantida por lei em outros países que aspirava ver o Brasil conquistar. Em sua fala, apoiada por muitos da plenária, a liberdade religiosa foi colocada como: “primeira e mais importante garantia social, que não é

⁴¹³ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 30 de julho de 1867, op. cit., p. 416.

⁴¹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 02 de agosto de 1867, op. cit., p. 11-12.

só o direito que tem cada um de crer ou não crer, – é mais – é para cada igreja o direito de estabelecer-se, de constituir-se, de manter-se, de governar-se, de fallar e propagar, sem ofender o direito de ninguém”.⁴¹⁵

Em seguida fez uma digressão a citar nomes de personagens em diversos países que deram exemplos na prática de como era possível vivenciar a liberdade religiosa quando destacou como exemplos de civilização e progresso: Inglaterra e Estados Unidos. Percebe-se que havia o interesse na fala do deputado Belfort Duarte em apresentar os Estados Unidos como exemplo a ser seguido nesse aspecto de liberdade religiosa.

Em seguida destacou que trataria primeiro da liberdade religiosa por compreender que todas as outras liberdades eram a ela interligadas. E neste momento, abriu um parêntese para expressar a sua indignação diante do pensamento que o presidente do Conselho havia manifestado, em relação a terceira apelação, que contrariava a liberdade religiosa da qual o deputado estava tão empenhado em defender. Na sua fala chegou a criticar o pensamento conservador da Igreja Católica através das ordens religiosas quando comparou que imaginava “entre as vestes profanas do nobre ministro da fazenda o burel do franciscano ou a negra cogula do beneditino.” Mas, a crítica maior se deu quando este rememorou a imagem de um “capuchinho encarnado” para justificar a atitude contrária à liberdade religiosa expressa na fala do presidente do Conselho:

Não! Não foi o nobre presidente do conselho quem desprendeu dos lábios esse verbo, triste documento de uma intolerancia anachronica, foi certamente, a acreditarmos na transmigração dos espiritos, alguma alma de capuchinho que penetrou no cerebro de S. Ex e emprestou aos magicos ornatos da encantadora eloqüência que tantas vezes nos ver arrebatado um tão condemnavel pensamento! (Hilaridade). Que! Estas phrases não as proferira um liberal, e menos o maior liberal de nossos tempos! O liberalismo procedente do conselho! Por honra das opiniões de S. Ex, eu duvido do que ouvi, eu nem discuto!⁴¹⁶

Em 1867, quando o deputado Belfort fez esta comparação a partir da imagem dos frades, percebe-se o papel das referidas ordens no auxílio à Igreja Católica em diversas questões, a começar pelo combate ao liberalismo e ao protestantismo. Vale ressaltar que as diferentes ordens religiosas atuaram de forma significativa em várias partes do Brasil desde a chegada do colonizador português. No caso de Sergipe, constata-se uma forte atuação dos capuchinhos no oitocentos, conforme pôde ser observado no capítulo anterior.

⁴¹⁵ Ibid., p. 12.

⁴¹⁶ Ibid., p. 13.

Depois de longa explanação a respeito da liberdade e das críticas ao presidente do Conselho, passou o deputado à exposição do primeiro fato que chamou à discussão o Ministro do Império. Das três interpelações deu-se ênfase à primeira por se tratar da questão das bíblias iniciada na província de Sergipe, interesse de análise neste trabalho. Assim, é possível adentrar a este evento a partir da narrativa do deputado Belfort:

A 17 de dezembro do anno passado chegou a Aracajú, capital da Província de Sergipe, o subdito portuguez Torquato Martins Cardoso; no dia seguinte despachou na alfândega volumes contendo Biblias e extrahia da thesouraria a competente autorização para fazer acto de commercio vendendo-as; e apresentou-se afinal ao chefe de polícia da província comunicando-lhe o seu character de estrangeiro e a sua profissão, retirando-se da presença do magistrado conscio de que nada o perturbaria no exercicio desse direito incontestavel. Vendidos alguns exemplares e decorridos poucos dias após o da chegada de Torquato a Aracajú, teve o vigario de subir ao púlpito, e dahi proferio excommunhão contra todos os que lessem e possuíssem as Biblias de Torquato, por elle reputadas falsas.⁴¹⁷

Ressaltava o deputado que as bíblias vendidas por Cardoso além de não serem falsas também foram autorizadas para comercialização naquela província. Passou então a fazer um breve histórico das três versões da Bíblia que eram de conhecimento no Brasil. As duas versões do padre Antônio Pereira de Figueiredo, uma impressa em Lisboa e a outra impressa em Londres, e a versão do padre João Ferreira de Almeida, protestante, impressa em New-York. Por fim, justificou que a versão vendida por Cardoso era uma fiel transcrição da Bíblia autorizada pela cúria romana.

Publicada a excommunhão fulminada pelo vigario Aracajú contra os que lessem as Biblias vendidas por Torquato, que não erã outras senão as do padre Antonio Pereira, publicadas em Londres, mandou o chefe de policia chama-lo á sua presença para adverti-lhe de que o espírito da população lhe era contrario, e que valia mais abandonar a capital e ir para o interior da província continuar a venda de seus livros.⁴¹⁸

A narrativa do deputado Belfort aponta detalhes da trajetória do português das bíblias como passou a ser chamado Cardoso, ajudando a pensar na questão com detalhes não sinalizados em outras fontes. Nesta versão o colportor teria sido alertado pelo chefe de polícia para não exercer a sua profissão somente em Aracaju por conta da não aceitação do vigário daquela capital. O deputado destacou que mesmo “Torquato, protestando contra a excommunhão do vigario, que influa de modo a paralyzar o seu negocio, aceitou o conselho do chefe de polícia, e retirou-se para o centro da província, onde continuou a exercer a sua

⁴¹⁷ Ibid.

⁴¹⁸ Ibid.

indústria sem perturbação”.⁴¹⁹ Levando em consideração que toda a documentação sinaliza para a atitude de persuasão diante da conversa de ambos, é provável que esta tenha sido a primeira conduta tomada pelo magistrado. Esta fala também aponta que havia uma ligação deste deputado com pessoas que conheciam detalhes do evento não veiculados pela imprensa.

O filho adotivo de Kalley, o reverendo João Gomes da Rocha transcreveu as duas cartas que esclarecem esta questão. A primeira missiva é assinada pelo protestante Antônio José dos Santos Neves a convidar Kalley e Holden para comparecer a Câmara dos Deputados no dia da interpelação sobre a “questão das bíblias” ocorrida em Sergipe. Nesta chegou a aconselhar que estes visitassem o deputado “liberal” Belfort Duarte para dar maiores informações do corrido em Aracaju. A esta missiva Kalley respondeu que Holden estava disposto a prestar as informações e também assistiria à sessão, mas ressaltou de forma explícita que desconfiava da atitude daquele deputado quando destacou que não poderia comparecer porque tinha “deveres mais importantes” e completou no parágrafo seguinte que: “não posso dizer que nutro grandes esperanças em interpelações políticas, feitas por homens que somente se importam com a religião, como ARMA para combater o Governo”.⁴²⁰ Pela postura de Kalley percebe-se os interesses políticos envolvidos no caso, bem como a sua contrariedade por estes se utilizarem da religião como arma a favor de seus próprios interesses.

Durante a interpelação, o deputado nada mencionou da prisão do colportor anunciada por ele no dia 30 de julho. Nesse aspecto, é possível que Belfort tivesse obtido maiores informações do evento com Holden e percebeu que o colportor não havia sido preso, por isso, no discurso de sua defesa silenciou o equívoco.⁴²¹ Voltando a interpelação, observa-se que em seguida o deputado leu para a Câmara o despacho da proibição do chefe de polícia sobre o caso e narrou a sua versão do evento. Ressaltava que estava a apelar porque havia uma demora em solucionar a questão do colportor que, segundo o deputado, fora “privado do exercício de uma prerrogativa que a constituição política e as leis do Estado a todos garantem”, havia recorrido

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado: Dr. Robert R. Kalley*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013, p. 286-288. (Volume 2).

⁴²¹ Vale ressaltar que o artigo publicado em 9 de abril de 1867, com o título de Intolerância Religiosa, no *Diário do Rio de Janeiro*, é o único dos encontrados para este trabalho que chegou a mencionar que um “português vendedor de bíblias” havia sido “preso por desobediência a autoridade” em Sergipe. Desse modo, existe duas possibilidades: pode ser que ele tenha sido “preso”, mas que Holden tenha silenciado pelo fato da acusação de “desobediência” as autoridades, ou o colportor pode não ter chegado a ser preso, mais por conta deste artigo, o deputado tenha chegado a mencionar o ocorrido, antes da conversa que teve com Holden, já que no dia da interpelação não voltou mais a mencionar a prisão. Desse modo, pode-se afirmar somente que a historiografia com base nas informações de Gueiros tem reproduzido esta versão da prisão, mas dos documentos que tratam do caso, somente foi encontrada menção a prisão neste artigo e a fala do deputado antes dele ter acesso às informações mais precisas a partir da versão de Holden.

ao governo geral em 14 de março, sendo que todos os documentos foram levados “as augustas mãos do imperador” em audiência do dia 30 daquele mês. Mas desde o dia 12 de abril a documentação se encontrava na Secretaria da Justiça, onde permanecia sem o despacho do Conselho de Estado.⁴²²

Em resposta à cobrança do deputado, o Ministro da Justiça passou a argumentar que a referida documentação não havia retornado do Conselho de Estado. O deputado Belfort Duarte declarou estar ciente, mas ressaltava que a demora prejudicava o colportor, “que tem ainda grande número de exemplares da Bíblia em Sergipe, sujeitos a avaria e a tributos de armazenagem, além de representarem um capital empatado pela ignorância ou prepotência do governo e seus agentes”.⁴²³

Explanadas as razões pelas quais estava a interpelar, o parlamentar passou a analisar a questão das bíblias sobre três faces com base na Constituição e no Código Criminal: religiosa, econômica e comercial ou industrial. Para Belfort, neste caso, observava-se o desrespeito ao artigo 5º da Constituição do Império levando em consideração que a única limitação estabelecida pelo preceito fundamental à liberdade de culto consistia “em não poderem ser exercidos os cultos estranhos ao nosso senão doméstica ou particularmente, em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior de templo”.⁴²⁴

Esta é a base, é a fonte donde dimanão, como correntes legítimas, todos os mais textos da lei. É assim que a constituição estabelece no § 1º do art. 179 que nenhum cidadão é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa senão em virtude da lei; é assim que no § 4º permite a livre comunicação do pensamento por palavra, escripto e impressa, sem dependencia de censura; é assim que no § 5º determina que ninguem seja perseguido por motivo de religião uma vez que respeite a do Estado e não offenda a moral publica; pensamento que se completa nos art. 277 do codigo criminal, que considerando crime – só – abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Imperio, a todos igualmente respeita e considera, e no art. 278, que inculpa unicamente aquelle que por impressos ou por palavras propular doutrinas que directamente destruão as verdades fundamentaes da existencia de Deos e da immortalidade da alma.⁴²⁵

Do mesmo modo que Richard Holden tomou por base a legislação também o fez Belfort Duarte quando criticou o parecer do chefe de polícia. Neste sentido ressaltou que a legislação brasileira, que apesar de não permitir a liberdade religiosa, caminhava no sentido da tolerância para com o outro desde que não se ofendesse a religião do Estado. Pela primeira vez os registros nos Anais da Câmara indicam a interferência dos senhores Barros Pimentel e Tavares Bastos

⁴²² Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 2 de agosto de 1867, p.14, op. cit.

⁴²³ Ibid.

⁴²⁴ Ibid.

⁴²⁵ Ibid.

que tiveram a sua fala apoiada por outros deputados: – “o presidente e o chefe de polícia são muito honestos e inteligentes”. Argumentação aprovada por Belfort Duarte: – “não o contesto, senhores; mas para mim é evidente que errarão....”. Em meio à calorosa discussão o senhor Leão Velloso também interveio: – “o sr. Moraes é um magistrado muito distinto”. Passando a se defender das intervenções dos pares, o deputado Belfort Duarte retrucou:

– já o puz em duvida? Sou o primeiro a fazer-lhe justiça, sem o conhecer pessoalmente. Mas é certo que o súbdito portuguez foi perseguido por motivo de religião, mandado sahir da capital da província, [...] ameaçado de processo quando elle estava perfeitamente autorizado pelas leis do paiz a vender as Biblias, a exercer a sua industria, satisfeitas como já estavam as disposições fiscaes, correndo-lhe até o dever de resistir as ordens do chefe de polícia, porque erão manifestamente illegaes. (*Apoiados*).⁴²⁶

Feita a argumentação a partir da visão da perseguição religiosa, o deputado passou a tratar da questão sob o aspecto comercial e industrial do qual o chefe de polícia teria contrariado o § 24 art. 179 que garantia tanto aos nacionais quanto aos estrangeiros que: “Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria ou commercio pôde ser prohibido uma vez que não se opunha aos costumes publicos, á segurança e saude dos cidadãos”.⁴²⁷ Esta argumentação caminhou na tentativa de apontar que as autoridades em Sergipe privaram o direito daquele negociante concedido pela alfândega daquela província. A palavra espoliação foi usada no sentido de privar alguém da posse daquilo que lhe pertence – as bíblias. Passava a explicar ao presidente a sua fala, argumentou o deputado:

Expoliação, sim, Sr. presidente, pois que Torquato havia pago direitos pela importação de suas mercadorias em alfandegas do Imperio: fora livre e desembaraçado o transito de seus livros, pagára ainda direitos da competente licença para a venda delles, e quando se dispunha a fazer acto de commercio, foi inesperadamente privado do exercicio de sua profissão em nome da lei, em nome da qual se lhe havia extorquido os direitos de alfandega, os tributos da thesouraria!⁴²⁸

Para justificar que a alfândega em Sergipe agiu dentro da legalidade ao despachar as bíblias passou a citar o caso referenciado na historiografia que trata da inserção do protestantismo – a proibição da entrada no Brasil do livro *O Ladrão na Cruz*, considerado por um funcionário da alfândega da Corte contrários à ortodoxia da religião do Estado. Evidenciou na sua fala conhecimento das tensões que vinham ocorrendo no Brasil entre católicos e protestantes. Destacou as mercadorias cujo despacho deve ser proibido pelo Regulamento de 19 de setembro de 1860, no seu artigo 516: “Qualquer objecto de esculptura, pintura, ou

⁴²⁶ Ibid.

⁴²⁷ Ibid.

⁴²⁸ Ibid.

lithographia, cujo assumpto seja obsceno ou offensivo da religião do Estado, da moral e bons costumes [...]”.⁴²⁹ Belfort, ainda, ressaltou que se a questão for observada do ponto de vista econômico as autoridades de Sergipe erraram em seu parecer e, portanto, com base na legislação os ministros da justiça deveriam ter solucionado sem a necessidade de consultar o Conselho de Estado. Apoiado por Tavares Bastos passou a sinalizar o interesse numa questão em debate na época, o que parece justificar o apoio dos deputados liberais neste caso.

Foi erro que importa, sendo mantido, diminuição das rendas publicas, o tanto mais grave o reputo quanto considero ser elle consequência da propaganda ultramontana, que prejudicará sem duvida a emigração que se trata de attrahir ao paiz, nesta época em que uma abommavel *philantropia* quer a todo transe acabar com o elemento servil, primeira alavanca da primeira industria do Imperio. (*Apoiados*).⁴³⁰

Pelos registros de apoio à fala do deputado é possível afirmar que este parlamentar tinha uma base de parlamentares que concordavam com a sua defesa em prol da liberdade religiosa da qual o debate que a princípio parecia defender o direito de Cardoso em vender as bíblias veio a tomar destaque naquele espaço. É perceptível nesta parte da fala do deputado que os políticos liberais fizeram uso da bandeira religiosa para conseguir defensores para outras causas de interesses do grupo. Neste caso, ao defenderem a venda de bíblias e a liberdade religiosa, objetivava-se não prejudicar a entrada de mão de obra no país já que havia um projeto daqueles parlamentares liderados por Tavares Bastos⁴³¹ em prol da entrada de sulistas americanos que eram de confissão protestante.

Desse modo, a proibição da venda das bíblias significava para aquele grupo de liberais que defendiam a entrada de imigrantes um entrave para atrair um contingente de trabalhadores que professassem uma confissão diferente do catolicismo. Por isso, que na sua fala, o deputado chegou a criticar a propaganda ultramontana como um entrave para atrair imigrantes de outros credos já que a tolerância religiosa estava sendo desrespeitada até mesmo no caso da comercialização das bíblias que por lei eram permitidas. Muitos desses deputados que apoiaram Belfort aparecem no caso Abreu e Lima analisado por Rodrigues contrários a atitude da Igreja Católica diante da interdição do cadáver do general com base na argumentação da sepultura eclesiástica. Esse não foi o único caso que a historiadora identificou a participação dos políticos liberais contrários aos interesses da Igreja Católica.⁴³²

⁴²⁹ Ibid., p. 14-15.

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ Sobre a participação de Tavares Bastos não aprofundada nessa tese recomenda-se a consulta das obras de: RODRIGUES, Claudia, op. cit.; VIEIRA, David Gueiros, op. cit.

⁴³² RODRIGUES, Claudia, op. cit.

O caso de Cardoso somado a historiografia voltada para os debates sobre a secularização, a exemplo do trabalho de Rodrigues, apontam a participação do grupo de liberais envolvidos no debate que girava em defesa de liberdade religiosa no país. A princípio, o debate estava camuflado em outras questões. Desse modo, é perceptível que por trás da defesa do colportor, enviesada no discurso pela implementação da liberdade religiosa, o deputado estava representando o grupo que tinha interesses em atrair imigrantes para o Brasil. Como a maioria dos imigrantes professavam religiões diferentes da que o Estado legitimava era necessário mudar a legislação para facilitar a entrada de imigrantes acatólicos.

Com efeito a defesa pela liberdade religiosa seria uma estratégia usada pelos liberais para transmitir ao mundo uma imagem positiva de um país que respeitava os diversos credos. Essa hipótese fica evidente quando o deputado pede licença à Câmara para fazer a leitura de um trecho do artigo publicado no jornal *New-York Herald* de New-York, nos Estados Unidos. Era desta região que o Ministro da Agricultura esperava receber correntes espontâneas de emigrantes, argumentava o deputado antes da leitura:

Aviso nos emigrantes para o Brazil que naquelle paiz não há liberdade de culto, e que alli os cidadãos são constantemente vexados com o serviço da guarda nacional, que se ocupa quase exclusivamente em quotidianas paradas para cortejos e procissões. Quem vos falla assim é um indivíduo que já habitou o Brazil.⁴³³

A fala do deputado indicava que a “liberdade perfeita de culto” era uma das condições essenciais para a “emigração espontânea” conforme o pensamento do jornal americano. Nesse sentido, o deputado acabava colocando a culpa da falta de mão de obra na pessoa do Imperador, já que a legislação brasileira era um empecilho para os imigrantes acatólicos quando levantava a seguinte questão: “há quem julgue essencial condição de emigração espontanea a liberdade perfeita de culto, o que se não passará e que deleterios efeitos não produzirá este falseamento da liberdade limitada que existe entre nós, falseamento como que autorizado pelo governo central?”⁴³⁴

Em discordância com esta posição crítica uma voz não identificada nos anais afirmou que: – “Não é autorizado pelo governo”. Outro deputado não identificado também opinou: – “Apresente alguma cousa mais séria do que esse artigo que leu”. Parece que a acusação feita ao Imperador pelo deputado provocou uma certa tensão entre os parlamentares. Fato que levou Tavares Bastos a retrucar: – “Notem que a publicação é do *New-York Herald*”. É perceptível pelas falas dos deputados que chegaram a se posicionar, enquanto Belfort interpellava em defesa

⁴³³ Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 2 de agosto de 1867, p. 15, op. cit.

⁴³⁴ Ibid.

de Cardoso, que havia um grupo de deputados que não estavam de acordo com a fala daquele. Neste momento de tensão Belford Duarte voltou à exposição – “Ponho termo ao primeiro assumpto das minhas interpeleções, e aguardo a opinião do nobre ministro do Império”.⁴³⁵

É importante ressaltar que o caso do colportor estava imerso no momento político da década de 1860, no qual os liberais com interesses voltados para a questão da mão de obra no país se utilizaram da questão religiosa em prol dos seus interesses ou daqueles que eles estavam a representar. Nesse sentido, a discussão que Rodrigues fez, ao analisar a negativa de sepultamento católico para o General Abreu e Lima no Recife, assemelha-se ao caso do colportor em questão em muitos aspectos. Foi um acontecimento local que teve como estopim as bíblias protestantes defendidas pelo general dentro do contexto da vinda dos imigrantes e que após a sua morte também tomou a proporção nacional em torno da questão da secularização dos cemitérios, estando por trás do mesmo também a discussão sobre liberdade religiosa. Desse modo, é perceptível que havia uma conjuntura favorável ao debate pela liberdade religiosa no país.

Para se defender das acusações feitas pelo deputado, o chefe de polícia da província de Sergipe em carta enviada à imprensa da Corte, a qual foi mencionada, chegou a fazer três questionamentos que considerava fundamental para analisar a questão no âmbito da legislação vigente: as bíblias eram falsas? No Brasil havia liberdade religiosa? E, por último, a proibição da venda de bíblias falsas tinha assento na legislação criminal brasileira?⁴³⁶ Para argumentar sobre a falsidade das bíblias destacou que Belfort não conseguiu mostrar que estas não eram falsas. Quanto ao segundo ponto – liberdade religiosa no Brasil – a autoridade policial de Sergipe argumentou:

No nosso paiz não temos liberdade religiosa; o nosso pacto fundamental assim o estabeleceu, e a lei criminal se preparou para velar no cumprimento daquele preceito organizador. É preciso não ler-se a constituição do Imperio no seu art. 5º para se dizer o contrário. Se liberdade é o que se tolera praticar escondidamente, no paiz temos liberdade religiosa. Se em vista de tal artigo de uma constituição política, indicando em sua primeira parte a religião a seguir-se, e na segunda permitindo ou tolerando as outras sem formulas externas, ainda há quem tenha a coragem de declarar que no nosso paiz existe liberdade religiosa, deixe-se aqui copiado integralmente o art. 276 do código penal, para que as crianças fujão de tal pensamento: “Art. 276. Celebrar em casa ou edificio que tenha alguma fórma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra religião que não seja a do Estado: Penas, etc.” Que tal a liberdade, meu caro senhor?! [grifo nosso].⁴³⁷

⁴³⁵ Ibid.

⁴³⁶ BNRJ – *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 321, 18 de novembro de 1867, p. 2.

⁴³⁷ Ibid.

Para esclarecer o terceiro ponto – a proibição da venda de bíblias falsas com base na legislação criminal – o chefe de polícia da província de Sergipe utilizou como aporte jurídico o artigo 277 do Código Penal, justificando que a prática de Cardoso era um abuso em relação a religião do Estado.⁴³⁸ Assim, o chefe de polícia não considerava abusiva a sua prática em relação ao caso de Cardoso.

O debate da questão das bíblias não se restringia à imprensa laica, já que os jornais confessionais da Corte, na década de 1860, estavam em conflito por representar interesses de credos diferentes: os periódicos a *Imprensa Evangélica* e *O Apóstolo* também veicularam as suas versões do evento.

O jornal *Imprensa Evangélica* além de transmitir a mensagem do Evangelho na percepção dos presbiterianos servia como um veículo de defesa contra as perseguições dos católicos.⁴³⁹ Este jornal organizado no Rio de Janeiro pelos missionários norte-americanos é considerado o primeiro periódico evangélico da América Latina, desde o mês de novembro de 1864. Sua publicação contava com o apoio das denominações protestantes e maçons.⁴⁴⁰ Não é de se estranhar a cobertura do caso Cardoso nesse impresso. Foi com base na análise das edições disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre os anos de 1866 e 1868 que se pôde identificar a posição do periódico sobre o caso.

Na edição de 17 de agosto de 1867, o jornal *Imprensa Evangélica* deu destaque a duas notícias com temática relacionada à liberdade religiosa. A primeira destacava uma notícia internacional sobre a Câmara dos deputados da Áustria reclamando a liberdade religiosa. Seguida pela matéria intitulada: *A interpelação sobre a venda da Bíblia em Sergipe*. As palavras jovem, talentoso e ilustre foram usadas para elogiar a atuação do deputado maranhense Belfort Duarte na tribuna da Câmara por ocasião da interpelação do caso Cardoso. Na versão do jornal presbiteriano o deputado desenvolveu perfeitamente a tese das liberdades da religião

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, Rio de Janeiro, Vol. I, n. 1, 5 de novembro de 1864.

⁴⁴⁰ Edwiges dos Santos destacou que a utilização da imprensa fez parte das estratégias empregadas pelo protestantismo de missão para a divulgação e expansão do Evangelho no Brasil. Um dos primeiros a atuar foi Kalley que teve uma representação significativa entre 1855 e 1876, escrevendo para diferentes jornais do Rio de Janeiro, a exemplo, do *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio*. De novembro de 1864 a julho de 1892, esteve em circulação o jornal *Imprensa Evangelica*. Apesar da aceitação dos pares e dos jornais, bem como da tolerância por parte do Governo, o jornal sofreu “imediate oposição de setores mais radicais da Igreja Católica.” Por temer represálias a Typographia Universal Laemmert, de propriedade dos protestantes Eduard e Heinrich Laemmert publicou somente a primeira edição desse periódico, passando a partir da segunda a ser impresso na Typographia Perseverança. Era uma tipografia pequena mas que estava ligada a maçonaria, por isso, aceitou o desafio de publicar o jornal que sofria a represália dos grupos radicais católicos. Na percepção da autora “a aceitação do periódico por parte dos leitores e a tolerância do governo para com os artigos publicados incentivaram presbiterianos e outras denominações a investirem na publicação de jornais.” *O Púlpito Evangélico* (1874-1875) circulou em formato de revista; *A Salvação da Graça* (1875); *O Missionário Juvenil* (1888); e a *Revista das Missões Nacionais*. Cf. SANTOS, Edwiges Rosa dos, op. cit., p. 41-47.

e do ensino. Demonstrou as arbitrariedades das autoridades provinciais, já que a proibição da venda da Bíblia era um grave erro do ponto de vista econômico e, ainda, violava as garantias da Constituição a respeito da tolerância religiosa.⁴⁴¹ A matéria, provavelmente escrita por Holden, primeiro elogiou a defesa do deputado, encaminhando a crítica à hegemonia da Igreja Católica, à atuação das Ordens, ao Ministro da Justiça e ao parlamento pela falta de liberdade religiosa no Brasil a ponto de levar as autoridades policiais a impedir até mesmo a venda de bíblias. Nesse aspecto fez a seguinte ressalva a respeito da interpelação na Câmara dos Deputados:

O discurso foi bom; porém se na Alemanha ou nos Estados Unidos constasse que ainda se discute no parlamento brasileiro a legalidade da venda da Bíblia e a veracidade das Bíblias da Sociedade Bíblica de Londres, em cujo relatório anual se encontram sempre na lista dos contribuintes a Rainha Victoria e o Rei da Prússia, a impressão produzida seria mui desfavorável às nossas luzes. O Brasil há 300 annos recebeu missionarios jesuitas, e ainda não se sabe o que seja uma Bíblia. O Ministro da Justiça, lente cathedratico de direito ecclesiastico, sujeitou a questão da genuinidade das Bíblias á decisão do conselho de Estado!⁴⁴²

Somada à crítica, a matéria tenta fazer uma pressão sobre o Conselho de Estado no sentido de colocar que o problema afetará não somente os protestantes, que já se encontravam no país, mas também outros imigrantes que professavam outros credos. Na versão do jornal evangélico a demora na decisão ao requerimento de Torquato Martins Cardoso era motivada pela pressão exercida pelo clero católico. Desse modo, alertava para a questão da imigração que era no fundo o maior interesse do deputado Belfort Duarte em defender a liberdade religiosa.

A Bíblia se vende em toda a parte do mundo civilizado, menos na Hespanha e nos Estados do Papa. Estamos bem certos de que o Brazil não quererá figurar na lista das nações retrogradadas e intolerantes junto com a Hespanha e Roma. Ou, se o contrario acontecer, a decisão do conselho de Estado será opportuna, não só para nós mas tambem para os immigrants que, seduzidos por falsas promessas, demandam os portos deste Imperio.⁴⁴³

Enquanto o jornal *Imprensa Evangélica* tomou partido em defesa do colportor e do parlamentar. *O Apóstolo* publicou diversas matérias sobre o caso Torquato e sobre a atuação de Belfort a defender os “nobres funcionários” que na visão deste periódico estavam “cumprindo um dever como catholicos e como empregados da nação, pozeram em vigor a letra da constituição prohibindo que se vendessem livros manifestamente contra a religião do Estado”.⁴⁴⁴ Na edição de 4 de agosto de 1867, *O Apóstolo* publicou a “CHRONICA DA

⁴⁴¹ BNRJ – *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, Vol. III, n. 16, 17 de agosto de 1867, p. 7.

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ BNRJ – *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, ano II, n. 17, 28 de abril de 1867, p. 7-8.

SEMANA” de forma irônica a fala da interpelação feita por Belfort no dia 2 daquele mês. Chegou a criticar os parlamentares que manifestaram apoio a defesa pela liberdade religiosa quando expressou:

– Olhe para o estado lastimoso a que querem reduzir o Brazil, o joven deputado maranhense, [Belfort] que annunciou interpellar o Sr. ministro do império sobre a prisão de um vendedor de bíblias. Apre! Com tanta franqueza, com tanta liberdade no recinto da câmara. Um deputado quer casamentos á seu modo; outro quer negócio livre de bíblias, ainda com prejuizo da crença daquelles que o mandaram para a câmara defender a constituição e a religião catholica; outro quer assaltar a autoridade episcopal, tirando-lhe a força e independencia para bem governar; outro quer!! Valha-nos Deos com tanta incoerencia.⁴⁴⁵

O Apóstolo, representando a postura ultramontana, revelou o apoio às autoridades eclesiásticas e civis diante da proibição das bíblias que era por eles condenadas como se pôde observar por meios das cartas pastorais.

Pela repercussão do evento nos diversos periódicos laicos e confessionais é possível pensar em como se processava a opinião pública a respeito do debate que girava em torno da liberdade religiosa. É válido imaginar que havia burburinhos em torno das matérias publicadas: conversas informais, pregações, discussões. O que decidiria o Imperador D. Pedro II em relação ao colportor diante das pressões dos grupos de liberais que passaram a defender a causa dos protestantes e do grupo de conservadores e ultramontanos que estavam favoráveis às decisões das autoridades da província de Sergipe?

Diferente da rapidez que o trâmite burocrático da questão transcorreu nas mãos das autoridades da província de Sergipe. Na corte ocorreu o contrário. Fato que levou o deputado a reclamar a morosidade naquele caso que fora encaminhada ao Conselho de Estado. Mesmo após reclamações na imprensa e na Câmara no mês de agosto de 1867, a decisão veio a sair somente no dia 4 de maio de 1868. Data em que o Ministério dos Negócios da Justiça publicou o parecer do imperador D. Pedro II endereçado ao presidente da província de Sergipe com aviso que “declara que não é lícito dizer e sustentar o propósito de proceder arbitrariamente no caso de deficiência das leis do paiz, por isso que deve ser mantida e respeitada a liberdade individual.”⁴⁴⁶ Em anexo ao aviso consta o parecer do Ministério dos Negócios da Justiça com mesma data:

⁴⁴⁵ BNRJ – *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, ano II, n. 31, 4 de agosto de 1867, p. 3-4

⁴⁴⁶ Aviso de 4 de maio de 1868. Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1868. Tomo XXXI. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1868, p. 126-127. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>. Acesso em: abr. 2019.

Illm. E Exm. Sr. – Foi presente a Sua Magestade o Imperador a representação de Torquato Martins Cardoso contra o acto dessa Presidencia e do Chefe de Polícia dessa Província, negando a licença para a venda de livros sagrados, por serem reputados contrários ás doutrinas da Religião Catholica Apostolica Romana. E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, com cujo parecer se Conformou por sua Imperial e Immediata Resolução de 22 do mez próximo passado, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex.: – 1º que é de rigoroso dever dessa Presidencia respeitar e manter a liberdade individual, consagrada no art. 179 § § 1º e 5º e 24 da Constituição; 2º que o Chefe de Polícia não podia proceder contra o reclamante, senão nos casos expressos nos arts. 277 e 278 do Codigo, não arbitrariamente senão por via de processo criminal; [3º que não é licito a um] delegado do Governo Imperial o dizer e sustentar o propósito de proceder arbitrariamente no caso de deficiência das leis do paiz. O que lhe communico para sua intelligencia devidos effeitos. Deus Guarde a V. Ex. – Martim Francisco Ribeiro de Andrada. – Sr. Presidente da Província de Sergipe”.⁴⁴⁷

O parecer foi assinado por Martim Francisco Ribeiro de Andrada que atuou como Ministro da Justiça no Brasil entre 27 de outubro de 1866 e 16 de julho de 1868. Desse modo, o período de sua atuação coincide com o evento em questão o que aponta que a demora em sair o parecer e a maneira como a decisão fora julgada tem relação direta com a posição não apenas do Imperador, mas do Conselho de Estado que tinha como representante o Ministro da Justiça. Qual a influência deste ministro diante da decisão favorável do Imperador D. Pedro II e da apelação feita pelo colportor? Quais as implicações que o parecer favorável ao colportor acarretaria o relacionamento do Estado com a Igreja Católica?

Pelo parecer, é perceptível que havia um esforço das autoridades – Conselho do Estado e Imperador – em resolver a questão sem provocar alardes já que esta havia provocado um intenso debate para além da comercialização das bíblias. Portanto, parece que a estratégia utilizada foi tentar silenciar o debate da liberdade religiosa quando atribuiu a questão ao procedimento arbitrário por parte de um chefe de polícia que impediu a liberdade individual de um vendedor de bíblias em razão da deficiência da legislação do país.

No entanto, a questão era muito mais complexa se considerar que era a primeira vez que no Brasil um colportor – representante do protestantismo que estava chegando no país na década de 1860 – ganhou uma causa que enfrentou contra autoridades importantes no cenário político e religioso a partir do parecer da autoridade máxima do Império. A demora em sair o parecer e o silêncio sobre a questão da liberdade religiosa quando colocou em questão a liberdade

⁴⁴⁷ 2ª Secção. Ministério dos Negócios da Justiça. Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1868. Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1868. Tomo XXXI. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1868, p.126-127. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>. Acesso em: abr. 2019.

individual são indícios de que D. Pedro II precisava agir com muito cuidado, pois a questão envolvia muitos interesses com políticos, fazendeiros, líderes da alta hierarquia católica.

No entanto, mesmo deixando à margem a discussão da liberdade religiosa a decisão contrariava não somente o chefe de polícia e o presidente da província, mas contrariava o parecer do vigário de Aracaju que seguia as normas da Carta Pastoral do Arcebispo Primaz do Brasil. Desse modo, estava o Imperador D. Pedro II a contrariar a maior representatividade religiosa do Império e a todos que se identificavam ou concordavam com o parecer da Igreja Católica perante a comercialização das bíblias. Como ficariam as relações entre a Igreja e o Estado nas décadas seguintes? Pela forma como o jornal católico da Corte se posicionou após a decisão do governo em relação ao vendedor de bíblias falsificadas de Sergipe conjectura-se que este caso do colportor abalou as relações dos ultramontanos com o Estado.

Uma nação, cujos mais altos funcionarios juram defender a religião catholica apostolica romana, que contempla impassível a desordem moral, que a corrompe, que assiste imperturbavel á propaganda de princípios perniciosos e subversivos de suas instituições, apresenta o espectáculo tristissimo de uma sociedade em dissolução.⁴⁴⁸

O caso da questão das bíblias em Sergipe ganhou a opinião pública numa conjuntura de interesses diversos na qual a defesa da liberdade religiosa para muitos era apenas uma bandeira para atingir os seus objetivos. Nesse caso, era evidente que o parlamentar Belfort Duarte representava os interesses do grupo de liberais, dos quais estava incluso Tavares Bastos. O intelectual Aureliano Cândido Tavares Bastos foi um parlamentar atuante nos debates da segunda metade do século XIX. Dentre as causas que ele defendeu estava o protestantismo, pois acreditava que a importação de imigrantes protestantes provenientes da Inglaterra e dos Estados Unidos representava a solução para o progresso do Brasil. Após a sua morte, mais especificamente, por conta das características apresentadas no funeral dele, em maio de 1876, outras questões passaram a ser debatidas, a exemplo do enterramento civil que representava mais uma ameaça a Igreja Católica. Este debate na década de 1870 demonstra que as disputas entre católicos, protestantes e liberais (muitos deles ligados a maçonaria) continuaram no Brasil Império de diversas formas e motivadas por várias razões.⁴⁴⁹

Como se pôde observar no primeiro capítulo, mesmo após a decisão favorável ao colportor, os conflitos por conta das práticas de colportagem continuaram no Brasil. Com efeito, a Igreja Católica intensificava o combate através da ação dos padres e dos frades. Estes agentes ultramontanos usaram a imprensa para questionar a comercialização das Sociedades Bíblicas e

⁴⁴⁸ BNRJ – *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, ano III, n. 27, 5 de julho de 1868, p. 2.

⁴⁴⁹ RODRIGUES, Claudia, op. cit., p. 199-245.

a livre interpretação, passando a queimá-las. Na década de 1880 o caso Degiovanni demonstrou que estes sujeitos não apenas distribuíram as bíblias como também as defenderam, inclusive no espaço da imprensa. Para Hill a explosão da imprensa durante a relativa liberdade da regência de Eduardo VI permitiu que o protestantismo e as discussões religiosas se estabelecessem na Inglaterra. Assim destaca a importância da imprensa para o estabelecimento do protestantismo inglês.⁴⁵⁰ Guardadas as devidas especificidades, neste aspecto, concorda-se com Hill, já que mais uma vez pode ser constatada a relevância da imprensa para a inserção do protestantismo como espaço de denúncia, defesa, propaganda e conquista da cidadania.

O uso da imprensa sergipana não ficou restrito a estes colportores. Manoel Antonio dos Santos David, um dos primeiros conversos da província de Sergipe também atuou nos periódicos da cidade de Laranjeiras na fase de ascensão dos jornais abolicionistas e republicanos. A trajetória desse converso será o fio a conduzir a reflexão a respeito da oficialização e expansão do protestantismo em Sergipe no curso da transição Império/República e da separação do Estado e da Igreja.

⁴⁵⁰ HILL, Christopher, op. cit., p. 36.

3 INSERÇÃO PRESBITERIANA NA PROVÍNCIA DE SERGIPE: O CASO DO CONVERSO DAVID NA IMPRENSA (1884-1889)

O § 5 da constituição diz: Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do estado e não offenda a moral publica. Logo, eu posso ter a que quizer, e não me podem perseguir por isso; com tanto que eu cumpra a condição estabelecida ali.⁴⁵¹

3.1 Do catolicismo ao presbiterianismo: a família David em Laranjeiras

No primeiro dia do ano de 1885, muitas pessoas de todas as cores e idades, trajando suas melhores vestes, observavam a diversidade de embarcações ornamentadas que chegavam ao porto de Aracaju. Numa delas, acompanhada de sacerdotes e fiéis, enfeitada com flores e fitas vinha a imagem de Bom Jesus dos Navegantes.⁴⁵² Em terra, tanto os navegantes quanto os que aguardavam prosseguiram pelas ruas da capital a conduzir o orago homenageado. “Duas mil” pessoas de diversos pontos da província de Sergipe ouviram a pregação “eloquente” do padre Firmino Brant Rocha⁴⁵³ no encerramento da “esplêndida” festa católica como demonstração de que “o Christianismo não morre, e em todas as pompas que ostenta revela sua origem divina”.⁴⁵⁴

A priori, esta notícia veiculada no jornal *Gazeta do Aracaju* de 4 de janeiro de 1885 indica uma publicação corriqueira a relatar mais uma das solenidades católicas em homenagens aos variados oragos cultuados desde os tempos coloniais. Nestas cerimônias era comum o eclesiástico responsável contar com o auxílio de outros sacerdotes e de missionários, a exemplo dos capuchinhos; bem como noticiar não somente o resultado das festas religiosas, mas também sua programação para convidar os fiéis por meio dos jornais.⁴⁵⁵ Neste caso é possível que o

⁴⁵¹ BNRJ – *A Província*, Aracaju, ano I, n. 10, 13 de março de 1885, p. 4.

⁴⁵² Na percepção de Ana Medina a procissão do Bom Jesus dos Navegantes de Aracaju remonta ao ano de 1857. Baseando-se na oralidade defende ser a procissão uma desobriga, por conta dos acidentes e doenças que acometiam os sergipanos. Em dias de procissão a capital parava para receber os fiéis de vários pontos da província/estado. Depois de 1860, a ponte do Imperador passou a ser o espaço de embarque e desembarque da imagem onde se dava o encontro das pessoas que chegavam das embarcações com aquelas que esperavam nas imediações da ponte. Cf. MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

⁴⁵³ O padre Firmino Brant da Rocha foi professor de alguns dos filhos de senhores de engenho de Sergipe que vieram a estudar nas Faculdades de Medicina da Bahia e de Direito do Recife. Galdino Teles de Menezes, José Nunes Sobral, Joviano Telles estão entre os alunos de humanidades do Colégio deste sacerdote, que chegou a funcionar em Capela, Japarutuba e Aracaju. GUARANÁ, Armindo, op. cit., p. 193, 338 e 359.

⁴⁵⁴ BNRJ – *Jornal Gazeta do Aracaju*, Aracaju, ano VII, n. 285, 4 de janeiro de 1885, p. 2. Este órgão do partido conservador, iniciou em 4 de junho de 1879 com duração de uma década. Foi opositor de jornais de tendência liberal, a exemplo do *Jornal de Sergipe e Eco Liberal*. Este último contou com a colaboração de Guedes Cabral. Cf. TORRES, Acrísio. *Imprensa em Sergipe*. Brasília: Centro gráfico do Senado, 1993, p. 38-40.

⁴⁵⁵ A pesquisa nos diversos jornais sergipanos tem revelado uma variedade de notícias sobre as festividades religiosas, independente da bandeira política que o jornal defendia.

relato da “pomposidade” da festa católica se apresentasse como contraponto para a notícia diagramada em sequência.

Acaba de morrer para a fé catholica uma família inteira, na cidade de Laranjeiras, desta Província – a do commerciante, sr. Manuel dos Santos David. Victima em excesso de profunda ignorancia, deixando-se illudir pela loquacidade perversa de um sandeu protestante, o senhor Santos David abjurou a religião de seus paes, e com toda a sua família passou-se para a do frade orgulhoso que atacou os dogmas das indulgencias, que trocou a authoridade da Igreja pela dos livros santos, atacou o culto dos santos, o purgatório, os mandamentos da igreja, a confissão, a transubstanciação, a missa, a communhão sob uma so espécie, e, excommungado, esposou a joven freira Catharina de Bora. E o sagaz do protestante rebaptizou ao sr. Santos David, que, pouco lido e menos corrido, desconhece que o fundador da seita abominável a que filiou-se, conservou em sua religião o baptismo e a eucharistia sob as duas espécies! Está hoje habilitado o sr. Santos David e os seus para serem os piores malvados do mundo; porque a religião dos protestantes so admite a fé excluindo as boas obras. É o primeiro sergipano que assim se suicida, assassinando sua família inteira. Dobrem a finados os sinos de Larangeiras por esse pobre cego que virou as costas a Maria Santíssima e a seu Unigênito Filho, Jesus Christo. Todos os sergipanos lastimam essa desgraça.⁴⁵⁶

É provável que amantes da palavra impressa, familiarizados com anúncios de mortes, missas de sétimo dia e necrológios, ainda não tivessem lido uma nota desse teor. Nesse sentido, a notícia torna-se excepcional, um necrológio familiar que representava a morte simbólica da família David para os católicos daquela província. Pela diagramação e conteúdo percebe-se que havia a intenção de valorizar o catolicismo ao passo que deslegitimava a atitude daquela família presbiteriana. Razão pela qual, neste capítulo, servirá como ponto de partida para compreender a inserção do presbiterianismo na província de Sergipe a partir das práticas e representatividades de Manuel Antônio dos Santos David na imprensa.

O motivo que levou a veiculação daquele necrológio pode ser compreendido em um evento que se deu em Laranjeiras na semana anterior. Era domingo, 28 de dezembro de 1884, quando na residência de Manoel Antônio dos Santos David, familiares e amigos presenciaram uma cerimônia religiosa presidida por Alexander Latimer Blackford. Receberam o batismo os membros desta família composta por: Manoel Antônio dos Santos David, a sua esposa Emília Maria dos Santos David e sua prole em número de seis: Emília dos Santos David e David Antônio dos Santos, e os quatro menores. No rol dos batizados consta ainda o nome de Herculano Alves Café.⁴⁵⁷

⁴⁵⁶ BNRJ – *Jornal Gazeta do Aracaju*, Aracaju, ano VII, n. 285, 4 de janeiro de 1885, p. 2.

⁴⁵⁷ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209.

Estas cerimônias costumavam ser lavradas, meses depois, em atas das reuniões realizadas no Presbitério do Rio de Janeiro nas quais os missionários prestavam conta das atividades realizadas nas diversas partes do Império. Desse modo, passados oito meses, no dia 28 de agosto de 1885, às dez horas da manhã, teve início a reunião registrada no primeiro Livro de Atas do Presbitério do Rio de Janeiro que consta: “O Rev. Dr. A. L. Blackford participou igualmente que a 28 de Dezembro de 1884, organizara em Larangeiras, província de Sergipe, uma Igreja com 5 membros adultos que professaram na ocasião, e 4 crianças baptizadas”.⁴⁵⁸ Apesar de não citar os nomes, estas informações corroboram com as mencionadas por Machado em artigo acima referido.

Os primeiros registros da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro organizados em três livros de atas ajudam a traçar a trajetória das primeiras igrejas organizadas por esta denominação no Brasil. Estas seguiram o sentido Rio de Janeiro/São Paulo em direção as outras províncias mais distantes da sede do Presbitério, como era o caso de Sergipe. No entanto, estes documentos silenciaram a contribuição de outros sujeitos no processo de organização, e principalmente, de manutenção destas igrejas. David e tantos outros sujeitos são silenciados para dar lugar aos heróis estrangeiros.

A expansão presbiteriana Sul/Norte era vista pelos católicos como uma invasão protestante. Os sacerdotes costumavam ser contrários à criação dessas igrejas evangélicas por considerar o protestantismo um erro do mundo moderno a ser combatido conforme as diretrizes emanadas de Roma. É provável que o clero sergipano tenha envolvimento na publicação daquele necrológio inusitado que pretendia deslegitimar a atitude daquela família perante a comunidade de católicos. Nesse caso, existe a possibilidade do padre Olímpio de Souza Campos ter participado na diagramação e, talvez, na própria escrita. Tendo em vista que era o sacerdote à frente da freguesia de Aracaju desde 1880⁴⁵⁹ e, principalmente, por ter sido um dos principais redatores do *Gazeta do Aracaju* durante seu período de circulação (1879-89).⁴⁶⁰

A nota em si representa uma atitude de intolerância para com a escolha religiosa de David, pois a legislação do Império permitia outras religiões desde que não contrariassem o artigo quinto da Constituição de 1824: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico,

⁴⁵⁸ Primeiro Livro de Atas do Presbitério do Rio de Janeiro, constituído em São Paulo a 16 de dezembro de 1865 a 1885, p. 382.

⁴⁵⁹ DANTAS, José Ibarê Costa. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos 1853/1906. Aracaju, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 36, 225-238, 2007, p. 226.

⁴⁶⁰ GUARANÁ, Armindo, op. cit., 1925. Os políticos do partido conservador, Brício Cardoso, Olímpio Campos, Coelho e Campos, exerceram a função de redatores do *Gazeta do Aracaju*. Cf. TÔRRES, Acrísio, op. cit.

ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.”⁴⁶¹ Sendo assim, David seguia o previsto na Lei, visto que a igreja fora organizada no espaço do lar de sua família. Outro aspecto a ser destacado diz respeito a visibilidade que a nota deu aos presbiterianos. Possivelmente, o evento ainda era pouco conhecido. Entretanto, pelas páginas de um órgão do partido conservador, assinantes e não leitores daquela folha, considerando a transmissão das notícias pela oralidade, passaram a ter conhecimento do fato quando o jornal o levou até a opinião pública.

À luz da concepção de documento/monumento de Jacques Le Goff⁴⁶² é possível pensar que o jornal serviu como um monumento que deu visibilidade à organização da igreja sem templo, a partir da desconstrução da imagem do patriarca da família. Desse modo, a palavra impressa acabou edificando a Igreja Presbiteriana quando personificou a morte simbólica daquela família. Feita uma leitura a contrapelo na perspectiva de Walter Benjamin⁴⁶³, observa-se que a tentativa do “padre” de “matar” os novos presbiterianos provocou efeitos contrários, pois além de proporcionar maior visibilidade ao fato, instigou a resposta de David por meio também da imprensa. Desse modo, com base na Constituição de 1824, David com tom de ironia questionou o jornal conservador, *Gazeta do Aracaju*, através de uma publicação veiculada na gazeta liberal da capital, *A Província*, edição de 13 de março de 1885.

Perdeu alguma cousa com isso, tem alguma jurisdição sobre mim? Não estou em um paiz livre, a onde posso seguir o que me agradar? O § 5 da constituição diz: Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do estado e não offenda a moral publica. Logo, eu posso ter a que quizer, e não me podem perseguir por isso; com tanto que eu cumpra a condição estabelecida ali.⁴⁶⁴

Nesta matéria David declarou ser um homem de quarenta e três anos casado com uma mulher que tinha cerca de trinta anos. Parecia usar do artifício da maturidade, adquirida pela experiência de vida, como justificativa para argumentar que a escolha de sua família pelo presbiterianismo não foi repentina, mas uma atitude pensada. Portanto, não se tratava de um erro como queria demonstrar o *Gazeta de Aracaju*. Em relação a educação dos seis filhos, destacou que a prole estava sob a responsabilidade dos pais “até que por si possam examinar tudo, e abraçar o que for bom.”⁴⁶⁵

⁴⁶¹ Constituição Política do Império do Brasil. Carta de lei de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

⁴⁶² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Idem, *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992.

⁴⁶³ BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

⁴⁶⁴ BNRJ – *A Província*, Aracaju, ano I, n. 10, 13 de março de 1885, p. 4.

⁴⁶⁵ Ibid.

Duas matérias diversas, veiculadas por jornais de posturas diferentes, mas que nos permitem afirmar que nos anos de 1884/85 o comerciante David residia com a família em Laranjeiras. Tinha seis filhos e havia professado o catolicismo conforme a tradição dos pais. Razão pela qual havia casado naquele rito e batizado sua prole como era de costume. Mas, que de forma oficial, abjurava do catolicismo naquele 28 de dezembro de 1884, quando toda a família o seguiu. Nesse aspecto, nada se sabe dos pais e irmãos de David, exceto que sua irmã, Felismina do Sacramento David, faleceu em janeiro de 1889.⁴⁶⁶

Duas hipóteses podem ajudar a refletir sobre as motivações que o levaram a defender a fé reformada. Partindo do pressuposto que sua profissão favorecia o contato com pessoas diversas, tanto na venda quanto na compra de mercadorias, existe a possibilidade de David ter absorvido estas ideias a partir do contato com comerciantes estrangeiros provenientes de países protestantes ou ter sido convencido por colportores e agentes das sociedades bíblicas a vender literatura religiosa de cunho protestante na sua loja, a princípio, por interesses comerciais.

A província de Sergipe recebeu comerciantes estrangeiros no oitocentos, embora em menor quantidade, se comparada a outras províncias que foram palco da imigração. Pesquisadores do protestantismo têm destacado que a abertura dos portos (1808) e o Tratado de Comércio e Navegação (1810) firmado com a Inglaterra representavam não somente a consolidação desta nas relações comerciais com a Coroa lusitana, mas significava ainda que o comércio internacional passaria a ser controlado por países protestantes. Razão pela qual a legislação no Brasil precisaria se adequar para atender às necessidades dos ingleses protestantes que implantaram suas casas comerciais.⁴⁶⁷ Muitas destas eram destinadas a venda de tecidos e ferragens. Estes também eram responsáveis pelo câmbio das transações comerciais e outras profissões técnicas.⁴⁶⁸

Por exigência da Inglaterra o Tratado de Comércio e Navegação continha uma cláusula que permitia a liberdade de culto para os súditos ingleses. Permitia-se por lei a construção de capelas, cemitérios e a realização dos serviços religiosos de formato anglicano nas suas igrejas e capelas particulares, desde que estas se apresentassem com seu aspecto exterior de

⁴⁶⁶ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 9, 6 de janeiro de 1889, p. 3. Nesta edição o jornal presta condolências a David pela morte da irmã: “Cedeu a lei da transformação a exma. sra. D. Felismina do Sacramento David, irmã do nosso correligionário sr. Manoel David, a quem damos as nossas sinceras condolências”. Vale ressaltar que David nasceu por volta do ano de 1841. Pela quantidade de filhos (seis) dos quais destacava dois deles como maiores parece ter casado com Emília quando ela tinha por volta dos 14 anos.

⁴⁶⁷ SANTOS, Lyndon de Araújo. O Protestantismo no Advento da República no Brasil: Discursos, Estratégias e Conflitos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, n. 8, set. 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em: 20 jan. 2020, p. 104; Cf. MENDONÇA, Antônio Gouvêa, op. cit., p. 133-134.

⁴⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, Universidade Editora, 2000.

residências. Entretanto, era proibido falar mal da Igreja Católica e fazer proselitismo. Na prática autorizou e estimulou a vinda de outros imigrantes para o Brasil. Vieram alemães luteranos, suíços, irlandeses e outros que professavam o protestantismo.⁴⁶⁹

A maioria dos ingleses que se instalaram no Brasil eram ligados ao comércio e a Igreja Anglicana conforme destacou o historiador Lyndon Santos sobre o caso do Maranhão. Os ingleses anglicanos foram os primeiros protestantes dessa região no século XIX. Vieram interessados em controlar o comércio do algodão, principal produto da economia daquela província. Moravam afastados da cidade, tinham igrejas e cemitérios próprios. Porém, não tinham o propósito de expandir a fé e suas igrejas de origem. Nesse período, os maranhenses apelidavam os ingleses de bode, bife, maçom.⁴⁷⁰ Em Sergipe, parte da população de Itabaiana também costumava apelidar os protestantes de bode.⁴⁷¹ Não se pode afirmar que anglicanos ou qualquer outra denominação tenha sido a primeira a manter seus conversos nesta província. Entretanto, assim como no Maranhão, na Bahia e outras regiões, os ingleses anglicanos influenciaram o comércio do açúcar e do algodão. Mas não foram os únicos com os quais o negociante David pode ter mantido relações comerciais.

Dentre estes, estava a família alemã Schramm, proprietária da casa comercial mais importante desta província, localizada em Maruim. Através da casa comercial A. Schramm & Co⁴⁷² se dava boa parte da exportação do açúcar de Sergipe para Salvador, Hamburgo e Inglaterra. A exportação do algodão também ocorria através desta casa que possuía uma máquina movida a vapor com capacidade para descarregar 600 arrobas de algodão por dia. Estes também importavam artigos estrangeiros para serem redistribuídos para os pequenos negociantes da província.⁴⁷³ A partir de 1839, outros grupos de alemães se estabeleceram na cidade de Maruim: artífices especializados, engenheiros, comerciantes, médicos e operários.⁴⁷⁴

⁴⁶⁹ MENDONÇA, Antônio Gouvêa, op. cit., p. 133-134; SANTOS, Lyndon de Araújo. *O Protestantismo no Advento da República no Brasil*, op. cit., p. 104.

⁴⁷⁰ SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: Protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luís: Edufma; São Paulo: Ed. ABHR, 2006, p. 30-31.

⁴⁷¹ MOURA, Ismael Menezes. *Os Protestantes em Itabaiana*. Itabaiana: Info Graphics, 2011.

⁴⁷² Aviso à lavoura, Schramm & C^a pedem aos amigos e comitentes que deixem seus açucares com preferência nos trapiches e armazéns: na capital (trapiche Mello); em Laranjeiras (armazém Quaresma); em Maroim (armazéns Grandê e Dous de Julho), no Rio Sergipe (armazéns S. Maria, Victoria e Maior); em Japarutuba (armazém Magalhães). Cf. BNRJ – *O Laranjeirense*, ano II, N87 Laranjeiras, 23 de setembro de 1888.

⁴⁷³ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. A casa Schramm e a economia sergipana na segunda metade do século XIX. In: FREITAS, José Edgar da Mota (Org.). *Cartas de Maruim*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 37-39. O alemão da região de Hamburgo Adolph Schramm estabeleceu a casa comercial A. Schramm & Co no Recife, Salvador e Maruim (Sergipe) durante a década de 1830. Retornou a Europa no final da década de 1840 deixando o irmão Ernst Schramm no comando do estabelecimento de Maruim.

⁴⁷⁴ CARVALHO, Jorge. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 35, 2006, p. 159. Ver também: ENNES, Marcelo Alario. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). *História*, São Paulo, v. 30, n. 2, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200015>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Pelas cartas que Adolphine Schramm enviou para familiares e amigos na Alemanha, entre dezembro de 1858 e abril de 1863, observa-se o relacionamento comercial com outras famílias estrangeiras, Winter, Wylies, Busch, Wiedemann, Gültzow com as quais desfrutavam momentos de lazer: jogos de cartas, leituras de jornais nacionais e estrangeiros, troca de livros e jantares. O cotidiano doméstico, o costume diário de ler jornais (entre estes periódicos ingleses), os horários da rotina do esposo no comércio, a natureza nos trópicos e seu desejo de retornar à terra natal foram relatados por Adolphine Schramm que não se debruçou a destacar as práticas religiosas de sua família. No entanto, na carta de número 23, endereçada à amiga, com data de 25 de dezembro de 1860, a alemã relatou a impressão que tivera dos festejos da noite Natal em Maruim:

Esta noite foi muito desagradável para nós, porque aqui, como em todo país católico, é costume assistir à missa de Natal. Aquilo que, numa cultura civilizada, serve para um descanso espiritual, transformou-se em festa popular, pela qual, quando os padres estão ocupados no altar, as pessoas de cor executam suas diferentes danças nos acordes, soltam-se centenas de foguetes. A menos de trinta passos de nossa casa tem uma capela, onde a agitação das pessoas, a dança, os fogos de artifício, tambor e música duram até às três horas da madrugada. Nos casebres, são consumidas bebidas alcóolicas; na capela, são vendidos doces e flores. **Gostaria de que os missionários observassem essas coisas. Será que ainda se esforçariam para converter tais criaturas ao cristianismo?** Mais pagã do que essa brincadeira de mau gosto não pode existir e, contudo, todos os pais e avós foram criados como cristãos.⁴⁷⁵ [grifo nosso].

Percebe-se um juízo de valor na fala da alemã que possuidora de uma cultura europeia proveniente da fé reformada, é provável, não soube compreender os costumes locais de uma população formada por boa parte de cativos que estavam a se divertir enquanto expressavam a sua fé. A fala de intolerância para com as práticas do catolicismo popular apresentou uma questão para a qual não fora encontrada resposta: a alemã fazia referência aos missionários das ordens católicas, a exemplo dos capuchinhos ou aos protestantes que na década de 1860 já faziam proselitismo no Brasil?

Apesar dos comerciantes alemães e ingleses que montaram negócios no Brasil não possuírem um objetivo proselitista, não se pode descartar a possibilidade deste contato ter proporcionado influências no âmbito da fé. Nesse aspecto, a circularidade comercial entre as vizinhas Laranjeiras e Maruim propiciou a pensar na possibilidade de o negociante David ter se aproximado da fé reformada a partir dos contatos comerciais com os estrangeiros. Estes, oriundos de países europeus de forte tradição protestante, como a Alemanha e a Inglaterra

⁴⁷⁵ FREITAS, José Edgar da Mota (org.). *Cartas de Maruim*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 29.

podem ter influenciado a leitura da bíblia e, conseqüentemente, a sua fé no círculo de amizade que construiu com os comerciantes das diversas partes da província. Estes tanto negociavam os produtos locais para ser exportados quanto revendiam os produtos trazidos da Europa. Os anúncios veiculados nos jornais da década de 1880 apontam a variedade de produtos estrangeiros à venda nos principais estabelecimentos de Laranjeiras.

Assim, passa-se a argumentar sobre a contribuição das práticas de colportagem para a conversão de David tendo em vista que muitos colportores atuaram nesta província desde a década de 1860. Este sujeito foi imortalizado como primeiro converso pelas memórias de Machado quando afirmou: “no ano de 1868, o senhor Manuel dos Santos David, negociante da cidade de Laranjeiras, pela leitura da Bíblia e outros livros, converteu-se ao protestantismo [...]”.⁴⁷⁶ Machado usou ainda da fala de Blackford para declarar que a partir daquele ano David “assiduamente propagava a verdade pela circulação da Palavra de Deus, livros e folhetos evangélicos e a Imprensa Evangélica, tanto como por sua influência pessoal.”⁴⁷⁷ Por estas informações é possível que as práticas de Torquato Martins Cardoso (1866-68) tivessem contribuído para sua conversão. Entretanto, outras pistas apontam para a possibilidade de um equívoco na data da conversão. A não ser que o vigário de Laranjeiras tivesse permitido que um católico disseminasse literatura protestante no seu estabelecimento comercial. Nesse caso, é possível que a comercialização tenha iniciado na data referida, mas sem a conversão já que David era membro da irmandade da Santa Casa de Misericórdia daquela cidade nos primeiros anos da década de 1870.

Esta irmandade, instalada em 14 de março de 1864, fora criada com objetivo de organizar um Hospital de Caridade para dar assistência aos desvalidos que vivenciavam o problema das epidemias. No ano anterior, quando o vigário Manoel Ribeiro Pontes assumiu a paróquia de Laranjeiras encontrou a população atacada pelo cólera morbus. Este sacerdote utilizou da mesma estratégia de seu antecessor, o vigário José Joaquim de Campos, quando convidou os capuchinhos Frei Paulo de Casanova e Frei David de Perugia para realizar missões, auxiliar nos cuidados com os doentes e participar da organização daquele hospital. Passados dois anos, em 29 de abril de 1866, o capuchinho Perugia realizava a benção durante a cerimônia de inauguração do Hospital São João de Deus da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.⁴⁷⁸

O nome de David não consta na relação dos irmãos instaladores, mas apareceu na ata de 23 de setembro de 1870, que tratava das mudanças para tornar público o cemitério da

⁴⁷⁶ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209.

⁴⁷⁷ Ibid.

⁴⁷⁸ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 119-120.

Misericórdia. O regulamento do cemitério público regido pela Irmandade fora aprovado pelo Arcebispo Dom Manoel Joaquim da Silveira e pelo governo provincial. Seus membros se reuniram, em 22 de abril de 1871, no salão da Santa Casa de Misericórdia para deliberar o dia da benção do cemitério. Nesta ocasião, Manuel Antonio dos Santos David estava entre os membros da mesa de reunião a exercer a função de escrivão ao lado do provedor Angelo Custodio Polliciano e do tesoureiro Eugenio José de Lima. Às quatro horas da tarde, do dia 30, David esteve presente à inauguração na condição de irmão escrivão. Passados seis meses, a mesma comissão da inauguração do cemitério apresentava a crise financeira da Irmandade.⁴⁷⁹ Nessa fase, David estava entre os membros da mesa administrativa. Sua posição de escrivão permitia-lhe participar das decisões e o colocava próximo do vigário e dos capuchinhos que costumavam atuar em prol daquela irmandade.

Outro ponto interessante para refletir sobre a transição do David católico para o David presbiteriano é a opinião do vigário Philadelpho Oliveira a respeito da influência das ideias do médico baiano, Domingos Guedes Cabral na província de Sergipe. Na percepção do vigário, o médico sofreu forte reação da sociedade baiana no ano de 1875, por conta de sua tese recusada pela Faculdade de Medicina da Bahia. Período que veio se refugiar na cidade de Laranjeiras, onde infiltrou o vírus do ateísmo por sete anos. Depois dele, Religião e Direito eram os assuntos mais discutidos, “tendo cada laranjeirense embaixo do braço a Bíblia e o Código”. Este vigário ainda o considerou precursor da “luta religiosa”, antes mesmo da “luta entre católicos e protestantes” vir a ocorrer nesta cidade.⁴⁸⁰ Esta vasta utilização da Bíblia sinaliza para a eficácia das práticas de colportagem, bem como pode indicar a comercialização por David muito antes da sua conversão, considerando que em 1877 David estava imerso no grupo dos católicos conforme registro de batismo de um de seus filhos.

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de mil oitocentos e setenta e sete, o Reverendo José Leandro de Oliveira, baptizou na Igreja Matriz a Eliezer, branco, nascido a seis de julho do corrente ano, filho legitimo de Manoel Antonio dos Santos David e Dona Emilia Maria da Conceição David. Forão Padrinhos Antonio Curvello de Mendonça e Dona Barbara Muniz de Meneses Mendonça. E para constar mandei fazer este assento que assignei. O Conego Vigario Elizario Vieira Muniz Telles”.⁴⁸¹

⁴⁷⁹ Os documentos da Santa Casa de Misericórdia de Laranjeiras que mostram a participação de Manoel Antonio dos Santos David entre os anos de 1870 e 1871 foram transcritos pelo vigário quando tratava do Hospital de Caridade São João de Deus e da criação do cemitério. Cf. OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 113-137.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 137-138.

⁴⁸¹ BRASIL, Sergipe, Laranjeiras, Nossa Senhora de Sant’Ana, registros paroquiais, 1840-1974. Batismos, Livro 02, 1877-1882, p. 6 (microfilmado). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-899T-V6TJ?i=5&cc=2177298&cat=2156551>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Depois da morte do vigário Pontes, em 4 de julho de 1877, a paróquia passou a ser dirigida pelo vigário de Socorro, Eliziario Vieira Muniz Telles. Vale ressaltar que neste momento, o Arcebisado da Bahia, do qual Sergipe fazia parte, estava atento à possibilidade da chegada dos protestantes. Em razão dos presbiterianos sob a liderança de Francis Joseph Christopher Schneider terem organizado, em 21 de abril de 1872, a primeira Igreja Presbiteriana da Bahia, localizada em Salvador.⁴⁸² Depois, foram para Cachoeira, cidade situada a margem do rio Paraguassu. Região produtora de açúcar e fumo que dava acesso para o sertão.⁴⁸³ Sertão que incluía o território de Sergipe.

Desde os primórdios da década de 1860, que o arcebisado voltava seu olhar para destruir toda e qualquer literatura religiosa que defendesse a fé reformada ou maculasse a Igreja Católica. Dentre elas, as consideradas bíblias falsas. Mesmo assim, elas continuaram a ser comercializadas em Sergipe, conforme pode ser observado pelo anúncio publicado em Aracaju, no jornal *A Crença*, de 17 de outubro de 1873: “Bíblias falsas. Da natureza d’aquellas que impingio o Conservador no dia 14 do corrente, gratifica-se a quem quizer recebe-las ao preço de 40 rs. em brochura, e 80 rs. Encastoadas”.⁴⁸⁴ Não consta o vendedor nem o local que se dava a comercialização.

Diferente deste anúncio, em 29 de março de 1884, o jornal presbiteriano *Imprensa Evangélica* anunciava os locais de cada província que tinham “depósitos” para a venda de “Escrituras Sagradas”: Sergipe, Corte (Rio de Janeiro), São Paulo, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Minas, Rio Grande do Sul. Destacava ainda o agente responsável pela comercialização conforme pode ser observado pela descrição “Sergipe – Larangeiras – David”.⁴⁸⁵ Sendo assim, no mínimo nove meses antes da organização da igreja, David era o vendedor oficial daquelas bíblias contestadas pelas autoridades da Igreja Católica, inclusive pelos capuchinhos.

A transformação da casa comercial de David em depósitos de bíblias pode ter sido mediada pelos colportores que atuaram na província de Sergipe nas décadas anteriores. Mas é provável que seu maior influenciador tenha sido Alexander Latimer Blackford⁴⁸⁶ quando atuava

⁴⁸² SEIXAS, Mariana Ellen Santos. *Igreja Presbiteriana na Bahia (1872-1900): instituição, imprensa e cotidiano*. Salvador: Saggá, 2017, p.15.

⁴⁸³ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *Educar, Curar, Salvar*, 2007, op. cit. p. 44.

⁴⁸⁴ BNRJ – *A Crença*, Aracaju, ano I, n. 3, 17 de outubro de 1873, p. 4.

⁴⁸⁵ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, São Paulo, vol. XX, n. 6, 29 de março de 1884, p. 8.

⁴⁸⁶ Alexander Latimer Blackford atuou como agente da Sociedade Bíblica Americana nos anos de 1877 a 1880. No primeiro ano visitou as províncias de Minas, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Em 1878, atuou nas províncias do norte, quando no dia 11 de agosto participou da organização da Igreja Presbiteriana do Recife, ao lado do reverendo John Rockwell Smith. No ano de 1881, quando passou por Sergipe, Blackford havia restabelecido relações com a Junta de Nova York (1880) e por uma década ficou responsável pelo campo religioso na Bahia, portanto residia em Salvador. Cf. MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*, op. cit., p. 36.

como agente da Sociedade Bíblica Americana (1877-1880), já que este passou a residir na Bahia a partir de 1880. Antes disso, no mês de julho de 1878 o agente esteve em Laranjeiras pela primeira vez, retornando em janeiro de 1881, quando passou por outras localidades sergipanas.⁴⁸⁷ Nessas visitas parece ter firmado relações com David que em março de 1884 já tinha seu nome nas relações de agente responsável pelo depósito das bíblias sediado na cidade de Laranjeiras.

A passagem de Blackford por Laranjeiras em julho de 1878 coincidiu com o primeiro ano de atuação do vigário Elizario Vieira Muniz Telles. Este sacerdote permaneceu a frente da paróquia de Laranjeiras até o ano de 1904. Portanto, presenciou a institucionalização do presbiterianismo e assim como seus antecessores contou com a atuação dos capuchinhos para resolver os problemas que afetavam a paróquia. Sendo que, no seu paróquio a presença dos protestantes era uma das maiores preocupações. Seu substituto, o vigário Philadelpho Jonathas de Oliveira, destacou terem sido os protestantes Manuel Antonio dos Santos David e Antonio Manoel da Paixão que atuaram “contra a Igreja” católica quando estes “convidaram o pastor norte-americano Alexandre Latimer Blackford para fundar na religiosa Laranjeiras uma Igreja Protestante, que seria o centro de operações contra Roma e o Catolicismo.”⁴⁸⁸ Antonio Manoel da Paixão, proprietário de uma oficina de fogueteiro em Laranjeiras,⁴⁸⁹ também fazia parte do grupo dos primeiros presbiterianos daquela cidade.⁴⁹⁰ Entretanto, o vigário não mencionou a data que os negociantes tinham realizado o convite. Também não se sabe se, após 1881, Blackford realizou outras visitas a Laranjeiras ou se David teria ido até Salvador para conversar com o missionário. Durante os meses de junho e julho de 1884, o reverendo Alexandre Florêncio da Gama, da Igreja Presbiteriana de Pernambuco, também realizou pregações na cidade de Laranjeiras.⁴⁹¹

Nesse aspecto, pode-se dizer que havia um certo cuidado por parte do presbitério do Rio de Janeiro antes de vir a autorizar a organização de uma igreja. Da mesma forma que se defende a tese de que era fundamental contar com a presença de um ou mais sujeitos interessados em dar continuidade aos trabalhos da igreja pós-implantação. Nesse sentido,

⁴⁸⁷ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209. Vale ressaltar que de acordo com Júlio Andrade Ferreira, na parte que trata da Ocupação de Sergipe se observa que atribui o ano de 1873 como sendo a data da primeira visitação de Blackford a Laranjeiras quando este era agente da Sociedade Bíblica. Ainda destaca ter sido Manoel dos Santos Davi o primeiro a aceitar “as Boas-novas” em Sergipe (p. 236-238).

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Vigário Philadelpho Jonathas de. *História de Laranjeiras*, op. cit., p. 138.

⁴⁸⁹ BNRJ – *Sergipe*, Aracaju, ano 1, n. 83, 18 de maio de 1882, p. 4.

⁴⁹⁰ BNRJ – *Imprensa Evangelica*, São Paulo, vol XXIII, n. 50, 10 de dezembro de 1887, p. 7. Foi um dos assinantes da petição que o grupo de famílias presbiterianas dirigiu ao juiz de direito da comarca de Laranjeiras, em 8 de novembro de 1887, para denunciar os capuchinhos por incentivar a violência.

⁴⁹¹ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209.

parece fundamental a figura representativa do negociante David na escolha dos presbiterianos por Laranjeiras. David tinha maturidade por conta da idade e do contato com a fé reformada como revendedor das bíblias protestantes. Sem contar o fato de ter uma família formada por seis filhos para dar continuidade ao presbiterianismo.

De depósito de bíblias, a cidade de Laranjeiras passou a ser palco da primeira igreja presbiteriana no final de 1884, quando David cedeu o espaço do seu lar para Blackford oficializar a instituição. A historiografia tem destacado a importância destes missionários estrangeiros no processo de inserção do protestantismo no Brasil oitocentista. Estes foram fundamentais do ponto de vista organizacional e teológico. No entanto, novas abordagens vêm destacando a importância dos homens ordinários que muitas vezes são mencionados de forma secundária diante dos olhares enviesados para os heróis estrangeiros. Portanto, mulheres, colportores e conversos não podem ficar à margem. No fazer cotidiano dos lares, nas congregações, nas escolas, nas igrejas e na imprensa estes sujeitos ordinários⁴⁹² foram atores relevantes nesse processo. Possivelmente, sem a atuação destes, a missão proselitista teria fracassado, pois havia uma ação estratégica da Igreja Católica no sentido de combater os erros do mundo moderno, dos quais o protestantismo era alvo.

David pode ser considerado um sujeito representativo do grupo de presbiterianos que se formava em Sergipe na década de 1880. Entretanto, os casamentos acatólicos registrados na imprensa revelaram a existência de outras famílias presbiterianas em diversos pontos da província/estado, ainda neste período, bem como a participação de sujeitos a ajudar na causa protestante por razões diversas.

3.2 Expansão presbiteriana: casamentos e amigos da causa

No ano de 1890, por volta das dezoito horas do dia 12 de agosto, a comunidade de presbiterianos de Laranjeiras celebrava o casamento de Emília dos Santos David com Manuel Nunes da Motta. A noiva era filha do “*pioneer* na causa do Evangelho no estado de Sergipe”,⁴⁹³ Manoel Antonio dos Santos David. O noivo viera da Bahia para ser professor da escola Americana.⁴⁹⁴ A nota veiculada no *Imprensa Evangélica* revela o papel desempenhado por

⁴⁹² Na acepção de Certeau o homem ordinário é aquele que inventa o cotidiano, altera os códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito. Cf. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

⁴⁹³ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, Rio de Janeiro, XXVI, n. 38, 20 de setembro de 1890, p. 2.

⁴⁹⁴ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *A Escola Americana*, op. cit., p. 201.

David, mas também sinaliza uma questão importante para a expansão do presbiterianismo: a formação de novas famílias através dos casamentos.

Este casamento, em particular, aponta para a continuidade da opção religiosa incentivada pelo pai da noiva. Emília, assim como os outros cinco filhos de David, deve ter sido aluna da escola dirigida por seu noivo, tendo em vista que as igrejas presbiterianas ofereciam ao convertido o mínimo de instrução para que este pudesse se integrar ao grupo. A participação de seus membros em funções administrativas e na orientação doutrinária fazia parte da estrutura de funcionamento destas igrejas. A pesquisadora Ester do Nascimento defendeu que tanto a propaganda quanto a educação fizeram parte das estratégias utilizadas pelos missionários presbiterianos norte-americanos para apresentar no Brasil os ideais de uma civilização cristã nos moldes do protestantismo. Era comum a criação de escolas logo após a organização da igreja. Estas instituições de ensino atraíam, principalmente, os menos favorecidos, pois o preço das mensalidades era mais acessível. Além desse aspecto, a escola não estava restrita às famílias presbiterianas. Sergipe não fugiu à regra quando em 1886 os presbiterianos fundaram a Escola Americana.⁴⁹⁵

A música estava inclusa entre as disciplinas ofertadas por esta escola que funcionava no andar térreo do Sobrado dos Protestantes. Também nos cultos, além da leitura da Bíblia, a música era mais uma das estratégias utilizadas pelos norte-americanos para atrair os brasileiros. Nesse sentido, o pastor John Benjamin Kolb fazia uso dos hinos ao convidar a população de Laranjeiras a assistir o culto Evangélico que, geralmente, era realizado na “Casa nº 131 rua da Comendaroba” às 7 e meia da tarde das quartas-feiras, e aos domingos em dois horários: às 10 e meia da manhã e às 7 e meia da tarde. Os convites que foram veiculados na imprensa vieram acompanhados da letra de um dos hinos que faria parte do repertório a ser cantado no culto.

Hymno a Jesus

Tributai, ó vós remidos,
 Cratos hymnos a Jesus;
 Tendes uma herança boa
 Abrigada em santa luz;
 Pois cantai com alegria,
 Bom descanso alcançareis.
 E no derradeiro dia
 A Jesus encontrareis.
 Nesta vida achais tristezas,
 Morte, dor, separação;
 Achareis no ceo riquezas
 Que jamais se murcharão.
 Na cidade gloriosa

⁴⁹⁵ Ibid., p.146-201. A Escola Americana contava com a direção de Manoel Nunes da Motta. Oferecia os cursos primário e secundário para ambos os sexos, ainda com sistema de internato.

Reina Christo em esplendor;
 Não há pranto nem pecado
 Na presença do Senhor.
 Para as vodas do cordeiro,
 O' remidos entrareis,
 E de novo em seu reino,
 Vós do cálix bebereis
 Exultai, sim, alegrai-vos,
 Que vereis ao bom Jesus;
 Louvareis eternamente
 Ao cordeiro em santa luz.⁴⁹⁶

Salienta-se que outras estratégias foram usadas pelos presbiterianos, mesmo porque nem sempre se tinham as condições adequadas para fazer funcionar uma escola. Nesse aspecto, os casamentos podem ser pensados como uma estratégia eficaz para fazer aumentar o número de famílias espalhadas por cidades, vilas e sítios dispostas a representar o grupo de presbiterianos mesmo distante da sede Igreja/Escola. Por meio destes, as novas famílias formavam redes de amizades e conquistavam simpatizantes da causa. Estes por interesses diversos acabavam contribuindo para a expansão presbiteriana conforme pode ser observado pela análise dos casamentos que se deram em Sergipe antes mesmo da República. Vale ressaltar que o casamento da filha de David, referido acima, se deu em agosto de 1890. Portanto, meses depois do decreto de separação da Igreja e do Estado, de 1 de janeiro de 1890, seguido pela Lei do casamento civil, de 24 de janeiro do referido ano, que mudou, substancialmente, os casamentos no Brasil. Nesse caso, é provável que se tratasse de um casamento civil, seguido de uma cerimônia religiosa em um templo presbiteriano.

Não se pretende fazer uma análise exaustiva das implicações jurídicas que levaram a Lei do casamento civil, mas salientar que ainda no Império foram realizados decretos para ajustar os casamentos dos que professavam outro credo religioso diverso do católico, em especial, para ajustar as uniões dos protestantes que se deram em várias partes do Brasil. Nesse sentido, Sergipe não fugiu à regra, pois outras uniões regidas pelas Leis do Império ocorreram naquela igreja presbiteriana da cidade de Laranjeiras, bem como em outras localidades da província, conforme será apresentado a partir das notas que foram publicadas na imprensa a respeito destes casamentos, algumas delas chegaram a adjetivá-los de acatólicos. Nesse caso trata-se de notas impressas em periódicos laicos já que os presbiterianos não autodenominavam suas uniões de acatólicas. Uma delas foi noticiada pelo jornal *O Republicano* de 10 de março de 1889.

⁴⁹⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 42, 3 de abril de 1886, p. 4. Em outras edições, hinos diferentes foram veiculados.

Pelas 9 horas da manhã do dia 8 do corrente [março de 1889] realizou-se na Igreja Evangelica d'esta cidade, o casamento do sr. José Maria Gonsalves da Silva com a exma. Sra. D. Anna de Mendonça Barros, dilecta filha do nosso prestimoso amigo o snr. Capitão Luiz de Barros Pimentel. Serviram de paranyphos os srs, Felinio de Mendonça Barros e Manoel Antonio dos Santos David.⁴⁹⁷

Não se sabe onde passaram a residir os noivos. Entretanto, o pai da noiva tinha influência na vila de Siriry, talvez onde residisse, conforme se observa pelo convite que fez a Kolb, ainda no mês daquele casamento.

A pedido do capitão Luiz de Barros Pimentel, apareceu aqui [vila Siriry], na segunda feira 25 d'este [março de 1889], o pastor Kolb, ministro do evangelho, residente na cidade de Laranjeiras e celebrou a noite culto evangélico, que correu com toda ordem e respeito, assistindo diversas pessoas, e o mesmo se deu na noite de terça para quarta; mas, na de quarta para quinta, dia do regresso d'elle, appareceu para o enterramento do pae do capitão Pedro Telles de Menezes, o italiano vigário encomendado de N.S. das Dores e logo um certo movimento se levantou contra os protestantes.⁴⁹⁸

O grupo de presbiterianos, mesmo cientes de que poderiam ser atacados, continuaram a fazer o culto em residência particular como havia planejado. Por volta das vinte horas, da quarta-feira, Antonio Correia Dantas Serra, do engenho Alecrim e Domingos, acompanhados de quarenta a cinquenta pessoas atacaram com tiros de revólver, pedras e cacetes os ouvintes de Kolb. Os tiros não chegaram a fazer vítimas, mas na confusão quebraram as janelas e deram uma cacetada no “pobre velho” que “quase expirou”. Apesar do quartel da polícia estar localizado “a cem passos do teatro dos acontecimentos” nenhuma autoridade apareceu no local.⁴⁹⁹ A nota enviada ao jornal *O Republicano* cobrava providências do presidente da província que, pela denúncia veiculada em 5 de maio de 1889, nada havia sido feito embora o delegado tenha comunicado o ocorrido.⁵⁰⁰

Desse modo, observa-se que havia outros sujeitos interessados nas pregações. O fato da filha do capitão Luiz de Barros Pimentel ter realizado o matrimônio no rito protestante, dias antes daquela reunião, é um indício de que esse sujeito tinha uma família ou parte dela conversa à fé reformada. Estes conflitos revelam novos sujeitos e novos lugares, assim como as notas destes casamentos é um caminho para identificar outras famílias que optaram por vivenciar o presbiterianismo. Por Lei, estas uniões tinham os mesmos efeitos civis dos católicos desde a sanção do Decreto de número 1.144 de 11 de setembro de 1861. A necessidade de deixar mais clara as atribuições, os registros e a validade destes casamentos levaram a aprovação do Decreto

⁴⁹⁷ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 18, 10 de março de 1889, p. 2.

⁴⁹⁸ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 21, 31 de março de 1889, p. 4.

⁴⁹⁹ Ibid.

⁵⁰⁰ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 22, 5 de maio de 1889, p. 3.

de número 3.069 de 17 de abril de 1863 que regulava o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professavam a religião diferente da do Estado. No caso dos casamentos era necessário que os pastores das religiões toleradas tivessem o registro da Secretaria do Império, para os residentes na Corte, ou da Secretaria da província de sua residência nos outros casos, que permitisse a realização dos casamentos.⁵⁰¹

Diante dessa exigência da legislação imperial John Benjamin Kolb parecia ter permissão da Secretaria da província de Sergipe para realizar tais casamentos. Natural da Pensilvânia, Kolb foi o primeiro missionário norte-americano daquela denominação a residir em Sergipe. Ficou à frente dos trabalhos evangélicos na igreja de Laranjeiras de 1886 a 1892. Nos primeiros anos Blackford contava com seu auxílio para dar assistência a este campo religioso, mas ambos residiam em Salvador, por conta do compromisso na Igreja Presbiteriana da Bahia.⁵⁰²

Para além dos convites para os cultos, Kolb também costumava enviar para os jornais as notícias dos casamentos. Uma dessas notas, intitulada de *Casamento Evangélico*, veiculada na Seção Livre do jornal *O Horizonte*, de 3 de abril de 1886, descreveu com detalhes o “casamento pelo rito protestante” de Álvaro da Silva Teixeira e Maria Roza da Conceição. Realizado no dia 23 de março daquele ano, em Caraíbas, termo de Itabaiana. Na ocasião, “cerca de 70 pessoas” participaram do ato que se deu na residência do pai do noivo, José Gregório da Silva Teixeira. Dentre estes, o tenente coronel Manoel Alves Texeira⁵⁰³, José Antonio da Costa, pai da noiva e as quatro testemunhas: José Telles de Goes, Antonio Joaquim da Silva Texeira, Maria Izabel da Silva Texeira e Avelina Maria da Silva Texeira.⁵⁰⁴

O pastor concluiu a descrição a elogiar os convidados quando destacou que “o silêncio e o respeito com que todos honraram a magistade d’aquela acto, é, muito significativo em favor da educação daqueles espectadores”.⁵⁰⁵ O elogio pode representar uma crítica aos laranjeirenses impiedosos com as crenças presbiterianas. Mas, também pode simbolizar a representatividade daquela família da vila de Itabaiana. Tendo em vista que o pai do noivo, José Gregório da Silva Teixeira, é apresentado como “fundador do Protestantismo em Itabaiana, nas Caraíbas”, por ter

⁵⁰¹ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1863. Tomo XXVI, Parte II, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, Rua da Guarda Velha, 1863. (Decreto N. 3.069 de 17 de Abril de 1863, p. 95.)

⁵⁰² John Benjamin Kolb era natural da Tamaqua, na Pensilvânia. Nasceu em 6 de dezembro de 1850. Seus pais eram o Rev. Frederick J. Kolb e Ann Marie Kolb. Cf. MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*, op. cit., p. 104-111.

⁵⁰³ CARVALHO, Vladimir Souza. *A República Velha em Itabaiana*. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2001, p. 43. Manoel Alves Teixeira, assim como o pai do noivo era do partido liberal conforme se observa quando Carvalho incluiu seu nome na lista dos quatro candidatos políticos itabaianenses indicados ao parlamento da última eleição da monarquia por este partido ao lado dos nomes de José Ferreira Gomes de Melo, Antonio Cornélio da Fonseca e Francisco de Lavres Fonseca Menezes.

⁵⁰⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 42, 3 de abril de 1886.

⁵⁰⁵ Ibid.

estabelecido o culto protestante naquela localidade, em 27 de dezembro de 1885.⁵⁰⁶ Indício de que nesse momento tenha se dado a conversão daquela família ao presbiterianismo.

A existência desta família presbiteriana nos anos 1885/1886, logo depois da organização da primeira igreja dessa denominação na província, é representativa em vários aspectos. Primeiro, os casamentos dos filhos destes homens que são considerados fundadores do protestantismo em suas respectivas localidades e corroboram com a defesa de que as famílias católicas que se convertiam incentivaram a prole a formar novas famílias dentro dos padrões das novas crenças. Outro aspecto significativo é o surgimento de outro sujeito representativo. Diferente de David que estava voltado para o comércio, a liderança presbiteriana de Itabaiana era de um proprietário de terras.

Entretanto, os casamentos do rito presbiteriano não se limitaram a Laranjeiras e a Itabaiana. No dia 17 de janeiro de 1888, por volta das quatorze horas, John Benjamin Kolb celebrou o casamento de Joaquim Teles de Barreto e Etelvina Barreto Resende. A cerimônia foi realizada no sítio de sua residência, denominado Lavandeira, localizado no município de São Cristóvão, vizinho a Laranjeiras. Neste caso, devido ao grau de parentesco dos noivos foi necessário pedir autorização ao presidente da província para que o casamento pudesse ser realizado. No dia 11 saiu a decisão desta autoridade “concedendo lhes dispensa, na forma do artigo 17 do Decreto nº 3069 de 17 de abril de 1863.”⁵⁰⁷ Esta medida seguia os trâmites legais referentes aos casamentos de pessoas não católicas no tocante às dispensas.⁵⁰⁸

Para Gicélia Santos Costa, este teria sido o primeiro casamento acatólico realizado na província de Sergipe em conformidade com o referido decreto.⁵⁰⁹ Entretanto, o ato realizado nas Caraíbas, ainda em 1886, também se deu em conformidade com o Decreto nº 1.141 de 11 de Setembro de 1861, o qual foi realizado a tempo os “proclamos na forma do regulamento que baixou com o Decreto nº 3069 de 17 de Abril de 1863”.⁵¹⁰ Sem fazer referência legais a nenhum dos decretos citados, o vigário de Laranjeiras chegou a afirmar a existência desse tipo de casamento ainda em 1885 quando “o pastor Kolb, acompanhado por Alexandre F. da Gama,

⁵⁰⁶ SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. *Fragments de histórias municipais e outras histórias*, op. cit., p. 270 e 331. Este escritor itabaianense tinha relação de parentesco com os Silva Teixeira. Era conhecedor de parte dos “segredos internos” das matas de Itabaiana. Entretanto, se mostra “indignado” com a “cuca dos selvagens” daquele povoado. Metáfora utilizada para culpabilizar os protestantes pelo declínio das “terras de seus antepassados”?

⁵⁰⁷ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 53, 22 de janeiro de 1888, p. 4

⁵⁰⁸ Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1863. Tomo XXVI, Parte II, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, Rua da Guarda Velha, 1863. (Decreto N. 3.069 de 17 de abril de 1863, p. 88). Competia ao Governo da Corte, através do Ministério dos Negócios do Império, e nas Províncias aos respectivos Presidentes, dispensar os impedimentos dos casamentos não católicos, nos mesmos casos em que são dispensáveis no matrimônio católico.

⁵⁰⁹ COSTA, Gicélia Santos, op. cit., p. 79.

⁵¹⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 42, 3 de abril de 1886.

passou dois meses e meio em Laranjeiras, efetuando o primeiro casamento protestante, seguindo depois para a Bahia.”⁵¹¹ Neste mesmo ano Kolb ainda auxiliava Blackford nos campos Bahia/Sergipe, mas residia em Salvador, período em que Alexandre Florêncio da Gama⁵¹² também se encontrava na cidade conforme se observa pelo debate religioso no jornal *O Horizonte*, do qual fora um dos protagonistas naquele ano. Indícios que apontam para a veracidade das informações do vigário. Vale ressaltar que não foram encontrados registros da existência destes casamentos antes de 1885, mas isso não significa que não tenham ocorridos, já que a Lei permitia desde 1861.

De acordo com o art. 19, do Decreto nº. 3.069, de 17 de abril de 1863, deveria haver um livro específico destinado ao registro dos casamentos de nacionais ou estrangeiros não católicos que ficaria a cargo do Secretário da Câmara Municipal, onde residisse um dos conjugues. Enquanto os nascimentos e óbitos deveriam ser registrados pelo Escrivão do Juiz de Paz do lugar em livros específicos.⁵¹³ Função que para os católicos continuava a cargo dos párocos.

No dia 8 de novembro de 1888, por volta das “oito e meia da noite”, José Telles de Góes e Maria Joaquina das Chagas eram protagonistas de mais um casamento presbiteriano. Dessa vez, o coronel Vicente Luiz d’Oliveira Ribeiro e sua esposa Georgina Diniz d’Oliveira Ribeiro, juntamente, com o professor Balthazar d’Araujo Goes e sua esposa Joanna Goes serviram de testemunhas. Além destes estavam presentes, músicos, familiares, amigos e os missionários que celebraram este casamento “no salão principal da câmara” de Laranjeiras.

[...] Dada a hora foi o noivo com todos os amigos buscar a noiva que se achava em casa do sr. Antonio José de Paiva. De volta, ao entrarem naquele salão, foram recebidos por uma linda peça musical, executada pela philarmônica dirigida pelo sympathico artista José Joaquim Correa. Em seguida foi celebrado o acto pelo rvm. Kolb e dr. Blackford, ministros evangélicos, diante de quatrocentos espectadores de ambos os sexos. E, enquanto duraram os cumprimentos, a orchestra executou outra peça. [...] Depois d’um curto intervalo, foram acompanhados até o porto Quaresma, onde os esperava o vaporzinho que se conduziu a seu bordo para o Aracaju. Durante este trajeto, a musica, que também acompanhava os ilustres noivos, com duas marchas bem executadas. Vão se acabando os preconceitos.⁵¹⁴

Neste casamento a Câmara Municipal de Laranjeiras também serviu de espaço para sediar o evento. Fato que revela a influência dos noivos observada pelos nomes das testemunhas, quantidade de participantes e pela presença de dois pastores. Trata-se do

⁵¹¹ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 139.

⁵¹² Alexandre Florêncio da Gama era reverendo da Igreja Presbiteriana de Pernambuco quando realizou pregações na cidade de Laranjeiras. MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209.

⁵¹³ Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1863. Tomo XXVI, Parte II, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, Rua da Guarda Velha, 1863. (Decreto N. 3.069 de 17 de abril de 1863, p. 88).

⁵¹⁴ *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 94, 11 de novembro de 1888, p. 4.

casamento mais luxuoso dentre os que aqui foram analisados. Além da banda de músicos contaram com a presença do artista Guilhermino dos Santos Moreira.

O noivo em questão mantinha relações com os presbiterianos de Caraíbas. Dois anos antes havia testemunhado no casamento de Álvaro da Silva Teixeira. Desse modo, observa-se que os sujeitos comuns influenciaram parte da família e amigos a professar a fé reformada e a realizar os primeiros casamentos de acordo com o rito presbiteriano. Cada pequeno núcleo familiar formado contribuía para a expansão do presbiterianismo a partir da chegada dos filhos e da organização de futuros casamentos que faziam aumentar as relações e os laços de amizades. A prole educada a partir das práticas pedagógicas condizentes com a sua prática religiosa nas escolas dominicais, paroquiais ou americanas tendia a permanecer presbiteriana.

Entretanto, essa premissa não pode ser pensada como uma regra sem exceção. O caso de José Pedro Vieira e Maria, casados pelo rito presbiteriano “há já alguns mezes”, mas que Candido Fogueteiro “quer fazer casar-se de novo” pode ser pensado como a exceção. Antes de se dar o segundo casamento, David usou o espaço da imprensa para “prevenir” ao “senhor Candido” que as circunstâncias legais para anular o casamento protestante são as mesmas para o casamento católico conforme parecer do Conselho de Estado de 13 de maio de 1873, confirmado pelo Imperador em 27 de junho daquele ano. Ainda, com base no Código Criminal, lembrava tanto ao casal em questão quanto ao vigário as penas cabíveis em caso do descumprimento da referida Lei.⁵¹⁵

E não é o padre, nem o bispo, nem o papa que podem declarar nullo qualquer casamento protestante, e sim unicamente o juiz de Direito da comarca, e ele pode fazel-o só por sentença: “proferida em processo regular e passada em julgado”, e “será ouvido um curador e juramentado pelo juiz da causa para ofender o casamento.” E esta sentença é apelável para a relação do districto, e em segunda instancia, será ouvido além do curador, o Desembargador Procurador da Corôa e Soberania Nacional. Só o juiz de direito pode declarar nullo um casamento protestante, e isto mesmo só quando “se der impedimento que obste o matrimonio catholico.”⁵¹⁶

Feita uma leitura a contrapelo deste caso de arrependimento pode-se perceber pela fala de José Pedro Vieira em resposta a David que os primeiros conversos, bem como os pastores, costumavam convencer os familiares, agregados e os amigos a professar a fé reformada. Assim,

⁵¹⁵ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 43, 6 de outubro de 1889, p. 3. Desse modo, com base na Lei “lembrava” ao casal do artigo 249 do código criminal de que “contrahir matrimonio segunda ou mais vezes sem ter dissolvido o primeiro, penas de um a seis mezes de prisão com trabalho e multa correspondente a metade do tempo”. Para anulação daquele matrimônio era necessário seguir os trâmites exigidos pelos artigos 8º e 9º do Decreto 9089 do 17 de abril de 1868. Também “lembrava” ao vigário que pelo artigo 247 do código criminal: “receber o eclesiástico em matrimonio a contrahentes que se não mostrarem habilitados na conformidade das leis, pena de 2 mezes até um anno de prisão e multa correspondente a metade do tempo”.

⁵¹⁶ Ibid.

tanto David, quanto o fogueteiro Paixão em Laranjeiras, Teixeira em Itabaiana, e outros conversos espalhados pelas diversas vilas e povoados desta província contribuíram para a expansão do presbiterianismo. Por diferentes razões, estes sujeitos persuadiam pessoas das suas redes de sociabilidades a professar a nova fé. Nesse sentido, a fala de José Pedro Vieira é bem representativa quando declarava às autoridades do país que:

[...] d'ora avante, deixo de militar na seita de Luthero, as quaes, fui arrastado pelas práticas de alguns sectários, ou coripheus da mesma seita, e pela necessidade de ganhar o desgraçado pão de cada dia na casa de um fogueteiro, a quem trabalhava. [...] No presbyteriahismo casei com uma moça sem recursos, a qual servia de ama em casa do sr. dr. Kolb, a qual após semelhante passo tão desastroso, tem-se declarado também arrependida de ter, por engano e por falta de recursos intellectuaes abraçado a mesma seita commigo. É que as mais das vezes abafa-se a voz da consciência quando predomina orgulhosa e voraz a necessidade. Infelizmente isto! Felizmente o sanctuario do templo está aberto para aquelles, que arrependidos do erro, o procuram: portanto, com a mesma moça tenho de casar-me pela igreja Catholica Romana, na matriz d'esta cidade.⁵¹⁷

Em resposta ao senhor José Pedro Vieira e ao público passou David a justificar a legalidade da referida união. Primeiro, ressaltou que Vieira não havia realizado a profissão de fé quando passou a justificar as razões da sua opção pelo casamento acatólico. Nesse caso, percebe-se que um presbiteriano chegou a usar o termo acatólico justificando a situação que levou Vieira a realizar sua união naquela denominação conforme estabelecia a Lei.

Mas a cousa é outra: Vm. Casou-se como acatholico pelo pastor protestante e na forma da Lei do paiz.
 Todas as religiões existentes neste paiz, excepto a catholica romana, envolvem-se no nome acatholica e Vm ainda não tinha declarada a qual das comunidades pertencia, ou mesmo, [setiscava?] na que nasceu depois de declarar-se acatholico para poder-se casar-se na igreja, que não cobra tanto por isso e tanto por aquilo.
 Casou-se. Está casado na forma da Lei do paiz e este casamento é valido como o meu, que foi pelo parochio, e não pode ser dissolvido, como já disse pelo padre, nem pelo bispo, nem pelo papa, salvo se a lei neste paiz é somente para o *inglez ver*.⁵¹⁸

A justificativa de David aponta para outra questão. As pessoas mais humildes poderiam realizar a união naquela igreja presbiteriana, mas que a profissão de fé dependeria das práticas de conduta perante aquela comunidade. Assim, parece que os casamentos acatólicos, economicamente mais viáveis, foram utilizados como mais uma das estratégias para conquistar prosélitos. A Lei era a garantia de que o casamento não poderia ser anulado sem as devidas justificativas. Desse modo, David usou do espaço da imprensa para esclarecer tanto ao casal

⁵¹⁷ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 45, 20 de outubro de 1889, p. 3-4.

⁵¹⁸ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 46, 27 de outubro de 1889, p. 3.

quanto ao clero das punições previstas no Código Criminal caso viessem a realizar um segundo casamento.

Si fosse permitido aos padres catholicos romanos anularem casamentos protestantes a seu bel prazer, lhes seria dada a faculdade de suprimir a existência da família a cada momento e de semear a desordem por toda a parte. A existência das famílias acatholicas não teria em um sentido, nenhuma garantia mais no Brazil. O Parocho da religião do Estado, tanto como o pastor da religião protestante é o instrumento de que se serve o governo para constituição das famílias brasileiras, segundo vemos do art. de Lei que diz: “Aos cazamentos celebrados por Pastores Evangelicos, são extensivos os efeitos civis, do mesmo modo como aos casamentos celebrados por Parochos da religião do Estado.” Lei n 3069 de 17 de Abril de 1863. Logo, não é o padre nem o Pastor que dá força a esses contractos, e sim, a Lei. Si amanhã a Lei disser: Só a escrivão pode celebrar cazamentos por meio de escriptura publica, e o que assim não for celebrado, não terá os efeitos civis. Nem o celebrado pelo parocho da religião do Estado, nem o celebrado pelo Pastor da religião protestante, terão validade. Tudo mais que se disser, fora disto, é tolice.⁵¹⁹

A Lei e a imprensa são as armas usadas por David para justificar a legitimidade dos casamentos acatólicos para a constituição das famílias presbiterianas que na década de 1880 não se limitaram a residir na sede da igreja institucionalizada. Estas estão distribuídas em Caraíbas/Itabaiana, Lavadeiras/São Cristóvão e em Aracaju como parece indicar a partida dos recém-casados José Telles de Góes e Maria Joaquina das Chagas para a capital. Na percepção de Machado, antes da organização da segunda igreja presbiteriana, no dia 13 de dezembro de 1901, já havia crentes e interessados em Aracaju, notadamente vindos de Laranjeiras. Outros dados ampliam os locais da presença de famílias presbiterianas. O missionário “Blackford deixou definitivamente de trabalhar neste Estado [província] no fim do anno de 1886 e pregara em Larangeiras, Itabaiana, Carahybas, S. Paulo [atual Frei Paulo] e Maroim.”⁵²⁰

Estes casamentos apontados por alguns periódicos laicos da imprensa sergipana como acatólicos se deram em diversas partes do Brasil. Entretanto, outros tipos de uniões se deram a envolver pessoas que professavam a fé reformada. Trata-se dos chamados casamentos mistos quando as uniões se davam entre protestantes e católicas. Aqueles muitas vezes comerciantes ou profissionais técnicos estrangeiros oriundos de países protestantes que vinham atender as necessidades de mão de obra especializada que o Brasil necessitava diante da conjuntura internacional sob a liderança da Inglaterra. Parte destes homens acabaram contraindo o matrimônio com mulheres brasileiras que professavam o catolicismo. Ao analisar os processos de casamentos desse tipo ocorridos na Diocese do Maranhão nos anos de 1864 a 1905, Santos identificou que esta foi uma das maneiras como o credo protestante foi incorporado à sociedade

⁵¹⁹ Ibid., p. 4.

⁵²⁰ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 210-211.

maranhense, sem que fosse resultado direto de uma ação proselitista ou da vinda de imigrantes. Assim, defendeu que “por outras vias, quais sejam, as das relações econômicas e sociais, o protestantismo foi sendo acatado pela concessão da religião hegemônica, forçada pelas conveniências das relações matrimoniais.”⁵²¹

De acordo com os processos analisados por Santos, diferentemente do que ocorreu em Sergipe, os pastores de Religiões toleradas não realizaram celebrações de casamentos no Maranhão. Entretanto, apesar dos impedimentos, homens protestantes se casaram com mulheres católicas. Isso só foi possível, por meio da flexibilização dos bispos que através das dispensas, arranjo jurídico e processual que concedia aos contraentes a permissão para a cerimônia ser realizada pela Igreja. Estes processos abarcaram toda a diocese, o que na percepção deste historiador revela a conjuntura de ascensão social de protestantes na sociedade maranhense e a necessidade da Igreja acatar essa demanda, na medida em que mulheres membros das elites maranhenses intentavam casar-se com eles. No caso do Maranhão, defendeu Santos que esses evangélicos conquistaram espaço social via atividades técnicas e produtivas, inserindo-se nas relações sociais por meio do matrimônio. Entretanto, a Igreja exigia por juramento a permanência da esposa e dos filhos nos redes católicos, embora não fosse exigido a abjuração da fé reformada do contraente. Pelo contrário, incentivava que a esposa deveria se esforçar para trazer o marido para a verdadeira religião que professava. Esta tolerância mútua entre o catolicismo em sua burocracia administrativa e o contraente protestante que renunciaria a qualquer ação proselitista é justificada pelas relações sociais e pelos novos valores sociais que se sobrepunham às barreiras religiosas. Para Santos, a urbanização, embora incipiente da cidade de São Luís, os interesses econômicos e o surgimento de uma nova mentalidade (burguesa), em parte, explicam a resolução racionalizada de impasses religiosos.⁵²²

Nada foi encontrado em Sergipe a respeito desses casamentos mistos, o que não significa dizer que não possa ter existido. Entretanto, os casos aqui analisados são uma amostra de que os pastores presbiterianos realizaram casamentos nesta província com base no decreto de 1863. Em parte essa diferença se explica pelo fato que enquanto os protestantes de algumas regiões do Maranhão não visavam uma atividade religiosa, mas a sobrevivência econômica, no caso de Sergipe observa-se o empenho dos missionários com ações proselitistas. Entretanto, guardadas as devidas especificidades, assim como no Maranhão, as cidades da província de

⁵²¹ SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado*, op. cit., 2006, p. 124-125; 129. Os casamentos mistos passaram a ser realizados diante das condições do Breve *Facultates quas gravissimus* de 24 de fevereiro de 1874 que concedia a faculdade por 25 anos para dispensarmos no dito impedimento de religião mista.

⁵²² *Ibid.*, p. 128.

Sergipe que primeiro absorveram essas ideias presbiterianas, a exemplo de Laranjeiras, Itabaiana, Aracaju, Estância, estavam em processo de aumento populacional, de aumento da produção agrícola e comercial. Alinhavado ao crescimento econômico provenientes do algodão, do açúcar e das relações comerciais, encontrava-se o crescimento de intelectuais que usaram do espaço da imprensa para defender as ideias de liberdade.

Parece estar correta a colocação de Machado no tocante a estas localidades. Embora não tenham sido encontrados relatos de casamentos nas duas últimas outros indícios sinalizam a existência de famílias presbiterianas nelas. A presença de um pastor protestante na cidade de Maruim motivou as autoridades eclesiásticas católicas desta cidade a enviar cartas para o prelado da Arquidiocese de Salvador.⁵²³ Fato que indica a existência de possíveis conversos. No tocante a São Paulo/Frei Paulo tem-se somente informações que o trabalho evangelístico da localidade teria se desenvolvido a partir da conversão de Domingos José Ferreira (1862-1942), mas sem especificar a data.⁵²⁴

Matos citou os mesmos locais quando apresentou a trajetória de Kolb. Entretanto, acrescentou as pregações deste missionário na cidade de Estância e ressaltou que ele costumava realizar excursões pelo interior montado a cavalo quando em 1888 teria visitado Caraíbas, Dores, Pão de Açúcar, São Brás, Curral da Pedra, Propriá e Capela.⁵²⁵ No caso desta última localidade, o capuchinho Frei João Evangelista chegou a registrar que teria “derrotado o protestantismo, e afugentado seus ministros” durante uma missão realizada nos dias sete a dezessete de janeiro de 1887.⁵²⁶

Estas informações comprovam a multiplicidade de localidades que foram palco da presença dos presbiterianos nas últimas décadas do oitocentos. Desse modo, a conversão dos primeiros sujeitos pode ter sido motivada pela leitura da Bíblia sob a influência das palavras dos colportores, agentes bíblicos e missionários norte-americanos.

No mapa de Sergipe é possível observar as cidades e vilas que foram palco das incursões dos missionários norte-americanos no Sergipe oitocentista, incluindo a presença deles na capital, Aracaju.

⁵²³ SEIXAS, Mariana Ellen Santos, op. cit., p. 183.

⁵²⁴ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *A Escola Americana*, op. cit., p. 132.

⁵²⁵ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*, op. cit., p.105.

⁵²⁶ AHNSP – Caixa Ca 17 – Caderno de Memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano., p. 28.

Figura 4 – Mapa de Sergipe: Cidades e Vilas – 1889.



Fonte: FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Sousa (coord.). *Atlas escolar Sergipe: espaço geográfico e cultural*. João Pessoa: Editora Grafset, 2007, p. 38.

Entretanto, não se pode deixar de pensar em outras possibilidades de interesses diversos tendo em vista que os sujeitos em questão viveram na conjuntura de transição Império/República marcada por tensões provenientes das novas ideias defensoras das liberdades que levaram ao fim da escravidão, da monarquia, e da hegemonia da Igreja Católica.

Momento marcado pela necessidade de reordenamento do trabalho quando os proprietários tinham interesses em manter em suas propriedades homens para o trabalho na lavoura. Foi nessa conjuntura que as famílias presbiterianas contaram com o apoio de pessoas influentes. Nesse sentido, as versões sobre a construção da capela evangélica em Lavandeira/São Cristóvão corroboram para a defesa dessa premissa quando se observa a participação de proprietários de terras.

Machado destacou que Lavandeiras “recebia a influência direta do Evangelho” por ficar nas proximidades de Laranjeiras quando “diversos crentes e interessados ali resolveram edificar uma Casa de Oração”.⁵²⁷ Estava a tratar da capela que foi inaugurada no dia 3 de abril de 1892 quando os pastores John Benjamin Kolb, da Igreja de Laranjeiras, e Woodward Edmund Finley, da Igreja da Bahia, discursaram para “mais de cem pessoas, irmãos e amigos da causa”.⁵²⁸ Pelos dados é possível que a capela tenha sido construída naquela “localidade de sítios”, onde residiam o casal de presbiterianos Joaquim Teles de Barreto e Etelvina Barreto Resende, casados em Lavandeiras quatro anos antes.

Pela versão apresentada no jornal da denominação presbiteriana: “dois irmãos” trabalharam na construção desta capela, mas estes foram “auxiliados pela bondade e apoio valioso do snr. Coronel Luiz Francisco Cardoso de Menezes. O terreno foi doado pelo ancião snr. Manoel do Espírito Santo, que não somente serve para a capella, mas também para um cemitério”.⁵²⁹ Os “amigos da causa” relatados na versão do *Imprensa Evangélica* são os mesmos “interessados” destacados por Machado quando ressaltou que “o reverendo Kolb escreveu então”:

“A dita capella foi dedicada sem ônus algum. O sr. coronel Luiz Francisco Cardozo de Menezes tendo se offerecido para levar a obra avante, estava prezente e leu o relatório da dita obra. O terreno foi oferecido pelo sr. Manoel do Espirito Santo e sua mulher d Joanna do Coração de Jesus. Ao mesmo tempo o sr. Manoel Antonio dos Santos David pediu a palavra e fez algumas observações sobre o progresso do Evangelho no Estado de Sergipe”.⁵³⁰

Pela fala do missionário Kolb observa-se que em 1892 David continuava na liderança do grupo de protestantes que conquistava novos prosélitos já que naquela cerimônia de inauguração da capela “duas crianças” e “cinco adultos que professaram sua fé em Christo”

⁵²⁷ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 210. Na versão de Machado a capela foi inaugurada no dia 2.

⁵²⁸ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, São Paulo, XXVIII, n. 23, 4 de junho de 1892, p. 8.

⁵²⁹ Ibid. O capitão Luiz Francisco Cardoso de Menezes foi o primeiro esposo de Ana Joaquina de Mendonça, que viúva se casou com o primo, capitão João Machado de Menezes. SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. *Fragments de histórias municipais e outras histórias*, op. cit., p. 317.

⁵³⁰ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 211.

foram batizados.⁵³¹ As palavras “amigos da causa” e “interessados” foram usadas para se referir aos mecenas da capela que pela descrição não professavam da mesma fé. Mas, estes proprietários mantinham relações com os presbiterianos daquela localidade, pois o coronel Luiz Francisco Cardozo de Menezes havia testemunhado no casamento daquela família de Lavandeiras.

Nesse caso, é possível que os “amigos da causa” ao contribuir para a construção da capela estavam mais para interessados em atrair trabalhadores para suas propriedades. A indicação de que seria construído um cemitério nas imediações do espaço da capela é mais um indício de que havia interesses que outros presbiterianos criassem vínculos naquelas terras, inclusive após a morte.

Não se sabe por quanto tempo permaneceu ativo aquele cemitério, mas as lápides de mármore abandonadas em Lavandeiras simbolizam a sua existência. Uma delas fazia referência ao sepultamento de uma criança em 1896, filha do reverendo Finley. Em outra, consta que o nome do coronel Luiz Francisco Cardozo de Menezes, falecido no dia 24 de outubro de 1899, com 64 anos.⁵³² Não se sabe o primeiro a ser sepultado naquele espaço, mas pelo sepultamento da criança Phebe Mary⁵³³ observa-se que passados quatro anos da inauguração da capela já havia sido inaugurado aquele cemitério.

Entretanto, este não parece ter sido o único espaço reservado aos mortos acatólicos da província. Em nove de outubro de 1871, o vigário José Luiz d’ Azevedo registrou que “sepultou-se no Cemitério dos Protestantes”, localizado “nesta” Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, a “dissidente” Charlot Barates, natural de Londres, que era casada com Diogo Clemente.⁵³⁴ Na década seguinte, *O Laranjeirense* deu pista da existência de um espaço reservado aos acatólicos que não se pode precisar ser o mesmo. “Faleceu n’esta cidade [Laranjeiras], no dia 4 do corrente [fevereiro de 1888], a sra. Antonia, filha de Lourenca. Foi inhumada no cemitério dos acatholicos, segundo dizem, por pertencer a religião protestante”.⁵³⁵ Entretanto, não se trata do cemitério de Lavandeiras que é posterior à criação da capela inaugurada em 1892. No caso de Charlot Barates, pode ser que o “cemitério dos protestantes” referido seja o cemitério dos ingleses de Aracaju. Diferente de outras capitais como Salvador,

⁵³¹ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, São Paulo, XXVIII, n. 23, 4 de junho de 1892, p. 8.

⁵³² NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *A Escola Americana*, op. cit., p. 69-70.

⁵³³ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*, op. cit., p. 124. De acordo com Matos a filha de Finley teria falecido de crupe. Destacou ainda que o coronel era antigo membro da igreja pelo fato de ter sido sepultado no cemitério dos protestantes de Lavandeiras. Entretanto, as matérias do *Imprensa Evangélica* o apontaram como um “amigo da causa”, o que parece ser mais provável, tendo em vista que nada foi encontrado sobre sua conversão ao presbiterianismo.

⁵³⁴ Livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju (1871).

⁵³⁵ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 56, 12 de fevereiro de 1888, p. 1.

Recife, Rio de Janeiro que contam com esse espaço de memória, existe um silêncio não somente na historiografia brasileira como na sergipana sobre a existência desse cemitério comemorado por Sebrão Sobrinho ao tratar dos primeiros cemitérios de Aracaju. Destacava a existência desse espaço antes de 1860.⁵³⁶ Mais um indício da presença dos ingleses nesta província.

Pelo que se percebe, sete anos depois da inauguração da capela dos presbiterianos de Lavandeiras, o coronel Francisco Cardozo de Menezes passou a desfrutar das suas benesses ao ser sepultado no cemitério construído nas proximidades da capela dos protestantes que ajudou a criar naquela localidade. A presença da sua lápide nos levou a questionar se este cemitério estava destinado somente aos protestantes. Por se tratar do período republicano quando o Brasil estava na vigência do enterramento civil, o coronel pode ter ajudado na construção da capela para os presbiterianos, mas o espaço reservado ao cemitério poderia ser de uso geral, não somente de protestantes. Entretanto, o fato deste espaço estar abandonado aponta a probabilidade de ter sido pouco usado e, portanto, existe a possibilidade de ter sido destinado aos presbiterianos da localidade.

Não parece ter sido esse o único interesse a motivar aqueles fazendeiros a investir nas obras que ajudavam aos presbiterianos. Deve-se considerar que a abolição levou muitos dos libertos a morar nas vilas e cidades provocando uma necessidade maior dos proprietários de terras em criar estratégias para atrair trabalhadores nacionais e estrangeiros. Soma-se ainda ao fato de que em Sergipe havia uma parte da população que sobrevivia da caça e da pesca sem o interesse de estar atrelados aos fazendeiros como defendeu Passos Subrinho.⁵³⁷ Por estas razões, defende-se a premissa de que a necessidade de atrair trabalhadores teria motivado alguns proprietários à conversão, como parece ser o caso de José Gregório da Silva Teixeira, em Itabaiana. Mas na maioria das vezes, passaram a ser “amigos da causa”, a exemplo do coronel Francisco Cardozo de Menezes e Manoel do Espírito Santo. Assim, mantinham as famílias presbiterianas em suas terras, facilitando o acesso às suas práticas religiosas e contavam com bons trabalhadores a seu dispor. Era mais fácil atrair estas famílias presbiterianas para o campo, considerando que as investidas do clero nas vilas e cidades eram maiores. Parece ter sido esse o principal interesse destes homens não presbiterianos em ajudar na construção da capela e do cemitério para servir a um “número crescido de famílias” presbiterianas.

⁵³⁶ SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. *Laudas da História do Aracaju*. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955, p. 381. Para o autor o primeiro cemitério de Aracaju foi construído no final da rua de São Cristóvão, na posição que hoje se encontra com a rua Capela com a rua Lagarto. Somente de 1680 a 1862 se deu a construção do cemitério que contou com a participação dos capuchinhos Frei Paulo de Casanova e Frei David de Perúgia.

⁵³⁷ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho*, op. cit.

Apesar de Passos Subrinho silenciar o papel dos presbiterianos na questão do reordenamento do trabalho chegou a sinalizar a importância das cartas pastorais católicas a incentivar o trabalho como algo positivo para induzir essa população pobre a servir de mão de obra para estes proprietários.⁵³⁸ Desse modo, assim como alguns proprietários católicos de Sergipe tinham interesses nos serviços dos capuchinhos para transformar o bom cristão no bom cidadão, disciplinado e trabalhador,⁵³⁹ as práticas destes proprietários de terras de Lavandeira sinalizavam que havia interesses semelhantes em manter os presbiterianos nas proximidades de suas terras.

De forma diversas e por diferentes razões os proprietários de terras no Sergipe passavam a usar da religião cristã (católicos e protestantes) para arregimentar trabalhadores disciplinados que viessem a atender às suas necessidades numa fase que se buscava resolver o problema da falta de mão de obra. Nessa fase, tanto as matas de Itabaiana estavam sendo derrubadas para cultivar o algodão quanto os senhores de engenhos do vale do Cotinguiba precisavam de mão de obra barata para substituir o cativo na cultura da cana. Portanto, havia um problema que poderia ser solucionado a partir dos instrumentos da religião. De um lado a esperança estava nas práticas dos capuchinhos para os proprietários católicos, de outro nas ações dos presbiterianos para aqueles mais céticos, ou para os descontentes com a monarquia e a Igreja Católica, que viam na fé reformada outra possibilidade de continuar a ser cristão.

Nesse sentido, a denominação presbiteriana favorecia a conversão de pessoas menos favorecidas, economicamente, à medida que possibilitava a instrução nas escolas bíblicas e paroquiais, pelo baixo custo das mensalidades na escola americana e pela atração dos hinos que eram cantados por todos nos cultos evangélicos. Com a abolição, muitos libertos viram no protestantismo, bastante divulgado no Brasil, a possibilidade de ascensão social e de tornar-se sujeitos atuantes dentro da comunidade da qual passavam a pertencer após a conversão. Do mesmo modo que também atraíam negociantes e fazendeiros por outros motivos.

A historiadora Mariana Seixas, em estudo realizado a partir da análise dos livros de atas da Igreja Presbiteriana da Bahia identificou 186 membros adultos que eram oriundos de diversas classes sociais, nos primeiros vinte e oito anos de funcionamento daquela igreja (1872-1900).⁵⁴⁰ Diferente da Bahia, as primeiras atas da Igreja de Laranjeiras não foram usadas em pesquisas anteriores por não mais existirem, ou fazerem parte de arquivos não divulgados.

⁵³⁸ Ibid.

⁵³⁹ CUNHA, Tatiane Oliveira da. *“Práticas e prédicas em nome de Cristo...”*, op. cit.

⁵⁴⁰ SEIXAS, Mariana Ellen Santos, op. cit., p. 207, 234.

Assim, os jornais são relevantes para preencher parte do complexo quebra-cabeça que revela uma multiplicidade de sujeitos e interesses imersos nos conflitos religiosos.

Nesse aspecto, Émile G. Léonard chegou a comparar a inserção protestante no Brasil com a Europa, quando defendeu que a adesão de proprietários, grandes e pequenos foi importante para atrair uma parcela dos “agregados e dos trabalhadores agrícolas que os cercavam”. Defendeu ainda que os protestantes também conquistaram as “gentes da cidade”. Intelectuais, negociantes, industriais, e demais integrantes das profissões liberais que se converteram ao protestantismo, ou passaram a defender as ideais destes, a exemplo do general Abreu e Lima.⁵⁴¹ Desse modo, os casos das famílias presbiterianas das Caraíbas/Itabaiana e Lavadeiras/São Cristóvão são significativos da relevância dos proprietários de terras. No primeiro caso, pela conversão da família de José Gregório da Silva Teixeira. Proprietário de terras das matas de Itabaiana, de relativa importância, inclusive na política local ao lado dos liberais. No segundo, pela contribuição dos proprietários, “amigos da causa”, na construção de espaços representativos para os membros daquela denominação – capela e cemitério.

Pode-se afirmar que não existe uma receita pronta para explicar a inserção dos presbiterianos. Entretanto, o papel dos sujeitos comuns e a formação das famílias não podem ser silenciados. Em outras localidades do Brasil, as primeiras igrejas contaram na maioria das vezes com membros de uma única família.⁵⁴² A chegada de um novo membro era tão importante que passava a fazer parte dos registros nos jornais daquela confissão. “Duas pessoas foram admitidas a plena comunhão da igreja” de Laranjeiras, registrou em maio de 1891 o jornal *Imprensa Evangélica*.⁵⁴³ Os missionários reconheciam o papel destes homens conforme se observa nas palavras proferidas por Blackford sobre o papel de David: “homem de excelente caráter e toma parte proeminente dos expedientes políticos do Município. Graças a seus esforços sem descanso e ao devotado interesse, a verdade tem-se espalhado através de considerável região da Província”.⁵⁴⁴ David representa a parcela de conversos imersos nas “gentes das cidades”. Defensor do pequeno grupo de presbiterianos nos mais variados espaços, inclusive na imprensa, onde conquistou inimigos, mas também formou uma rede de amigos para apoiar a causa.

⁵⁴¹ LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. Tradução por Linneu de Camargo Schutzer. 3ª ed. São Paulo: ASTE, 2002, p. 112-113.

⁵⁴² MENDONÇA, Antônio Gouvêa, op. cit. Nesse aspecto Mendonça defendeu a relevância de determinadas famílias pioneiras do presbiterianismo em outras localidades do Brasil, principalmente em Brotas/São Paulo, nas regiões rurais.

⁵⁴³ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, São Paulo, XXVII, n. 21, 30 de maio de 1891, p. 8.

⁵⁴⁴ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil I*, op. cit., p. 237-238.

3.3 A questão religiosa no *Horizonte*: católicos, presbiterianos e anticlericalistas

Os presbiterianos usaram do espaço da imprensa sergipana de diversas maneiras. Primeiro, alguns dos colportores defenderam suas práticas dos ataques dos eclesiásticos conforme destacou-se no capítulo anterior. No segundo momento, a partir do ano de 1885, outros sujeitos debateram com católicos e anticlericalistas em defesa da fé reformada. No século XX criaram seus próprios jornais para enfrentar a imprensa confessional dos católicos. Essa última fase será tratada nos próximos capítulos.

Na segunda fase, Manuel Antonio dos Santos David teve forte atuação nos jornais da cidade de Laranjeiras que pode ser denominados de a tríade laranjeirense – *O Horizonte* (1885-1886), *O Laranjeirense* (1887-1888) e *O Republicano* (1888-1889). Embora tenha publicado em outros jornais: *A Província* e *Gazeta de Sergipe*, da capital e *O Maruinense*, da cidade de Maruim. Sendo que, *O Horizonte* teve o maior número de matérias assinadas por David. Seis meses depois da institucionalização da igreja, este jornal laico deu voz ao pequeno grupo de presbiterianos na fase em que os conflitos com os católicos estavam acirrados. Razão pela qual optou-se por compreender o periódico para depois tratar da questão religiosa através dele.

O Horizonte era de formato pequeno, publicação semanal, com tipografia própria. Passou a circular em dois de junho de 1885 com permanência por um ano e meio. Declarava ser propriedade de Francisco Policiano e contou com o trabalho do músico Manoel Bahiense à frente da administração até a edição de 12 de março de 1886 quando Emeliano Barboza de Vasconcellos o substituiu.⁵⁴⁵ Apesar de defender a imparcialidade, levantou a bandeira do abolicionismo. Sendo assim, Acrísio Tôrres e Manoel Curvello o consideraram o “impulsionador” deste movimento na província. Combateu liberais e conservadores, criticou as assembleias provinciais e propagou as ideias republicanas. Contou com Felisbello Freire como redator chefe, João Ribeiro e Sílvio Romero como colaboradores.⁵⁴⁶ Entretanto, pela análise de sua trajetória observa-se outros colaboradores, inclusive Tobias Barreto.⁵⁴⁷ Vale ressaltar ainda que a causa abolicionista já havia sido defendida por outras folhas nos anos anteriores,⁵⁴⁸ bem como outras temáticas foram destaques: a questão do trabalho, hospital de caridade, estrada de ferro, navegação direta, melhorias na lavoura, a necessidade de se construir uma casa de

⁵⁴⁵ Informações extraídas do jornal *O Horizonte*.

⁵⁴⁶ TÔRRES, Acrísio, op. cit., p. 11.

⁵⁴⁷ Poesias e artigos como a série intitulada *A alma da mulher* foram assinados por Tobias Barreto.

⁵⁴⁸ SANTOS, Maria Nely. *A sociedade libertadora*. “Cabana do Pai Thomaz”: Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997, p. 12. De 1881 a 1884 os jornais *O Descrido* e *O Libertador*, propriedade de Francisco José Alves, defenderam a causa abolicionista em Sergipe, bem antes, do jornal *O Horizonte*.

mercado para a feira, instrução pública, casamento civil, e a questão religiosa envolvendo protestantes e católicos, que apesar de ter sido constante foi silenciada por estes escritores.

Na percepção de Curvello, o jornal deu continuidade à bandeira das ideias democráticas semeadas na cidade de Laranjeiras pelo médico Domingos Guedes Cabral a partir de 1875. Ideias que arregimentaram seguidores quando em 1885, Joaquim Anastácio de Menezes, membro do partido monárquico liberal, “descontente” com os desmandos da política empreendeu a fundação daquele periódico.⁵⁴⁹ É provável que Curvello esteja certo, pois seis meses antes, por razão dos conflitos entre liberais e conservadores que foi palco a Câmara Municipal de Laranjeiras, o chefe de polícia “demitiu ao delegado de polícia, Joaquim Anastácio de Menezes, que tem serviços no partido liberal, inexcedíveis no município”.⁵⁵⁰ Fato que explica as dissidências dentro do partido liberal, já que o chefe de polícia estava a serviço dos interesses do presidente da província, Muniz Barreto, partidário deste grupo. Desse conflito ainda voltará a ser falado, pois David também foi protagonista dele.

Apesar de não identificar o nome do referido “empreendedor” no jornal, concorda-se com essa afirmativa por dois motivos: o suposto proprietário Francisco Policiano declarou na edição de 30 de novembro de 1886 não ser mais o responsável por qualquer publicação, pois havia alugado aquela tipografia para o funcionamento do jornal *O Laranjeirense*.⁵⁵¹ Este jornal, agora com clara defesa abolicionista, se apresentava como propriedade justamente de Joaquim Anastácio de Menezes que também declarava ser o proprietário do substituto deste em 1888, *O Republicano*. Desse modo, o que se optou por denominar de a tríade laranjeirense está diretamente ligada a este sujeito, mas tinha à frente da redação Felisbello Freire, figura chave para compreender a defesa pelas liberdades e a representatividade dos presbiterianos neles.

Ainda na versão de Curvello, *O Horizonte* tinha “larga circulação”, mas quando deu ênfase à defesa do abolicionismo passou a “ser devolvido” e “as assinaturas escassearam”. Portanto, foi preciso “suspender a sua publicação”. Joaquim Anastácio de Menezes, “o fundador não pretendia dar-lhe uma feição tão radical no ponto de vista das necessidades de nossa civilização”. Fato que se deu por ter ele “confiado a chefia da redação ao Dr. Felisbello Freire”, defensor da “conquista de todas as liberdades públicas”.⁵⁵² Dois meses antes da extinção, Freire declarou em nota datada de 27 de setembro de 1886, “não ser mais responsável

⁵⁴⁹ CURVELLO, Manoel. *Sergipe Republicano*. (Estudo Crítico e Histórico). Rio de Janeiro: Casa-Mont Alverne, 1896, p. 118-121.

⁵⁵⁰ AGJSE – *Gazeta do Aracaju*, Aracaju, ano VII, n. 287, 17 de janeiro de 1885, p. 2-3. In: Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

⁵⁵¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano II, n. 24, 30 de novembro de 1886, p. 1.

⁵⁵² CURVELLO, Manoel, op. cit., p. 121-123.

de hoje em diante, por nenhum artigo publicado nas columnas da redacção do ‘Horizonte’, por isso mesmo que não faz mais parte da honrosa e illustrada colaboração deste jornal”.⁵⁵³ Sua saída pode ter sido motivada pela decadência do jornal em virtude de sua posição abolicionista.

Entretanto, Freire voltou a atuar nos jornais *O Larangeirense* e *O Republicano*. A explicação para esse fato pode ter ligação com sua relação com o farmacêutico Josino de Menezes, o responsável pela criação dos dois últimos jornais.⁵⁵⁴ Ideia corroborada por Armindo Guaraná quando afirmou que este farmacêutico trouxe dos “bancos acadêmicos o fogo das idéias novas, consagrou-se à defesa da abolição e depois à propaganda republicana pelas colunas do ‘O Horizonte’, e mais tarde pelas dos dois órgãos que fundou: ‘O Larangeirense’ e ‘O Republicano’.”⁵⁵⁵ Filho do proprietário daqueles jornais, é provável que imbuído das novas ideias tenha influenciado seu progenitor a custear o financiamento necessário para manter os periódicos.

Felisbello Freire teve sua tese aprovada com distinção pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 28 de novembro de 1881.⁵⁵⁶ Muitos outros sergipanos estudaram medicina na Bahia e no Rio de Janeiro nas últimas décadas do oitocentos. A maioria deles, filhos de senhores de engenho, retornavam a Sergipe para desempenhar a profissão. Além dos médicos, havia aqueles que se dedicaram ao curso de Farmácia como é o caso de Josino Menezes. Enquanto outros estudaram nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. No caso desta última, os “eleitos da nação” contou com a liderança de Tobias Barreto e, após os anos 70, por Sylvio Romero. Esta nova geração dos intelectuais do direito se autodefinia como “arauto de um novo tempo, como uma elite escolhida” para mudar os rumos do Brasil. Para tanto, acreditava ser necessário expurgar os inimigos – o catolicismo, a monarquia, o romantismo – em nome do progresso e da civilização. Para vários críticos, a geração 70 foi a responsável pela introdução do Brasil na “modernidade cultural”, por propor o rompimento com o pensamento religioso em prol de uma visão laica do mundo.⁵⁵⁷

Muitos destes intelectuais tanto do campo do direito quanto da medicina passaram a expor as novas ideias na imprensa. Estes passaram a fazer parte do seu universo tanto como

⁵⁵³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano II, n. 18, 3 de outubro de 1886.

⁵⁵⁴ CURVELLO, Manoel, op. cit., p. 123-125. Josino de Menezes formou-se em farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, em junho de 1886.

⁵⁵⁵ GUARANÁ, Armindo, op. cit., p. 358.

⁵⁵⁶ BPED (Projeto Teses de Médicos Sergipanos) – Em 1881, a tese defendida por Freire – Os caracteres clínicos da cirrose hipertrófica são suficientes para classificá-la como uma moléstia distinta da cirrose atrófica? – foi aprovada com “distinção”. Vale ressaltar que através da digitalização das teses de médicos de Sergipe observa-se que, principalmente, a partir da década de 1880, muitos filhos de senhores de engenho foram cursar medicina na Bahia e, em menor quantidade, no Rio de Janeiro. Pela coluna de Anúncios do jornal *O Horizonte* observa-se que muitos deles retornaram para exercer a profissão.

⁵⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p. 146-149.

colaboradores quanto como redatores. As novas ideias são perceptíveis nas publicações do jornal *O Horizonte* em diversas matérias de fundo que podem ter sido escritas tanto por Freire quanto por Josino Menezes. Nelas se observa uma preocupação higienista ao apontar a necessidade de cuidar dos problemas de insalubridade da cidade, das doenças, dos cuidados com a água potável, a necessidade de melhoria nas instalações nas feiras para melhor acondicionar os alimentos. Estas temáticas condizem com o ideário cientificista que os especialistas da medicina pretendiam implementar nos centros urbanos com o objetivo de eliminar as doenças.⁵⁵⁸ Desse modo, os presbiterianos tiveram espaço para atuar na imprensa de bandeira abolicionista/republicana ao lado desses intelectuais da medicina e do direito que tinham projetos para a nação, embora os autores citados⁵⁵⁹ tenham silenciado a participação dos presbiterianos.

Feitas as devidas considerações sobre o jornal que deu visibilidade à questão religiosa vivenciada pelos laranjeirenses por conta da institucionalização do presbiterianismo, passou-se a entender a partir dos conflitos a representatividade de David enquanto liderança do pequeno grupo religioso que se formava. Do mês de junho de 1885 até o mês de setembro de 1886, o jornal *O Horizonte* cedeu espaço para a questão religiosa. Bossuet e Matheus defenderam o catolicismo enquanto Manuel Antonio dos Santos David, Alexander Latimer Blackford, John Benjamin Kolb e Alexandre Florêncio da Gama, de maneiras diversas, defenderam a fé reformada. Destes, o nome de David apareceu com maior frequência. Somado a estes, um mesmo sujeito, com pseudônimos de Y e Hamilton, apresentou uma postura anticlericalista ao defender os postulados da ciência enquanto criticava o protestantismo.

Foram muitas as matérias veiculadas no *Horizonte* que tratavam da questão religiosa com direito a réplicas e tréplicas. Vale destacar que se optou por não seguir a lógica das publicações para evitar que o texto se torne enfadonho para o leitor, tendo em vista que as discussões repetiram os mesmos pontos em várias edições. Entretanto, mesmo que de forma breve, faz-se necessário trazer à tona os confrontos/conflitos com o objetivo de compreender o papel que os presbiterianos desempenharam na imprensa e as relações destes com outros sujeitos. No caso do *Horizonte* é provável que a discussão religiosa tenha sido motivada pelo

⁵⁵⁸ Ibid., p. 206-226. Desde os tempos coloniais várias moléstias atacaram a população do Brasil. De 1868 a 1914 a tuberculose ocasionou 111.666 óbitos no Rio de Janeiro, seguidos de 46.086 óbitos por febre amarela. A febre amarela, praticamente debelada em 1906, devido a atuação de Oswald Cruz. Desse modo, o Instituto Manguinhos serviria de inspiração para o exercício da medicina e sua utilidade pública. Para os médicos era necessário sanear a nação para evitar novos surtos. Grandes projetos de saneamentos invadiram os lares, igrejas, portos, escolas, cemitérios. Assim, os projetos de saneamentos tomaram força e saíram do campo da medicina ao propor medidas diretas de intervenção na realidade social.

⁵⁵⁹ TÔRRES, Acrísio, op. cit.; CURVELLO, Manoel, op. cit.; GUARANÁ, Armindo, op. cit.

anúncio considerado importante, veiculado na terceira edição de 16 de junho de 1885. Perceba que as bíblias ainda estavam motivando os debates.

Anuncio importante!

50\$000!!

Está depositado em caza do abaixo assignado a quantia de 50\$000 rs. Para quem descobrir na Bíblia da igreja romana a palavra – Purgatório.

Laranjeiras, 10 de junho de 85.

Manoel A. dos Santos David.⁵⁶⁰

Este se diferenciava dos anúncios corriqueiros veiculados, geralmente, na última folha do periódico a descrever os variados sortimentos oferecidos pelos estabelecimentos comerciais da cidade de Laranjeiras. A publicação pode ser pensada como mais uma estratégia do pequeno grupo de protestantes para incentivar a leitura da Bíblia ao deslegitimar um dos elementos doutrinários católicos mais questionados pelos reformadores. De fato, o desafio lançado por David deu início ao debate religioso naquela folha que perdurou por meses. Levando em consideração os sujeitos, as temáticas e os espaços, pode-se compreender a participação dos presbiterianos em três momentos. Do mês de junho a setembro de 1885, David e Gama *versus* Bossuet e Matheus debateram sobre o purgatório e a idolatria das imagens. Nessa primeira fase, Y publicou uma série de artigos sobre o protestantismo e a ciência que teve início na mesma edição que veiculou o desafio de David. Indício de que ele pode ser um dos integrantes daquele jornal, ou que o anúncio havia sido publicado nas edições anteriores.⁵⁶¹

O anúncio de David despertou a ira dos defensores católicos quando, na edição seguinte, Bossuet reivindicava o prêmio de cinquenta mil reis oferecidos por ele. Para argumentar na defesa da existência do lugar purgatório, usou da passagem bíblica extraída do livro dos Macabeus que trata da “sede das penas temporárias”, a qual a Igreja Católica Apostólica Romana denominou Purgatório. No entanto, ressaltou que se era do nome que David fazia questão “já não me sinto bastante habilitado, padre velho, a fazer uma questão de palavra”.⁵⁶²

A escolha do pseudônimo indica que o “padre velho” de Sergipe havia se inspirado nas práticas de Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704). Bispo e teórico absolutista francês que dedicou parte da sua vida a convencer os protestantes de que estavam errados usando o artifício dos argumentos intelectuais, por ser contrário às guerras religiosas da Europa de seu tempo. Suponho ter sido essa a motivação de David a dirigir suas réplicas e trélicas em “resposta a

⁵⁶⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 3, 16 de junho de 1885, p. 4.

⁵⁶¹ Não se pode afirmar que o anúncio tenha sido publicado pela primeira vez na terceira edição, pois não foi encontrada a primeira edição. Apesar de termos acesso a segunda edição, 10 de junho de 1885, observa-se que as páginas 3 e 4 são da edição de número 9, de 29 de julho de 1885. Portanto, existe a possibilidade de ter sido publicado algum outro texto, ou mesmo o anúncio de David, nestas edições.

⁵⁶² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 4, 23 de junho de 1885, p. 3.

Bossuet da época” e denominava-o “nosso sábio Bossuet de hoje”. A carta pastoral do arcebispo da Bahia, Dom Manoel Joaquim da Silveira que prevenia contra as adulterações das chamadas “bíblia falsas” se utilizava dos escritos do teórico “grande Bossuet” desde a década de 1860. Indício de que os eclesiásticos do Brasil estavam munidos dos argumentos usados por este francês.

Durante o debate não se revelou a identidade do “Bossuet da época”. Por manifestar a defesa explícita do catolicismo com base em conhecimentos teológicos é possível que seja um integrante do clero da cidade de Laranjeiras, o vigário da paróquia Eliziário Vieira Muniz Teles.⁵⁶³ Não se descarta a possibilidade de se tratar de outro sacerdote, pois o assunto dizia respeito ao grupo dos católicos da província. A família David havia chamado atenção do padre Olympio Campos, redator do *Gazeta de Aracaju*, logo depois da abjuração. Desse modo, o termo “padre velho” pode ter sido utilizado pelo jovem sacerdote para ocultar sua identidade. Entretanto, outros nomes, como o padre Firmino Rocha pode entrar na relação de candidatos a Bossuet da época, tendo em vista que este sacerdote costumava pregar contra os protestantes.⁵⁶⁴

Ainda na edição de 23 de junho, *O Horizonte* publicou um outro “anúncio importante”, semelhante ao de David. Dessa vez, assinado pelo pseudônimo Matheus:

Depositamos nesta typographia um cachimbo turco para o sr. Manoel David. Si der aos seguintes trechos da Bíblia da Igreja Romana uma interpretação, donde não se possa concluir crença em penas temporárias, ao que a mesma Igreja chama – Purgatório: “Em verdade te digo que não sahirás até não pagares o derradeiro ceitel.” “E cheio de cólera mandou seu Senhor que o entregasse aos algozes até pagar toda a dívida”.⁵⁶⁵

Em resposta aos defensores católicos, David ressaltou que na passagem retirada dos Macabeus não se encontra uma “prova séria e profunda” para Bossuet receber o prêmio, pois na percepção do presbiteriano, o purgatório é “o ovo de ouro da galinha do papa”, uma “empresa lucrativa” para a Igreja católica, mas não consta nas Escrituras. Este livro é considerado apócrifo para os protestantes e para os católicos até o século XVI, quando foram aprovados pela Igreja Católica por “ajudarem ao papa Pio IV na empresa lucrativa do purgatório”, ressaltou David.

Contra o defensor católico, David usou da argumentação de S. Agostinho na interpretação que faz da passagem “não pagarás o ultimo ceitel” como “nada ficará impune”

⁵⁶³ Na lista de suspeitos a Bossuet entraram o capelão do cemitério Frei José de São Firmino, o capelão do Hospital Jesus, Maria, José e o padre Pedro Antonio da Silva Nogueira. Cf. LIMA, Jackson da Silva, op. cit., p. 114.

⁵⁶⁴ BNRJ – *Imprensa Evangélica*, São Paulo, vol XXII, n. 9, 27 de fevereiro de 1886, p. 1. O jornal *O Horizonte* de Laranjeiras, por meio da matéria *O quebramento de imagens*, criticou as pregações dos sermões do padre Firmino Rocha contrários aos protestantes.

⁵⁶⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 4, 23 de junho de 1885, p. 4.

para ressaltar que não prova a existência do purgatório.⁵⁶⁶ Em resposta, Bossuet criticou David por não ter lido “na prefação dos livros dos Machabeos, na Bíblia do padre Pereira, os documentos de veneranda antiguidade sobre que se baseia o concílio de Trento, para declarar canônicos estes livros”.⁵⁶⁷ Bossuet criticou o protestantismo quando destacou que Lutero e Calvino tem entendimentos diferentes a respeito de alguns dos livros considerados apócrifos e sobre a Eucaristia. Enquanto o batismo é interpretado de diferentes maneiras por outros protestantes. Ironizou: “olha a casa dividida contra a si mesma?”. Qual das “seitas” seria a “verdadeira”?⁵⁶⁸

Por meses, David debateu com Bossuet e Matheus a questão do purgatório. Num dos textos intitulado “Ainda não ganhou o cachimbo turco” Matheus criticou a argumentação de David, já que a explicação dada por S. Agostinho demonstra que todos os pecadores seriam castigados, mas nada prova contra o purgatório. Desse modo, o pecador não sairá de lá (lugar) até pagar toda a sua dívida (pecado). Portanto, para este defensor católico, existem “penas temporárias”. Estas serão pagas, conforme passagem bíblica do Evangelho de Matheus que apresenta a palavra “cadeia” como sinônimo de purgatório ou inferno a depender da “natureza da falta” cometida pelo pecador. Finalizou a fazer um “pequeno reparo” provocando o missionário protestante Blackford a participar da discussão religiosa, pois David era o único opositor de suas ideias.

Por conta desta provocação os presbiterianos passaram a contar com a defesa de Alexandre Florêncio da Gama.⁵⁶⁹ Este destacou os tipos de culpas para defender a existência de dois caminhos para o pecador: salvação ou condenação. Matheus defendeu que a Bíblia autoriza a crença no pecado venial, cuja pena é temporal, e assim autoriza a crença no purgatório. Portanto, na sua versão, o senhor Gama “não digere o que lê”, pois confundiu a culpa com a pena temporal.⁵⁷⁰ No segundo texto dirigido ao Sr. A. Gama, disse Matheus não ter compreendido a razão pela qual este teria afirmado que “turvaram-se os horizontes da questão religiosa”. Em seguida, passou a explanar os argumentos sobre a culpa e a pena com objetivo de continuar a defesa do purgatório. O debate estava “frio” e “inerte”, assim desejava

⁵⁶⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 5, 3 de julho de 1885, p. 3.

⁵⁶⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 7, 14 de julho de 1885, p.3.

⁵⁶⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 9, 29 de julho de 1885, p. 2-3.

⁵⁶⁹ MACHADO, Pedro, op. cit., p. 209-210. Machado destacou a atuação de Alexandre Florencio da Gama, membro da Igreja Presbiteriana de Pernambuco, em Laranjeiras, “fazendo culto e explicando a Bíblia”, nos meses de junho e julho de 1884. Este também auxiliou Kolb em Caraíbas e Aracaju.

⁵⁷⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 9, 29 de julho de 1885, p. 2-3. Não foi encontrada a edição de N 8, na qual Gama publicou. Sua participação é perceptível através da resposta de Matheus endereçada Ao Sr. A. Gama, veiculada no número 9.

substituir a individualidade de Gama por Blackford ou Torres, com quem “queríamos ajustar contas”.⁵⁷¹

Apesar das provocações os missionários norte-americanos não assinaram nenhum texto desta primeira fase. Gama teve uma passagem efêmera e David foi o representante presbiteriano que mais questionou as autoridades católicas nas muitas réplicas e tréplicas dirigidas tanto a “Bossuet, quanto a Matheus da época”. Não se pode afirmar que todos os textos publicados no periódico *O Horizonte* com assinatura de David foram escritos somente por ele. Pela complexidade teológica da discussão é possível que algum missionário o auxiliasse no processo da escrita, ou quem sabe até escrevesse parte deles. A insistência de Matheus pelo posicionamento de Blackford é um indício de que estava desconfiado da sua contribuição nos textos de David.

Entretanto, o fato de David se apresentar como autor sinaliza a confiança que os missionários depositavam na pessoa dele como uma liderança presbiteriana da província de Sergipe. Era um sujeito de representatividade para o pequeno grupo que passava a criar laços identitários pautados no critério da escolha pela fé. Nesse ano de 1885 não havia nenhum ministro residindo em Sergipe, mas tanto Blackford quanto Kolb fizeram visitas esporádicas a esta província conforme se observa nas pistas deixadas pelas publicações do *Horizonte*. Numa delas, Matheus chegou a destacar que Blackford “por aqui anda na catecheze e propaganda”. Em outra, consta que a mando deste ministro uma senhora havia quebrado as imagens que tinha em sua residência.

Em menor proporção que a temática do purgatório, David passou também a questionar a idolatria as imagens. Em resposta, Bossuet salientou com base nos “Cherubins de ouro” que não havia nenhum problema em “venerar” imagens dos santos. Estas são como “Anjos de Deus no céu”, tendo em vista que “Deus” proibiu o uso das imagens somente para “adorar”.⁵⁷² Para David o “arrasado” de Bossuet precisava de “sal”. Mandou o “mentiroso” ler a Bíblia para verificar que os cherubins estavam num lugar que “o povo não os via, e nunca se lhe rendeu culto”, portanto, não passava de um “ornamento, nas extremidades da arca”, diferente do que passaram a fazer os católicos romanos a partir dos ensinamentos dos padres. Ressaltou ainda

⁵⁷¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 11, 16 de agosto de 1885, p. 5-7. Em folha suplemento lamentou o fato de Gama passar a discutir com o padre Job no *Diário do Aracaju*, de 14 de agosto de 1885. Estaria com receio de discutir conosco afirmou Matheus quando pediu ao padre o favor de deixar a tarefa de “virar de cambalhotas o protestantismo de sr. Gama”. Vale ressaltar que não se encontra essa edição do *Diário do Aracaju* no site da BN nem nos jornais do IHGSE disponíveis no site da UFS.

⁵⁷² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 5, 3 de julho de 1885, p. 3.

que, o culto às imagens, aprovado pela Igreja de Roma, teria sofrido a influência de Irene, imperatriz de Constantinopla, “mulher de mau caráter”.⁵⁷³

Em resposta aos ataques dos protestantes o Concílio de Trento havia determinado que as imagens de Jesus Cristo, da Virgem Maria, e dos outros Santos deveriam ser mantidas, principalmente nas Igrejas.⁵⁷⁴ Tanto o purgatório quanto a idolatria são temáticas abordadas de perspectivas diferentes por católicos e protestantes. Nesse sentido, os capuchinhos, assim como outras autoridades católicas, tinham experiência em fazer uso da pedagogia do medo para fazer expandir a cristandade.⁵⁷⁵ Pedagogia utilizada através dos sermões, estrategicamente, preparados para convencer a população a se arrepender dos pecados e passar a viver de acordo com os princípios da doutrina católica. O purgatório era um dos temas abordados por estes religiosos nas missões de acordo com o caderno de sermões de Frei Inocêncio de Apiro.⁵⁷⁶ Tanto as pregações dos padres quanto a dos capuchinhos caminhavam no sentido de argumentar a favor das doutrinas e dogmas católicos questionados pelos presbiterianos.

Os católicos parecem não representar os únicos inimigos de David. Em 31 de julho de 1885, “Ernesto Góes do Nascimento tentou assassinar com um tiro de revólver o cidadão Manoel Antonio dos Santos David”.⁵⁷⁷ A tentativa de homicídio se deu na porta da loja de David, em plena efervescência das discussões religiosas pelo *Horizonte*. Duas semanas antes do ocorrido, na edição de 14 de julho de 1885, David discordava das argumentações de Bossuet sobre a questão da idolatria quando chegou a citar o nome do indivíduo que viria a ser o autor daquele atentado: “Leia a Bíblia, e se acha o volume muito grosso o Ernesto Nascimento também o acha”.⁵⁷⁸

Este pode ter sido o estopim do atentado, tendo em vista que, dois dias antes do crime, Ernesto Nascimento teria enviado um texto para aquele periódico que dizia: “não sei porque artes, nem porque artimanhas” queria David “encaixar meu humilde nome, n’um artigo de imprensa” que tinha a pretensão de deslegitimar princípios da Igreja romana. Declarava ser “completamente avesso” às religiões, portanto, não devia “nenhuma atenção” aos “protestantes” e nem aos “romanos” em virtude de que “uns valem-se aos outros”. A Bíblia era “bastante grossa”, em especial para indivíduos que havia se desligado dos dogmas metafísicos

⁵⁷³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 7, 14 de julho de 1885, p. 2-3.

⁵⁷⁴ BPED – *Correio Sergipense*, Aracaju, ano XXVI, n. 33, 8 de maio de 1863. Carta pastoral, p. 3-4.

⁵⁷⁵ DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. Vol II. Tradução de Álvaro Lorencini – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

⁵⁷⁶ AHNSP – Caixa Ea-5 – Caderno de Sermões de Frei Inocêncio de Apiro. Sermão para as Missões.

⁵⁷⁷ Relatório do chefe de Polícia João Baptista da Costa Carvalho (secção Tentativa de Homicídios), p. 6. In: Anexos da Falla com que o Exm. Sr. presidente da província de Sergipe Dr. Manoel de Araujo Goes abriu em 15 de fevereiro de 1886.

⁵⁷⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 7, 14 de julho de 1885, p. 3.

para se dedicar à ciência. Afirmava preferir a leitura da Gramática Portuguesa, que embora “mais grossa do que a Bíblia”, lhes garantia não usar de uma “linguagem de Vitellio” como costumava fazer o “fanático” David naquele jornal. Despedia-se com a convicção de que não voltaria a usar aquele espaço com um “gyrovago”. “Adeus! Sr. David, nunca mais aqui nos veremos”.⁵⁷⁹

Os motivos para o atentado podem estar ligados a provocação de David e a reação de Nascimento na imprensa, somado ao fato de que eles, possivelmente, já tinham outras desavenças, motivadas quem sabe por intrigas no campo político ou até mesmo jurídico, tendo em vista que o autor do crime era um advogado.⁵⁸⁰ Pela versão oficial do chefe de polícia, João Baptista da Costa Carvalho, o delegado de polícia teria procedido às diligências recomendadas por lei naquele caso. Nesse sentido, o próprio David, anos depois, rememorando os casos de que havia sido “vítima” chegou a afirmar que o juiz de direito, Cypriano de Almeida Sebrão, era seu inimigo por não dar a devida atenção às denúncias feitas por ele. Sobre o caso em questão destacou que:

Em Outubro de 1885, tendo sido atacado por um homem em minha loja, onde publicamente me disparou um tiro de revolver, o sr. juiz de direito nenhuma providencia tomou a favor dos meus direitos, subindo a si entretanto o processo q' de tentativa de morte desclassificou-se para ameaças, o qual em 24 horas achava-se despronunciado, conformando-se o juiz com a classificação de ameaças!..⁵⁸¹

O rebaixamento da acusação de tentativa de homicídio para ameaças deixou o réu em liberdade. Menos de dois meses do ocorrido, Ernesto Nascimento proferia discurso na solenidade comemorativa dos quatorze anos da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Laranjeiras, onde Felisbello Freire também discursou.⁵⁸² Desse modo, observa-se a sua influência em meio ao grupo de intelectuais daquela cidade do qual fazia parte. Seu nome apareceu algumas vezes nos jornais, pois costumava declamar poesias e discursar nas

⁵⁷⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 9, 29 de julho de 1885.

⁵⁸⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 40, 19 de março de 1886. No suplemento publicado nesta edição consta uma relação de nomes dos habitantes de Laranjeiras com a designação das profissões que aparece o nome de Ernesto G. do Nascimento (advogado). Um ano depois na edição de *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 24, 19 de junho de 1887, consta uma matéria sobre Tribunal de Júri que tinha Ernesto G. Nascimento por advogado. Ele também publicou no *Laranjeirense* uma série de artigos intitulada *O Pensamento*.

⁵⁸¹ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 32, 21 de julho de 1889, p. 4. Como o atentado havia se dado há anos, parece que David atrapalhou-se no mês, que pelo documento oficial do chefe de polícia realizado a época se deu em 31 de julho. Vale ressaltar que nas buscas que foram realizadas no Arquivo do Judiciário nada foi encontrado para comprovar esta versão. O silêncio na documentação criminal pode indicar as intrigas nas relações entre os agentes da justiça ligados muitas vezes aos políticos católicos.

⁵⁸² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 14, 13 de setembro de 1885.

solenidades artísticas realizadas no teatro de Laranjeiras.⁵⁸³ Anos depois, defendia na esfera judicial os acusados pelo crime de homicídio contra um inspetor de quartelão. David era um dos agentes da justiça que atuava na condição de juiz municipal naquele mesmo processo.⁵⁸⁴ Índícios que apontam a ligação dos sujeitos em diversas esferas, inclusive na política e na justiça como será demonstrado mais adiante.

No caso da pequena participação de Ernesto no jornal *O Horizonte*, percebe-se que apresentava uma posição anticlericalista, mas que não tinha interesse em debater naquela folha. Nessa primeira fase, o debate religioso deu visibilidade ao jornal que chegou a anunciar que matérias com o teor religioso seriam lançadas nas edições posteriores por falta de espaço, ou ainda, chegou a lançar edições com mais de quatro páginas para atender a demanda exigida pelo debate. Nesse aspecto observa-se que a questão religiosa naquele jornal não estava restrita a uma discussão polarizada entre polemistas católicos e protestantes como defendeu Costa ao tratar dos conflitos na Atenas sergipana pautada naquele jornal.⁵⁸⁵

Na série “O protestantismo e a ciência”, Y objetivava desconstruir os fundamentos filosóficos do protestantismo quando comparado ao catolicismo. No primeiro artigo destacou o papel de Lutero na Reforma quando “feriu” a “cristandade” abalada em razão da venda das indulgências, “causa determinante” do protestantismo. No princípio não havia debate sobre a veneração dos santos ou a doutrina do purgatório.⁵⁸⁶ Sua mudança de postura para defender a “causa real” do protestantismo: o livre arbítrio de interpretar a Bíblia, o transformou num “heresiarca”. Assim Lutero passou a rejeitar as crenças da transubstanciação, dos sacramentos, do purgatório, dos votos monásticos e da invocação dos santos.⁵⁸⁷

Na visão exposta por Y, a “liberdade de pensar” em assunto religioso, princípio norteador do protestantismo teria gerado muitas “interpretações” e, por consequência, variadas “seitas”. Existiam os defensores da importância do Papa como um elo mantenedor da unidade da doutrina entre os reformadores. Entretanto, a recusa da autoridade papal representaria uma das maiores incoerências do protestantismo.⁵⁸⁸ O fanatismo e o racionalismo foram apontados

⁵⁸³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano II, n. 9, 2 de agosto de 1886. No mês de agosto de 1886, Ernesto Nascimento discursou e entregou flores aos artistas Adalina Castro e Affonso de Oliveira, durante as homenagens prestadas a estes no teatro de Laranjeiras.

⁵⁸⁴ AGJSE – Processo Crime (1883-1888) dos réus presos José Rosendo, Antonio José e Manoel das Neves pelo homicídio de Graciliano Gratulino do Valle, ocorrido em 10 de novembro de 1883. In: Fundo: Laranjeiras, C.1º OF, Série Penal, Homicídio, Nº CX06, 1888-1891, NG 284.

⁵⁸⁵ COSTA, Gicélia Santos, op. cit. Vale ressaltar que o cognome de Atenas sergipana foi dado a Laranjeiras por D. Pedro II durante sua visita a província de Sergipe em 1860.

⁵⁸⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 3, 16 de junho de 1885.

⁵⁸⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 4, 23 de junho de 1885, p. 2-3.

⁵⁸⁸ Ibid.

como outros “desvios”.⁵⁸⁹ Nesse aspecto, a divindade da Escritura assegurada pela veracidade do testemunho íntimo sobre o recebimento do Espírito, base de sustentação desse sistema de religião, seria o que denominou de “calcanhar de Aquiles”. Como a “verdade” do protestante, baseada na “divindade da Escritura”, poderia ser mais coerente que a do católico, que tem por base de sustentação a “divindade da Igreja”, encarnada também na Escritura tendo em vista que ambos creem na “revelação do Espírito Santo”.⁵⁹⁰

Para Y o protestantismo é um sistema de religião repleto de “desvios”, sem “autoridade” e com “múltiplas interpretações”. Desse modo, os protestantes, “dignos” do direito de investigar o “símbolo obrigatório” foram “incoerentes” quando ao protestar contra o princípio de autoridade da Igreja Católica instituíram em livros simbólicos suas confissões e crenças explicadas por seus pregadores. “Quem lhes deu direito a substituírem a sua própria autoridade á da Igreja?”.⁵⁹¹ Os quatro artigos desta série de Y foram publicados nas edições de 16 e 23 de junho; 3 e 14 de julho de 1885, em concomitância com o debate sobre o purgatório e a idolatria. Sua postura era mais crítica que as de Bossuet e Matheus. Em razão da argumentação deslegitimar o protestantismo enquanto sistema de religião. Na percepção de Y o protestantismo não tinha sustentação filosófica. Ao compartilhar da tese de Schelling destacou que a Filosofia mata a propaganda protestante.⁵⁹²

Nenhum presbiteriano questionou Y, nesse ponto Matheus chegou a desafiar David que respondeu não ter “tomado parte no que tem dito Y, porque o tal Y é imparcial, tanto accuza o protestantismo como sua Igreja, e portanto s.s. [Matheus] tem igual direito; porque não o contesta?”.⁵⁹³ Apesar de crítico do protestantismo Y era um defensor da ciência e não do catolicismo como a princípio aparentava ser. Seus textos revelam a posição de anticlericalista. Entretanto, sua postura contribuía para desaprovar os presbiterianos que formavam a identidade com base na autoridade da Bíblia. *O Horizonte* não deu explicações ao público leitor sobre a ininterrupção daquela série, mesmo após Y ter anunciado continuidade em seu quarto artigo. Apesar de Felisbelo Freire não ter assinado matéria neste jornal, concorda-se com Armindo Guaraná⁵⁹⁴ quando ressaltou que os pseudônimos de Y e Hamilton foram utilizados para ocultar sua identidade naquele periódico que exercia a função de redator chefe.⁵⁹⁵

⁵⁸⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 5, 3 de julho de 1885.

⁵⁹⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 7, 14 de julho de 1885, p. 1-2.

⁵⁹¹ Ibid.

⁵⁹² Ibid.

⁵⁹³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 9, 29 de julho de 1885, p. 5-6.

⁵⁹⁴ GUARANÁ, Armindo, op. cit., p. 158.

⁵⁹⁵ CURVELLO, Manoel, op. cit.

Felisbello Freire oculto por Y não chegou a concluir a série em defesa dos postulados da ciência como parecia ser o propósito. Nem tão pouco se converteu ao presbiterianismo, tendo em vista que as incoerências filosóficas do protestantismo voltaram a ser abordadas, meses depois, ainda naquela folha. Dessa vez, trocara o pseudônimo para Hamilton. Na edição 24 de dezembro de 1885 saiu o primeiro artigo da série “Vozes Históricas pelo padre Guilherme Dias”, publicação que levou Blackford a entrar diretamente no debate. Iniciava-se o que se optou por denominar de segunda fase da discussão religiosa, na qual os outros sujeitos não voltaram a entrar em cena.

O estopim para essa fase pode ter relação com a publicação do mês anterior que anunciava a vinda do ministro Blackford. Na nota o jornal destacou que suas conferências para “avivarem” as crenças protestantes, foram “ultimamente muitíssimo combatidas” por alguns dos nossos colaboradores que esperam “ansiosos” pelo “ilustrado protestante”.⁵⁹⁶ Nessa visita, Blackford abriu “largas vias de circulação ao opúsculo” Vozes da História do padre Guilherme Dias. Presente que chegou à tipografia do periódico *O Horizonte* conforme agradecimento feito por Hamilton, antes de dar início a crítica do opúsculo.

O padre Guilherme Dias enfrentou o romanismo na obra *Echos de Roma*,⁵⁹⁷ apontando os defeitos morais do papismo, as arbitrariedades da teocracia católica e suas algemas para agrilhoar as consciências públicas. Desse modo, o opúsculo Vozes da História foi utilizado por Blackford como “arma para abater os créditos do catholicismo, levantando a bandeira das consciências livres em matéria de fé”. Para Hamilton/Freire o protestantismo é nesse aspecto “coirmão do romanismo” quando se opõe à marcha das consciências livres. Nesse aspecto, basta dizer que o protestantismo não aceita as conclusões da ciência moderna, e nem tão pouco os postulados do idealismo alemão, única filosofia que o espírito moderno pode admitir. Razão pela qual não viu progresso na escolha pelo protestantismo, exceto se “o ilustre author dos ‘Echos de Roma’ sahisse do grêmio da igreja catholica, e se baldeasse no seio do *heckelismo*”. A exceção das “indecências” plantadas pelo clericalismo no seio da religião, contra as quais, o espírito público protestou estabelecendo as bases do liberalismo. Tanto o catolicismo quanto o protestantismo “tocam-se e confundem-se pelo fundo dogmático e sobrenatural, impenetrável a qualquer espírito livre”.⁵⁹⁸

⁵⁹⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 21, 1 de novembro de 1885, p. 2.

⁵⁹⁷ Referia-se a obra do Padre Guilherme Dias intitulada *Echos de Roma* que foi publicada pela Editora H. Laemmert no ano de 1873.

⁵⁹⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 28, 24 de dezembro de 1885, p. 2.

Nessa fase a igreja presbiteriana de Laranjeiras comemorava seu primeiro ano de institucionalização. Ocasão que Blackford, motivado pelas críticas ao opúsculo do padre Guilherme Dias, “pediu” espaço naquele jornal para fazer algumas “observações” sobre os erros cometidos por Hamilton quando destacou que: o protestantismo não aceitava as conclusões da ciência moderna; que não permitia a liberdade de pensamento em matéria de fé; e pela comparação que fez com o catolicismo. Nestes aspectos, Blackford defendeu que o protestantismo não hesita em aceitar as mais adiantadas conclusões da “verdadeira ciência”, desde que “plenamente verificadas”; que a liberdade de pensamento desde a sua origem deve-se aos tempos modernos, ao protestantismo e a Reforma; e que existe um “contraste” entre o protestantismo e o catolicismo comparado ao da “luz para as trevas”. Na sua percepção, o protestantismo ilustra, eleva, santifica e salva enquanto o outro obscurece, avilta, corrompe.⁵⁹⁹

Durante meses Hamilton/Freire continuou a explicar a sua percepção sobre o opúsculo do padre Guilherme Dias, inclusive com outras matérias destinadas a criticar a defesa que Blackford havia feito ao referido padre. A posição de Hamilton sempre caminhava no sentido de argumentar que o protestantismo não aceitava as conclusões da ciência moderna, inclusive do evolucionismo “plenamente verificado” porque se o aceitasse implicaria “alterar profundamente a concepção que faz do mundo”.⁶⁰⁰ Hamilton/Freire era defensor da ciência moderna, por esta razão, usou dos argumentos científicos em vigor no oitocentos sobre o desenvolvimento do indivíduo que contrariava a posição criacionista defendida pela religião. Desafiou Blackford a apresentar “o programa científico do protestantismo” para distinguir a “verdadeira e a falsa ciência”. Seria falsa a ciência de Darwin, de Haeckel questionou Hamilton/Freire? Quando respondeu que pela postura do missionário o evolucionismo era uma falsa ciência, pois Blackford havia afirmado que não poderia haver discrepância entre a “ciência e a revelação”. Entretanto, existe um ponto sobre o protestantismo que Hamilton/Freire concorda com a posição do missionário.

Há somente uma verdade na defeza do sr. Blackford. O protestantismo foi a grande alavanca que quebrou as cadeias que prendiam o espirito humano, foi a grande chave que abriu as portas da prisão, onde se encerrava o espirito do homem. Nada mais lhe deve a humanidade que, colocada nas largas estradas do progresso e do pensamento livre, sentio ficar sem o apoio daquelle que deveria sempre achar-se na vanguarda das luctas e das pesquisas scientificas.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 29, 1 de janeiro de 1886, p. 3-4.

⁶⁰⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 30, 10 de janeiro de 1886, p. 2.

⁶⁰¹ Ibid.

Pela segunda vez, na edição de 19 de fevereiro de 1886, Blackford publicou no *Horizonte*. Estava na Bahia, quando escreveu no dia 29 de janeiro o texto “Hamilton e as Vozes da História” argumentando que o protestantismo não hesitava em aceitar as conclusões da verdadeira ciência, desde que “plenamente verificadas”. Por esta razão se recusou apresentar o programa científico.⁶⁰²

Hamilton/Freire destacou que Blackford manteve a sua posição sobre a ciência sem mostrar “claramente os erros das conclusões científicas”, pois se utilizou do “dogmatista Agassis” para criticar o evolucionismo. O “esforçado pastor” limitou-se a afirmar que: o protestantismo aceita as conclusões científicas, plenamente verificadas; que a ciência e a revelação estão em acordo; que o organicismo é rejeitado hoje por muitos sábios; que o evolucionismo e transformismo são sistemas cuja verdade precisa ser verificada. Afirmações que foram questionadas por Hamilton/Freire com base nas teorias científicas em vigor no século XIX, das quais era defensor.⁶⁰³

Hamilton/Freire publicou mais dois artigos para refutar as afirmações de Blackford contra a ciência, em especial o evolucionismo, criticado de “termo vago”, que servia de “epígrafe” no amparo de “teorias diversas”. Desse modo, Hamilton destacou que os “escritores” que se empenharam em fundamentar a verdade da teoria genealógica das espécies, evolucionismo, aceitaram a acepção que a totalidade das espécies animais e vegetais tem por antepassado primitivo comum uma forma muito simples.⁶⁰⁴ A “mutação da espécie em espécie nunca teve um só facto provado” afirmou Blackford quando estava a criticar o evolucionismo com base nas ideias de Cuvier e Agassis. Hamilton/Freire respondeu de forma irônica: a “metamorfose” das espécies só pode ser calculada em “centenas e milhões de milhares de anos”, mas, “Blackford exige que uma espécie transforme-se em outra, em um certo espaço de tempo”.⁶⁰⁵

O debate dessa segunda fase girou em torno da posição do protestantismo em relação às conclusões da ciência moderna. Hamilton/Freire utilizou-se de muitos teóricos para fazer a defesa do evolucionismo que estava sendo questionado pelo missionário norte-americano. Depois do segundo texto, Blackford deixou de publicar no *Horizonte*, mas continuou a debater

⁶⁰² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 36, 19 de fevereiro de 1886, p. 3.

⁶⁰³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 37, 26 de fevereiro de 1886, p. 3. Hamilton/Freire destacou que Agassis em sua obra *Classificacion* – mostra-se atrasadíssimo sobre questões de espécies animais. Assim não tem “palavra de valor em sciencia actualmente”.

⁶⁰⁴ BNRJ – *O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 38, 5 de março de 1886, p. 2-3.

⁶⁰⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 39, 12 de março de 1886, p. 3.

com Hamilton/Freire por meio do *Imprensa Evangélica*. Nessa terceira fase, os sujeitos e a temática continuaram os mesmos, mas *O Horizonte* deixou de ser o único espaço de debate.

Da imprensa laica da província de Sergipe a discussão religiosa passou a ser publicada no jornal *Imprensa Evangélica* da província de São Paulo. Em 20 de fevereiro de 1886, este jornal da confissão presbiteriana, do qual Blackford fazia parte, transcreveu na íntegra seu texto Hamilton e as Vozes da História, que havia sido veiculado, em primeiro de janeiro daquele ano, no *Horizonte*, para apresentar os “erros” de Hamilton/Freire sobre o livro do padre Guilherme Dias. Antes da transcrição anunciava ao leitor que o “notável” livro, cuja leitura havia sido “recomendada” naquela folha, estava dando o que “fazer aos inimigos da verdade”. Não somente “a heresia Romana”, mas também aos “incrédulos de outra ordem, os livres pensadores”.

Temos presente alguns números do Horizonte, folha publicada em Larangeiras, Sergipe, em que um materialista, sob o pseudônimo de Hamilton, e em estylo atractivo, tem encetado uma critica da referida obra, a qual promete ser mais extensa que o próprio livro. É verdade que ate aqui o ilustre escriptor tem mais ventilado seus próprios princípios atheisticos, do que tratado da matéria do livro.⁶⁰⁶

Para a redação do *Imprensa Evangélica* o “materialista” Hamilton/Freire se voltava contra o livro do padre Guilherme Dias, parece que sem o ter lido com o devido cuidado, tendo em vista que, nos dois primeiros artigos errou o título do livro quando usou como epígrafe Vozes Históricas em lugar de Vozes da História. Apesar de se apresentar versado na ciência, falta-lhe inteiramente o conhecimento do protestantismo, indispensável para uma discussão conscienciosa.⁶⁰⁷

Com o texto, *A ilustrada redação da “Imprensa Evangélica”*, publicado no *Horizonte* de 27 de março de 1886, Hamilton/Freire respondeu às críticas. Este jornal, em “homenagem” ao “esforçado companheiro de crenças”,⁶⁰⁸ transcreveu o artigo de Blackford que criticava “nosso juízo crítico” da referente obra do “ex-padre” por termos afirmado que o protestantismo não aceitava as conclusões da ciência moderna. “Sem mais comentários” a redação somente “apegou-se a um erro de typographia (Vozes Historicas, em vez de Vozes da Historia)”. Entretanto, argumentou que a análise se deu do ponto de vista “científico” e “filosófico”, termos que “a obra é destituída de todo valor”. Ainda destacou que:

O estudo da evolução social, do processo histórico que vae se opondo á manutenção da theocracia; as causas reais da tendência da humanidade em

⁶⁰⁶ BNRJ – *Imprensa Evangelica*, São Paulo, vol. XXII. n. 8, 20 de fevereiro de 1886, p. 1.

⁶⁰⁷ Ibid.

⁶⁰⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 41, 27 de março de 1886, p. 2-3.

levantar o seu brado de liberdade de consciência; a característica, em suma, do *romanismo*, traçada por mão hábil de crítico e de *phylosopho*, ficou olvidada pelo padre Guilherme. Não intentamos, como já dissemos, uma crítica religiosa das *Vozes da Historia* e agora vimos descobrir, depois da leitura da “Imprensa Evangelica”, a causa do nosso mutismo. *Falta-nos inteiramente o conhecimento do protestantismo, indispensável para uma discussão de consciência*. Agora ficamos sabendo onde canta o galo. Gostamos de receber ensinamentos de pessoas competentes e hábeis; por isso queremos iniciar-nos no labirinto da religião de Lutero e pedimos como conductor, o luminoso farol da ilustrada redacção da *Imprensa Evangelica*. Gostamos ainda mais de levar o nosso escarpello ao ultimo elemento, e convenceremo-nos de um erro. Vejamos si o protestantismo suporta uma analyse seria; e a ilustrada redacção não abandone seu posto, como Amilcar abandonou o promentorio de Eryx.⁶⁰⁹

Passados três meses, o órgão presbiteriano, na edição de 5 de julho de 1886, com o título *A “Imprensa Evangelica” e o “Horizonte”* respondeu a “queixa amargurada” do colaborador Hamilton/Freire feita no número 41. Passou a considerar a hipótese de erro tipográfico, por ter experiência com “os vexames provenientes de typos travessos”; não acredita que a maioria de seus leitores compartilhem da “doce ilusão” da vitória de Hamilton que se diz ter “aniquilado” a obra do padre, ou reduzido a um “valor negativo” os escritos de Blackford; louva ainda seu “propósito declarado” de estudar a matéria para analisar o protestantismo; e ressaltou que a *Imprensa Evangélica* o espera “sempre tranquilos, empunhando a espada do Espirito, que é a palavra de deus”.⁶¹⁰

A resposta do órgão confessional parece ter despertado a ira do “livre pensador” que em 16 de julho de 1886 passou a publicar a série *A phylosophia do protestantismo (IMPRESA EVANGELICA)*. Para Hamilton/Freire a Reforma foi a responsável pela “insurreição” do espírito humano contra a autoridade de Roma numa etapa da “evolução humana” influenciada pelo “*liberalismo*, ainda que *manqué*, em assumptos religiosos”. Tendo em vista que a liberdade de pensar ficou presa ao domínio da fé. Os discípulos de Lutero “só queriam o livre arbítrio de exame” das Escrituras. No século atual, a postura dos dissidentes em refutar os postulados da ciência não tem fornecido nenhum auxílio para o desenvolvimento da “nova filosofia”.⁶¹¹

Desde os tempos mais remotos que se observa a influência da religião em diversos aspectos da sociedade. A religião é considerada uma instituição “civilizadora” por excelência, pois é a “mãe” de todas as outras. “Senhora absoluta” das almas e das inteligências, a tudo inspirando com seu sopro poderoso. Tudo dominando por sua absoluta autoridade. Fonte única

⁶⁰⁹ Ibid.

⁶¹⁰ BNRJ – *Imprensa Evangelica*, São Paulo, vol. XXII, n. 23, 5 de julho de 1886, p. 1. Neste artigo também respondeu a *Alguns Catholicos*, por estes terem questionado no número 43, a postura dessa folha sobre o quebraimento das imagens na cidade de Laranjeiras.

⁶¹¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano II, n. 7, 16 de julho de 1886, p. 1-2.

de ciência, de moral, de legislação, de poesia, de arte, de tudo o que ocupa o pensamento. Entretanto, no século XVIII a filosofia tornou-se o guia de todas as direções do pensamento. Pouco a pouco, a filosofia limitava o “grande domínio” à proporção que passava a inspirar todas as atividades humanas. Nesse aspecto, qual o grau de auxílio prestou o protestantismo, questionou Hamilton/Freire?

Se da essência do espírito humano não se pode arrancar a religião, pelo menos perante a observação histórica e a experiência phylosophyca; si da necessidade que a humanidade por ela sente, pode-se prover a grande lacuna, a grande revolução moral de sua ausência; si desse conjunto de circunstancias a religião impõe-se como um principio essencial, uma lei do espírito humano, em quanto o *infinito* fizer parte de suas especulações; todavia o protestantismo que traduz um acidente, uma idade do homem, ainda não encontrou um ponto fixo, quer pelo lado religioso, quer phylosophico.⁶¹²

Pela “diversidade de tendências”, pela “perpetua mobilidade” pode-se afirmar que o protestantismo “ainda não atingiu um ponto fixo e um estado permanente” destacou Hamilton/Freire no final do século XIX pelas páginas do *Horizonte* de 23 de julho de 1886. Talvez tenha sido esse debate sobre a questão religiosa no *Horizonte* o que tenha impulsionado o médico Felisbello Freire a tornar-se “historiador”, com uma dezena de obras publicadas.

Pela abordagem da historiografia de Felisbello Freire, analisada pelo historiador Francisco José Alves, é possível compreender melhor a sua atuação no *Horizonte*, em especial, no seu interesse em criticar os fundamentos do protestantismo. Freire, formado em medicina, havia retornado à sua província imbuído da influência do cientificismo naturalista que dominou o horizonte das ideias filosóficas das pessoas cultas no oitocentos. Assim como Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, também bebeu do evolucionismo spenceriano.⁶¹³ Desde a escrita de seus textos no *Horizonte* observa-se a preocupação em termos evolutivos e civilizatórios de se pensar a sociedade.

Na última fase quando o debate se restringia a Freire *versus* Blackford ressurgiu David. Dessa vez, desafiou o professor Isaias Horacio de Sousa a apresentar alguma doutrina ou prática da Igreja romana que constasse somente na tradição, sem menção nas Escrituras: a transubstanciação, a missa, o purgatório, as orações pelos defuntos, o culto à Virgem são doutrinas derivadas somente da tradição?⁶¹⁴ A continuidade da discussão religiosa no *Horizonte* parece ter ficado sem a resposta do professor.

⁶¹² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano II, n. 8, 23 de julho de 1886, p. 1-2.

⁶¹³ ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010, p. 12.

⁶¹⁴ BNRJ – *O Horizonte*, Laranjeiras, ano II, n. 16, 19 de setembro de 1886, p. 4. Vale ressaltar que Isaias Horacio de Sousa declarou no jornal *O Republicano* sua residência em Itabaiana: “Faz dois anos que lá reside”. Teria ele saído de Laranjeiras por questões com David? Cf. *O Republicano*, ano I, N7, Laranjeiras, 19 de dezembro de 1888.

Vale ressaltar que a questão religiosa no *Horizonte* não se limitou ao debate entre defensores católicos, presbiterianos e anticlericalistas. O periódico também foi utilizado pelos presbiterianos como veículo de denúncias e propaganda. No primeiro caso quando publicou episódios de ameaças, agressões verbais e físicas. No segundo, ao veicular notas de casamentos, conversões, hinos e convites para o culto.

No caso das denúncias nada fazia referência à tentativa de homicídio a David. O quebraamento de imagens, livros jogados no rio, vaias, xingamentos e apedrejamento estão entre os fatos levados às autoridades e à opinião pública tanto por católicos quanto por presbiterianos. A nota veiculada na Secção Livre de *O Horizonte*, de 15 de novembro de 1885, sinaliza para o uso do periódico como um espaço de denúncia.

Chama-se a atenção da polícia para um grupo de paes de famílias que, em sessão domingueira, na rua da Camendaroba, dão vaias e guinxos em transeuntes, sem repararem a posição que ocupam em tal divertimento; e quando são matratados por aquelles, com algumas palavras, espelham-se de taca para ensinal-os a tratál-os bem, como succedeu domingo próximo passado.⁶¹⁵

Apesar de não deixar claro nem as vítimas e nem os agressores do episódio ocorrido na rua Comendaroba, parece indicar que os protestantes na sua reunião de domingo chegaram a atacar algumas pessoas que transitavam para que estes os respeitassem. Mais um indício de que os conflitos/confrontos se deram nos diversos espaços e que tanto os católicos quanto os protestantes enxergaram nos jornais um veículo para expor os seus problemas.

No mês seguinte, uma mulher, aconselhada pelas pregações de Blackford, quebrou as imagens dos santos que cultuava. Do oratório familiar as imagens foram parar em pedaços nas ruas de Laranjeiras. *O quebraamento de imagens* foi repudiado pelo jornal *O Horizonte*, em matéria de capa, publicada na edição de primeiro de janeiro de 1886. O escritor desta matéria, possivelmente, Felisbello Freire, se mostrava “admirado” com a notícia de que “algumas pessoas que vão aceitando as crenças protestantes, terem quebrado algumas imagens, cujos destroços foram conduzidos pelas ruas, como signal e prova das novas crenças”.⁶¹⁶ As “cenas de iconoclastia” contrariavam as regras da “prudência” e “deslustra os nossos fóros de sociedade civilizada” indo de encontro com a “índole sentimental” do “belo sexo”.

A sociedade “civilizada” deveria se indignar com aquela atitude que demonstra a falta de respeito com o “valor artístico” da imagem.⁶¹⁷ Tal prática sinaliza “uma educação

⁶¹⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 23, 15 de novembro de 1885, p. 4.

⁶¹⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 29, 1º de janeiro de 1886, p. 1.

⁶¹⁷ Ibid.

defeituosa” ou a “incandescência do espírito”, capaz de fazer a pessoa romper a calma e a prudência.

Ninguém é mais livre do que – a redacção deste jornal – não só em questões religiosas, como em todas as especulações de espírito humano; entretanto rende um sentimento de respeito a uma imagem, por isso mesmo que ela é um objeto de culto de uma grande parte da sociedade humana e ninguém ainda achou a entrada de lago crystalino das verdades. No respeito que o homem educado concede a uma imagem inclue-se o respeito a sociedade com quem convive-se.⁶¹⁸

Nos cultos, os ministros costumavam condenar o culto as imagens de qualquer santo católico, inclusive de Maria. A notícia publicada no *Horizonte* da mesma edição que repudiou a prática da iconoclastia sugere que a mulher tenha sido induzida pelo pastor.

Uma senhora da nossa sociedade, domingo passado, apoz o sermão do ilustre ministro presbyteriano sr. Blackford, chegando á caza, apoderou-se de um nicho, onde guardava algumas imagens, e, com a “force” de um espirito transformado momentaneamente, esmigalhou-as á golpes repetidos de martelo.⁶¹⁹

Parece ter razão *O Horizonte* quando associou o fato à pregação de Blackford. Sobre essa questão a redacção do *Imprensa Evangélica* se posicionou favorável à atitude daquela mulher. “Se, pois, o Deus do céu proíbe o culto de imagens, achamos natural que quantos preferem o ensino de Deus ao ensino dos homens e se convertem a Elle, se desfaçam de tudo quanto está prohibido, sem exceptuar as imagens”.⁶²⁰ Por esta atitude pode-se inferir que havia certa receptividade das pregações de Blackford por uma parte da comunidade católica.

Os católicos de Laranjeiras reagiram ao quebramento das imagens: a promotoria pública abriu “inquérito contra as pessoas que tomaram parte no fato”, o vigário de Laranjeiras realizou “preces”, o padre Firmino Rocha “pregações”, o jornal *O Horizonte* criticou a prática como “indigna” de uma sociedade civilizada, portanto, compartilhava de qualquer reação de protesto, desde que se procedesse no “campo da legalidade”.⁶²¹ Reações que causaram admiração dos redatores do *Imprensa Evangélica*, pois na visão destes “não há, porém, em toda a nossa legislação, um só artigo que prohiba o quebramento de imagens”, passaram a criticar os católicos quando destacaram que:

[...] seria melhor que o padre Firmino pregasse contra a adoração de imagens, a profanação do santo Nome de Deus, a profanação do dia do Senhor, os atentados á vida de que ia sendo victima um vendedor de livros em

⁶¹⁸ Ibid.

⁶¹⁹ Ibid., p. 2.

⁶²⁰ BNRJ – *Imprensa Evangelica*, São Paulo, vol. XXII, n. 9, 27 de fevereiro de 1886, p. 1.

⁶²¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 30, 10 de janeiro de 1886, p. 2.

Laranjeiras; contra o adultério, sem esquecer de pôr bem patente o escândalo em que vivem certos eclesiásticos, que metem em suas casas mais de uma concubina com seus respectivos filhos, sendo nisso imitados por seus comparochianos, contra a destruição e furto da propriedade alheia; contra a mentira, o furto de mulheres casada, e a cubiça desordenada de certa gente.⁶²²

O atentado ao vendedor de livros mencionado pelo *Imprensa Evangélica* tem relação direta com o quebramento das imagens. *O Horizonte* repudiou o ato por meio de duas matérias que narram o fato com detalhes.

Pelas três horas da tarde, do sábado, 2 de janeiro de 1886, nas imediações do trapiche Quaresma, em Laranjeiras, “grande número de pessoas” esperava o vapor que acreditava trazer o ministro Blackford. Havia boatos de que viria “realizar o casamento de uma pessoa de sua igreja, á quem a arraia miúda queria desrespeitar”. Por razões desconhecidas, o ministro não estava entre os passageiros daquele vapor. Ainda no porto, as pessoas que o esperavam romperam em “vaias e assuadas” na direção de um “pobre vendedor de livros” que não foi vítima dos “projétis arremessados” por conta da intervenção do delegado de polícia, Alexandre Paiva e de outros cavalheiros, que tentaram acalmar os ânimos. Os livros de propaganda protestante que trazia na bagagem foram “completamente dilacerados” e “lançados ao rio”. O ataque continuou pelas ruas daquela cidade quando a população “acompanhou o irresponsável agente de livros até a sua residência, por entre gritos de – morra o protestantismo!”.

O “semeador” atacado por seus contrerrôneos, Herculano Alves Café,⁶²³ havia se convertido ao presbiterianismo junto com a família David. As práticas de colportagem outrora realizada por sujeitos de fora da província tinha na figura desse colportor um representante da localidade a disseminar a propaganda protestante nessa nova fase. *O Horizonte* destacou que a “propaganda da Reforma se infiltra ao seio desta sociedade”, mas “não recuará perante o espantinho das voserias populares”. O “solo onde germina a semente protestante” não se tornará infértil com semelhantes recursos. Tendo em vista que o “erro de uma religião” não poderia ser provado com “apupadas” e “cenas de canibalismo como tem ocorrido em Laranjeiras. Na percepção defendida por este periódico, a “discussão em matéria religiosa” deve ser “calma”, “prudente” e “consciente”. Esta seria a “causa única” que poderia limitar o “progresso” do protestantismo, reduzindo a um “pequeno número de adeptos”.

⁶²² BNRJ – *Imprensa Evangelica*, São Paulo, vol. XXII, n. 9, 27 de fevereiro de 1886, p. 1.

⁶²³ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*. op. cit. 1935, p. 139. Sobre este episódio o vigário de Laranjeiras destacou que “em 1886 anunciada em Laranjeiras a chegada de um pastor norte americano para o dia 2 de janeiro, o povo da feira semanal correu como uma onda impetuosa para o porto do desembarque onde tentou linchar o Snr. Herculano Café, emissário protestante, apesar da intervenção do Snr. Alexandre Prudente, Delegado de Polícia”.

O catholicismo não deveria dormir sonos tão prolongados e sim oferecer a luva da discussão, pelos seus mais ilustres órgãos, aos reformados. Deveria na oratória e na imprensa clarear *o foco da verdade*, que julga possuir, iluminando os espíritos para seguirem nas estradas da fé, uma senda sem impecilios, nem tortuosidades.⁶²⁴

Ainda nesta matéria, defendeu *O Horizonte* que em uma sociedade “civilizada”, onde a “ciência” trabalha para o “progresso da humanidade”, qualquer “erro” deve ser combatido com a “discussão”. A postura deste periódico, que tinha como redator chefe Felisbello Freire, estava alinhada com o projeto de defesa pelas liberdades como sendo sinônimo de progresso e civilização. Assim, o pensamento deste homem das letras da província de Sergipe estava alinhado com o projeto político de âmbito internacional que propugnava pela secularização e pela laicização da sociedade e do Estado. Projeto este que vinha sendo colocado em prática na Europa, e no século XIX, com maior ênfase, a partir da década de 1870, chegava a ser debatido na imprensa de várias partes do Brasil, portanto, Sergipe não ficou de fora, conforme pode ser observado.

Antes de pensar o caso sergipano no curso desse projeto civilizacional e cultural, faz-se necessário refletir acerca dos conceitos de secularização e laicização enquanto processos distintos, embora ambos sejam frutos da modernidade e expressem uma concepção de mundo pautada nos valores seculares.⁶²⁵ Optou-se por pensar as mudanças da sociedade brasileira no curso do processo de laicização a partir das reflexões apresentadas por Fernando Catroga. Foi a partir do caso de Portugal, tomando por base as especificidades de outros países da Europa, que este historiador pensou o conceito de tolerância em confluência com o processo pela secularização e pela laicização da sociedade e do Estado. Assim, seu trabalho ajuda a refletir, entre outras questões discutidas ao longo desta tese, a respeito da postura dos periódicos em

⁶²⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 30, 10 de janeiro de 1886, p. 1.

⁶²⁵ O conceito de secularização não pode ser compreendido como sinônimo de laicização. Na perspectiva apresentada por Fernando Catroga o processo de secularização acelerou com o Iluminismo, sendo que foram as condições políticas e ideológicas do século XIX que permitiram uma orientação para a laicidade, quando dele surgiu uma “contestação militante apostada em pôr em causa a força institucional, cultural e simbólica do cristianismo e do catolicismo”. Sua gênese em meados do século XVI na França está ligada ao sequestro de bens da Igreja por parte da coroa. Diferente de laicidade e laicização que surgem no contexto do republicanismo francês em fins do século XIX, ligadas as querelas pela secularização do ensino. Desse modo, o processo de “secularização” na perspectiva de Catroga pode ser compreendido como “o caminho que veio a desaguar na Modernidade, provocando a progressiva autonomização da razão, da natureza, da sociedade e da política, assim como a imanenticização dos fundamentos da ética e da liberdade, e a paulatina separação da esfera pública e privada”. Portanto, apreende-se que o processo de secularização caminhava para uma ação mais positiva do Estado no sentido de laicizar a sociedade nos seus aspetos culturais, políticos, jurídicos e sociais. Seria a condição para a realização das promessas emancipatórias de fundo iluminista da Razão, da Ciência, do Progresso e da Civilização. Sendo que, a escola seria o espaço privilegiado desta ação. Defendia-se a escola laica como única forma de libertar a sociedade da influência clerical. Para esse historiador, “se toda a laicidade é uma secularização, nem toda a secularização é uma laicidade”. CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade: Uma perspectiva histórica e conceptual. Revista da História das Ideias. Tolerâncias, Intolerâncias*. v. 25, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

questão sobre os conflitos entre católicos e protestantes, bem como a presença de discursos anticlericalistas.

Desse modo, a visibilidade que estas questões religiosas conquistaram no espaço de determinados periódicos de cunho abolicionista e republicano, não podem ser pensadas sem a confluência com as imbricações políticas de defesa pelas liberdades emancipadoras do homem, pauta defendida pelos propugnadores e adeptos do projeto de laicização, denominado por Catroga de laicismo agnóstico e ateu, por meio do qual seus propugnadores defendiam uma razão prática superposta à religião. Imersos nessa conjuntura, pode-se a partir dos conflitos entre católicos e protestantes identificar sujeitos que não mais concordavam com uma sociedade pautada nos dogmas da religião. Essas mudanças levaram aos conflitos não apenas entre católicos e protestantes, mas envolvendo outros sujeitos que não mais desejavam a imposição da religião na sociedade.

Os periódicos, com ênfase para aqueles de cunho abolicionistas e republicanos, na defesa da razão prática combatiam tudo aquilo que tinha relação com a religião, inclusive utilizando-se de combates agressivos e violentos, na tentativa de aniquilar a interferência da religião na sociedade. Portanto, o conceito de laicismo agnóstico e ateu apresentado por Catroga ajuda a pensar, em parte, as posturas anticlericalistas e contrárias a religião imersas nos discursos dos jornais sergipanos. Entretanto, não se pode esquecer que apesar das semelhanças nas práticas discursivas dos agentes defensores do laicismo, cada sociedade apresentou (e ainda apresenta) suas especificidades, pois as práticas condizentes pela laicização da sociedade e do Estado são históricas e culturais. Assim, na percepção desse autor a laicidade como projeto “prometia criar as condições para que o indivíduo pudesse ascender, em liberdade (de consciência, de pensamento, religiosa), ao gozo dos seus direitos”.

Pelo que reivindicava os efeitos da secularização: a separação entre a esfera política e a religiosa, a pública e a privada; a privatização das crenças; a afirmação da autonomia do homem perante a justificação transcendente da ética, do conhecimento e das expectativas humanas. Por outro lado, não se estranha que os seus prosélitos tivessem, como alvo polémico, aqueles que encarnavam o obscurantismo e a intolerância e, portanto, impediam o progresso e a emancipação. E explica-se que as necessidades de legitimação histórica os levassem a invocar, como precursores, ideias, acontecimentos e personagens que marcaram, muitas vezes de um modo trágico, esses combates. Pode mesmo sustentar-se que a laicidade era reivindicada como o requisito dos requisitos para que, finalmente, fosse possível cumprir, a partir de garantias constitucionalizadas e de políticas educativas de inspiração democrática, o ideal de tolerância (civil e religiosa) em toda a sua extensão.⁶²⁶

⁶²⁶ CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade*, 2004, op. cit., p. 106.

Percebe-se ainda que alinhado com o pensamento de defesa da laicização da sociedade, o periódico noticiou os gestos de violência cometidos tanto pelos católicos quanto pelos protestantes, defendendo um certo ideal de tolerância civil e religiosa. Posição perceptível quando defendeu que somente o “respeito recíproco entre os crentes” pode vir a “sanar” outros “espetáculos” desse tipo. Ainda aconselhava que “cada um fique com as suas crenças e as não queira impor aos outros”.⁶²⁷ Para Catroga, o conceito de tolerância não pode ser desvinculado do percurso da longa duração da secularização da sociedade, conseqüentemente, não pode ser pensado sem os princípios filosóficos do laicismo agnóstico.

E não se pode esquecer que a laicidade era pressuposto necessário para o enraizamento da *virtus* republicana, e que o seu sincrético fundo filosófico, que partia do deísmo e do espiritualismo neokantiano (a este título, veja-se a posição de J. Bami e de Renouvier), foi sendo hegemonizado por posições agnósticas e, nos seus sectores mais radicais, embora minoritários, ateístas-materialistas. Isto explica que, pelo menos no plano dos princípios, o reconhecimento da prioridade da liberdade de consciência implicasse a liberdade de pensamento e, conseqüentemente, o direito tanto à religião como à não religião, algo que, à excepção de Bayle, estava longe dos anteriores ideais de tolerância.⁶²⁸

Na província de Sergipe, Freire está entre os principais defensores da República. Sua posição nos jornais aponta para seu alinhamento filosófico condizente com o laicismo agnóstico, portanto, um defensor da liberdade de consciência como pressuposto para a liberdade de pensamento. Nesse sentido, criticava tanto o protestantismo quanto o catolicismo quando seus defensores se apresentavam os exclusivos de uma Verdade. Sua postura tinha uma conotação política pela laicização da sociedade, e pela tolerância, no sentido de convivência respeitosa dos grupos religiosos em questão, que caminhava para a liberdade religiosa. Liberdade essa que na acepção apresentada por Catroga, tornaria bastante complicada de ser aplicada, principalmente, nos países católicos. Em razão, da disputa pela educação e o ensino, base moral na formação dos cidadãos que nestes países estava a cargo da Igreja Católica, também deveria ser laicizada na busca pela “emancipação do laós, base material da constitucionalização formal dos direitos e deveres do homem e do cidadão”.⁶²⁹

A crítica aos valores de uma sociedade pautada nos dogmas da religião levada a opinião pública via a imprensa periódica da província de Sergipe sinaliza que os conflitos não estavam restritos aos católicos e protestantes, mas envolviam outros sujeitos que não mais desejavam a

⁶²⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 30, 10 de janeiro de 1886, p. 1.

⁶²⁸ CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade*, 2004, op. cit., p. 113.

⁶²⁹ *Ibid.*, p. 113-114.

imposição da religião na sociedade. Os médicos Guedes Cabral e Felisbello Freire são exemplos de sujeitos críticos a imposição da religião na sociedade.

A postura do periódico *O Horizonte* relativa ao quebramento das imagens e ao caso do colportor Herculano Café, exposta acima, aponta que o jornal abria brechas para a discussão a respeito da liberdade religiosa, ainda no Império quando o que se tinha no Brasil era uma legislação tolerante para com as religiões não oficiais. Tolerância que foi sendo conquistada a partir de 1810, por conta da pressão da Inglaterra para permitir que os ingleses instalados neste país pudessem manter as suas crenças religiosas sem interferências. Entretanto, na prática, atitudes que podem ser compreendidas como intolerância religiosa se deram em diversos espaços e por múltiplas razões. Percebe-se que *O Horizonte* apresentava uma postura de repúdio a qualquer atitude que viesse a ser compreendida como ações de desrespeito a crença do outro, independente da religião em questão. Considerava atitudes indignas de uma sociedade que caminhava rumo a civilização, dando a entender que tanto a quebra de imagens quanto a destruição dos livros do colportor representavam o atraso.

Têm-se demonstrado que os conflitos/confrontos motivados pela intolerância se deram em diversos locais, por motivos variados e envolveram uma multiplicidade de sujeitos. Portanto, muitos deles foram levados às esferas da justiça. Ainda nesse caso do colportor, o “Chefe de Polícia mandou que as autoridades policiaes d’esta cidade, procedessem o inquérito sobre o acontecimento de que foi victima, no dia dois do corrente, sr. Herculano Café, sementeiro de livros protestantes”.⁶³⁰ Em nenhum dos casos foram encontrados documentos jurídicos que comprovassem o andamento do inquérito. Indício de que as relações de poder dos católicos nas esferas políticas e judiciais impediram o prosseguimento do andamento das denúncias como se deu com a tentativa de homicídio referida por David. Se a polícia e a justiça não tomavam as devidas providências, como pôde ser observado pelas queixas das vítimas, a saída encontrada foi expor os fatos à opinião pública por meio da imprensa, principalmente, aquela que enxergava a questão religiosa um espaço de debate relevante, permitindo a defesa da liberdade religiosa, e, conseqüentemente, criticando o obscurantismo da religião, por representar um empecilho aos projetos políticos em defesa da laicização da sociedade.

Com efeito esse debate pode ser pensado como encaminhamentos rumo a liberdade religiosa. Questão essa que no caso do Brasil não pode ser pensada de forma isolada. Deve-se levar em consideração as transformações que o país estava vivenciando por conta da entrada de comerciantes e trabalhadores especializados, principalmente, ingleses; bem como a leva de

⁶³⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 34, 17 de janeiro de 1886, p. 2.

imigrantes, muitos deles oriundos de países europeus de forte influência protestante. Transformações que não podem estar dissociadas das mudanças que o mundo vivenciava diante do avanço da laicização da sociedade que a Europa bem conhecia. Para Catroga a discussão da tolerância moderna iniciou-se na Europa com os pensadores Pierre Bayle e Locke. Essa discussão desembocou no cruzamento com a valorização dos direitos fundamentais do homem, a começar pela liberdade de consciência e de pensamento. Na percepção do autor, o conceito de tolerância é mais um produto da Modernidade. Ele surgiu em resposta aos novos desafios levantados pela situação religiosa que a Europa conheceu a partir do Renascimento e da Reforma. Assim, o debate sobre a tolerância numa sociedade que via a cristandade esfacelar-se diante do surgimento do protestantismo e da secularização levou ao debate sobre a moral e a religião, gerando o laicismo agnóstico e ateu de uma razão prática superposta à religião.⁶³¹

Nesse sentido, constata-se que a sociedade construída com base nos ensinamentos morais e cristãos do catolicismo estava sendo questionada se observada pela lente do jornal *O Horizonte*. A religião fosse ela católica ou protestante estava sendo criticada. A ciência passava a modelar os valores da nova sociedade que se desejava pelas páginas impressas do jornal *O Horizonte*. Uma sociedade laicizada. A mudança gerava o confronto de ideias e os conflitos nos mais variados espaços. A solução era o debate, seja nos clubes literários, nos templos religiosos, e principalmente, nos jornais. Nesse sentido, é perceptível que havia uma conscientização da importância dos jornais como um espaço de enfrentamentos de ideias conforme foi demonstrado. Entretanto, as divergências levavam a violência física, portanto, os jornais também serviam como espaço para a denúncia.

Nesse caso a fala de Kolb é representativa. Ele narrou no jornal *O Horizonte* que havia recebido uma carta de “*Um catholico romano*” da vila de Itabaiana, pedindo para que o fato viesse a ser publicado em dos jornais da província. O pastor escreveu um texto introdutório expondo a sua posição quando publicou na íntegra a carta recebida conforme pedido do remetente.

Hontem [11 de abril de 1886] em plena rua desta Villa [Itabaiana], foi apedrejado um filho do cidadão José Grigorio da Silva Teixeira, por um grupo de homens inconscientes, capitaneados por um rapazinho irmão do padre Vicente Ferreira dos Passos, e por dous filhos do comandante do destacamento de policia desta Villa, - isto pelo único crime de seguir o sr. Texeira na Religião Evangelica, ou protestante.⁶³²

⁶³¹ CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade*, 2004, op. cit., p. 113-114.

⁶³² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 46, 13 de maio de 1886, p. 2.

Sobre este fato o pastor Kolb, “aflito” e “magoado”, lamentou que “os filhos da moderna civilização” ainda praticassem ações “indignas” por “motivos religiosos”, contrariando as leis que facultavam “inteira liberdade de cultos a todos os cidadãos deste império”. Independente das “cores políticas do paiz” desejava a “plena paz e liberdade de consciência a todos”.⁶³³ A posição do pastor sinaliza para a possibilidade de que havia interesses políticos partidários nesse ato revestido de perseguição religiosa do qual estavam envolvidos parentes do pároco e da própria polícia.

No século XIX não havia jornais da denominação presbiteriana impressos em Sergipe, apesar da circularidade do *Imprensa Evangélica* para os conversos ou aqueles que desejassem fazer a assinatura. Cientes da relevância da palavra impressa os presbiterianos passaram a utilizar do espaço da imprensa laica, a exemplo do periódico *O Horizonte* para anunciar a conquista dos novos adeptos por meio das notas dos casamentos acatólicos e das conversões. Fazia-se questão de registrar a saída dos fiéis católicos conforme se pode observar pela breve nota: “realizou-se no domingo, 27 de dezembro [1885], o batismo de nove pessoas que, abandonando a igreja romana, filiaram-se aos preceitos da presbyteriana”.⁶³⁴ Do mesmo modo aproveitaram o mesmo espaço para lançar o convite para o culto que vinha acompanhado da letra de um dos hinos.

Pelo número de conversões, casamentos acatólicos, e até mesmo o quebramento das imagens infere-se que as pregações dos ministros, os hinos, a leitura da Bíblia, a Escola Americana, proporcionavam mudanças comportamentais em parte da sociedade sergipana que outrora se autodenominava católica. Motivações que levaram a alta hierarquia católica a se mobilizar em combater os protestantes de diversas formas, inclusive com a participação dos capuchinhos.

Diferente do que se deu em *O Horizonte*, o periódico *O Larangeirense* deu pouca visibilidade ao debate religioso. Entretanto, nas edições do mês de agosto de 1888, circulou uma série de artigos intitulada *Faz mal Perguntar*, assinada pelo pseudônimo Um Católico, que dizia ter comprado uma Bíblia “por mil e quinhentos reis”, mas questionava a existência do Sacramento. Assim, Nicephoro e Um Pecador passaram a duvidar da identidade desse que se dizia católico, mas tinham dúvidas desse tipo.⁶³⁵ Neste jornal os presbiterianos tiveram espaço para publicar notas de casamentos e de falecimentos. David apareceu imerso nas vicissitudes daquela sociedade ao lado dos intelectuais e dos políticos liberais sem se envolver, ao menos

⁶³³ Ibid.

⁶³⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 30, 10 de janeiro de 1886, p. 2.

⁶³⁵ BNRJ – *O Larangeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 80, 5 de agosto de 1888.

de forma direta neste debate. Chegou a escrever dois textos: uma carta/petição que denunciava dois frades capuchinhos por incitamento da violência⁶³⁶ e respondeu às críticas do vigário Muniz feita aos católicos que participaram do casamento evangélico realizado na Câmara Municipal.⁶³⁷

David também escreveu no jornal *O Republicano*, do ano de 1889, para denunciar as perseguições sofridas pelos presbiterianos quando acusou perante a opinião pública o descaso do juiz de direito para com as denúncias por ele dirigida à justiça daquela comarca. O único episódio de debate se deu com José Pedro Vieira, por este ter decidido anular o casamento realizado na igreja presbiteriana. Foram relatados o caso da invasão a uma casa particular na vila de Siriry por católicos incitados por sacerdotes quando se realizava um culto. O jornal veiculou notícias extraídas de jornais de outras províncias sobre casos de abjuração de católicos, inclusive sacerdotes. Havia interesse em criticar o clero por conta da sua ligação com a monarquia o que de forma indireta favorecia aos interesses dos presbiterianos. Sendo assim, de formas diversas os presbiterianos conquistaram o espaço na tríade laranjeirense.

Vale ressaltar que não se pode pensar nenhuma localidade da província de Sergipe como de exclusividade do credo católico, nem somente na perspectiva católico/presbiteriano. Ainda mais, a região do Cotinguiba, marcada por seus engenhos a receber uma diversidade de africanos.

Macumba forte em Sergipe teve início em Laranjeiras. Os escravos africanos do vale do Japarutuba e da Cotinguiba conservavam as suas religiões, com seus rituais em certos períodos do ano, com restrições, porque os senhores-de-engenho não permitiam distrações dos eitos e canaviais. Depois da Abolição, em 1888, é que os negros se exibiam, em seus xangôs organizados, publicamente. [...].⁶³⁸

Apesar da narrativa intolerante para com a religião dos africanos expressa no termo “macumba forte”, esta passagem da crônica – Ai de Ti, Laranjeiras – do jornalista Zózimo Lima é mais um indicativo da pluralidade de crenças. Laranjeiras também não era tão católica como desejou edificar o vigário Philadelfo de Oliveira em suas memórias da Laranjeiras Católica nas quais o próprio sacerdote revela a presença dos ateístas e dos presbiterianos, contrariando o título dado a obra. Diferentemente dos presbiterianos que criticavam e até quebravam as imagens dos santos católicos, muitos africanos e seus descendentes incorporaram tais imagens a seus rituais religiosos. A própria Igreja Católica, através dos santos negros buscavam

⁶³⁶ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano I, n. 45, 13 de novembro de 1887.

⁶³⁷ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 95, 18 de novembro de 1888, p. 4.

⁶³⁸ LIMA, Zózimo. *Variações em Fá Sustenido*. Brasília, [s. n.], 1993, p. 82 (Coleção Garimpos de História, v. 1).

catequizar essa população escrava que povoava o Brasil desde os tempos coloniais. Nesse sentido Oliveira demonstrou o papel dos frades carmelitas no projeto de catequização dos africanos através da devoção de Santo Elesbão e Santa Efigênia.⁶³⁹ Os religiosos dessa Ordem também desempenharam um papel importante em Sergipe conforme se pode observar pelo convento que ainda existe na cidade de São Cristóvão.

A multiplicidade de crenças implica em maneiras diversas de agir no mundo. Nesse sentido, o pequeno grupo de presbiterianos passava a agir de forma diferenciada dos católicos e dos afrodescendentes não somente na sua relação com as imagens dos santos. Estas diferenças são perceptíveis na maneira de se vestir, na decoração da casa sem a presença dos oratórios, na simplicidade do lugar sagrado reservado para o culto, na necessidade de aprender a ler para interpretar a Bíblia, na utilização dos hinos nos cultos, no lar e nas escolas. Mudanças significativas que passariam a marcar as diferenças identitárias do ser presbiteriano. Entretanto, estas não foram as únicas características capazes de unir ou separar as pessoas em determinados grupos. Ideologia política, interesses econômicos, relações de trabalho podem ter levado grupos de pensamentos religiosos diversos a formar alianças em prol de interesses comuns. É nesse aspecto que serão investigadas as redes as quais David estava imerso.

3.4 David, representatividade presbiteriana na política e na justiça

A inserção do presbiterianismo em Sergipe se deu no cenário de instabilidades político-partidárias de âmbito nacional que culminou na troca do gabinete dos liberais para os conservadores no ano de 1885.⁶⁴⁰ Tais disputas refletiram na política desta província acrescida de peculiaridades locais. Uma delas estava relacionada a eleição para senador ocorrida em novembro de 1884. Saiu vitorioso Antônio Dias Coelho e Melo, o barão de Estância, concorrente de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, sobrinho de Antonio Diniz de Siqueira e Melo, o senador por Sergipe que havia falecido em maio daquele ano. Siqueira Maciel tinha perdido a eleição e ainda enfrentava os dois adversários políticos mais fortes a ocupar vagas no Senado: um do partido liberal, o Barão de Estância e outro, conservador, o Barão de Maruim.⁶⁴¹

⁶³⁹ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit.

⁶⁴⁰ O domínio conservador (1852-1862); o interregno liberal (1862-1868); o retorno dos conservadores (1868 a 1878); os liberais divididos (1878 a 1885); os conservadores retornaram (1885 a 1889); os liberais de 7 a 15 de novembro de 1889 quando ocorreu a Proclamação da República. Mais informações sobre as disputas políticas na província/estado de Sergipe consultar: NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*, op. cit., p. 210; DANTAS, José Ibarê Costa. A política em Sergipe Provincial (1820-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, p. 39-48. (Dossiê Sergipe Provincial).

⁶⁴¹ DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909)*, op. cit., p. 189-190. O senador Antonio de Diniz de Siqueira e Melo era proprietário do Engenho Aruari, em Santo Amaro das Brotas.

As disputas políticas ficaram ainda mais acirradas quando o Imperador resolveu dissolver a Câmara dos Deputados, em razão da reação destes parlamentares ao projeto apresentado pelo liberal Manoel Pinto de Souza Dantas que propunha a abolição do tráfico entre as províncias, a ampliação do fundo de emancipação e a libertação dos escravos com sessenta anos. A nova eleição para candidatura à Assembleia Geral foi marcada para primeiro de dezembro de 1884. Em Sergipe, foram eleitos: Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e o padre Olímpio de Souza Campos pelo partido conservador, Sancho Prado Pimentel e Antônio Dias Coelho e Melo pelo partido liberal.⁶⁴² Entretanto, o Barão de Estância assumiu a vaga no Senado sendo substituído pelo médico Joviano Romero; o diploma de Sancho Pimentel (liberal) foi anulado em benefício de José Luís Coelho e Campos (conservador); as candidaturas do padre Olímpio Campos e Leandro Maciel não sofreram contestações.⁶⁴³

Não se têm informações se outrora David, católico, teria defendido as ideias do partido conservador. Entretanto, pode-se afirmar que, ao menos desde 1875, fazia parte das fileiras do partido liberal,⁶⁴⁴ do qual uma década depois atuava como vereador da Câmara Municipal de Laranjeiras no momento que havia sido criticado pelo jornal conservador por conta da abjuração. Assim, o necrológio político da família David passa a ter outra representatividade, tendo em vista que, estava imerso na política partidária contrária àquele periódico que tinha o padre Olímpio Campos como redator e ocupante do cargo de deputado. A variada documentação que faz parte dos autos de um processo movido pela Câmara Municipal de Laranjeiras contra o vereador José Pinheiro Lobão é reveladora da pluralidade de papéis que David representava e do cenário conflituoso que deu sustentação a posse de David, em 8 de janeiro de 1885.⁶⁴⁵

O Presidente da Câmara do exercício de 1884, Marcolino Ezequiel de Jesus, havia sido convocado pelo Juiz de Direito para participar da junta revisora do corpo de jurados da comarca de Laranjeiras. Para substituí-lo, na sessão de 29 de dezembro de 1884, o vereador Francisco José de Vasconcellos assumiu a presidência daquela casa. A sessão contou com a presença dos vereadores Angelo Custodio Policiano, Pedro Archanjo de Lima, Felinto da Costa Brotas. Na ocasião José Pinheiro Lobão fez o juramento assumindo a vaga do vice-presidente, José dos

⁶⁴² Ibid., p. 191.

⁶⁴³ Ibid., p. 192.

⁶⁴⁴ BNRJ – *Jornal do Aracaju*, Aracaju, ano VI, n. 563, 27 de fevereiro de 1875, p. 2. Manuel Antonio dos Santos David estava entre os integrantes da comissão do partido liberal de Laranjeiras, juntamente, com Francisco da Silva Freire, Helvecio Moniz Telles de Menezes, Francisco Rodrigues Nogueira e Ricardo Curvello de Mendonça. No dia 24, a comissão esteve na casa de José Fiel de Jesus Leite, em Aracaju, para homenageá-lo pelos serviços prestados aquele partido.

⁶⁴⁵ AGJSE – Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL, Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

Santos Silva, que havia mudado de residência para Socorro.⁶⁴⁶ Estes se reuniram na sessão do dia primeiro de janeiro de 1885 e sem a presença dos vereadores capitão Francisco Rodrigues Nogueira, alferes José Martins de Freitas e Domingos de Meneses Faro procederam a eleição para o exercício de 1885. Ganhou para presidente Francisco José de Vasconcelos e para vice, José Pinheiro Lobão.⁶⁴⁷

No dia 2 de janeiro, o juiz de direito interino da comarca, João Thomaz de Mello Alves, amparado por ofício do presidente da província, Luiz Caetano Muniz Barreto anulava as duas eleições. Na mesma ocasião, “para dar ganho de causa a seus amigos políticos”, cometeu mais um ato “ilegal” ao autorizar o “ex-presidente da câmara que juramentasse a um suplente de vereador, Manoel Antonio dos Santos David, por que com ele podia funcionar a câmara, sem o concurso dos conservadores, atentando assim contra a lei”. Para Lobão trata-se de “um crime” de base política que “corrompia” a magistratura com “promessas falsarias” para “consolidar-se o domínio, não de uma política, mas de homens que procuram arruinar o paiz, conquistando as simpatias do estrangeiro” conforme a “feição política” do “liberalíssimo” Manoel Pinto de Souza Dantas, presidente do conselho de ministros, que o presidente de Sergipe estava a representar. Desse modo, havia oito vereadores, destes, quatro a contar com o presidente eram liberais. O voto “soberano de presidente” fazia “pender a balança” nas decisões, mas a entrada de Lobão favorecia os conservadores. A anulação das eleições e a entrada de David foram criticadas pelos conservadores através do jornal *O Gazeta de Aracaju*. Matérias estas que foram parar nos autos do processo de Lobão.⁶⁴⁸

⁶⁴⁶ AGJSE – Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Laranjeiras de 29 de dezembro de 1884. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

⁶⁴⁷ AGJSE – Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Laranjeiras de 1 de janeiro de 1885. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209. Nesta sessão analisaram propostas para aquisição de iluminação a lampião da cidade com aprovação da proposta lançada pelo tenente José Barbosa de Amorim.

⁶⁴⁸ AGJSE – *Gazeta do Aracaju*, ano VII, N 287, Sergipe, 17 de janeiro de 1885, p.1-4. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209. Por estas matérias observa-se que José Pinheiro Lobão havia sido eleito vereador em 18 de dezembro de 1884, mas não assumiu função no dia 23 por ter sido “repelido” pelo presidente da câmara, Marcolino Ezequiel de Jesus, sob a justificativa de que não possuía um “título legal”. A matéria intitulada *A eleição de um vereador na câmara de Laranjeiras e s. ex. Muniz Barreto*, apresenta a versão dos fatos do ponto de vista do partido conservador que se dizia perseguido pelo presidente da província depois da “triste derrota” do candidato liberal pelo 4º distrito a quem este “só veio eleger” (o senhor Sancho). A cidade tem sido “palco sombrio das tropelias dos comediantes” do “delegado do governo” que age por “paixão” sem pensar nos direitos dos governados. Assim o grupo do partido conservador aponta a imprensa como a “única válvula” para expor a situação já que “não temos mais a quem recorrer. Todos os poderes públicos nos esmagam”. Ainda nesta edição critica os atos do governo no tocante as demissões de empregados públicos do partido conservador, a exemplo de professoras e do agente do correio de Laranjeiras, José Barbosa de Amorim. Ao mesmo tempo denuncia os cargos oferecidos aos correligionários do partido liberal de Laranjeiras que tinha parentesco com o Presidente da Câmara, Marcolino Ezequiel de Jesus: nomeação do subdelegado ao irmão, Francisco Ezequiel de Jesus; nomeação de carcereiro ao cunhado, Francisco

Por conta da anulação da eleição de primeiro de janeiro, no dia 8 o suplente Manuel Antonio dos Santos David, convocado para assumir a função de vereador, prestou o juramento e votou na eleição que devolveu a presidência ao vereador Marcolino Ezequiel de Jesus. Pela Ata da Sessão Ordinária de 15 de abril de 1885, em que estavam presentes os vereadores Marcolino Ezequiel de Jesus (presidente), Alferes José Martins de Freitas, Capitão Francisco Rodrigues Nogueira, Domingos de Menezes Faro e Manoel Antonio dos Santos David, é possível observar que, passados três meses, os conflitos políticos continuavam a fazer parte dos debates naquela casa. Nesta sessão, justificou a ausência Angelo Custodio Polliciano, mas Francisco José de Vasconcelos, Alferes Pedro Archanjo de Lima, Felinto da Costa Brotas e José Pinheiro Lobão faltaram sem justificativas. Por esta razão o “Presidente, em virtude da Lei, lhes impoz a multa de dez mil reis, a cada um.”⁶⁴⁹ Conforme o secretário “pediu a palavra o vereador David e lhe sendo dada disse:”

- Que se fazendo preciso para a bôa cobrança das multas empregadas até hoje aos camaristas omissos, que se extrahisse copias dos termos e actas para servirem de documento ao procurador, propunha que se fizesse um rezumo de todas as multas, com declaração ou quantas foram empregadas, e sua somma, por cada um, poupando-se assim maior trabalho: - Que se extrahisse uma copia desta acta para ser entregue ao procurador, afim de serem logo, e logo cobradas, na forma da Lei.⁶⁵⁰

Por unanimidade, a Câmara multou Francisco José de Vasconcelos, Pedro Archanjo de Lima, Felinto da Costa Brotas e José Pinheiro Lobão. Não se sabe se os outros vereadores chegaram a efetuar o pagamento das multas. Entretanto, no caso do vereador Lobão, o procurador daquela Câmara, Francisco Custodio de Magalhães Polliciano, entrou com uma ação na justiça. Em 3 de abril de 1885, o vereador José Pinheiro Lobão passou a “oferecer a penhora um terreno devoluto com três braças de frente e fundos até encontrar os Mulungús que tem junto a estrada do Oiteiro do Bomfim, cujos terrenos são de frente da casa de morada dos herdeiros de José de Goes Telles”. O Procurador da Câmara não concordou com a avaliação dos bens, mas o vereador ofereceu “três moradinhas de casas que possui na rua da Pacha de frente

de Mello Barretto; agente do correio ao cunhado, Jesuino Pinto de Mendonça; promessa de procurador da câmara a Manoel Domingues de Oliveira, casado com uma sobrinha; promessa de fiscal a Antonio Pinto de Oliveira, cunhado.

⁶⁴⁹ AGJSE – Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Laranjeiras de 15 de abril de 1885. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209. Na mesma sessão, o procurador prestou as contas do trimestre (janeiro a março) aprovadas com saldo positivo; tratou do problema do matadouro que não teve a obra concluída devido ao falecimento do contratado para prestar os serviços.

⁶⁵⁰ Ibid.

do sítio de João Fernandes Vinhas de Menezes”.⁶⁵¹ Em audiência pública, de 24 de abril de 1885, o mando de penhora fora deferido pelo Juiz Municipal, João Thomaz de Mello Alves a favor da Câmara Municipal de Laranjeiras. O caso parecia estar resolvido, quando no prazo legal, o vereador Lobão resolveu contratar Domingos d’Oliveira Ribeiro e Domingos Anacleto de Moraes para pedir vista dos autos.

Domingos d’Oliveira Ribeiro, um dos representantes de Lobão, apresentou a sua versão dos fatos com o objetivo de provar a inocência do vereador. Para tanto, destacou as razões legais que o levaram a questionar aquela ação executiva: o embargante não tem a obrigação de pagar a multa imposta pelo vereador Marcolino Ezequiel de Jesus, pelo fato de que este não era nem o presidente e nem vice na ocasião da convocação para sessão na qual fora multado. A defesa do advogado prossegue na tentativa de provar a ilegalidade do ato de multar. Embora o texto objetive defender o vereador do partido conservador, torna-se uma fonte relevante por apresentar pistas que ajudam a compreender a participação de David naqueles conflitos partidários. A análise dessa ação foi feita através de uma leitura a contrapelo, pois a cobrança destas multas é apenas o estopim de um conflito maior, no qual David era um dos protagonistas, tendo em vista que a segunda eleição, na versão do advogado do vereador, foi um ato “clandestino” cometido pelos liberais que praticaram “o maior atentado” quando convocaram um suplente de vereador, Manuel Antonio dos Santos David, “contra a disposição legal”. Seu cliente era “vítima das paixões políticas de seus membros, senão de ódios particulares, substituindo os interesses públicos e a felicidade e progresso do Município pelas paixões partidárias.”⁶⁵²

Em 7 de maio de 1885, João Thomaz de Melo Alves manteve a decisão da penhora favorável à Câmara. Até então, a ação se dava no âmbito da instância municipal quando Domingos Anacleto de Moraes passou a apelação ao juiz de direito daquela comarca, em 11 de maio de 1885. No dia seguinte, o juiz municipal concedeu o recurso do advogado, mas por exercer a função de juiz municipal e de juiz de direito interino, passou a conceder o recurso para o juiz superior. Por embargos, no dia 13 de maio de 1885, o procurador Francisco C. M. Polliciano declarou que as Câmaras Municipais têm direito a ação executiva para a cobrança de suas multas, de acordo com Aviso de 20 de junho de 1849. Pediu a reforma da sentença, no

⁶⁵¹ AGJSE – Termo de nomeação de bens: In: Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

⁶⁵² AGJSE – Por embargos a ação executiva proposta pelo Procurador da Câmara Municipal, dirigida o Embargante José Pinheiro Lobão, contra o vereador Marcolino Ezequiel de Jesus. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

intuito de ficar subsistente a penhora para dar prosseguimento aos demais termos da ação, pagas às custas pelo executado.

Domingos d'Oliveira Ribeiro, em 16 de maio, questionou a decisão do juiz municipal em receber os embargos do procurador da Câmara que agravava José Pinheiro Lobão. Na versão deste, faltava competência ao juiz municipal para abrir a discussão em embargos oferecidos a uma sentença apelada. Portanto, apelava a instância superior. No dia 20 de maio, o juiz municipal, João Thomaz de Mello Alves julgou o agravo a contestar o advogado com base legal na tentativa de justificar a competência questionada. Mas, passou os “autos conclusos” para o Juiz de Direito Cypriano de Almeida Sebrão.⁶⁵³ Este agente da justiça exerceu o cargo de 30 de setembro de 1884 a 1891 na comarca de Laranjeiras,⁶⁵⁴ fase que os presbiterianos recorreram à justiça para se defender das perseguições dos católicos. Vale ressaltar que até aquele momento, a ação executiva que se dava favorável à Câmara havia sido julgada somente por um agente da justiça,⁶⁵⁵ o juiz municipal João Thomaz de Mello Alves, que também representava interinamente o juiz de direito Sebrão.

Depois de anulada a sentença pelo juiz de direito Sebrão com despacho de 14 de julho que intimava as partes a pagarem as custas processuais no valor de 4\$000, o procurador da câmara voltou a apelar da sentença. Para tanto, usou como argumento os ofícios do presidente da província para provar a legalidade da eleição de 8 de janeiro que foi questionada pelo advogado de Lobão. Desejava convencer o juiz de direito da legalidade das multas.⁶⁵⁶ Enquanto isso, Domingos d'Oliveira Ribeiro pelo termo de vistas buscava deslegitimar a eleição que colocou o liberal Marcolino Ezequiel de Jesus na presidência. Apelava ao juiz de direito para que “se for nula a ação por falta de conciliação” que as custas viessem a ser pagas somente pela Câmara Municipal, que deu causa a elas. Passados quase dois meses, em 25 de setembro de

⁶⁵³ AGJSE – Termo de agravo. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209. Vale ressaltar que na década de 1870, Cypriano de Almeida Sebrão chegou a exercer a função de presidente da província de Sergipe e Vice-Presidente. Período do retorno dos conservadores (1868-1878) o que justifica a sua atitude em anular a ação dando ganho de causa ao vereador do partido conservador.

⁶⁵⁴ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p.132. Na relação dos juizes municipais consta o nome de João Thomaz Melo, sem fazer menção ao tempo que exerceu o cargo. Na lista dos promotores apareceu o nome de Domingos de Oliveira Ribeiro.

⁶⁵⁵ Termo usado por Keila Krinberg do qual fez-se uso para tratar dos sujeitos que faziam parte do aparato judicial envolvidos nesse processo. GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

⁶⁵⁶ AGJSE – Apelação Cível. In: Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie, Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209. A documentação apresentada pelo Procurador da Câmara buscava legitimar a ação da nulidade da eleição de primeiro de janeiro: cópia da sessão ordinária de 29 de dezembro de 1884, ofícios expedidos do Palácio do Governo que esclareciam a ilegalidade e destacava a necessidade de o secretário fazer a entrega do arquivo e das chaves da câmara para o grupo de vereadores que estavam presentes na segunda eleição conforme exposto na sessão ordinária de 14 de janeiro de 1885.

1885, após análise dos pedidos de vistas de ambas as partes, saiu a sentença dada pelo juiz de direito Sebrão:

Nego provimento a apelação em fim pelos fundamentos da sentença e fim das razões [...] e não estar provado que o apelante faltou as sessões da câmara municipal sem uma justificada, antes ver-se que aguardava [...] autoridade competente para comparecer as razões decisão que 60 reis impôs em multado ao apelante e na mesma contraria a câmara sem multa o apelante – custas pela municipalidade.⁶⁵⁷

A ação que desde o princípio o juiz municipal Alves havia dado ganho de causa à Câmara foi anulada pelo juiz de direito Sebrão. Saiu vencedor o vereador do partido conservador Lobão, pois seus advogados ainda conseguiram convencer o juiz de direito que as custas do processo ficariam a cargo da Câmara. Em 30 de setembro, os autos foram entregues ao escrivão, Manuel Joaquim Barreto, que no dia seguinte passou ao Juiz Municipal, “segundo suplente em exercício – o cidadão Manoel Antonio dos Santos David”. Diante dos “autos conclusos” procedeu como mandava a lei: “Cumpra-se e publique-se. Laranjeiras 1º de outubro de 1885”.⁶⁵⁸

Não se sabe o tempo de permanência de David na Câmara. Entretanto, pelo *Gazeta de Aracaju* de 19 de abril de 1885, pode-se observar que o jornal estava “escandalizado” pôr a câmara de Laranjeiras funcionar com um vereador suplente.⁶⁵⁹ O que demonstra que David atuou como vereador quatro meses depois da posse. Entretanto, se não acumulou as duas funções é provável que tenha deixado de exercer o papel de vereador para assumir a função de juiz municipal depois de 12 de agosto de 1885, quando se deu a transferência do juiz municipal, João Thomaz de Mello Alves, para a comarca de Itu, na província de São Paulo.⁶⁶⁰ Nesse caso é provável que o advogado de Lobão estava a fazer referência a David, quando afirmou que:

Os protagonistas desta comédia de mau gosto, ainda bem que deixarão o palco da Camara Municipal, e substituirão-no pelo sagrado da Lei, o Teatro do Poder Judiciario: audar commettimento! Grande ango! É que ignorão q. no agosto

⁶⁵⁷ AGJSE – Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

⁶⁵⁸ Naquele mesmo dia, os autos seguiram para publicação e as partes ficaram cientes da sentença. Consta a discriminação dos gastos a serem pagos pela Câmara, com data de 5 de outubro de 1885.

⁶⁵⁹ AGJSE – *Gazeta do Aracaju*, Aracaju, ano VII, n. 299, 19 de abril de 1885, p. 3-4. In: Fundo LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

⁶⁶⁰ Desde 12 de agosto de 1885 que o Juiz Municipal e d’Orphãos do termo de Laranjeiras, o Bacharel João Thomaz de Mello Alves havia deixado o cargo, “em consequência de ter sido removido para o lugar de juiz substituto da comarca do Itú, província de S. Paulo”. Informação extraída do Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Benjamin Aristides Ferreira Bandeira passou a administração d’esta província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Coronel João Dantas Martins dos Reis, em 19 de setembro de 1885, p. 2.

Templo da justiça não se admitem mercadores; o Christo ainda está entre nós, de pé com o látego na mão: é o magistrado honrado.⁶⁶¹

Meses depois, em 9 de novembro, David continuava a frente da comarca como “juiz de ausentes” conforme se observa pela publicação de Edital no jornal *O Horizonte*.⁶⁶² Seu nome constava na relação do corpo de jurados, bem como atuou em processos-crimes na posição de juiz municipal.⁶⁶³ Não se sabe se David tinha a formação de bacharel. É provável que não, pois todas as vezes seu nome aparecia associado à imagem de negociante. Talvez esta tenha sido uma das razões das brigas com o bacharel Ernesto Nascimento que tinha o título, mas não a influência dele. Portanto, na prática da justiça, o que se pode observar é uma relação direta com os interesses partidários. Fato que aumenta a representatividade de David imerso nas redes da política partidária do grupo liberal. Deve-se levar em consideração que no Brasil havia um debate movido pelos “eleitos da nação” por mudanças no campo da justiça para afastar o poder dos leigos,⁶⁶⁴ dando assim ao bacharel a possibilidade de decidir com base na ciência jurídica os rumos da nação.

No final do século XIX, o prestígio do bacharel estava ligado às possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional do direito. Estes acreditavam que através das mudanças na Lei era possível civilizar o país. Por perspectivas diferentes, as faculdades de direito acreditavam que “o Brasil tinha saída”. Seja “por meio de uma mestiçagem modeladora e uniformizadora, apregoada por Recife”, ou ainda “por meio da ação missionária de um Estado liberal, como desejavam os acadêmicos paulistanos”. Desse modo, os juristas mantinham a posição de “eleitos” para dirigir o destino da nação. Para tanto, contavam com os dados levantados pelos profissionais auxiliares, médicos e naturalistas. Os juristas “entendiam-se” como mestres do processo de civilização numa sociedade em que o “indivíduo sempre foi letra morta”. Ora entendido como “amostra do grupo” à luz da faculdade do Recife, ou no caso de São Paulo, com o liberalismo conservador que fazia desaparecer a questão da cidadania e com ela a vontade do indivíduo.⁶⁶⁵

⁶⁶¹ AGJSE – Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie: APELAÇÃO CÍVEL Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

⁶⁶² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Horizonte*, Laranjeiras, ano I, n. 23, 15 de novembro de 1885.

⁶⁶³ AGJSE – Processo Crime (1883-1888) dos réus presos José Rosendo, Antonio José e Manoel das Neves pelo homicídio de Graciliano Gratulino do Valle, ocorrido em 10 de novembro de 1883. In: Fundo: Laranjeiras, C.1ºOF, Série Penal, Homicídio, Nº CX06, 1888-1891, NG 284. Vale ressaltar que dos agentes da justiça que iniciaram este processo consta os nomes do juiz Alves, o promotor José Antonio de Menezes, e David também atuou como juiz municipal.

⁶⁶⁴ CERQUEIRA, Gabriel Souza. *Reforma judiciária e administrativa da justiça no segundo reinado (1841-1871)*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

⁶⁶⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., 1993, p. 141-187.

Entretanto, na prática seria impossível a inserção do protestantismo se a vontade do indivíduo, mesmo que enviesada por interesses diversos, não prevalecesse. Desse modo, os modelos são importantes para pensar o Brasil, mas como disse Sylvio Romero, recordando o decênio de 1868 e 1878, “um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte...”.⁶⁶⁶ Estas ideias vinham de múltiplas direções. Influências dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha estavam presentes por meio das faculdades de medicina e de direito. Tanto médicos quanto bacharéis estavam interessados em civilizar o Brasil. Da mesma forma que os missionários apresentavam seu tipo ideal de país civilizado nos moldes cristãos fossem eles presbiterianos ou capuchinhos.

Na década de 1880, a província de Sergipe passava por instabilidade política demonstrada pela sucessão de vários governantes. O *Gazeta do Aracaju* fazia oposição aos atos do presidente da província, Luiz Caetano Muniz Barreto, por este representar o gabinete liberal, do que desde junho de 1884, estava à frente o parlamentar Manoel Pinto de Souza Dantas. Este presidente, assim como tantos outros, teve uma passagem efêmera na presidência desta província. Assumiu em 7 de setembro de 1884 permanecendo até 9 de julho de 1885, quando assumiu o vice-presidente Coronel José de Faro Rolemberg que permaneceu até 27 de julho,⁶⁶⁷ fase que coincidiu com a apelação da Câmara ao juiz de direito. O vice era filho do Barão de Japarutuba, o brigadeiro Gonçalo de Faro Rolemberg e casado com a filha do Barão de Estância, comendador Antônio Dias Coelho e Melo de quem recebeu a chefia do partido liberal.⁶⁶⁸ Desse modo, é possível que a decisão do Presidente da província em anular a eleição que favorecia os vereadores do grupo do partido conservador tivesse contado com a influência política do seu vice que era uma forte liderança do partido liberal, tendo em vista que, pela eleição do dia 8, se observa a permanência do grupo liberal, do qual David fazia parte. Portanto, observa-se que o presidente da província era mais crítico em relação aos seus opositores.

⁶⁶⁶ ROMERO, Sílvio. Academia Brasileira de Letras (Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha). In: *Provocações e Debates*: contribuição para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardron. 1910, p. 358-359.

⁶⁶⁷ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*, op. cit., p. 210.

⁶⁶⁸ Cf. DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909)*, op. cit., p. 201; WYNNE, Pires J, op. cit., p. 250-251; GUARANÁ, Armindo, op. cit. José de Faro Rollemberg, filho dos barões de Japarutuba, nasceu em fevereiro de 1845 no engenho Murta, município da Capela e faleceu a 1 de outubro de 1889 em Maruim, onde residia. Na Bahia, cursou “alguns preparatórios” no Ginásio do Doutor Abílio César Borges. Fez uma viagem à Europa com o pai, mas depois “entregou-se à vida da lavoura” e a política. “Democrata independente e desinteressado” tomou decisões arriscadas na fase crítica do partido: rejeitou a sucessão no título nobiliárquico do seu progenitor e opôs aos intentos dos chefes supremos do partido liberal na “questão de certa candidatura”. Centenas de seus escravizados foram restituídos à liberdade um ano antes da áurea lei de 13 de maio de 1888. Em Maruim exerceu o cargo de delegado de polícia, presidente da Câmara Municipal e comandante superior da Guarda Nacional. Foi deputado provincial em mais de uma legislatura e vice-presidente da província, que administrou de 9 a 27 de julho de 1885.

Vale ressaltar que com base no Decreto n. 4824 de 22 de novembro de 1871, o presidente da província poderia designar o juiz municipal e de órfãos e os suplentes deste para substituir os juizes de direito.⁶⁶⁹ Isso explica tanto a atuação de Alves como juiz de direito interino, como a entrada de David no aparato da justiça.

Assim, observa-se que as relações que David conquistou através das transações comerciais, da imprensa, da política e na esfera judicial foram relevantes para conquistar prosélitos e, principalmente, os considerados amigos da causa. Estes poderiam ser proprietários de terras interessados em conquistar trabalhadores ordeiros, intelectuais defensores das liberdades e políticos interessados em defender suas bandeiras, a exemplo da entrada de imigrantes. Como foi demonstrado, a transição Império/República marcada pela tensão da organização do trabalho escravo para o livre abriu brechas para que proprietários, intelectuais e políticos liberais viessem a defender bandeiras importantes para a inserção dos protestantes no Brasil. Antes mesmo de aderir às ideais presbiterianas, David era membro do partido liberal. Do mesmo modo que José Gregório da Silva Teixeira pertencia a uma família tradicional deste partido nas matas de Itabaiana. A questão é compreender as razões que levaram estes representantes do partido liberal a formarem alianças com os intelectuais defensores das ideias republicanas na cidade de Laranjeiras, das quais o médico Felisbello Freire é um dos nomes mais representativos.

3.5 Presbiterianos e Republicanos, em nome do Progresso e da Liberdade?

Durante séculos, eclesiásticos católicos tentaram impedir que as ideias da fé reformada se espalhassem no Brasil. Não se trata de uma novidade as investidas da Igreja de Roma nesse sentido, já que o Concílio de Trento formulou estratégias de combate aos considerados hereges. Assim também não é novidade os conflitos vivenciados pelos protestantes na sua marcha pela Europa, quando estes enfrentaram os católicos, que há séculos comungavam com o poder político e a, conseqüente, proteção dos reis. Essas tensões geraram as chamadas guerras religiosas na França nos séculos XVI e XVII, objeto de estudo do historiador Denis Crouzet. Felizmente, no Brasil a inserção protestante não culminou em guerra, mas, conforme apresenta-se no decorrer deste trabalho, já deu para perceber que foi marcada por embates/confrontos/conflitos que desembocaram em gestos de violência, justificados em nome de Deus, por partes dos dois grupos.

⁶⁶⁹ Falla com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Luiz Caetano Muniz Barreto abriu a 2ª Sessão da 26ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, em 10 de março de 1885, p. 7-10.

No caso de Sergipe o presbiterianismo ganhou espaço com maior ênfase na década de 1880, quando a representatividade de David na cidade de Laranjeiras é significativa tanto no campo da política quanto da justiça. Razão pela qual defende-se a relevância das representatividades e das práticas dos conversos no processo de inserção do protestantismo no Brasil. Entretanto, é preciso considerar outros fatores que permitiram a família de David, bem como tantas outras, a manter a sua fé reformada, e, principalmente, disseminá-la, em meio às investidas do clero católico que contava a seu favor ser esta a religião do Estado.

O texto *La représentation de l'alterité au temps des premières guerres de religion: trois figures de l'exclusivisme*, sobre os conflitos entre católicos e protestantes na França Moderna, no qual Denis Crouzet desenvolveu o conceito de representação de alteridades ajuda a pensar nesse processo conflituoso de coabitação denominacional no Brasil oitocentista. Um dos pontos abordados por ele, diz respeito a representatividade dos homens e mulheres conversos ao calvinismo/huguenotes, que acreditavam serem os escolhidos por Deus para disseminar a Palavra, portanto, tinham a função de agir, militarmente, para fazer triunfar o Evangelho. A noção de tempo se dava numa imaginação cíclica de um retorno às escrituras veterotestamentária, que justificava a abolição da idolatria, mesmo que para isso fosse necessário usar de gestos de violência para com o outro. Eles acreditavam serem os portadores da Verdade, portanto, conduziriam o povo de Deus, desviado pelos falsos profetas da Igreja Romana, para a verdadeira fé. Assim, a violência purificadora estava justificada. O ódio simbolizava o amor pelo outro.⁶⁷⁰

Pensando por esta perspectiva escatológica calvinista/huguenote⁶⁷¹ não se pode menosprezar que parte da força impulsionadora da fé dos novos conversos mesmo no Brasil do século XIX, ainda estivesse diretamente ligada a esta crença calvinista, por meio da qual eles acreditavam estar entre os escolhidos por Deus para disseminar a Palavra, e, assim combater a

⁶⁷⁰ CROUZET, Denis. *La représentation de L'alterité au temps des premières guerres de religion: trois figures de l'exclusivisme*. *Revista de História das Ideias: Tolerâncias, Intolerâncias*, vol 25, p. 209-245, Instituto de História e Teoria das Ideias: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004, p. 214.

⁶⁷¹ Na França, os seguidores de João Calvino ficaram conhecidos por huguenotes. Crouzet não faz um juízo de valor dos gestos de violência que levaram as guerras religiosas ao passo que busca compreender os conflitos a partir da percepção de cada um destes grupos. Os calvinistas que se estabeleceram na França eram provenientes de Genebra e estavam imbuídos pelas ideias defendidas por Calvino. Para este autor o triunfo do calvinismo na conjuntura das primeiras guerras religiosas só pode ser compreendido do ponto de vista de uma imaginação cíclica, ou seja, um imaginário estendido para um retorno do tempo cujo sinal seria, precisamente, a abolição da idolatria e que, conseqüentemente, passaria pela transição de um momento de violência libertadora. Portanto, assim como os católicos eram portadores de uma ideia de exclusivismo religioso, de portadores de uma Verdade, que justificaria os gestos de violência. Esse ódio do outro era compreendido como sendo amor. O calvinismo apresentado por seus ministros tinha uma característica militante, como se houvesse uma necessidade urgente de o reino ser libertado dos sinais de poluição papista que, durante séculos, impediram ou obscureceram qualquer apreensão da Verdade.

idolatria da Igreja de Roma. Esta, possivelmente, foi uma das razões que também motivaram a David, e outros conversos, da província de Sergipe a enfrentar os católicos, inclusive, se apropriando do espaço da imprensa.

Ainda sobre as guerras religiosas na França, Crouzet destacou que os católicos também usaram da violência com base no pensamento exclusivista de que somente poderia haver uma fé no reino. Diferente dos calvinistas, aqueles justificavam em nome de seu Deus o extermínio dos protestantes, por estes serem sinônimo de heresia, do fim dos Tempos, a personificação de Satanás. Assim, monges e padres empreenderam a cruzada contra os protestantes na França, conforme pode ser observado na passagem seguinte:

A partir do início de 1560, as cenas macabras serão repetidas, fixadas para a posteridade na história eclesiástica das Igrejas da França de Teodoro de Beze ou no Martyrologista de Jean Crespin. As vezes, as agressões, sempre coletivas, atingem um indivíduo sozinho na multidão cujo corpo pode ser eviscerado, mutilado horripelantemente. Às vezes, ou o investimento de uma cidade por um exército, seja uma ação de erradicação premeditada ou outro conflito entre as duas comunidades religiosas para o controle do espaço urbano, os huguenotes são massacrados em um número variável, cinco, dez, vinte vítimas, cem, várias centenas e milhares na Paris de agosto de 1572, muitas vezes expostos aos olhos de seus correligionários como se ensinassem a vitória de um Deus que, precisamente, não tolera infidelidade à sua justiça.⁶⁷²

Felizmente, no Brasil, essas cenas macabras não se repetiram, certamente por se tratar de uma conjuntura diferente da França quinhentista. Na concepção dos pensadores oitocentistas, aquilo que era considerado erro não deveria ser combatido com violência, mas sim, por meio da discussão. Isso não significa dizer que a violência deixou de ser expressa, tanto por católicos quanto por protestantes, pois ambos, ainda acreditavam/acreditam serem portadores exclusivos da Verdade. Pelo contrário, no decorrer deste trabalho foram elencados vários gestos de violência expressos por ambos os grupos religiosos, que ainda parecem recusar o outro, possivelmente, pelas mesmas razões expostas por Crouzet. Em nome de Deus, ou seja, de um Deus que eles acreditavam ser a Verdade, ainda se justificavam tais gestos de violência, que Crouzet a denominou de recusa de alteridade, e, conseqüente, intolerância.

Para resolver o caos gerado pelas guerras religiosas/civis, na França de tradição monárquico-religiosa medieval, o rei/Estado, passou a interferir em nome de um bem maior, a paz civil, mesmo que provisoriamente. Assim, pela necessidade de pacificação do reino, em detrimento da unidade religiosa como estava previsto na tradição, surgia o que na percepção de Crouzet pode ser compreendido como uma representação de alteridades forçada, portanto, este não considera tolerância.

⁶⁷² CROUZET, Denis, op. cit., p. 223.

Na percepção deste historiador francês, esta solução de fazer conviver no mesmo reino homens com princípios dogmáticos diferentes, mesmo que em regime de concórdia temporária, levaram os primeiros cidadãos a viverem juntos sob o poder político da mesma coroa, sem se separarem em nome de seu Deus. Assim, a solução dada pelo rei aos impasses gerados pelos conflitos religiosos gerou uma outra concepção da comunidade sociopolítica, rompendo com a tradição da unidade da fé, mesmo que houvesse a promessa de que após o restabelecimento da paz civil, a fé seria restaurada pela Providência, não mais pelo rei/Estado. Esta nova postura do rei, geradora de uma nova concepção de Estado e Igreja só foi possível por conta dos exclusivismos católicos e, principalmente, dos exclusivismos protestantes, e, ainda da modernidade.

Assim, a modernidade favoreceu a mudança de postura do Estado na França expressa nos éditos de pacificação, que colocava a paz civil sobreposta a defesa da religião. Nesse aspecto, ainda que três séculos depois, pode-se refletir sobre o que teria levado o protestantismo a triunfar no Brasil para além da representatividade dos conversos e da escatologia dos eleitos da Palavra, levantando a seguinte questão: a inserção protestante teria mudado a relação Estado/Igreja? Assim como a França do século XVI, o Brasil do século XIX, ao menos até 1890, mantinha um exclusivismo católico, quando por lei se deu a separação Igreja/Estado, logo após a mudança do regime político. Guardadas as devidas especificidades da inserção protestante na França, considera-se que no Brasil estes sujeitos oriundos de países protestantes contaram a seu favor: primeiro, com a pressão da Inglaterra, que via Tratado de Comércio e Navegação (1810), permitiu aos súditos protestantes daquele país, professarem a sua fé. Passada pouco mais de uma década, os defensores de ideias liberais passaram a instituir na primeira Constituição um artigo que permitia a coabitação de outras crenças, apesar de o catolicismo permanecer a religião oficial. Desse modo, assim como na França, embora não de forma provisória, gradativamente, o Estado era forçado a criar mecanismos jurídicos que permitiam não somente a coexistência de outras crenças, mas também davam a estes sujeitos seus direitos civis, a exemplo da permissão dos casamentos mistos, e da liberação dos pastores a realizar seus ritos.

Assim, como defendeu Crouzet para a França, considera-se que o desenrolar da representação de alteridades entre católicos e protestantes, também aqui foram mediadas pelo Estado, quando pelo aparato jurídico facilitava a coabitação sob o solo da mesma Coroa, uma diversidade de denominações protestantes, bem como outras crenças, desde que, assim como na França, as manifestações estivessem restritas ao espaço privado dos seus lares. Mesmo que

para isso a alteridade, ou seja, a compreensão do outro não passasse de uma representação forçada, pois na prática cada grupo mantinha a sua Verdade como sendo a única.

Com base na historiografia pode-se afirmar que até os últimos anos da década de 1850, a chegada dos protestantes ao Brasil estava praticamente restrita aos comerciantes e trabalhadores especializados, bem como às levas de imigrantes provenientes de países europeus que professavam a fé reformada. Estes não desempenhavam uma ação proselitista, mas não significa dizer que não havia plantado as suas ideias nas comunidades que tiveram contato. A situação mudou, consideravelmente, quando missões de presbiterianos provenientes dos Estados Unidos passaram a organizar suas primeiras igrejas no Rio de Janeiro/São Paulo na década de 1860, passando a expandir para outras localidades nas décadas seguintes. Fase marcada pela chegada de outras denominações. Com efeito, alguns escritores de forma pejorativa denominaram esse processo de inserção como sendo uma invasão protestante.

Como foi visto no capítulo anterior as práticas de colportagem sinalizaram uma tensão latente no Brasil da metade do século XIX. Tensões que são reveladoras da formação de sociedade que se mostrava favorável a penetração de ideias novas. Estas ideias ganharam mais impulso a partir da década de 1870, quando uma série de outros problemas afetaram ainda mais o desgaste da relação Igreja/Estado, e da própria imagem do Imperador D. Pedro II. Problemas estes que levaram a derrocada da monarquia: a Guerra do Paraguai, os impasses da campanha abolicionista, os atritos da coroa com a Igreja Católica, por conta da prisão dos bispos, na chamada questão religiosa. Somada a outras questões, como a doença do Imperador e a ameaça de um terceiro reinado com a atuação do esposo de Isabel, o conde d'Eu, não visto por muitos como a solução para o Brasil. E ainda, o debate em torno da política de imigração, acirrada com o fim do tráfico negreiro, quando tornava-se urgente pensar na reorganização do trabalho.⁶⁷³

Estas questões aumentaram as dissidências entre os partidos conservador e liberal, contribuindo não somente para o enfraquecimento da Monarquia, mas também para o desgaste da legitimidade política da Igreja Católica, que cobrava uma postura do Imperador em relação aos protestantes, desde a legalização da venda de bíblias. Em razão da complexidade dessas questões, partiu-se do pressuposto que os conflitos políticos, em especial voltado para a questão da entrada de imigrantes no Brasil, muitos deles oriundos de países protestantes, tenham impulsionado uma rede de apoio favorável à República, contribuindo para a inserção protestante, somado ao fato que a defesa das liberdades civis pelos republicanos contribuiu para que lideranças protestantes viessem a apoiar suas ideias políticas. Mais uma vez, assim como

⁶⁷³ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

se deu na França, os interesses religiosos e políticos estavam imbricados, contribuindo para mudar a relação entre a Igreja e o Estado.

Assim, a penetração da fé reformada no Brasil deveu-se, em parte, às brechas que surgiram na convulsionada transição Império/República, provenientes dos desgastes da Coroa com a Igreja, que desde a vinda de D. João VI, era perceptível pelas pressões impostas pela Inglaterra. Desgastes estes que em parte tinham relação direta com a postura real favorável a entrada dos protestantes. Não se deve esquecer que a expansão do protestantismo estava a acontecer em várias parte do mundo como consequência do processo de laicização em curso. Nesse cenário cada país guardava as suas especificidades, a exemplo do que pode ser observado, inclusive em Portugal do século XIX.⁶⁷⁴

No caso do Brasil, a década de 1870 é apresentada pela historiografia como a década das inovações ou ainda o início de uma nova era. Fruto em parte das ideias dos novos intelectuais saídos das faculdades de medicina e direito. Apesar destes serem descendentes das famílias tradicionais da aristocracia agrária, também havia outros representantes dos novos segmentos urbanos que conquistavam espaço no país que se urbanizava. Por esta razão, defendeu Lilia Moritz Schwarcz que estes intelectuais não podem ser pensados somente como portadores dos interesses de uma elite agrária. Essa complexidade de sujeitos formava o grupo de intelectuais da ciência que procuravam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam. Desse modo, emergia no país uma “nova elite profissional que já incorporava os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social”.⁶⁷⁵

As ideias liberais defendidas por parte desses intelectuais oriundos das faculdades de direito e medicina são relevantes para questionar o pensamento ultramontano e monárquico da

⁶⁷⁴ SANTOS, Luís Aguiar. *O Protestantismo em Portugal (séculos XIX e XX)*: Linhas de força da sua história e historiografia. *Lusitana Sacra*, 2ª série, 12 (2000). Para o autor a história do protestantismo não deve ser pensada de forma maniqueísta (a luta dos bons e dos maus), mas imersa numa conjuntura de mudanças e em concorrência com um sistema de crenças, não somente com o catolicismo.

⁶⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p. 24-29; 194-198. Desde 1808, que D. João VI criou as primeiras escolas médico-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro. Estas enfrentaram uma série de problemas que passaram a mudar na década de 1870. Novos cursos foram organizados, a produção científica cresceu e ganhou visibilidade com a imprensa médica. Numa sociedade estigmatizada pelas diversas epidemias, o médico passava a exercer a missão de sanar os problemas de um país doente. Estes passaram a intervir nos projetos de imigração para evitar as doenças consideradas epidêmicas entre determinadas populações. Passaram a buscar soluções para diminuir a criminalidade, os casos de embriaguez e de alienação que aumentavam nos centros urbanos. No campo da medicina, o Instituto Manguinhos, liderado por Oswald Cruz, transformava-se num centro de pesquisa importante, preocupado com o problema da febre amarela e da sanitização das cidades. Para além dos médicos os homens do Direito também buscavam solucionar os problemas do Brasil com projetos diferenciados a depender do seu centro de formação: faculdades de Direito de São Paulo e Recife. Estas preocupadas em elaborar um código nacional utilizaram de interpretações diferentes. Enquanto São Paulo adotou “modelos liberais” de análise, no Recife predominou o “social-darwinismo” de Haeckel e Spencer.

sociedade oitocentista. Postura que de certa forma contribuiu no processo de inserção do protestantismo no Brasil, principalmente por meio da imprensa que tinha a frente esses grupos de liberais. Parte destes sujeitos, imbuídos das ideias científicas, na maioria deles avessos à teocracia, passaram a incomodar tanto os defensores dos dogmas católicos quanto os partidários da Monarquia. Na prática cotidiana alguns destes médicos usaram do espaço da imprensa para defender as suas concepções de mundo. Nesse aspecto, a atuação dos médicos Guedes Cabral e Felisbello Freire são relevantes para pensar essa questão a partir da província de Sergipe, já que ambos são contemporâneos a David.

Domingues Guedes Cabral, personagem representativa dessa nova era, nasceu na Bahia em 1852. Aprendeu com o pai, de quem herdou o nome, a usar da imprensa para expressar suas ideias.⁶⁷⁶ Em 1875, teve sua tese *Funções do Cerebro* censurada pela Faculdade de Medicina da Bahia, por contrariar as ideias defendidas pela instituição e pela religião oficial de Estado, o catolicismo. Na tese censurada, Guedes Cabral não faz qualquer consideração teórica especial em relação ao evolucionismo, apesar de a teoria fundamentar toda a argumentação. A característica marcante é o uso da ideia como base para considerações mais gerais, principalmente, em relação ao lugar dos médicos na estrutura social e a desqualificação dos dogmas religiosos. Defensor de uma teoria que prescindiria da ideia de Deus, numa sociedade marcada pela união Igreja/Estado, transformava-se em um opositor ao regime monárquico e à Igreja Católica.⁶⁷⁷ Vale ressaltar que Salvador era a sede do Arcebispado do Brasil.

Ainda em 1875, veio residir na cidade de Laranjeiras, na província de Sergipe, de onde saiu setes anos depois, quando tuberculoso retornou a terra natal em novembro de 1882. Faleceu em janeiro do ano seguinte. Guedes Cabral era um médico “cético”, de “grande inteligência”, “caráter rígido” e “inquebrantável”, um “ateísta” precursor dos conflitos religiosos nesta cidade,

⁶⁷⁶ CARVALHO, Aloysio de. A Imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). *Apontamentos para a história da Imprensa na Bahia*. 2 ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008, p. 41. Domingos Guedes Cabral, pai do médico em questão era descendente de família portuguesa que morava em Pelotas, no Rio Grande do Sul, quando passou a trabalhar no comércio da Bahia. Exerceu primeiro a função de guarda-livros, professor de primeiras letras e passou a usar do espaço da imprensa para expor suas ideias republicanas no jornal *O Guaycurú* de 1843, considerado o primeiro jornal republicano da província da Bahia.

⁶⁷⁷ PEREIRA FILHO, Roberto Sobreira. *As Funções de Funções do Cerebro (1876): um estudo do evolucionismo de Domingos Guedes Cabral (1852-1883)*, Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008, p. 44; MONTEIRO, Ricardo Esteves. *O Cérebro Progressivo de Domingos Guedes Cabral em Funções do Cérebro (1876)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Sua posição materialista negava a existência da alma e expunha a Criação como um sofisma. Para receber o diploma de médico elaborou outro trabalho sobre o tratamento para a febre amarela que assolava o país. Em 1876, teve a primeira tese publicada pelos “colegas doutorandos” que é reconhecida como um dos primeiros trabalhos nacionais a defender as teorias darwinistas. Por esta razão sua tese tornou-se objeto de estudos que visam compreender a receptividade das teorias europeias por intelectuais brasileiros que explicaram os problemas sociais do Brasil oitocentista a luz do evolucionismo.

destacou o vigário de Laranjeiras.⁶⁷⁸ Diferente da versão negativa apresentada pelo vigário, as ideias de Guedes Cabral, na concepção de Wynne, chamavam a atenção dos laranjeirenses para outros aspectos da vida. Provocavam nos ouvintes curiosidades, “derramando nas almas uma independência nova”. Assim, teriam contribuído para abalar os “alicerces” daquela sociedade de base “conservadorista”.⁶⁷⁹ Tese compartilhada por Manoel Curvello ao defender a contribuição do médico na arregimentação de adeptos que passaram a defender a liberdade de pensamento e, depois, a causa republicana.

No círculo dos homens de letra da cidade e mesmo entre algumas pessoas inteligentes de outras classes, embora despidas de grande cultura intelectual, conseguiu Guedes Cabral angariar muitos adeptos da liberdade de pensamento, que o secundavam na tarefa de propagar adiantadas idéas philosophica e política. De resto, em toda a população exerceu ele o poder magico de sua argumentação persuasiva, tornando-a se não de todo adeptas de suas doutrinas, ao menos tolerante e apta para tomar parte na campanha de regeneração social e política que dentro em pouco ia agitar-se em seu seio.⁶⁸⁰

Pelas palavras dos autores citados, inclusive do vigário, observa-se que o médico influenciou sergipanos, inclusive o médico Felisbello Freire que teria “substituído em bôa parte o Dr. Guedes Cabral. Herdou a sua clínica e gozou também da estima do povo laranjeirense, cujas boas disposições pode assim aproveitar para continuar a propaganda civilizadora do seu antecessor e colega.”⁶⁸¹ O próprio Freire chegou a afirmar que Cabral, sem fugir das suas tradições acadêmicas de liberdade e emancipação de pensamento, não desistiu de sua propaganda contra os preconceitos populares nos assuntos religiosos naqueles anos que residiu em Laranjeiras. Cidade também escolhida por Freire para clinicar a partir do começo de 1882. Vale ressaltar, que a saída de Cabral se deu no mês de novembro daquele mesmo ano, o que possibilitou quase um ano de convivência dos referidos médicos. Em Laranjeiras, Freire destacou ter encontrado “as melhores condições para colaborar na emancipação intelectual do povo sergipano.”⁶⁸²

Assim como boa parte da chamada geração 70, o médico Domingues Guedes Cabral tinha dupla identidade político/intelectual. Havia uma relação da sua opção teórica, o evolucionismo darwinista com a sua atuação abolicionista, republicana e anticlericalista. Desse

⁶⁷⁸ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 137-138.

⁶⁷⁹ WYNNE, Pires J, op. cit., p. 260. Destacou a influência de outros médicos como Frederico Vampré, Francisco Bragança, Antônio Barbuda, Francisco Sabino Coelho Sampaio, e, principalmente, de Freire.

⁶⁸⁰ CURVELLO, Manoel, op. cit., p. 116-117. Na visão de Curvello, o médico Guedes Cabral era um “eloquente orador” e um “poeta inspirado” que conquistou admiradores pela “competência” que exercia na sua clínica e pelos cuidados profissionais que tinha para com os “mais humildes”.

⁶⁸¹ Ibid., p. 123.

⁶⁸² FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1894, p. 285. (Volume 1).

modo, o darwinismo/evolucionismo pode ser pensado como uma expressão do cientificismo, movimento mais amplo que visava desqualificar as bases do sistema de pensamento vigente. Para muitos estudiosos que pensavam à luz das teorias evolucionistas, o Brasil encontrava-se numa fase atrasada no processo evolutivo da civilização, portanto era necessário combater tudo aquilo que remetia ao atraso identificado como a coartação das liberdades individuais, como as filosofias espiritualistas, a monarquia, dentre outras instituições consideradas arcaicas.⁶⁸³ Vale ressaltar que dois sujeitos representativos das novas ideias que estavam a ser apresentadas aos brasileiros eram naturais da província de Sergipe: Tobias Barreto e Sylvio Romero, que também influenciaram os médicos Guedes Cabral e Felisbello Freire como a outros sergipanos.

As ideias de Guedes Cabral também ocuparam um lugar especial na obra de Sylvio Romero que enxergou sua morte como sendo “um golpe cruel para Laranjeiras, a quem ele tanto amava”. Nesta cidade o médico contou com acolhimento “fraternal” depois de ter sido “repellido” por conta da “ignorância” e do “fanatismo” de sua terra natal, a quem também “negou-lhe” uma “sepultura”.⁶⁸⁴ Sua posição de médico, quando ainda se tinha carência desse profissional, o levou a ser amado por muitos, inclusive os mais humildes de Sergipe, onde exerceu a profissão no curto espaço de vida que lhe restou. Sua afeição pela população pode ser expressa no ato de ser convidado para padrinho de batismo em companhia da madrinha Nossa Senhora,⁶⁸⁵ contrariando aqueles que o considerava um herege. Além de exercer a parte de clínica médica no seu estabelecimento particular, atuou como perito nos crimes que havia necessidade de realização do corpo de delito, realizou conferências e escreveu nos jornais desta província como costumava fazer na Bahia. Tinha experiência com os prelos por conta da atuação do pai na imprensa.

As ações deste médico no campo das ideias não agradaram a alguns grupos de Laranjeiras como se pode observar na fala do vigário quando o considerou precursor do ateísmo

⁶⁸³ PEREIRA FILHO, Roberto Sobreira, op. cit., p. 26-44.

⁶⁸⁴ BNRJ – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 84, 2 de setembro de 1888, p. 1. Este jornal publicou uma série de artigos *Funções do cérebro*, por Domingos Guedes Cabral, assinada por Sylvio Romero. Também foram publicadas algumas de suas poesias. “O dr. Domingos Guedes Cabral é um moço formado em medicina pela faculdade da Bahia em fins de 1875. Escolheu para objeto de sua these inaugural o espinhoso assumpto As funções do cérebro, a que deu uma resposta de acordo com as ideias do naturalismo philosophico mais acreditado em nossos dias.”

⁶⁸⁵ “Aos dous dias do mez de Outubro do anno de mil oitocentos setenta e nove o Vigario Elisiario Vieira Muniz Telles baptisou solenemente nesta Matriz a Maria, branca com um mez de nascida, filha legitima de Rufino Alves da Cruz Guimarães e Dona Ignacia de Assumpção Guimarães. Forão padrinhos, Doutor Domingues Guedes Cabral e Nossa Senhora. E para constar mandei fazer este assento que assignei. O conego Vigario Eliziario Vieira Muniz Telles.” Cf. Brazil, Sergipe, Laranjeiras, Nossa Senhora de Sant’Ana, registros paroquiais, 1840-1974. Batismos, Livro 02, 1877-1882, p.109 (microfilmado). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-899T-V6TJ?i=5&cc=2177298&cat=2156551>. Acesso em: 20 jan. 2020.

naquela cidade na parte do seu livro que tratava da “guerra religiosa”, antes mesmo de destacar os “pregadores da revolta contra o Império e a Igreja”.

Contra o Império escreviam nos jornais “O Laranjeirense” e “O Republicano” os Drs. Felisbello Freire, Fausto Cardoso, Moreira Guimarães e Balthazar Góes [...]. Contra a Igreja surgiram os protestantes Manoel Antonio dos Santos David e Antonio Manoel da Paixão, [...].⁶⁸⁶

David também presenciou as práticas deste médico por residir na mesma cidade e, mais ainda, por ser um dos membros da direção da irmandade da Santa Casa da Misericórdia, responsável pelo Hospital no qual o médico deve ter trabalhado. Portanto, observa-se que as ideias do médico baiano incomodaram o clero daquela cidade antes das ideias de Freire e das crenças presbiterianas de David virem a circular na tríade da imprensa laranjeirense. É possível que a utilidade do médico para amenizar os sofrimentos de uma população ainda pouco assistida tenha ocultado a sua investida no campo da inovação das ideias religiosas e políticas. Aspecto que apareceu com mais veemência na fase da inserção presbiteriana, quando o médico já estava sepultado, mas suas ideias pairavam por Laranjeiras. O vigário Philadelpho Oliveira, décadas depois, edificou nas memórias da Laranjeiras, que ele pretendia consagrar como católica, não só a atuação do médico, mas também do “ateísta” como sendo o responsável pela “infiltração” das ideias que teriam possibilitado a inserção dos presbiterianos.

Tanto Freire quanto David apareceram nas memórias do vigário. O primeiro, um médico de ideias republicanas, que utilizou da imprensa para criticar o “Império”, enquanto o segundo, um presbiteriano egresso das fileiras do partido liberal, que fez uso também da imprensa para criticar a “Igreja”. Dois sujeitos que apresentaram posições distintas quando o assunto era religião, e possivelmente, também na política. Tanto Freire quanto David, embora de forma diferenciada, tiveram voz nestes periódicos para defender as suas ideias. Ponto de confluência entre os dois sujeitos que continuaram a pensar diferente no aspecto religioso, tendo em vista que, a postura do médico Freire em defesa da ciência, no periódico *O Horizonte*, o revelou como um anticlerical. A questão é compreender o que poderia unir estes sujeitos de posturas tão distintas no campo religioso, bem como na posição em relação ao regime monárquico.

O ponto de convergência parece estar nas defesas pelas ideias de liberdade. Como foi demonstrado no caso da questão das bíblias, muitos políticos liberais, mesmo não sendo protestantes, passaram a defendê-los na imprensa e no parlamento. Estes, atrelados a razões diversas, em especial à política de imigração, tiveram maior tolerância com as ideias da fé reformada. Nesse sentido, a participação do partido liberal na defesa da liberdade de crença, da

⁶⁸⁶ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 138.

República e da laicização do Estado foi observado por Rodrigues ao tratar da questão da secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista.⁶⁸⁷ Desse modo, parte dos projetos defendidos por este partido estavam em consonância com as necessidades dos defensores da fé reformada. Em especial, a defesa da liberdade de culto, da secularização dos cemitérios e do casamento civil. Projetos estes que só foram implementados com a mudança do regime político e a conseqüente separação entre Igreja e Estado.

Pela trajetória de David, observou-se seu envolvimento na política partidária monárquica por meio do grupo dos liberais. A questão é compreender a participação de lideranças protestantes, ainda no Império, a partir do papel desempenhado pelos presbiterianos de Laranjeiras ao lado dos republicanos da província de Sergipe. A posição contrária de Felisbello Freire a qualquer sistema de religião não impediu a sua relação com os presbiterianos. A união destes sujeitos pode ter relação com a posição deste intelectual a favor das liberdades civis, das quais os presbiterianos também compartilhavam.

Desde 1887, observa-se certo envolvimento dos presbiterianos com os intelectuais de Laranjeiras envolvidos na organização do Clube Democrático e Gabinete de Leitura. Dentre as pessoas que emprestaram dinheiro para custear a compra dos primeiros livros estavam o médico Felisbello Freire, o pastor Jonh Kolb, Marcolino Ezequiel, Fausto Cardoso, Thomaz Vinhas, José Pinheiro Lobão, Graziella Oliveira Ribeiro.⁶⁸⁸ Foram realizadas conferências neste clube por Felisbello Freire, Balthazar Goes, Fausto Cardoso, Ernesto Nascimento.⁶⁸⁹ Ainda, Manoel David chegou a fazer parte da comissão diretora na função de tesoureiro.⁶⁹⁰

John Benjamin Kolb residiu em Laranjeiras entre os anos de 1886 e 1892, fundando a escola Americana no primeiro ano de atuação nesta cidade. Teve uma postura diferente de Blackford no jornal *O Horizonte*. Ao invés de enfrentar Hamilton/Freire, passou a denunciar casos de intolerâncias religiosas e a utilizar o jornal como veículo de propaganda da fé

⁶⁸⁷ Cf. RODRIGUES, Cláudia, op. cit.

⁶⁸⁸ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 140.

⁶⁸⁹ As informações sobre as conferências no Clube Democrático foram extraídas do jornal *O Larangeirense*, ano I, de números 42, 43 e 44 de outubro e novembro de 1887. Homenagearam Tobias Barreto colocando seu “retrato” no clube democrático. A conferência *Evolução da Matéria, Leis e Causas de suas formas* de Freire com base nas teorias de Lamarck, Darwin, e Haeckel foi impressa na tipografia deste jornal e distribuída conforme agradecimento do jornal *O maruinense*. Cf. *O Larangeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 54, 29 de janeiro de 1888.

⁶⁹⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Larangeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 82, 19 de agosto de 1888, p. 1. Em 15 de agosto de 1888, a sociedade Club Democrático procedeu a eleição para nova diretoria que servirá de 1 de setembro de 1888 a 31 de agosto de 1889. A comissão eleita: diretor Baltazar Goes (reeleito), vice-diretor farmacêutico Virgílio Viana, 1º secretário, capitão Luiz de Carvalho; 2º secretário, capitão Francisco Hora, orador, Fausto Cardoso (reeleito); tesoureiro, Manoel David. A comissão de contas: Bemvindo Lobão, Domingos Faro e Marcolino Exequiel de Jesus (reeleitos). Vale ressaltar que mediante pagamento das mensalidades, os sócios tinham direito a fazer o empréstimo dos livros daquele acervo. Cf. *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 14, 10 de fevereiro de 1889, p. 4.

reformada. Fato que se repetiu nos jornais *O Laranjeirense* e *O Republicano*. A convivência do norte-americano com os laranjeirenses coincidiu com a atuação de Freire, Josino Menezes, e outros intelectuais sergipanos na propaganda abolicionista e republicana quando se dava a efervescência das discussões religiosas.

Vale ressaltar que nem todos os profissionais de medicina abandonaram os periódicos para redigir suas próprias publicações na imprensa médica, apesar da variedade de jornais e revistas especializadas terem feito parte do cotidiano destes profissionais nos grandes centros urbanos.⁶⁹¹ A atuação de Freire nos órgãos da imprensa da família do farmacêutico Josino Menezes indica que suas concepções de mundo continuaram a ser expressas na imprensa cotidiana, tendo em vista que manter um jornal em funcionamento era dispendioso para um médico que vivia distante dos grandes centros urbanos. Desse modo, os anúncios dos produtos farmacêuticos vendidos por Menezes e outros profissionais dessa área passaram a ser publicados nestes jornais.

No ano seguinte à criação do Clube Democrático, também na cidade de Laranjeiras, um grupo formado por quarenta e um cidadãos assinaram o Manifesto Republicano, com data de 18 de outubro de 1888. Os assinantes aderiram às novas ideias democráticas, convictos de que a Monarquia representava o impedimento do progresso do Brasil. Por esta razão, declaravam em público “não pertencer mais a nenhuma das políticas monárquicas deste paiz – liberal ou conservadora – e sim ao patriótico e democrático partido republicano.”⁶⁹² Através da imprensa abolicionista, os republicanos agendaram reunião para 11 horas do dia primeiro de novembro daquele ano. Tinham por objetivo oficializar o partido e votar em Sylvio Romero, para representar Sergipe no Congresso Republicano na Corte. A liderança republicana, Felisbelo F. de Oliveira Freire, foi o primeiro a assinar o manifesto. Mas, o que chamou a atenção foi a sétima assinatura que era de Manuel Antonio dos Santos David.

Nesse período, os viajantes estrangeiros costumavam representar o Brasil como atrasado, em função da miscigenação das raças. Para tratar desta questão, os intelectuais nacionais, ou seja, os homens de ciência na perspectiva apresentada por Schwarcz passaram a interpretar os problemas raciais do país à luz dos modelos evolucionistas, em especial social-

⁶⁹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p. 198-199.

⁶⁹² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 92, 28 de outubro de 1888, p. 1. Assinantes do Manifesto Republicano: Dr. Felisbelo F. de Oliveira Freire, Vicente Luiz d’Oliveira Ribeiro, Antonio de Siqueira Horta, José Pinheiro da Fraga, José Martins de Freitas, Pedro Paes d’Oliveira Campos, Manuel Antonio dos Santos David, Ricardo da Cruz, Manuel da Cruz, [...].

darwinistas. Até mesmo os museus brasileiros acompanharam esses modelos científicos.⁶⁹³ Entretanto, estas teorias como se pode observar pelos jornais laranjeirenses que Freire atuou foram aplicadas ou readaptadas para diversas questões: uma delas para criticar o protestantismo enquanto sistema de religião incoerente com a ciência moderna. Mas, principalmente, para questionar o regime político. Neles a monarquia simbolizava o atraso, as trevas, já a República era vislumbrada como a luz, o progresso, numa escala evolutiva dos regimes políticos que tornaria o Brasil uma nação civilizada, termo do século XIX bastante utilizado por Freire nos seus textos publicados nos jornais.

Dessa forma, é compreensível a formação de alianças dos republicanos com os presbiterianos. Tendo em vista que, a ideia de progresso e civilização também fazia parte da defesa deste grupo religioso, que imbuídos de uma cultura norte-americana também objetivava evangelizar e civilizar o Brasil. Em contrapartida, para os presbiterianos a manutenção de relações com as novas lideranças políticas facilitaria a conquista dos direitos básicos necessários para a sobrevivência dos acatólicos.

A sessão inaugural do partido Republicano de Laranjeiras, em primeiro de novembro de 1888, contou com o discurso do tipógrafo Sebastião Soledade que apontava os desmandos da Monarquia e deslegitimava a ação da “redentora”, considerando que se a princesa das “missas” e dos “rosários” viesse a assumir o trono não teria o consentimento do Papa para sancionar qualquer lei que viesse a “ferir” os direitos de “sua santa igreja”. Assim, questionava-se como o partido liberal resolveria as questões que feriam ao trono, a exemplo da “liberdade de cultos, o casamento civil e a secularização dos cemitérios [que] chama o estrangeiro a habitar as nossas plagas, sem ser preciso oferecermos tão grandes vantagens”.⁶⁹⁴ Deu continuidade a este discurso o jornal *O Republicano* (1888/89) que tinha por objetivo derrotar as “forças esterilizadoras” do progresso do Brasil: a escravidão, a monarquia e o clero. Portanto, para ter a nação “livre” ainda restava “expulsar” do Brasil “o rei e o padre”.⁶⁹⁵ Desse modo, havia uma preocupação em apresentar tanto os erros da monarquia quanto os da Igreja Católica para assim defender a bandeira do novo partido.

A crítica à Monarquia perpassava pela desconstrução da imagem de um imperador “sábio”, acusando-o da “desastrosa” guerra do Paraguai e da falta de liberdade religiosa que

⁶⁹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p. 36. A partir de 1870 foram introduzidas no Brasil teorias de pensamento até então desconhecidas: o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo. Entretanto, se a noção de evolução social funcionava como um paradigma de época, acima das especificidades das diferentes escolas, não implicou uma única visão de época, ou uma só interpretação.

⁶⁹⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *O Laranjeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 93, 4 de novembro de 1888, p. 4.

⁶⁹⁵ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 8, 1 de janeiro de 1889, p. 1.

afugentava o estrangeiro. As críticas recaíam ainda sobre as despesas com a família real, sobre a pessoa do Conde d'Eu, esposo da princesa “beata” que não serviria para governar o Brasil conforme os textos de Silva Jardim transcritos no *Republicano*.⁶⁹⁶ Da mesma forma, apresentavam-se os malefícios da monarquia criticando-se as atitudes dos membros de seus partidos, com ênfase a demonstrar as incoerências do partido liberal quando rejeitou os projetos de Saldanha Marinho sobre a liberdade religiosa, quando condenou Joaquim Nabuco ao ostracismo por causa da ideia abolicionista, por ter negado com Sinimbu o direito de voto aos acatólicos, por ter reformado a guarda nacional para fazer coronéis, entre outras medidas que não condiziam com o programa do partido liberal da década de 1860.⁶⁹⁷ Desse modo, questionava *O Republicano*: como esperar liberdade religiosa de um partido que negou aos acatólicos o direito de votar, e não aprovou o projeto de casamento civil e outros apresentados por Saldanha Marinho?⁶⁹⁸ Com essa bandeira os republicanos arregimentavam defensores das liberdades para os acatólicos, mesmo que não professassem a fé reformada.

A crítica ao clero se dava pela transcrição de casos ocorridos em outras partes do Império que deslegitimavam doutrinas da Igreja, apresentando-se casos de padres que expuseram suas críticas a fé abjurando-a;⁶⁹⁹ críticas a atitude de padres italianos, sem fazer menção aos capuchinhos. É perceptível que havia interesse do periódico republicano em deslegitimar a Igreja Católica quando publicava notícias como esta: “O padre José Firmino dos Santos, ex-vigário da Villa de Jahú, abjurou a religião catholica e casou-se com Abigail de Souza segundo o rito evangélico, que adoptou”.⁷⁰⁰

Por defender as liberdades civis os casos de intolerâncias religiosas ganharam espaço no periódico *O Republicano*. Por meio destas notícias, o jornal criticava tanto a monarquia por não permitir a liberdade religiosa quanto o próprio clero (secular e regular) por incentivar a violência contra os presbiterianos. Nesse aspecto, ao referir-se aos “gritos de uma vítima”, publicados nesta folha, são representativas as críticas dirigidas por David aos capuchinhos que estavam a incitar a violência contra os presbiterianos da cidade de Laranjeiras.⁷⁰¹ O jornal também tratou do atentado ao pastor Kolb e o grupo que assistia sua conferência numa casa

⁶⁹⁶ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 14, 10 de fevereiro de 1889, p. 1.

⁶⁹⁷ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 13, 3 de fevereiro de 1889, p. 1.

⁶⁹⁸ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 10, 13 de janeiro de 1889, p. 1.

⁶⁹⁹ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 20, 24 de março de 1889, p. 4. Transcreveu de Porto Alegre a Carta-manifesto do ex Capelão Militar Maximiano Chagas Carvalho ao Bispo do Rio Grande do Sul, D. Sebastião Dias Laranjeiras declarando que abjurou do catolicismo pois a crença atual que nutre diverge da imposta pela Igreja Romana: a missa, a confissão, a infalibilidade do Papa, o culto as imagens, as pinturas e aos anjos, o Purgatório, nas boas obras necessárias a salvação, e em outros pontos.

⁷⁰⁰ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 25, 26 de maio de 1889, p. 2.

⁷⁰¹ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 32, 21 de julho de 1889, p. 4.

particular na vila de Siriry. Afirmava o jornal que os atos de violência foram incentivados pelo “italiano vigário encomendado” da vila de Nossa Senhora das Dores. Na sequência expositiva dos gestos violentos o jornal denunciou o abuso cometido ao impedir o direito à reunião, garantido pela Constituição do Império e pela liberdade de culto, assegurado pelas leis.⁷⁰² Exigia uma posição do Presidente da província diante desse crime cometido contra o direito de reunião.

A bandeira das liberdades defendida pelos republicanos de Sergipe fazia parte do programa do partido que por meio do Manifesto do Congresso Nacional apontou os pontos negativos da experiência monárquica para defender a sua incompatibilidade com os interesses das sociedades modernas, salientando a necessidade de usar da tribuna e da imprensa em prol da República, por esta defender a bandeira da liberdade e da justiça. Dentre as liberdades destacadas no manifesto estavam a defesa pela liberdade de cultos e de consciência.⁷⁰³

No *Republicano* não foi encontrada a discussão religiosa incendiária como se deu no *Horizonte*. Entretanto, observa-se que se defendia todas as liberdades civis. De várias maneiras e por autores diversos se defendeu a “tolerância religiosa”, a “liberdade de culto”, a “liberdade religiosa”, a “liberdade de consciência”. Nesse sentido, Freire se posicionou contrário às políticas empreendidas pelos jesuítas na implementação do “regime teocrático”. Na visão dele havia diferenças do Sul/Norte do Brasil, também nas questões relativas à tolerância religiosa, afirmou que:

Foi no sul onde encontrou mais asilo o espírito de tolerância religiosa, pela pousada que se facilitou ao theologo João de Bales, e no século atual o espírito da população dar as provas dessa tolerância, pelo iniciamento e progresso da igreja protestante, de que tornou-se São Paulo o foco e de onde vai irradiando-se para outros pontos do paiz.⁷⁰⁴

Nesta fase, Freire passou a ter uma postura diferente da apresentada no *Horizonte* no tocante ao protestantismo. Parece ter enxergado no grupo de presbiterianos mais aliados para a defesa da República. Do mesmo modo, teria David saído das fileiras do partido liberal para apoiar a causa republicana por considerar mais compatível com os ideais religiosos que defendia? Nesse aspecto nada sinalizou um dos maiores estudiosos da República em Sergipe, Ibarê Dantas.⁷⁰⁵ No entanto, através dos segredos internos revelados por Felisbello Freire, Baltazar Goes e Manuel Curvelo pode-se identificar a atuação dos presbiterianos nos acontecimentos políticos que contribuíram para a causa republicana. Estes defenderam a

⁷⁰² BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 22, 5 de maio de 1889, p. 3.

⁷⁰³ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 16, 24 de fevereiro de 1889, p. 1.

⁷⁰⁴ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 17, 3 de março de 1889, p. 3.

⁷⁰⁵ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

relevância da imprensa, principalmente, após a abolição. Enquanto Goes apresentou pouco interesse dos sergipanos pelas ideias republicanas até a abolição da escravidão, identificando somente 12 republicanos primitivos,⁷⁰⁶ os outros discordaram dele quando enxergaram a defesa das ideias republicanas por moradores de Estância e Brejo Grande, ainda em 1824, em razão do movimento de Pernambuco.⁷⁰⁷ Entretanto, todos deram maior relevância ao papel dos jornais, em especial, na cidade de Laranjeiras.

Nesse sentido, Felisbello Freire, em *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, destacou quatro fatores que impulsionaram a propaganda republicana na província de Sergipe: a propaganda política, veiculada nos jornais *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano*, sob a redação principal de Freire, Josino de Menezes e da Colônia Sergipana da escola militar, com destaque para o aluno José Maria Moreira Guimarães; a propaganda do magistério, a cargo de Balthazar Góes; a propaganda realizada pelos protestantes sob a direção do missionário norte-americano e a propaganda abolicionista auxiliada por alguns fazendeiros.⁷⁰⁸

Não é novidade para a historiografia sergipana a função da imprensa. Mas, nesse caso, chamou a atenção o papel atribuído por Freire aos presbiterianos quando destacou que “ajudava no mesmo sentido o grupo dos protestantes da cidade, sob a direção do ilustrado americano John Kolb, uma das individualidades mais distintas que nos tem sido dado conhecer”.⁷⁰⁹ Fala representativa do seu apreço e gratidão pela postura de Kolb frente a propaganda republicana encabeçada pelo próprio Freire na província de Sergipe. Apesar de Curvelo enfatizar o papel desempenhado pelo colégio de Balthazar Góes na propaganda republicana, também chegou a mencionar o papel dos “livres pensadores” e dos “protestantes propagandistas” na propagação das “novas ideias”.⁷¹⁰

A relação do médico republicano com o “distinto” pastor norte-americano foi revelada pelo próprio Freire ao reconhecer a contribuição de Kolb na liderança do grupo de presbiterianos em prol da causa republicana. Pela forma como Kolb passou a atuar no *Horizonte* pode-se inferir que as desavenças que Freire chegou a ter com Blackford no espaço da imprensa não se deram com Kolb, ator relevante na propagação das ideias defendidas por Freire.

A presença dos protestantes na propaganda republicana causou insatisfação no partido liberal. Nesse sentido, *A Reforma*, na sua edição de 4 de novembro de 1888, quando criticava a

⁷⁰⁶ GOES, Balthazar. *A República em Sergipe*. Aracaju, Secretária de Estado da Cultura, 2005, p. 29-30.

⁷⁰⁷ FREIRE, Felisbello F. de Oliveira. *História de Sergipe (1575-1855)*, op. cit.; CURVELLO, Manoel, op. cit.

⁷⁰⁸ FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, op. cit., p. 266.

⁷⁰⁹ Ibid.

⁷¹⁰ CURVELLO, Manoel, op. cit., p. 140-142.

criação do partido republicano destacou que no grupo de “iludidos” figurava o senhor Santos David, mostrando-se coerente com os seus sentimentos religiosos de protestante.⁷¹¹ Fala irônica que sinaliza a motivação da troca de partido por David, por considerar a bandeira republicana mais coerente com os interesses da fé que professava. Possivelmente, tenha sido aconselhado por Kolb, responsável pelos presbiterianos de Sergipe naquele período da propaganda republicana.⁷¹² Não se pode esquecer que Kolb residia em Laranjeiras, portanto, estava imerso nas discussões republicanas.

A Reforma, jornal de posição liberal, também criticou a postura do jornal *O Republicano* sobre a questão da Monarquia. Por meio do embate observa-se a postura dos redatores do *Republicano* em relação à religião:

República é a única forma de governo que auxilia as forças nacionais para regenerarem nosso caráter, por meio de uma ciência livre e bem definida, **de uma religião tolerante e não privilegiada e que não sonhe com o exclusivismo**; de uma literatura autônoma e vigorosa [...], de uma **ampla liberdade de consciência** sem as peias do privilegio [...].⁷¹³ [grifo nosso].

Feita a defesa da República, Claudius, pseudônimo usado por Freire, apontava que a Monarquia não poderia regenerar o caráter do brasileiro por meio de “um poder executivo sem autonomia, e do judiciário sem justiça, por meio da falta de liberdade religiosa, que afugenta o estrangeiro, [...]”.⁷¹⁴ No regime republicano o Estado não pode tyrannizar as liberdades públicas, assim deixa que o comércio, a indústria, as artes, as ciências e a religião sigam seu curso natural, diferente da monarquia que interfere até mesmo na Igreja, privando a liberdade de consciência.⁷¹⁵ Nesse sentido, a defesa por parte dos republicanos de uma religião tolerante, sem exclusivismo do catolicismo, com “ampla liberdade de consciência” para todas as religiões é um ponto de ligação com os presbiterianos que estavam a se firmar na província de Sergipe, assim, como em outras partes do Império naquele momento. Esta pode ter sido uma das motivações para que o pastor norte-americano Kolb viesse a liderar o grupo de presbiterianos de Laranjeiras em prol da propaganda republicana.

Pelos indícios deixados no próprio jornal que tinha a postura de comunicar aos leitores o andamento do partido, expondo as reuniões e novas adesões, pode ser observada a presença de outros adeptos do protestantismo. Destacou o jornal que o movimento republicano parecia

⁷¹¹ BNRJ – *A Reforma*, Aracaju, ano II, n. 95, 4 de novembro de 1888, p. 2.

⁷¹² BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 1, 11 de novembro de 1888, p. 2.

⁷¹³ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 4, 28 de novembro de 1888, p. 1.

⁷¹⁴ Ibid.

⁷¹⁵ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 6, 12 de dezembro de 1888, p. 2. A crítica à Monarquia era feita a partir de textos extraídos de jornais do Rio de Janeiro, principalmente, através de matérias escritas por Silva Jardim, somando-se aos textos dos redatores e colaboradores sergipanos, inclusive Sylvio Romero.

concentrado em Laranjeiras quando recebeu a adesão, por carta, de Firmo Rollemberg de Oliveira Chaves, eleitor do Riachuelo, em seguida, de mais quarenta e oito cidadãos do segundo distrito.⁷¹⁶ Na percepção de Felisbello Freire, o movimento espalhou-se com a criação de outros clubes em Itaporanga, Estância, Aracaju, Villa-Nova. Freire ainda destacou alguns sujeitos que o ajudaram nessa empreitada: Josino de Menezes, Balthazar Góes, Vicente Ribeiro, Antônio Horta, Antônio Curvello, Leandro Diniz, Francisco Nogueira, Manoel David, Santos Silva, Olyntho Dantas, Siqueira Menezes, Sylvio Bastos, Tupy, Serafim Vieira e muitos outros.⁷¹⁷ Entre os listados observa-se o nome de David. Representatividade no partido republicano que pode ser observada na sua participação como membro do conselho fiscal do partido, como tesoureiro, secretário e candidato pela chapa republicana para membro da Assembleia Provincial:

Para deputado á Assembléa Geral: dr. Sylvio Romero – Advogado, residente na Côrte.

Para membros da Assembléa Provincial pela 1º districto:

Josino Odorico de Menezes – Pharmaceutico, residente em Penedo.

Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas – Engenheiro, residente em Propriá.

Manoel Antonio dos Santos David – Negociante, residente n’esta cidade.

José Pinheiro dos Santos Silva – Proprietario, residente n’este município.⁷¹⁸

Pelos nomes da chapa exposta no jornal *O Republicano*⁷¹⁹ observa-se que estavam representados os principais grupos que apoiaram a causa: advogados, engenheiros,

⁷¹⁶ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 5 e 7, dezembro de 1888, p. 1-3; Na edição de número 7, agradeceu a Joaquim Manoel Alves Lima, capitalista de Santos e republicano pelo envio de panfletos republicanos. Ainda publicou que o médico sergipano Ascendino Angelo dos Reis acaba de cursar Direito na Faculdade de São Paulo. Estas notas apontam a circularidade de ideias dos republicanos de Sergipe com outros centros do Império. Bem como a influência de outros sujeitos, para além de Freire e Josino Menezes. Vale ressaltar que: Em 19 de dezembro de 1888, última edição da fase gratuita, *O Republicano* preveniu aos “colegas” e “assinantes” que, a partir de primeiro de janeiro de 1889, o jornal sairia com formato maior substituindo *O Larangeirense*. Contaria com Sylvio Romero, J. Ribeiro, Martins Junior, Felisbello Freire, José Leandro, Virgilio Lemos, Moreira Guimarães, Leonídio Porto, Evaristo de Moraes, Lima Junior, Josino de Menezes, Nolasco, e outros, no “corpo redatorial”. Salientou ainda que o redator chefe seria o “dr. Felisbello Freire, que em Sergipe levantou o movimento republicano”. Desse modo, “esperamos dos colegas a mesmas permutas que faziam com O Larangeirense, e dos assinantes os mesmos auxílios que prestaram ao criterioso órgão democrata, que agora acaba de suspender a sua publicação”.

⁷¹⁷ FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, op. cit., p. 286. Fazia parte da “comissão diretora” do clube que tinha no conselho fiscal, Felisbello Freire, presidente; Balthazar Góes, Rodrigues Nogueira, Antonio David, Antonio Curvello, e Pinheiro da Fraga.

⁷¹⁸ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 30, 7 de julho de 1889, p. 1. Mais informações: GOES, Balthazar, op. cit., p. 70 e 88. Ernesto Nascimento declarava que ia se apresentar a candidato pelo mesmo distrito por conta própria após formação da chapa que David teve 16 votos e Ernesto 1.

⁷¹⁹ A partir da análise das edições do jornal *O Republicano* pode-se destacar algumas informações importantes para compreensão do jornal. Este periódico foi criado em Laranjeiras para fazer a propaganda daquele partido como o próprio nome declara. Na República passou a ser publicado em Aracaju, assumindo a postura de órgão oficial do Estado. Para este capítulo será analisado somente em sua primeira fase (1888-89) com o objetivo de compreender a relação dos presbiterianos com os republicanos e a representatividade deste grupo religioso naquele jornal. Essa primeira fase, voltada exclusivamente para a propaganda republicana, pode ser dividida em dois

farmacêuticos/médicos, negociantes e fazendeiros. Destes, observa-se ainda a representatividade dos intelectuais envolvidos na imprensa e do grupo de protestantes representados não somente por David, tendo em vista que outros nomes como o de Herculano Alves Café, Antônio Manoel Paixão e José Martins de Freitas apareceram na lista dos republicanos.

Na percepção de Balthazar Goes, os “mais influentes” republicanos para “animar os fracos” e “assegurar-se dos fortes” em prosseguimento do “bom êxito” da causa republicana foram as “figuras de Vicente, David e Felisbello”. Entretanto, o nome de Felisbello Freire não se encontra nesta chapa. Vale ressaltar que antes do lançamento desta candidatura, não se sabe informar a motivação, o médico havia planejado sua mudança para o Rio de Janeiro. Havia se desfeito dos negócios e de parte da mobília, embrulhado as baixelas e os livros. Na percepção de Goes, o líder da propaganda republicana na província de Sergipe deixaria Laranjeiras, pois “confiava” no presidente do Clube Republicano laranjeirense, o coronel Vicente. A única explicação dada é que o coronel Vicente “havia captado e firmado inteira confiança, do Horta, do Nogueira, do Curvelo, do David, do Olinto, do Siqueira, do Diniz, do Joaquim Anastácio, e de muitos outros impávidos e acérrimos defensores da causa”.⁷²⁰ A adesão de políticos oriundos da Monarquia está certamente entre as causas das desavenças com os intelectuais defensores das ideias republicanas.

Entretanto, para alcançar a representatividade necessária, os republicanos aceitavam e divulgavam as adesões dessas lideranças. Na província de Sergipe o partido liberal não perdia

momentos. O primeiro se deu de 11 de novembro a 19 de dezembro de 1888. Apresentava-se num formato pequeno, de publicação semanal e não constava os nomes de proprietários e nem dos redatores. Era distribuído, gratuitamente, com a ressalva de que os cidadãos que o aceitasse até dezembro seriam a partir de janeiro considerados assinantes. Na fase de distribuição gratuita contou com a colaboração dos “serviços sem remuneração de Sebastião Soledade, José Menezes, e talentoso tipógrafo Agapito”, a quem agradeceu o jornal. Publicado na tipografia do Laranjeirense, assemelhava-se a este, inclusive, parte dos anúncios continuaram os mesmos. Foram publicadas poucas matérias, porém extensas, e voltadas a apresentar os pontos negativos da Monarquia. Em 19 de dezembro de 1888, última edição da fase gratuita, *O Republicano* preveniu aos assinantes que, a partir de primeiro de janeiro de 1889, o jornal sairia com formato maior substituindo *O Laranjeirense*. Contaria com Sylvio Romero, Felisbello Freire e muitos outros redatores. De acordo com Balthazar Goes a receptividade do público leitor não se deu como se esperava pelo número de jornais devolvidos e das assinaturas canceladas. Entretanto, no ano de 1889, o jornal cumpriu o prometido em relação ao formato e aos sujeitos envolvidos na produção. Trazia em seu cabeçalho o corpo editorial, somado ainda ao nome de Joaquim Anastácio de Menezes, proprietário e diretor. Dedicou-se a listar as adesões republicanas de outras localidades do Império, com ênfase a citar os nomes dos sergipanos que passaram a filiar-se ao partido republicano. Josino Menezes e Lima Junior passaram a se dedicar a causa republicana na cidade de Penedo, da província de Alagoas, onde passaram a residir. A partir destes sujeitos as ideias republicanas se propagaram na região do São Francisco. Chegaram a criar jornais em Penedo e Propriá. Não se pode esquecer da contribuição de Josino de Menezes na imprensa de Laranjeiras. Tendo em vista que a tríade laranjeirense contou com a contribuição financeira de seu pai e com suas ideias provenientes da sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia. Freire parece não ter esquecido do seu papel quando elencou seu nome primeiro na rede de sujeitos que o auxiliaram a propagar as ideias republicanas.

⁷²⁰ GOES, Balthazar, op. cit., p. 88.

somente a representatividade do grupo dos protestantes. Nesse sentido, o jornal tinha uma coluna exclusiva para assinalar as adesões a nível nacional, destacando figuras relevantes do partido liberal a migrar para o partido Republicano. Fazia questão de registrar os nomes dos sergipanos que iam gradativamente aderindo ao movimento. Muitos deles eram senhores de engenhos saídos das fileiras do partido liberal, a exemplo de José Pinheiro,⁷²¹ José Sotero de Menezes,⁷²² e outros.

Assim, percebe-se a adesão à causa republicana por parte de alguns proprietários de terras da província de Sergipe. Figuras como Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, Antônio de Siqueira Horta, José Pinheiro dos Santos Silva são representativas do apoio a esse grupo. O primeiro chegou a ser eleito, “a pedido” de Felisbello Freire, presidente do clube republicano de Laranjeiras.⁷²³

A Reforma criticou o fato de muitos integrantes do partido republicano serem egressos da guarda nacional para criticar a posição do coronel Vicente. *O Republicano* declarou não ver problema nesse aspecto.⁷²⁴ O coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro era comandante superior da guarda em Sergipe, outros republicanos fizeram parte desta instituição monárquica. Ele também era um fazendeiro, portanto, interessado em aderir às ideias do novo partido por estar descontente com os rumos dos debates em torno da reordenação do trabalho. Essa questão vinha sendo debatida nos jornais abolicionistas do país. *O Larangeirense*, por ser uma folha abolicionista, deu visibilidade à necessidade de organizar o trabalho livre através de diversas matérias sobre a questão. Numa nota de março de 1888, com o tema Reforma do trabalho, a

⁷²¹ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 18, 10 de março de 1889, p. 2. No caso de Sergipe consta os seguintes nomes que aderiram a causa no ano de 1889 conforme edições 11, 14 a 17, 19, 20, 38: Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas, João F. Regis, Raymundo Telles de Menezes, Francisco José de Oliveira Sobrinho, Felinto da Costa Brotas, Antonio Gonçalves Valença, José Dativo Cavalcante, Bemvindo Lobão Ramos, Bonifacio Alves de Loureiro Lima, Antonio Gomes dos Santos, José Domingues de Macedo, Herculano Alves Café, Deocleciano Rodrigues Dantas; Antonio Rodrigues Dantas, Fulgencio da Costa Brotas, Terencio de Almeida Barros, Antonio Porto, Horácio Baptista da Motta, Marçal Bispo dos Santos, Francisco Nunes da Motta, Antonio Nunes da Motta, Pedro Barrozo do Valle, Antonio Febroso Valença, Belizario Ribeiro de Oliveira, José Ferreira dos Santos Filho, Galdino José de Oliveira, João Rodrigues Dantas, Benicio Rodrigues Dantas, Joaquim Nunes da Motta, Pedro de Almeida Freitas, Antonio Rodrigues Lima Sobrinho, Manoel Ferreira Lima, Francisco da Cunha Lucena, Manuel Pedro dos Santos, Thomaz d’Aquino Paes Barreto (Maroim), José Pinheiro de Faro, Joaquim da Silveira Linhares, Ernesto de Menezes Daltro e Caetano José dos Santos.

⁷²² BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 22, 5 de maio de 1889, p. 3. Outros nomes foram publicados a exemplo de: Manoel Alves de Oliveira, José Diniz de Faro, e os fazendeiros José Pinheiro dos Santos Silva, João Pinheiro de Mendonça, José Antonio de Oliveira e Manoel Pedro. Vale ressaltar que o coronel José Sotero de Menezes consta na relação dos proprietários de engenhos de Siriri do ano de 1859. Cf. DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. (Coleção de Estudos brasileiros; v.47). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Mais informações sobre os engenhos do Vale do Cotinguiba consultar: SANTOS, Josineide Luciano Almeida. *O ocaso da memória: a história do Engenho Oitocentas no baixo Cotinguiba em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

⁷²³ GOES, Balthazar, op. cit., p. 70-71. Para Goes, testemunha ocular, Freire deve ser considerado o maior defensor, pois “dedicou-se de alma inteira, à propaganda e defesa das ideias republicanas pela imprensa”.

⁷²⁴ BNRJ – *O Republicano*, Laranjeiras, ano I, n. 3, 21 de novembro de 1888, p. 2.

comissão formada pelo coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, tenente coronel Antônio de Siqueira Horta, e o capitão Francisco Rodrigues Nogueira convidava os lavradores e proprietários a participarem de uma reunião que objetivava tratar da organização do trabalho livre.⁷²⁵ Antes disso, *O Larangeirense* havia noticiado que proprietários de terras estavam a libertar seus escravos sob a condição de continuarem a prestar seus serviços por um tempo determinado.⁷²⁶ Veja que esses nomes antes envolvidos nos debates sobre a questão do trabalho passaram a juntar-se aos idealistas republicanos, por estarem descontentes com as medidas adotadas para organizar o trabalho depois de 13 de maio de 1888.

Nesse período que D. Pedro II se encontrava com a saúde debilitada e a princesa Izabel, beata” para uns, e “redentora” para outros, passou a ser a provável herdeira do trono. Integrantes da monarquia, interessados em proteger o trono, criaram a “guarda negra” formada por libertos para proteger a “redentora” e o futuro terceiro reinado. Na província de Sergipe, por ideia do republicano Antônio Manuel da Paixão,⁷²⁷ que era conhecido pela alcunha de Fogueteiro, o clube republicano de Laranjeiras criou a escola noturna com fins de atender aos libertos, “a quem, em vez da foice e da guarda negra que lhes dá a monarquia, convertendo-se em selvagens, os republicanos devem dar o livro, convertendo-os em bons cidadãos”. A escola sofreu a repressão de alguns “beatos retrógrados” que consideravam a República uma “instituição anti-religiosa” que objetivava “acabar com a santa Igreja”. Propaganda que levou a diminuir o número de alunos desta escola, a cargo dos professores Antônio Porto e Balthazar Goes.⁷²⁸

⁷²⁵ BNRJ – *O Larangeirense*, Laranjeiras, ano II, n. 59, 4 de março de 1888, p. 2.

⁷²⁶ Em carta a Galdino de Menezes dizia Faro que desejava ser seguido por todos seus parentes. Diante da possibilidade da abolição, alguns dos proprietários de Sergipe usaram dessa estratégia com o objetivo de prender os cativos a suas terras conforme pode ser observado pelo texto do Coronel José de Faro Rolemberg, proprietário do engenho São Joaquim. Na sua fala deixava evidente que agiu dessa forma por acreditar que no espaço de dois anos daria para “ligá-los a fazenda por um interesse real”. Daria “terras para que eles plantassem cana e lavouras” e “dois dias na semana para trabalhar nas suas terras” com o objetivo de transformar os cativos em “lavradores” com vínculos ligados à sua terra. Ele pretendia “organizar” o trabalho livre usando da “força” que tinha. Na sua visão “se libertá-los sem organizar eles vão se entregar a vadiagem e aos roubos como meio de vida”. Entretanto, pela “certeza de que estão livres” e pelo “estímulo” concedido é possível transformá-los em “trabalhadores bons e moralizados”. Depois do prazo estipulado, vivendo de suas próprias lavouras “acredito que nenhum me deixará; todos eles estarão convertidos em pequenos lavradores, e este laço julgo bastante forte para prendê-los a minha fazenda.” Antes mesmo da abolição vir a se concretizar, sua ideia era transformar “o atual trabalhador mau e desmoralizado por sua condição servil em um bom fator do trabalho pela concessão da liberdade e pelo estímulo de interesse”. Pelas páginas do jornal abolicionista o senhor de engenho aconselhava a todos os proprietários seguir seu exemplo, pois acreditava que a “abolição estar próxima”. Tinha razão o líder do partido liberal da província, que, atento às discussões nacionais, previa que a abolição seria inevitável em texto escrito em 16 de fevereiro de 1888. Meses depois, o mesmo periódico noticiava a festa da liberdade no seu engenho. Cf. *O Larangeirense*, Laranjeiras, ano II, Números 55, 58 e 73, de 1888.

⁷²⁷ O nome de Paixão consta na lista dos republicanos que, em 21 de janeiro de 1890, acompanhados de uma banda de música se dirigiram ao engenho Junco, residência do tenente Antonio de Siqueira Horta, para homenageá-lo pela nomeação de terceiro vice-governador do Estado de Sergipe. Entre os brindes consta o “do coronel Vicente de Oliveira ao cidadão Antonio Manoel da Paixão” e “do tenente Horta ao cidadão Manoel David”. Cf. *O Republicano*, Aracaju, ano II, n. 56, 26 de janeiro de 1890, p. 3.

⁷²⁸ GOES, Balthazar, op. cit., p. 85-86.

Perceba que representantes do grupo dos presbiterianos estavam imersos nos veículos de propaganda republicana. Daí não ter exagerado Freire ao atribuir o nome de Kolb, David no rol dos nomes que mais o auxiliaram na empreitada de implementação das ideias republicanas na província de Sergipe. Ainda é perceptível a relação entre David e Paixão para além da criação da igreja presbiteriana como havia revelado o vigário de Laranjeiras. Em 1891, os dois sujeitos em questão foram nomeados pelo Governo, com outros integrantes do clube republicano, para fazer parte do primeiro batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Laranjeiras. Paixão fora nomeado “tenente quartel-mestre”, segunda posição mais importante, e David para “capitão da 3ª companhia”.⁷²⁹ Paixão já havia sido nomeado subdelegado de polícia de Laranjeiras, em março daquele ano.⁷³⁰ Como se pôde observar, David havia assumido a função de vereador e de juiz municipal. Desse modo, os indícios nos levam a perceber que havia uma ligação na profissão de negociante, na política republicana e na defesa pelo protestantismo.

Desse modo, grupos com posturas divergentes no tocante à religião, mas com pontos convergentes em relação à ideia de liberdade uniram-se em prol da causa republicana. Freire, Menezes e outros intelectuais passaram a debater as novas ideias nos jornais da província de Sergipe. Conquistaram o apoio de proprietários descontentes com as políticas monárquicas, principalmente, após a abolição, certamente muitos deles católicos. Fundaram clubes e jornais, assim como vinha ocorrendo em outras regiões do Império, desde a década de 1870. No caso de Sergipe, observa-se ainda que houve a adesão do grupo de protestantes, que além da representatividade de David tinha a relevância de Paixão e contava com o apoio do pastor norte-americano Kolb.

Pela diversidade de sujeitos que compunha a rede que apoiava a República é perceptível que havia uma multiplicidade de interesses em questão. Resta-nos indagar se a participação de Kolb se limitava aos interesses pela defesa da liberdade religiosa, tendo em vista que, diferente do converso David, era um representante das missões protestantes dos Estados Unidos. Não se obteve resposta para esse estranhamento, mas pode-se afirmar que a representatividade de David ainda se fazia presente em 15 de novembro de 1889, quando os sergipanos foram noticiados por telegrama da instauração da República no Brasil. No dia seguinte, Felisbelo Freire, Sílvio Romero e Ivo do Prado, que se encontravam no Rio de Janeiro, noticiaram o fato a David, Vicente e Balthazar também por telegrama.⁷³¹ Vieram as comemorações, as adesões

⁷²⁹ BNRJ – *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, ano II, n. 434, 2 de julho de 1891, p. 2.

⁷³⁰ BNRJ – *O Republicano*, Aracaju, ano III, n. 66, 31 de março de 1891, p. 1.

⁷³¹ GOES, Balthazar, op. cit., 2005, p. 122-123; 271. No dia 17, reunidos os republicanos no hotel Brasil, em Aracaju, proclamaram discursos enaltecendo ao novo regime. O republicano Fausto Cardoso fez elogios ao

dos monarquistas e os conflitos entre os integrantes do partido Republicano.⁷³² Passado o período efêmero das juntas provisórias, Felisbello Freire, retornaria do Rio de Janeiro para assumir o governo que havia sonhado.

Na transição da monarquia/república, a situação do estado de Sergipe não era das melhores: finanças públicas em déficit, precariedade dos serviços públicos e uma sociedade desigual com a riqueza concentrada nas mãos dos donos do açúcar. Algumas medidas foram adotadas pelo idealista republicano Felisbello Freire nos oito meses de sua administração, marcada por problemas climáticos e epidêmicos. Somado a estas questões, a deportação de supostos criminosos em seu governo aumentou a campanha contrária na imprensa. A instabilidade de sua administração aumentou por não ter incluído na chapa para senador o coronel Rosa Júnior, político apadrinhado pelo Presidente Deodoro da Fonseca. O idealista republicano foi demitido.⁷³³

Dantas tem demonstrado que os primeiros tempos do governo republicano foram marcados por instabilidades com vários sujeitos à frente da administração do Estado. Destes, dois eram sacerdotes. Diferente do padre Antônio Leonardo Silveira Dantas que administrou por apenas três meses, entre os dias 27 de julho e 24 de outubro de 1896, o padre Olímpio de Sousa Campos, representante do grupo cabaú, governou Sergipe por três anos (24.10.1899 a 24.10.1902).⁷³⁴ Em plena República quando a Igreja e o Estado estavam separados, Sergipe

coronel Vicente pelos serviços prestados àquela causa em Laranjeiras e pela coragem de romper com as tradições políticas de sua família, que figurou no partido conservador. O alferes Belarmino Augusto de Athayde se encontrava na cena ao lado do coronel e de Cardoso. Naquela manhã David e Vicente tinham comunicado a Balthazar da formação do primeiro triunvirato formado por Siqueira de Menezes, mas que os nomes do coronel Horta e do major Diniz foram sugeridos pelo alferes Athayde. A junta deveria assumir o Governo a uma hora da tarde, daquele dia 17, tendo em vista que Thomaz Cruz ainda estava na Presidência da província. Por motivos desconhecidos, Horta e Diniz recusaram fazer parte da junta. Foram escolhidos os substitutos: o coronel Vicente e o professor Balthazar. Balthazar, David e Vicente receberam telegrama do centro sergipano do Rio com indicação de Felisbello Freire para governador. No dia 18 de novembro desfilava pelas ruas da capital uma “massa de povo” precedida da figura de Belarmino Athayde e Fausto Cardoso que se expressava com veemência em meio à multidão. Na ocasião, o nome de Freire foi aclamado governador e as manifestações de viva a República se deram até mesmo onde não se tinham republicanos. Os desentendimentos do coronel Vicente com Balthazar levaram a saída deles da segunda junta. O governo ficou a cargo de Siqueira de Menezes até 13 de dezembro de 1889. De acordo com as informações do autor consta que o alferes Belarmino Augusto de Athayde exercia o cargo de comandante da Força de Linha do 26º batalhão de infantaria naquele momento de transição.

⁷³² Em 1891, os “adesistas” concorreram a eleição pelos partidos, o Nacional e o Católico, que vieram a se fundir. Enquanto, os republicanos se organizaram através do partido Democrata. Até meados de 1892, o Brasil viveu um período de instabilidade marcado pelas juntas e governos provisórios. Em Sergipe não foi diferente do resto do país. Foram criadas três constituições, sendo que, somente em maio de 1892 se deu a promulgação do terceiro texto, que sofreu emendas. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., p. 25-26.

⁷³³ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., p. 25.

⁷³⁴ As juntas provisórias, Felisbello Freire, Augusto C. Silva, Lourenço F. M. Dantas, Luís M. Morais, Vicente Luís O. Ribeiro, a junta formada por (Leandro Ribeiro S. Maciel, Marcelino José Jorge e Olindo Rodrigues Dantas), José de Calazans, João V. Leite, Manoel Presciliano de O. Valadão, Antônio Leonardo S. Dantas, Martinho Cesar S. Garcez, José Joaquim P. Lobo, Martinho César S. Garcez, Daniel de Campos, Apulcro Motta, Olímpio de Sousa Campos [...]. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., 2004, p. 305.

tinha a frente do seu governo um político, representante da alta hierarquia eclesiástica da Igreja Católica. Fase essa marcada pela tentativa das autoridades eclesiásticas em consolidar a criação da diocese de Aracaju, temática da qual será tratada no próximo capítulo, voltando a falar da presença de Olímpio Campos e dos capuchinhos nesse projeto, justamente na fase em que se percebe a expansão do presbiterianismo para outras localidades do estado de Sergipe.

Durante quase duas décadas os cultos presbiterianos da cidade de Laranjeiras funcionaram na residência da família David que ficou conhecida como o “sobrado dos protestantes”, localizado na rua Comendaroba de número 131. A legislação republicana passou a permitir a construção dos templos para os acatólicos. Nessa fase, os presbiterianos de Laranjeiras passaram angariar recursos para construir seu templo na cidade repleta de templos católicos. Duas mulheres intermediaram a compra do terreno: Maria Rosa da Paixão e Esmeralda Guimarães. Pelo sobrenome Paixão, é provável que Maria Rosa seja da família do fogueteiro considerado um dos responsáveis pela institucionalização da igreja. Entretanto, não se sabe as razões que levaram Esmeralda Guimarães, viúva do Comendador Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães, de família tradicional católica a ajudar na causa dos protestantes. Seu esposo foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, membro da Irmandade do Senhor do Bomfim⁷³⁵ e chegou a receber a comenda da Ordem de Cristo pelos serviços prestados ao catolicismo. O Comendador também foi deputado provincial, era proprietário de terras e tinha comércio⁷³⁶ na cidade de Laranjeiras, contando muitas vezes com a presença dos capuchinhos nas cerimônias religiosas celebradas na capela da família.

Aos quarenta e nove anos, Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães faleceu em Aracaju, em 16 de setembro de 1893. Seu sepultamento se deu na Capela de Sant’ Anninha em Laranjeiras. Esse dado é um indício de que a compra do terreno onde seria construído o templo da igreja presbiteriana tenha se dado a partir da sua morte. É provável que o terreno pertencesse a ele, mas a viúva teria realizado a venda por influência de Maria Rosa da Paixão. A transação comercial pode ter ocorrido no biênio de 1896-97, quando, em maio do primeiro ano, o intendente municipal José Pinheiro de Faro, passou o governo do município ao seu substituto legal Antônio Manoel da Paixão, que era do grupo dos presbiterianos. Nesse aspecto, o vigário de Laranjeiras destacou que “o desânimo não invadiu o acampamento dos inimigos que, com astúcia, calma e até política” compraram por “intermédio” das mulheres citadas um terreno

⁷³⁵ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*, op. cit., p. 156-157.

⁷³⁶ Pelo jornal *O Laranjeirense* das edições 24, 44 e 63 observa-se que o deputado provincial, Antonio Agostinho Ribeiro Guimarães era um negociante de “pólvoras para os SANTOS” e “arame farpado”.

“perto da Matriz” que custou “500\$000”, onde edificaram um templo presbiteriano.⁷³⁷ O “desânimo” referido pode ter relação com a mudança da sede do trabalho presbiteriano para Aracaju quando, em 1899, o missionário Finley passou a residir na capital, Aracaju.⁷³⁸

Vale ressaltar que o templo da igreja presbiteriana de Laranjeiras foi construído a partir do projeto arquitetônico doado pelos irmãos Jannuzzi do Rio de Janeiro. Em 19 de novembro de 1899, se deu a cerimônia de inauguração que contou com a presença de “cerca de 500 pessoas” a ouvir os missionários Kolb, Finley, Bixler, Waddell, Pierce Chamberlain e o reverendo Lino da Costa. Este passou a ser o segundo templo presbiteriano a ser inaugurado no Sergipe, tendo em vista que, desde 1892, funcionava na capela construída no povoado Lavandeira/São Cristóvão, uma congregação desta denominação,⁷³⁹ já mencionada nesse capítulo. Com efeito, os presbiterianos estavam a desfrutar da jurisdição da República fazendo valer o direito de possuir seus templos, o que era inadmissível no regime monárquico.

Figura 5 – Igreja Presbiteriana de Laranjeiras



Fonte: Acervo particular do professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa

⁷³⁷ OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras*, p. 139; 145-146.

⁷³⁸ SOARES, Caleb. *150 anos de paixão missionária: o presbiterianismo no Brasil*. Cultura Cristã, 2010, p. 496.

⁷³⁹ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*, op. cit., p. 124.

A localização do templo dos presbiterianos de Laranjeiras nas proximidades da matriz, símbolo de maior representatividade monumental do catolicismo, demonstra o poder que estes conquistaram no campo religioso daquela cidade, considerada palco das ideias republicanas impulsionadas por Freire e outros, via imprensa, da qual David e outros presbiterianos foram protagonistas. Nas primeiras décadas da República, eles organizaram mais duas igrejas em pontos estratégicos do Estado. Uma na capital (1901), fase da administração política do monsenhor Olímpio Campos, e a outra, em Estância (1905). Vale ressaltar que David já residia com sua família nesta localidade desde 1902. Será preciso retornar a essa questão no quinto capítulo, tendo em vista que, o quarto capítulo investigará o papel desempenhado pelos capuchinhos nas fases de gestação e consolidação da diocese de Aracaju, quando o protestantismo conquistava o campo religioso no Sergipe.

Pode-se adiantar ao leitor que as investidas dos católicos para com os protestantes, e vice-versa, continuaram nas primeiras décadas da República, quando o aparato jurídico permitia a qualquer pessoa a liberdade para expressar a sua fé, inclusive, em seus templos, já que o Estado era laico. Portanto, ainda se percebe, por parte desses grupos o que Crouzet denominou de recusa de alteridades, expressa nos gestos de violência, sinônimo de intolerância. Para este autor, a recusa da alteridade na França quinhentista, compreendida como se num espelho invertido pode ser assim resumida: os calvinistas viam no combate as crenças do outro uma expressão de um gesto de amor, que levaria o outro ao caminho da Verdade, enquanto para os católicos, a exterminação do outro justificava-se pela necessidade de pôr fim a heresia.

Guardadas as especificidades, o caso da França apresentado na perspectiva de Crouzet ajudará a refletir a recusa da alteridade entre católicos e protestantes no Brasil da transição Império para a República, tomando por base os conflitos destes grupos no Sergipe. Posto que, ainda nas primeiras décadas do século XX, estes acreditavam serem portadores de uma única Verdade, (se é que essa recusa de alteridade deixou de existir, e, ou, encontra-se ainda mais visível na atualidade). Assim, seus gestos de violência para com o outro eram (ou ainda são) justificados em nome de seu Deus. Portanto, a recusa da alteridade expressa na crença da Verdade e no combate ao outro, será exposta nos próximos capítulos através da análise da imprensa confessional: *A Cruzada versus O Cristão*. Para tanto, serão investigados como se deu esse combate, quais os sujeitos estavam a frente e, principalmente, como esses grupos se utilizaram do recurso da imprensa, dessa vez, não mais sob a vigência de um regime político que ainda priorizava a oficialidade do catolicismo, mas no Estado laico.

4 OS CAPUCHINHOS E A DIOCESE DE ARACAJU EM TEMPOS DE EXPANSÃO PRESBITERIANA

[...] No século XIX, o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria Lacerda, ao anunciar a convocação do Concílio Vaticano I, afirmou que o mesmo teria início no dia da celebração da Imaculada Conceição, a qual esmagara com seus pés virginais a serpente infernal e recebera de seu Divino Filho força para banir todas as heresias do mundo. A serpente infernal representava efetivamente os chamados erros do mundo moderno que o Vaticano I condenou, a saber: as seitas rivais, principalmente o protestantismo, a liberdade de pensamento, a liberdade de crença e de culto, a liberdade religiosa e de consciência.⁷⁴⁰

4.1 Os Capuchinhos nos tempos da gestação da Diocese de Aracaju

Freguesia Santíssimo Coração de Jesus, 10 de março de 1897. Nas proximidades da matriz, os sacerdotes Eliziario Vieira Muniz Telles, Antonio Leonardo da Silveira Dantas e Jesuíno Telles Nogueira Cravo, acompanhados de “grande número de famílias, escolas, cavalheiros e povo” aguardavam a chegada do arcebispo da Bahia. Em comitiva formada pelos eclesiásticos, Antonio Eliziario Machado, Olympio Campos, João Mattos Freire de Carvalho, Manoel Luiz da Fonseca e Frei Santiago Usuola chegava à Laranjeiras o arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva. Estes seguiram para o pódio armado na frente da matriz, onde o vigário Manoel Luiz da Fonseca proferiu o sermão congratulatório, sucedido pela benção à população proferida pelo arcebispo.⁷⁴¹

Esta cerimônia dava início a visita pastoral que D. Jerônimo Thomé da Silva estava a realizar na freguesia do Santíssimo Coração de Jesus, Laranjeiras, estado de Sergipe. Prática eclesiástica implementada pelos bispos nas dioceses de sua jurisdição, objetivando conhecer o seu rebanho e orientar a conduta dos párocos. Pelo Termo desta visita, o arcebispo permaneceu nesta freguesia do dia 10 a 14 de março, realizando as seguintes tarefas: celebrações diárias com administração do Crisma; pregações com o objetivo de “doutrinar o povo e conduzi-lo pelos caminhos retos”; visitação às capelas, verificação do estado das alfaias, do sagrado Tabernáculo, da pia batismal, do arquivo e outros pertences ao patrimônio dos lugares sagrados.

⁷⁴⁰ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit., p. 238-239.

⁷⁴¹ Termo da Visita Pastoral feita pelo Exmo. Sr. D. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo de S. Salvador da Bahia à cidade de Laranjeiras (1897). In: OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Registro de Fatos históricos de Laranjeiras*, op. cit., p. 147-148.

Todas as capelas, ao encargo das irmandades, estavam “muito bem conservadas”, destacando pelo “asseio”, “zelo” e “esplendor” a capela particular, da família de Antônio Agostinho.⁷⁴²

Na avaliação do arcebispo, apresentada pelo Termo daquela visita, o pároco deveria conceder o prazo de trinta dias para as irmandades realizarem a prestação de contas. D. Jerônimo ressaltou ainda que o patrimônio se apresentava em ordem, por ser Elizário Vieira Muniz Telles, um pároco de zelo. Palavra, geralmente, utilizada pelos bispos para qualificar o bom pároco, ou seja, aquele que atendia às exigências do prelado tanto nos aspectos referentes a conservação do patrimônio quanto na conduta com os fiéis. Neste último, destacou que esperava que o zelo do pároco “se acentuará ainda mais [...], cuidando muito do rebanho que lhe foi confiado para que ovelhas tresmalhadas não hajam de recorrer a redil que não é o seu, e bem ao enves [disso] que aquelas que o são, voltem ao redil de N. S. Jesus Cristo, [...]”⁷⁴³

Por esta fala percebe-se que o arcebispo orientava o pároco de Laranjeiras a empreender o mesmo zelo dedicado ao patrimônio para com os fiéis, evitando a fuga de suas ovelhas para outros rebanhos. Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, Laranjeiras havia sido palco de muitos confrontos e conflitos religiosos antes dessa visita. Portanto, D. Jerônimo estava ciente da presença presbiteriana. Assim, a família de Manuel Antonio dos Santos David e as demais famílias presbiterianas espalhadas por Sergipe estavam a ser representadas pela categoria de ovelha tresmalhada, as quais o pároco tinha a missão de reconduzir ao rebanho católico.

Esta visita pastoral se deu nos tempos da Primeira República quando estava em curso o processo de laicização da sociedade, por meio do qual os padres e frades eram vistos por muitos homens de letras como sinônimos de obscurantismo e atraso. Na contramão deste processo, a Igreja buscava reformar o clero e os fiéis, uniformizando o catolicismo conforme as diretrizes emanadas de Roma. Reforma que passou a ser compreendida por alguns estudiosos como a romanização e por outros como ultramontanismo. Para atender aos anseios desse projeto de reforma iniciado ainda no século XIX, os bispos enfrentavam alguns problemas, a começar pelas dioceses extensas e número reduzido de sacerdotes formados nos moldes romanizadores/ultramontanos.

Devido à grande extensão da diocese da Bahia, que incluía Sergipe até 1910, poucas vezes os bispos se dispuseram a realizar visitas pastorais nesta parte do seu território eclesiástico. Daí a relevância do clero regular na expansão da cristandade. É nesse sentido que este capítulo tem por objetivo compreender o papel desempenhado pelos capuchinhos no

⁷⁴² Ibid.

⁷⁴³ Ibid., p.148.

processo de gestação, e depois, na fase de consolidação da diocese de Aracaju, quando foram protagonistas das visitas pastorais implementadas por D. José Thomaz Gomes da Silva.

Na fase da gestação da diocese de Aracaju estava à frente do estado de Sergipe o arcebispo D. Jerônimo. Um dos poucos que chegou a realizar visita pastoral nessa parte do arcebispado. Sua preocupação com os espaços dos templos, ornamentos, prestação de contas das irmandades e os cuidados com os fiéis demonstravam que suas práticas estavam em consonância com o tipo ideal de bispo ultramontano/romanizador. Nesse sentido, a historiografia (Azzi, Santos, Sousa) tem apontado ser D. Jerônimo Thomé da Silva (1894-1924) como um dos bispos reformadores da Igreja Católica na Primeira República. No caso da Bahia, mesmo que outros prelados tivessem assumido esta função após a morte de D. Romualdo de Seixas (1827-1860), coube a D. Jerônimo concretizar os projetos reformistas de seus antecessores.⁷⁴⁴ Este por ser oriundo de família aristocrática tinha habilidade para se relacionar com as elites tradicionais, mantendo relações com o poder político nacional, como desejava a Santa Sé. Estratégia importante usada pela Igreja na República, que “nunca pretendeu perder sua influência na vida política e na sociedade brasileira”.⁷⁴⁵

Para colocar em prática o projeto reformista, D. Jerônimo acreditava ser necessário fundar novos seminários e, principalmente, criar dioceses; bem como realizar visitas pastorais, objetivando conhecer cada região, a fim de orientar os párocos e justificar a necessidade das divisões eclesiais. Assim, Caetitê, Ilhéus, Barra do Rio Grande e Aracaju foram as dioceses criadas durante o arcebispado de D. Jerônimo.⁷⁴⁶ A historiografia tem demonstrado que o fracionamento das dioceses faz parte das estratégias dos bispos ultramontanos no processo desta reforma.

Entretanto, neste trabalho defende-se que o avanço dos protestantes por diversas partes do Brasil no Segundo Reinado, principalmente, a partir da década de 1860, tenha contribuído

⁷⁴⁴ Mais informações sobre a atuação deste arcebispo na conjuntura da Igreja nas primeiras décadas da República consultar: AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil, volume 4); SANTOS, Israel Silva dos, op. cit. SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit.

⁷⁴⁵ O primeiro arcebispo da Bahia do período republicano, D. Antônio de Macedo Costa, não chegou a assumir, cabendo o posto a D. Jerônimo Thomé da Silva que assumiu três anos após a morte de D. Macedo. D. Jerônimo era natural de Sobral, no Ceará. Nasceu em 12 de junho de 1849. Filho do comendador João Thomé da Silva, coronel da Guarda Nacional, e Maria da Penha e Silva. Era irmão de José Thomé da Silva, funcionário imperial e presidente de várias províncias no decorrer do Segundo Império. Jerônimo chegou a frequentar a Faculdade de Medicina da Bahia, antes de chegar em Roma, onde passou pela Universidade Gregoriana e pelo Colégio Pio Latino Americano. Saiu afinado com as ideias da Santa Sé. Formou-se em Direito Canônico, Filosofia e Teologia. Ordenou-se sacerdote secular, em 21 de dezembro de 1872, na Arquibasílica de São João Latrão, regressando ao Brasil em 1873. Exerceu cargos eclesiais em Fortaleza e Pernambuco, antes de ser nomeado bispo do Pará, em 26 de junho de 1890. O primeiro Primaz no período republicano faleceu em 19 de fevereiro de 1924. Cf. SANTOS, Israel Silva dos, op. cit., p.75-77.

⁷⁴⁶ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 87-88.

para reforçar a implementação dessa medida, já que se fazia necessário arregimentar mais soldados de Cristo no combate aos males do mundo moderno, que estavam a afrontar todas as dioceses, seja na forma das ideias liberais, dos anticlericalistas republicanos, ou ainda, dos protestantes, dos espíritas, dos maçons. Na percepção do clero católico não era apenas a inserção protestante que ameaçava a Igreja Católica no Brasil. Tratava-se de um processo a caminho pela laicização da sociedade e do Estado que havia começado na Europa Moderna. Portanto, era de responsabilidade do bispo manter o seu rebanho a salvo dos males da modernidade, conforme exigia as diretrizes emanadas do chefe supremo da Igreja Católica Romana. Assim, com o fracionamento das dioceses, os bispos teriam mais facilidade para orientar os párocos a cuidar do seu rebanho, que na República, tinha mais liberdade de escolhas, o que levou a criação de mais dioceses.

Como foi demonstrado, mesmo diante das investidas das autoridades civis e eclesiásticas, o presbiterianismo continuava a sua expansão por Sergipe. Os tempos republicanos de certa forma contribuíram ainda mais para o avanço desta denominação. Naquele ano de 1897, os presbiterianos contavam com: uma Igreja institucionalizada desde 1884 e a Escola Americana em Laranjeiras; um cemitério e a uma capela no povoado de Lavadeiras/São Cristóvão; e outras casas de orações funcionando nos lares daquelas famílias constituídas pelos casamentos do rito presbiteriano dos quais tratou-se no capítulo anterior. Portanto, a preocupação daquele arcebispo com as ovelhas tresmalhadas do seu rebanho fazia sentido para esta parte do território de sua jurisdição eclesiástica. Situação que se assemelhava a outras localidades do estado da Bahia conforme se observa nos registros deixados pelos capuchinhos.

Diferente do combate dos capuchinhos, posto em prática nas décadas anteriores, parece que no alvorecer da República, agora com a legislação de um Estado laico, fazia-se necessário que a Igreja mudasse de estratégia não somente para evitar a perda de fiéis para as outras crenças, mas também para manter relações amistosas com o Estado, objetivando continuar a ser a detentora da moral e dos bons costumes na nação que estava em construção. A liberdade religiosa e a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos, defendida pela primeira Constituição da República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, facilitava o aumento de outras crenças, bem como as relações de seus representantes em todas as esferas da sociedade das quais a Igreja Católica deixou juridicamente de ter influência diante do que se convencionou

chamar de processo de laicização da sociedade, que estava em curso em diversos países da Europa conforme defendeu Fernando Catroga, analisando o caso de Portugal.⁷⁴⁷

Desde a década de 1860 que havia no Brasil defensores da laicização da sociedade. Mas, foi a partir da década de 1870 que a questão passou a ser mais explorada por parte dos defensores republicanos, que assim como na Europa apresentavam posturas diversas. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, ainda em dezembro ficou pronto o projeto que tratava da separação da Igreja do Estado. Antes de completar dois meses da mudança do regime, por meio do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, entrava em vigor o projeto defendido por Ruy Barbosa que implantava um modelo de Estado laico, com base no modelo norte-americano, que parecia ser menos prejudicial para a Igreja do que o modelo positivista ou de Estado ateu, proposto por Demétrio Ribeiro, que pregava o banimento da fé e da religião.⁷⁴⁸

Logo nas primeiras décadas da República as cartas pastorais dos bispos brasileiros apontavam a necessidade de intervir nesta sociedade em transformação. Na percepção destes a população estava entregue à decadência moral e religiosa, inclusive parte do clero secular e regular. O fracionamento das dioceses poderia amenizar a incomunicabilidade entre os bispos, o povo e os párocos, resolvendo estes problemas. O objetivo era salvar a humanidade a partir dos desígnios do Redentor. Para tanto, fazia-se necessário elaborar um plano, designando, inclusive, as funções dos agentes executores. O clero seria o legítimo sucessor de Cristo, comprometido com os desígnios de Deus para a humanidade. Em outras palavras, o clero foi representado como os soldados de Cristo a serviço da redenção moral e religiosa. Para colocar em prática o projeto Redentor da humanidade havia a necessidade de aumentar o número de soldados de Cristo.⁷⁴⁹

Esta também era uma questão de interesse da Santa Sé, em Roma. Através dos documentos do vaticano relacionados ao Brasil, em particular os que foram produzidos a partir de 1890, Sousa chegou à conclusão de que havia uma preocupação em padronizar certos comportamentos, percepções e atitudes dos eclesiásticos brasileiros, em especial a partir de Leão XIII. Em 1892, através da *Bula Ad Universas Ecclesias*, Leão XIII criava as dioceses do Amazonas, da Paraíba, de Niterói e de Curitiba. Por meio deste documento ordenava aos bispos a criação de novas dioceses, em especial nas capitais. Por esta mesma bula estabelecia a divisão do território brasileiro em duas províncias: a Eclesiástica do Norte (Província Setentrional),

⁷⁴⁷ CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade*, op. cit., 2004.

⁷⁴⁸ SANTOS, Israel dos, op. cit., p. 36-42.

⁷⁴⁹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p.126-130.

sediada na Bahia, e a do Sul (Província Meridional), com sede no Rio de Janeiro. No mesmo sentido, o Papa apontava a necessidade dos bispos, após as visitas pastorais, de desmembrar as extensas paróquias, fundando novas igrejas e promovendo a qualificação dos padres para o exercício de suas funções em cada paróquia.⁷⁵⁰

Ainda em 1892, mais especificamente no dia 16 de julho, o papa Leão XIII, mediante as comemorações do descobrimento das Américas, escreveu *Litteras a nobis*, carta destinada aos arcebispos e bispos da América, da Espanha e da Itália. Tinha por objetivo apontar novas diretrizes sobre assuntos religiosos referentes à formação do clero, à fundação de seminários, à reanimação das ordens religiosas e ao ensinamento de doutrinas ao povo. Com estas medidas pretendia uniformizar o catolicismo em toda a América Latina, conforme o modelo praticado na Itália, particularmente em Roma. Assim o papa, representante de Cristo na terra, estenderia esse poder ao internúncio, representante do papa no país, que estaria representado pelos arcebispos e bispos em suas dioceses, os quais estenderiam essa prerrogativa aos párocos em suas freguesias.⁷⁵¹

Seis anos depois, em 25 de dezembro de 1898, Leão XIII convocava os arcebispos e bispos da América Latina para tratar da unificação do catolicismo em toda a região através de uma assembleia episcopal. No ano seguinte, O Concílio Plenário Latino-Americano teve início em 28 de maio de 1899. Contou com a presença de treze arcebispos e quarenta bispos, dentre os quais onze eram do Brasil (dois arcebispos e nove bispos). Durante os debates discutia-se a necessidade de alinhar a Igreja da América Latina às diretrizes romanas. Reforçava-se a romanização que estava em curso no Brasil, “expressando-se em uma crescente europeização da Igreja, com a afluência de numerosas Congregações Religiosas do Velho Mundo.”⁷⁵²

Para Euclides Marchi, este Concílio foi de extrema importância para a romanização da Igreja Católica latino-americana. Por meio deste, o Vaticano garantiu a centralização, aumentando o poder da Cúria romana e a exaltação da figura do papa. Desse modo, o pontífice garantia uma orientação uniforme que compreendia desde a formação do clero até as mais simples práticas litúrgicas, conforme a tradição tridentina e ultramontana. Assim, as orientações do Concílio Plenário e as intervenções do papa contribuíram para a consolidação da reforma institucional, para a harmonização dos interesses da Igreja com as novas orientações do governo, e para as normas litúrgico-pastorais que orientariam as práticas dos católicos no

⁷⁵⁰ Ibid., p.131-133.

⁷⁵¹ Ibid., p.134-135.

⁷⁵² MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 31-32. (Tomo 3 – Período Republicano e Atualidade).

Brasil.⁷⁵³ Passado uma década da mudança de regime político no Brasil, Leão XIII, por ocasião do Concílio Plenário, manifestou uma posição favorável ao entendimento da Igreja Católica com o governo republicano, conforme pode ser observada pela anotação de Dom Silvério Gomes Pimenta, bispo de Mariana, citada por Riolando Azzi:

[...] disse que o povo tinha abraçado livremente a forma republicana (o que o bispo do Amazonas contestou e outros também), que os bispos se deviam colocar acima das questões políticas, e manter relações amistosas com o Presidente e com os governadores dos Estados. Que tinha muita esperança no Senhor Campos Sales [...].⁷⁵⁴

Dois anos depois, em 1901, D. Jerônimo Thomé da Silva, participava da primeira Assembleia dos Bispos da Província Setentrional. Um dos objetivos era divulgar as determinações do Concílio Plenário Latino-Americano. Na carta da Pastoral Coletiva elaborada nessa reunião defendia que os sete sacramentos – batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio – deveriam ser administrados conforme ordenava o catolicismo romanizador defendido por Leão XIII. Para os bispos, os sacerdotes foram negligentes em sua tarefa de administrar os sacramentos que lhes competiam, levando a rejeição por parte da população. Por esta razão, na percepção de Sousa, os bispos deram mais atenção ao sacramento da Ordem, já que era competência dos padres ordenados a tarefa de executar a missão romanizadora de melhorar a vida religiosa nas paróquias. Entre as atribuições dadas aos sacerdotes estavam as aulas de catecismo.⁷⁵⁵

Todas essas medidas caminhavam no sentido de proporcionar maior aproximação dos sacerdotes com os fiéis, trazendo de volta ao redil as ovelhas desgarradas. Assim a divisão das dioceses, o desmembramento de novas paróquias, a atuação do pároco e do clero regular foram estratégias usadas pela Igreja Católica para impedir a expansão das outras crenças, que contavam com o apoio das políticas republicanas de um Estado laico.

Ainda na década de 1890, os presbiterianos do estado de Sergipe puderam fazer valer a Lei instituída com a República ao construírem a capela de Lavandeiras, inaugurada em 1892, e o templo que passou a sediar a primeira igreja evangélica inaugurada em 1898 na cidade de Laranjeiras. Nesse momento, o ministro estrangeiro responsável pelo campo religioso de Sergipe passou a residir em Aracaju, quando boa parte dos presbiterianos de Laranjeiras

⁷⁵³ MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: O Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1989, p.123-124.

⁷⁵⁴ AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes. A imigração italiana e os primórdios da obra escalabriana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 272. (volume 1).

⁷⁵⁵ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 136-140.

migraram para a capital que se transformava em polo de atração de pessoas tanto do interior do Estado, como de outras regiões do Brasil. Estas famílias presbiterianas formaram a segunda igreja nas proximidades da matriz, institucionalizada em 1901. Enquanto isso, a família de David passou a residir na cidade de Estância, no Sul do estado. A expansão presbiteriana foi mais um motivo para a criação da diocese. Um bispo mais próximo do rebanho teria melhores condições de cuidá-lo espiritualmente, e, conseqüentemente, impedir que missionários norte-americanos arregentassem para a sua crença mais ovelhas do rebanho católico.

Entretanto, a questão era mais complexa. A aparente perda de hegemonia da Igreja Católica se dava em razão da construção de um modelo de Estado laico, portanto, defensor da dessacralização, conforme defendeu Catroga quando se referia ao caso de Portugal. Assim,

o projeto laicista propôs-se, de um modo organizado, transformar não só as instituições culturais, mas também a consciência coletiva, o que passava pela descristianização das ideias e dos comportamentos e pela socialização de uma nova moral e de uma nova simbólica político-social. Cumprir esse projeto seria obra da propaganda e, sobretudo, da escola. Mas o sucesso da sua radicação passava igualmente pelo maior ou menor ajustamento das esperanças e valores inferidos de uma mundividência dessacralizada a um fundo cultural de raiz popular, em que a influência centenária do catolicismo surgia, em muitos atos, ainda miscigenada com resquícios de tradições arcaicas. E o laicismo, apesar da crescente irradiação do seu militantismo, constituía uma opção de uma minoria que atuava como uma verdadeira vanguarda iluminista e cujo raio de ação atingia, quase exclusivamente, as grandes cidades e os estratos populares mais alfabetizados.⁷⁵⁶

Em meio a adaptação às práticas advindas pela laicização da sociedade e do Estado, Sergipe, e tantas outras localidades do Brasil, vivenciavam as mudanças provenientes da expansão de denominações protestantes, que arrebanhavam as ovelhas católicas, contribuindo para as mudanças de comportamentos, algumas delas similares às propostas pelos defensores da sociedade laicizada. Fase que alguns estudiosos denominaram se tratar de um “catolicismo na defensiva”, especialmente, até os anos 1920, quando a Igreja Católica se reaproximaria ainda mais do Estado.

Foi nessa conjuntura de expansão presbiteriana e de laicização da sociedade, que se deu a organização do projeto que culminou na diocese de Aracaju. Projeto que estava imerso na reestruturação da Igreja Católica nos primórdios da República quando houve o aumento considerável da criação das dioceses, ou, a estadualização eclesiástica na percepção de Sergio Miceli. Esse modelo de organização eclesiástica revelou quase sempre uma parcela de cálculo político no processo decisório relativo à ocupação territorial, respeitando as fronteiras

⁷⁵⁶ CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade*, op. cit.

territoriais dos estados. Para tanto, contava com sujeitos envolvidos de alguma forma na esfera política oligárquica.⁷⁵⁷

Para Miceli a estadualização eclesiástica contou com a participação de inúmeras lideranças políticas saídas do clero, algumas delas exercendo considerável influência em nível estadual, como no caso dos irmãos Campos de Sergipe. Assim, a distinção da atuação de Olímpio Campos e do bispo da Paraíba D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques não estava no poder político que cada um dispunha em seus respectivos estados, mas na forma de fazer uso do aparato da política. D. Adauto se valeu das relações de amizade com as oligarquias do estado para adquirir recursos, subsídios e favores em prol da organização eclesiástica. Já Olímpio Campos e outros líderes clericais usaram da autoridade eclesiástica a serviço de suas pretensões de mando na esfera leiga e temporal. São duas modalidades de estadualização diferentes. Havia ainda outra modalidade de estadualização do poder eclesiástico pautado na política de recatolicizar o estado, protestando contra as medidas de secularização da sociedade.⁷⁵⁸

Nessa conjuntura o projeto da diocese de Aracaju foi consolidado pela bula *Divina Disponente Clementia*, do Papa Pio X, datada de 3 de janeiro de 1910. Entretanto, a defesa pelo fracionamento eclesiástico é bem anterior. Pode inclusive ter sido gestada, ainda naquela visita de 1897, quando estava presente o sacerdote Olímpio Campos. É provável ter sido ele um dos sergipanos defensores do projeto, inclusive, com uma certa pretensão a cargos eclesiásticos, a bispo da nova diocese, quem sabe.

Como foi demonstrado no capítulo anterior, o monsenhor Olímpio Campos atuou na política na fase de gestação do projeto da diocese de Aracaju. Dois anos depois da visita pastoral citada, Olímpio Campos, outrora do partido conservador, despontava no cenário político republicano, chegando a assumir a presidência do estado (1899-1902). Para Dantas a adesão à República pelo político católico/conservador poderia ser vista como “senso de oportunidade e/ou sem muito apego à Monarquia, que havia prendido dois bispos e manietava a Igreja,

⁷⁵⁷ MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 59-79. No intervalo de 1890 a 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas. Para assumir função nessas novas jurisdições eclesiásticas foram enviados no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados. Na percepção de Miceli a organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada, revelando quase sempre uma parcela de cálculo político no processo decisório relativo à ocupação territorial. Muitas das dioceses foram criadas para combater as heresias, a exemplo dos movimentos de Canudos e Juazeiro. Oito delas foram criadas na área atualmente designada por Nordeste para formar uma espécie de cinturão de segurança em torno de Juazeiro. Devido a liderança político-religiosa do padre Cícero. As doze dioceses existentes até 1890 estavam situadas em dez províncias e nove capitais, afora aquela sediada na corte. Assim, até 1930, as outras onze capitais foram convertidas em sedes diocesanas. Das quais estava inclusa a Diocese de Aracaju.

⁷⁵⁸ *Ibid.*, p. 71-76.

dificultando as ordens religiosas.”⁷⁵⁹ Assim, nos primeiros tempos da República, quando ainda estava a se ajustar os primeiros nomes para administrar Sergipe, Olímpio Campos foi convidado a participar do conselho governativo da intendência da capital, ainda no governo de Felisbello Freire. A tentativa de ganhar espaço na República levaram os católicos pela segunda vez a defender a criação do Partido Católico que tinha por lema: Deus, Pátria e Liberdade. Nesse momento o fracasso esteve ligado a posição do Estado, que desejava afastar o clero da vida pública; e da própria Igreja de Roma, que era contrária a criação do partido, pois desejava lutar em outras esferas que não a partidária, que contrariava a ideia da missão divina da Igreja. A proposta da Igreja era trabalhar as consciências dos católicos para votar em homens compromissados com a causa católica.⁷⁶⁰ Portanto, a trajetória de Olímpio Campos é de certa maneira contraditória a esta posição de Roma. Assim como a de muitos padres que tiveram protagonismo político ainda na Primeira República, o mais famoso foi Padre Cícero.

Da instauração do regime republicano a meados de 1892, o Brasil viveu um período de instabilidade política. Em Sergipe não foi diferente do resto do país. Neste intervalo de aproximados três anos, o estado contou com administração das juntas provisórias no primeiro

⁷⁵⁹ Olympio de Souza Campos nasceu em 26 de julho de 1853 no engenho Periquito (Itabaianinha). Filho do casal José Vicente de Souza e Porfíria de Campos. Realizou os estudos básicos na sua vila, em Estância e Lagarto. Seguiu ainda jovem para Recife, onde realizou os preparatórios. Desenvolveu seus estudos eclesiásticos na Bahia (1869-73). Destacou Dantas que ainda jovem quando fazia os cursos preparatórios no Recife, Olympio Campos “repeliu as tendências agnósticas dos livres pensadores ao decidir a carreira eclesiástica num momento em que a Igreja Católica estava politicamente desgastada pelo regalismo, pelo desprestígio do clero e pelo enfraquecimento das ordens religiosas.” Realizou seus estudos sacerdotais na Bahia, recebendo as ordens menores no ano de 1877. Foi nomeado coadjutor do vigário de Itabaianinha (1877-78), promovido depois a vigário titular da vila Cristina, atual Cristinápolis, onde permaneceu de 1878 a 1880. Desta vila foi transferido para a capital, desenvolvendo suas atividades religiosas até 1900. Depois, passou a atuar formalmente na política partidária, exercendo dois mandatos de deputado provincial (1882/85). Do reduto político da região Sul do estado, especialmente, Itabaianinha, por conta do prestígio do pai, o jovem foi conquistando adeptos em Aracaju, onde apoiava Pelino Nobre, pai de Manoel Nobre e do juiz Nobre de Lacerda. Nos primeiros anos de sua atuação na capital, se envolveu numa polêmica com o presidente da província de Sergipe, Herculano Marques Inglês de Souza, por este ter suprimido as aulas de religião da Escola Normal. O apoio de juristas importantes o levou a Câmara dos Deputados nos últimos anos da Monarquia (1885/1889). Defendeu os projetos da Igreja Católica a ponto de em 1887 ter assumido uma “posição firme, opondo-se às manifestações do senador por Santa Catarina, Escragnolle Taunay, que qualificou alguns padres italianos de criminosos”. Depois do segundo mandato regressou a Aracaju, reassumindo suas funções eclesiásticas e a direção da *Gazeta de Aracaju*, órgão da imprensa defensora do partido conservador numa fase dominada pelos liberais. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. *A trajetória política de Olímpio de Souza Campos 1853/1906*, op. cit., p. 225-227.

⁷⁶⁰ *Ibid.*, p. 228-229. De acordo com Israel Santos os temores da Igreja diante da onda liberal que tomava o país e o mundo nos anos de 1870 levaram a primeira tentativa de criação do Partido Católico, quando associações católicas se mobilizavam contra o processo de secularização em vigor. Nesse período a Bahia contou com o padre Romualdo Maria de Seixas Barros, sobrinho de D. Romualdo A. de Seixas como incentivador do partido católico defendido pelos ultramontanos. Mas a ideia primeira não vingou. Foi o temor de perder privilégios que deu origem a segunda tentativa na década de 1890, quando a Igreja Católica “alijada dos processos políticos, procurou agir pelos caminhos da legalidade. A fundação se deu em 28 de maio de 1890, mas ainda neste ano o Partido Católico na Bahia, acabou sendo dissolvido e seus representantes foram incorporados ao Partido Nacional. Cf. SANTOS, Israel dos, op. cit., p. 48-49.

mês, passando por uma sequência de administrações instáveis,⁷⁶¹ a situação só começou a normalizar-se no governo de José Calazans.⁷⁶² Foge dos objetivos deste trabalho uma análise desta administração, mas um episódio ocorrido sob a sua anuência chama atenção para a imbricação político-religiosa, mesmo no Estado laico. José Calazans teria atendido uma solicitação de Kolb, pastor presbiteriano, ao ceder um espaço público para sediar uma

⁷⁶¹ Segue a sequência de governos marcados por instabilidades: Felisbello Freire, Augusto Cesar da Silva, Lourenço Freire de Mesquita Dantas, Luís Mendes de Moraes, Vicente Luís de Oliveira Ribeiro e a junta formada por Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Marcelino José Jorge e Olindo Rodrigues Dantas. A normalidade começou no governo do republicano José Calazans que conseguiu administrar o Estado de 1892 a 1894 com uma visão voltada para moralização dos costumes. Nesse período, foram criadas três constituições, sendo que, somente em maio de 1892 se deu a promulgação do terceiro texto, passando por diversas emendas. Olímpio Campos participou da construção do texto. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., p. 24-27.

⁷⁶² Ainda no governo de José Calazans, quando a estabilidade administrativa parecia ganhar forma, este foi deposto. Um dos motivos foi não ter atendido às pressões do Presidente da República, Floriano Peixoto, para eleger senador o coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, que teve o apoio de Sylvio Romero. Por conta da candidatura de Valadão se deram os conflitos locais que resultaram na transferência da sede administrativa para o município de Rosário do Catete, gerando uma dualidade de poderes no estado. Episódio que dividiu as lideranças políticas em dois grupos: os pebas (que ficaram nas áreas de Aracaju) e os cabaús (que se reuniram nas zonas dos engenhos da qual Rosário do Catete é representativa). Enquanto o grupo de Calazans administrava o estado da sede instalada em Rosário, assumia o poder em Aracaju, o médico João Vieira Leite (11.09 a 24.10.1894), preparando o terreno para seu sucessor, Oliveira Valadão (1894/1896). Sua administração foi marcada por arbitrariedades, perseguições políticas, afastamento de magistrados e brigas com o poder judiciário. Somado a estas questões, a população veio a sofrer com os surtos de varíola nos anos de 1895/96. Valadão foi substituído pelo padre Antônio Leonardo Silveira Dantas, alegando problemas de saúde. Este veio a ser deposto por conta de uma revolta, mas voltou a administração por ordem do Presidente. Ainda em 1896 foi eleito Martinho Garcez que sofreu críticas por extinguir a Escola Normal. A sucessão de crises com seus substitutos levou o próprio Garcez, representante do grupo dos pebas, a firmar acordos com vice que era o monsenhor Olympio Campos, integrante do grupo dos cabaús. Garcez retornou ao Rio de Janeiro após passar o cargo ao vice-presidente, em 1899. O monsenhor Olímpio de Sousa Campos, representante do grupo cabaú, governou Sergipe por três anos (24 de outubro de 1899 a 24 de outubro de 1902). Em plena República quando, ao menos em termos jurídicos, a Igreja e o Estado estavam separados, Sergipe tinha a frente do seu governo um político, representante da alta hierarquia eclesiástica da Igreja Católica. Durante a sua administração empenhou-se para melhorar as condições de vida da população da capital e do interior: preocupou-se com a questão da água, do saneamento, realizou aterros em praças, calçamentos de ruas de Aracaju, restaurou prédios públicos, reformou o ensino, instituiu a vacinação nas escolas, reforçou o montepio dos funcionários, organizou a administração dos hospitais de caridade, realizou aberturas de canais no rio Japarutuba e investiu nos açudes em Aquidabã e Itabaiana. Ainda reformou a constituição, melhorando a organização judiciária. A relativa paz na administração de Olímpio Campos foi rompida em abril de 1902, quando por uma questão do governo, três cunhados do jurista Gumercindo Bessa foram presos. Bessa passou telegramas para Sílvio Romero e Fausto Cardoso na Câmara dos Deputados e Martinho Garcez no Senado, dizendo estar ameaçado de morte pelo governo. Estes puseram fim ao acordo de 1898, e passaram a difamar Olímpio Campos. Seu indicado político, o republicano histórico, Josino Menezes não foi aceito por estes, por considerar que seria a continuidade do governo olimpista. Se deu a dissidência do grupo dos cabaús, que, reunindo todos os inimigos do monsenhor da época do império, passaram a apoiar o vice-presidente Apulchro Mota. Apesar de Josino Menezes tomar posse, os conflitos em torno do sacerdote continuaram no decorrer do mandato de Menezes. Este foi sucedido pelo desembargador Guilherme de Souza e Campos, irmão do monsenhor. Em 1906, o senador Fausto Cardoso decidiu vir a Sergipe para pôr fim ao domínio olimpista. Enquanto organizava o partido progressista, seus seguidores depuseram o presidente Guilherme de Campos, que junto com o irmão Olímpio Campos pediu intervenção federal. O Presidente Rodrigues Alves autorizou a restituição do mandato, enviando tropas federais a Aracaju. Fausto Cardoso resolveu enfrentá-las e foi alvejado na frente do Palácio. Sua morte provocou a ira de seus filhos contra o monsenhor, que exercia o mandato de senador por Sergipe desde 1903. Na tarde de 9 de novembro de 1906, Olímpio Campos caminhava na Praça XV, da capital da República, quando foi assassinado, em decorrência da morte de Fausto Cardoso. Para Dantas, Olímpio Campos foi vítima da política dos governadores que dificultava a alternância de poder, gerando conflitos. Cf. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., 27-34.

conferência de cunho religioso na capital. Fato que custou o cargo de um eclesiástico católico. Sobre este episódio Matos destacou que Kolb,

Apelou ao espírito liberal do presidente e saiu do salão de audiências com a promessa de atendimento do seu pedido. O capitão Calazans convocou o diretor da Instrução Pública, um ilustre sacerdote católico, e mostrou o desejo de atender à solicitação do pastor protestante, observando que esse gesto, além de ser uma demonstração de nobreza para com um ilustre representante da grande nação americana, não feria o texto da Constituição quanto à liberdade religiosa. O padre inicialmente concordou, sendo escolhido um dos salões do Ateneu Sergipense, e a decisão foi comunicada ao missionário. Antes de anoitecer, o padre compareceu ao palácio para dizer ao presidente que se arrependera, que o empréstimo do salão seria uma atitude incoerente da sua parte. Calazans argumentou que a sua palavra já fora empenhada e não era possível retroceder. Diante da posição irredutível do sacerdote, o presidente o demitiu e mandou abrir o salão para a pregação do evangelho.⁷⁶³

José Calazans estava ciente do apoio de Kolb e do grupo dos protestantes à causa da República. Possivelmente, esta relação teria motivado o sacerdote presbiteriano a fazer aquele pedido ao chefe do executivo, pessoalmente, na sala da Presidência. A demissão do eclesiástico católico, justamente a cargo da instrução pública, parece ter alguma ligação com a oposição da maioria deles aos ideais republicanos. Esse ideal político sempre esteve imbricado com um projeto maior pela laicização da sociedade nos moldes dos iluministas, que estava em vigor na Europa, conforme defendeu Catroga. Para o laicismo de Portugal, o Jesuíta, o frade e o padre eram considerados como propagadores de uma visão do mundo e de uma moral anacrônica, portanto deveriam ser combatidos. A campanha laica em Portugal denunciava os malefícios civilizacionais que o clero, sobretudo o regular, estaria a provocar enquanto agente educativo, assistencial ou religioso.⁷⁶⁴ No Brasil ao menos, conforme se observa nos jornais de viés político republicano que Freire estava à frente na província de Sergipe, esta postura anticlericalista não foi diferente.

Nessa conjuntura, a atuação de Olímpio Campos na política republicana despertou tensões que culminaram na morte trágica de um dos seus opositores, o senador Fausto Cardoso, desencadeando no assassinato de Olímpio Campos no Rio de Janeiro. É possível que essa tenha sido uma das razões para que seu nome não fosse rememorado como agente defensor da criação da diocese de Aracaju, apesar de ele ter sido um defensor da Igreja no decorrer do conflituoso processo pela laicização da sociedade e do Estado, quando a Igreja sofria severas críticas dos homens de letras, inclusive por meio da imprensa. Defesa perceptível desde ainda na juventude

⁷⁶³ MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*, op. cit., p. 106-107.

⁷⁶⁴ CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, v. XXIV, n. 100, 1988, p. 211-273.

quando preferiu o seminário ao curso de direito ou medicina em voga. Nesse sentido, a repercussão negativa da sua imagem, construída por seus adversários durante a sua vida, e, principalmente, após a morte de Fausto Cardoso, pode ter contribuído para apagar a sua participação no projeto que deu vida a diocese de Aracaju.

Silêncio que permaneceu nas páginas do jornal *A Cruzada* (1918-1926), já que o periódico da diocese costumava publicar lembranças a pessoas falecidas, mas o nome de Olímpio Campos somente apareceu numa matéria sobre a organização de uma quermesse na capital que se daria no Jardim Olímpio Campos, localizado na catedral. Esse silêncio pode ser compreendido como reflexo da construção de uma história política que transformou Olímpio Campos no vilão, conforme defendeu Dantas.⁷⁶⁵ Por consequência, Fausto Cardoso passou a representar o progresso, sendo o herói para seu grupo político por décadas.⁷⁶⁶ Assim, não seria interessante para as autoridades eclesiásticas sergipanas lembrar Olímpio Campos quando se pretendia se aproximar das autoridades civis republicanas que se utilizavam da representação imagética de Fausto Cardoso.

Na República, em meio aos conflitos de cunho político partidário que chegaram a dividir a população em grupos de codinomes pebas e cabaús continuavam os conflitos dos católicos com os presbiterianos. Pautados na legislação, os presbiterianos inauguraram templos e organizaram a segunda igreja desta denominação, justamente na capital, Aracaju, em 1901. A proximidade do templo presbiteriano com a catedral e o palácio do Governo, desafiava duplamente o poder de Olímpio Campos, que nessa data exercia o mandato de presidente do Estado.

Vale ressaltar que antes mesmo de D. Jerônimo assumir o arcebispado da Bahia, já havia a manifestação favorável para a criação de uma diocese, que abrangeria os estados de Sergipe e de Alagoas. Este interesse pode ser percebido na matéria intitulada Bispo de Penedo, que foi publicada na edição de 7 de março de 1891, do *Jornal de Penedo*, em Alagoas. Quase dois meses depois, esta matéria foi publicada na íntegra pela folha diária, *Gazeta de Sergipe*, edição de 3 de maio de 1891. Por meio desta, o bispo declarou estar habilitado a esclarecer aos habitantes dos dois estados, que a aspiração de ser criada uma diocese não poderia ser realizada em razão da falta de um patrimônio pecuniário e de imóveis, que garantissem a cômputo devida

⁷⁶⁵ DANTAS, José Ibarê Costa. *A trajetória política de Olímpio de Souza Campos (1853-1906)*, op. cit., p. 225-226.

⁷⁶⁶ Cf. SOUZA, Teresinha Oliva de. *Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; PRADO, Giliard da Silva. *Batalhas da memória política em Sergipe: comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906-2006)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ao respectivo Bispo e a sustentação do indispensável seminário. Ressaltava-se ser essa uma das exigências para a criação de uma diocese, já que na República o Estado não mais subvencionava as despesas do prelado. Portanto, diante das novas circunstâncias caberia a população destes estados o dever de formar um patrimônio pecuniário, nunca inferior a 100:000\$. Este deveria ser proveniente de donativos angariados dos mais afortunados, além de receber ofertas de terrenos e prédios, de modo a constituírem fundos para a produção de rendas correspondentes às despesas anuais do futuro bispado.⁷⁶⁷ O projeto posterior organizado por D. Jerônimo fazia referência somente ao estado de Sergipe, não mais mencionava Alagoas.

Para colocar em prática o projeto da diocese de Aracaju, que parece ser um desejo anterior a D. Jerônimo, muitos sujeitos tiveram que entrar em ação para criar um patrimônio que permitisse a autorização papal. O processo de gestação é de mais de uma década, podendo ser considerada uma diocese tardia, se comparada a outras regiões desmembradas ainda no século XIX. Aspectos importantes sobre os sujeitos envolvidos nesse processo e as razões para a sua demora foram revelados por Sousa a partir de uma documentação inédita do Arquivo do Vaticano. Sobre a criação da diocese de Aracaju, D. Jerônimo escreveu ao monsenhor Alessandro Bavona, núncio apostólico do Brasil, esclarecendo que:

já de há muito tempo, quando estive em Sergipe fazendo ali a visita pastoral, levantei a ideia de se constituir um Bispado naquele Estado, que abrange trinta e três paróquias numa área de trinta e nove mil e noventa quilômetros quadrados, cuja população é de quinhentos e quarenta mil almas.⁷⁶⁸

Nesta missiva, datada de 4 de novembro de 1907, D. Jerônimo defendeu que a ideia da criação da diocese de Aracaju teria partido dele “há muito tempo”. Provavelmente, fazia referência a visita pastoral de 1897. Se a ideia foi dada pelo arcebispo, como ele fez questão de informar as autoridades superiores, possivelmente, contou com a defesa de Olímpio Campos nessa empreitada. Mas, se a ideia partiu do próprio Olímpio Campos, a repercussão negativa de seu nome alinhavada por seus adversários políticos pode ter contribuído para o arcebispo silenciá-lo na carta escrita um ano depois da sua morte. Mesmo porque para angariar apoio para dar continuidade ao projeto da diocese era necessário contar com o apoio de toda a população daquele estado, e o nome de Olímpio, certamente, implicaria em oposição por uma parte dos políticos que continuava a endeusar a figura de Fausto Cardoso em detrimento do vilão sacerdote. Portanto, os conflitos políticos podem estar entre as razões que retardaram a consolidação do projeto.

⁷⁶⁷ BNRJ – *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, ano II, n. 392, Aracaju, 3 de maio de 1891, p. 2.

⁷⁶⁸ SILVA, Jerônimo Thomé da. Correspondência ao núncio apostólico do Brasil em 4 de novembro de 1907 (ANAB, ASV. Fasc. 611) apud SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 91.

Ainda nesta carta de 1907, o arcebispo destacou a participação do vigário forâneo de Sergipe, o monsenhor Manuel Raimundo de Melo, coordenador dos trabalhos a favor daquele novo bispado. Sousa identificou, ainda, que outros sujeitos estavam envolvidos nesse processo, bem como na escolha do primeiro bispo, a exemplo do primeiro cardeal da América Latina, Joaquim Arcoverde e do núncio apostólico do Brasil, monsenhor Alessandro Bavona. Durante o processo de gestação, o monsenhor Raimundo e o arcebispo D. Jerônimo apresentavam a situação da freguesia de Sergipe, buscando apoio para concretizar o projeto da diocese: problemas nos espaços físicos das matrizes e capelas; comportamento desregrado de parte do clero, muitos deles vivendo amasiados e com uma prole numerosa; péssimas condições financeiras, que piorava em tempos de secas, impedindo a arrecadação de recursos para construção da sede do paço episcopal e do seminário, uma das exigências na fundação de uma diocese.⁷⁶⁹ Estes problemas tinham raízes remotas conforme foi apresentado no primeiro capítulo, apesar das práticas dos capuchinhos terem sanado alguns deles. Vale salientar que a seca de 1908 foi apontada por Frei Caetano de San Leo como impedimento das missões naquele ano tanto na Bahia quanto em Sergipe.

Para sanar estes problemas, Manuel Raimundo de Melo trabalhou por mais de uma década. Uma das suas ações era incentivar o clero a organizar festividades. Tinha por meta atrair a população, tanto com o interesse de arrecadar recursos em prol da diocese quanto para eliminar satanás, responsável pelos males desta região, na percepção deste vigário. Este acreditava ser necessário exorcizar o mal do território sergipano através da confissão dos pecados e da penitência. Assim, os párocos por meio das atividades religiosas criariam um véu de proteção, adquirindo a benção de Deus sobre esse povo sofrido. Para Sousa esse imaginário da necessidade de eliminar satanás, alimentado por monsenhor Raimundo, condizia com os discursos das pastorais de D. Jerônimo, que era seu maior influenciador. O monsenhor Manoel Raimundo, em circular dirigida ao clero sergipano, destacou serem os capuchinhos os missionários que poderiam melhor auxiliá-los nesta empreitada. Por este documento defendeu Sousa.

A ideia de remir os pecados em nome de Deus mediante ação dos ‘soldados de cristo’ logrou espetacular êxito com a realização das Santas Missões coordenadas pelos frades capuchinhos e incentivadas por D. Jerônimo e mons. Raimundo. As Santas Missões destes frades faziam parte de um conjunto de

⁷⁶⁹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 91. O monsenhor Raimundo foi nomeado pároco de Aracaju e vigário forâneo de Sergipe em 28 de março de 1901. Este sergipano da cidade de Capela estudou no seminário de Santa Tereza, da arquidiocese da Bahia, onde ordenou-se em primeiro de novembro de 1894, nove meses depois da posse de D. Jerônimo. Sendo que, em 28 de março de 1901, havia sido nomeado pároco de Aracaju e vigário forâneo de Sergipe

estratégias a ser usadas para que ‘o povo expiasse os seus pecados e abrisse o coração para receber as mensagens divinas’. **O missionário capuchinho – segundo mons. Raimundo – ‘ensinaria o povo a reconhecer as graças que a criação de uma diocese traria para todos’.**⁷⁷⁰ [grifo nosso].

Nesse sentido, percebe-se que tanto o arcebispo D. Jerônimo quanto Monsenhor Raimundo identificavam nas práticas dos capuchinhos uma saída para exorcizar o mal, abrindo os corações das pessoas a reconhecerem a criação da diocese como um ato de graça. Estas autoridades se utilizaram mais uma vez do poder de persuasão dos capuchinhos para arregimentar um número maior de pessoas, capazes de fazer doações necessárias para sanar os problemas que impediam a criação da diocese.

Nos tempos republicanos a própria Igreja, auxiliada pelos párocos e capuchinhos, deveria arcar com as despesas necessárias a manutenção de seus templos. Diante das dificuldades financeiras do Estado, os capuchinhos que atuaram na República continuaram a contribuir também com obras que eram de responsabilidade do poder civil. Nesse aspecto, o padre Vicente Francisco de Jesus, ordenado no seminário de Santa Tereza, que sofreu influências de D. Jerônimo foi um dos sacerdotes romanizadores a contar com os capuchinhos, quando estava à frente tanto da paróquia de Lagarto quanto de Itabaiana. No primeiro caso, era 5 de outubro de 1910, quando Vicente e o capuchinho frei Caetano de S. Leo participaram da solenidade de inauguração de um tanque que fora cavado pela população em missão no “Campo da Vila”. Para Sousa essa prática realizada em um ano de seca era bastante significativa.

A construção, inauguração e a benção do tanque faziam parte da programação da missão desse missionário nos primeiros anos da administração de Vicente como pároco de Lagarto. Para redimir os pecados do povo de Lagarto, os fieis deveriam, penitentemente, cavar o chão, carregar pedras e confessar com os capuchinhos. O pároco Vicente e frei Caetano, como administradores da ‘edificação’ de um tanque em Lagarto, parecem contribuir, portanto, para a criação de um considerado ‘véu de proteção na freguesia em favor do triunfo do bem contra o mal’, conforme referiu mons. Raimundo, quando pleiteava, a todo custo, a criação da diocese de Aracaju.⁷⁷¹

Nas primeiras décadas do século XX, Frei Caetano de San Leo, em companhia dos capuchinhos Gabriel de Cagli, Camilo de Crispiero e Agostinho de Loro Piceno realizaram diversas missões por toda a parte do estado de Sergipe. Por meio delas, assim como era de praxe nas práticas das missões, induziram a população a expiar seus pecados por meio do trabalho executados nas obras coordenadas por eles nos dias de missão. Dentre os registros de Frei Caetano consta a referida missão de Lagarto. Este evento se deu entre 24 de setembro e 2 de

⁷⁷⁰ Ibid., p. 91-97.

⁷⁷¹ Ibid., p. 100.

outubro de 1910, quando Frei Caetano de San Leo estava acompanhado de Camilo de Crispiero. Entre os resultados obtidos constam: 2.258 comunhões, 101 batizados, 2.282 crismas e 93 casamentos; a construção do referido “tanque para água potável, com um metro e meio de fundo e 40 de largura”; e a arrecadação de “esmola angariada para a Igreja 100\$000 reis”.⁷⁷²

Nessa data da missão de Lagarto, outubro de 1910, a diocese já estava autorizada pelo Papa, mas ainda se encontrava em processo de organização à espera da chegada do bispo. Levando em conta a circular do monsenhor Raimundo dirigida ao clero sergipano, possivelmente, as esmolas angariadas pelos capuchinhos foram entregues ao pároco, que repassaria para o monsenhor Raimundo formar o patrimônio da diocese. Nesse sentido, suas práticas contribuíram para além da formação do véu de proteção que desejava o monsenhor Raimundo. Pelos registros de Frei Caetano de San Leo, organizados no Quadro abaixo, é possível perceber sua atuação em todo o estado na década de gestação da diocese, contando com a participação de seus companheiros.

Quadro 4 – Resultado das missões de Frei Caetano de San Leo no Sergipe (1901-1911).

Data	Local	Frei	Resultados Espirituais				Resultados Materiais		Nº de Pessoas
			Comunhões	Batizados	Crismas	Casamentos	Obras	Esmolas \$000 ^{rs}	
18 a 25 Nov/ 1901	Vila do Boquim	Gabriel	1.716	48	565	76	Cemitério e capela	193	8 mil
30 nov a 8 dez/ 1901	Simão Dias (Anápolis)	Gabriel	1.900	93	1.542	106	Abriram duas fontes	200	15 mil
12 a 20 dez/ 1901	Campo do Brito	Gabriel	720	58	463	30	obra matriz, crescer fonte e cruzeiro	600	8 mil
19/27 agosto 1903	Vila Cristina	Gabriel	890	21	323	18	Ajuntou pedra p/ novo cemitério	50	4 mil
31 ago a 8 Set/ 1903	Gerú	Gabriel	1.350	66	585	61	Tanque e pedras p/ o cemitério	52	8 mil
16/24 Jan/ 1904	Pedra Molle	Gabriel	858	41	722	64	Aumento do tanque	75	5 a 6 Mil
27jan a 4 fev/ 1904	Vila São Paulo	Gabriel	896	99	1.205	86	Cruzeiro e pedras p/ acabar cemitério	150	8 a 10 Mil

⁷⁷² CUNHA, Tatiane Oliveira da. “Espaços e Culturas em transformações em nome de Cristo...,” op. cit., p. 54-55. A tabela foi construída a partir dos registros do Caderno de Memórias Frei Caetano de San Leo. Caixa A 38.

7 a 25 Fev 1904	Itabaiana	Gabriel	1.454	147	2.025	84	* 773	*	12 a 13 Mil
20 a 28 Fev/ 1904	Vila Siriry	Gabriel	975	23	426	68	*	*	7 a 8 Mil
10 a 18 Jan/ 1905	Vila Pacatuba	Gabriel	1.030	50	955	60	Ajuntou pedra para nova torre da Igreja	*	*
22 a 30 Jan/ 1905	Jaboatão	*	1.167	88	1.220	72	Cemitério	253	12 a 13 Mil
20fev a 10 mar/ 1905	Sítio do Meio	Gabriel	1.320	60	1.200	88	Iniciou o cemitério e dois cruzeiros	1:331	10 a 11 Mil
14 a 22 Fev/ 1905	Vila Santo Amaro	Gabriel	1.400	43	612	36	Caiou-se a Igreja e levantou cruzeiro	744	*
4 a 14 Mar/ 1905	Vila Boquim	Gabriel	2.028	52	722	82	Pedra p/ capela do cemitério	111	8 mil
17 a 25 Mar/ 1905	Vila do Riachão	Gabriel	1.421	52	1.034	107	Conserto do cemitério paroquial	*	8 mil
29mar a 6 Abr/ 1905	Lagarto	Gabriel	2.260	99	1.679	122	*	*	10 a 12 Mil
15/22 Dez/ 1905	Pedra Molle	Camilo	450	73	450	26	Tanque e conserto da capela	100	*
5 a 13 Jan/ 1907	Vila de Campos	Camilo	1.400	117	1.243	109	*	*	10 a 12 Mil
18 a 26 Jan/ 1907	Simão Dias	Camilo	2.300	140	2.038	99	Muita pedra p/ obras da Matriz	70	15 mil
30jan a 6 fev/ 1907	Poço Verde	*	700	29	548	30	Um cruzeiro e um tanque	80	*
10 a 18 Fev/ 1907	Vila de Itabaianinh a	Camilo	1.600	164	1.444	113	*	*	10 mil
11 a 18 Set/ 1907	Umbahuba	Camilo	775	65	456	41	*	*	*
23nov a 1 dez/ 1907	Vila Cristina	Apiro	1.247	47	539	49	Pedra p/ construção novo cemitério	50	*
17 a 25 Jan/ 1910	Jaboatão	*	1.050	36	6.444	67	Cruzeiro	200	*
29 jan a 9 fev/ 1910	Rosário do Catete	Camilo	1.500	64	621	45	*	2:500	*

⁷⁷³ O * sinaliza os tópicos que Frei Caetano de San Leo não fez anotações.

24set a 2 out/ 1910	Lagarto	Camilo	2.258	101	2.282	93	Um tanque	100	*
15 a 23 nov/ 1910	Pacatuba	Camilo	1.146	65	430	40	Aumento do cemitério	85	*
27nov a 7 Dez/ 1910	Sítio do Meio	Camilo	1.215	59	1.162	44	*	600	*
27dez a 2 jan/ 1911	Carmo (Rosário)	Camilo	670	22	234	11	Conserto da Capela	1:000	*
9 a 17 Jan 1911	Laranjeiras	Camilo	1.800	67	967	103	*	100	*
21 a 29 Jan/ 1911	Campo do Brito	Camilo	1.207	85	1.267	66	Tanque e um cruzeiro	748	*
3 a 11 Fev/ 1911	Vila de São Paulo	Camilo	1.331	126	1.334	88	Aumentou muita pedra e madeira	300	*
15 a 24 Fev/ 1911	Vila das Dôres	Camilo	1.500	155	1.719	142	Calçada da igreja e cruzeiro	100	*
5 a 14 Mar/ 1911	Malhador	Camilo	1.400	93	1.421	17	*	135	*

Fonte: Caderno de Memórias Frei Caetano de San Leo.

Pelos registros, observa-se a continuidade das missões na República, bem como a realização de uma variedade de obras, sejam elas de interesse da Igreja ou civil. Em tempos de cemitérios secularizados é possível identificar a participação dos capuchinhos auxiliando o Estado na construção dessas obras que deveriam estar a cargo do poder público. De certa forma acabavam contribuindo com os projetos civilizatórios empreendidos pelo Estado laicizado, mas buscavam estar à frente deles, evitando perder a representatividade diante da sociedade laicizada, e portanto, mais aberta a proliferação dos chamados males da modernidade que a Igreja Católica se empenhava em todas as frentes para combater. Foi nessa conjuntura do limiar da segunda década da República que o primeiro bispo, nomeado para a diocese de Aracaju, entrou em ação em 1911.

4.2 Ações de D. José na cruzada aos males da modernidade

D. José Thomaz Gomes da Silva foi escolhido para assumir a função de primeiro bispo da diocese de Aracaju, em 12 de maio de 1911. Somente no dia 14 de novembro, os sergipanos puderam conhecê-lo, mas ainda por meio de sua fotografia. A imagem retratava uma autoridade

eclesiástica jovem, portando nas mãos a Bíblia e o missal romano, que poderiam ser interpretados como base dos ensinamentos que usaria para melhorar a vida religiosa de seus fiéis. Finalmente, no dia quatro de dezembro de 1911, passados quase sete meses da nomeação, quando estava próximo a completar dois anos da criação da diocese, D. José chegou em Aracaju. Ainda nessa data instalou a diocese, consagrando-a ao Sagrado Coração de Jesus, que passou a ser cultuado por sua determinação em todas as paróquias desta diocese.⁷⁷⁴ Essa estratégia da inovação das devoções já havia sido testada na Europa dos séculos anteriores e em algumas dioceses do Brasil.

Na percepção de Dominique Julia, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus foi uma das mais estimuladas pela Igreja pós-tridentina, por meio das missões e do clero secular. Junto com o Santíssimo Sacramento, o Rosário e a devoção de outros símbolos de penitência relacionados à Cruz. Tais devoções eram vistas como fácil apropriação popular, estimuladas como fácil registro emocional e também destinadas a recuperar as ovelhas desgarradas.⁷⁷⁵ Pelas primeiras práticas de D. José é possível identificar seu interesse em implementar as novas devoções, objetivando eliminar as práticas devocionais tidas como populares, ao passo que buscava comover os corações dos não simpatizantes.

No mês anterior, 19 de novembro de 1911, dia da sagração que se deu na Paraíba, D. José Thomaz Gomes da Silva apresentou sua primeira carta pastoral, saudando ao clero e aos fiéis da diocese de Aracaju. Por meio desta, dizia estar “vergado sob o peso da cruz” para assumir as atribuições de pastor, juiz, pai, chefe, guia e timoneiro a nau a ele confiada para abrigar segura a salvação dos seus diocesanos. Afirmava estar preparado para “combater o bom combate contra a funesta influência das máximas do mundo que inoculam no organismo social o vírus de seu lethal contágio, [...]”⁷⁷⁶

Pela referida carta observa-se que D. José foi influenciado pelas ações de D. Aduauto Aurélio de Miranda Henriques, da diocese da Paraíba, por quem demonstrou um grande apreço, denominando-o de bispo do Coração de Jesus. Também foi citado naquela carta de saudação D. Joaquim Antônio de Almeida, da diocese de Natal no Rio Grande do Norte. Ainda nesta carta, saudou ao “zeloso” Arcebispo da Bahia pelos “benefícios” de sua direção nesta diocese,

⁷⁷⁴ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p.146-149. A fotografia do bispo, além de afixada pelo clero, poderia ser exposta pela população nas residências já que fora reproduzida e postas à venda pelo fotógrafo Leobardo. O futuro bispo tratou da instalação da diocese por correspondências com o monsenhor Manuel Raimundo de Melo, coordenador dos trabalhos da criação da diocese.

⁷⁷⁵ JULIA, Dominique. Les ferveurs catholiques du XVIIIe siècle. In: LE GOFF, Jacques; RÉMOND, René (org.). *Histoire de la France religieuse*. Paris: Seuil, 1991 (JOUTARD, Philippe (org.). Du roi Très Chrétien à la laïcité républicaine (XVIIIe-XIXe siècle), Tomo III, p. 407-409.

⁷⁷⁶ SILVA, D. José Gomes da. *Carta Pastoral do Bispo de Aracaju saudando a seus diocesanos*. Nictheroy, Escola Tipografica Salesiana, 1911.

e “com a maior efusão” ao monsenhor Manuel Raymundo de Mello, Vigário Forâneo em Sergipe, por 11 anos, e que na percepção de D. José teria sido o “grande fator da criação da Diocese, e fervorosamente dedicado a causa de seu desenvolvimento, e de quem esperamos muito zelosa coadjuvação.”⁷⁷⁷

As saudações foram estendidas aos párocos e demais sacerdotes, considerados por D. José como os “condutores do povo de Deus e as atalaias vigilantes que guardais os caminhos da casa do Senhor”. Enfatizou o papel dos párocos destacando que “um Bispo sem clero é um general sem exército”. Em seguida, D. José fez o chamamento aos soldados de Cristo, para o que denominou de bom combate, travado com as armas da pregação conforme ensinamentos do Evangelho de Jesus. Justificou seu pedido usando das recomendações do Papa Leão XIII na *Encyclica, Sapientiae Christianae*. A saudação se estendeu às ordens religiosas que atuavam no Sergipe, em 1911.

Saudamos com entranhado affecto aos veneráveis filhos de S. Francisco e de D. Bosco em nossa Diocese – sois os desvelados e preciosos operários do Evangelho, – abandonastes com generosa abnegação os faustos do mundo e abraçastes a pobreza rica do Divino Mestre, – inspirai-vos sempre nas regras dos vossos fundadores, cresci os thesouros das graças immensas d’Aquelle que é a vossa sorte e a vossa herança. – Especialmente vos pedimos auxiliai-nos com vosso exemplo, com vossa palavra e com as vossas orações.⁷⁷⁸

D. José conhecia a diocese por meio das correspondências trocadas com o monsenhor Raimundo. Portanto, ainda saudou as Irmãs do S. S. Sacramento, “as virgens diletas do Senhor, a quem pede as “fervorosas orações”; as corporações religiosas e associações pias, “prestimosos cooperadores na santificação das almas e maior esplendor do culto divino”; ao Apostolado da Oração e do Sagrado Coração de Jesus, “milícia providencial de Deus”; às conferências de S. Vicente de Paulo, exercendo o apostolado da caridade; e por fim, às famílias católicas, “representantes imediatos da Providência divina”, por meio dos exemplos dos pais, a quem “Deus lhes confia os seus filhos como um depósito sagrado, e lhes cumpre zelar com a maior solicitude”; e aos filhos, “esperança da Pátria e da Religião, alentada ao calor vivificante dos mais nobres ideais! – deixando o lago remançoso coberto de flores do lar paterno para penetrar no mar agitado e tempestuoso do mundo, tornai-vos digna, ó mocidade!”, por meio de uma educação moldada no temor de Deus.⁷⁷⁹

As palavras Pátria e Religião apareceram diversas vezes no jornal *A Cruzada*, que passou a funcionar depois de 1918, quando já era perceptível a aproximação da Igreja e do

⁷⁷⁷ Ibid., p. 14.

⁷⁷⁸ Ibid., p. 15-16.

⁷⁷⁹ Ibid., p. 16-19.

Estado. Entretanto, desde sua primeira carta pastoral, percebe-se que o bispo tinha interesse em manter uma relação harmoniosa com os poderes civis constituídos no Estado. Seguia assim, uma política semelhante à de outros prelados naquele período. Nesse sentido, saudou as autoridades civis, promotoras do “bem comum do povo”, em nome do “timoneiro” da nau do Estado, fazendo referências ao presidente do Estado, por ser este o “depositário do poder público”. Destacou ser esta autoridade civil um “soldado” defensor da “pátria” e “rico” de “sinceros sentimentos de crença religiosa”. Por esta razão, D. José ressaltou nutrir a “esperança de que serão sempre harmoniosas as relações que nos unirão a suprema autoridade civil em nossa Diocese”.⁷⁸⁰ Sem citar o nome estava a fazer menção ao presidente José Siqueira de Menezes, militar que havia assumido o governo, em 24 de outubro de 1911.⁷⁸¹

Na fala de D. José “Deus não quer que a Igreja absorva o Estado nem que o Estado absorva a Igreja, mas que entre ambas as sociedades fique estabelecida aquela concordia que se identifique com as atribuições especiaes que cada uma tem segundo sua natureza”.⁷⁸² A postura harmoniosa com as autoridades civis não significava assimilar as práticas laicizadas sem reagir a elas. Por esta razão formava o exército de Cristo para o bom combate. Um exército precisa de general, de soldados e de armas. Nesse sentido, ainda pela Carta Pastoral de Saudação apresentava D. José, sob o lema: *Per Mariam ad Jesum*, a titular da diocese, a Imaculada Conceição.⁷⁸³

A diocese de Aracaju, consagrada ao Sagrado Coração de Jesus, ganhava como titular a Imaculada Conceição. Símbolo também bastante representativo da Igreja ultramontana, afinal o próprio dogma da Imaculada Conceição foi proclamado por Pio IX, em 8 de dezembro de 1854, pela bula *Ineffabilis Deus*. Nesse aspecto, a simbologia da Imaculada Conceição pode ser compreendida a partir da análise comparativa feita por Oliveira ao tratar da representação de santo Elesbão a partir da hagiografia escrita por Frei José Pereira de Santana. Nela destaca-se que Elesbão cravaría a lança no peito do rei infiel e, ainda, o pisaria. Trata-se de uma

⁷⁸⁰ Ibid., p. 19-20.

⁷⁸¹ Cf. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*, op. cit., p. 35-36. Sobre o governo de José Siqueira de Menezes (1911-1914), militar que havia participado da campanha de Canudos, destacou Dantas que de início enfrentou um surto de varíola violento que, em 1911/12, afetou sobretudo Laranjeiras, Propriá, Itabaiana, Riachuelo e Aracaju, deixando nos vários municípios 740 óbitos. Apresentou um programa ambicioso: saneamento, serviços de água e iluminação elétrica, construção de prédios públicos, pontes, açudes e represas. Não realizou todo o projeto, mas inaugurou o trecho da Estrada de Ferro que chegava a Aracaju, assim como a iluminação elétrica na capital. Foi no governo de Siqueira de Menezes que D. José passou a atuar na Diocese, marcado por um surto de varíola.

⁷⁸² SILVA, D. José Gomes da. *Carta Pastoral do Bispo de Aracaju saudando a seus diocesanos*, op. cit., 1911, p.20. Saudava ainda os representantes do povo no Senado, na Câmara Federal e do Estado, a sua magistratura e todos os seus servidores.

⁷⁸³ Ibid., p. 21.

representação imagética visando objetivos pedagógicos e edificantes conforme recomendação tridentina. O objetivo era atingir a conversão.

Todavia, a simbologia de pisar os inimigos adquiriu, a partir da Época Moderna, uma nova dimensão na simbologia católica. Em Nápoles, na Igreja de São Januário, a representação do triunfo da Virgem sobre a Reforma foi pintada num afresco, no qual um jovem herói esmaga com os pés Lutero e Calvino. Avançando no século XIX, o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria Lacerda, ao anunciar a convocação do Concílio Vaticano I, afirmou que o mesmo teria início no dia da celebração da Imaculada Conceição, a qual esmagara com seus pés virginais a serpente infernal e recebera de seu Divino Filho força para banir todas as heresias do mundo. A serpente infernal representava efetivamente os chamados erros do mundo moderno que o Vaticano I condenou, a saber: as seitas rivais, principalmente o protestantismo, a liberdade de pensamento, a liberdade de crença e de culto, a liberdade religiosa e de consciência.⁷⁸⁴

Por meio desta carta pastoral, D. José se apresentava aos diocesanos de Aracaju, deixando pistas de como iria administrar este campo apostólico, combatendo os males do mundo moderno. Apontava os sujeitos e os santos que estariam ao seu lado no bom combate. Possivelmente, no dia 4 de dezembro de 1911, quando instalou a diocese, muitos dos seus diocesanos já o conhecessem por fotografia e pelo teor destas palavras, já que pelo mandamento de D. José, a carta deveria ser lida nos púlpitos da Catedral e de todas as Matrizes e Capelas curadas do Bispado.⁷⁸⁵

Assim que chegou a Aracaju, D. José começou a pôr em prática as ações anunciadas na sua carta pastoral. Primeiro, a diocese foi consagrada ao Sagrado Coração de Jesus, que passou a ser cultuado em todas as paróquias; sob as bênçãos da Imaculada Conceição, reforçava o dogma da Virgem Maria sem mancha do pecado original, a servir de modelo às famílias sergipanas. Os párocos passaram a ser tratados como os soldados de Cristo na missão de combater os males que envolviam as suas paróquias; o clero regular ganhou destaque nas visitas pastorais; o bispo participou de muitas solenidades cívicas em harmonia com as autoridades

⁷⁸⁴ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra*, op. cit., 2008, p. 238-239.

⁷⁸⁵ Mandamento, em anexo, SILVA, D. José Gomes da. *Carta Pastoral do Bispo de Aracaju saudando a seus diocesanos*, op. cit., p. 23-24. Seguiu a carta um texto intitulado Mandamento, por meio do qual o Bispo “manda” que esta Carta Pastoral seja lida a estação da Missa Conventual e registrada no livro competente, com aviso na Secretaria do Bispado. Ainda ordena que se faça a consagração do Bispado ao Sagrado Coração de Jesus, precedida de um tríduo de preces públicas, com maior fervor e piedade. No dia da consagração deverá haver, se possível, missa cantada e procissão, permitida a exposição do S.S. Sacramento durante o dia. A fórmula da consagração (a mesma prescrita por Leão XIII, para a consagração do gênero humano) seja feita sempre diante do S.S. Sacramento exposto). Os vigários deverão orientar os fiéis e o Apostolado da Oração para que haja nesse dia o maior número de comunhões. Os vigários e curas devem escolher o dia da sagração de suas freguesias e curatos, dentro do prazo de 4 meses a contar do dia da posse da diocese. Depois deverá ser registrado em livro próprio na secretaria do bispado. Ainda nesse espaço de 4 meses, foi ordenado que se fizesse nas missas a oração Deus qui corda fidelium, para se obter a proteção de Deus sobre o Episcopado. Finalizou D. José Thomaz: “estes mandamentos entrarão em vigor depois de nossa posse”. Paraíba, 19 de novembro de 1911, José, Bispo de Aracaju.

civis; seu exército passou a combater os protestantes, os espíritas, o ensino leigo, a má imprensa, e tudo aquilo que fosse contrário a Verdade da Igreja Católica.

Essas práticas voltariam a ser expostas nas páginas do jornal *A Cruzada*, a partir de 2 de junho de 1918, quando passou a circular este periódico confessional, organizado por D. José, mas que tinha à frente outros sujeitos. Sua primeira matéria, intitulada *Ad-Lucem*, evidenciava que o mundo moderno havia deslocado dos eixos a moral religiosa, portanto, aquele veículo da chamada boa imprensa tinha por objetivo “a reabilitação dos costumes, para a realização do nosso ideal que é a luz”.⁷⁸⁶ O debate sobre a denominada boa imprensa será tratado no quinto capítulo, quando este jornal da diocese de Aracaju voltará a ser analisado. Por agora será utilizada algumas de suas matérias para compreender o papel desempenhado pelos capuchinhos na fase de consolidação da diocese. Mas antes disso, será apresentada ao leitor algumas das práticas de D. José nas primeiras décadas de sua administração com objetivo de compreender o seu interesse pelas ações dos capuchinhos. Apesar do jornal ter começado a circular quase sete anos depois da chegada do bispo, encontram-se publicados nele diversos documentos – cartas pastorais, termos das visitas pastorais, ereção das freguesias – referentes aos anos anteriores; bem como uma série de matérias que revelam detalhes da trajetória do bispo, dos párocos, bem como das missões dos capuchinhos.

Em 2 de junho de 1918, D. José passou a ser apresentado no jornal *A Cruzada* como o Bispo do Sagrado Coração de Jesus. Suas práticas, desde a consagração do bispado, estavam voltadas para o Redentor, um modelo a ser seguido por suas ovelhas. Em 4 de abril de 1913, D. José instalou o Seminário Diocesano na própria residência episcopal, consagrando-o ao Sagrado Coração de Jesus, para que servisse de inspiração aos seminaristas. Fundou nas dependências do seminário o Apostolado da Oração e em suas visitas pastorais, realizadas em todas as freguesias da diocese, afervorava os centros do Apostolado, fazendo erigir novos centros nas menores povoações, que também foram palcos das visitas do bispo.⁷⁸⁷

D. José acreditava que a devoção ao Sagrado Coração de Jesus aproximaria a população dos ensinamentos de Cristo. Por esta razão ordenava que os sacrários fossem postos no altar-mor de cada matriz, induzindo a população a ser mais amiga de Cristo, visitando-o todos os dias e recebendo-o, por meio da comunhão frequente. O bispo tinha a “convicção de que só do Sacratíssimo Coração de Jesus podemos tirar a verdadeira coragem para as lutas da existência.”⁷⁸⁸ Nesse sentido, o jornal *A Cruzada* veiculou matérias de alguns párocos,

⁷⁸⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p. 1.

⁷⁸⁷ *Ibid.*, p. 2.

⁷⁸⁸ *Ibid.*, p. 2.

ressaltando ter observado o aumento das visitas dos fiéis aos sacrários, geralmente, à tarde, bem como o aumento do número de comunhões. Razão pela qual contava com o trabalho dos párocos e auxiliares, ou seja, o clero regular.

D. José foi exaustivamente exposto por meio de fotografias, matérias, notas, poesias, desde a primeira edição do jornal *A Cruzada*. A primeira edição apresentou uma fotografia de D. José seguida da breve trajetória de sua vida na matéria intitulada “O Bispo do S.S. Coração de Jesus”. Não por coincidência o jornal passou a circular numa data comemorativa conforme fez questão de rememorar:

O dia de hoje memora um acontecimento de grande relevância: – o juramento episcopal do exmo. e revmo. sr. d. José Thomaz Gomes da Silva, nosso querido prelado. Esse facto realizou-se na capella do Seminário Diocesano da Parahyba do Norte, a 2 de Junho de 1911, primeira sexta-feira do mez. Desde então, todos os seus pensamentos voltaram-se para Sergipe, e nós, os filhos deste pequenino e glorioso Estado, começamos a ser a preocupação contínua de sua mente e de seu coração de pae amoroso e desvelado. Sagrado a 19 de novembro do mesmo anno, publica nesse dia a luminosa Pastoral saudando os seus diocesanos, e nella deixa transbordar todo amor intensíssimo que vota ao S.S. Coração de Jesus. Unido do modo mais estreito ao adorável Mestre, elle dá o seu primeiro mandamento, ordenando a consagração de todo Bispado ao Divino Coração do Redemptor. [...].⁷⁸⁹

Observa-se que tanto o juramento episcopal quanto a criação deste jornal se deram no mês de junho, consagrado ao Sagrado Coração de Jesus. Assim, identifica-se outras práticas do bispo ressaltadas naquele impresso diocesano. Por meio dele evidencia-se que D. José

Cuida com grande solícitude do Clero a quem tem pronunciado, de quando em vez, retiros espirituais; vela com dedicação de pae extremoso pelos seminaristas, a porção mais mimosa da Diocese, para os quais estão voltadas todas as suas esperanças; recommenda aos parochos que mantenham em suas freguezias o ensino acentuado do Catecismo; pensa na mocidade, e cioso de vel-a repleta da verdadeira instrução que tem por base Deus, inaugura o Instituto Bento XV; lembra-se dos pobresinhos, que não podem frequentar as aulas, já porque não têm recursos, já porque estão em idade adeantada, e organisa a escola nocturna, coadjuvando assim acção benemérita do preclaro Presidente do Estado, na Liga contra o Analfabetismo; erige em quase todas as paróchias a Pia União das Filhas de Maria, concedendo, deste modo, meios eficazes de santificação as jovens de hoje e preparando as almas das mães christãs de amanhã; volta suas vistas apostólicas para os doentes, estabelecendo em toda Diocese, com grande solenidade, a communhão geral dos enfermos, e desta maneira, estes têm também a sua festa, o seu lar com a maior das riquezas, Nosso Senhor; emfim, até aos mortos chega o seu zelo de pastor modelar, determinando que em todas as parochias se institua a confraria das Almas.⁷⁹⁰

⁷⁸⁹ Ibid., p. 1-2.

⁷⁹⁰ Ibid., p. 2.

Assim como D. Jerônimo, em consonância com o tipo ideal de bispo ultramontano/romanizador, Dom José costumava realizar visitas pastorais, e outras não formais, para acompanhar as ações de cada um dos párocos da recém diocese de Aracaju. De acordo com Péricles Andrade, até o ano de 1925 teria este bispado realizado, aproximadamente, um total de quarenta e oito visitas pastorais. Salientou ainda que, antes da chegada do bispo, consagrava-se a localidade ao Sagrado Coração de Jesus. Nestas visitas, geralmente, eram realizadas as seguintes atividades: Santa Missão; Missa Pontifical; Procissão do Santíssimo Sacramento; Instalação de novas associações devocionais; cerimônia de Absolvição dos mortos; cerimônia de Entronização do Sagrado Coração de Jesus; visita Canônica à igreja e ao cemitério; instalação da Conferência de São Vicente de Paula.⁷⁹¹ Pelos termos das visitas pastorais observa-se que estas foram práticas recorrentes deste bispado.

Das visitas pastorais optou-se por investigar as missões realizadas pelos capuchinhos. Para tanto, utilizou-se dos indícios deixados no jornal *A Cruzada*, entrecruzando com os registros dos capuchinhos. Pelo que foi demonstrado no primeiro capítulo, pôde-se constatar que os capuchinhos tinham experiência em auxiliar os arcebispos da Bahia durante as visitas pastorais. Eram velhos conhecidos da população sergipana por realizarem uma série de missões em todas as partes deste estado desde os séculos anteriores. Participaram, inclusive, do longo processo de gestação desta diocese, quando por meio das missões auxiliaram os párocos a melhorar os espaços físicos de suas paróquias, a exorcizar o mal e a arrecadar recursos pecuniários para a formação do patrimônio exigido para ereção da diocese. Portanto, não é de se estranhar que D. José tivesse aproveitado da popularidade e da experiência destes religiosos no estado, convidando-os para atuarem ao seu lado nas visitas pastorais.

Nas primeiras décadas da República, mesmo com as investidas dos capuchinhos nas melhorias dos espaços físicos dos templos católicos, observa-se que este problema ainda se fazia presente, conforme demonstrado pela historiografia (Andrade, Monteiro, Sousa). Esses autores apontaram, ainda, a insuficiência de párocos para atender, conforme as determinações tridentinas, as almas das freguesias que ficavam em território da diocese de Aracaju. Por esta razão, chegaram a salientar a importância das missões dos capuchinhos, sendo que Sousa foi ainda mais contundente ao perceber a relevância destes religiosos na gestação da diocese, no extirpar dos atos de violência, e no papel de auxiliares dos párocos na prática sacramental e, inclusive, para reformar os espaços físicos dos templos.⁷⁹²

⁷⁹¹ ANDRADE, Péricles, op. cit., p. 136-140.

⁷⁹² Ibid., SANTOS, Claudefranklin Monteiro, op. cit.; Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit.

Além da criação das dioceses fazia parte das medidas adotadas por D. Jerônimo: a reforma do clero; a reforma dos costumes dos fiéis; a restauração das antigas ordens; a fundação de diversas associações católicas, não permitindo a manutenção de certos costumes, característicos da religiosidade popular brasileira. Para Santos, a diplomacia deste arcebispo levou ao diálogo com as autoridades públicas e com a própria Cúria romana, sem entrar em grandes conflitos. Este “foi capaz de negociar a vinda de novas Ordens e Congregações, reavivando o clero regular que, tal como o secular, passava por grandes dificuldades de contingente”.⁷⁹³ Nesse sentido, a historiografia tem destacado o papel dos bispos e dos párocos na reforma ultramontana/romanizadora. Assim, faz-se necessário investigar o papel do clero regular nesse processo, a partir da ação dos capuchinhos nas visitas pastorais empreendidas por D. José na diocese de Aracaju.

4.3 Os capuchinhos e o auxílio a D. José nas visitas pastorais

O fracionamento das dioceses no Brasil fora acompanhado da divisão das freguesias mais extensas. Com efeito, reforçava-se a perspectiva tridentina que as paróquias eram importantes polos de difusão da renovação do catolicismo por meio das práticas sacramentais empreendidas pelos párocos, dando ênfase à relevância do espaço da paróquia, Silva destacou ser “pela relação clero e fiéis que se corporifica a Igreja e o lugar por excelência em que essa relação se exercita é a paróquia”.⁷⁹⁴

Ao reafirmar as diretrizes traçadas pelo Concílio de Trento perpetuadas pelo ultramontanismo as ações implementadas do primeiro bispo de Aracaju caminhavam no sentido de reformar os costumes do clero e da população. Nesse aspecto, a visita pastoral continuava a ser importante para que o bispo pudesse identificar os problemas de cada paróquia, ao passo que estreitava os laços do prelado com os párocos. Nos dias reservados à visita o bispo tinha a oportunidade de orientar o clero e os fiéis, bem como ministrar de forma coletiva os sacramentos pendentes. A questão é como o bispo perpetuaria os objetivos reformistas depois de finda a visita pastoral. Além da ação do pároco, dando continuidade às práticas implementadas durante a visita, D. José apelou ao trabalho desempenhado pelos capuchinhos. Ele não foi o único prelado a recorrer às missões, pois há tempos que os arcebispos da Bahia assim o faziam. Do mesmo modo que os capuchinhos não foram os únicos religiosos do clero regular a desempenhar essa função no Brasil.

⁷⁹³ SANTOS, Israel Silva dos, op. cit., p. 76-77.

⁷⁹⁴ SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a Messe*, op. cit., p. 51.

Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), que foi um dos arautos do ultramontanismo no século XIX, também se utilizou das missões. No início as missões foram realizadas de forma esporádica pelo próprio bispo de Mariana, passando à função a cargo dos padres Lazaristas.⁷⁹⁵ Assim como Azzi, Sousa, Silva e outros estudiosos da Igreja, também para Ítalo Santirocchi, as ordens religiosas colaboraram com a reforma ultramontana no Brasil.

Três foram as principais ordens religiosas que colaboraram para a ascensão do ultramontanismo no Segundo Reinado e para a reforma da Igreja brasileira no período estudado: os capuchinhos, os lazaristas e os jesuítas. Não se pode desprezar a contribuição de outras ordens e congregações, no entanto, elas chegaram ao Brasil no final do período Imperial, sendo que sua atuação incidiu de modo mais marcante nas primeiras décadas do período republicano, como foi o caso dos dominicanos (1881) e dos salesianos (1882), entre outros.⁷⁹⁶

Desse modo, tanto os bispos quanto os párocos enxergavam nas missões uma oportunidade para colocar em prática os sacramentos e ainda melhorar os espaços dos templos de suas dioceses e paróquias. Vicente Francisco de Jesus é um dos exemplos de párocos, que atuaram durante o governo episcopal de D. José, e que considerava importante a atuação dos capuchinhos. Como foi destacado, depois de exercer seu múnus na cidade de Lagarto⁷⁹⁷ passou a atuar na paróquia de Itabaiana, onde continuou a priorizar as missões desses religiosos. Portanto, as ações de padre Vicente procuraram manter o zelo em acordo com as práticas reformistas definidas inicialmente por D. Jerônimo, arcebispo da Bahia, e seguidas pelo primeiro bispo de Aracaju.⁷⁹⁸

Na perspectiva de Péricles Andrade, tanto as visitas pastorais quanto as missões foram os principais instrumentos utilizados por D. José para o empreendimento da reforma.⁷⁹⁹ Desde a sua primeira carta pastoral de saudação dirigida a diocese de Aracaju que D. José mostrou seu interesse em contar com o auxílio das ordens religiosas. Assim, objetivando compreender as missões realizadas pelos capuchinhos nas visitas pastorais do primeiro bispo da diocese de Aracaju optou-se por se utilizar das práticas de Frei Caetano de San Leo. Mas antes, é preciso ressaltar que diferente de Frei Paulo Casanova, o frade em questão vivenciou uma nova fase da missão.

⁷⁹⁵ MELO, Amarildo José de. *Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua obra reformadora da Igreja em Minas Gerais: uma releitura teológico moral*. 2005. Tese (Doutorado em Teologia Moral) - Pontificia Universitas Lateranensis, Roma, 2005, p. 14.

⁷⁹⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos, op. cit., p. 214.

⁷⁹⁷ SANTOS, Claudefranklin Monteiro, op. cit.

⁷⁹⁸ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 100-105; 127.

⁷⁹⁹ ANDRADE, Péricles, op. cit., p. 21.

Nas últimas décadas do século XIX a Ordem não tinha número suficiente de missionários para atender as demandas exigidas pelas missões conforme exposto no relatório de D. Francisco Spolverini enviado à *Propaganda Fide* a 31 de agosto de 1889. O documento expunha a situação da missão dos capuchinhos no Brasil, salientando o papel relevante desempenhado por esses missionários, o que era corroborado pelos bispos e pelo Governo, que insistiam na vinda de novos capuchinhos. Depois ressaltou que a missão estava ameaçada pela insuficiência de missionários, o que levou muitas localidades, distribuídas por vastas dioceses, a ficarem desassistidas por falta de pessoal. A prefeitura da Ordem na Bahia era uma das mais atingidas, cogitando-se a sua supressão. Já a prefeitura de Pernambuco passaria a exercer a função de conventos dependentes da prefeitura do Rio de Janeiro.⁸⁰⁰

Nesta fase crítica, observa-se que Frei João Evangelista, contrariando um costume da Ordem, saiu muitas vezes para missionar pelo vasto território da Bahia e Sergipe sem a companhia de outro capuchinho. Sua atitude era reflexo da falta de missionários para atender os pedidos dos párocos e das autoridades civis. Para solucionar a crise geral que afetava a Ordem desde suas províncias na Europa, os superiores redigiram o novo Estatuto das missões (*Statutum pro missionibus*), aprovado em caráter experimental, por Leão XIII, em 26 de junho de 1887, passando a ser efetivo na audiência aos Cardeais da Propaganda a 2 de julho de 1893. Para solucionar parte dos entraves do sistema de administração das missões estrangeiras, este estatuto resgatou o costume antigo de confiar a administração das missões à responsabilidade de uma província da Ordem, respeitando a nacionalidade de cada missão. Assim a responsabilidade de preparar os futuros missionários ficava a cargo de cada província. Estes deveriam manter a observância regular, os decretos da *Propaganda Fide* e do Ministro Geral. O Estatuto permitia ainda a formação do clero local, por meio da abertura de seminários nas províncias e nas missões das diversas nacionalidades.⁸⁰¹

A antiga estrutura administrativa interprovincial foi suprimida, ficando cada missão entregue a uma província da Ordem. Nessa nova estrutura jurídica a missão da Bahia (e de certa forma de Sergipe) ficou a cargo da província das Marcas de Ancona. Realizados os trâmites

⁸⁰⁰ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos das Marcas e a Fundação da Província de N.S. da Piedade*, Vol III, op. cit., p. 17-21.

⁸⁰¹ Ibid., p. 26-27; 38-39. A partir do Estatuto a organização jurídica das missões brasileiras passaram por mudanças na estrutura dos superiores, passando a ter o Ministro Geral, o Ministro Provincial e o Superior Regular. Os missionários também sofreram mudanças: não gozava mais do título de missionário apostólico, não recebia o mandato e as faculdades da *Propaganda Fide*, mas sim dos Superiores Maiores. As funções do capuchinho referentes aos cuidados com as almas, a administração dos Sacramentos, a abertura de escolas, a fundação de obras pias, passaria a depender do Ordinário do lugar, de acordo com as normas do Direito comum aos Religiosos em geral. Assim os capuchinhos recebiam do bispo diocesano, através do superior regular, as devidas faculdades para o cumprimento do ministério pastoral dentro dos limites da diocese. Esta nova estrutura fez suprimir o cargo de Comissário Geral, órgão que ficava sediado no Rio de Janeiro na fase da administração interprovincial.

jurídicos, a partir de 9 de fevereiro de 1892, aquela província italiana assumiria a responsabilidade de preparar religiosos jovens e fervorosos para atender a referida missão. Uma das exigências desta província para aceitar o encargo dizia respeito a manter a base missionária nas duas funções: das missões populares e do apostolado com os índios. Entretanto, a disposição que previa a entrega de um centro de catequese indígena não se concretizou, ficando os missionários destinados às missões. O problema da redução de pessoal não foi resolvido de imediato, pois era necessário formar jovens capuchinhos. Dois anos depois, Frei Caetano de San Leo aportou em Salvador, em 28 de julho de 1894, na companhia de outros capuchinhos que podem ser observados a partir da fotografia abaixo.

Figura 6 – Missionários chegados na Bahia em 1894. Da esquerda para a direita, sentados: Gabriel de Cagli e Caetano de San Leo. De pé: Francisco de Recanati, João Batista de Cingoli e Angelo de Cagli.



Fonte: REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos das Marcas e a Fundação da Província de N.S. da Piedade*, Vol III, op. cit., fotografias anexas no intervalo, p.128-129.

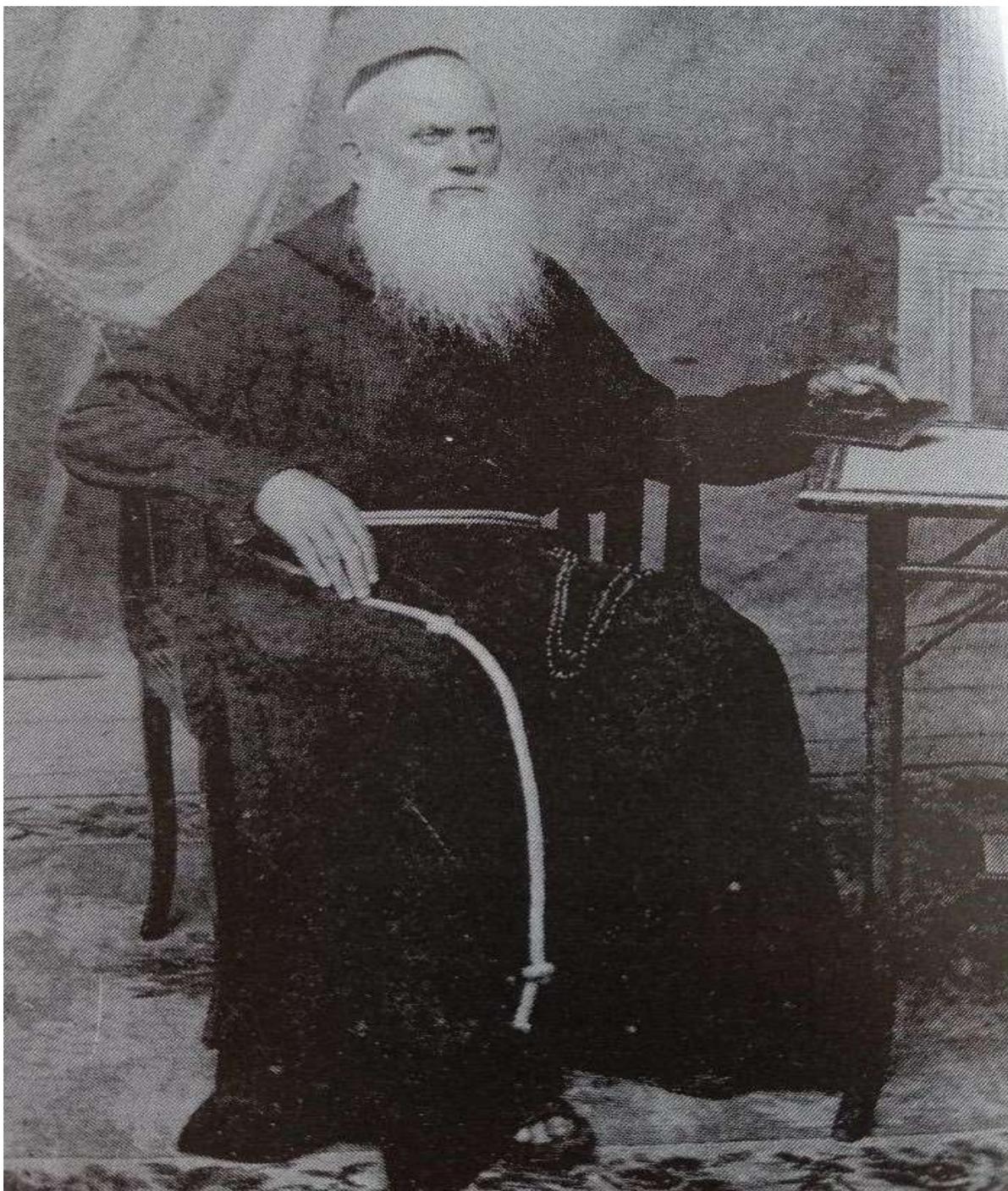
Estes foram os primeiros capuchinhos enviados para a missão da Bahia pela província das Marcas de Ancona, seguindo o novo Estatuto das missões de 1877.⁸⁰² Estes jovens, passada a fase de aprendizado da língua portuguesa, ingressaram a missionar com a ajuda dos capuchinhos experientes que ainda restavam na missão da Bahia. Apesar da aparência jovial, o hábito amarronzado, o crucifixo, o cordão de São Francisco e a barba faziam parte dos elementos simbólicos constitutivos da representatividade do missionário capuchinho que a população da Bahia e Sergipe reconheciam de imediato. Alguns deles chegaram a missionar no estado de Sergipe, antes mesmo da criação da diocese de Aracaju. Frei Caetano de San Leo⁸⁰³ foi um dos que mais se destacou neste estado. Suas primeiras missões estavam imersas no projeto de D. Jerônimo e de monsenhor Raimundo para sensibilizar a população da necessidade de formar o patrimônio desta diocese. Portanto, depois de mais de uma década missionando por Sergipe, Frei Caetano conhecia bem mais o rebanho da nova diocese do que o recente bispo, que soube aproveitar da experiência deste capuchinho quando o convidou para auxiliá-lo nas visitas pastorais.

A trajetória de Frei Caetano de San Leo cruzou com as duas fases da diocese de Aracaju. Na fase da gestação era um missionário inexperiente preocupado em aprender a missionar com os capuchinhos conhecedores do apostolado das missões pela Bahia e Sergipe. Durante a fase de consolidação da diocese era certamente mais conhecedor das necessidades espirituais e materiais da população sergipana que o próprio D. José, recém-chegado a esse estado. Passa-se a conhecer a trajetória desse capuchinho italiano a fim de compreender a ação dessa Ordem na diocese de Aracaju.

⁸⁰² Ibid., p. 48-50. Antes desta primeira turma, a Província enviou frei Caetano de Potência Picena e o irmão não-clérigo Vitorino de Sabieta, mas estes faleceram pouco tempo depois. Em 1896, Frei Jerônimo, que havia sido capelão militar na Guerra do Paraguai, e encontrava-se no Rio de Janeiro, foi remanejado para a missão da Bahia. Assim, nos dois primeiros anos a província das Marcas enviou poucos missionários a Bahia e alguns deles logo faleceram. Somente em 28 de julho de 1894 aportou em Salvador a primeira turma de ação mais duradoura. Além de Frei Caetano de San Leo chegaram também Francisco de Recanati, João Batista de Cingoli, Gabriel de Cagli (como lente), e o irmão não-clérigo, Ângelo de Cagli. Um ano depois chegou a segunda turma de estudantes, mas se dispersou antes de iniciar o trabalho apostólico.

⁸⁰³ Ibid., p. 268-269. Antes de tratar da atuação de Frei Caetano de San Leo por Sergipe é preciso conhecer um pouco de sua trajetória na Itália. Salvatori Luigi nasceu em Uffuglioni, distrito de Santa Ágata de Féltria, na Itália, em 12 de agosto de 1868. Este era o nome de batismo de Frei Caetano de San Leo, dado por seus pais, o casal de camponeses Salvaroti Fortunato e Rosa Renzetti. Ainda jovem, aos seus 16 anos, Luigi saiu da zona rural, assim como muitos outros missionários, para ingressar no noviciado da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Assim que terminou seu noviciado foi morar no convento de Civita Nova Marche. Logo mudou-se para Cagli onde passou quase dois anos. Em 1887 seguiu para cursar filosofia e teologia em Ostra, recebendo a ordenação sacerdotal em 15 de março de 1891. Três anos depois estava portando a patente de pregador e o mandato de missionário apostólico, quando a 10 de junho de 1894, Frei Caetano de San Leo embarcou no porto de Gênova com direção à cidade de Salvador, onde aportou em 28 de julho. Passou quase três décadas a realizar missões nos estados da Bahia e Sergipe, vindo a falecer por conta dos problemas renais, em 4 de novembro de 1923.

Figura 7 – Frei Caetano de San Leo



Fonte: REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos das Marcas e a Fundação da Província de N.S. da Piedade*, Vol III, op. cit., fotografias anexas no intervalo, p. 128-129.

Depois de quase um ano aprendendo a língua com os poucos capuchinhos que se encontravam no Hospício da Piedade, Frei Caetano de San Leo saiu em companhia do experiente Frei Venâncio de Ferrara para missionar pelo território baiano, em março de 1895. Realizou sua primeira missão em São Miguel de Cotegipe, onde além das práticas sacramentais trabalhou nas obras do cemitério daquela localidade. Ainda inexperiente, acompanhou Frei João

Evangelista de Monte Marciano na missão realizada no arraial de Canudos, em maio daquele ano. Sobre esta missão descreveu Frei Caetano em seu caderno de notas das missões:

3ª Missão. – Dada no arraial dos Canudos em Maio de 1895, com Fr. João Evangelista de Montemarciano. Pregou-se em presença do celebre fanático Antonio Conselheiro. Realisaram-se 55 casamentos, 300 confissões, 58 baptisados. Não se deu o Chrisma, porque foi preciso suspender a Missão por causa de um desatino que commetteo o povo fanático por Antonio Conselheiro. Correu-se perigo de vida.⁸⁰⁴

Esta polêmica missão dos capuchinhos a Canudos não será abordada, por fugir dos objetivos deste trabalho. Entretanto, ela serve para pensar no papel da Igreja em tentar apaziguar um movimento popular que era considerado antirrepublicano. Permite ainda refletir sobre as dificuldades que os missionários enfrentavam durante a sua trajetória apostólica. Em alguns registros Frei Caetano de San Leo chegou a anotar outros insultos que foram cometidos por determinados sujeitos, mas nada se assemelha aos riscos que diz ter sofrido em Canudos.

Outro companheiro deste capuchinho foi Frei Paulino de Fognano. Com este, descreveu Frei Caetano que em janeiro de 1896, durante uma missão realizada em Maracás na Bahia, havia realizado “38 casamentos, 30 dos quais estavam amancebados no dito casamento civil”. Pelas palavras do capuchinho percebe-se a sua aversão ao casamento civil, demonstrada em várias passagens de seus registros referentes a missões realizadas em outras localidades da Bahia. Assim se pronunciou sobre a missão de São Sebastião do Caetité, Bom Jesus dos Meiras: “55 casamentos, muitos já casados há tempos no dito casamento civil”. Em fevereiro de 1898, na missão realizada em Jacarandá tornou a mencionar que havia realizado 85 casamentos, “a maioria casados no chamado casamento civil, ou amigados”. Em maio de 1901, na freguesia de Paramirim, dos 54 casamentos, “24 casados só no civil”.⁸⁰⁵

Sendo assim, Frei Caetano de San Leo adquiriu experiências com os capuchinhos que tinham realizado muitas missões e vieram a falecer poucos anos depois de ter sido a missão da Bahia entregue à província das Marcas. Passou a transmitir esse aprendizado para as novas gerações que gradativamente chegavam ao Hospício da Piedade. Frei João Evangelista deixou em seus registros menção do seu interesse em combater os protestantes e quaisquer crenças ou práticas que contrariassem os dogmas e as doutrinas do catolicismo. Portanto, fez críticas as diversas práticas associadas aos costumes da população da Bahia e de Sergipe, quando anotava ações consideradas impuras para um cristão: o jogo, as bebidas alcólicas, as crenças populares, como o samba de coco, a leitura de bíblias e qualquer literatura religiosa trazida pelos

⁸⁰⁴ AHNSP – Caixa C1 – Caderno das Missões dadas por Frei Caetano de San Leo, p. 4.

⁸⁰⁵ Ibid., p. 4-6.

protestantes. Assumia a postura de um agente do bispo romanizador/ultramontano que desejava banir da sociedade seus costumes e crenças em nome de Cristo.

Seu aprendiz Frei Caetano de San Leo também seguia a determinação da Ordem quando passou a registrar a impressão que tivera da população visitada nos dias das missões, embora de forma mais moderada que Frei João. A moderação de Frei Caetano pode estar relacionada a personalidade mais radical de Frei João, mas também aos tempos republicanos. Pressupõe-se que havia a necessidade de ser mais cauteloso em relação ao tratamento da crença dos outros, já que a Constituição dava o direito de o cidadão optar por seu credo religioso, de maneira plena, ao menos juridicamente. Nesse sentido, a semelhança de seu companheiro, Frei Caetano também deixou escrita a impressão de que tivera do “povo” de algumas das paróquias de Sergipe: “ignorante”, “cachaceiro”, “desconfiado”, “indolente”, “jogador”, “relaxado”.⁸⁰⁶

As impressões deixadas tanto por Frei João quanto por Frei Caetano denotam a necessidade de reformar os costumes da população, bem como combater as práticas que contrariavam os dogmas e as doutrinas do catolicismo. Nesse aspecto, muitas das práticas protestantes – contrárias à Virgem Maria, aos santos, ao purgatório – eram tratadas por estes capuchinhos nos dias da missão, principalmente, nas localidades que eles identificavam a presença de famílias adeptas ao protestantismo e demais crenças religiosas. Entretanto, por seus registros observa-se que em muitas missões a paz reinava e, nesses casos, a população atendia aos anseios destes religiosos, quando estes passavam a adjetivá-los de “povo bom”. Por se tratar da ação dos capuchinhos na fase de D. José, optou-se por usar como guia as anotações de Frei Caetano de San Leo, restritas às missões realizadas em Sergipe, selecionando as matérias do jornal *A Cruzada* referentes às visitas pastorais.

Seis anos depois de Frei Caetano ter percorrido parte do estado da Bahia com os experientes capuchinhos Venâncio Ferrara, Paulino Fognano e João Evangelista, chegou ao estado de Sergipe em novembro de 1901. Ele passou a ser o missionário mais experiente a conduzir as novas levas de missionários da província das Marcas que chegavam à missão da Bahia. Nessa primeira temporada, Frei Caetano realizou missão na vila de Boquim, na cidade de Simão Dias e no Campo do Brito, tendo por companheiro Frei Gabriel de Cagli. Passaram por Carira durante as festas natalinas, quando estavam a caminho de Geremoabo, na Bahia. Sobre sua primeira missão nesse estado escreveu Frei Caetano:

33.^a Missão. – Na villa do Boquim, Sergipe, com Fr. Gabriel de Cagli, teve início a 18 de Novembro de 1901, terminando no dia 25. Realisaram-se os seguintes trabalhos: 48 baptizados, 76 casamentos, 1716 confissões, 565

⁸⁰⁶ Ibid.

chrismas. Além destes trabalhos espirituais, aumentou o Cemitério, enchendo-se durante a Missão, os alicerces da nova Capella e do cemitério. Carregou-se muita pedra e adquiriu-se de esmolas para a obra, 193\$000 reis. Tudo em paz. Assistida por 8.000 pessoas.⁸⁰⁷

Neste ano das primeiras missões de Frei Caetano por Sergipe, monsenhor Olímpio de Souza Campos exercia o mandato de presidente do estado e monsenhor Manoel Raimundo de Mello estava à frente da freguesia de Aracaju, substituindo, justamente, Olímpio Campos.⁸⁰⁸ Percebe-se que as esmolas da primeira missão foram destinadas as referidas obras realizadas naquela vila. Prática comum destas missões. Entretanto, em alguns dos relatos constam que parte das esmolas angariadas também foram destinadas a Igreja. Indício de que os capuchinhos incentivavam a população a contribuir com o patrimônio necessário para a criação da diocese de Aracaju.

A segunda temporada destes missionários em Sergipe teve início em 19 de agosto de 1903, na freguesia da vila Cristina, atual município de Cristinápolis, de onde prosseguiram para Gerú, capela filial de Itabaianinha. Nesta localidade descreveu Frei Caetano:

45^a. Missão. – Em Gerú, Capella filial de Itabaianinha, com fr. Gabriel de Cagli, principiou em 31 de Agosto de 1903 e terminou em o dia 8 de Setembro. Resultados: 1350 confissões, 66 baptizados, 585 chrismas, 61 casamentos. Ajuntou-se pedra para o novo cemitério, cavou-se os alicerces. Tirou-se de esmolas 52\$000 reis, para o mesmo fim. Principiou-se um tanque. Assistentes, 8 mil pessoas. Tudo correu bem. Preguei contra a feira feita aos Domingos, o povo prometeu-me, não ir mais assistir a feira, para não profanar o dia Santo.⁸⁰⁹

Assim como a comunidade da vila de Geru, muitas das povoações sergipanas costumavam organizar a feira livre aos domingos. Depois da insistência dos capuchinhos em guardar o dia santo⁸¹⁰ para cuidar das coisas de Deus e da alma, muitas delas foram transferidas para outro dia da semana. Da vila de Geru prosseguiram a realizar missões na vila de Itapicurú de Cima, ou Missão da Saúde; na vila Barracão, em Pedra Mole, capela da freguesia do Campo do Brito, na vila de São Paulo/atual Frei Paulo, na cidade de Itabaiana e na vila de Siriry.

Depois de missionar na Bahia, os referidos capuchinhos retornaram a Sergipe em 10 de janeiro de 1905. Nessa terceira temporada, os palcos das missões foram a vila de Pacatuba, em

⁸⁰⁷ Ibid., p. 8.

⁸⁰⁸ Sacerdotes da paróquia de Aracaju: Conego Elizario Muniz Telles (1860-1864); Conego José Alberto de Sant' Anna (1864-1866); Conego José Luiz de Azevedo (1866-1879); Monsenhor Olympio de Souza Campos (1880-1901); Monsenhor Manoel Raimundo de Mello (1901-1903); Conego João Florencio da Silva Cardoso (1903 a 31 de dezembro de 1918); Conego José Geminiano de Freitas (nomeado em 31 de dezembro de 1918, mas pediu exoneração); Padre Basiliscio Raposo de Oliveira, Encarregado da Paroquia a 4 de janeiro de 1919.

⁸⁰⁹ AHNSP – Caixa C1 – Caderno das Missões dadas por Frei Caetano de San Leo, op. cit., p. 9.

⁸¹⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 36, 28 de setembro de 1919, p. 1. Na coluna intitulada Evangelho, explicou com base na passagem extraída de Lucas, c XIV, 1-11, a necessidade de os fiéis guardar o Domingo para cuidar das coisas de Deus e da alma, depois de ter trabalhado nos seis dias úteis.

Jaboatão, em Sítio do Meio (freguesia de Aquidaban), na vila de Santo Amaro, na vila de Boquim, na vila do Riachão e na cidade de Lagarto. Destas missões, Frei Caetano fez questão de ressaltar o ocorrido na vila do Riachão:

63^a. Missão. – Na villa do Riachão, Sergipe, com Fr. Gabriel de Cagli, teve princípio em 17 de Março e terminou no dia 25. Resultados: 52 baptizados, 1034 chrismas, 1421 comunhões, 107 casamentos. Ajuntou-se muita pedra para a reconstrucção do cemitério parochial, principiou-se os alicerces. **Tivemos uma luta contra os protestantes, embora esta seita tivesse número diminuto. Tem um collegio com professora propria.** Não houve desordens. Assistentes 8 mil pessoas.⁸¹¹ [grifo nosso].

Esta foi a primeira referência de Frei Caetano aos conflitos com protestantes no estado de Sergipe, justamente na vila de Riachão, localizada no sul de Sergipe, onde os presbiterianos estavam a conquistar prosélitos. Desde 1902, a família de Manoel Antônio dos Santos David e o reverendo Cassius Edwin Bixler residiam na cidade de Estância. O missionário norte-americano Bixler foi o responsável pela expansão do presbiterianismo em Riachão, Lagarto, Urubutinga, Simão Dias, Entre Rios e Coité. Por coincidência alguns dias depois da missão capuchinha, se deu a organização da igreja presbiteriana de Estância, em 27 de março de 1905. Bixler ainda organizou igrejas em Lavandeiras (1903), Urubutinga e Simão Dias (1911), e atuou em outros pontos de pregação distribuídos pelo estado, inclusive, em Frei Paulo. Além destas informações, Matos destacou a impressão que alguns sergipanos apresentavam a respeito deste missionário presbiteriano que assim como os capuchinhos italianos viajava pelos povoados, vilas e cidades deste estado:

Bixler percorria as estradas quase ermas cavalgando um burrico, vestido com seu alvíssimo guarda-pó, um capacete branco na cabeça, óculos claros deixando ver o azul dos olhos de gringo, tudo isso despertando a curiosidade e o temor das populações camponesas, que desconheciam essa indumentária. Para o povo atrasado, que lhe negava água e hospedagem, o estranho viajante andava a serviço do “cão”. Exclamavam: “Vejam o nome – Dr. Bicho!”⁸¹²

⁸¹¹ AHNSP – Caixa C1 – Caderno das Missões dadas por Frei Caetano de San Leo, op. cit., p. 11.

⁸¹² MATOS, Alderi Souza de. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*, op. cit., p. 151-153. Cassius Edwin Bixler nasceu em Eschol, na Pensilvânia, em 10 de outubro de 1862. Obteve o grau de bacharel no Colégio de Nova Jersey, em Princeton, em 1892. Estudou teologia no Seminário Presbiteriano de Chicago (1892-1893) e no Seminário de Princeton (1893-1895). Foi licenciado pelo Presbitério de New Brunswick e ordenado pelo Presbitério de Fort Dodge em 11 de setembro de 1895, exercendo o pastorado em Armstrong, Iowa. Em 9 de novembro de 1896 chegou ao Brasil, dirigindo-se de imediato para Sergipe, onde trabalhou com Kolb e Finley. Em 1898, Finley ficou responsável pelo campo de Laranjeiras e Bixler iria para Aracaju. Em 1899 casou-se com Florence B. Elwell. Em 13 de dezembro de 1901, participou da organização da igreja de Aracaju, ao lado de outros missionários. Em setembro de 1902 foi transferido para Estância, residindo até 1913. Foi transferido para a Bahia, onde assumiu a direção do Colégio Ponte Nova. Em 1934 mudou-se para os Estados Unidos, onde faleceu em 7 de dezembro de 1952. Sobre a atuação de Bixler no estado de Sergipe é possível confrontar esses dados apresentados por Matos com as informações da Ata da Igreja Presbiteriana de Laranjeiras/Sergipe. Esta ata foi escrita em comemoração aos 132 anos da história desta denominação no Estado, constando que: o reverendo Bixler

Matos chegou a mencionar que Bixler sofreu oposição de alguns fanáticos instigados pelo clero, sem mencionar o nome dos capuchinhos. A percepção de parte da população de enxergar no outro, ou seja, naquele pastor presbiteriano, uma representação de satanás está diretamente ligada com as prédicas dos capuchinhos. Frei Caetano no sermão intitulado “Inferno” salientou a necessidade de tratar deste assunto por existir entre os cristãos “certos peccadores obstinados, com um coração duro e perverso”, que necessitavam da conversão para evitar aquela morada. Primeiro descreveu o cenário deste lugar, onde o fogo devoraria os pecadores na eternidade. Em seguida fazendo uma analogia com os males cotidianos tentou mostrar aos ouvintes da missão o quanto padeceriam se viessem a queimar nas chamas do fogo do inferno.

Soffrerão, em um só tempo as febres mais ardentes, as cousas mais terríveis, as dôres mais cruéis que se possam conhecer sobre a terra. Terão uma fome, uma sede devoradora, somente por um prodígio do Onnipotente poderão suportar; oh!... que cruel situação será a dos réprobos no inferno?!...⁸¹³

As palavras do capuchinho poderiam causar medo aos ouvintes que deveriam assimilá-las aos tormentos cotidianos – as febres eram comuns neste período, a fome, a falta de água potável nas épocas de secas. Talvez considerando essa analogia que Frei Caetano passou a descrever os prováveis candidatos a arderem no fogo do inferno e aqueles, que na sua percepção, estavam certamente destinados àquele fim. Na sua relação encontra-se grafado com letra maiúsculas os Protestantes, conforme se pode observar na descrição extraída de seu sermão sobre o Inferno.

Oh!.. triste sorte de uma alma amaldiçoada e carregada de todos os males. Mas, para quem está reservado este logar os tormentos. Ah! Caríssimos Irmãos!.. ouvi o que diz o Propheta David, um tal logar é destinado a quem desobedecer aos santos mandamentos da lei de Deus e da Igreja e que seguem o caminho das iniquidades; deixam se levar pelas brutaes paixões, vivem presos pelo peccado, escravos de satanás, *ibi ceciderunt qui operantur iniquitatum*. Será certo para os idolatras, Protestantes, mas também será para os catholicos, que seguem as máximas do mundo e não cumprem a lei christã.⁸¹⁴

A descrição do capuchinho continua a destacar que o inferno será moradia dos blasfemadores, inclusive para ele caso não desempenhasse bem o seu dever de sacerdote e para todos os ouvintes daquela missão que não cumprissem “os deveres do vosso estado e não

deu continuidade aos trabalhos nas seguintes localidades: Carmopolis, Japaratuba, Capela, Dores, Prazeres, Mucambo, Rosário, Divina Pastora, Riachuelo, Santa Rosa, Manissoba, Bonfim, Itaporanga, Urubutinga, Riachão do Dantas, Simão Dias, Capivara, Poço Verde, Rainha dos Anjos, Itabaianinha, Arauá, vila Cristina, Espírito Santo e Boquim.

⁸¹³ AHNSP – Caderno dos Sermões de Frei Caetano de S. Leo (Inferno), p. 59.

⁸¹⁴ Ibid.

viverdes como bons cristãos”. Depois de feita a explanação dos tormentos reservados àqueles que poderiam estar entre os possíveis moradores do inferno, o capuchinho apontou uma solução: “Procurae fazer penitência dos vossos pecados, e assim, fugireis de terdes uma eternidade tão desgraçada. Pois não há meio termo ou a Penitência ou Inferno”.⁸¹⁵ Nesse sentido, para o cachaceiro, para o jogador, para o preguiçoso, para o relaxado, ainda havia a esperança de expiar os seus pecados através da penitência, que deveria ser iniciada naqueles dias da missão.

Na percepção apresentada por Frei Caetano, a “morte é certa, mas a hora é incerta” até mesmo para os mais jovens. Portanto, os pecadores não deveriam dilatar a sua conversão. Esta foi a temática tratada após descrever os horrores da morada do inferno. Nesse sermão intitulado “Dilação da Conversão” o missionário fez questão de ressaltar a quais tipos de pecadores pretendia falar, destacando que é urgente a conversão.

Não me dirijo a estes malvados de profissão e de hábito os quaes já lançaram do seu coração a religião, a fé; jamais procuraram a Deus, não se lembram de salvar a alma, estes ah já renunciaram o Paraizo, já não têm vontade de se corrigir. Mas, se por ventura soubesse que n’este pequeno auditório existia alguém que tivesse tão cega consciência o que poderia fazer como pobre Sacerdote? Ah! Prostar-me-ia aos pes d’Este Amor Crucificado e Lhe recordaria, Lhe suplicaria de renovar alguns d’aqueles exemplos de sua infinita misericórdia pela qual tantas almas pecadoras sahiram de tão medonhas trevas em que jaziam sepultadas mediante uma graça triumphadora e confiando nas suas divinas promessas me confortarei na doce esperança de ser imediatamente atendido.⁸¹⁶

Nesse sentido, as práticas deste religioso, diferente das ações de Frei João e Frei Paulo em combater os protestantes, estão condizentes com a nova postura da Igreja em trazer de volta as ovelhas tresmalhadas para o redil católico. Por fim, Frei Caetano lançou o convite aos pecadores arrependidos para que estes aproveitassem

estes poucos dias da Santa Missão, apresentae-vos ao santo tribunal de penitência, e la achareis os Ministros do Senhor, que vos escutará com a santa caridade de um Pae extremoso. Lá no Sagrado Tribunal vos acusareis das vossas faltas passadas, as detestareis de todo coração, jurareis ter uma lucta continua com as vossas más inclinações, hábitos e vícios e assim tereis ao pecado um ódio implacável. Emfim, n’este santo Sacramento, achareis a santa misericórdia de um Deus; lança-e-vos nos pés do Crucifixo no qual tem Jesus os braços abertos para os filhos ingratos que arrependidos se lançam em seus braços e Elle virá em vosso socorro e vos receberás com santa alegria e consolação.⁸¹⁷

⁸¹⁵ Ibid., p. 63-64.

⁸¹⁶ AHNSP – Caderno dos Sermões de Frei Caetano de S. Leo (Dilação da Conversão), p. 67.

⁸¹⁷ Ibid., p. 76.

Pelas palavras proferidas neste sermão da “Dilação da Conversão” observa-se que o pregador não se referiu aos conversos de outras crenças, deixando a entender que qualquer pecador, ou filho ingrato, poderia ser perdoado desde que praticasse a penitência e cumprisse os mandamentos da Igreja. Estes dois sermões faziam parte de um livro em que constam outros sermões proferidos em todas as missões. Portanto, é provável que tenham sido proferidos em todas as localidades sergipanas em que Frei Caetano realizou suas missões, com mais ênfase a criticar os protestantes nas localidades que foram palcos das pregações do reverendo Bixler, nas quais existiam conversos. Percebe-se que chegou a missionar mais de uma vez em algumas destas localidades.

Ainda no ano de 1905, Frei Caetano retornou a Sergipe, dessa vez acompanhado por Frei Camilo de Crispiero. Iniciava no dia 22 de novembro a quarta temporada de suas missões nas seguintes localidades: Palmares (capela filial de Riachão); em Pedra Mole (capela filial da freguesia de Campo do Brito). Ao sair de Sergipe os missionários passavam a percorrer outras vilas e cidades do território baiano, que também expandia o número de adeptos de outras crenças. Na missão realizada em setembro de 1906, na vila do Angical, chamou a nossa atenção quando Frei Caetano destacou que durante a missão se deu a construção de “um cemitério com 300 palmos de fundo e 150 de frente, benzeu-se, deixando-se um lugar para sepultar os protestantes”.⁸¹⁸ Os registros deixados por Frei Caetano tanto na Bahia quanto em Sergipe deixaram pistas sobre os costumes das populações na perspectiva do capuchinho.

A quinta temporada nas terras sergipanas se deu de 5 de janeiro a 10 de fevereiro do ano de 1907. Nesse intervalo Frei Caetano e Frei Camilo realizaram missões na vila de Campos, Simão Dias, Poço Verde e Itabaianinha. Retornaram em 11 de setembro daquele ano para missionar em Umbahuba (capela da freguesia de Itabaianinha) e na vila de Christina. No ano de 1908 não constam registros das missões, segundo Frei Caetano a causa de não ter missionado foi a seca que desolava os dois estados. No ano de 1909, missionou somente na Bahia, retornando a Sergipe em janeiro de 1910. Dessa vez realizou missão em Jaboatão e Rosário do Catete. Por conta de uma pneumonia que acometeu Frei Caetano a missão no Rosário foi suspensa por alguns dias. A doença deve ter motivado um intervalo de quatro meses sem missões, quando voltou a percorrer algumas localidades do estado da Bahia.

Em 24 de setembro de 1910, Frei Caetano e Frei Camilo estavam na cidade de Lagarto, quando passaram a missionar em Pacatuba, Sítio do Meio (freguesia de Aquidaban), no Carmo (capela filial do Rosário do Catete), na cidade de Laranjeiras, na vila de Campo do Brito, na

⁸¹⁸ AHNSP – Caixa C1 – Caderno das Missões dadas por Frei Caetano de San Leo, p. 13.

vila de São Paulo, na vila das Dôres, no Malhador (capela filial da cidade de Riachuelo). A última missão dessa fase terminou em 14 de março de 1911, quando os registros demonstram uma pausa. Somente em janeiro de 1912, voltou a missionar no estado da Bahia. Dessas missões realizadas no estado de Sergipe dos tempos republicanos ainda consta a referência a queima da literatura protestante:

104.^a MISSÃO – No Carmo, Capella filial do Rosario do Catéte, Sergipe, com Fr. Camillo de Crispiero, começou em 27 de Dezembro, terminando em 2 de Janeiro de 1911. Resultados: 22 baptisados, 234 chrismas, 670 comunhões, 11 casamentos. Ajuntou-se pedra, barro e areia para concertar a Capella. Esmolas para a mesma 1:000\$000 reis. **Queimou-se livros protestantes.** Tudo correu bem.⁸¹⁹ [grifo nosso].

Todas essas missões se deram no período em que a população sergipana ainda não conhecia o primeiro bispo da recém criada diocese de Aracaju, e os capuchinhos estavam a desempenhar as funções conforme determinação de D. Jerônimo Thomé da Silva. Este arcebispo, a partir de primeiro de dezembro de 1899, ampliou a ação dos capuchinhos da Arquidiocese da Bahia, concedendo-lhes as seguintes faculdades: dispensas nos impedimentos matrimoniais e nos termos de declaração; administrar o sacramento da Penitência aos fiéis e absolvê-los; de poder absolver os maçons, os hereges públicos e sectários, recebendo em foro externo suas abjurações e retratações, e também de poder batizar os adultos que tenham a necessária instrução; pregar e dar missões em todas as Igrejas e Capelas das freguesias do Arcebispado, celebrando e pregando mesmo na praça pública, conforme o costume e a necessidade da ocasião; de poder usar do altar portátil toda vez que seja necessário; de conservar em qualquer lugar decente o S.S. Sacramento, expô-lo a pública adoração dos fiéis nas matrizes e capelas e fazer com Ele a procissão solene em um dos dias da missão caso se possa fazer com o devido decoro e respeito; habilitar para as confissões e absolvições os sacerdotes desta arquidiocese cuja provisão tenha expirado sem queixa conhecida; edificar e benzer novas igrejas e cemitérios e reconciliar estes e aqueles quando profanados, exceto os cemitérios a cargo das municipalidades que não poderão ter benção geral; administrar o sacramento da Confirmação; permitir a celebração do Matrimônio nos tempos proibidos, em oratório particular e a qualquer hora com as benções nupciais.⁸²⁰ Por este documento fica claro a

⁸¹⁹ Ibid., p. 17. Frei Caetano de San Leo realizou a missão de Poço Verde, sozinho, não evidenciando o motivo da ausência de seu companheiro.

⁸²⁰ Elenco das faculdades que o Arcebispo da Bahia costumava conceder aos missionários capuchinhos (ACB/8). In: REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos das Marcas e a Fundação da Província de N. S. da Piedade*, Vol III, op. cit., p. 333-339. Destaca que no caso concedido aos sacerdotes, as faculdades só poderão ser exercidas por tais sacerdotes durante a missão e nos quinze dias seguintes. Consta ainda no documento que os missionários poderiam: dispensar dos proclamas havendo justa causa precedendo licença dos pais se os nubentes forem menores

relevância destes religiosos para a implementação da reforma empreendida por D. Jerônimo, e depois por D. José na diocese de Aracaju.

A partir de 1912, Frei Caetano e seus companheiros também passaram a seguir as determinações de D. José, quando realizavam missões nas paróquias jurisdicionadas a diocese de Aracaju. Muitas dessas foram realizadas nos dias destinados às visitas pastorais, conforme pode ser observado pelos Termos de Visita Pastoral, publicados no jornal *A Cruzada*, utilizados para organização do Quadro abaixo.

Quadro 5 – Missões capuchinhas nas visitas pastorais de D. José

Data	Local	Capuchinhos
Junho a julho de 1912	Itaporanga e capelas Dira e Sapé	Não consta missão dos capuchinhos. ⁸²¹
Dezembro de 1912	Vila de Japarutuba	Não consta missão dos capuchinhos.
Janeiro de 1913	Maroim	Não consta missão dos capuchinhos.
Agosto de 1913	Laranjeiras ⁸²²	Não mencionou missão, destacando os franciscanos (Elias Essfeld e Estevam Rottger) e o capuchinho Camillo de Crispiero como auxiliares.
Setembro de 1913	Capela de Sítio do Meio (paróquia de Aquidaban)	Frei Cazimiro Broctocp Frei Camilo de Crispiero
Setembro de 1913	Matriz de Aquidaban	Frei Cazimiro Broctocp Frei Camilo de Crispiero
Outubro de 1913	Capela	Frei Cazimiro Broctocp Frei Camilo de Crispiero
Outubro de 1913	Divina Pastora	Frei Cazimiro Broctocp Frei Camilo de Crispiero
Novembro de 1913	Santa Rosa	Frei Cazimiro Broctocp Frei Camilo de Crispiero
Agosto de 1914	Itabaiana e Saco do Ribeiro	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbania

e fazer publicar pregões nos dias da missão; dispensar do impedimento de afinidade ilícita em 1º e 2º gráo, da linha lateral e também no 1º da linha reta quando houver certeza, que um cônjuge não é prole do outro; dispensar nos impedimentos de consanguinidade quer seja lícita ou ilícita [...]; Nos casos daqueles que tiveram concedida a licença matrimonial, mas não conseguiram realizar o matrimônio durante a missão, ou ainda, que decidiram depois de concluída “reformular sua vida, pelo casamento” podem gozar da licença pelo prazo de três meses da data da concessão. O documento ressalta que nenhuma das supracitadas dispensas ou faculdades serão concedidas sem prévia informação dos respectivos párocos. Exceto se viajando pelo centro de alguma freguesia tenha que realizar o matrimônio devido a gravidade de alguma moléstia. Nesse caso deve-se administrar também a Extrema Unção aos moribundos. Adverte que os missionários devem tomar nota das dispensas matrimoniais concedidas. Estes livros depois de completos devem ser entregues ao secretário do Arcebispado e por estes recolhidos no arquivo. Documento assinado em 1º de dezembro de 1899, por Jeronymo, Arcebispo da Bahia.

⁸²¹ No Termo da primeira visita pastoral consta que a freguesia de N.S. da Ajuda de Itaporanga (anexada a São Cristóvão) estava confiada a regência paroquial dos franciscanos residentes em São Cristóvão (Frei Marcos Nobel, Frei Joaquim Benke, e Frei Elias Essfeld). Ainda registrou a passagem na usina Escurial (do coronel Adolpho Rolemberg) que doou um conto para o Seminário. Não consta registro de missão nessa Visita.

⁸²² No Termo da visita pastoral de Laranjeiras, realizada entre os dias 10 e 18 de agosto de 1913 chamou a atenção o destaque dado a realização de casamentos de pessoas que tinham realizado o casamento civil conforme se observa na descrição: “32 batizados e 83 casamentos de concubinários públicos e ligados somente pelo chamado casamento civil”. *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 48, 12 de dezembro de 1920, p. 3.

Setembro de 1914	Anápolis	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Setembro a outubro de 1914	Lagarto	Frei Camillo de Crispiero Frei Francisco de Urbana
Outubro a novembro de 1914	Itabaianinha e capelas de Umbaúba e Geru	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Março de 1915	Estância	Frei Caetano de San Leo Frei Agostinho de Loro
Setembro de 1915	Araúá	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Setembro de 1915	Espírito Santo e as capelas do Hospício e do Pontal	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Novembro de 1915	Vila de Itaporanga	Frei Eduardo Herberhold Frei Paschasio Ptoh (franciscanos) ⁸²³
Setembro de 1916	Campos	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Setembro de 1916	Poço Verde	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Setembro de 1916	Maroim	Frei Caetano de San Leo Frei Agostinho de Loro
Outubro de 1916	Divina Pastora	Frei Caetano de San Leo Frei Agostinho de Loro
Outubro de 1916	Santa Rosa	Frei Caetano de San Leo Frei Agostinho de Loro
Fevereiro de 1917	Vila de Japarutuba	Frei Caetano de San Leo Frei Agostinho de Loro ⁸²⁴
Janeiro de 1919	Estância	Frei Camillo de Chrispiero Frei Francisco de Urbana
Agosto de 1919	Porto da Folha	Frei Gabriel de Cagli Frei Agostinho de Loro
Agosto a setembro de 1920	Campo do Brito; Macambira (capela filial de Campo do Brito); São Paulo; Itabaiana	Nada consta sobre a presença dos capuchinhos.
Outubro de 1920	Lagarto	Nada consta sobre a presença dos capuchinhos.
Julho de 1921	Anapolis	Nada consta sobre a presença dos capuchinhos.
Fevereiro de 1922	Aracaju (3ª visita)	Frei Eduardo Herberold Frei José Polhman (franciscanos)

Fonte: *A Cruzada* (1918-1926).

Nas primeiras visitas pastorais de D. José parece não ter contado com o auxílio dos capuchinhos. Estes passaram a auxiliar o bispo nas visitas a partir de 1913. A missão poderia

⁸²³ Consta no Termo da segunda visita pastoral a vila de Itaporanga que os “zelosos missionários franciscanos Frei Eduardo Herberhold e Frei Paschasio Ptoh” realizaram uma Santa Missão iniciada aos dias 16 de novembro de 1915, e de 21 a 24 se deu a segunda visita pastoral. Destacou, ainda, que a paróquia era confiada a Frei José Polhmann, vigário de São Cristóvão. Cf. *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 33, 29 de agosto de 1920, p. 3.

⁸²⁴ Nesse caso consta que primeiro se deu a missão dirigida pelos zelosos missionários capuchinhos, ressaltando as comunhões realizadas no curso deste evento que ainda se deram 44 batizados e 38 casamentos. A visita pastoral se deu entre os dias 4 e 7 de 1917. Cf. *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 38, 3 de outubro de 1920, p. 3.

anteceder a visita, mas a maioria delas foram realizadas concomitantemente. Entretanto, observa-se algumas exceções, como na visita realizada em Itaporanga, quando a missão ficou a cargo dos religiosos do convento dos Franciscanos de São Cristóvão. De qualquer forma, o que se observa é a constante presença dos regulares secundando o bispo, reforçando o papel atribuído aos religiosos no processo de reforma do catolicismo e na sua defesa contra os inimigos identificados pela Igreja ultramontana.

Em 1918, o jornal *A Cruzada* trazia uma matéria descrevendo os serviços realizados por D. José no intervalo de seis anos: fundação do Seminário do Coração de Jesus, instalado a 4 de abril de 1913; fundação do órgão católico, *A Cruzada*; ereção da obra dos Tabernáculos; criação da Associação Pia União das Filhas de Maria, em várias paróquias; incremento ao Apostolado da Oração, ressaltando ainda que o bispo havia “percorrido em visita pastoral toda esta diocese”.⁸²⁵ Pelos dados do quadro observa-se que Frei Caetano de San Leo e outros missionários vindos da província das Marcas de Ancona – Gabriel de Cagli, Agostinho de Loro – foram auxiliares do prelado na implementação da reforma. Feita a visitação em todas as paróquias, D. José voltou a renová-las, contando ainda com as missões dos capuchinhos conforme pode ser observada pela segunda visita pastoral realizada na freguesia de Estância.

Revistiu-se da maior pompa e solenidade a renovação da Visita Pastoral de nosso Prelado à Freguezia de Estancia, iniciando com a Santa Missão pregada pelos Religiosos Capuchinhos Frei Camillo de Chrispiero e Frei Francisco de Urbana. Foi um triumpho verdadeiro de fé a procissão do S.S. Sacramento no encerramento da visita. Registrou-se o seguinte resultado: crismas 276 homens e 319 mulheres, total de 595; comunhões 1023 homens; 3445 mulheres, total 4468; comunhão solene das creanças, 85 meninos, 100 meninas, total 185; 54 baptizados e 30 casamentos. Não podemos calar os frêmitos sagrados de nosso entusiasmo diante deste glorioso coeficiente: – 1023 communhões de homens! Muitos e muitos bravos a sempre tradicional Estância: nossos mais cordiaes parabéns ao nosso prezadissimo amigo mons. Victorino Fontes.⁸²⁶

A participação do bispo não se restringia às missões que eram realizadas durante as visitas pastorais. Observa-se, na nota publicada no jornal *A Cruzada* de primeiro de setembro de 1918, que D. José “irá a S. Christovam na próxima terça-feira afim de assistir ao encerramento da Santa Missão, que ali está sendo pregada, o nosso incansável e apostólico Prelado [...] regressará na quinta-feira imediata.”⁸²⁷ Nesta edição, noticiou *A Cruzada* que a referida missão estava sendo pregada pelo religioso franciscano frei Eduardo Herberhold, superior dos franciscanos na Província do Norte do país, que estava em Sergipe visitando as

⁸²⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 10, 4 de agosto de 1918, p. 1.

⁸²⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 2, 26 de janeiro de 1919, p. 3.

⁸²⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 13, 1 de setembro de 1918, p. 3.

missões dos franciscanos empenhados na catequese e civilização dos índios. O bispo ainda esteve presente no retiro organizado por este franciscano. Pelas notas do periódico diocesano percebeu-se as diversas viagens que o bispo realizou para as suas paróquias, muitas delas tinham relação direta com a sua participação nas visitas pastorais e missões.

Ainda nessa fase, quando o objetivo dos capuchinhos estava diretamente ligado às missões, eles também chegaram a assumir paróquias. Em 1919, por exemplo, o padre da Freguesia de Campos Virgílio Montalvão se encontrava enfermo quando foi substituído temporariamente pelo capuchinho frei Agostinho de Loro.⁸²⁸ Estes religiosos foram identificados nas páginas do jornal católico sempre com muito apreço e consideração, conforme se observa pela nota seguinte sobre a visita do superior da Ordem em Aracaju: “Acha-se nessa cidade o venerando religioso capuchinho frei Gabriel Cagli, digno superior do convento da Piedade, na Bahia”.⁸²⁹

Percebe-se que as funções das missões extrapolavam o exercício das práticas sacramentais desde os tempos coloniais. Havia uma série de interesses em jogo quando uma missão era planejada. Os interesses religiosos da salvação da alma estavam associados aos interesses políticos de manter a ordem vigente, e no oitocentos à promoção dos ideais de progresso a civilização mediante a transformação do bom cristão no bom cidadão. Um cidadão ordeiro e trabalhador temente a Deus e às leis civis. Pelos dados extraídos dos Termos das visitas, constatou-se ainda que D. José não se limitava a realizá-las nas sedes das freguesias. Nesse caso, chama atenção a sua primeira visita pastoral à paróquia de Santo Antônio de Itabaiana, no ano de 1914. Na ocasião a visita foi estendida ao povoado Saco do Ribeiro, onde os capuchinhos realizaram uma missão e deixaram como tarefa a construção da capela.

4.4 As missões capuchinhas e a capela: o caso de Saco do Ribeiro

No dia 17 de agosto de 1914, a cidade de Itabaiana estava repleta de pessoas de todas as partes da freguesia e cercanias. Sob a organização do vigário Vicente Francisco de Jesus, na igreja matriz, a comunidade de fiéis recebia pela primeira vez em visita pastoral o bispo D. José Thomaz Gomes da Silva. O prelado, na ocasião, contava com o auxílio dos frades capuchinhos Camillo Crispiero e Francisco de Urbana, responsáveis pela realização da missão. Outros sacerdotes estiveram presentes, auxiliando-o nas diversas atividades: o vigário Frei Elias

⁸²⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 34, 14 de setembro de 1919, p. 3.

⁸²⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 9, 23 de março de 1919, p. 4.

Essfeld, secretário da visita, José Bernardino Dias Nabuco, vigário do Riachuelo, Francisco Freitas de Menezes, vigário de Campo do Brito, João de Souza Marinho, vigário de São Paulo/Frei Paulo, Philadelpho Jonathas de Oliveira, vigário de Laranjeiras, o padre Possidonio Pinheiro da Rocha, lente do Atheneu Sergipense e o cônego João de Matos Freire de Carvalho, vigário da freguesia de Coité, da Arquidiocese da Bahia.

Nesta visita realizada na sede da freguesia, entre os dias 17 e 26 de agosto de 1914, os referidos sacerdotes realizaram os seguintes atos: a missa pontifical de ação de graça, a entronização da imagem do Sagrado Coração de Jesus na casa do vigário Vicente Francisco de Jesus, a instalação da Pia União das Filhas de Maria, do Devocionário das Almas, e de uma Conferência de São Vicente de Paulo; a procissão do Santíssimo Sacramento com a benção papal; a sagração de um sino em honra do padroeiro Santo Antônio; a comunhão solene das crianças; uma comunhão geral em honra do Sagrado Coração de Jesus com o número de 125 homens e 689 mulheres; a visita ao cemitério paroquial e a absolvição dos finados da forma do Pontifical e uma secção extraordinária da Irmandade das Almas.

No dia 26, a visita teve continuidade estendendo-se até o dia 29, chegando ao povoado Saco do Ribeiro, onde os capuchinhos realizaram uma missão. Sobre os resultados desta visita o bispado deixou a sua impressão.

Muito consolador foi o resultado da Visita Pastoral neste povoado. Encontramos as melhores disposições do povo; **ficou instalada uma Secção do Centro parochial do Apostolado da Oração**, tendo sido inscripto grande número de associados. **Ficou resolvida a construção de uma Capella neste povoado, tendo por orago o Sagrado Coração de Jesus**, sendo nomeada a seguinte Commissão encarregada da mesma: os Snrs. Rosendo de Souza Monteiro, Fulgêncio de Souza Monteiro, José Francisco de Lima, José Alves Portella, Benicio Nunes de Lima, Manoel Alves Portella, Eteivino Alves Portella, Manoel José de Jesus, Marinho Pereira Ramalho, Manoel Francisco de Sant'Anna, Marcos Ramos do Nascimento e Higino José da Silva.⁸³⁰

Pelo documento do Termo da Visita Pastoral, observa-se que ficou constituída uma comissão formada por doze homens, responsável pela construção da capela no Saco do Ribeiro. Assim percebe-se a participação de civis interessados na demarcação do espaço sagrado sugerido pelas autoridades eclesiásticas. Os sobrenomes Souza Monteiro e Alves Portella são indicativos do grau de parentesco deles, ainda podendo estarem ligados via o casamento na condição de cunhados, genros. Vale ressaltar a existência das uniões conjugais entre primos na região das matas de Itabaiana. Estudando o povoado Lagoa da Mata, próximo ao Saco do

⁸³⁰ Termo da Visita Pastoral de D. José a freguesia de Itabaiana em agosto de 1914. In: *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 21, 6 de junho de 1920, p. 3. Vale ressaltar que as informações anteriores apresentadas sobre a extensão da visita pastoral ao Saco do Ribeiro foram extraídas desse Termo transcrito no jornal diocesano.

Ribeiro (hoje pertencente ao município de Ribeirópolis), Ellen Woortmann defendeu que “o casamento não pode ser visto apenas como uma maneira de assegurar a reprodução social. O seu objetivo maior é o da preservação do patrimônio representado pela terra.”⁸³¹

Levando em consideração a representatividade da terra para aquela sociedade e o papel das missões para o desenvolvimento delas, levantou-se as seguintes questões referentes ao povoado Saco do Ribeiro no ano de 1914: o arraial possuía muitas famílias necessitadas dos ensinamentos cristãos? O vigário Vicente Francisco de Jesus ministrava os sacramentos no lugarejo com frequência? Qual a representatividade econômica e política deste lugarejo no ano de 1914, a ponto de atrair uma visita pastoral? Na comissão havia proprietários de terras interessados em valorizá-las com a demarcação do espaço sagrado? Teria entre seus habitantes representantes na administração do município de Itabaiana que pudesse usar da sua influência política para com o vigário e o bispo?

A representatividade econômica pode ser compreendida através da historiografia. Por ela observa-se que as terras das matas de Itabaiana, das quais o Saco do Ribeiro fazia parte, passaram a ser bastante cobiçadas na segunda metade do século XIX. A explicação para a corrida desbravadora daquelas terras está na procura do algodão no mercado internacional, em decorrência da queda no fornecimento do produto pelos Estados Unidos, por conta da Guerra de Secessão.⁸³² Nessa fase, visando a utilização das terras para o plantio do algodão, muitos proprietários estenderam a criação de gado para terras do sertão sergipano. Foi nesse cenário que o nome do Saco do Ribeiro emergiu na configuração dos principais povoados de Itabaiana, ainda no século XIX.

Nesse sentido, buscando respostas para as questões elencadas, parte-se de duas hipóteses: a construção da capela para o clero estava imersa no projeto de expansão da cristandade conforme as diretrizes do projeto ultramontano em vigor, do qual o vigário de Itabaiana, os capuchinhos e o bispo eram representantes; a segunda tem relação com os interesses pessoais da comissão da capela, formada por criadores de gado, produtores e negociantes de algodão nas terras do Saco do Ribeiro e proximidades dela. Nesse caso, a construção da capela ultrapassava a expansão da cristandade, já que a capela contribuiria para

⁸³¹ WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995, p. 12.

⁸³² A representatividade do algodão para o Saco do Ribeiro da segunda metade do oitocentos pode ser observada nos trabalhos: CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O retorno do padre Vicente*, op. cit.; SANTOS, José Gilson dos. *Saco do Ribeiro (Ribeirópolis): pedaços de sua História*. Recife, PE: Bompreço Indústrias gráficas Ltda, 1987; SOUSA, Antônio Lindvaldo, *O Eclipse de um Farol*, op. cit.; WOORTMANN, Ellen F., op. cit.

a valorização de suas propriedades, atraindo para aquela região, ainda pouco habitada, mais mão de obra a baixo custo.

Ainda não se descartou a possibilidade de parte daqueles homens estarem imersos no cenário político de Itabaiana. Desse modo, a compreensão dos sujeitos interessados na construção da capela do Saco do Ribeiro permitirá compreender a representatividade do lugar, bem como a complexidade das relações do Estado e da Igreja nos tempos republicanos, quando ainda se percebe a forte atuação do clero regular no Sergipe. Certamente, esses homens eram conhecedores do papel desempenhado pelos capuchinhos nas diversas missões realizadas nas povoações outrora pertencentes a Itabaiana, desde os tempos coloniais, conforme demonstrado no primeiro capítulo. Nesse sentido, será analisado o papel desempenhado pelos agentes da Igreja na construção da capela entrelaçados com os interesses da sociedade civil.

Pelo documento da Visita Pastoral, D. José estava de acordo com a construção da capela, consagrando-a na ocasião ao Sagrado Coração de Jesus. Nesse aspecto o bispo estava a concordar com o projeto do vigário daquela freguesia, Vicente Francisco de Jesus, idealizador da ideia de estender a visita de 1914, na percepção de Sousa.

A ideia de “melhores disposições do povo” a que se refere D. José, certamente, estava associada ao trabalho cotidiano do pároco Vicente, as suas idas, aos domingos, ao Saco do Ribeiro, depois da missa na Matriz. Nesse povoado, o pároco celebrava missa, dava comunhão, ensinava o catecismo, confessava e casava os amancebados. Vicente sentia necessidade de uma capela naquela localidade e a instalação de uma Seção do Apostolado da Oração. A sugestão de criar a Seção do Apostolado e da edificação de uma capela em “Saco do Ribeiro” foi uma iniciativa do próprio Vicente, conforme ele mesmo afirma em carta enviada a Meneses, pároco de Campo do Brito. **Segundo Vicente: “D. José cumpriu ao que me prometeu quando iniciou a sua Visita a nossa freguesia. Solicitei que olhasse com muito carinho a povoação de Saco do Ribeiro”.**⁸³³ [grifo nosso].

Como foi visto, a demarcação do espaço sagrado, utilizando-se do símbolo da Cruz, bem como a implementação de novas devoções são estratégias da Igreja tridentina, utilizadas pelo clero dos países europeus no combate a Reforma Protestante e a laicização da sociedade. O clero ultramontano no Brasil também passou a fazer uso delas, objetivando a renovação espiritual e na busca das ovelhas desgarradas. Nesse aspecto, o caso de Saco do Ribeiro, embora tenha suas peculiaridades não era excepcional. Do mesmo modo que as práticas de Vicente de Jesus, de D. José e dos capuchinhos eram similares as de outros sacerdotes ultramontanos do clero secular e regular espalhados pelo Brasil.

⁸³³ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 188.

No caso da atuação do vigário Vicente de Jesus no Saco do Ribeiro não se sabe informar onde ele reunia a população antes da capela ser projetada. É possível que tenha utilizado o espaço das residências de algum dos moradores, assim como aconteceu com as primeiras missões. No tópico “A Vida Religiosa” parte do livro sobre os aspectos históricos de Saco do Ribeiro, José Gilson dos Santos refere-se à organização da missão de 1914 com as seguintes palavras:

A religiosidade popular sempre foi o traço marcante da comunidade ribeirãoopolitana. Podemos até dizer que foi a responsável direta pelo soerguimento da povoação, haja vista que a primeira concentração popular da localidade se deveu exatamente aos auspícios da realização de uma Santa Missão levada a efeito no mês de março de 1914, em uma casa de residência localizada na margem da antiga estrada de acesso à cidade de Itabaiana, via Barro Preto, nas cercanias do antigo curral do açougue e de propriedade do Sr. Manoel Joaquim de Santana, conhecido por “Manoel Maroto”, tudo sob a coordenação decidida do pároco da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Padre Vicente Francisco de Jesus, que foi titular da paróquia, entre 1913 e 1916. O sucesso do evento religioso foi tamanho, que certamente a partir daí vingou a ideia de implantação de uma feira no lugar, também realizada em agosto do mesmo ano de 1914, iniciando-se, portanto, a verdadeira fase de progresso da povoação, que antes disso não passava de um simples lugarejo com habitações modestas e esparsas.⁸³⁴

Pela fala de Santos observa-se a inexistência da capela do Saco do Ribeiro, sendo a missão de 1914 organizada na casa residencial de Manoel Joaquim de Santana. Possivelmente, o memorialista referia-se a missão realizada no mês de agosto daquele ano, a não ser que o vigário tivesse organizado outra missão, cinco meses antes da visita pastoral ter sido estendida aquele lugarejo. Vale ressaltar que não foram encontrados indícios nos livros de registros dos capuchinhos de que a missão de março de 1914 tenha ocorrido. Também não consta nenhum indício da referida missão nos registros do Livro de Batismos (1912-1914) da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Nesse mês, consta apenas um batismo de uma criança cuja família residia no Saco do Ribeiro. Diferente da Visita Pastoral de agosto de 1914 registrada no referido livro, constando diversos batizados de pessoas residentes naquela povoação.⁸³⁵ É possível que Santos tivesse confundido o mês em virtude da missão realizada em março, porém do ano de 1916.

⁸³⁴ SANTOS, José Gilson dos, op. cit., p. 16.

⁸³⁵ Livro de Batismo da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1912-1914), p. 167. Dos registros do mês de março de 1914 consta somente um batizado de uma criança que residia no Saco do Ribeiro conforme transcrição do assento: “Aos cinco de Março de mil novecentos e quatorze nesta Matriz de Santo Antonio e Almas de Itabaiana, baptisei solenmente a Manoel, nascido em dois de Novembro de mil novecentos e treze, legitimo de Estevão Zeférino dos Santos e Maria dos Prazeres, residentes no Sacco do Ribeiro; sendo padrinhos Manoel Joaquim de Sant’Anna e Anna Maria da Conceição; de que mandei lavrar este termo que assigno. Vigario Vicente Francisco Jesus”.

A visita pastoral de 1916 foi silenciada pelo memorialista, apesar de ter registrado as missões realizadas pelos capuchinhos dos anos de 1921 e 1930, destacando ter sido a construção da capela posterior a 1921, conforme se pode observar a partir das palavras do autor.

A tradição religiosa da época assinalava que a cada sete anos essa Santa Missão teria de ser repetida e a população não hesitou em efetivar no ano de 1921, desta vez defronte à casa residencial do **Sr. Maximino Oliveira, que se localizava na conhecida Rua das Tabocas, face à não existência, ainda, de uma capela própria para a sua realização**. Nesse segundo festejo religioso, a coordenação paroquial esteve a cargo do Monsenhor Constantino Augusto Sangreman Henriques, titular da freguesia de Itabaiana, entre 1917 e 1926. Esse ilustre Ministro da Igreja Católica teve a feliz iniciativa de reclamar da comunidade a construção de uma capela no Saco do Ribeiro, diante de mais um sucesso desse segundo conclave religioso, tendo o projeto se tornado realidade pouco tempo depois, contando para tanto com a colaboração da maioria da população, **destacando-se nesse empreendimento a pessoa do conhecido fazendeiro Rosendo de Souza Monteiro – Sinhozinho da Batinga**. A partir de então as celebrações religiosas e os casamentos passaram a ser realizados na capela e, quando a localidade em franco desenvolvimento passou à categoria de povoado [no caso Distrito de Paz], em 1927, a população já se movimentava para construir no mesmo lugar uma igreja, que tempos depois também se tornou realidade.⁸³⁶ [grifo nosso].

Como pode ser observado, Santos silenciou a participação do padre Vicente de Jesus na construção da capela do Saco do Ribeiro. Na sua percepção a iniciativa do projeto coube ao monsenhor Constantino Augusto Sangreman Henriques e a construção ao desempenho de Rosendo de Souza Monteiro. Nesse caso parece não se tratar de um equívoco de datas, já que na missão de 1916, quando os capuchinhos deixaram registrado a inauguração da capela, o vigário Vicente de Jesus ainda permanecia naquela freguesia. Veja que Santos demonstrou conhecimento sobre a troca dos sacerdotes e ainda afirmou que no lugar da capela em questão é o mesmo onde na atualidade se encontra a matriz do Sagrado Coração de Jesus do município de Ribeirópolis, antes Saco do Ribeiro.

Entretanto, Sousa tomando por base os registros deixados pelos capuchinhos da missão de 1916, cartas e outros documentos encontrados no Arquivo do Vaticano, apresentou outra versão da capela do Saco do Ribeiro.

Em 22 a 26 de março de 1916, depois da realização da Missão na matriz da Freguesia de Itabaiana, foi promovida uma nova Missão com a participação dos missionários capuchinhos Caetano de S. Leo e Agostinho de Loro em Saco do Ribeiro. Em suas anotações sobre as missões realizadas, Agostinho informou que, **nos últimos dias da Missão, concluiu-se a construção da capela dedicada ao Coração de Jesus, filial de Itabaiana**. Depois dos atos litúrgicos houve trabalho coletivo do povo. **“Juntou-se muita pedra para concluir a capela” e adquiriram-se muitas “esmolas para este mesmo**

⁸³⁶ SANTOS, José Gilson dos, op. cit., p. 16.

fim". Uma outra conquista importante dessa missão em "Saco do Ribeiro" foi acabar com a feira aos domingos".⁸³⁷ [grifo nosso].

Como se pôde observar, fazia parte da racionalidade do capuchinho registrar as missões, destacando informações por eles consideradas relevantes e dignas de conhecimento de seus superiores. No caso da referida missão, Frei Caetano de San Leo deixou registrado que na "capela do santíssimo Coração de Jesus, Saco do Ribeiro, capela filial de Itabaiana, com frei Agostinho de Loro, começou de 22 a 26 de março de 1916. Juntou-se muita pedra para concluir a capela. Esmolas para este mesmo fim de 133\$000". A expressão para concluir extraída dos registros de Frei Caetano de San Leo é um indício que a comissão não realizou de imediato a capela enfatizada no Termo da Visita Pastoral de agosto de 1914. Foi necessário que o vigário Francisco de Jesus organizasse outra missão, em março de 1916.

Dessa vez foram os frades Caetano de San Leo e Agostinho de Loro que persuadiram a população a carregar pedras a fim de concluir a capela do povoado Saco do Ribeiro. A divergência das versões pode ser em parte esclarecida pelo depoimento de Josefa Renilde Monteiro. Na versão dessa depoente a primeira missão, organizada na casa de Manoel Maroto, contou com a visita do bispo D. José Thomaz Gomes da Silva, que doou uma imagem do Sagrado Coração de Jesus. Disse a entrevistada que "a primeira capela, era uma capela de taipa, pequena, ficava no lugar do cruzeiro". Em seguida Monteiro complementou sua fala acrescentando que "depois fizeram uma capela onde hoje é a igreja, a segunda era bem maior e depois reformaram."⁸³⁸

O cruzamento das informações permite pensar na possibilidade da pequena capela de taipa citada por Monteiro ter sido construída pelos moradores da localidade coordenados pelo vigário Vicente antes da visita pastoral. Ela fora consagrada por D. José em agosto de 1914, quando deixou para dar continuidade a devoção uma imagem do Sagrado Coração de Jesus. Por ser pequena a comissão ficou responsável de construir uma capela mais resistente e apropriada para sediar seu orago. Fato que veio a ocorrer em março de 1916 durante a missão de Frei Caetano de San Leo e Agostinho de Loro Piceno, a pedido de Vicente Francisco de Jesus, interessado na conclusão da capela, já que a comissão liderada por Rozendo de Souza Monteiro parece não ter cumprido a tarefa deixada pelo bispo. Pelos registros para a construção da capela de 1916 usou-se muitas pedras. Já a segunda capela referida por Monteiro, possivelmente, trata-se daquela mencionada por Santos, construída dessa vez com o apoio do fazendeiro, Rozendo

⁸³⁷ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 189.

⁸³⁸ Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O "Retorno" do padre Vicente*, op., cit. Depoimento de Josefa Renilde Monteiro entrevistada em Ribeirópolis no ano de 2006.

de Souza Monteiro, depois da missão de 1921, organizada por outro sacerdote, já que Vicente de Jesus já havia sido retirado daquela freguesia pelo próprio D. José.

Apesar das versões divergentes, as pistas deixadas pelos documentos dos capuchinhos, cartas pastorais e livro da paróquia de Itabaiana, apontam para a existência de duas capelas. É no mínimo estranho que a conclusão da primeira capela oficial, já que ainda existe a possibilidade de ter havido uma de taipa, tenha se dado somente quase dois anos depois do bispo tê-la consagrado ao Sagrado Coração de Jesus. E ainda, que para tal fim tivesse sido necessário que o vigário organizasse uma missão, já que o fazendeiro mecenas da segunda capela, Rozendo de Souza Monteiro, aparecia como o primeiro interessado naquela construção. Percebe-se pela versão de Santos que não havia capela em 1921, levando-nos a supor que a capela construída pela comunidade sob a persuasão dos capuchinhos e desejo de Vicente de Jesus para substituir a capela de taipa havia sido destruída, justificando assim o apelo do novo vigário. Mais estranho ainda é que uma construção que utilizou muita pedra em 1916 não mais existisse cinco anos depois.

A chave para compreender o silenciamento de Santos sobre a primeira capela está diretamente ligada às relações desse agente ultramontano, Vicente Francisco de Jesus, com as lideranças políticas da freguesia pela qual ficou responsável entre os anos de 1913 e 1916, já que o memorialista escreveu seu texto com base nos depoimentos das memórias dos moradores daquela localidade. Ajuda a entender essa questão as conclusões de Sousa, explicando a motivação de o bispo retirar o vigário Vicente de Jesus daquela freguesia, justamente em 1916, quando fora concluída uma das capelas.

A missão dos capuchinhos em “Saco do Ribeiro” não foi tranquila. O “grupo de Sebrão” provocou, por diversas vezes, os frades capuchinhos com o intuito de encerrar a missão. Depois do dia 26 de março de 1916, após o encerramento dos trabalhos, a violência passou a fazer parte da rotina de Vicente à frente da paróquia. Para o pároco de Itabaiana, o enfoque principal para o entendimento da intensificação dos confrontos na região estava intimamente relacionado ao retorno do Coronel Sebrão e de seus correligionários ao poder, em 1914, após 16 anos sem exercer o controle dos principais cargos no município. O Vicente percebeu, de imediato, que sua pessoa não era bem vista na freguesia de Itabaiana pelo novo líder político. Notou que a oposição a sua pessoa, a princípio, foi estabelecida, indireta e rotineiramente, por pessoas a quem o pároco chamou de ministros.⁸³⁹

Não será apresentado todos os conflitos de Vicente de Jesus com o coronel Sebrão já que estes foram explicados por Sousa como a razão que levou o bispo a retirar Vicente de Jesus de Itabaiana. Vale ressaltar apenas que esta liderança política já estava ressentida com o bispo,

⁸³⁹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 189-190.

por este ter apoiado o vigário Freire de Menezes no projeto de emancipação política de Campo do Brito, em 1912. Portanto, naquela visita pastoral de 1914, além de proibir os músicos da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição de participar da recepção ao bispo, Sebrão também não compareceu àquela solenidade. Esse episódio levou o vigário a escrever para seu amigo, o vigário de Campo do Brito, mostrando-se apreensivo com o silêncio do bispo e assim revelando as atitudes de Sebrão. Na percepção de Sousa as práticas daquele vigário incomodavam o político dos tempos do Império que não via com bons olhos o desenvolvimento dos povoados de Itabaiana, a exemplo de Saco do Ribeiro, que como foi demonstrado já vinha sendo visitado pelo vigário Vicente de Jesus. Assim como se deu com Campo do Brito na liderança de um padre, receava o coronel Sebrão que Saco do Ribeiro viesse a trilhar um caminho semelhante, dessa vez na liderança de Vicente de Jesus. Temia assim perder mais territórios do seu reduto político, impactando também nas finanças.⁸⁴⁰

Para aumentar a ira do coronel Sebrão percebe-se que o desenvolvimento de Saco do Ribeiro assemelhava-se a evolução política não somente de Campo do Brito, mas também de São Paulo (atual município de Frei Paulo), caso tratado no primeiro capítulo, já que ambos contaram com a participação dos capuchinhos para demarcar o espaço sagrado com a capela. Foi através das missões desses religiosos que as capelas, e obras de utilidade pública, necessárias para o desenvolvimento das referidas localidades, foram construídas.

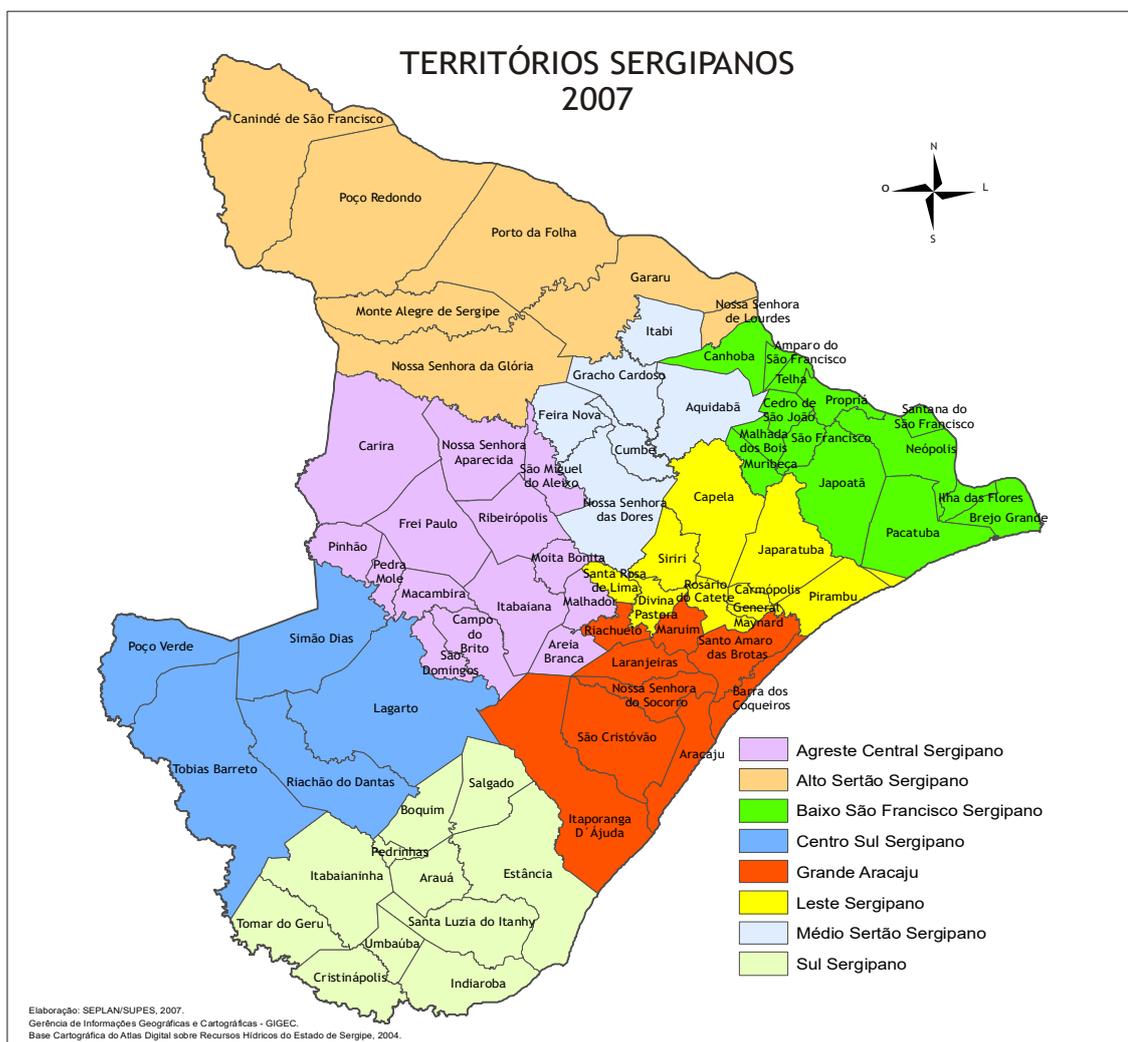
Muitas outras localidades das matas de Itabaiana na segunda metade do século XIX possuíam representatividade eclesiástica. Uma parte dessas capelas pode ser observada na fala do memorialista Adalberto Fonseca, tratando do padre Menezes. Este sacerdote, ordenado em 1887, foi incumbido pelo bispo, Joaquim Gonsalves de Azevedo, para curar as capelas de: “Pedra Mole, Pinhão, Macambira e Campo do Brito”. Poucos anos depois, em 1891, passou titular da paróquia de Nossa Senhora da Boa Hora de Campo do Brito, pelo bispo Antônio de Macedo Costa.⁸⁴¹ A possibilidade dessas localidades possuidoras de capelas reivindicar a autonomia de Itabaiana sob a liderança de algum eclesiástico devia apavorar o coronel Sebrão, já que ele havia votado contra a emancipação de Campo do Brito.

As capelas das povoações citadas por Fonseca, acrescida de São Paulo (Frei Paulo) e Saco do Ribeiro (Ribeirópolis), são municípios do território do Agreste Central Sergipano, conforme observa-se no mapa da divisão territorial de Sergipe de 2007, outrora imersos na geografia das matas de Itabaiana.

⁸⁴⁰ Ibid., p. 175.

⁸⁴¹ FONSECA, Adalberto. *História de Campo do Brito*. Curitiba: Artes Gráficas e Editora Unificado, 1989, p. 33.

Figura 8 – Mapa Territórios Sergipanos 2007



Fonte: Seplan 2007.

Apesar da racionalidade da Igreja e das práticas de seus agentes não se pode negligenciar os interesses de outros sujeitos nessas missões, já que boa parte dos municípios sergipanos tiveram seus núcleos de povoamento aumentados nas cercanias das referidas capelas. Motivação para as narrativas apologéticas de personagens do clero secular e regular, assemelhando-se aos títulos de padre Freire como “criador de Campo do Brito”⁸⁴² e do capuchinho Frei Paulo de Casanova responsável pela fundação de Frei Paulo.⁸⁴³ Apesar dessas narrativas embaçarem a participação dos homens comuns, ainda é possível identificá-los nelas, como se pode observar nas palavras de Fonseca tratando da participação da comunidade na construção de um tanque: “A Santa Missão foi encerrada com mais de cinquenta homens que

⁸⁴² FONSECA, Adalberto. *História de Campo do Brito*, op. cit., p. 31; CARVALHO, Vladimir Souza. *A República Velha em Itabaiana*. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2000, p. 454.

⁸⁴³ MATOS NETO, Antonio Porfirio de, op. cit.

de picareta, enxadas, gamelas, banguês, etc., levantadas, saudavam padre Freire e os capuchinhos, deixando o Tanque [...] pronto à espera das chuvas que não tardaram”.⁸⁴⁴

Desse modo, fica evidente a importância da religião para a formação dos núcleos de povoamentos, na manutenção da ordem, contribuindo para o progresso das localidades rumo a civilização tão almejada pelas autoridades administrativas. Mas, sobretudo, não se devem esquecer as relações de poder imersas em cada uma dessas povoações e da contribuição de outros sujeitos, evitando assim apologias. Em outros trabalhos demonstrou-se que os sujeitos comuns se apropriaram das práticas e prédicas dos capuchinhos para o bem-estar da comunidade, muitas vezes carentes até de água potável, já que o Estado não fornecia as obras públicas das quais eles necessitavam para sobreviver com dignidade, muito menos para sepultar seus mortos.⁸⁴⁵

Não se pode desconsiderar o poder de persuasão do clero secular e regular, muito menos a importância que os espaços sagrados têm desempenhado no processo de expansão da cristandade desde os tempos coloniais. Entretanto, também não se deve deixar de salientar que outros sujeitos, movidos por interesses econômicos e políticos, se apropriavam do poder de persuasão desses agentes para atingir seus objetivos. Pensando por essa perspectiva, a missão por si mesma não pode ser considerada o único fator responsável pelo desenvolvimento de uma determinada região, já que outros fatores e sujeitos fazem parte do processo.

Nesse aspecto, diferente de Fonseca, percebe-se nas memórias de Santos sobre o Saco do Ribeiro, o silêncio em relação ao padre Vicente de Jesus. Em seu lugar o destaque foi dado a outro sujeito/herói, o fazendeiro Rozendo de Souza Monteiro, intitulado fundador de Ribeirópolis, como se percebe ainda presente na memória popular do município que apagou de suas memórias o referido padre. Portanto, o fato do arraial Saco do Ribeiro não possuir um núcleo formado por muitos habitantes naquele ano de 1914, não significava dizer que não tivesse representatividade econômica e política junto as autoridades administrativas do município de Itabaiana.

Como pôde ser observado, o nome de Rozendo de Souza Monteiro foi o primeiro a constar na lista da comissão responsável pela construção da capela em 1914, aparecendo nas memórias de Santos como protagonista da construção da capela construída logo depois da missão de 1921. Esse proprietário de terras estava imerso no grupo político de Sebrão? Seria essa a razão de não ter construído a primeira capela, apesar de se mostrar interessado quando

⁸⁴⁴ FONSECA, Adalberto. *História de Campo do Brito*, op. cit., p. 33-34.

⁸⁴⁵ CUNHA, Tatiane Oliveira da. “*Práticas e prédicas em nome de Cristo...*”, op. cit.

aceitou presidir a comissão? Para responder a primeira questão faz-se necessário adentrar ao universo da política de Itabaiana das primeiras décadas republicanas quando o coronel José Sebrão de Carvalho (grupo dos pebas) e o médico Manoel Baptista Itajahy (grupo dos cabaús), alternando-se no poder, dominaram a cena política de Itabaiana de 1892 até os últimos anos da década de 1920.⁸⁴⁶

Foi justamente nesse período que se deu a evolução política do Saco do Ribeiro. Apesar da representatividade econômica daquelas terras nas últimas décadas do século XIX em razão da elevação do preço do algodão no mercado internacional, foi na fase das investidas do vigário Vicente de Jesus (1913-1916), quando D. José estendeu aquele lugarejo a visita pastoral de 1914, que o núcleo de povoamento cresceu nas cercanias da primeira capela oficial, elevando-se no ano de 1927 a Distrito de Paz.⁸⁴⁷

Em 1927 já havia defensores da emancipação do Saco do Ribeiro, mas devido as divergências políticas, somente seis anos depois, em 18 de dezembro de 1933, por força do Decreto 188, o distrito de paz emancipava-se de Itabaiana, passando depois a denominação de Ribeirópolis.⁸⁴⁸ Por conta da delimitação temporal desse trabalho, restringiu-se a compreender os interesses envolvidos na construção da(s) capela(s) daquele povoado, não somente por parte dos agentes da Igreja, mas também dos seus proprietários de terras e negociantes, ligados as lideranças políticas daquele município. Assim, apesar de ter sido demonstrado o legado dos capuchinhos não somente para o Saco do Ribeiro, mas para uma diversidade de outros municípios sergipanos, observa-se que havia outros sujeitos interessados na realização de uma missão e, conseqüentemente, nas práticas advindas delas, mesmo depois da separação da Igreja do Estado.

Vale ressaltar que nos dois primeiros anos do período republicano, Itabaiana não contava com grupos políticos fortes. O primeiro deles começou a se formar no momento que Manoel Alves Teixeira, sogro de Itajahy, presidente da intendência de Itabaiana, foi substituído por Antônio de Oliveira Bezerra. O motivo alegado para a substituição se encontra no expediente do governo do Estado de 20 de agosto de 1891, publicado no *Gazeta de Sergipe*, três dias depois. No documento consta que:

O governador de Estado federal de Sergipe, atendendo que é incompatível o exercício simultâneo dos cargos de juiz de paz e presidente da Intendência Municipal como declaram diversos avisos, e tendo em vista que o tenente coronel Manoel Alves Teixeira é 1º juiz de paz e presidente da intendência

⁸⁴⁶ CARVALHO, Vladimir Souza, op. cit., p. 56-68.

⁸⁴⁷ Ata de instalação do Distrito de Paz Saco do Ribeiro, In: *Diário Oficial do Estado de Sergipe* nº 2.323, Aracaju, 16 de dezembro de 1927.

⁸⁴⁸ *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Aracaju, n. 5847, 19 de dezembro de 1933.

municipal da cidade de Itabaiana, resolve dispensar o referido tenente coronel do cargo de presidente da intendência municipal da mesma localidade pelos motivos acima expostos, e designar o intendente Antonio d'Oliveira Bezerra para exercer o mesmo cargo, **nomeando para preencher a vaga deste o cidadão Simião de Souza Monteiro.**⁸⁴⁹ [grifo nosso].

A explicação da incompatibilidade de cargos é pouco convincente para justificar a exoneração, pois para solucionar o problema bastaria que o coronel Manoel Alves Teixeira deixasse de exercer o cargo de juiz de paz. Esse ato do governo gerou ressentimentos, culminando na formação de um grupo político liderado pelo genro do coronel exonerado, o médico Manoel Baptista Itajahy. O episódio gerou contestações veiculadas nos jornais, apontando tratar-se de uma atitude incoerente, tendo em vista que o escolhido também era juiz de paz. Observa-se que em razão daquele ato do governo de Sergipe, o Conselho Municipal daquela Intendência estava constituído, até o final de 1891, pelo presidente, Antônio de Oliveira Bezerra, e quatro membros: Simião de Souza Monteiro, José Pedro de Mendonça, Antônio dos Santos Leite e Francisco Alves de Carvalho, em termos de origem conservadora. Ainda naquele ano, a mudança do governo estadual levou a exoneração de todos os membros do Conselho no dia 2 de dezembro de 1891. Foram nomeados Manoel Alves Teixeira (presidente), Manoel Vieira de Souza, Manoel de Araújo, Manoel Pereira de Andrade e José Ferreira Gomes de Melo.⁸⁵⁰ Percebe-se a substituição de um conselho conservador por um liberal, voltando a cena o sogro de Itajahy.

Simião de Souza Monteiro, membro do conselho conservador, é pai de Rozendo de Souza Monteiro e Fulgêncio de Souza Monteiro, proprietários de terras e descaroçadores de algodão no Saco do Ribeiro, com seus nomes grafados na comissão formada na visita pastoral de 1914, objetivando a construção da capela. Percebe-se ainda que nesse momento o patriarca dos irmãos Souza Monteiro fazia parte dos membros que formariam o grupo político opositor do grupo de Itajahy. Assim, a demora na construção da capela é um indício de que os irmãos Souza Monteiro seguiam o grupo político do pai. Estes, juntamente com outros simpatizantes, chegaram a defender os irmãos Bezerras, por conta do conflito de José Amâncio Bezerra, membro do Conselho de Intendência Municipal de Frei Paulo, com Itajahy. Perceba que entre quarenta nomes elencados no final da nota publicada no *Gazeta de Sergipe*, de 5 de novembro de 1891, constam os nomes deles, bem como o de Sebrão.

[...] lendo uma notícia publicada na seção editorial da 'Folha de Sergipe' de 27 do expirante sob a epígrafe 'agressão', em que feiamente se deturpa a verdade com relação a um conflito dado entre o dr. Manoel Baptista Itajahy e

⁸⁴⁹ BPED – *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, n. 473, 23 de agosto de 1891.

⁸⁵⁰ CARVALHO, Vladimir Souza. *A República Velha em Itabaiana*, op. cit., p. 56; 64-65.

o capitão José Amâncio Bezerra, apressamos-nos em vir a imprensa protestar contra as inverdades contidas na mesma notícia, a fim de que o público sensato se convença de que o conflito foi provocado pelo primeiro, e que o segundo achava-se completamente só e inerte.

Itabaiana, 31 de outubro de 1891.

Simião de Souza Monteiro, Rozendo de Souza Monteiro, José Inácio de Souza, José Sebrão de Carvalho, [...].⁸⁵¹ [grifo nosso].

Na ocasião da publicação da referida nota Simião de Souza Monteiro ainda exercia a função de conselheiro. Portanto, a briga de Itajahy com os irmãos Bezerras, aparentemente sem motivos, significava as disputas pelo poder entre o coronel Sebrão, atual líder, e o Dr. Itajahy, liderança do grupo em ascensão. Vale ressaltar que o grupo de Sebrão fazia parte da mesma agremiação dos irmãos Bezerras, isso significava que a tensão era também com o coronel Sebrão. Portanto, juntaram-se na defesa dos irmãos.

No último ano das designações indiretas, 1892, a Junta Governativa do Estado, conforme noticiou *O Republicano*, exonerou os cidadãos Manoel Alves Teixeira, José Ferreira Gomes de Melo e Manoel de Araújo, dos cargos de presidente e membros da intendência municipal de Itabaiana. Em seus lugares foram nomeados os cidadãos tenente Manoel Fernandes Gonçalves Lima, como presidente, Francisco Porto e tenente Simião de Souza Monteiro.⁸⁵² De acordo com Carvalho, em 3 de outubro de 1892, quando se deu a eleição direta, Simião de Souza Monteiro, conservador, ocupava interinamente, a presidência da intendência.⁸⁵³ Percebe-se a presença do pai dos irmãos Souza Monteiro no conselho ao lado dos conservadores, demonstrando a sua relação com o coronel Sebrão e seu prestígio político na região das matas de Itabaiana, quando seu líder político estava a exercer o poder na região.

As instabilidades no governo do estado dos primeiros tempos republicanos refletiram na política dos municípios, assim como as disputas entre os pebas e cabaús. No caso de Itabaiana os grupos se alternaram no poder. Dos anos de 1894 a 1897, o coronel José Sebrão de Carvalho além de exercer cargos públicos, também passou a representar a principal liderança política de Itabaiana. Todavia, a partir de 1897, se deu a ascensão do grupo político, comandado pelo Dr. Baptista Itajahy, assumindo a liderança política no período que vai de 1899 a 1915.⁸⁵⁴

Imersos na política partidária de Itabaiana das primeiras décadas republicanas observa-se nomes de famílias proprietárias de terras no povoado Saco do Ribeiro. Nesse período foram

⁸⁵¹ BPED – *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, n. 530, 5 de novembro de 1891.

⁸⁵² BPED – *O Republicano*, Aracaju, n. 101, 22 de maio de 1892.

⁸⁵³ CARVALHO, Vladimir Souza. *A República Velha em Itabaiana*, op. cit., p. 68.

⁸⁵⁴ José Sebrão de Carvalho era comerciante e antes de ingressar na política exerceu cargos de inspetor de saúde e delegado de polícia. Manoel Baptista de Itajahy cursou farmácia e medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Ocupou cargos públicos como o de delegado de polícia e delegado de higiene. Cf. CARVALHO, Vladimir Souza, op. cit.; SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit.

eleitos membros do Conselho da Intendência de Itabaiana o tenente Simeão de Souza Monteiro (1891, 1892) e Fulgêncio de Souza Monteiro (1914, 1917), vindo a falecer em 1917. No retorno do grupo do coronel Sebrão ao poder consta na relação dos membros do Conselho da Intendência de Itabaiana, Fulgêncio de Souza Monteiro (1914/1917). Percebe-se que três anos antes, justamente quando exercia a função de conselheiro, seu nome constava na comissão responsável pela construção da capela de Saco do Ribeiro. Este havia instalado um descarroçador de algodão naquele povoado certamente antes de 1917, já que teve seu mandato interrompido no ano de seu falecimento. Indício dos interesses diversos que estavam imersos na realização daquela visita pastoral, bem como da permanência da família Souza Monteiro no grupo dos pebas. A ligação política da família Souza Monteiro com o coronel Sebrão pode explicar o atraso da construção da capela autorizada pelo bispo em 1914, mas que era um projeto idealizado pelo padre Vicente Francisco de Jesus.

De volta ao poder, o coronel Sebrão primeiro reassumiu o posto na delegacia de Itabaiana, voltando a cometer atrocidades as quais estava acostumado, inclusive contra o padre Vicente Francisco de Jesus. Numa delas, provocou a morte de um homem a porta da matriz durante as festividades das trezenas de Santo Antônio de junho de 1916, dois meses depois da conclusão da capela do Saco do Ribeiro. Polêmica levada ao espaço da imprensa sergipana, demonstrando que o coronel Sebrão enxergava o vigário como inimigo. Por conta desse episódio, o padre usou o espaço da imprensa para acusá-lo também pelos conflitos que havia se dado na feira do Saco do Ribeiro, quando lá estavam ele e os capuchinhos responsáveis pela missão de março de 1916. Apresenta-se três momentos extraídos por Sousa da fala de Vicente de Jesus, publicada no jornal *O Estado de Sergipe*, de 14 de junho de 1916, questionando o coronel Sebrão. É possível observar que as palavras do padre são importantes para se compreender o caso da capela de Saco do Ribeiro:

“quer negar que sua gente esteve de violão ao meio dia em ponto na feira do Saco do Ribeiro onde esgotou a cerveja das bodegas por ocasião da missão?!”. [...] “tem a petulância de negar que amigos seus andavam a açular os ânimos contra os Missionários e vigário no Saco do Ribeiro a propósito da questão da feira que terminou numa palhaçada?!”. [...] “foi a mesma gente que, no Saco do Ribeiro, Capela desta Paróquia, apresentou-se para perturbar a Santa Missão, sendo o destacamento de polícia propositalmente mandado para o Capunga”.⁸⁵⁵

Estes e outros conflitos analisados por Sousa demonstram a disposição do líder político de Itabaiana em prejudicar os trabalhos do pároco Vicente, para que este sem sucesso na sua

⁸⁵⁵ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit.

missão fosse obrigado a deixar a freguesia de Itabaiana, sendo substituído por outro que não o questionasse, mas ao contrário, apoiasse seus atos. Portanto, é provável que Rozendo de Souza Monteiro e seu irmão Fulgêncio de Souza Monteiro, a princípio simpatizantes das práticas de Vicente, tivessem mudado de ideia por conta da pertença política da família Souza Monteiro, já que o coronel Sebrão enxergava naquele padre um inimigo a ser combatido.

Desse modo, o investimento do fazendeiro Rozendo de Souza Monteiro na edificação da capela construída após a missão de 1921, quando estava à frente da freguesia o monsenhor Constantino Augusto Sangreman Henriques é um indício do seu interesse pela expansão da cristandade no Saco do Ribeiro. Certamente, a capela, a feira e as casas comerciais que foram instaladas depois das investidas do padre Vicente na localidade, demonstram que havia pessoas interessadas no desenvolvimento daquele núcleo de povoamento pouco habitado. Dentre essas famílias estavam todos aqueles que fizeram parte da comissão responsável pela construção da capela. A ligação da família Souza Monteiro na política de Itabaiana sinaliza a representatividade do Saco do Ribeiro na esfera política. Estes proprietários de terras e negociantes de algodão tinham interesses no desenvolvimento daquela povoação.

Desenvolvimento que certamente atrairia mais famílias para residir na região. Uma delas foi a família do memorialista Santos, emigrados da província do Ceará, em decorrência da seca de 1877, que antes de fixar residência no Saco do Ribeiro se estabeleceu nas terras pertencentes ao povoado Cruz de Calvacante (atual povoado Cruz das Graças, município de Nossa Senhora Aparecida). No século XIX, este povoado era conhecido pelo cultivo do algodão. Seu núcleo urbano era maior que o Saco do Ribeiro e organizava uma feira aos domingos que passou a declinar com o surgimento da feira organizada no Saco do Ribeiro, a partir da missão de 1914, destacada nas memórias de Santos.

No decorrer dessa celebração religiosa [missão de 1914] houve grande concentração humana e ao que parece surgiu daí a ideia da organização de uma feira na localidade, que veio a se concretizar logo a seguir, precisamente a 2 de agosto do mesmo ano, na outrora chamada Rua do Campo e atualmente Praça Getúlio Vargas. Ali existia quando muito uma meia dúzia de casas, sendo até necessário limpeza da área que na ocasião era cheia de mato ralo.⁸⁵⁶

⁸⁵⁶ SANTOS, José Gilson dos, op. cit., p. 11-15. A família do autor teria se deslocado do Ceará em decorrência da seca de 1877, se estabelecendo em Cruz do Cavalcante. De acordo com as memórias de família o autor destacou que aquela povoação era mais próspera que o Saco do Ribeiro, a se deduzir pela organização da feira que surgiu muito antes, justificada pelo desenvolvimento do cultivo do algodão. Os mais velhos contavam que a feira da Cruz teve época de abater até dez bovinos, representando a afluência de pessoas naquela localidade. Apesar de ligada a Itabaiana, a população vivia mais em função da povoação de São Paulo (atual Frei Paulo) pela proximidade. Na perspectiva de Santos, o declínio da Cruz do Cavalcante começou com a ascensão do Saco do Ribeiro, exatamente a partir do ano de 1914, quando depois da missão se deu a organização da feira.

Pelos nomes dos responsáveis pela organização da feira e seus primeiros comerciantes, percebe-se o interesse dos homens do lugar pelo empreendimento, que teve início após a missão/visita pastoral. Dentre eles, constam os nomes de José Francisco dos Santos e Marcos Ramos. Esse último era negociante de algodão e ainda, proprietário de terras utilizadas para cultivar o algodão e criar gado. Seu nome constava na comissão da capela de 1914. Observa-se que nos arredores da feira foram construídas as primeiras casas comerciais de Alfredo Góis, Felismino Passos e Antônio de Carvalho Nilo (genro de Rozendo de Souza Monteiro). Foi no ano de 1917, que Isaias Monteiro, natural de Riachão do Dantas, chegou em Saco do Ribeiro para trabalhar na contabilidade da fábrica de charutos de Antônio Nilo que abriu filial na Cruz do Cavalcante, dirigida por seu empregado Isaias Monteiro.⁸⁵⁷

Não sabendo que até março de 1916 a feira do Saco do Ribeiro se dava também aos domingos, Santos não percebeu que o declínio da feira do povoado Cruz do Calvacante tinha relação direta com a procura dos moradores dos povoados vizinhos pela nova feira, mais próxima da sede de Itabaiana. Na percepção de Sousa, a mudança do local da feira do Saco do Ribeiro foi uma estratégia para facilitar o acesso dos moradores, melhorando assim a circulação dos produtos vindos da circunvizinhança. A feira contribui para o povoamento de diversas regiões, já que é o espaço no qual o homem comum e o pequeno proprietário, se encontravam uma vez por semana para vender e comprar mercadorias, fazendo da sua localidade uma região economicamente próspera. Já a mudança para a segunda-feira se deu, quase dois anos depois, pela persuasão dos capuchinhos durante a missão de março de 1916.⁸⁵⁸

Escrevendo em 1920, Clodomir Silva mencionou o papel das feiras, destacando que elas exerciam a função de comercialização dos produtos locais, provenientes da agricultura e dos artefatos rústicos, produzidos por seus moradores. Ressaltou ainda que alguns produtos de Itabaiana eram exportados, principalmente, para São Paulo (atual Frei Paulo), Campo do Brito, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras e para a capital, Aracaju. Na percepção do autor, além da comercialização as feiras são bastante animadas, reunindo muitas pessoas. No município de Itabaiana, existia além da que se reunia na cidade, muitas como a de Saco do Ribeiro, a do Capunga e da Cahyba.⁸⁵⁹

⁸⁵⁷ Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O "Retorno" do padre Vicente*, op., cit. Depoimentos de Josefa Renilde Monteiro e José Antelmo Góis entrevistados em Ribeirópolis no ano de 2006.

⁸⁵⁸ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O Eclipse de um Farol*, op. cit., p. 27-28. Sousa é o primeiro pesquisador a destacar que a feira de Saco do Ribeiro se dava aos domingos, portanto, concorria com a de Cruz do Cavalcante. A transferência para a segunda-feira, aconteceu somente em março de 1916, após persuasão dos capuchinhos.

⁸⁵⁹ SILVA, Clodomir de Souza, op. cit., p. 216. Na década de 1920, Saco do Ribeiro, Capunga, Carahybas, Caendas e Gameleira são considerados os principais povoados das matas de Itabaiana. De acordo com Silva, o povoado Saco do Ribeiro está encravado na sesmaria do Oratório com movimentado comércio.

Na mesma década, ano de 1927, o juiz de direito, Gervásio de Carvalho Prata, responsável pela instalação do Distrito de Paz do Saco do Ribeiro, destacou que aquela feira “rivaliza com as mais importantes do Estado”, principalmente, pelo “desenvolvimento notável de seu comércio de fazendas, miudezas e algodão”.⁸⁶⁰ Nas suas palvaras teriam os comerciantes estabelecidos na localidade, investido “seus capitais, levantando prédios, abrindo casas de negócios, instalando fábricas de beneficiar algodão, adquirindo terrenos e estendendo linhas telefônicas, dispendendo energias e o fruto do trabalho na formação de um centro habitado.”⁸⁶¹

Nesse sentido, outros fatores como a proximidade do povoado com a sede municipal também pode ser mais um contributo para o desenvolvimento de um núcleo urbano. Os moradores do Saco do Ribeiro costumavam percorrer 18,4 quilômetros para chegar à sede Itabaiana via estrada que cortava o povoado Pé do Veado. Nos dias de feira, as mercadorias eram transportadas pelas estradas de barro nos lombos dos animais, nas carroças ou carros puxados a bois, conforme pode ser observada na passagem retirada do livro memória/romance, *Os Tabaréus do Sítio Saracura*. Nele, Antônio Francisco de Jesus, revela aspectos da gente simples do sítio Saracura, localizado na Terra Vermelha, e o sítio dos Ferreiros, nas Flechas, ambos das matas de Itabaiana. Seus habitantes circulavam pelos diversos povoados, inclusive, no Saco do Ribeiro como se pode observar quando menciona as viagens que o ferreiro, Pai Totonho, realizava para vender seus produtos.

[...] Daí a pouco, estava abrindo a porta da varanda, com todo cuidado para não me acordar. Eu sentia a corrente de ar frio e acariciante por baixo da rede. A fresca da manhã enchia a sala. Ele pegava o cavalo, que dormia preso no curral. Toda segunda-feira, ia à feira no Saco do Ribeiro. Enchia os alforjes com as foices que fizera na semana e com as ferramentas que recebera para consertar. Muitas vezes ainda amarrava um saco de algodão na garupa, com as redes feitas por Nininha ou litros de mel puro de suas abelhas. Ganhava mais dinheiro como ferreiro e com este pequeno comércio do que no sítio ou na fazenda. Trabalhava na tenda na quinta e sexta-feira. Começava de manhã cedo, depois de tirar o leite das vacas, indo até perto de o sol se pôr.⁸⁶²

A narrativa sinaliza o fluxo e refluxo de pessoas e mercadorias dos povoados das matas de Itabaiana entre si e a sede. Por ficar localizado numa área central do estado, o Saco do Ribeiro tornava-se caminho de passagem para as fazendas de gado localizadas no território hoje denominado de Alto Sertão. Muitos dos proprietários de terras das povoações das matas de Itabaiana possuíam propriedades em outras áreas, a exemplo de Boca da Mata (atual Nossa

⁸⁶⁰ Ata de instalação do Distrito de Paz Saco do Ribeiro, op. cit.

⁸⁶¹ Ibid.

⁸⁶² JESUS, Antônio Francisco de. *Os Tabaréus do Sítio Saracura*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2008, p.144.

Senhora da Glória) e ainda no estado da Bahia. Tanto Rosendo de Souza Monteiro quanto José Gregório Teixeira⁸⁶³ detinham propriedades nos sertões dos dois estados.

Não se pode negar a relevância da feira para o desenvolvimento do Saco do Ribeiro. Mas, observando o caso de Cruz do Calvacante, é preciso acrescentar outros fatores para além da feira, já que a exemplo da família de Santos, outras famílias desbravaram parte daquelas matas, dando origem a uma variedade de povoados, que não tiveram a mesma trajetória política de Saco do Ribeiro. Nesse sentido, as relações do clero e de homens como Rozendo de Souza Monteiro e Fulgêncio de Souza Monteiro na política podem ser a chave de explicação que levou a emancipação de alguns povoados e o declínio de outros. Percebe-se que parte significativa desses interessados souberam fazer uso da persuasão empreendida pelos capuchinhos e outros agentes religiosos, bem como da feira, ao instalar suas casas comerciais. Nesse caso, os descaroçadores de algodão passaram a fazer parte do Saco do Ribeiro, quando alguns dos proprietários cultivadores de algodão passaram a comprar máquinas de descaroçadores, dinamizando assim o comércio da localidade.

O comércio local de algodão sempre teve sua posição de destaque, assinalado pelos negociantes ou industriais, Domingos Pereira de Oliveira (seu Dominginhos), José Antonio dos Passos, José Felipe dos Santos, Antonio de Souza Leite, Francolino Rodrigues Lima, conhecido como “Padre do Buri”, Josué Modesto dos Passos e outros, **sem esquecer o pioneiro, Fulgêncio de Souza Monteiro, nos primeiros anos deste século.**⁸⁶⁴ [grifo nosso].

Percebe-se que Fulgêncio de Souza Monteiro apareceu como sendo o primeiro a investir em descaroçadores de algodão desta localidade. Certamente o descaroçador foi instalado até o ano de 1917, já que esse foi o ano de seu falecimento. Para Passos Sobrinho, muitos proprietários arrendavam suas terras para os plantadores de algodão, objetivando a formação de pastagens para o gado no final da colheita. Ainda, segundo ele, talvez a pequena e declinante exportação sergipana de algodão, pudesse ser explicada, entre outros fatores, pela ausência, no Estado, dos grandes comerciantes de algodão, a nível nacional. Os pequenos produtores locais estavam submetidos a uma rede de comercialização, que ia dos descaroçadores do interior, aos fabricantes de tecidos. Com efeito, a lavoura algodoeira proporcionou um grande impacto

⁸⁶³ AGJSE – Inventário de José Gregório da Silva Teixeira. In: Fundo: Itabaiana/Cartório do 2º Ofício. Série Cível; Subsérie Inventário, nº caixa 11, (1915-1916); nº geral 1510.

⁸⁶⁴ SANTOS, José Gilson dos, op. cit., p. 37; Saco do Ribeiro é representado como lugar de passagem na direção do sertão sergipano. Góis em sua fala afirmou que Fulgêncio de Souza Monteiro e seu irmão Rozendo de Souza Monteiro, proprietários de fazendas de gado e plantações de algodão no povoado Angico pertencente a Boca da Mata, atualmente Nossa Senhora da Glória, passavam com frequência pela região do Saco do Ribeiro. Nas palavras proferidas por Góis os irmãos Souza Monteiro “tinham muita, muita e muita terra, até na Bahia.” Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O “Retorno” do padre Vicente*, op. cit.

econômico para o agreste-sertão sergipano.⁸⁶⁵ Nesse período que o Saco do Ribeiro ganhava feição de núcleo urbano próspero a procura pelo algodão aumentava em razão da demanda das fábricas têxteis em Sergipe, com a maior parte da produção vendida para as fábricas de tecido do estado.⁸⁶⁶

Desse modo, as investidas do clero secular e regular auxiliaram a demarcar o espaço sagrado, ponto de convergência para crescimento do núcleo urbano nas cercanias da capela. As cerimônias religiosas, em especial, as missões costumavam atrair uma quantidade considerável de pessoas, contribuindo para dar visibilidade ao comércio da região. Portanto, naquele agosto de 1914 o prelado fez mais que estender a visita pastoral, demarcou o espaço sagrado consagrando a capela ao Sagrado Coração de Jesus. Devoção que contribuiu para atrair mais pessoas para a região, principalmente, nos dias das missões que se repetiram mesmo depois da saída de Vicente. Entretanto, outros fatores favoreceram para o crescimento populacional: a localização geográfica, interligando o agreste ao sertão; a demanda internacional do algodão, atraindo proprietários e famílias de trabalhadores; a instalação da feira e a construção de casas comerciais e descaroadores; o surgimento de novos comerciantes e industriais atraídos pelo algodão para ser usado pela indústria têxtil do estado; e o interesse dos proprietários de terras no desenvolvimento do povoado, alguns deles ligados aos líderes políticos de Itabaiana. Desses proprietários, Rozendo de Souza Monteiro permanece nas memórias míticas da origem de Saco do Ribeiro, exercendo o papel de fundador e mecenas da capela idealizada em 1921, que deu lugar a matriz. Enquanto a primeira capela (idealizada na missão da visita pastoral de agosto de 1914 e concluída em março de 1916), bem como o padre Vicente Francisco de Jesus foram silenciados.⁸⁶⁷

O retorno do padre Vicente Francisco de Jesus se deu em 1927, ocasião que os moradores do Saco do Ribeiro comemoravam a instalação do Distrito de Paz. Apesar de Rozendo de Souza Monteiro se fazer presente, seu nome, assim como os demais, não fora

⁸⁶⁵ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos, op. cit., p. 78-82.

⁸⁶⁶ *Diário Oficial*, Aracaju, n. 1073, 31 de julho de 1923.

⁸⁶⁷ No ano de 1927, o juiz de direito da comarca de Itabaiana, Gervásio de Carvalho Prata, presidiu a cerimônia de instalação do Distrito de Paz do Saco do Ribeiro. De acordo com as informações registradas naquela ata consta que o magistrado destacou o rápido desenvolvimento do povoado, bem como a importância dessa subdivisão judiciária para a população local, levada a efeito pelos poderes públicos. Ressaltou ainda que na ocasião já se discutia a possibilidade de seu desmembramento do município Itabaiana, para constituir uma unidade administrativa e política autônoma. Entretanto, havia alguns representantes de Itabaiana contrários a emancipação, já que perderia mais um pedaço de seu território, acarretando perdas também na parte econômica. Por outro lado, os habitantes de Saco do Ribeiro não mediam os esforços para tornarem-se autônomos, contando para isso com o apoio de algumas lideranças políticas. As opiniões, não eram unânimes a este respeito, mas acabou por prevalecer aquela que mantinha o Saco do Ribeiro como pertencente ao município de Itabaiana, passando a jurisdição de Distrito de Paz. Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira da. *O "Retorno" do padre Vicente*, op. cit.

citado, ressaltando o juiz ser todos eles conhecidos da opinião pública. Na ocasião o juiz preferiu evocar “a lembrança de um ausente”, dada a sua relevância no desenvolvimento daquela povoação. Nesse sentido, discursou o juiz com as seguintes palavras:

Refiro-me ao cônego **Vicente Francisco de Jesus**, então vigário de Itabaiana e atualmente de Juazeiro no Estado da Bahia. **Foi ele o propulsor inicial do Saco do Ribeiro**. A ele deve este os seus melhores estímulos, as suas nobres visões, os seus auspiciosos sonhos o esforço que ele aqui semeou, incutindo na alma rústica deste sertão a idéia de uma futura localidade neste solo onde pisamos, quando ainda não era senão o quadrívio de estradas contornando toscas malhadas.⁸⁶⁸ [grifo nosso].

Diferente das memórias de Santos o juiz Prata naquela solenidade oficial de instalação do distrito recordou o papel do cônego Vicente Francisco de Jesus como o propulsor daquele núcleo de povoamento que cresceu nos arredores da primeira capela. Destacou ainda a construção da primeira capela com as seguintes palavras: “Uma grande parte das alegrias que hoje experimenta o Saco do Ribeiro cabe a ele por justiça. Na pequena capela que aqui fez erigir, para que melhor vingar-se a ideia criadora do futuro povoado.”⁸⁶⁹ Foi aquela capela que o padre usava para “celebrar insistentemente os ofícios da fé católica atraindo por este meio às almas fiéis”.⁸⁷⁰ Por essa fala é possível chegar à conclusão de que o padre Vicente de Jesus já havia construído uma pequena capela de taipa que na ocasião da visita pastoral foi consagrada pelo bispo. Portanto, talvez no mesmo lugar se deu a conclusão da segunda capela por intermédio dos capuchinhos na missão de março de 1916. Desse modo, é provável que a capela posterior a missão de 1921, venha a ser a terceira capela construída no Saco do Ribeiro.⁸⁷¹

Não se deve julgar de quem é o mérito do desenvolvimento do Saco do Ribeiro. Entretanto, é preciso compreender a representatividade das investidas do pároco Vicente

⁸⁶⁸ Ibid.

⁸⁶⁹ Ibid.

⁸⁷⁰ Ibid.

⁸⁷¹ O retorno memorável do padre Vicente de Jesus naquela solenidade demonstra que as autoridades de Itabaiana responsáveis pela instalação do Distrito de Paz naquele ano de 1927 eram contrárias ao grupo do coronel Sebrão. Portanto, assim como a transferência de Vicente de Jesus se dava por razões políticas em 1916. Trazer de volta as suas práticas em 1927, demonstrando a importância delas para o desenvolvimento do Saco do Ribeiro foi uma estratégia utilizada pelas “novas” lideranças políticas que substituíram o coronel Sebrão. Fazer retornar a lembrança do padre, não era apenas uma maneira de o “novo” grupo político se legitimar no poder. Era também uma forma de alguns personagens anteriormente perseguidos pelo coronel Sebrão, superarem ressentimentos individuais, visto que, o padre Vicente significava para Sebrão um opositor político. Apesar de seu interesse pessoal no desenvolvimento do Saco do Ribeiro, é provável que Rozendo de Souza Monteiro tenha sido contrário a emancipação no ano de 1927, por conta da fidelidade aos pebas, ainda liderados pelo coronel Sebrão. Razão pela qual seu nome aparece nas relações da assinatura da ata, mas foi silenciado pelo juiz Prata que preferiu evocar a memória de um ausente como propulsor daquele núcleo de povoamento. Discurso que se justifica pelo fato daquele juiz fazer parte dos sujeitos que integrava o “novo” grupo político que ascendia em Itabaiana, depois da morte de Itajahy e do declínio de Sebrão. Nenhum dos outros personagens da comitiva da capela de 1914 consta na relação dessa ata em 1927. Pode ser um indicativo de que não estavam imersos no grupo político que apoiou a elevação do povoado a Distrito de Paz ou terem falecido, a exemplo de Fulgêncio de Souza Monteiro.

Francisco de Jesus e o apoio do bispo ao estender a missão dos capuchinhos àquele povoado. As razões podem estar no interesse em demarcar o espaço sagrado ao construir a capela. Medidas que facilitariam a implementação das práticas ultramontanas, das quais tanto o bispo quanto o vigário eram difusores. Mas, assim como se pôde observar nos outros capítulos, diante da presença de famílias presbiterianas residindo no povoado Caraíbas, é possível ainda que um dos objetivos em investir naquele povoado estivesse ligado ao interesse do padre Vicente Francisco de Jesus em combater a expansão protestante na direção do sertão sergipano. Vale ressaltar que nesse período chegavam a Sergipe novas denominações e o presbiterianismo avançava para diversas regiões do estado.

De forma direta não consta no Termo desta visita o combate às famílias de protestantes no Saco do Ribeiro. Entretanto, ao menos desde a década de 1880, a freguesia de Itabaiana vivenciou conflitos religiosos por conta da presença de famílias conversas ao presbiterianismo. Uma delas é a de José Gregório da Silva Teixeira, possuidor de terras próximas as propriedades de Rozendo de Souza Monteiro. Mesmo diante das investidas dos capuchinhos, Frei Paulo Antônio de Casanova e Frei João Evangelista na freguesia de Itabaiana, os presbiterianos das Caraíbas continuaram a expressar a sua crença que, por coincidência, ficava próximo das terras do Saco do Ribeiro.

Nesse sentido, demarcar mais um espaço sagrado na freguesia de Itabaiana para fazer expandir a cristandade parece ser uma das razões de se ter estendido aquela visita. Pelas palavras do bispo havia os “vícios da maledicência e do jogo”, destacando a necessidade de “erradicar os erros” por meio da prática da comunhão, conforme os ensinamentos de Jesus Cristo. Na percepção do bispado, apesar do testemunho das “famílias mais distintas”, ainda considerava “inteiramente incipiente” a piedade cristã naquela freguesia. Razão pela qual o vigário Vicente Francisco de Jesus “teve de lutar com as causas múltiplas do indiferentismo religioso ainda reinante por parte de algumas famílias e por parte dos homens”.⁸⁷²

Entretanto, o interesse da Igreja não anula o empenho dos proprietários de terras do Saco do Ribeiro em valorizar as suas propriedades e ao mesmo tempo atrair trabalhadores, tendo em vista que a construção de uma capela e as investidas do vigário dinamizavam a localidade, sinalizando o contributo dessas missões para o desenvolvimento das povoações sergipanas, já que essas contaram não somente com os interesses dos agentes da Igreja ultramontana, mas também das autoridades civis, muitas delas fazendeiros, negociantes e políticos da região missionada.

⁸⁷² Termo de Visita Pastoral. In: *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 21, 6 de junho de 1920, p. 3.

Figura 9 – D. José Thomaz Gomes da Silva



Os que fazem «A Cruzada» saúdam reverentemente ao querido e apostólico Antistite e, genuflexos, pedem de abençoá-los

Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 39, 19 de outubro de 1919.

Como fora demonstrado, os capuchinhos desempenharam um papel de relevância na formação e no desenvolvimento de muitos municípios sergipanos. Mas não se pode deixar de enfatizar os múltiplos interesses e fatores diversos que estiveram imersos no planejamento destas missões. Nesse sentido, a extensão da visita a Saco do Ribeiro demonstra a consideração que D. José tinha para com o vigário Vicente de Jesus, idealizador do desdobramento da visita. Mas ainda aponta as contradições de uma Igreja ultramontana que mesmo diante das exigências de uma sociedade em processo de laicização se mantém a disposição dos interesses dos dirigentes do Estado laico. É ainda reveladora da atuação deste prelado por partes diversas do estado como destacou *A Cruzada* nas muitas vezes que tratava das ações de D. José.

A análise do jornal *A Cruzada* demonstra que esta não foi a única fotografia a fazer apologia a imagem de D. José impressa nas páginas daquele periódico diocesano. Assim como as missões não foram a única estratégia do prelado no combate aos erros do mundo moderno, objetivando a implementação da reforma ultramontana em sua diocese. A imprensa também desempenhou um papel relevante nesse sentido. Foi através do jornal *A Cruzada* que D. José defendeu a moral e os bons costumes, à medida que apresentava os inimigos a serem

combatidos pelos bons católicos. Um destes, declarados com veemência nas páginas do referido impresso atendia pelo nome de protestantismo. Assim, para defender-se das acusações dos redatores do jornal católico, o pastor Rodolfo Fernandes criou um órgão presbiteriano de nome *O Christão*, no ano de 1919.

A partir desse ano, os conflitos entre católicos e presbiterianos, outrora levados a opinião pública via os periódicos laicos da imprensa no Sergipe, passaram a ter em seus órgãos confessionais como o lugar reservado para a defesa de sua Verdade e o ataque da religião do outro. Desse modo, é por meio das publicações desses impressos confessionais, a priori, que se pretende compreender, no último capítulo, as representações de alteridades que um grupo tinha para com o outro na conjuntura de um Brasil republicano, portanto, defensor das liberdades, inclusive a religiosa.

5 A CRUZADA VERSUS O CRISTÃO: A MISSÃO NO (DO) “MISSIONÁRIO MODERNO” (1918-1927)

O jornal religioso é o missionário moderno que conduz as almas para Jesus. Em vão, dizia Pio X, levantaes egrejas e conventos, asylos e escolas e hospitais, se descuidais a nossa imprensa e deixais morrer no meio de vosso egoísmo, indiferenças e desamor. A revolução tudo destruirá e de tudo se apoderará. Não tendes mais defesa que o jornal. Quanto mais, e tanto mais e melhor estareis defendidos dos assaltos dos vossos inimigos.⁸⁷³

5.1 Imprensa confessional no Sergipe: a “boa imprensa”?

No mês de janeiro de 1919, os capuchinhos Camillo de Chrispiero e Francisco de Urbana realizaram mais uma missão no estado de Sergipe.⁸⁷⁴ O evento fazia parte da programação das atividades da segunda visita pastoral de D. José Thomaz Gomes da Silva na freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, a cargo do sacerdote Victorino Côrrea Fontes, desde 23 de maio de 1895.⁸⁷⁵ Quatro anos antes, dessa vez, acompanhado pelos frades Caetano de San Leo e Agostinho de Loro, o bispo havia efetivado a primeira visita no município de Estância, com a realização da missão como era de praxe.⁸⁷⁶ Essa freguesia foi bastante visitada pelos capuchinhos desde a primeira metade do oitocentos, quando a influência política do monsenhor Antônio Fernandes da Silveira contribuiu para a permanência de Frei Candido de Taggia na direção da vice-prefeitura da ordem, sediada no Hospício Nossa Senhora da Conceição, na capital São Cristóvão.

Durante essas primeiras visitas pastorais o município de Estância já contava com uma representatividade presbiteriana. Alguns dos primeiros conversos tinham migrado da cidade de Laranjeiras, a exemplo da família de Manoel Antonio dos Santos David, que ali residia desde 1902. Na ocasião da segunda visita estava à frente dos trabalhos evangelísticos no município de Estância e de outras congregações do campo sul do estado, o reverendo Augusto da Silva

⁸⁷³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 6, 10 de julho de 1921, p. 2.

⁸⁷⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 2, 26 de janeiro de 1919, p. 3.

⁸⁷⁵ Victorino Corrêa Fontes, natural de Estância, estudou no Seminário de Santa Tereza na Bahia. A partir de 1893 passou a atuar na terra natal, primeiro como auxiliar do vigário Salustiano José da Silva Ayres. Com a morte deste, Victorino assumiu a direção da freguesia em 23 de maio de 1895, permanecendo até 1933. Por diversas vezes ficou responsável pela freguesia de Santa Luzia do Rio Real, auxiliando também a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Arauá. Foi um colaborador e incentivador da imprensa. Cf. ALMEIDA NETO, Dionísio de. *A luz da fé no Jardim de Sergipe*, op. cit., p. 205-223.

⁸⁷⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 32, 31 de agosto de 1919, p. 2.

Dourado.⁸⁷⁷ Esse pastor já se encontrava naquela freguesia desde 1917, despertando o interesse do clero católico em combater o grupo de presbiterianos que estava a se expandir pelo estado.

Como foi demonstrado, fazia tempo que os capuchinhos costumavam combater as práticas acatólicas, gerando desentendimentos com os presbiterianos que viviam em Itabaiana, Laranjeiras e outras localidades sergipanas. Sobre essa questão o jornal *A Cruzada* de 2 de março de 1919, trouxe, em sua primeira página, a matéria com título em caixa alta: O PROTESTANTISMO NA CIDADE DA ESTÂNCIA.

Os corypheus da *Mixordia* protestante, que na cidade da Estancia se estabeleceram há vinte anos, não passando, porem, de um núcleo formado de bodegueiros, alfaiates, ourives, cozinheiras *et reliqua caterva*, entenderam de fazer *fita*, depois da visita ultima de nosso ilustre Prelado aquela Parochia, então entregue aos exercícos de uma Missão pelos religiosos capuchinhos Frei Camillo de Chrispiero e Frei Francisco de Urbania. O caso foi comico: o seu enredo presta-se perfeitamente para um *filme cinematográfico*. Finda a visita pastoral do ilustre Diocesano e regressando este a essa cidade, um tal sr. Dourado, pastor da mixórdia ali existente, entendeu no seu bestundo de ir a casa paroquial, para intimar o inteligente e primoroso orador Frei Francisco a uma conferencia publica. Não trepidou o digno Religioso em aceitar relerida proposta, porem, disse-lhe que, faltando apenas duas horas para seu embarque em demanda da praia do Crasto, os de serio compromisso para com a pessoa do ilustre capitalista João Sobrinho o obrigava ali passar de viagem para S. Luzia, só podia aceitar o desafio para a Missão, anunciada, para aquela Paroquia. O sr. Dourado aceitou a proposta e assentaram dia e hora para o *duello* da palavra.⁸⁷⁸

Pouco tempo depois, a conferência foi cancelada a pedido do pastor Augusto Dourado, justificando a impossibilidade dos presbiterianos se deslocarem para o município de Santa Luzia. Na versão apresentada pelo jornal *A Cruzada*, mesmo depois da anulação, o pastor Dourado convidou seu colega do Riachão para realizar uma conferência no paço da intendência de Estância, a fim de evitar a desmoralização. Reunião motivadora da produção de uma série de artigos veiculados naquele periódico com título impresso em caixa alta, O PROTESTANTISMO NA CIDADE DA ESTANCIA E O SR RODOLPHO FERNANDES. Nas primeiras décadas do século XX, Estância não era a única localidade do sul de Sergipe a ser palco dos conflitos religiosos de católicos e protestantes, conforme se observa pela nota veiculada no jornal *A Cruzada* de 6 de outubro de 1918.

O ilustre dr. Juiz de Direito da Comarca de Campos acaba de dar a sentença favorável á causa que foi proposta pelo nosso amigo conego Fonseca, Vigario do Riachão, contra a descabida ver de um protestante querer levantar um

⁸⁷⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 2, 27 de agosto de 1919, p. 3.

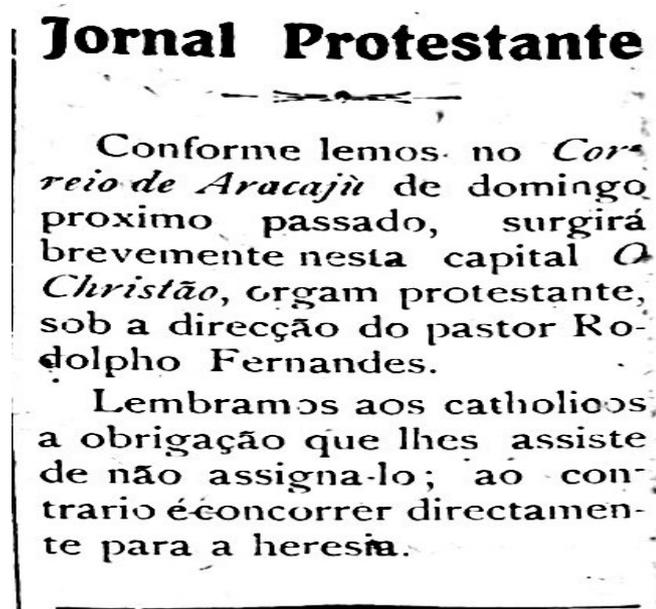
⁸⁷⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 6, 2 de março de 1919, p. 1.

templo em terreno do patrimônio da Padroeira da Parochia no perímetro da villa. Foi advogado da parte vencedora o nosso amigo dr. Manoel Thomaz.⁸⁷⁹

O jornal diocesano destacou a presença dos protestantes em Aracaju, Estância e Riachão, sinalizando ainda Propriá. Essas informações apareceram de diversas formas. Numa delas, na coluna Pelas Paróquias, de 14 de setembro de 1919, tratando da festa na matriz de Riachão destacou que o padre Antônio Anacleto depois de glorificar Maria, finalizou o sermão “apostrofando as blasfêmias dos protestantes contra a Virgem”.⁸⁸⁰ Entretanto, a maioria dos casos referentes aos protestantes, elencados na perspectiva do jornal diocesano, se deu por razão dos conflitos levados à opinião pública por meio da imprensa, seja ela laica ou confessional.

O desfecho da missão capuchinha em Estância levou o pastor Rodolpho Fernandes a debater com os redatores do jornal diocesano por meses, usando do *Diário da Manhã* da capital. Esse confronto/conflito o levou a usar da estratégia do bispo, criando assim um jornal. Dois meses antes do projeto vir a ser concretizado, *A Cruzada* de 25 de maio de 1919 trouxe, na parte central superior da primeira página, ao lado da matéria afirmando ser a Imaculada Conceição restauradora da humanidade, a seguinte nota.

Figura 10 – Nota Jornal Protestante impressa no periódico *A Cruzada*.



Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 18, 25 de maio de 1919, p. 1.

Passados dois meses, ainda com o mesmo título, linguagem agressiva e de alerta, *A Cruzada*, de 3 de agosto de 1919, anunciava a chegada do jornal presbiteriano, proibindo aos católicos a leitura do periódico herege.⁸⁸¹ Apesar das investidas contrárias do clero romano, o

⁸⁷⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 18, 6 de outubro de 1918, p. 3.

⁸⁸⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 34, 14 de setembro de 1919, p. 3.

⁸⁸¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 28, 3 de agosto de 1919, p. 1.

primeiro jornal evangélico impresso no Sergipe permaneceu em circulação quinzenal por sete anos, assumindo uma postura combativa. Assim, se dava a institucionalização do debate na imprensa confessional do estado, possibilitando compreender as representações de alteridades desses grupos, através da análise dos jornais *A Cruzada* (1918-1926) versus *O Christão* (1919-1927). Debate que vinha sendo realizado no espaço da imprensa laica, desde o Segundo Reinado, usando algumas vezes dos periódicos confessionais de outras partes do Brasil.

Nesse aspecto, defendeu Edwiges Rosa dos Santos que as matérias críticas no tocante a atuação da Igreja Católica no Brasil, veiculadas em alguns jornais atraíram leitores, despertando a atenção do segmento protestante da sociedade para a criação de seus primeiros órgãos da imprensa. Em 1864, o missionário americano, Reverendo Asbhel Green Simonton, da denominação presbiteriana fundou o *Imprensa Evangélica*, primeiro jornal evangélico da América Latina, que circulou até o ano de 1892, com fases de impressão no Rio de Janeiro e São Paulo. Esse periódico atraiu a atenção da população e dos sacerdotes da Igreja Católica, em especial, os ultramontanos, conseguindo assinaturas em diversas localidades brasileiras.⁸⁸² É bem possível que David tivesse sido um desses assinantes na cidade de Laranjeiras.

As utilidades do jornal levaram outros credos a organizar seus órgãos. Em 7 de janeiro de 1866, entrava em circulação *O Apóstolo*, órgão oficial da Diocese do Rio de Janeiro, representante do discurso ultramontano reformador em voga no Brasil. Na versão do reverendo Júlio Ferreira o *Imprensa Evangélica* exerceu um caráter combativo, a partir das polêmicas travadas com o jornal católico *O Apóstolo*. Entretanto, o jornal exercia outras funções conforme se pode observar das palavras extraídas do relatório pastoral apresentado pelo Reverendo Asbhel Green Simonton, datado da Corte, em 1867.

“Outro trabalho que me tem roubado muito tempo é a publicação da *Imprensa Evangélica*. A importância de uma folha evangélica não pode ser contestada. Por este meio instruímos muitos que não estão ao alcance de outros meios atualmente empregados na pregação do Evangelho. Mesmo nesta Corte sucede isto. Um número de pessoas, talvez maior que se pensa, só tem notícia do Evangelho por meio da leitura da *Imprensa Evangélica*. Folgo em participar que, com raras exceções, os assinantes do ano passado continuaram. Tem aparecido número considerável de novas assinaturas, quase todas estas da Corte. O aumento se deve a esforços múltiplos: devo mencionar, com particularidade, o nome do Sr. Passidônio, que, sem ser membro da Igreja, tem-se mostrado exemplo de zelo que desejaria recomendar a todos os irmãos.⁸⁸³

⁸⁸² SANTOS, Edwiges Rosa dos, op. cit.

⁸⁸³ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*, op. cit., p. 49-52. Os primeiros números do *Imprensa Evangélica* foram impressos na tipografia Perseverança, rua do Hospício, 99. O valor da assinatura anual era de 6\$000. Manteve-se por muito tempo com 8 páginas, tamanho de 20 por 30 cm. Simonton estimulava

O Reverendo Simonton finalizou apelando para que o primeiro periódico evangélico viesse a ser divulgado nas províncias. Outras assertivas sobre a influência desse impresso foram destacadas no sentido de defesa desse veículo de comunicação, já que dizia Simonton “muitos que não vêm aos cultos lêem o jornal, com interesse”. Por esta razão, ressaltou Ferreira que o missionário estimulava os leitores a encaderná-lo, alegando que o material era de interesse permanente, já que seu conteúdo serviria de base para a instrução no culto doméstico. Para além das instruções doutrinárias e do combate ao clero romanista do jornal *O Apóstolo*, naquela folha evangélica oitocentista também foi “enaltecida a defesa de liberdade de consciência”.⁸⁸⁴

No século XX, postura semelhante assumiram *A Cruzada* e *O Christão*. Entretanto, os conflitos no espaço dos jornais confessionais sergipanos se deram em outra conjuntura tanto para a Igreja quanto para o Estado. Diferente dos súditos do Império os cidadãos poderiam gozar da liberdade religiosa apregoada na Constituição republicana. Nessa fase a Igreja Católica intensificou o uso da imprensa na cruzada evangelizadora rumo a destruição dos males da modernidade à medida que buscava reformar práticas do clero e da população. Vale destacar que *A Cruzada* passou a funcionar em 1918, quando a Igreja no Brasil tentava se aproximar do Estado laico. Esses jornais também foram importantes para essa reaproximação, em meio as divergências de opiniões sobre o casamento civil, a secularização dos cemitérios, o ensino e a complexa questão da liberdade religiosa. Problemas esses que foram abordados sob óticas diferentes, já que os grupos religiosos tinham percepções divergentes para além das questões doutrinárias.

Essas questões serão apontadas a partir das vozes dos jornais, enfatizando a questão da liberdade religiosa por ser um problema atual, já que em nome de Deus ainda se cometem as maiores atrocidades, desrespeitando-a. Partindo do princípio de que a investigação do passado só faz sentido se ajudar na reflexão sobre os problemas do tempo presente, objetiva-se neste capítulo analisar os debates sobre a implementação da liberdade religiosa no Estado laico das primeiras décadas republicanas por meio da imprensa confessional sergipana – *A Cruzada versus O Christão*, sem deixar de compreender as práticas e representações desses grupos religiosos no Brasil em processo de laicização. Sendo assim, faz-se necessário compreender a funcionalidade dos referidos jornais, sua bandeira, a periodicidade, o público leitor, seus sujeitos redatores/colaboradores, principais temáticas abordadas, seus amigos e inimigos; e,

os leitores a encaderná-lo, alegando que o material era de interesse permanente, já que seu conteúdo servia de base para a instrução no culto doméstico. Neste impresso destacou Ferreira: “É enaltecida a defesa de liberdade de consciência”. Ainda destacou entre os leitores da folha a mãe de Saldanha Marinho.

⁸⁸⁴ Ibid.

depois identificar a representatividade que um grupo refletia de si de mesmo e do outro. É por meio dos conflitos que um grupo revelava à sua maneira de enxergar o outro, e, por consequência, revelava a imagem que fazia de si mesmo.

Faz-se necessário destacar que o jornal foi um dos veículos de comunicação mais importantes da década de 1920, exercendo relevante papel de transmissão das ideias e dos valores de progresso e civilização que se almejavam para o Brasil. Percebe-se que este ideal estava presente na polifonia de vozes dos dois jornais, com propostas de caminhos diferentes para se alcançar a civilização. De um lado, *A Cruzada*, representando os interesses reformistas dos católicos ultramontanos. Do outro, os presbiterianos, querendo civilizar o Brasil a partir do modelo pregado pelos missionários norte-americanos, conforme se observa no jornal *O Christão*.

A polifonia de vozes é uma característica peculiar dos jornais conforme defendeu José D'Assunção Barros na reflexão sobre os desafios e as potencialidades da utilização dos impressos como fontes históricas.⁸⁸⁵ Diferente da carta, escrita por um indivíduo, o jornal na sua essência é uma fonte polifônica, já que em suas páginas aparecem uma diversidade de vozes – redatores, colaboradores, e até leitores – podem expressar sua opinião, se estiver de acordo com os interesses do órgão em questão.

Apesar de todo e qualquer jornal ser fruto dessa polifonia, é preciso pensar com ressalva o impresso de bandeira confessional, já que suas vozes estavam a defender os interesses de uma instituição religiosa. Dificilmente, o jornal católico permitiria a veiculação de um artigo que criticasse as atitudes de um padre, por exemplo, mesmo que este sacerdote tivesse cometido um assassinato. Assim como o jornal presbiteriano não publicaria uma notícia deslegitimando as bíblias exportadas dos Estados Unidos e da Inglaterra como sendo-as falsas. Portanto, para a análise desses jornais confessionais, é possível pensar que a polifonia de vozes estava em sintonia a representar uma única voz. No caso do jornal católico, os interesses da Igreja Católica Apostólica Romana, tendo à frente a figura do bispo ultramontano, D. José Thomaz Gomes da Silva. Enquanto *O Christão* representava os interesses da denominação Presbiteriana, na pessoa do pastor Rodolpho Fernandes, com aprovação dos missionários norte-americanos responsáveis pelo Presbitério Bahia e Sergipe.

Na percepção de Barros o jornal é um veículo de comunicação e produto cultural, portanto deve ser compreendido “no seu dia a dia, no mundo da cultura, no interior da sociedade que os gera e os reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e

⁸⁸⁵ BARROS, José D'Assunção, op. cit.

instrumento de sociabilidade”.⁸⁸⁶ Nessa perspectiva é possível pensar os dois jornais em questão como sendo expoentes desses grupos confessionais no Estado laico. Por compartilhar dessa percepção creio ser necessário traçar um perfil da cultura periódica no Sergipe, visando a compreender o surgimento dos jornais confessionais, imersos nas vicissitudes de seu tempo.

Desde a publicação dos primeiros periódicos na Europa, agentes das denominações protestantes e do clero católico estiveram à frente de sua produção, sem que estes impressos, necessariamente, viessem a defender com exclusividade uma bandeira confessional, a princípio. Entretanto, dada a relevância dos periódicos na modernidade, alguns desses agentes, versados nas letras e com experiências na produção dos periódicos laicos, passaram a organizar órgãos disseminadores das ideias das instituições religiosas as quais representavam. Alguns deles circularam na clandestinidade, outros tiveram a aprovação do poder político para circulação. Nesse aspecto as ações de Pierre Bayle e Louis Veillot, na França, são representativas do uso da cultura periódica voltadas para a defesa das ideias do protestantismo e do ultramontanismo, respectivamente. Nesse sentido, Veillot influenciou a criação de uma série de periódicos católicos na França das décadas de quarenta a oitenta do século XIX.⁸⁸⁷

Assim como na Europa, se observa no Brasil a participação dos agentes das instituições religiosas por meio da imprensa laica, sendo que na segunda metade do século XIX, começaram a surgir com maior ênfase o aparecimento de periódicos defensores de uma confissão específica. Certamente a defesa de Veillot pelo uso da imprensa católica deve ter influenciado as ideias de sacerdotes em outras partes do mundo, assim como os presbiterianos norte americanos já possuíam experiências quando criaram o periódico *Imprensa Evangélica* no Rio de Janeiro. Portanto, as instituições religiosas passavam a se apropriar da imprensa como estratégia para divulgar sua doutrina e combater tudo que se mostrasse contrário a ela. Em virtude do combate da Igreja Católica à imprensa, por considerá-la veículo das más ideias, passaram a utilizá-la com a denominação de boa imprensa. Nesse sentido, protestantes e espíritas também se autodenominavam portadores da boa imprensa nos seus respectivos órgãos.

⁸⁸⁶ Ibid., p. 179.

⁸⁸⁷ ALBERT, Pierre; TERROU, Ferdinand. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 18; 37. Tratando da especificidade da cultura periódica em alguns países da Europa, bem como dos Estados Unidos, os autores demonstraram que apesar da censura política, guardadas as especificidades, a necessidade do debate por conta dos conflitos religiosos, em parte provenientes da Reforma Protestante, das mudanças do mundo moderno, palco das ideias liberais, impulsionaram a proliferação de impressos. Alguns deles circulavam na clandestinidade. Cita o exemplo das gazetas publicadas na Holanda e distribuídas clandestinamente na França. Um dos nomes protagonistas dessas gazetas foi Pierre Bayle de 1684 a 1687. Nesse período a França havia revogado o Edito de Nantes (1685), que desde 1598 havia concedido a liberdade de culto aos huguenotes (calvinistas), após décadas de perseguições religiosas. A participação na imprensa periódica francesa não se restringira aos adeptos das denominações protestantes. De 1847 a 1883, a França viu nascer uma série de periódicos católicos.

A instalação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro de 1808, marca o início da imprensa oficial no Brasil.⁸⁸⁸ Entretanto, desconstruindo os clichês da censura, do atraso e do oficialismo, novas pesquisas nos domínios da história cultural têm defendido as circularidades de uma cultura material impressa anterior a imprensa oficial. Dentre os argumentos se baseiam na existência de prelos utilizados pelos jesuítas na produção de impressos que circulavam clandestinamente, apesar da existência de órgãos civis e eclesiásticos destinados a censura nos territórios dominados por Portugal. Nesse caminho percorre Marco Morel defendendo que a produção da imprensa no Brasil “não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria”.⁸⁸⁹

A tese defendida por Morel ajudou a pensar o caso da imprensa no Sergipe, com olhar voltado para a chamada boa imprensa. Nos anos seguintes a 1808, apesar dos mecanismos de censura das primeiras décadas, outras províncias conseguiram manter seus estabelecimentos tipográficos, aumentando a cultura material dos impressos. Na relação dos sujeitos envolvidos

⁸⁸⁸ Na perspectiva da historiografia tradicional têm-se o clássico Nelson Werneck Sodré com o livro *História da Imprensa no Brasil* que apesar de apresentar pistas significativas da presença de livros, periódicos estrangeiros e até mesmo da instalação de tipografias temporárias na colônia manteve sua defesa pautada na censura, no atraso e no oficialismo. Argumentos usados para justificar a tese da estreita ligação do surgimento da imprensa atrelado ao desenvolvimento econômico da sociedade capitalista, propiciador das inovações nas técnicas de produção e circulação dos meios de comunicação. Destacou a existência de algumas tipografias: no Recife (1706, para impressão de letras de câmbio e orações devotas, sendo proibida por carta régia de 8 de julho do mesmo ano) e no Rio de Janeiro (1746, essa chegou a imprimir alguns folhetos, antes de ser proibida). Sua explicação da imprensa no Brasil se pautou em três aspectos: 1- a censura, destacando que o pecado/heresia do livro na colônia, devia-se a censura da metrópole e da Igreja, impedindo o desenvolvimento da imprensa; 2- o atraso, a cultura dos povos indígenas pode ser a razão do atraso, já que a imprensa se desenvolveu na América espanhola e inglesa; 3- o oficialismo, Portugal não desejava ver a colônia civilizada, mandando destruir qualquer tipografia. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁸⁸⁹ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-31. Na percepção de Morel a circulação dos livros e experiências trazidas pelos brasileiros que estudaram em Coimbra; o papel dos comerciantes e navegadores nas circularidades dos mais variados impressos europeus para a colônia; os prelos clandestinos dos jesuítas, apesar da existência de órgãos civis e eclesiásticos destinados a censura nos territórios dominados por Portugal; e a circulação na colônia do *Correio Braziliense*, publicado em Londres, um pouco antes de 10 de setembro de 1808, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico oficial, passou a circular, estão entre os argumentos das circularidades culturais que o levaram a defender que a imprensa não surgiu do vazio cultural. Outros autores, embora com olhares diversos, trilharam a perspectiva das circularidades da cultura impressa, a exemplo de Lavina Madeira Ribeiro, Thainá Calvacanti Peixoto, Tânia de Lucca, Marivalda Barbosa, James William Goofwin, Suelayne Oliveira Andrade, servindo de inspiração na análise dos periódicos usados como fontes nesse trabalho.

nesse processo, percebe-se a atuação do clero secular e regular, a exemplo de alguns periódicos publicados nas províncias da Bahia,⁸⁹⁰ Paraíba⁸⁹¹ e Sergipe.

Em se tratando de Sergipe também se verifica a existência de uma cultura material impressa a circular na província⁸⁹² antes de 3 de setembro de 1832, quando se deu a publicação do periódico *Recopilador Sergipano*. Impresso no prelo instalado pelo monsenhor Antônio Fernandes da Silveira na vila de Estância é o marco do surgimento da imprensa oficial na província de Sergipe.⁸⁹³ Por esta razão a historiografia⁸⁹⁴ tem destacado o papel do monsenhor Silveira na produção da cultura periódica. Nesse aspecto, não se pode deixar de salientar a rede de apoio, da qual alguns membros do clero estavam na relação, a exemplo do padre José Joaquim de Campos, na vila de Laranjeiras. A participação do clero era tamanha que o convento do Carmo, em São Cristóvão, chegou a ser um espaço de produção dessa cultura periódica. Nesse sentido, percebe-se que nas décadas de 1830-40, o nome do monsenhor Silveira é

⁸⁹⁰ CARVALHO, Aloysio de, op. cit. Em Salvador a primeira gazeta oficial da Bahia, *Idade d'Ouro do Brazil*, impressa na tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva passou a circular a partir de 1811, sendo redigida por um bacharel e um padre.

⁸⁹¹ No caso da Paraíba do Norte seu primeiro periódico, intitulado *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte* foi o porta voz do governo provincial com impressão da Tipografia Nacional da Paraíba. Vale ressaltar que o periódico *Correio da Paraíba* de 1830 foi impresso numa gráfica do Recife, estabelecimento onde o tipógrafo José Rodrigues da Costa trabalhava. De acordo com Thayná Peixoto, a primeira tipografia privada da Paraíba do Norte teria sido instalada somente em 1834, pelo referido tipógrafo paraibano que havia percebido a carência dos estabelecimentos tipográficos na capital da Paraíba do Norte, quando participou da impressão do *Correio da Paraíba*. Embora de caráter privado a referida tipografia publicou diversos documentos oficiais e passou a ser mantida pela família do tipógrafo após a sua morte. Para a autora, este paraibano foi um importante mediador cultural, inclusive, em parceria com um sacerdote, criando um jornal duradouro, *O Publicador*. Cf. PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, p. 14-15.

⁸⁹² Desde os primeiros tempos coloniais que a proximidade geográfica, as relações políticas e comerciais propiciaram circularidades de Sergipe com a Bahia. Relações que permaneceram no que diz respeito a cultura impressa. Entretanto, esse fluxo e refluxo de mercadorias, de ideias e de pessoas, se dava também com Pernambuco, Rio de Janeiro e outras províncias como tem demonstrado parte da historiografia sergipana. Na Primeira República torna-se ainda mais perceptível as circularidades com o Rio de Janeiro, capital do Brasil, conforme será demonstrado a partir da análise dos jornais confessionais em questão. Circularidades que nos levaram a levantar a hipótese de que o surgimento da imprensa oficial no Sergipe não se deu no vazio cultural, assim como não se deve usar do clichê do atraso para compreender o caso sergipano. Nesse sentido pode-se elencar como argumentos os seguintes fatores: há relatos da produção de gazetas publicadas pelo padre Euzébio Dias Laços, ainda em 1715; os jesuítas atuaram por muito tempo nessa região, podendo ter implantado tipografias assim como o fizeram em outras partes da colônia; havia circularidades dos impressos advindos de outros países e de outras províncias, facilitados com a abertura dos portos as nações amigas, sendo a Inglaterra a maior beneficiada; havia uma rede de sociabilidades com a Bahia, levando o governo a publicar os documentos oficiais na tipografia de Salvador. Além do mais é preciso comparar Sergipe com outras províncias similares a sua condição geográfica e econômica, a exemplo da Paraíba.

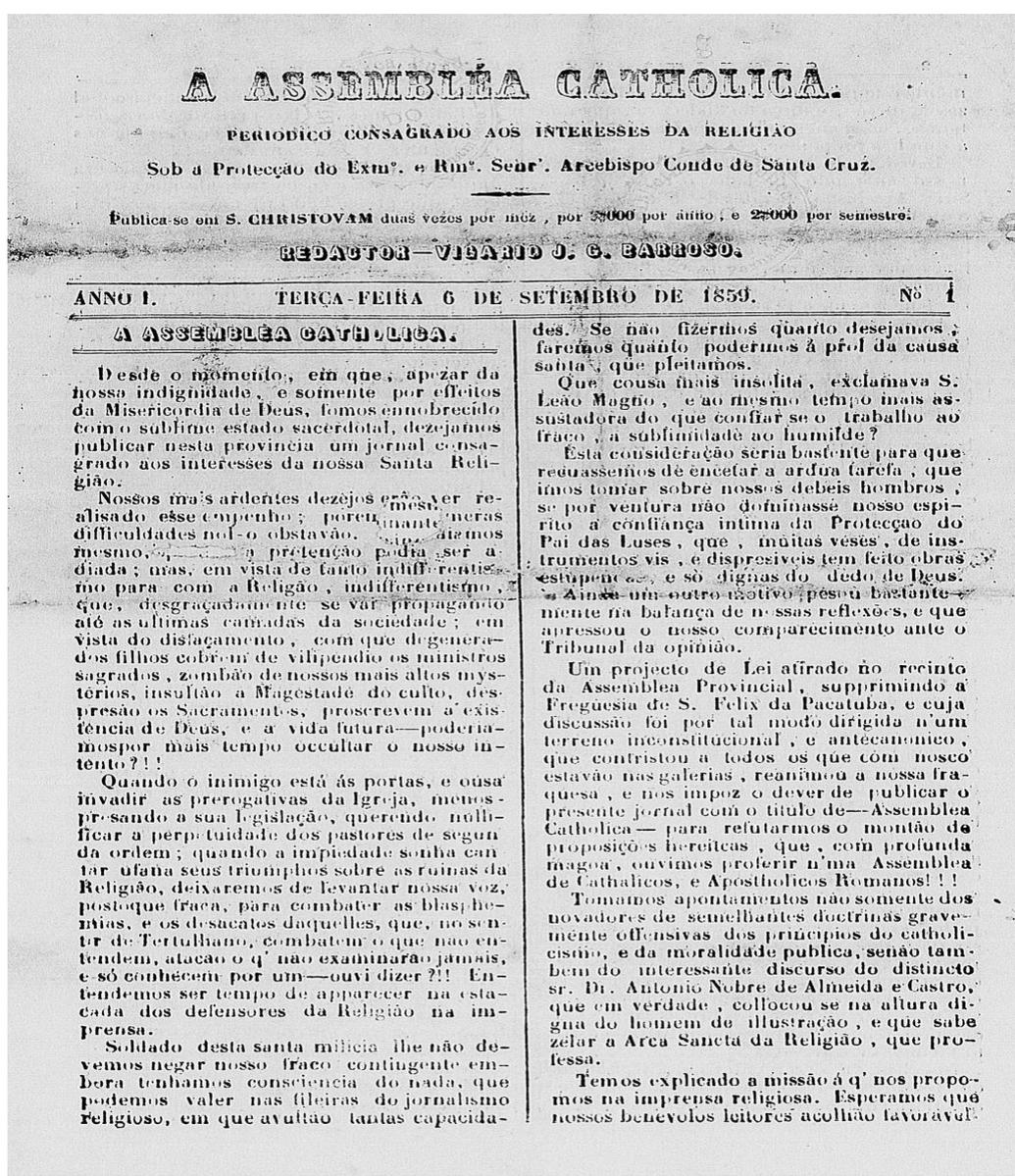
⁸⁹³ GUARANÁ, Armindo. O 1º jornal de Sergipe. *Revista do IHGSE*, n. 1, p. 44.

⁸⁹⁴ TORRES, Acrísio, op. cit., p. 21-23; SILVA, Clodomir. *Album de Sergipe*, op. cit.; GUARANÁ, Armindo, op. cit. O último número encontrado do *Recopilador Sergipense* consta de outubro de 1834. Na versão apresentada por Clodomir Silva teria sido naquele ano transferido para a capital, São Cristóvão, onde passaria a circular com a nomenclatura de *Noticiador Sergipense* até o ano de 1836. A tipografia Silveira continuava em ação, com suas ideias circulando, o que demonstra seu poder político na primeira metade do oitocentos, intercedendo pela criação da vice-prefeitura dos capuchinhos em São Cristóvão. No final de 1836, o referido periódico se apresentava como folha oficial, política e literária. Pela diagramação percebe-se as semelhanças com o *Recopilador*, inclusive com a manutenção do mesmo dístico.

destaque na imprensa laica. Entretanto, os impressos na tipografia de Silveira não foram os únicos a compor a relação de 134 títulos de periódicos publicados na província de Sergipe de 1832 a 1889.⁸⁹⁵ Essa Cultura periódica do oitocentos teve um aumento considerável no decorrer das primeiras décadas da República, quando a estatística subiu para 275 títulos entre os anos de 1832 e 1920.

Ainda no século XIX, outros sacerdotes tiveram seus nomes ligados à imprensa, a exemplo do vigário José Gonsalves Barroso, idealizador e redator do periódico *A Assembléa Catholica*.

Figura 11 – Periódico confessional: *A Assembléa Catholica*.



Fonte: *A Assembléa Catholica*, São Cristóvão, ano 1, n. 1, 6 de setembro de 1859, p.1.

⁸⁹⁵ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*, op. cit., p. 285.

Este impresso assumiu a bandeira confessional, apresentando-se ao público como órgão consagrado aos interesses da religião, sob a proteção do arcebispo Conde de Santa Cruz, D. Romualdo Antônio de Seixas.⁸⁹⁶ Na primeira edição, de 6 de setembro de 1859, o vigário de São Cristóvão, José Gonsalves Barroso,⁸⁹⁷ salientou o sonho de criar um periódico com o objetivo de combater os inimigos da Igreja pelo tribunal da opinião, demonstrando a sua intenção de usar a imprensa no combate aos inimigos do catolicismo, quando esse veículo de comunicação ainda era pouco usado pelas instituições religiosas no Brasil. Vale ressaltar que o periódico fez referência as missões de Frei Candido de Taggia, já que este frade italiano ainda se encontrava a frente do hospício dos capuchinhos em São Cristóvão, não referenciando outros credos, exceto quando alertou a necessidade de se combater os ímpios.

Não se sabe se esse periódico deixou de circular no ano de 1860, mas pela pesquisa realizada nos diversos acervos sergipanos, é possível que *A Assémblea Catholica* tenha sido o único jornal confessional a circular nos tempos imperiais. Situação que se modificou na República, passando a imprensa a ser utilizada por outros credos. O Quadro 6 apresenta alguns jornais confessionais veiculados na província/estado de Sergipe até a primeira metade do século XX, demonstrando que os jornais confessionais no Sergipe obtiveram êxito na República.

Quadro 6 – Jornais confessionais no Sergipe

Local	Jornal	Ano	Redatores	Confissão
São Cristóvão	<i>A Assémbléa Catholica</i>	1859-1860	vigário José Gonsalves Barroso	Católico
Aracaju	<i>A Cruzada</i>	1918-1926 (1ª fase)	Redator chefe: cônego Floduardo Brito Fontes	
	<i>Santo Antonio</i>	1926-1930		
	<i>A Boa Nova</i>	1930-1934		
	<i>Boletim Paroquial</i>	1931-1932	Cônego José Geminiano de Freitas Cônego Carlos Costa	
	<i>A Tebaidinha</i>	1932-1934		
	<i>A Voz do Pároco</i>	1932-1934		

⁸⁹⁶ BNRJ – *A Assémbléa Catholica*, São Cristóvão, ano I, n. 1, 6 de setembro de 1859. As edições 1 e 2 (1859) fazem parte do acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e os números 7, 8 e 10 (1859-1860) fazem parte do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória, digitalizados pelo Projeto *Nuntium e Clio*.

⁸⁹⁷ De acordo com Armindo Guaraná, o vigário José Gonçalves Barroso exerceu o cargo de diretor da Imprensa do governo por ato de 27 de abril de 1852, sendo nomeado vigário colado, da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de São Cristóvão, em 1853 onde exerceu suas atividades paroquiais até seu falecimento, em 17 de setembro de 1882. Vale ressaltar que Guaraná silenciou a participação do vigário Barroso no periódico *A Assémbléa Catholica*, apesar deste autor traçar o perfil biográfico desse sacerdote, ressaltando a atuação dele na política e na imprensa conforme se pode observar: nascido na vila de Laranjeiras em 21 de março de 1821, passou a estudar no seminário arquiépiscopal da Bahia. Foi diretor da Imprensa do governo e vigário colado da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de São Cristóvão de 1853 a 1882. Participou da vida política como vereador da Câmara Municipal de São Cristóvão e deputado provincial em onze legislaturas. Em 1854 participou dos debates na Assembleia Provincial a respeito da ideia da mudança da Capital para Aracaju, assumindo oposição ao projeto apoiado pelo presidente da província, Ignácio Joaquim Barbosa. Fez parte da imprensa atuando como redator oficial do Correio Sergipense (1852-1853), também colaborou no Jornal de Sergipe e redigiu os periódicos *O Voto Livre* (1857-1860); *O Liberal* (1868) e *O Echo Liberal* (1877-1884). Cf. GUARANÁ, Armindo, op. cit.

Aracaju	<i>O Lírio Mariano</i>	1933	Diretor: Padre Gervasio Feitosa	
Japarutuba	<i>A Paroquia</i>	1936-1937		
	<i>O Arauto</i>	1936-1937		
Propriá	<i>O Mês</i> ⁸⁹⁸	1919		
	<i>A Defesa</i>	1950		
	<i>A Semente</i>	1962-1965-1991		
Laranjeiras	<i>A Caridade</i>	1906-1907	Pedro Garcia Moreno Cecília Curvello José Verano de Carvalho Lima	Espírita
	<i>A Semente</i>	1925-1927		
	<i>O Luzeiro</i>	1932-1934		
	<i>O Arauto</i>	1936-1937		
Aracaju	<i>Juvenil Espírita</i>	1948-1950		
Aracaju	<i>O Christão</i> (presbiteriano)	1919-1927	Rev. Rodolpho Fernandes Galdino Moreira Juventino Marinho Sergio Maranhão	Evangélico
	<i>O Monitor Christão</i> ⁸⁹⁹	1928 (1ª fase) 1931-1933 (2ª fase)	Diretor: Rev. Rodolpho Fernandes Coriolano Costa Duclerc Sebastião G. Moreira	
	<i>Sergipe Evangélico</i> (órgão da Associação de imprensa evangélica sergipense)	1935-1938	Diretor: Rev. Rodolpho Fernandes Redatores: todos pastores da capital, pertencentes a Associação Diretor: Rev. Albérico Sousa Diretor: Rev. Jorge Cesar Mota Redator auxiliar: Sebastião Gomes	
	<i>Alvorada</i> (batista)	1940-1943	Diretor: Rev. Albérico Sousa	
	<i>O Baptista Sergipano</i>	1949	Redator chefe: J. B. Oliveira Redator tesoureiro: J. F. Oliveira	

Fonte: Acervos da BPED/UFS – PROJETO NUNTIIUM E CLIO,⁹⁰⁰ IHGSE, APES e BN.

Essa variedade de jornais confessionais compõe um *corpus* documental relevante para a compreensão da sociedade sergipana. Muitos deles, a exemplo do jornal *O Christão*, são fontes ainda pouco utilizadas, ou até mesmo inéditas. Na percepção de Sousa esse volume de jornais religiosos significava que havia leitores no Sergipe da primeira metade do século XX interessados pelas notícias veiculadas neles.⁹⁰¹ Compartilhando dessa percepção, constata-se que a institucionalização de outros credos (presbiterianos, batistas, espíritas) ampliava o polo de leitores para outros estados, ávidos por notícias de suas denominações, como se deu no caso dos presbiterianos da Bahia, assinantes do jornal *O Christão*. Não se pode negligenciar o

⁸⁹⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 31, 24 de agosto de 1919, p. 4. *A Cruzada* na coluna Pela Imprensa destacou “O MÊS – Órgão oficial da União das Filhas de Maria (Propriá)”.

⁸⁹⁹ Este jornal passou a circular em 7 de setembro de 1928, por iniciativa do pastor Rodolpho Fernandes, apresentando-se como órgão da Igreja Cristã de Aracaju. Por falta de recursos não chegou a veicular nem a segunda edição. Mas, em 3 de junho de 1931, voltou a circular, dessa vez como órgão da defesa evangélica.

⁹⁰⁰ A maioria desses jornais fazem parte do acervo da BPED, digitalizados pelo Projeto *Nuntium e Clio*.

⁹⁰¹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. O Jornal *O Christão*, órgão presbiteriano da Bahia e Sergipe, e as notificações sobre tolerância e intolerância religiosa em Sergipe e na Bahia (1919-1927). In: BRONSZTEIN, Karla Regina Macena Pereira Patriota; MARANHÃO, F. Eduardo M. de Albuquerque (Orgs) *Simpósio Nordeste da ABHR. Gênero e religião. Diversidade e (In)tolerância*. 2015, p 69- 84, 2v.

burburinho que o embate entre um pastor e redatores do jornal oficial da diocese, a representar o bispo, viesse a despertar ainda mais o interesse pela leitura daqueles jornais. Assim, a apropriação da leitura não se restringia aos adeptos da confissão produtora. Certamente, esses jornais confessionais circularam nos mais variados espaços e foram apropriados por uma pluralidade de sujeitos, de múltiplas formas.

A existência de apenas um periódico confessional no Sergipe oitocentista não impediu a disseminação das temáticas religiosas. Elas foram veiculadas nos periódicos laicos e por meio das práticas de colportagem, conforme apresentado nos capítulos anteriores. Do mesmo modo que, pelo quantitativo de jornais confessionais publicados na primeira metade do século XX, percebe-se que os grupos religiosos – católicos, protestantes e espíritas – souberam se utilizar da imprensa no Estado laico.

Nessa fase da República, parece ter sido os espíritas os primeiros a experimentarem o prelo, demonstrando a relevância desse grupo no Sergipe da inserção presbiteriana. Em novembro de 1906, antes mesmo da criação da Diocese de Aracaju, o Centro Espírita Bittencourt Sampaio,⁹⁰² localizado na cidade de Laranjeiras, publicava a primeira edição do jornal *A Caridade*.⁹⁰³

Desde a segunda metade do século XIX que inspirados nos ultramontanos da Europa, o clero no Brasil passou a usar da imprensa periódica, não esquecendo dos presbiterianos com o

⁹⁰² No jornal *A Caridade* consta que o Centro Espírita Bittencourt Sampaio funcionava na cidade de Laranjeiras, desde 12 de novembro de 1905. Pelo nome do Centro supõe-se que seus idealizadores foram inspirados nas ideias do laranjeirense, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, emigrado para o Rio de Janeiro em 1861, destacando-se na organização dos primeiros grupos espíritas do Brasil. Sobre sua trajetória destacou Armindo Guaraná: bacharel, poeta, político e jornalista, formado em direito pela Faculdade de São Paulo em 1859. Exerceu a função de promotor de Itabaiana e Laranjeiras em 1860-1861. Foi deputado geral por sua província para as legislaturas de 1864-1866 e 1867-1870, exercendo o cargo de presidente do Espírito Santo. Em 1870 desligou-se dos partidos monárquicos, assinando com Quintino Bocaiúva o Manifesto Republicano. Na República ocupou cargos de inventariante dos papéis da Câmara dos Deputados, redator dos debates da Assembleia Constituinte de 1889 a 1892 e diretor da Biblioteca Nacional. Faleceu em 10 de outubro de 1895 no Rio de Janeiro. Cf. GUARANÁ, Armindo, op. cit., p. 188-190.

⁹⁰³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Caridade*, Laranjeiras, ano I, n. 1, novembro de 1906. *A Caridade* é um jornal pequeno, de publicação mensal, impresso na Tipografia Comercial, em Aracaju, contando com o farmacêutico Pedro Garcia Moreno na chefia da redação. Circulou por três edições, (novembro de 1906; dezembro de 1906 e janeiro de 1907), esclarecendo a suspensão na terceira edição. Assumiu a bandeira espírita, indicando as obras de Allan Kardek e Léon Denis como leituras obrigatórias para compreendê-la. Criticou as práticas do catolicismo e do protestantismo, ressaltando que durante as reuniões naquele centro, o silêncio e a paz predominavam. Portanto, não necessitavam de templos cobertos de ouro para propagar a caridade e nem de fortunas colossais como faziam determinadas seitas. Na percepção de seus redatores, ambas eram contrárias aos preceitos da “Santa Caridade, negando ao pobre mendigo um pequeno obulo que lhe possa matar a fome e fazendo assim recheiar a bolsa dos opulentos representantes do Cristo, que passam a vida regalada de opíparos jantares”. Na segunda edição, de dezembro de 1906, criticava o Deus dos católicos romanos, por este não fazer parte do mundo espírita, referindo-se, provavelmente, aos franciscanos e capuchinhos quando destacou que: “Não há sido uma só vez sim milhares, que temos ouvido fallar desta grande entidade, não só ao comum do povo como também aos santos padres missionarios, que a fazem conhecida e divulgada do alto do púlpito, nas celebres missões que andam a pregar”. *A Caridade*, Laranjeiras, ano I, n. 2, dezembro de 1906, p. 2.

jornal *Imprensa Evangélica*. Na percepção de Sérgio Miceli, a Igreja Católica investiu seus esforços na manutenção de diversos gêneros de publicações: jornais, revistas e boletins. Tinha por objetivo se defender nas questões polêmicas sobre sistema de ensino, lutas políticas e embates doutrinários com ateus, hereges, apóstatas, maçons, protestantes e outros porta-vozes de grupos políticos discordantes das posições eclesiásticas ortodoxas.⁹⁰⁴

Nesse sentido, Oliveira destacou que a criação dos jornais, representantes dos interesses da Igreja Católica, foi uma atitude comum adotada pelos bispos ultramontanos, a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil. Os periódicos religiosos serviram para veicular os discursos dos bispos a respeito de uma diversidade de assuntos, destacando dessa pluralidade a reforma das irmandades. Trabalho que demonstra os conflitos internos, pelos quais também passavam a Igreja Católica.⁹⁰⁵ Para Andrade a imprensa foi um importante instrumento da prática religiosa dos católicos na defesa contra as empresas de salvação concorrentes e contra o intelectualismo laico.⁹⁰⁶ Analisando objetos diferentes, esses autores demonstraram a importância dada à imprensa pelos eclesiásticos no tratamento de diversas questões desde o oitocentos, sendo ainda mais utilizada nos tempos republicanos.

Assim, o *corpus* documental dos impressos confessionais pode ser utilizado por pesquisadores diversos, possibilitando trabalhos em variadas temáticas. Entretanto, é preciso estar atento a seu caráter moralista, já que na percepção das pluralidades de vozes desses impressos, são detentoras de uma única verdade. Tânia de Luca alerta para o fato de que por muito tempo os periódicos de maneira geral foram considerados inadequados por conterem registros fragmentários marcados por interesses e paixões. Problema superado com a terceira geração dos *Annales* quando Jacques Le Goff concebeu um novo olhar para o documento, possibilitando o alargamento das fontes históricas.⁹⁰⁷

Na percepção de Le Goff, “não existe um documento objetivo, inócuo, primário. [...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinha o poder”.⁹⁰⁸ Por essa perspectiva, o documento possui uma roupagem com aparência enganadora que precisa ser demolida pelo pesquisador no processo de análise. Para tanto, faz-se necessário compreender as condições de

⁹⁰⁴ MICELI, Sérgio, op. cit., p. 146-147.

⁹⁰⁵ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. *Revista de História Regional*, 2001, p. 149. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2122/1603>. Acesso em: 26 abr. 2017.

⁹⁰⁶ ANDRADE, Pércles, op. cit., p. 157-161.

⁹⁰⁷ LUCA, Tânia Regina de, op. cit., p. 112-113.

⁹⁰⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Idem, *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992, p. 545.

sua produção, desmistificando o seu significado aparente, já que o documento/monumento é resultado do esforço das sociedades para impor ao futuro uma determinada imagem de si próprias.⁹⁰⁹

Sobre essa questão ainda nos alerta Michel de Certeau ao defender que a linguagem deve ser compreendida enquanto presença no mundo. Portanto, é necessário em qualquer análise ligar o discurso ao sujeito, ao lugar institucional e as condições de produção.⁹¹⁰ Pensando por esta perspectiva apreende-se que os redatores/colaboradores, representantes dos interesses de uma instituição religiosa, estão imersos nas questões de sua época. Eles escreveram sobre as vicissitudes do seu tempo, mesmo que as preocupações morais sejam evidentes, é possível identificar outras questões imersas em seus discursos. Assim como Certeau, as concepções de Roger Chartier sobre práticas e representações são relevantes para pensar nas ações e representações dos sujeitos imersos no seu tempo.⁹¹¹

A demolição das roupagens dos jornais documentos/monumentos permitem a identificação das práticas combatidas e defendidas pelo grupo religioso em questão, bem como a compreensão das representações que faziam de si e do outro. Desse modo, para além daquilo que está explícito/implícito nos textos veiculados nos jornais ou em qualquer outro documento, o historiador deve estar atento ao que está posto às margens, identificando as pistas, os rastros e os sinais, conforme defendeu Carlo Ginzburg nos textos que tratam do paradigma indiciário.⁹¹² Assim, o historiador/detetive mergulha na leitura dos jornais, investigando não somente as práticas e representatividades expostas nos textos, mas observando a disposição das matérias, a diagramação, estranhando qualquer informação ou sinais que sirvam de indícios para montagem do quebra-cabeça em questão. Em outras palavras, é preciso fazer uma leitura a contrapelo de cada uma das diversas camadas que o jornal apresenta.

Vale destacar que a sociedade brasileira vivenciava o processo de modernização, visando o progresso e a civilização. Aspectos dos quais os jornais são símbolos tanto na modernização de suas oficinas quanto na busca pela rapidez da informação, da qual o telégrafo permitia a “atualização constante e com rapidez das notícias recebidas de última hora. Não é mais possível apenas anunciar o que se passa no mundo, mas é preciso informar com rapidez.

⁹⁰⁹ Ibid., p. 548-549.

⁹¹⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

⁹¹¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; Id. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

⁹¹² GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*, op. cit.; Id. *O fio e os rastros*, op. cit.

Os jornais constroem um tempo cada vez mais comprimido”.⁹¹³ A defesa da modernização e de um tempo marcado pela ideia de progresso não se restringia aos empreendimentos e discursos do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. A cidade de papel de James William Goofwin, construída a partir da análise dos jornais mineiros, demonstram que guardadas as devidas especificidades os homens de letras voltados para os jornais deixaram as pistas de como interferiram na sociedade de seu tempo.⁹¹⁴

Das Marinonis, das Walter Scott e de outras rotativas, as notícias, transformadas em folhas impressas, saem aos milhares e ganham as ruas em busca dos leitores, assinantes assíduos ou compradores eventuais, para quem o grito dos meninos apregoando os jornais diários é a senha para o conhecimento do que se passa no mundo.⁹¹⁵

Diante da variedade de jornais veiculados no Sergipe da Primeira República, optou-se por analisar para o fecho desse trabalho somente *A Cruzada* e *O Christão*, por estes serem protagonistas não somente dos conflitos entre católicos e protestantes, mas por serem representativos dos tipos ideais de Brasil almejados por esses grupos religiosos na década de 1920, quando estava em curso o projeto de laicização do Estado. Na perspectiva defendida por Catroga para o caso de Portugal, observa-se que o laicismo agnóstico, por meio do qual defendia-se uma razão prática superposta à religião, expandia-se para outras partes do mundo.⁹¹⁶ Assim, contrariando o processo de laicização da sociedade brasileira, ainda em curso, *A Cruzada* é representativa da aproximação das lideranças católicas com as autoridades do Estado laico. Portanto, as ações dos membros da diocese de Aracaju, demonstradas naquele jornal católico, são representativas do projeto de Neocristandade que ganhava força no Brasil.⁹¹⁷

⁹¹³ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 23-85. Este trabalho destacou as mudanças do jornalismo do início da década de 1920, com o aparecimento de uma imprensa sensacionalista e o surgimento de jornais empresariais; a instalação de novas agências noticiosas, desta vez norte-americanas, e a vinda das primeiras grandes agências de publicidade. Portanto, havia dois tipos de imprensa: artesanal (com baixas tiragens e mantida por entusiastas da arte de fazer jornal) e empresarial. Assim, a difusão de novas tecnologias propiciou a incorporação de novos processos de impressão, estrutura empresarial, incluindo novos planos de assinaturas e vendas avulsas; a aquisição de novas rotativas Man, de fabricação americana, possibilitando o aparecimento de suplementos a cores; novas agências internacionais de notícias, juntando-se a Havas, que aqui estava desde o século XIX, contribuíram para o novo formato dos jornais, que passaram a destacar notícias provenientes da Europa e agora também dos Estados Unidos. Por meio das agências a ocorrência do fato era transmitida para o Brasil da seguinte forma: “Nova Iorque era o centro irradiador do noticiário para a América Latina. O noticiário era mandado pelo telégrafo para Buenos Aires, onde estava localizada a *United Press* para a América Latina. De lá, então o noticiário era transmitido para outros países, entre eles o Brasil. O noticiário vinha também em telegrama para o Brasil, através da *Western*, a *Pal American* e da *Italcabo*. Os telegramas vinham em inglês”. Chamou a atenção o papel norte-americano nesse campo das agências, justamente na década de 1920, quando novas denominações desse país adentravam no Brasil.

⁹¹⁴ GOOFWIN JR, James William. *Cidades de Papel: Imprensa, progresso e tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

⁹¹⁵ BARBOSA, Marialva, op. cit., p. 41.

⁹¹⁶ CATROGA, Fernando. *Secularização e Laicidade*, op. cit., 2004, p. 106.

⁹¹⁷ AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil, volume 5).

Expoentes de dois grupos confessionais mantenedores de culturas distintas a análise dos jornais *A Cruzada* e *O Cristão* vai além da apreensão dos conflitos religiosos. Diante dos anseios de modernização/civilização do país, os grupos religiosos em questão defenderam modelos morais para a pátria Brasil. Nessa tentativa de afirmação de alteridades pode-se compreender uma multiplicidade de outras questões, das quais estava em jogo a implementação da liberdade religiosa no Brasil, que buscava a construção de uma nacionalidade pautada na tradição católica ou no ideal de progresso norte-americano. Para tanto, se faz necessário primeiro compreender os jornais por dentro, no seu fazer-se cotidiano, identificando assim suas vozes, as práticas e as representações que cada grupo fazia de si e do outro. Assim, será possível compreender como se processava na prática a liberdade religiosa expressa na Constituição.

A princípio, objetiva-se identificar como os protestantes foram representados nas páginas do jornal da diocese de Aracaju, *A Cruzada*, entre os anos de 1918 e 1926.

5.2 Os protestantes representados no jornal *A Cruzada*

No dia 9 de março de 1918, Angelo Scapardini escrevia do Rio de Janeiro, parabenizando D. José Thomaz Gomes da Silva pela iniciativa de criar o jornal *A Cruzada*. Na carta, o núncio apostólico do Brasil fazia votos para que, com a ajuda de todos os bons diocesanos, o futuro jornal viesse a cumprir a sua missão de combater o mal, fazendo o bem reinar em todos os lugares conforme a doutrina e a moral de Jesus Cristo ensinadas pela Igreja Católica. Na percepção do núncio, o jornal seria o meio pelo qual o bispo obteria a ação social e religiosa desejada pelo papa.⁹¹⁸

Passados três meses, no domingo, 2 de junho de 1918, essa carta e outros documentos foram publicados na primeira edição do jornal *A Cruzada*. O núncio apostólico, provavelmente, estava respondendo a circular de 29 de janeiro, por meio da qual D. José apresentava o projeto à sociedade.

Tenho o vivíssimo jubilo de comunicar a alvissareira notícia de que, como fructo de graças especiaes do santo retiro que com toda edificação acaba de realizar o Clero diocesano, muito em breve, *Deo adjuvante*, surgirá na arena em prelo próprio num departamento do Instituto Bento XV – “*A Cruzada*” –

⁹¹⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p. 1. A carta redigida em italiano foi transcrita na primeira edição do jornal *A Cruzada*. Segue parte da tradução da carta: “[...] Com muito gosto envio a bênção ao novo corpo católico desta Diocese e aos fundadores, editores e apoiantes de – *A Cruzada* – e faço votos para que, com a ajuda de todos os bons Diocesanos, possa realmente cumprir a sua missão de combater o mal e fazer em todos os lugares o bem reinar graças à doutrina e à moral de Jesus Cristo, ensinadas pela Igreja Católica. Para V. E. Revma. a seguir, os meus parabéns por esta excelente iniciativa, que, espero, será o meio para obter a ação social e religiosa tão desejada pelo Santo Padre. [...]”

órgão oficial da Diocese, sendo diretor o monsenhor Adalberto Sobral, secretário geral do Bispado, redactor gerente cônego Floduardo de Britto Fontes, professor do Seminário e colaboradores diversos sacerdotes e distintos catholicos de provada competência em nosso meio intelectual. O nosso modesto jornal será publicado semanalmente, com 4 páginas, formato de 50 centímetros por 35, de assinatura annual de 6\$000 e consagrado à defesa dos interesses da Religião, da Patria e deste Estado que amamos com todas as veras de noss'alma. Como a falange abençoada dos destemidos soldados que nos tempos da idade média sustentavam as justas arriscadas do bom combate para os triumphos da Igreja. “A Cruzada”, com a sua mesma divisa – *Deus o quer* – se ensaia às responsabilidades de sua publicação, amparando-se na proteção de Deus e das almas generosas que não se ensurdecem aos redames de uma ideia de tão premente necessidade como a causa da bôa imprensa. Já fizeram seus donativos em favor da “A Cruzada”:

Bispo Diocesano 500\$000

Coronel Guilhermino Rezende 500\$000

Contribuição da Pia União da Diocese segundo mandato diocesano 86\$72

Total 1.086\$720

Com o coração levantado para o céu, além das bênçãos tão largas de Nosso Senhor, teremos a mais profunda gratidão para todos que enviarem seus donativos em favor da “A Cruzada”.

Aracajú, 29 – Janeiro – 1918.

José bispo de Aracajú.⁹¹⁹

Antes de chegar a Aracaju, D. José havia atuado como redator chefe do jornal *A Imprensa*,⁹²⁰ órgão da diocese da Paraíba, um dos poucos diários católicos de 1897, criado por D. Aduino Aurélio de Miranda Henriques.⁹²¹ Experiência importante para montar uma tipografia, necessitando ainda de recursos financeiros, trabalhadores especializados e homens de letras. Não era tarefa simples organizar um jornal, principalmente, em tempos de guerra, com o preço do papel inflacionado. Da ideia surgida no retiro realizado em janeiro de 1918 se passaram quase seis meses para que o bispo adquirisse o apoio necessário para execução do projeto, mesmo já contando com o apoio de sacerdotes e pessoas de poderio aquisitivo a financiar. Se a montagem não era uma tarefa simples, mantê-lo circulando somente pela arrecadação das assinaturas era ainda mais difícil.

A durabilidade de um impresso dependia do apoio de uma família, grupos ou até de um indivíduo, desde que esse fosse um sujeito de posses ou contasse com uma rede de sociabilidades interessada na funcionalidade do jornal. A pesquisa de Suelayne Oliveira Andrade sobre Capitolino Henriques da Costa, um imigrante alagoano sem posses, que

⁹¹⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p. 3.

⁹²⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 24, 15 de novembro de 1921, p. 2.

⁹²¹ MICELI, Sérgio, op. cit., p. 72-73. Na percepção de Miceli o jornal propiciou ao bispo D. Aduino ampla base de operações no trabalho de revidar às campanhas anticlericais desencadeadas nos primeiros anos de sua gestão. Na conjuntura da crise eclesial que assolou a região nordestina em fins do século passado, consequência dos movimentos de Joazeiro e Canudos, a gestão de D. Aduino foi uma ação bem sucedida da hierarquia contra as ameaças de heresia e indisciplina que irrompia do interior da própria Igreja.

conseguiu se estabelecer na capital Aracaju da década de 1880, exercendo a arte do prelo, aponta indícios para se pensar os fatores que contribuem para a durabilidade de um periódico. Para além da sua contribuição em outros jornais é instigante pensar que esse tipógrafo também conseguiu manter em circulação o jornal diário, *Folha de Sergipe*, por quase uma década. Para a historiadora isso só foi possível devido a sua relação com o grupo político conservador, liderado pelo monsenhor Olímpio Campos.⁹²² Nesse aspecto, Thayná Peixoto defendeu que as redes de sociabilidades do tipógrafo paraibano e a cultura política na qual estava imersa contribuíram tanto para a sua permanência no mercado impresso quanto para a durabilidade do seu jornal, *O Publicador*. Destacando a presença do padre Lindolfo Correa, um dos homens mais influentes politicamente da província da Paraíba do Norte, e de um médico, na construção desse jornal que era diário. Para a autora seu prestígio é fruto dessa rede de relações.⁹²³

Diferente do *Folha de Sergipe*, desde seu projeto, *A Cruzada* fazia questão de apelar para a solidariedade dos católicos, formando uma rede de sociabilidades encabeçada pelo próprio bispo, representando a diocese, pelo coronel Guilhermino Rezende, representante civil, enquanto a Pia União da Diocese representava os movimentos leigos, constituídos nas trinta e cinco paróquias. Por diversas vezes o jornal deu visibilidade aos doadores/mecenas, a começar pela primeira edição que trouxe a relação dos que contribuíram para a montagem daquela oficina, conforme pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 – Donativos destinados ao jornal *A Cruzada*

Doadores/mecenas	Valor da doação
Bispo Diocesano	500\$000
Coronel Guilhermino Resende	500\$000
Pia União da Diocese	129\$700
Apostolado da Oração, Coração de Maria e Confraria das Almas da Sé	100\$000
Coronel Sabino Ribeiro	100\$000
Coronel José da Silva Ribeiro	50\$000
Major Agria Pino Aguiar	50\$000
Coronel José Teixeira Guimarães	20\$000
Padre Caio Soter de Loureiro Tavares	150\$000
Capitão Manoel Soares Castellar	20\$000
Uma devota de Nossa Senhora em honra de suas Dores	50\$000
Pia da União das Filhas de Maria de Estância	10\$000
Padre José Antonio Leal Madeira	50\$000
Uma amiga de Nossa Senhora	200\$000
Total	1.929\$700

Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p. 4.

⁹²² ANDRADE, Suelayne Oliveira. “*Capitolino, um artista typographo e seu morrer*”: o jornal *Folha de Sergipe* e os anúncios necrológicos (1886-1895). Curitiba: CRV, 2019.

⁹²³ PEIXOTO, Thayná Cavalcanti, op. cit., p. 24.

Por diversas vezes, *A Cruzada* ressaltou que o coronel Guilhermino Rezende, proprietário de uma das firmas comerciais mais importantes, foi um dos principais propulsores e bem feitores daquele jornal.⁹²⁴ Outro nome da relação de mecenas era o coronel Sabino Ribeiro, fundador, em 1907, de uma das fábricas têxteis da capital, a Confiança.⁹²⁵

Os sacerdotes da freguesia de Lagarto, cônego José Geminiano de Freitas, e de Estância, monsenhor Victorino Fontes, se destacaram na propagação do jornal diocesano. Por diversas vezes, o bispo viajou para essas freguesias e os recebeu na sede da diocese. Nesse sentido, Dionísio A. Neto destacou a amizade de Victorino e D. José, ressaltando a colaboração do monsenhor nos jornais estancianos e seu papel no incentivo das assinaturas do jornal diocesano, por acreditar na importância daquele veículo para a propagação da doutrina da Igreja católica. O monsenhor tinha experiência na imprensa através do *Boletim do Asilo Santo Antônio* (1913-1914). Abertamente ou usando o pseudônimo de Onirot, defendeu o catolicismo, combatendo a laicização do ensino, a propagação das seitas, o anticlericalismo e tudo aquilo que contrariava a doutrina católica, da qual era um fervoroso defensor ao lado do bispo D. José.⁹²⁶

Figura 12 – Propaganda fácil – incentivando à leitura do jornal *A Cruzada*

Propaganda fácil...
... depois de lerdes «A Cruzada», passai-a a outros para que a leiam também.

Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, Ano IV, N 31, 19 de fevereiro de 1922.

⁹²⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 26, 20 de julho de 1919, p. 1. O jornal o felicitava no natalício destacando a sua importância para a folha, inclusive apresentando sua fotografia.

⁹²⁵ A seca e a decadência dos engenhos levaram muitas pessoas de várias localidades sergipanas a migrarem para trabalhar nas lavouras de cacau, do sul da Bahia, no ciclo da borracha (Amazonas), em São Paulo, e outros estados. Enquanto outras famílias passaram a residir nos arrabaldes de Aracaju, atraídos pelo trabalho nas fábricas têxteis do Bairro Industrial (Maçaranduba/Chica Chaves). Essas fábricas compravam o algodão local para produzir: bulgarianas, brins, algodãozinho, sacos. Produtos que fizeram sucesso na Europa, especialmente, em Londres. Mais informações sobre as fábricas têxteis de Aracaju consultar os trabalhos: SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Disciplina e resistência* – cotidiano dos operários têxteis em Aracaju (1910-1930). Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991; Id. *Em nome do progresso e da liberdade: “ordem” e “rebeldia” no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)*. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

⁹²⁶ ALMEIDA NETO, Dionísio de. *A luz da fé no Jardim de Sergipe*, op. cit., p. 205; 211; 233. Destacou que o monsenhor Victorino foi amigo dos fundadores dos jornais *A Razão* (1898-1947) e *Voz do Povo* (1929-1944), colaborando com a imprensa, do ponto de vista moral e intelectual. Nos anos de 1913-14 organizou o *Boletim do Asilo Santo Antônio*, publicado mensalmente, com 20 páginas em média, sendo impresso na oficina da Papelaria Modelo. Remetia para diversos sacerdotes e instituições do Brasil, prestando conta da benemérita entidade.

Percebe-se pelo que os párocos e os movimentos leigos exerceram relevante papel, angariando esmolas, incentivando assinaturas e ressaltando a necessidade de que todos, inclusive os não assinantes, pudessem ter acesso às informações daquele impresso católico, conforme pode ser observado pelo anúncio intitulado de *Propaganda fácil* veiculado no jornal *A Cruzada*.

Certamente, essa rede de sociabilidades dos católicos, o desempenho do bispo, o empenho dos párocos, e o papel dos redatores e colaboradores contribuíram para a durabilidade do jornal *A Cruzada*. Nesse aspecto, Tatiana Silva Sales apresentou um panorama da trajetória do impresso em duas fases: a primeira ocorreu sem interrupção de 1918 a 1926; a segunda vai de 1935 a 1969, com interrupção de fins de 1963 a 1965, ressaltando não ter certeza do ano de seu término.⁹²⁷ Desse impresso optou-se por investigar as edições veiculadas na primeira fase, por se tratar do período que duelava com *O Christão*.

No documento de Aprovação e benção daquele impresso, datado de 24 de maio de 1918, o bispo já ordenava que os párocos mantivessem uma assinatura para o arquivo de sua paróquia, recomendando o zelo na difusão do jornal diocesano. Finalizou pedindo a Deus vida promissora para o primeiro arauto da imprensa católica no Sergipe. Na primeira edição daquele periódico, Graça Leite aplaudiu D. José pela fundação do primeiro jornal católico, destacando ser esse modelo de imprensa o farol que ilumina o caminho da verdade, da luz e do bem. Na percepção desse colaborador o jornal era veículo do progresso, horizonte da fé, esteio da pátria e equilíbrio da sociedade, tendo por rumo o bem e por ideal o progresso.⁹²⁸

Tanto o bispo quanto Graça Leite silenciaram a existência do periódico *A Assembléa Catholica*, passando D. José a ser apresentado como o pioneiro da chamada boa imprensa no Sergipe. A publicação desses documentos e a diversidade de vezes que o bispo foi nele representado são indicativos da importância dada ao jornal como sendo um veículo de comunicação e poder, usado estrategicamente por D. José no seu projeto de reforma e de construção de tipo ideal de Brasil, cuja identidade deveria ser católica, justamente quando o clero católico apoiava e indicava políticos para seus leitores. Nesse sentido, pode-se observar a primeira página da edição de abertura do jornal *A Cruzada*, apresentando o bispo do Sagrado Coração de Jesus via fotografia diagramada na parte central da matéria de capa.

⁹²⁷ SALES, Tatiana Silva. *As falanges da Boa Imprensa: o jornal “A Cruzada” em Sergipe (1918-1969)*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2005.

⁹²⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p. 1-2.

Figura 13 – Primeira edição do jornal da Diocese de Aracaju: *A Cruzada* (2 de junho de 1918)



Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p.1.

Observa-se em várias edições a representatividade de D. José através de fotografias, poesias e matérias apologéticas, chegando a ser representado como timoneiro divino, pastor, pai amoroso e anjo da igreja sergipana. Não por coincidência o impresso foi planejado para

iniciar no dia da celebração do sétimo ano de seu juramento episcopal, realizado na Paraíba do Norte, a 2 de junho de 1911, quando de longe passou a se dedicar a diocese de Aracaju. O bispo também foi representado como o general a conduzir seus soldados na guerra contra o mal. É possível que se D. José fosse um sacerdote desse século estaria à frente de uma dessas emissoras de televisão confessional, ou evangelizaria pelas redes sociais como tanto outros intermediadores o fazem na atualidade. Pensar o papel das redes midiáticas ajuda a refletir sobre a relevância dos jornais *A Cruzada* e *O Cristão*, guardadas as devidas peculiaridades. Desse modo, o jornal pode ser pensado como uma das estratégias de D. José no combate aos males do mundo moderno, auxiliando-o, inclusive, na implementação da reforma ultramontana.

Este semanário idealizado por D. José se apresentava ao público como órgão oficial da diocese de Aracaju no formato de quatro páginas. Publicava-se sempre aos domingos, exceto em algumas datas comemorativas. A princípio custava 6\$000 a assinatura anual, atualizada para 10\$000. A modesta oficina funcionava num pequeno espaço do Instituto Bento Quinze e a redação/administração na secretaria do bispado, recebendo seus colaboradores, anunciantes e visitantes diversos. Foram observadas algumas mudanças na diagramação, principalmente, nos últimos anos dessa primeira fase (1918-1926): supressão do dístico, as oficinas passaram a funcionar na rua Espírito Santo e a direção/administração no seminário episcopal, mudando a denominação de jornal da diocese para jornal católico.

Algumas colunas permaneceram na primeira fase, sofrendo pequenas mudanças na diagramação e nomenclatura: o jornal iniciou por um tempo com a coluna Evangelho de Hoje, trazendo um dos evangelhos seguido da explicação; muitas vezes a matéria seguinte estava relacionada com o ensinamento transmitido pelo evangelho do dia. A coluna Governo Diocesano trazia os assuntos referentes ao funcionamento da diocese, abrangendo todas as paróquias que faziam parte daquela diocese. Na coluna Instrução Cívica transcrevia-se trechos da Constituição da República brasileira. Na coluna Noticiário/Novas Avulsas apresentavam-se notícias diversas do Brasil e do mundo. A coluna Vida Social destinava-se às felicitações dos aniversários, anúncios de casamentos, noticiando festividades religiosas nos engenhos e demais eventos do cotidiano, dando visibilidade não somente ao clero romano, mas também às famílias Franco, Rolemberg, Prado, Pereira Lobo, Leite, Ferraz, Sabino Ribeiro, Rezende e outras. Não esquecendo-se também dos mortos dessas famílias mais abastadas e de sacerdotes retratados na coluna Para a Eternidade. No intervalo dessas colunas foram veiculadas por diversas vezes matérias combativas aos males do mundo moderno. A última página se destinava aos anúncios diversos, conforme pode ser observado a partir da segunda edição.

Figura 14 – Primeiros anúncios publicados no jornal *A Cruzada*

A CRUZADA

**LINHA
EM CARRINHOS**
BRANCA E PRETA
—DA—
Companhia Agro Fabril Mercantil
Grande fabrica de linha de coser da marca ESTRELLA
PEDRA (ALAGOAS)

A melhor linha de coser e bordar a mão ou a machina, tão boa e resistente quanto a de qualquer procedencia estrangeira.
Garante-se sua resistencia e perfeição, restringindo-se a importancia de qualquer carretel cuja linha for encontrada defeituosa.

Fio para rde, de superior qualidade—Cordão para amarrar embrallo, artigo bom e barato.

PARA COMPRAS, PEDIDOS E NEGOCIOS COM
O AGENTE
Dr. Manoel Thomaz G. da Silva
RUA DE LARANGEIRAS N. 52

**SAPATARIA
DANTAS**
—DE—
OCTACILIO DANTAS



Fabrica de calçados finos e elegantes, para homens, senhoras e crianças.
Completo sortimento de aviamentos de primeira qualidade para sapateiros.
Rua de Laranjeiras 76—Caixa do Correo N. 22
—ARACAJU— —SERGIPE—

LOJA DO PÓVO
—DE—
RESENDE & Ca.
SUCCESSORES DE GUILHERMINO RESENDE

A casa de maior sortimento no baixo São Francisco, em fendas, armario, chapéus, calçados, etc., etc.
Unicos vendedores n'aquella Praça, das afamadas linhas da Machine Cotton, pelos preços do deposito.
Agentes do Banco do Brasil
Rua Lopes Trova —PROPRIA'—SERGIPE

ALUNETA DE OURO
—DE—
AURELIO MONTEIRO & CIA.

Officinas de esculptura, encarnação e coloração de imagens—batinas e vestes sacerdotaes.
Artigos opticos, imagens, parafusos, lanternas, óculos, pince-nez, binóculos, cataclata, optica e artigos de cantaria.
RUA DO OUVIDOR N. 128
Caixa Postal N. 1531—Esbopo telegraphico AURELIO
—RIO DE JANEIRO— —BRASIL—

ELIXIR SANATIVO



Poderoso remedio para Contusões, Escarros sangui- volentes, Tálhos, queimaduras, Doenças da bocca, e da garganta

**HEMOSTATICO, ANTISEPTICO
E DESCONGESTIONANTE**

**CONHECIDO COMO UM DOS PRINCIPAES
MEDICAMENTOS DE URGENCIA**

**A Venda nas principaes phar-
macias e drogarias**

A CRUZADA
EXPEDIENTE

Assignatura annual	6\$000
Semestre	3\$000
Numero avulso	100
Atrazado	20,

Annuncios e demais publicações, por ajuste.—Aceita qual- quer encomenda concernente ao serviço typographico como sejam: cartões, facturas, envelopes timbrados, etc., etc.— Toda qualquor correspondencia deve ser dirigida a Redacção da —A CRUZADA, na Secretario do Bispo.

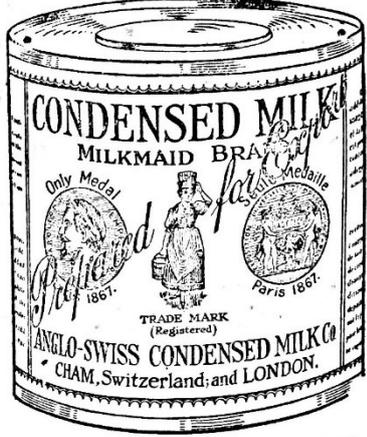
Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 2, 9 de julho de 1913.

Nessa edição, os anunciantes eram estabelecimentos comerciais da capital, da cidade de Propriá e do Rio de Janeiro. Por fim, trazia os preços da assinatura, destacando receber anúncios, publicações e qualquer encomenda tipográfica: cartões, faturas, envelopes timbrados, entre outras. Outros anúncios foram publicados, dos quais destaco alguns: Colégio diocesano

São José, em Maruim; companhias de seguro, remédios e livros católicos do Rio de Janeiro; Casa Lima, na Bahia; *Condensed Milk*, importado de Londres. Pelos anúncios, percebe-se a funcionalidade do jornal para além de veículo de evangelização, bem como a circularidade de ideias e de produtos entre a capital, estados e países. Portanto, a abertura para publicidade contribuiu para o sustento do jornal, já que os anunciantes pagavam para veicular seus produtos. Vale ressaltar que, alguns desses anúncios chegaram a serem veiculados nos intervalos das matérias.

Figura 15 – Anúncio veiculado no intervalo das matérias: *Condensed Milk*

— 3 — A CRUZADA — 3 — 4 de abril de 1920

<p>GOVERNO DIOCESANO</p>  <p style="text-align: center;">CIRCULARES</p> <p>Recommenda o Exmo. e Rvmo. Sr. Bispo Diocesano aos Rvmos. Vigários que se provejam, quanto antes possível, dos novos santos Oleos, como preceitua a Santa Igreja.</p> <p>Aracaju, 3 de abril de 1920. Padre José Augusto, Secretario Geral do Bispoado.</p> <p>Por ordem de S. Ex. Rvma. faço saber aos Rvmos. Vigários que devem no correr do presente mês enviar à Curia Episcopal o resultado das...</p>	<p>Novas avulsas</p> <p>Dizem de Paris, que morreu o príncipe d. Luis de Bragança em Cannes, sul de França.</p> <p>O corpo do príncipe herdeiro do Brasil foi transportado para Paris, sendo sepultado na tumba da família imperial.</p> <p>Os empregados da «Great-Western» acham-se todos em greve geral.</p> <p>Telegrammas de Berlim, dizem que rompeu uma nova revolução na Alemanha.</p> <p>A's 13 horas do dia 29 passado, tomou posse de governador da Bahia o dr. J. J. Seabra, eleito para o quadriennio de 1920 a 1924.</p> <p>Effectuar-se-á hoje, em Japaratinga, uma empolgante corrida de cavalos.</p> <p>A Turquia acha-se prestes a ser bombardeada pela esquadra inter-alliada.</p> <p>Informam de Roma, que o Papa enviou ao cardeal Amette, arcebispo de Paris a quantia de cem mil liras, angariadas na America...</p>	<p>Semana Santa</p> <p>Com especial brilhantismo se effectuaram os edificantes actos da Grande Semana, em que se houve a bemdita memoria dos Santos Mysterios da Paixão, Morte e Resurreição de nosso adoravel Salvador.</p> <p>O povo catholico de Aracaju merece louvores pelo modo civil e significativo de sua piedade, como se portou no decorrer das sagradas ceremonias.</p> <p>Sairam as procissões do Encontro, dos Enfermos, do Senhor Morto e de Christo Resuscitado.</p> <p>Nessa penultima notou-se uma excellente ordem, muito concorrendo a coadjuvação da Guarda Civil, posta á disposição do revmo. Cura da Sé pelo ilmo. sr. Chefe de Policia.</p> <p>Os sermões foram pregados pelo nosso preclaro e amado antifite, que se revelou naquella espontanea eloquencia, que lhe alcançou no Norte do Pais perduravel renome na tribuna sacra.</p> <p>Após o Pontifical do Sabbado Santo foi s. ex. cumprimentado e saudado pelo ilmo. Cabido Diocesano, Clero, Seminario e Povo, que o gratularam pela Paschoa, tão consolativa ao coração christão e tão cheia de amoveis e religiosos enlevos.</p>	 <p>Reverencias</p> <p>No interior do Brasil, ainda ha muita veneração pelos paes. Um filho, por edoso que seja, não se...</p>
--	--	--	--

Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 13, 4 de abril de 1920, p. 3.

Nelson Werneck Sodré destacou a importância da publicidade nos jornais, ou seja, a forma organizada que a propaganda assumia. Durante muito tempo todos os anúncios eram veiculados, em tipo pequeno e coluna única, ao longo de uma página inteira. Nos fins do oitocentos, a imprensa seguia o modelo francês de apresentar o anúncio com impressão gráfica destacada. Depois, os anúncios dos estabelecimentos comerciais foram sendo substituídos pelos anúncios de mercadorias isoladas.⁹²⁹ Percebe-se que *A Cruzada* seguia as mudanças, mas ainda continuava a anunciar estabelecimentos.

Para dar conta de analisar as diversas camadas dos jornais, atenta aos silêncios e aos conflitos, optou-se por realizar a leitura dos textos veiculados nos jornais de diversas maneiras: contínua à semelhança de um leitor/assinante, ávido pelos debates religiosos, e principalmente, desvendando as camadas linguísticas que cada um dos jornais possuem, olhando para o texto e não através dele. Muito mais que um leitor do século XIX, mergulhou-se nos conflitos, mas

⁹²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 4-5.

sem ficar presos a eles. Os jornais foram esmiuçados por dentro, observando as permanências e as mudanças, visando demolir a sua roupagem de documento/monumento. Feitas várias leituras a contrapelo foi possível compreender outros detalhes, pistas e indícios da sociedade brasileira, a partir das notícias e das representatividades como elas apresentavam os sujeitos de seu tempo. Nessa análise foi possível identificar algumas mudanças na trajetória do impresso: no tamanho do papel; a aquisição de novos equipamentos; qualidade da impressão; das informações diagramadas no cabeçalho; no preço da assinatura; na composição de redatores/colaboradores; e, permanecendo, a quantidade de quatro páginas, exceto em edições especiais, com oito; a quarta página reservada aos anúncios, com poucas exceções; durabilidade de algumas colunas, a veiculação aos domingos e a utilização de fotografias, principalmente, do bispo.

Em 2 de junho de 1919, *A Cruzada* comemorava seu primeiro ano de circulação. Ainda nessa edição especial, o bispo destacou a importância de cada diocese possuir “um órgão para apostolar a sã doutrina”, destacando a aquisição de um prelo novo, mas que não havia correspondido a expectativa na impressão, sendo necessário a substituição. Salientava mais uma vez que o hebdomadário atuava em prol da “Sociedade, da Religião e da Pátria”. Os obstáculos foram mencionados por outros colaboradores, destacando a necessidade de mais soldados juntarem-se às fileiras da boa imprensa no combate ao erro, que obscurecia a inteligência e degradava a alma. Portanto, em formato maior, o jornal continuará a orientar com base nos ensinamentos do Evangelho, constituindo “a mais vigilante sentinela dos nossos costumes, o incorruptível advogado da família, o farol que se não ofusca em guiar os nossos passos em meio as trilhas tortuosas da existência”.⁹³⁰ Era praxe os jornais usarem da metalinguagem para apresentar a seu público leitor aspectos relativos à trajetória do órgão. Nesse caso, *A Cruzada*, por meio do recurso da fotografia, apresentou o bispo D. José, os padres Solano Dantas e Antônio Anacleto, os cônegos Floduardo Fontes e Serapião Machado, o monsenhor Adalberto Sobral e os professores Graça Leite e M. Conrado, sinalizando a representatividade deles para o impresso.

⁹³⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 19, 2 de junho de 1919, p. 1. Transcreveu uma nota do jornal católico o *Pharol*, de Penedo, felicitando-a pelos tipos grandes que passava a usar.

Figura 16 – Sujeitos representativos do jornal *A Cruzada* no primeiro ano

A CRUZADA

Orgam official da Diocese

Per tuas semitas duc nos quo tendimus

Anno II ASSIGNATURA: Redactores: Cane e F. do F. e Padre S. Dantas de M.
 ANNO 6800 Aracajú—Sergipe, 2 de Junho de 1919
 Publica-se aos domingos

O nosso primeiro anno



PADRE SOLANO DANTAS, LENTE DO SEMINARIO EPISCOPAL



D. JOSÉ THOMAZ GOMES DA SILVA, NOSSO AMADO ANTESTE



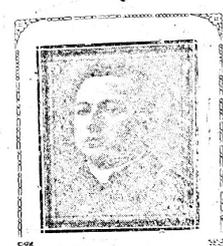
CANEJO FLORENTINO, LENTE DO INSTITUTO ESPIRITUAL DO SEMINARIO



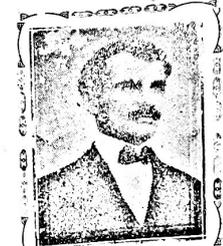
PADRE ANTONIO ANACLETO, VIGARIO DE GARARU



MONS. ADALBERTO SOBRAL, VIGARIO GERAL DO BISPADO



CANEJO SERAPIÃO MACHADO, VIGARIO DE ARACAJU



PROF. GRACA LEITE, LENTE DO SEMINARIO E DA ESCOLA NORMAL



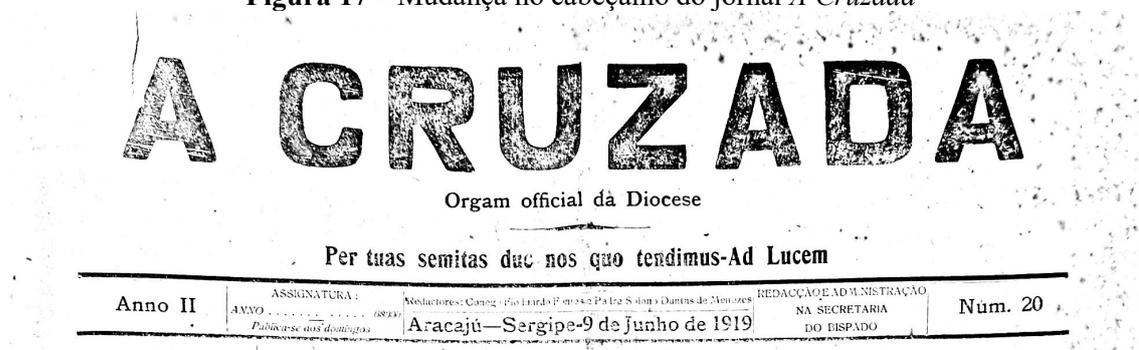
PADRE S. CAMARGO, LENTE DO SEMINARIO DE ARACAJU

Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano 2, n. 19, 2 de junho de 1919

Na edição seguinte, de 9 de junho de 1919, observa-se a mudança na diagramação do cabeçalho, conservando a mesma epígrafe, valores e endereço. Foi veiculado no formato maior, dividindo-se em 6 colunas. Pela primeira vez constam os nomes dos redatores: cônego Floduardo Fontes e Padre Solano Dantas de Menezes.⁹³¹

Em síntese, todas as vozes dessa edição defenderam o desejo da Igreja em utilizar a imprensa para salvar a sociedade, por ser o jornal o instrumento mais eficaz para a comunicação das ideias da verdade da qual a Igreja católica se apresentava portadora. Na percepção de Graça Leite, *A Cruzada*, “bendito viveiro das ideias”, tinha por objetivo “profligar os erros e combater a ciência amarela, essa filha rebelde do protestantismo ou seja da impiedade humana”. [...] “O jornal católico resume por si só a função do púlpito, da cátedra e da escola”. Do Rio de Janeiro, Pedro Sinval defendeu *A Cruzada* a partir da argumentação de D. Adauto, bispo da Paraíba, e do sergipano Dr. Jackson de Figueiredo sobre a relevância da boa imprensa a ser disseminada no Brasil. Nesse sentido, Sinval concluiu afirmando que *A Cruzada*, “artilheiro da luz” se apresentava uma “atalaia”, principalmente, na “polêmica travada com um dos emperrados sectários do protestantismo”.⁹³² Essa visão maniqueísta do bem/luz contra mau/trevas perpassa por todas as edições do jornal.

Figura 17 – Mudança no cabeçalho do jornal *A Cruzada*



Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 20, 9 de junho de 1919.

As mudanças no jornal se deram em razão não somente da aquisição de novos equipamentos, mas quando se dava a troca dos redatores, já que o bispo permaneceu por toda a primeira fase do periódico, atitudes que sinalizam a marca dos sujeitos na condução do impresso. Foi a partir de 1919, que os nomes do cônego Floduardo de Brito Fontes e o do padre Solano Dantas de Menezes passaram a constar no cabeçalho na função de redatores. Entretanto, desde o projeto de criação que o nome do cônego constava na posição de redator gerente. No

⁹³¹ Ibid.

⁹³² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 20, 30 de maio de 1920, p. 1.

caso do padre Solano Menezes sua participação como redator foi encerrada na edição de 13 de junho de 1920. Além de seu nome não mais constar no cabeçalho, o jornal justificou que a falta de tempo o impedia de conciliar o sacerdócio e o trabalho na imprensa.⁹³³ Entretanto, seis meses antes, o jornal havia publicado uma matéria esclarecendo um incidente político, no qual seu pai estava envolvido, o que pode ter sido a motivação da sua retirada.

Na edição de 26 de setembro de 1920, o título do jornal foi entremeado pelos símbolos de uma espada e uma cruz. Constava uma nota de agradecimento a “nova feição do título do nosso jornal”, sugestão de um amigo e colaborador que não estava autorizado a declarar o nome.

Figura 18 – O símbolo da espada e da cruz no título do jornal



Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 37, 26 de setembro de 1920.

O redator chefe, cónego Floduardo Brito Fontes, deu prosseguimento à folha, sem a presença registrada do padre Menezes, o que não o impedia de estar auxiliando-o. Um ano depois, o leitor atento, certamente, notou a ausência do nome do cónego ao manusear a edição de 17 de julho de 1921. Ausência justificada com a declaração de despedida em que o sacerdote dizia estar com a saúde comprometida, portanto “sou forçado a deixar, por algum tempo, a direção deste jornal”.⁹³⁴ Um mês antes, quando o jornal entrava no terceiro ano de circulação o bispo escreveu uma carta dirigida ao cónego Floduardo parabenizando pelo “triênio de nossa querida – *A Cruzada*”. Ressaltando que, apesar dos sacrifícios de manter um jornal católico, confiava no lema de sua vida que era do medievo – Deus o quer – confiemos.⁹³⁵

A escolha do nome de um jornal não é aleatória. Partindo desse princípio, observa-se pelas palavras do bispo dirigida ao redator daquela folha, a recorrência ao período medieval. Reflexo de um modelo de Igreja que pretendia combater os males da modernidade, retomando

⁹³³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 22, 13 de junho de 1920, p. 1.

⁹³⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 7, 17 de julho de 1921, p. 1.

⁹³⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 1, 5 de junho de 1921, p. 1. Os católicos de Sergipe contribuíram para a construção do Monumento a Jesus Christo Redemptor que seria inaugurado na capital, Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da independência do Brasil. *A Cruzada* iniciou a subscrição no estado com a quantia de 20\$000.

o ideal dos tempos das cruzadas. A percepção de D. José e dos soldados de Cristo, refletida no jornal da diocese enquadra-se no projeto de Neocristandade que começava a ganhar força no Brasil, recuperando o tomismo, a ideia de corpo místico e, portanto, recorrendo ao medievo.

Na percepção de Riolando Azzi, percebe-se que diferente da concepção de Estado laico ou civil, destinado a defender os direitos dos cidadãos e o respeito mútuo às liberdades individuais, o projeto de Neocristandade implementado no Brasil da década de 1920, recuperava a concepção de Estado Cristão ou Cristandade, por meio do qual a sociedade civil e a comunidade dos fiéis visavam formar uma única entidade, com seus chefes políticos e religiosos operando em união e colaboração. “É o que se designava, desde a época medieval, a união dos dois poderes, civil e eclesiástico, e, sobretudo a partir da época das Cruzadas, a união entre a espada e a cruz”.⁹³⁶ O ideal de cruzada e reconquista sempre foi muito forte na cultura católica portuguesa que revestida do mito messiânico julgava-se imbuída da missão de expandir a cristandade. Na representação do jornal *A Cruzada* esse ideal se fazia presente no Brasil republicano, contrariando o processo de laicização da sociedade.

Nesse aspecto, ainda será apresentada, nesse capítulo, a ligação de D. José e as autoridades civis, apontando que o ideal do jornal, apresentado no nome, pode ser refletido ao longo das suas edições das mais variadas formas. Assim, por meio da palavra impressa seus redatores e colaboradores objetivavam combater seus inimigos substituindo a espada pela palavra impressa. Percebe-se ainda que o espírito cruzadístico não estava restrito aos inimigos externos, mas a qualquer um que viesse a contrariar o bispo, inclusive seus principais redatores. Portanto, assim como a saída do padre Solano Menezes a retirada do cônego nos causou estranhamento por duas razões: o suposto doente foi designado a exercer a função de vigário na paróquia de Gararu, para onde se dirigiu no dia 15 de julho; na despedida contou com a presença dos amigos, não constando o nome do bispo nessa relação que fora publicada no jornal diocesano; D. José nada publicou a respeito da saída dos dois redatores.

Na mesma edição da despedida, o jornal comunicava aos leitores que as correspondências deveriam ser enviadas ao clérigo Domingos Fonseca de Almeida. Apesar desse nome não constar no cabeçalho da folha, possivelmente assumiria naquela data parte ou toda a função exercida por Floduardo Fontes. As edições do ano de 1922 continuaram a não

⁹³⁶ A laicização do Estado decorrente da implantação da República no Brasil dividiu o pensamento católico em diversas correntes. Desde os simpatizantes com a ideologia liberal até os que permaneceram arraigados nas tradições monárquicas, mantendo assim uma postura conservadora. Na década de 1910 alguns bispos começaram a se aproximar das autoridades administrativas de sua diocese. Percebe-se que dentre eles estava D. José da diocese de Aracaju. Portanto, a nova aliança da Igreja com o Estado preparada com maior ênfase a partir de 1920, é designado de projeto de Neocristandade. Sendo assim, o jornal *A Cruzada* foi gestado nessa fase de ajustes da Igreja e do Estado. Cf. AZZI, Riolando. *A neocristandade*, op. cit., 1994.

referenciar o nome do redator, sendo que no ano seguinte, apareceu o padre José Augusto na posição de redator chefe. Em 1924, soma-se a este sacerdote os nomes de Carlos Costa e Mario Villas Boas como redatores. Na primeira edição do ano de 1925 surgia a menção a redatores diversos, sendo que o diretor passou a ser o padre Lauro de Sousa Fraga até a última edição encontrada, de 4 de agosto de 1926. Não se sabe se esta edição finalizou essa primeira fase.

Feita a explanação das mudanças e permanências, passou-se a análise das matérias, ressaltando que seu discurso representava o tipo ideal de sociedade que D. José como representante do clero ultramontano/romanizador desejava implementar na sua diocese. Na percepção apresentada pelo referido jornal a sociedade moderna, marcada pelo indiferentismo religioso, estava tomada pelo mal. Portanto, através de uma linguagem metafórica salientava que o mal assumindo a forma de “polvo sinistro, cravou-lhe as raízes mortíferas, colou-se-lhe sobre o tecido, bracejou-lhe em torno os sugadoiros, ramificou-se-lhe em todas as direcções” [...] há ainda um remédio, bendito Deus, é a bôa imprensa”.⁹³⁷ Apesar dessa enfermidade social o jornal católico, ou seja, a boa imprensa se apresentava como remédio para todos os males. *Per tuas semitas duc nos quo tendimus - ad lucem*, dígito em latim que significava: Por seus caminhos, conduza-nos que buscamos – A LUZ, estava conectado a mensagem da matéria de apresentação intitulada, *Ad-Lucem*.

Percebe-se logo na apresentação a postura maniqueísta assumida pelo imprenso: a luz livraria a humanidade das trevas, em outras palavras, somente os ensinamentos do Cristo católico combateriam os males da sociedade moderna. Ensinamentos que seriam transmitidos pela boa imprensa, da qual *A Cruzada* era representante. A epígrafe impressa na edição de 19 de dezembro de 1920 sintetiza o discurso desse jornal: “A igreja foi sempre o pharol da humanidade; ela é a única esperança dos sombrios tempos modernos”.⁹³⁸ Nesse sentido é preciso identificar nas vozes dos redatores/colaboradores quais são os inimigos da sociedade representados pelos tentáculos do polvo, ou seja, quem representava a luz/bem *versus* a treva/mal? Como teria *A Cruzada* representado os protestantes que estavam a se expandir pelo estado? Seria esse o único grupo religioso que D. José estava a combater?

Nas vinte e cinco edições veiculadas nos seis meses de publicação do ano de 1918 não constam duelos com os protestantes, apesar dos indícios de que eles deveriam ser combatidos. Ainda não havia surgido *O Christão*, quando na terceira edição, *A Cruzada* publicou uma nota crítica a possível literatura religiosa dos protestantes, sem citá-los. Trata-se de um alerta dirigido AO POVO CATHOLICO que dizia: “Tendo sido espalhados ultimamente, nesta

⁹³⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 1, 2 de junho de 1918, p. 1.

⁹³⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 49, 19 de dezembro de 1920, p. 1.

cidade, vários avulsos infensos a nossa Santa Religião, lembramos a todos os catholicos que os não podem ler sem offensa às nossas sagradas crenças”.⁹³⁹

Nas edições seguintes foram publicadas notas alertando aos párocos para que orientassem seus paroquianos a darem preferência a este jornal diocesano, gerando insatisfação de outros órgãos da imprensa. Na primeira página da edição de 20 de outubro de 1918, foi publicado um texto, assinado pelas iniciais G.M.S.F, vindo do Rio de Janeiro. Trata-se do artigo intitulado PARA A LUTA, que usando de uma linguagem bélica, convocava os católicos para o bom combate. Assim, transcreve-se o artigo na íntegra por ser representativo da missão que se propunha o jornal.

PARA A LUCTA!

“Somos da Igreja militante: cumpre-nos, portanto, militar e militar com energia, com coragem, sem desfalecimento.

Valentes guerreiros que somos, apraz combater, guerrear, lutar até à vitória. Nessa luta, a porfia do *Bem*, enfrentar com denodo é o principal escopo.

Não nos é mister lutar pela espada, pois a guerra em que combatemos, não é a que vem trazendo a mortandade a tantas nações. Não. Combatemos pelo *Bem, pelo bem moral* das nações, das famílias, de cada um individualmente.

Os males, contra os quaes devemos lutar, são o ateísmo, o protestantismo e o espiritismo!

E a causa primordial dessa corrente devastadora é *a falta de educação religiosa...*

Desde que se retira Deus das escolas, dos lares, nada se pode esperar, se não o que hoje se vê, pela imprensa, pela desorganização da família, pela corrupção dos costumes!...

Para a luta, pois!

Enfrentemos, como arrojados guerreiros que somos, enfrentemos o tyranno inimigo.

Luctemos, sem receios, sem timidez, dizimando essas ousadas fileiras do ateísmo, do protestantismo, do espiritismo, que se dizem inquebrantáveis!...

Para nós catholicos, que luctamos, sob o lábaro de Christo, será a vitória!

Força, coragem!...

Para a luta, catholicos de Sergipe.

Para a luta, congregados todos sob a proteção do Coração Santo de Jesus, com um único fito – o extermínio do mal!

Formados em um valoroso exército, tendo como general em chefe o respeitável e venerado Bispo diocesano, marchem para a luta de frente e combatam, e batalhem corpo a corpo até a victoria final!

Batalhem contra a escola leiga; combatam pela entrada de Jesus no seio das famílias; luctem contra a imprensa atheia!

Tentem alvejar de um modo decisivo o ponto de concentração do exército inimigo – *a falta de educação religiosa*.

Alcançado esse ponto, será um passo para a vitória.

Guerra, pois, a tantos males!

Para a luta, catholicos de Sergipe, para a luta!

G. M. S. F Rio de Janeiro, setembro de 1918”.⁹⁴⁰ [grifo nosso].

⁹³⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 3, 16 de junho de 1918, p. 3.

⁹⁴⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 20, de 20 de outubro de 1918, p. 1.

Apesar de ser publicado no jornal da diocese de Aracaju, percebe-se que a convocação se estendia aos católicos, independentemente, da posição geográfica em que estes se encontrassem, sinalizando que a questão não pode ser compreendida como específica do estado de Sergipe. Na percepção de G.M.S.F a causa dos problemas vivenciados pela sociedade moderna estava na falta de educação religiosa. Era um defensor do ensino religioso, expondo os inimigos a ser combatidos pelos católicos: ensino laico, ateísmo, espiritismo, protestantismo e a imprensa ateia. Resta identificar se a voz de G.M.S.F estava em consonância com os discursos dos outros colaboradores, redatores e do próprio bispo, já que o jornal era difusor de suas ideias. Com base na análise do jornal construiu-se o Quadro 8, apresentando os principais temas abordados, dividindo-os em temáticas defendidas e combatidas.

Quadro 8 – Principais temáticas abordadas no jornal *A Cruzada* (1918-1926)

Temáticas defendidas/o bem	Temáticas combatidas/o mal
Ensino religioso, Escolas católicas (Imaculada Conceição; Nossa Senhora de Lourdes), Escola agrícola salesiana São José da Thebaida	Ensino laico/Escolas leigas Colégios protestantes Colégios espíritas
Boa imprensa: jornal católico e demais impressos católicos; Livros religiosos (hagiografias, catecismo, etc)	Imprensa má/ateia/herege/ Jornais: protestante, pornográfico e obscenos Literatura imoral (livros, romances)
Consagração ao Sagrado Coração de Jesus	Indiferentismo religioso/ateísmo
A Virgem Maria/A Imaculada Conceição Nossa Senhora de Lourdes/do Carmo	Iconoclastas modernos
A religião (catolicismo), Infalibilidade papal, Clero secular e regular, seminário Celibato	Protestantismo Espiritismo
A pátria (Brasil), defesa de políticos católicos	Teatro (peças imorais)
As virtudes, Oração/fé, Penitência	Vícios, Jogos, Ciência
Festas dos padroeiros	Festas profanas (Carnaval)
Cinema católico (moralizado)	Cinema (peça imoral/pornográfica)
Jesuítas, Capuchinhos/Franciscanos,	Casamentos realizados pelos pastores, Casamento civil, o debate sobre o divórcio no Congresso
Santa Missão, Visitas pastorais, O papel das Sacramentinas e Salesianos no ensino	A Associação Cristã de Moços, Associação Crhistã Feminina,
União Pia da Filhas de Maria	A moda corruptora/imoral
Academia de São Thomaz de Aquino	A maçonaria
A família: o papel do homem/ da mãe/ e da jovem (filha de Maria), Apostolado da Oração	A Liga Nacionalista contra o Alcoolismo
Centenário da emancipação de Sergipe Defende o recenseamento Imagem de Cristo no tribunal do júri	O anarquismo Panteísmo
O trabalho/ O operário	Socialismo

Fonte: *A Cruzada* (1918-1926).

Pelas principais temáticas percebe-se que havia um alinhamento dos problemas apresentados por G.M.S.F com os inimigos combatidos pela diocese de Aracaju, metaforizados

pelos tentáculos do polvo, sendo mais recorrentes: ensino laico, literatura herege/ímodal, festas e diversões profanas, maçonaria, espiritismo, protestantismo e a má imprensa (jornais laicos e das outras confissões). São dos dois últimos tentáculos que se passa a tratar, sem deixar de relacionar com os demais.

Percebe-se que o estopim que levou o jornal diocesano a duelar com o pastor Rodolpho Fernandes foi aceso na missão dos capuchinhos, realizada em Estância, já que foi na edição de 2 de março de 1919 que pela primeira vez *A Cruzada* produziu uma matéria criticando os presbiterianos do estado, intitulada O PROTESTANTISMO NA CIDADE DA ESTANCIA.⁹⁴¹ O pastor Rodolfo Fernandes respondeu às críticas pelo jornal *Diário da Manhã*, gerando o embate com os redatores do jornal diocesano na série de dez artigos intitulada O PROTESTANTISMO NA CIDADE DA ESTANCIA E O SR RODOLPHO FERNANDES, veiculadas nas edições de 16 de março a 18 de maio de 1919. Nesse intervalo, outras matérias foram veiculadas com os seguintes títulos: INCOVINIENTES DO PROTESTANTISMO (critica os casamentos realizados pelos pastores); QUANDO COMEÇOU O PROTESTANTISMO? (critica a seita fundada por Lutero e Calvino); O QUARTO CENTENARIO DE LUTHERO – CARATER E MENTALIDADE DE LUTHERO (apresenta uma versão de Lutero, frade da ordem agostiniana, pecador); TROCO MIUDO (matéria extraída do jornal *A União*, do Rio de Janeiro, criticando os protestantes); NÃO SABE PORTUGUES! (critica as matérias do pastor Rodolpho Fernandes sobre a utilização gramatical); SE LUTHERO VIESSE A ESTE MUNDO (defende que a divisão do protestantismo envergonharia Lutero); AS INCOERENCIAS DO PASTOR (continua a criticar os pontos defendidos pelo pastor Rodolpho Fernandes no *Diário da Manhã*); PROVANDO E REPROVANDO (combate a matéria que o pastor publicou no *Imparcial*); PORQUE NÃO SOU PROTESTANTE (critica o fato de que para os protestantes a Fé é a única virtude, insurgindo assim contra a ligação entre a fé e as boas obras, isto é, entre as convicções religiosas e os atos morais dos homens). A maioria desses títulos são séries de artigos que passaram meses em circulação.

Na edição de 3 de agosto de 1919, *A Cruzada* publicou mais uma nota intitulada *Jornal Protestante*, anunciando a sua chegada aos lares sergipanos: “Amanhã apparecera nesta cidade ‘O Christão’, jornal que tenciona difundir os princípios deletérios da reforma protestante. Às famílias catholicas lembramos ainda uma vez a obrigação que há de fechar as portas a esse herege”.⁹⁴² Razão que levou os redatores, provavelmente autorizados pelo bispo, a declararem

⁹⁴¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 6, 2 de março de 1919, p. 1.

⁹⁴² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 28, 3 de agosto de 1919, p. 1.

ainda o término da discussão com o pastor presbiteriano. Diziam não ler publicação ímpia e herética, portanto não pretendiam alimentar aquele debate, já que certamente Rodolpho Fernandes passaria a usar o jornal herege. Finalizou com a matéria AS INCOHERENCIAS DO PASTOR E PONTO FINAL PARA O CRISTÃO, sugerindo o retorno ao *Diário da Manhã*, caso tivesse interesse em permanecer no debate, destacando que continuaria “a doutrinar, profligando os erros grosseiros do protestantismo, o maldito fator, donde tiraram a sua origem todos os erros políticos-sociais que perturbam as nações modernas”.⁹⁴³

Como havia prometido aos leitores, iniciou na edição seguinte, de 10 de agosto de 1919, a série intitulada de VINTE E CINCO PORCENTO AOS CEM DISPARATES DOS PROTESTANTES VINTE E CINCO RESPOSTAS SEM REPLICAS POR UM QUE LEU A BÍBLIA, concluída com vinte e um artigos veiculados até a edição de 27 de junho de 1920. Por meio dessa série, defendeu a postura da Igreja Católica sobre as questões mais polêmicas debatidas desde os primeiros reformadores: a respeito da bíblia, da missa, dos sacramentos, culto aos santos e a Maria, purgatório, salvação, infalibilidade papal, imoralidade do clero, intolerância. Foram veiculadas outras matérias sobre a temática: críticas aos reformadores, principalmente, a Lutero; transcrição de matérias que tratavam da conversão de protestantes ao catolicismo em outros países; estatísticas da expansão do catolicismo em países de cultura predominante protestante, a exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Não se pode negar que durante meses os sergipanos assinantes dos jornais *A Cruzada* e *Diário da Manhã* acompanharam a discussão religiosa dos redatores do jornal diocesano/representantes do bispo com o pastor da igreja presbiteriana de Aracaju. Na tentativa de sair daquele duelo de palavras de forma honrosa, *A Cruzada* transcreveu as orientações do Episcopado, extraídas da Pastoral Coletiva, título I, Capítulo VI, art. 54, que tratava da postura da Igreja Católica em relação a leitura dos jornais ímpios:

“Art. 54 – Trabalhem os sacerdotes para que os fieis compreendam o rigoroso dever de não auxiliar, de forma alguma, jornais ímpios, inimigos da Religião Catholica, ou que aceitam publicações offensivas a fé e a moral.

§ 1º - É pecado não só assinar taes jornais, mas le-los, conserva-los em casa ou cooperar de qualquer modo, para a manutenção e difusão dos mesmos.

§ 2º - É absurdo concorrer para que outros, por esses jornais insultem nossas crenças.

§ 3º - A Igreja, esposa imaculada de Christo, é nossa mãe; o catholico que auxilia, moral ou materialmente, os jornaes que atacam sua crença, assemelha-se a um filho cruel que pagasse a quem, por milhões de vozes, que são os numerosos dos jornais, cobrisse de baldões sua estremecida mãe.

§ 4º - Além do pecado de cooperação na difusão do erro, há o escândalo que cometem os que auxiliam os jornais ímpios, porque dão ocasião a que leiam

⁹⁴³ Ibid., p. 2.

infâmias os que frequentam as agencias dos correios, clubs, associações literárias etc., assim como quaisquer outros sob cujos olhos acertar de cahir o artigo mau.”

Ainda termina a matéria com a seguinte frase: “Ninguem se iluda a imprensa má é obra do demônio”.⁹⁴⁴

Ao que se observa, não por coincidência, *A Cruzada*, ainda nessa edição de 3 de agosto de 1919, mudou estrategicamente o foco, passando a publicar matérias combativas e de alerta contra o espiritismo. A maioria delas foi extraída de alguns jornais do Rio de Janeiro, relatando exemplos de pessoas internadas como loucas e casos de suicídios, atribuindo como culpados as práticas dos médiuns. Diferente da discussão com os presbiterianos de Aracaju, que se arrastava há meses, poucas das matérias publicadas sobre o espiritismo referia-se as práticas espíritas no Sergipe. Um dos poucos casos referentes a essa diocese foi veiculado na edição de 21 de setembro de 1919 com o título de O ESPIRITISMO QUER ASSENTAR SUAS TENDAS EM ARACAJU, informando que a Sociedade Espírita Obreiros do Senhor havia comunicado sua instalação nessa capital. Por esta razão o jornal alertava aos católicos de Aracaju contra mais essa espécie de cizânia que pretende emergir entre o bom trigo.⁹⁴⁵

Na edição de 15 de fevereiro de 1920, *A Cruzada* publicou outra matéria intitulada O ESPIRITISMO, alertando os católicos contra os folhetos espíritas espalhados pela capital, Aracaju.⁹⁴⁶ Dois meses depois na matéria intitulada ESPIRITISMO EM ARACAJU, destacava que a polícia havia proibido o funcionamento de duas casas onde se reuniam os espíritas na capital.⁹⁴⁷ Várias publicações foram veiculadas no ano de 1920, alertando que um católico não deveria: assistir a sessões espíritas; invocar espíritos; tomar remédios fornecidos por sociedades espíritas; ter livros espíritas; não fazer nada que estivesse relacionado com as práticas do espiritismo. Entre as publicações do ano de 1921 consta uma matéria intitulada OS EFEITOS SÃO SEMPRE OS MESMOS... semelhantes as matérias transcritas dos jornais do Rio de Janeiro. Relatava o caso de uma mulher residente na rua Estância/Aracaju que se encontrava com as faculdades mentais perturbadas, devido as práticas do espiritismo.⁹⁴⁸

Os argumentos apresentados pela imprensa sergipana das primeiras décadas republicanas vinham sendo usados nos discursos de médicos e de integrantes do clero católico, desde as últimas décadas oitocentistas, quando estes combatiam as práticas do espiritismo. Práticas que estavam ligadas com religião e a cura, principalmente, no que diz respeito aos

⁹⁴⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 28, 3 de agosto de 1919, p. 2.

⁹⁴⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 35, 21 de setembro de 1919, p. 1.

⁹⁴⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 6, 15 de fevereiro de 1920, p. 3.

⁹⁴⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 15, 18 de abril de 1920, p. 3.

⁹⁴⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 62, 24 de abril de 1921, p. 3.

casos adjetivados de obsessão e loucura. Na percepção de Marcos Marques, o combate ao espiritismo no Rio de Janeiro se dava não só por razões religiosas, mas pela possibilidade de tornar-se doença alienante e provocar a morte, devido ao suposto charlatanismo e falsidade presentes nas práticas de tratamento e cura.⁹⁴⁹

No ano de 1919, o protestantismo e o espiritismo foram temas recorrentes no jornal católico, apesar do encerramento do debate com o pastor Rodolpho Fernandes. Iniciava-se, o que se pode denominar de segunda fase do duelo com os presbiterianos, dessa vez usando o artifício das cartas anônimas. Foi com o pseudônimo, Um catholico, que o jornal passou a combater as publicações do jornal *O Christão*. Estratégia utilizada pelo jornal diocesano para criticar seu opositor, já que havia anunciado não alimentar a discussão com o pastor Rodolpho Fernandes, por não ler jornal herege.

Assim, na edição de 12 de outubro de 1919, o jornal dizia ter recebido de um leitor uma carta que publicava com satisfação. Intitulada de UMA CARTA – ESTÃO SATISFEITOS?, assinada por Um Catholico de Aracaju, com data de 9 de outubro de 1919. O católico/leitor dizia que através da leitura do jornaleco protestante estava convencido de que o protestantismo é uma mixórdia como afirmou *A Cruzada*.⁹⁵⁰ Um mês depois, agora com o título de uma RESPOSTA AO REPTO OUTRA CARTA continuava as críticas ao jornal presbiteriano e aos escritos do pastor da igreja presbiteriana da Bahia, Galdino Moreira, rebatendo a argumentação de *A Cruzada*, sobre Lutero. Nesse período Moreira estava visitando os presbiterianos de Estância.⁹⁵¹ Infere-se pela mensagem da carta que os católicos liam o jornal herege, mesmo sendo alertados pelo jornal diocesano.

No ano de 1920, *A Cruzada* continuou a publicar diversas matérias sobre o protestantismo. Muitas delas criticavam os reformadores, destacavam nomes de protestantes de outros países convertidos ao catolicismo, criticavam as instituições dessa denominação e ainda passaram a rebater as matérias publicadas no jornal *O Christão*. Dentre elas pode-se citar os artigos assinados pelo Padre Dubois: A IRA DO “CHRISTÃO” (criticando os pastores batistas que publicaram sermões bíblicos no jornalzinho presbiteriano de Aracaju); DA SOLA AO PULPITO (crítica ao jornal *O Christão* – uma discussão sobre os sapateiros e demais operários que se tornaram pregadores/pastores). Na opinião do padre Dubois o sapateiro deveria deixar a sola dos sapatos e se dedicar aos estudos para, somente depois, chegar ao púlpito. Por estas

⁹⁴⁹ MARQUES, Marcos Moreira. *Cura do corpo, da cidade e da alma: medicina, política e espiritismo na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 161.

⁹⁵⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 38, 12 de outubro de 1919, p. 3.

⁹⁵¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 43, 16 de novembro de 1919, p. 3.

matérias percebe-se que o jornal diocesano descumpria a palavra, voltando a debater com o jornal presbiteriano.

A maçonaria também não passou despercebida no jornal diocesano, sendo veiculadas diversas matérias e a transcrição da pastoral do bispo de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Por meio dessa pastoral o bispo capuchinho alertava a seus diocesanos sobre os perigos desse “inimigo terrível, pior que os bárbaros e sarracenos, os protestantes com as suas inovações. Usando das odiosas denominações de fanatismo, ultramontanismo, romanismo, jesuitismo, os maçons têm movido uma guerra sem tréguas ao catolicismo”.⁹⁵²

A maçonaria era uma instituição conhecida dos aracajuanos desde o surgimento da capital, conforme se observa nas memórias do alemão Robert Avé-Lallemant, depois de visitar Aracaju, em maio de 1859: “Tudo é bonito e novo na margem, embora muito provisório. A residência do Presidente, a Câmara Provincial dos Deputados, um quartel, uma igreja e até uma loja maçônica – tudo ostenta na sua pequenez e exiguidade de espaço primorosa e bonita aparência”.⁹⁵³ Nesse sentido, Sousa destacou que Aracaju por ser organizada por grupos ligados a maçonaria teve como marco a alfândega e a casa de prisão, representando a preocupação do presidente do estado, Inácio Barbosa, com a ordem e o progresso da nova capital, transferida de São Cristóvão para Aracaju, em 17 de março de 1855. Diferente do que se deu em Teresina (1852), projetada na mesma década, mas que teve como marco uma igreja. As novas capitais modelos de cidades-portos atendiam às necessidades de escoamentos das mercadorias.⁹⁵⁴

Para combater a maçonaria, o jornal diocesano publicava matérias transcritas de outros jornais. Nesse sentido, publicou do jornal *O Lábaro de Taubaté*, São Paulo, que *O Boletim*, do

⁹⁵² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 29, 1 de agosto de 1920, p. 2.

⁹⁵³ AVÉ-LALLEMANT, Robert, op. cit., p. 331.

⁹⁵⁴ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Um olhar sobre a nova capital sergipana*. Temas de História de Sergipe II. Aracaju, 2013. Neste trabalho Sousa explica os fatores externos e internos que levaram a transferência da capital sergipana. Na sua percepção, o presidente da província Inácio Barbosa não optou pela parte Norte do povoado Santo Antônio do Aracaju, onde estava a colina já com uma capela, preferindo erguer a cidade na parte central do povoado (“Olaria”) em função do contato direto com o mar. Portanto, a escolha demonstra a sintonia do administrador com os novos modelos de cidades que vinham sendo projetadas no século XIX, a exemplo de Teresina, Maceió. Assim, Aracaju entrava no rol das capitais preocupadas em atender as necessidades do comércio, da exportação e da chegada de mercadorias. A nova capital estava em sintonia com as cidades que visavam aos moldes europeus alcançarem o ideal de “progresso” e “civilização”. O patrimônio material edificado, os novos edifícios civis e religiosos, incluindo as praças, são materializações dessa opção. Desses prédios a alfândega e a cadeia simbolizavam a visão de progresso e ordem. Diferente do modelo de cidade colonial portuguesa, a inauguração da igreja do São Salvador se deu em 28 de março de 1857, dois anos depois da transferência da capital, permanecendo como matriz até a construção da igreja Nossa Senhora da Conceição. O primeiro templo católico não estava situado numa praça e nem voltada para o rio. Não possuía um adro para promover as procissões dos rituais do calendário cristão católico. Entretanto, a alfândega desfrutava de mais prestígio na nova cidade projetada por Pirro. Ela situava numa praça e dividia espaço com a cadeia pública. Desse modo, Aracaju insere-se no conjunto das experiências urbanas da segunda metade do século XIX, no contexto das mudanças na economia e na política do Império brasileiro e nas especificidades da província sergipana que necessitava de uma cidade portuária para melhor receber e escoar mercadorias.

Grande Oriente, da Maçonaria Brasileira, no seu número de julho último, estampava uma notícia, cuja divulgação a imprensa católica deve fazer amplamente. Dizia que um poderoso irmão teria proposto em sessão: 1 - que a maçonaria colocasse em ação os órgãos da ordem para fracassar a propaganda ultramontana em favor do ensino religioso nas escolas; 2 - que a maçonaria impeça o triunfo do movimento social católico; 3 - que todos os irmãos se esforcem para a maçonaria reconquistar o domínio no terreno político e social.⁹⁵⁵ Passado um mês, D. José, na circular de 15 de dezembro de 1919, usando dos documentos papais alertava contra a maçonaria afirmando: “Ninguém se iluda: – todo e qualquer maçom, todo e qualquer, que se filiar a seita maçônica, não é catholico, é excomungado”.⁹⁵⁶

As temáticas apresentadas no jornal *A Cruzada* demonstram a sua preocupação com uma diversidade de questões. A Secção Feminina salientava o papel da mulher na sociedade. Numa delas, edição de 16 de maio de 1920, deu ênfase a representatividade da jovem católica como a zeladora/jardineira do lar, destacando a função das mães na consagração do lar ao Sagrado Coração de Jesus, fazendo cumprir seus deveres religiosos e sociais. Alertando ainda para que estas não deixassem seus filhos frequentarem um colégio como O Baptista.⁹⁵⁷ Para além da crítica às escolas e associações de qualquer denominação, percebe-se uma preocupação com a leitura dos impressos protestantes e espíritas.

Entretanto, a leitura da literatura religiosa dessas instituições não representava o único perigo para as famílias católicas. Nesse sentido, defendeu o monsenhor A. Ricard que era necessário repelir o amontoado de impressos perigosos e ímpios, referindo-se aos romances quando comparados às leituras das histórias sagradas e hagiografias recomendadas pela Igreja Católica. Defendendo a renúncia da leitura dos romances, até mesmo dos chamados romances morais, para que a felicidade voltasse a reinar nos lares. Na percepção desse religioso o “jornal absorve a mor parte do tempo, que se pode dedicar a leitura. O romance passa de mão em mão, e é o romance, mesmo que não seja indecente, o causador do desbridamento de imaginação e do desregramento de costumes, que estão arruinando a vida de família”.⁹⁵⁸ A proibição das leituras ímpias e imorais foram salientadas de diversas formas, chegando a criticar os pais de famílias que estavam utilizando-se dos personagens dos romances para nomear seus filhos. Uma mudança significativa, levando em consideração que os nomes de bastimos mais utilizados eram os personagens bíblicos e de santos.

⁹⁵⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 45, 30 de novembro de 1919, p. 1.

⁹⁵⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 48, 21 de dezembro de 1919, p. 1.

⁹⁵⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 18, 16 de maio de 1920, p. 3.

⁹⁵⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 24, 27 de junho de 1920, p. 1.

Para contrapor a má leitura, *A Cruzada* indicava a assinatura de jornais, revistas, livros e até romances escritos, desde que tenha sido escrito por um religioso. Nesse caso pode-se elencar dentre as várias indicações: a *Regnabit* (Revista Universal do Sagrado Coração de Jesus) veiculada mensalmente em Paris, recomendada, principalmente, aos sacerdotes; o livro sobre virtudes e práticas religiosas, *As Joias das Filhas de Maria*; os livros *A Bondade*, *A Piedade* e *O caráter* e o romance *Pela mão de uma menina*, do franciscano Pedro Sinzig. Esse romance sinaliza a preocupação do clero em escrever obras que pudessem atrair os leitores ávidos por esse gênero literário.

Na percepção apresentada por Ian Watt, o romance é fruto de uma sociedade individualizada, sendo que o puritanismo contribuiu muito para a difusão desse tipo de impresso na Europa.⁹⁵⁹ Nesse sentido, o individualismo, característica marcante nos romances, bem como nos jornais, é fruto da sociedade moderna marcada pelas ideias da reforma protestante, quando o indivíduo passou a agir com mais liberdade, se apropriando de seu destino. Ideias que puderam ser propagadas com mais rapidez em virtude do surgimento da imprensa. Inclusive as próprias ideias de Lutero ganharam visibilidade depois de impressas as 95 teses, conforme defende a historiografia que trata da reforma.

Sobre essa discussão, *A Cruzada*, em um dos artigos da série, O QUE DEVEMOS FAZER, assinalada por Jackson de Figueiredo, defendeu que os católicos deveriam salvaguardar suas tradições religiosas e o próprio espírito da nacionalidade que se via “insidiosamente atacado pelo individualismo protestante, quase todo de origem norte-americana, isto é de um povo cujo conjunto de tradições imperialistas está em absoluta contradição com o espírito histórico brasileiro”.⁹⁶⁰ Na percepção de Figueiredo o individualismo protestante era o culpado pelos individualismos modernos, portanto conclamava às classes abastadas o apoio à boa imprensa, salvaguardando a nacionalidade do Brasil ameaçada pelos protestantes.

Nos tempos da reforma, os impressos foram os responsáveis por abalar as estruturas da Igreja Católica, dando continuidade à expansão das ideias dos reformadores por séculos, via impressões de bíblias e opúsculos levados aos quatro cantos do mundo pelas associações bíblicas da Inglaterra e dos Estados Unidos. Foi assim que se deu a inserção protestante no Brasil, quando as práticas de colportagem levaram o clero ultramontano a reagir, inclusive, vindo a queimá-los nas fogueiras dos capuchinhos, conforme observado no Sergipe. Não podendo voltar aos tempos dos monges copistas, a Igreja Católica passou a usar das mesmas

⁹⁵⁹ WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

⁹⁶⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 60, 10 de abril de 1921, p. 1.

armas que seus inimigos, passando a usar dos impressos para divulgar os ensinamentos de sua religião, bem como para atacar seus inimigos, com a arma da palavra.

Pode-se observar que a espada cedeu lugar à tinta, o cavalo ao prelo, a função do cavaleiro foi assumida pelos redatores, colaboradores, tipógrafos. Assim, em pleno século XX, o espírito cruzadístico continuava, sedo que a terra santa poderia estar em qualquer lugar que vivenciasse o processo de laicização, e ainda, estivesse a receber adeptos de outras confissões. Portanto, a imprensa outrora combatida, passou a ser o combustível dessa guerra, mas não poderia ser qualquer tipo, precisava ser a católica, ou seja, o que eles denominaram de a boa imprensa.

Diversos representantes do clero católico passaram a defender a chamada boa imprensa. Nesse sentido, Dom Silvério aproveitou a solenidade receptiva na Academia Brasileira de Letras para defendê-la como o modelo de “imprensa que vergaste os vícios, castigue os escândalos, estigmatize com ferro em braza o despudor da vida pública, repila o anarchismo, e promova o verdadeiro progresso e a grandeza do Brasil”.⁹⁶¹ Para Dom Silvério, a imprensa católica estava em defesa da pátria.

Pelas veiculações observa-se que *A Cruzada* defendia a permanência de uma nacionalidade pautada na ideia de um país católico, desconsiderando os outros credos. Não era contrário à ideia de progresso, mas desde que estivesse a serviço da verdadeira religião e da pátria. Nesse sentido, apesar de se apresentar confessional, não destoava da ideia de que os jornais eram transmissores de progresso rumo a uma pátria civilizada. Percepção inclusive apresentada por vários jornais difusores dos modelos higienistas e urbanísticos conforme os padrões europeus, ou até mesmo norte-americanos, se pensarmos a partir dos modelos dos presbiterianos. Nesse aspecto, Goofwin na pesquisa sobre a cultura material impressa realizada a partir dos jornais de Minas Gerais defendeu ser os jornais portadores das novidades e das ideias de progresso e civilização, introjetando mudanças nos espaços urbanos, a ponto de intitular seu trabalho de cidades de papel. Chegou a apontar a existência dos jornais confessionais (católicos e protestantes), em algumas das cidades mineiras.⁹⁶²

Também *A Cruzada*, com sua postura maniqueísta, interferia no modo de ser de seus leitores a respeito de uma série de costumes e práticas concernentes a maneira de se vestir, se divertir, estudar e até mesmo como e o que deveria ser lido. Assim, o discurso do jornal diocesano era difusor do modelo católico ultramontano em vigor nas diversas dioceses espalhadas pelo Brasil. Portanto, os debates/confrontos/conflitos com os adeptos das outras

⁹⁶¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 26, 11 de julho de 1920, p. 1.

⁹⁶² GOOFWIN JR, James William, op. cit.

confissões não era uma peculiaridade de Sergipe. A diversidade de cartas pastorais de outros bispados, os documentos papais, as matérias extraídas dos jornais brasileiros e internacionais publicados nesse impresso são indicativos da sintonia de pensamento do bispo da diocese de Aracaju, bem como dos redatores e colaboradores daquele impresso, no combate à sociedade moderna em processo de laicização, utilizando-se do jornal.

A circularidade dos impressos era ainda maior nas primeiras décadas do século XX, em especial, pela mobilidade ocasionada com a chegada das linhas férreas a Sergipe. Assim como *A Cruzada* transcrevia matérias de alguns jornais do Rio de Janeiro, por exemplo, também outros jornais utilizavam do impresso sergipano, conforme pode ser observado na edição de 24 de julho de 1921, ao publicar a matéria intitulada DO CENTRO DE MINAS – UMA CARTA QUE NOS HONRA. Por meio desse título, *A Cruzada* transcreveu a carta enviada pelo monsenhor Aristides Rocha, diretor do jornal *O Missionario*, órgão da diocese de Caratinga/Minas, “criado somente para combater exquesitas seitas que se dizem protestantes e que infectam estas paragens”.⁹⁶³ Na carta destacou seu interesse em permutá-lo com *A Cruzada*, destacando que havia transcrito alguns de seus artigos naquele jornal de Minas Gerais. Um ano antes, *A Cruzada* circulava em Minas Gerais, conforme se observa na carta do bispo de Aterrado (Minas), Manuel Nunes Coelho que declarou ser “assíduo leitor e grande admirador da simpática folha”.⁹⁶⁴

A permuta se dava porque ambos se enquadravam na categoria da boa imprensa a combater o protestantismo e a má imprensa. Na edição de 18 de julho de 1920, mais uma vez a postura maniqueísta se apresentava na matéria intitulada A BÔA E A MÁ IMPRENSA. Primeiro destacou ser a imprensa má responsável pela propagação do erro e da imoralidade, salientando ter Lutero abusado da imprensa para propagar o erro, ou seja, o protestantismo.⁹⁶⁵ As práticas do jornal *A Cruzada* e a defesa exacerbada da boa imprensa demonstram em parte o medo do clero católico de perder seus fiéis, seja para o espiritismo, para o protestantismo ou para o ateísmo, através, principalmente da leitura dos jornais. Nesse sentido, a expansão da cultura impressa no Brasil republicano, certamente, contribuiu para que a Igreja Católica voltasse sua atenção para a organização da imprensa.

O receio do clero para com os impressos não era sem razão, já que havia relatos nos jornais de pessoas que abjuraram do catolicismo após o contato com os impressos disseminados tanto pelos colportores quanto pelas associações espíritas. Em Sergipe como foi demonstrado,

⁹⁶³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 8, 24 de julho de 1921, p. 2.

⁹⁶⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 31, 15 de agosto de 1920, p. 2.

⁹⁶⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 27, 18 de julho de 1920, p. 1.

o católico Manoel Antonio dos Santos David, atuante membro de uma irmandade, se converteu, possivelmente, através da literatura disseminada pelos presbiterianos, tornando-se um defensor do protestantismo nos jornais. No caso da literatura espírita pode-se refletir a partir da conversão de Adolfo Bezerra de Menezes, médico e político que viveu e trabalhou no Rio de Janeiro entre os anos de 1851 e 1900. Sobre a conversão desse católico ao espiritismo, Marques destacou que Bezerra de Menezes ganhou *O Livro dos Espíritos*, lendo-o por distração numa de suas viagens de bonde pelo Rio de Janeiro. Depois tanto ele quanto familiares foram curados por intermédio das práticas mediúnicas, não abandonando as crenças católicas, a princípio. Pelo contrário, ainda no final da década de 1870, o Adolfo parlamentar defendeu alguns interesses dos católicos como a não secularização dos cemitérios, a proibição da cremação, ou o controle eclesiástico sobre nascimentos e mortes. Do ponto de vista público, assumir o espiritismo como religião representava suicídio político, já que a maioria dos eleitores eram católicos, fato comprovado pela sua decadência política após sua declaração pública.⁹⁶⁶

Vale ressaltar que diante da carência de médicos e da descrença nas práticas da medicina que estava a se consolidar no Brasil, muitas pessoas acabavam se aproximando dos centros espíritas para curar suas enfermidades, provocando uma reação do clero ultramontano. E não somente os centros espíritas foram espaço para as práticas de cura. O trabalho dos presbiterianos no Brasil não se limitava a criação de templos e escolas. Nesse sentido, Ester do Nascimento pesquisando o Instituto Ponte Nova, uma escola fazenda implantada na cidade de Wagner na Bahia, apresentou o projeto de civilização desenvolvido pelos presbiterianos norte-americanos entre 1871 e 1937, contando com a participação das elites republicanas interessadas na modernização do Brasil. A escola acionava a religião, a ciência e a saúde como componentes do modelo educacional, preparando evangelistas, técnicos agrícolas, professoras e enfermeiras. Fazia parte do conjunto arquitetônico o Grace Memorial Hospital onde passou a funcionar a Escola de Enfermagem, as residências dos médicos e enfermeiras, a clínica e a área de cirurgia.⁹⁶⁷ Alguns dos missionários norte-americanos eram médicos, desempenhando a prática da medicina por onde pregavam, a exemplo de Butler conforme ainda será mencionado nesse capítulo.

As práticas de cura também fizeram parte das artes do fazer dos capuchinhos: expulsando os demônios, cuidando de doentes, ensinando práticas de higiene, cuidando dos vivos e dos mortos, não somente nos tempos das epidemias, e contribuindo através de suas práticas e prédicas para o fortalecimento da fé. Prática essencial para manter-se vivo nos tempos

⁹⁶⁶ MARQUES, Marcos Moreira, op. cit., p. 161.

⁹⁶⁷ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *Educar, curar, salvar*, op. cit.

de epidemias/pandemias, quando a morte cerca a humanidade por todos os lados. Foi justamente, em 1918, que a humanidade vivenciava a pandemia que veio a ser conhecida como gripe espanhola. *A Cruzada* desse ano, por diversas vezes, deu publicidade as ações de combate a essa gripe que provocou o fechamento de escolas, seminário, e o cancelamento de festas religiosas, mudando a rotina dos sergipanos. Foram registradas algumas das pessoas vitimadas e até mesmo a interrupção do jornal por uma semana, em razão de seu tipógrafo ter adoecido da referida gripe. O bispo chegou a ceder um dos prédios da diocese para que o estado guardasse as medicações e produtos que seriam usados no combate à pandemia. As medidas adotadas no século XIX, assemelham-se às que são indicadas na atualidade no combate a covid-19. A leitura dessas matérias, justamente, no início da pandemia ajuda a compreender ainda melhor o significado de sinestesia.

Nessa cruzada o bispo utilizou-se do seu exército do bem, formado pelos párocos, capuchinhos, franciscanos, salesianos, irmãs sacramentinas e movimentos dos leigos. As missões, as visitas pastorais, as escolas diocesanas, as festas religiosas, a exposição do Santíssimo Sacramento, o catecismo, o Evangelho, a consagração ao Sagrado Coração de Jesus, a representatividade da Virgem como redentora da humanidade, os exemplos dos santos capuchinhos e da Imaculada Conceição, tantas vezes recorrentes nas páginas do jornal *A Cruzada* sinalizam as práticas do exército de D. José frente as mudanças vivenciadas em decorrência da laicização da sociedade, condenadas pela Igreja. Usava-se dessas práticas objetivando extirpar todos esses males, inclusive, as doenças. Através da exposição delas é possível compreender como os católicos representavam a si, usando a imagem do espelho invertido para enxergar o outro, nesse caso, os protestantes.

O ponto principal do jornal difusor do discurso da diocese de Aracaju foi a defesa do catolicismo, apresentando diversas matérias intituladas de A VERDADEIRA RELIGIÃO. Assim apresentava os argumentos da unidade, como primeiro sinal da verdadeira religião e a santidade como sendo o segundo. Sua missão era combater os vícios e os erros, purificando os costumes da sociedade através dos seus preceitos e da sua moral. Nesse sentido, criticava os protestantes pela falta de unidade e por desconsiderar a santidade. Defendendo os santos católicos, inclusive, salientando o papel das ordens religiosas, que possuem muitos filhos santificados, ao passo que criticava os protestantes por blasfemarem contra os santos e assim não ensinarem a santidade.⁹⁶⁸ Não foi sem pensar que diversas vezes os capuchinhos foram representados como santos naquele jornal.

⁹⁶⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 39, 19 de outubro de 1919, p. 3.

Realizada a consagração da diocese ao Sagrado Coração de Jesus, com a entronização em todas as paróquias, conforme mandamento de D. José desde a sua primeira carta pastoral. Observa-se pelo jornal a defesa pela entronização do Sagrado Coração de Jesus nos lares sergipanos, reformando a família pelo ensinamento de Cristo. Postura que ficou bem evidente na edição de 23 de março de 1919, na matéria intitulada A REFORMA DA FAMÍLIA, quando defendeu que a religião católica apostólica romana poderia reformar os abusos dos transgressores, harmonizando a família. Para tanto, “abracemos a cruz de Christo, plantemos em nossos lares. Reformemos os costumes. Esforcemos fortemente pela entrada de Jesus no seio das famílias. Enviemos as crianças ao catecismo que é a base da boa educação, a fonte da moral cristã e de toda sabedoria”.⁹⁶⁹

O jornal foi o difusor da consagração ao Sagrado Coração de Jesus, bem como a interseção da Imaculada para restaurar a humanidade. É recorrente a representatividade de Maria naquele impresso, reforçando a crítica aos protestantes por estes recusarem à devoção aos santos e ao culto mariano. Dentre as diversas menções à Virgem, considero o texto a seguir representativo da maneira como a Igreja Católica passou a usar do dogma da Imaculada Conceição como uma das estratégias no combate a laicização da sociedade moderna.

A IMACULADA E A RESTAURAÇÃO DO MUNDO

[...] “Ora, hoje, mais que nunca trabalha a maldade humana por inocular no organismo da sociedade moderna o vírus da impiedade e da descrença.

A tal efeito empregam palavras retumbantes, capazes de eletrizar as turbas, como estas: direito, razão, progresso, liberdade, igualdade, fraternidade, evolução, sciencia.

A palavra sciencia é, de todas, a mais empolgante.

Da sciencia fizeram um ídolo. [...].

Todos os métodos scientificos, todas as escolas filosóficas desde Kant até Spencer, que tomam o nome de naturalismo, materialismo, racionalismo, sensacionalismo, positivismo, que não passa de uma nomenclatura, outra mira não tiveram senão a difusão dos erros contra a fé e contra a moral.

A philosophia moderna fez do homem um bruto. [...]

Hoje, que a moderna impiedade não só renova sob outros nomes os erros funestos dos antigos heresiarcas – mas aumenta-os; pois sobre negar a divindade do Salvador, insulta e conculca a sua humanidade sacrossanta, e disso deram testemunho os Renan e os Strauss, os livres pensadores da Italia, França e Germania, os quaes calam as suas obras, pervertem os seus fins, escarnecem os seus milagres, caluniam a sua vida; a Igreja, hoje, no sentido de debelar os erros que pululam por toda a parte, com suas múltiplas manifestações, sobretudo o naturalismo moderno, apresenta a crença da Christandade o dogma da Imaculada. [...]

O século orgulhoso das suas descobertas, dos seus inventos e do seu saber, negou o sobrenatural; quis por a sciencia acima da fé, e Deus para se oppor a este sonho veio apresentar a glorificação da imaculada. [...]

⁹⁶⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clío – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 9, 23 de março de 1919, p. 1.

A Imaculada representa a vitória da graça sobre a natureza, o triunfo da fé sobre a incredulidade.

[...] a restauração do mundo se há de efetuar por Maria, Maria e somente Maria poderá reconduzir a Jesus os indivíduos, as famílias e a sociedade”.⁹⁷⁰

O dogma da Imaculada Conceição legitimava o culto mariano, defendendo que a Mãe reconduziria seu Filho aos lares, restaurando assim a humanidade de todos e os erros nefastos. Postura defendida em outras matérias, já que diversas vezes as festividades católicas marcadas pelas procissões foram glorificadas, em especial, no mês de maio quando as celebrações marianas eram descritas no jornal a partir das vozes dos colaboradores e correspondentes. Na matéria *Os Esplendores de Maio*, veiculada na edição de 15 de junho de 1919, percebe-se que J. Pio primeiro narrou o esplendor das festividades do mês mariano na Igreja de São Salvador, quando os sermões do padre jesuíta, Antônio Ferreira, decantando as glórias da Virgem, chamaram a atenção de variados segmentos da população da capital. Em seguida, defendeu a relevância de Maria na conversão dos protestantes, lamentando com tristeza a presença desses na capital sergipana.

[...] Mas, no meio desses esplendores que são os triumphos do catholicismo, uma tristeza me invadia a alma: a lembrança dos filhos do protestantismo desvairado e dos alistados nas bandeiras de Luther; e então, ia dizendo a mim mesmo: que excelente oportunidade para operar-se agora a conversão desse pequeno grupo que infelizmente ainda respiga pelos campos de Luther, o tresloucado Luther, que tanto odiava o papa, o clero e os catholicos!. Sim, estou certo de que si um desses filhos da heresia luterana penetrasse uma só vez no templo cathólico, se contemplasse os esplendores da Virgem e ouvisse um desses arrojados sermões do padre Antonio Ferreira, não mais duvidaria da veracidade do catholicismo, e de logo correria ao templo da rua de Laranjeiras, e sem mais penetrar ali, da porta mesmo, exclamaria: eia, irmãos, é tempo ainda de sermos guindados aos esplendores do catholicismo; é tempo ainda de passarmos da noite para o dia; das dobras do passado para as auroras do futuro; das trevas para a luz; da morte para a vida; do erro para a verdade; da heresia para a fé catholica... [...]. Corramos, é tempo ainda!! Prostemo-nos aos pés da Virgem Santissima, dessa mae desfeita em ternuras, de cuja virginal coroa temos pretendido arrancar a pedra mais preciosa que lá rebrilha: sua Imaculada Conceição!⁹⁷¹

Percebe-se nesse texto assinalado por J. Pio uma postura mais acolhedora com relação aos protestantes, convidando-os a retornar ao catolicismo. Diferente em parte da postura que vinha sendo defendida pelo jornal, muito embora se perceba uma sintonia do discurso ao enxergar o outro como trevas/heresia/erro a ser combatido. A diferença é que a intersecção da Imaculada Conceição traria a ovelha desgarrada de volta ao rebanho, postura já defendida por D. Jerônimo em 1897, quando esteve em visita pastoral a Laranjeiras.

⁹⁷⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 18, 25 de maio de 1919, p. 1.

⁹⁷¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 21, 15 de junho de 1919, p. 1.

A JESUS POR MARIA, texto assinado por Olivinha, residente na cidade de Riachão, insere-se na categoria das diversas matérias publicadas no jornal católico, defendendo a devoção a Maria. Nele, a Virgem aparece como baluarte contra todos os meios de perdição, sendo representada como: advogada, medianeira, esperança, refúgio dos aflitos e dos desamparados. Nesse aspecto, defendeu Olivinha que:

Se em todos os tempos a devoção a Maria tem sido o escudo, que subverte todo o mal e a causa de tantas graças que Nosso Senhor tem difundido sobre o mundo; hoje, mais do que nunca, devemos dilatar a nossa devoção à Virgem e pedir-lhe que nos alcance do Espírito Santo iluminar os corações dos sacerdotes para bem saberem dirigir o rebanho de Christo que Ela mesma, tendo esmagado a cabeça da serpente infernal, destrua agora os dardos malignos que se levantam contra a religião do divino Mestre. A Jesus por Maria! A Maria, pois, as nossas orações para que, protegidos por esta terna Mãe cheguemos ao seu divino filho triunfantes aos amigos da Cruz.⁹⁷²

A sintonia dessas vozes estava na defesa da entrada de Jesus nos lares pela interferência da Mãe. A historiografia sergipana tem demonstrado que a devoção ao Sagrado Coração de Jesus veio acompanhada das novas devoções marianas oriundas da Europa oitocentista.⁹⁷³ Nesse sentido, as primeiras escolas confessionais criadas na primeira metade do século XX, no Sergipe, estavam diretamente ligadas ao Sagrado Coração de Jesus e às novas devoções marianas: Imaculada Conceição; Nossa Senhora de Lourdes; Nossa Senhora das Graças.⁹⁷⁴ Deve-se ressaltar que a devoção à Maria estava diretamente ligada com as estratégias da Igreja Católica no combate aos males do mundo moderno, já que Pio IX instituiu o dogma a Imaculada Conceição em 1854, com essa intenção. Acompanhando a tendência das novas devoções, Aracaju a adotou como sua patrona. Devoções essas que auxiliaram D. José na luta contra os protestantes, conforme evidenciava-se nas matérias veiculadas no jornal da diocese. Assim como Maria havia esmagado a cabeça da serpente, destruiria também os dardos malignos que se levantavam contra o catolicismo. Além das escolas, existiam as festas marianas promovidas no mês de maio com o esplendor das Filhas de Maria, movimento leigo bastante propagado por

⁹⁷² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 23, 29 de junho de 1919, p. 3. Vale ressaltar que na cidade de Riachão havia diversos conflitos dos católicos com os protestantes por causa da construção de um templo da igreja presbiteriana. Os conflitos necessitaram da intervenção judicial.

⁹⁷³ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O eclipse de um farol*, op. cit.; ANDRADE, Péricles, op. cit.; SANTOS, Claudfranklin Monteiro, op. cit.; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Misericórdia de Olhos Azuis: as irmãs da Imaculada Conceição e os impasses da reforma devocional em Sergipe (1906-1932). In: DIAS, Raylane Andreza; SANTOS, Claudfranklin Monteiro (org.). *Temas de História e Educação Católica em Sergipe*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2020.

⁹⁷⁴ SANTOS, Magno Francisco de Jesus, op. cit. A devoção a Imaculada Conceição, padroeira de Aracaju é dogma católico definido pelo Papa Pio IX em 1854; a Nossa Senhora de Lourdes, em decorrência das narrativas de aparições nas grutas de Lourdes na França de 1858; e, a Nossa Senhora das Graças, devido a aparição a irmã da Caridade Santa Catarina de Labouré em 1830. Percebe-se que as aparições na Europa oitocentista foram disseminadas através das novas devoções no Sergipe da primeira metade do século XX, conforme pode ser observada na nomenclatura das escolas católicas.

D. José. No jornal *A Cruzada*, essas jovens/moças foram representadas como exemplo de pureza a ser seguido no vestuário e nas práticas.

Percebe-se ainda no discurso do jornal a defesa da infalibilidade papal, a liderança do bispo (o general), a relevância do padre (os soldados), e a importância do clero regular (auxiliares) naquela guerra santa. Todos esses integrantes do clero católico foram representados como integrantes do exército do bem na luta contra o mal. No tocante a representatividade do padre, foram extraídos alguns trechos do texto de Antonio Fernandes, intitulado O PADRE, por sintetizar o papel exercido por ele na sociedade: pai, amigo, mestre, pastor e médico. Diante das “angústias do doloroso momento em que atravessamos, ameaçado pelo maximalismo opressor e pelo americanismo protestantizador, as atenções da sociedade catholica devem estar voltadas para o Padre – o único Ministro de Deus, da paz e da justiça!”.⁹⁷⁵ As matérias sobre os padres são justificativas da sua relevância para a sociedade. Ora tentando desfazer as imagens negativas publicadas em outros jornais, ora mostrando exemplos positivos.

Em diversas publicações apareceram o nome dos capuchinhos, considerados auxiliares de D. José e dos párocos, através das práticas e prédicas nos dias de missões. Vale ressaltar que alguns deles chegaram a assumir paróquias. É interessante notar que os capuchinhos foram apresentados como homens de santidade, quando se trazia ao público os relatos de santos filhos de São Francisco. Um desses relatos aparece nas CARTAS DA BAHIA PARA A CRUZADA II, destacando a comemoração do centenário de São Lourenço de Brindise no convento da Piedade, por ter sido esse um espaço onde este mártir capuchinho se hospedou.⁹⁷⁶ O jornal deu visibilidade a outras matérias defendendo a santidade dos capuchinhos. Numa delas intitulada: AINDA HÁ SANTOS E MILAGRES!⁹⁷⁷ e em outras tratando dos milagres realizados por Frei Doroteu de Loreto quando estava à frente da Ilha de São Pedro. Nesse sentido, os frades capuchinhos foram diversas vezes citados nas variadas colunas: felicitação pela passagem de aniversários; registros da presença dos superiores da Ordem a visitar a diocese de Aracaju; nas missões; e necrológicos.

Outra temática bastante defendida foi a boa imprensa como veículo das ideias salvadoras, conforme se pode observar pela carta dirigida aos vigários por D. José, datada de 8 de julho de 1919.

Obedecendo a grave responsabilidade que nos assiste no pastoreio das almas, zelando pela sua preservação do contágio das más doutrinas, as quais infelizmente nos tempos que correm se difundem por todos os modos,

⁹⁷⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 28, 25 de julho de 1920, p. 2.

⁹⁷⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 34, 5 de setembro de 1920, p. 2.

⁹⁷⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 32, 22 de agosto de 1920, p. 1.

tornando-se seu principal veículo a imprensa má, que se desvia da transcendental importância de sua missão, produzindo os desastrosos efeitos da descristianização do mundo, e que não compreende a liberdade do pensamento aliada aos ditames da verdade e a firmeza dos princípios basilares que regulam a sociedade. [...] empreguem decididos esforços em extirpar de suas paróquias, especialmente dos seios de sua família e das mãos da mocidade, as publicações que ostensiva ou veladamente, saturadas de espírito de malevolência e impiedade, propagam doutrinas subversivas da ordem, da moral e da Religião, explicando a gravidade da culpa pelas más leituras que expõem ao perigo de perder a fé e desviar-se dos bons costumes.⁹⁷⁸

Por meio dessa carta, D. José chamava a atenção dos vigários para uma ação eficaz e zelosa na propaganda da boa imprensa, apelando à família sergipana, para “combatemos sob as bênçãos de Deus o bom combate em prol da causa sagrada da boa imprensa e das boas leituras que fazem a higiene da alma e são um pabulo salutar do espírito”. D. José terminou a carta salientando com pesar a existência de um órgão da imprensa de Sergipe que tem se debruçado a atacar “os dogmas sagrados, as crenças católicas, muitas vezes aos santuários dos lares, dando guarida a todas as campanhas de difamação haurida nas fontes envenenadas da mentira, do ódio sectário e de despeitos inconfessáveis”.⁹⁷⁹ Possivelmente, referia-se ao *Diário da Manhã*, já que *O Christão* ainda não estava circulando.

Era comum no jornal *A Cruzada* a presença de frases de alerta veiculadas nos intervalos das matérias. Extraíu-se somente duas delas bem representativas das temáticas abordadas. A primeira foi publicada em 2 de novembro de 1919, sinalizando que a militância do jornal estava em consonância com o discurso oficial da igreja de Roma: “O cardeal D. Joaquim Arcoverde enviou circulares ao clero de sua jurisdição recomendando tenaz propaganda contra o espiritismo e o protestantismo, principalmente o primeiro que tem servido de capa a atos indecorosos, levando tantos infelizes aos manicômios do país”. Enquanto a segunda, publicada na edição de 11 de janeiro de 1920 representa a preocupação com a leitura dos impressos: “Cuidado com os livros e folhetos protestantes ou espíritas. A Igreja, com muita razão, proíbe sob graves penas a leitura de taes escriptos”.⁹⁸⁰

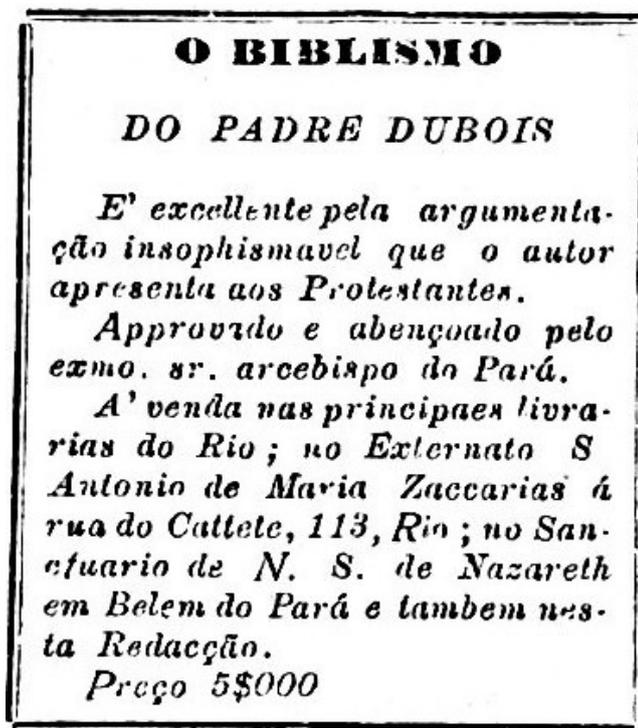
No lugar das leituras consideradas perniciosas, *A Cruzada* indicava a seus leitores títulos de variados jornais, revistas e livros adequados para a família católica por apresentarem os preceitos morais defendidos pelo catolicismo. Era comum a indicação de obras produzidas pelos sacerdotes católicos refutando as outras confissões. No exemplo abaixo a obra *O Biblismo* escrita pelo padre Dubois estava à venda na redação do jornal.

⁹⁷⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 25, 13 de julho de 1919, p. 2.

⁹⁷⁹ Ibid.

⁹⁸⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 1, 11 de janeiro de 1920, p. 1.

Figura 19 – Indicação de leitura - O Biblismo de Padre Dubois



Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 31, 19 de fevereiro de 1922.

Enquanto os jornais laicos e das outras confissões foram representados por ímpios, o jornal católico se auto representava como portador da boa imprensa.

Mais do que o púlpito, mais do que o confessionário, mais do que o ministério sacerdotal nas suas multiformes derivações – é a boa imprensa o veículo das ideias salvadoras que nos hão de repôr a sociedade deslocada dos eixos divinos, na órbita dos seus supremos destinos. Propagá-la, difundi-a, secundá-la, por todos os meios e a despeito de todos os obstáculos – eis a missão de cada católico, eis a missão de todos nós, de vós todos, leitores amigos.⁹⁸¹

Na percepção dos que editavam *A Cruzada*, a sociedade moderna estava degenerada em razão das ideias que foram propagadas pela considerada má imprensa. A solução estava em combatê-la com a disseminação da boa imprensa conforme as estratégias da Igreja de Roma, observada na fala do papa Leão XIII, reproduzida na edição de 10 de março de 1920 do jornal *A Cruzada*.

⁹⁸¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju-Sergipe, Anno I, número 1, 02 de junho de 1918, p. 1.

Figura 20 – Texto atribuído a Leão XIII

« Assim como a imprensa catholica tem por obrigação desmascarar os perfidos designios das seitas, auxiliar e favorecer a acção dos Pastores, patrocinar e promover as obras catholicas, assim tambem é dever dos fieis sustentar a boa imprensa, quer recusando ou tirando todo favor á que é má, quer concorrendo directamente, cada um na medida dos seus haveres, para a fazer viver e prosperar».

(LEÃO XIII.)

Fonte: *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 10, 14 de março de 1920.

Assim, D. José não estava a inovar, mas seguia o modelo proposto pela instituição católica que passava a usar da boa imprensa como arma principal nessa guerra da modernidade. Seguindo o padrão de outras dioceses, consagrou o primeiro do ano a boa imprensa, conforme circular de 16 de setembro de 1918, dirigida ao clero e fiéis.⁹⁸² Nesse movimento de expansão passou a circular, em 5 de janeiro de 1919, o jornal *O Pharol* da diocese de Penedo, conforme registrou *A Cruzada*, dando visibilidade ao surgimento de diversos outros impressos católicos nas variadas dioceses do Brasil.⁹⁸³ Para se ter uma ideia da relevância dada a esse modelo de imprensa havia em Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Centro da Boa Imprensa, para o qual *A Cruzada* enviou contribuição dos sergipanos em prol da criação de um jornal católico diário.

Assim, *A Cruzada*, representante da boa imprensa no Sergipe da década de 1920, se apresentava como um manual para a família católica, orientando como os pais deveriam se comportar e educar seus filhos. Havia instruções direcionadas a função de cada membro da família. Os pais e esposos deveriam ficar atentos ao comportamento das esposas e filhas, proibindo-as de usar roupas da moda, frequentar festas profanas, a exemplo do carnaval, assistir peças e filmes indecorosos. As mães não deveriam permitir que seus filhos frequentassem as

⁹⁸² BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 16, 22 de setembro de 1918, p. 1. Por diversas vezes o jornal defendeu a imprensa católica. Em 1920, na CIRCULAR N. 4 – A BÔA IMPRENSA – D. José lembrava aos vigários a coleta da Bôa Imprensa, que deverá realizar a 1º de janeiro. Destacando a necessidade de proteção com que todos devem auxiliar o Centro da Boa Imprensa, no Rio de Janeiro, o qual vai difundindo pelo país os efeitos mais salutaros. Cf. *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 43, 7 de novembro de 1920, p. 3.

⁹⁸³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 3, 9 de fevereiro de 1919, p. 3.

escolas e associações dos protestantes e espíritas. Nenhum membro da família deveria ter acesso a impressos hereges, evitando a entrada desses nos lares.

Nesse sentido, D. José, na carta pastoral dirigida as crianças de 6 de julho de 1921, mais uma vez apresentava o jornal diocesano como defensor da religião, do estado e da pátria. Por meio desse documento consagrou o mês de setembro a ser realizado a comunhão solene das crianças, destacando que o “catecismo é a sciencia da salvação”. Na percepção do bispo “*uma mocidade sem princípios religiosos, sem moral e sem fé, é uma desgraça, é o flagello da Patria!*”. Nessa carta o bispo apelava as crianças de sua diocese: “*a familia moralizada é um paraíso abençoado, onde crescem os cidadãos que hão de honrar mais tarde a Patria;*”.⁹⁸⁴ Assim, na percepção do bispo somente o bom cristão seria o bom cidadão. Razão pela qual defendeu no seu jornal a instrução religiosa, seja através do catecismo, seja nas escolas.⁹⁸⁵ Assim, o catecismo apareceu como a solução para reformar as famílias em várias outras matérias desse jornal que era o defensor do ensino religioso, apontando com frequência a relevância dos colégios diocesanos localizados em Aracaju: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dirigido pelas irmãs sacramentinas e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sob a direção dos salesianos.⁹⁸⁶

Sobre a criação dos colégios católicos no Sergipe, tendo em vista a presença dessas instituições em São Cristóvão, Propriá, Capela e Estância, o historiador Magno Francisco Santos destacou ser esta uma prática recorrente na primeira metade do século XX, especialmente na Primeira República. Salientou que os estudiosos da educação religiosa no Sergipe têm defendido que essa expansão é decorrente da preocupação do clero católico em relação à expansão do protestantismo no Brasil, citando o trabalho de Valéria Alves Melo sobre as filhas da Imaculada Conceição. Assim como a tentativa de consolidar novas estratégias de conversão de fiéis, de combate às práticas devocionais tidas como supersticiosas e difusão de novas devoções, especialmente à Virgem da Conceição e ao Sagrado Coração de Jesus. Sem excluir esses elementos, Santos defendeu ainda que não se pode pensar essa expansão dissociando-a da chegada das novas ordens religiosas no estado.

Contudo, um fator que não pode deixar de ser negligenciado é como a difusão de escolas confessionais católicas também explicita o discurso acerca de uma prática civilizatória, ou seja, de moldar o novo perfil de cidadão e de devoto. Com isso, não foi mera coincidência o fato de as escolas confessionais de Sergipe terem surgido no mesmo período da chegada de novas ordens religiosas no estado, expressando como o clero estrangeiro, que adentrou no

⁹⁸⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 7, 17 de julho de 1921, p. 1.

⁹⁸⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 44, 23 de novembro de 1919, p. 1.

⁹⁸⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 45, 30 de novembro de 1919, p. 3.

Brasil no alvorecer do século XX, tinha como incumbência a reforma devocional e civilizatória.⁹⁸⁷

As práticas das irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus na antiga capital, São Cristóvão, são reveladoras dos conflitos internos vivenciados pelos devotos do município após a exclusão das irmandades e confrarias da localidade pelos frades franciscanos oriundos da Alemanha. A paróquia do município, assim como a Vigaria Geral de Sergipe, desde 1903 estavam sob o controle dos referidos frades, responsáveis pela solicitação enviada a Arquidiocese da Bahia pedindo a intervenção nas irmandades, confrarias e ordens terceiras. A atuação dessas religiosas em Sergipe estava atrelada a presença desses frades, que estavam a auxiliar D. José na implantação da reforma devocional católica no Sergipe. A expansão das escolas católicas se deu na primeira década após a fundação da Diocese de Aracaju, demonstrando se tratar de uma estratégia do bispado no processo de reforma devocional católica, contando com as ordens religiosas recém-chegadas no Brasil, já que essas ficaram no comando das escolas. Assim, as escolas estavam imersas nas estratégias de reformar as práticas religiosas por meio de um processo civilizatório regido por religiosos europeus.⁹⁸⁸

Concorda-se com Santos, embora deva-se acrescentar que o papel das ordens era ainda mais relevante, se pensada a partir da atuação dos franciscanos alemães e capuchinhos italianos nas visitas pastorais, desempenhando diversas funções no bispado, conforme foi demonstrado no capítulo anterior. Não se pode pensar a complexidade do período somente na perspectiva da reforma devocional, nem tão pouco somente por conta da expansão protestante, apesar de que ambas faziam parte das preocupações do clero ultramontano no Brasil, associado ainda à questão de outras instituições, a exemplo do espiritismo, bem como da maçonaria. Como foi demonstrado trata-se de um momento extremamente complexo de formação de identidades do brasileiro que não pode ser compreendido sem a reflexão de que as mudanças na sociedade e no próprio discurso da Igreja Católica estavam diretamente ligadas ao processo de laicização, oriundo da modernidade, que o Brasil estava a vivenciar, gradativamente, desde 1808, quando a Inglaterra passou a interferir na conduta da Coroa lusitana na colônia/Brasil.

Nesse sentido, *A Cruzada* parece ter metaforizado o processo de laicização da sociedade brasileira na figura animalesca do polvo. Assim, no discurso apresentado no jornal difusor do pensamento de D. José o corpo do polvo, responsável pela sustentabilidade de todos os tentáculos deveria ser combatido pelos bons católicos. Em outras palavras, a má imprensa era a responsável pela disseminação de todos os males, portanto era preciso combatê-la com a boa

⁹⁸⁷ SANTOS, Magno Francisco de Jesus, op. cit., p. 136.

⁹⁸⁸ Ibid., p.133-135.

imprensa. A comprovação dessa hipótese fica evidente nas diversas matérias veiculadas sobre a temática. Sendo que, ficou ainda mais perceptível na matéria intitulada A MÁ IMPRENSA, por meio da qual o jornal questionava a seus leitores: quem arrancou do coração a religião na qual muitos nasceram? Quem passou a enxergar os sacerdotes como inimigos? Na percepção do jornal a culpa de todos os males modernos estava na “má imprensa”.⁹⁸⁹ Foi por meio dela que se transmitiu as ideias do protestantismo, da maçonaria, do espiritismo, do positivismo, do liberalismo e de tudo aquilo que a Igreja Católica estava a considerar como males da modernidade. Percebendo ser impossível acabar com os impressos, os dirigentes dessa instituição resolveram usar da mesma estratégia adotando o nome da boa imprensa.

A relação dos protestantes com a imprensa remonta aos tempos dos reformadores. A distribuição das bíblias e outros impressos se dá antes mesmo da construção dos templos e das escolas. Nesse sentido, a experiência dos missionários norte-americanos com os jornais levou Simonton a organizar o *Imprensa Evangélica* no ano de 1864. Os missionários, homens de letras, estavam cientes da relevância do jornal como veículo de comunicação para além do púlpito, abrangendo assim um público maior, muitos deles impossibilitados de ouvir a pregação do pastor no templo. Por esta razão, os missionários norte-americanos incentivavam a leitura do *Imprensa Evangélica*, passando a ter uma circulação nas localidades de abrangência presbiteriana. No caso de Sergipe, coube a um pastor nacional a criação do jornal *O Christão*, em 1919.

Para o jornal diocesano, *O Christão* era herege, porcalhão e pasquim. Na tipologia da imprensa o modelo pasquim é um tipo de “jornal de sátira ou panfleto difamador [...]”.⁹⁹⁰ Nas diversas vezes que tratou do protestantismo usou das seguintes palavras para adjetivar os adeptos dessa religião: corifeus, biblistas, hereges, mixordenses, sectários, bonifrates da bíblia, pagodeiros do presbiterianismo, palhaços, anjo papudo, tipos de rua, vendedor ambulante de bíblias avariadas, biblieiros, mascates, marrecos, minhocas de inverno, bodes, biblistas, elefantes louros, yankees, pregador ao ar livre, *meetingueiro* religioso, atacador do catolicismo e frei Capuco. Elas foram usadas em diversas matérias do jornal diocesano para representar os protestantes, em especial, os presbiterianos. Em todas as situações o objetivo era sempre o mesmo, deslegitimar o protestantismo através da crítica a seus disseminadores.

A necessidade de *A Cruzada* combater o outro forneceu pistas sobre a presença dos protestantes em diversos espaços do Sergipe. A matéria intitulada MOUROS NA COSTA,

⁹⁸⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 15, 11 de setembro de 1921, p. 1.

⁹⁹⁰ MARTINS, Ana Luiza. Impressa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2015, p. 62.

extraída do periódico *O Mez*, veiculado em Propriá, criticava a presença dos protestantes naquela localidade. Narrava que um certo padreiro, acompanhado de um ajudante de palhaço, subiu num “tamborete e verborragiou asneiras a torto e a direito”, alertando a necessidade de “repelir estes lobos perigosos”. Nesse sentido, o alerta contra os pastores estendia-se a toda a diocese através da veiculação daquela matéria no jornal diocesano.

Alerta católicos de Propriá! Esses pastores protestantes são piratas que vivem assaltando, são falsos profetas que pregam e propalam perigosas heresias, são lobos devoradores que querem sangrar as incautas ovelhas do aprisco do Senhor, são os inimigos que a sopaca vêm semeando o joio da discórdia, da descrença, da mentira, da calúnia. (extraído do “O Mez” de Propriá).⁹⁹¹

Como pode ser observado pela diversidade de relatos publicados nos jornais, havia uma representatividade presbiteriana em Laranjeiras, Itabaiana, Aracaju, Estância, Riachão, Lagarto, Simão Dias e outras localidades do estado de Sergipe da década de 1920. Percebe-se a sua presença no Cotinguiba, nas matas de Itabaiana, no litoral e parte sul do estado. Entretanto, não fora identificada, nem nas fontes e nem na bibliografia, a organização de igrejas e congregações nos sertões sergipanos. Parece corroborar essa ausência, o silêncio dos jornais tanto presbiteriano quanto católico. Nesse sentido, *A Cruzada* de 25 de janeiro daquele ano, publicou uma correspondência, reforçando indícios da não presença dos protestantes. A matéria intitulada ATRAVÉS DOS SERTÕES descrevia a realização de um retiro espiritual e as práticas do pároco da localidade, no tocante à difusão do jornal católico destacando que: “Não há aqui adeptos de seitas condenadas pela Santa Igreja”.⁹⁹² Ausência que não significa dizer que os pastores lá não estiveram pregando como o fizeram em Propriá.

Entretanto, o jornal confessional não serve apenas para combater os outros credos, nem somente para defender a sua religião dos males da modernidade. Trata-se de um veículo de comunicação, portanto também informava a seus leitores, veiculando notícias internacionais, nacionais e do cotidiano sergipano. Nesse caso, pode-se identificar a pandemia da gripe espanhola, diversas vezes tratada no jornal *A Cruzada*. Pela nota abaixo se observam semelhanças nas medidas adotadas na atualidade, visando conter a disseminação do vírus do Covid 19, que está a assolar o mundo, à semelhança da gripe espanhola.

SEMINARIO EPISCOPAL – Por “apelo” do Presidente do Estado “mandando encerrar as aulas de todos os estabelecimentos de instrução para evitar o contágio da “influenza espanhola”, o bispo determinou que fossem antecipados todos os exames de nosso seminário. O colégio Lourdes e Salesiano e todas as casas de instrução da capital fizeram o mesmo. No dia 2

⁹⁹¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 17, 25 de setembro de 1921, p. 2. Em outra matéria intitulada QUE MARRECOS!, mencionava a presença de alguns protestantes na cidade de Propriá.

⁹⁹² BPED/Projeto *Nuntium e Clio* – *A Cruzada*, Aracaju, ano III, n. 3, 25 de janeiro de 1920, p. 2.

deixou de propalar a procissão ao campo santo como medida para evitar propagação da epidemia.⁹⁹³

D. José se apresentou disposto a ajudar os poderes civis, cedendo o edifício diocesano, Instituto Bento XV. Ali foi instalado um depósito de remédios no combate à doença. Foram citados 160 casos e duas vítimas em Boquim e mais de 200 infectados em Vila Nova, somada a relatos de outras vítimas. Em outras edições destacou que a pandemia em quase todo Sergipe levou o Governo a prestar auxílio aos atacados; os donos das fábricas (Thales Ferraz e Sabino Ribeiro) a cuidarem dos trabalhadores infectados; e o clero a cuidar dos doentes, ressaltando que nas imediações do colégio Salesiano, os filhos de D. Bosco cuidavam dos infectados. Além do fechamento do seminário e dos colégios, os cinemas da capital também fecharam, as fábricas de tecidos pararam, as festas religiosas foram evitadas e até o tipógrafo do jornal *A Cruzada* foi acometido, impedindo a circulação da folha por uma semana. Em razão da pandemia, D. José elaborou um mandamento diocesano, descrevendo a situação calamitosa por conta da gripe espanhola, mandando as famílias colocarem nas portas de seus lares a inscrição indulgenciada: Sagrado Coração de Jesus rogai por nós.⁹⁹⁴

Mas deve-se ressaltar que as notícias cotidianas não tomavam muito espaço do jornal que objetivava evangelizar e combater o mal conforme as diretrizes do catolicismo ultramontano. Portanto, depois de apresentar o outro a partir do jornal católico é preciso ouvir as vozes dos presbiterianos através da análise do jornal *O Christão*. Dessa vez, objetivando compreender como os católicos foram representados pelos presbiterianos no periódico que tinha na pessoa do pastor Rodolpho Fernandes sua maior representatividade.

5.3 Os católicos representados no jornal *O Christão*

Na segunda-feira, 4 de agosto de 1919, os presbiterianos de Aracaju comemoravam a inauguração do templo construído na rua de Laranjeiras. Evento propício para apresentar o primeiro jornal da denominação impresso no Sergipe, *O Christão*, organizado pelo pastor Rodolpho Fernandes no contexto dos debates com os redatores do jornal *A Cruzada*.⁹⁹⁵ Sobre essa questão o pastor do campo de Estância, Augusto Dourado, deixou sua versão.

⁹⁹³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 22, 3 de novembro de 1918, p. 3.

⁹⁹⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano I, n. 23 (17 de novembro de 1918, p. 1) e n. 24 (24 de novembro de 1918, p. 3). Na coluna PARA A ETERNIDADE de algumas edições do ano de 1918, especificava-se algumas das vítimas da epidemia da gripe espanhola no Sergipe. Dentre elas: Clara Rodrigues da Lomba; o juiz municipal, Plutarco Jaguaripe; Alice Andrade Amaro, e outras. O bispo achou prudente não realizar o tríduo eucarístico nos lugares afetados pela influenza espanhola.

⁹⁹⁵ Na versão apresentada pelo jornal, a pedra fundamental foi colocada no dia 4 de agosto de 1915, mas a solenidade de inauguração se deu em 4 de agosto de 1919, data escolhida para circular *O Christão*.

Era difícil compreender que redundasse em bençã a perseguição infrene que experimentaram os protestantes nesta cidade dos fanáticos catholicos romanos, insuflados pelos frades, por ocasião da *santa missão*. Agora, porém, tudo está claro – a victoria é nossa. E outra não podia ter sido a conclusão. Assim foi que, devido a esta descabida perseguição, tornou-se necessário, ao Rev. Rodolpho, principalmente, demonstrar à luz dos factos, da história e da Escripura: os erros, as heresias e a vida escandalosa destes pretenciosos vigários de Christo. E, nesta apologia das sacrossantas doutrinas – nasce o “O Christão” [...].⁹⁹⁶

Por esta versão os desentendimentos dos capuchinhos com os presbiterianos naquela missão de Estância teria sido o estopim para o surgimento daquele jornal, já que o pastor Rodolpho Fernandes passou a debater com *A Cruzada* em razão deles. Como se pôde observar, outras missões foram motivadoras de conflitos com os presbiterianos no Sergipe, em razão desses religiosos se dedicarem a combater os protestantes como uma das suas estratégias de expansão da cristandade. Mais à diante, tratar-se-á das representatividades da missão capuchinha para ambos, porém antes, buscar-se-á compreender o lugar de fala dos presbiterianos e como eles enxergavam as práticas dos católicos.

Apesar de ter vindo a lume um ano depois, pode-se dizer que *O Christão*, em circulação de 4 de agosto de 1919 a 1927, é contemporâneo da primeira fase do jornal *A Cruzada* (1918-1926), quando os sergipanos puderam acompanhar as versões de católicos e presbiterianos sobre o que estava em debate no Brasil. Portanto, a análise desses periódicos nos possibilitou adentrar no Sergipe das primeiras décadas republicanas, identificando por meio das práticas e representações desses grupos religiosos os dois projetos de nação pensados para o Brasil. Ao identificar como *A Cruzada* representou os protestantes, percebe-se o tipo ideal de sociedade que os católicos ultramontanos desejavam para o Brasil. Nesse caso, foi utilizada a mesma metodologia para analisar *O Christão*, sendo que dessa vez foram ouvidas as vozes presbiterianas, objetivando perceber o tipo ideal de Brasil desejado por eles, a partir da maneira como eles representavam a si e aos católicos, em especial, a missão dos capuchinhos. Portanto, será apresentada a trajetória desse jornal, apontando as permanências e as mudanças, revelando seus sujeitos e suas práticas, as redes de sociabilidades e seus conflitos.

O Christão, em circulação por quase oito anos, permaneceu com o mesmo dístico: “Ide e pregae o Evangelho a toda a criatura – Jesus”. Até 20 de março de 1927, foram publicadas 140 edições, podendo ser compreendido em três momentos: da primeira edição, a 26 de fevereiro de 1920, se apresentava como órgão da igreja presbiteriana de Aracaju, tendo como redator apenas o pastor Rodolpho Fernandes; em março de 1920, passou a órgão oficial do

⁹⁹⁶ BPED/Projeto *Nuntium e Clío – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 5, 8 de outubro de 1919, p. 3.

Presbitério de Bahia Sergipe, permanecendo até janeiro de 1926, sendo que nessa fase o pastor Rodolpho Fernandes passou a contar na redação com o auxílio do pastor responsável pela igreja presbiteriana da Bahia; de 1926 a 1927, sem a participação de seu redator/organizador, apresentava-se como boletim da Igreja Presbiteriana de Aracaju, sob a liderança dos redatores, reverendo Celso Lopes Pereira e Pedro Machado, sendo distribuído de forma gratuita e publicado eventualmente.

No final do ano de 1925 o Presbitério Bahia e Sergipe suspendeu os serviços do jornal, saindo de cena, definitivamente, daquele órgão o pastor Rodolpho Fernandes. Nesse momento *O Christão* perdia o apoio do presbitério e de seu idealizador, passando no ano seguinte a ser publicado como boletim da Igreja Presbiteriana de Aracaju conforme se observa na edição de 4 de agosto de 1926 de número 138.

Deante dessas e de outras manifestações, vindas até de fora da nossa Igreja, e tendo em vista a necessidade da propaganda evangélica, porque a imprensa é hoje justamente chamada *o quarto poder*, a Sessão da Igreja Presbiteriana de Aracajú resolveu continuar a publicá-lo como seu boletim oficial, para distribuição gratuita, ainda que eventualmente.⁹⁹⁷

Percebe-se nessa fala a importância dada ao impresso pelos presbiterianos de Sergipe e de outros estados, no desejo de manter em circulação o jornal. Ainda nessa matéria alertava para a importância das doações, agradecendo a oferta de 3\$000 recebida da irmã Rosalia, por intermédio do reverendo Sebastião Gomes. Da nova fase, foram encontradas três edições sequenciais de números 138, 139 e 140, veiculadas de 4 de agosto de 1926 a 20 de março de 1927. A primeira corresponde ao início da fase boletim, não sabendo se houve publicações posteriores a terceira.

Apesar de serem identificadas algumas mudanças no jornal, principalmente, após ter passado a órgão do presbitério, noticiando acontecimentos de outros estados com mais frequência, é possível compreendê-lo em duas fases distintas: antes e depois de Rodolpho Fernandes. Foi a sua retirada que provocou uma ruptura, passando o jornal de representante do presbitério, veiculado quinzenalmente e sem interrupções, a boletim da igreja presbiteriana de Aracaju, distribuído gratuitamente e com veiculação espaçada numa média trimestral. Por esta razão, a análise foi delimitada na primeira fase (1919-1925), quando a disputa de Rodolpho Fernandes com *A Cruzada* era perceptível e o jornal apontava ser um veículo importante não somente para a Igreja Presbiteriana de Aracaju, mas para todo o Presbitério Bahia e Sergipe.

⁹⁹⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano VIII, n. 138, 4 de agosto de 1926, p. 1. Nessa segunda fase salienta que a redação se encontra na rua de Laranjeiras, nº 198 e as oficinas na dependência da Igreja Presbiteriana, destacando que: “remeteremos este jornal gratuitamente a qualquer pessoa que nol-o pedir”.

A razão para a suspensão do jornal tem relação com desentendimentos do pastor com parte dos membros da Igreja Presbiteriana de Aracaju. Nesse sentido o jornal publicou que: “Afim de constituírem uma igreja que foi aqui organizada, fora do Presbyterianismo, no dia 4 de Abril último, pelo ex-pastor presbyteriano sr. Rodolpho Fernandes, pediram eliminação da Igreja Presbyteriana de Aracaju 34 membros, sendo 29 senhoras e 5 homens.”⁹⁹⁸ Por esta nota publicada na fase do boletim *O Christão*, de 4 de agosto de 1926, percebe-se que o pastor Rodolpho Fernandes saiu do jornal em razão do seu rompimento com o presbitério, dos quais não foram revelados os motivos. A nota sinaliza conflitos internos que levaram o pastor a organizar outra igreja protestante na capital com os primeiros membros migrados da Igreja Presbiteriana de Aracaju. Fase da qual não será analisada por fugir dos objetivos desse trabalho, podendo ser destacado o protagonismo desse pastor na imprensa evangélica das décadas seguintes, inclusive com a organização de outros jornais. Retorna-se à fase de 1919 a 1925, quando suas práticas estavam voltadas à Igreja Presbiteriana de Aracaju e ao jornal *O Christão*.

O pastor Rodolpho Fernandes, na primeira edição desse jornal, por meio da matéria intitulada “O CHRISTÃO” e a nossa bandeira, destacou ser urgente que esse periódico “difundisse mais fartamente entre o povo, especialmente entre as populações ruraes, o conhecimento das santificadoras doutrinas dos Evangelhos inteiramente livres de preconceitos”.⁹⁹⁹ Ressaltando a força da palavra impressa para evangelizar em todos os lugares e a qualquer hora, sem a necessidade da presença física do pregador no púlpito.

De facto, cremos na poderosíssima influencia fallada; mas sabemos que, por mais eloquente e eletrisante que ella seja, nunca conseguiria ir muito longe. A auditórios pequenos, relativamente falando, é ella dirigida, sendo [...] que nem sempre todos os nossos ouvintes estão em condições de bem ouvi-la e bem compreende-la. Já não acontece a mesma cousa com a palavra escripta, que pode ser lida e relida, que pode ser passada no cadinho da analyse e da critica ponderada, até que se torne suficiente claros ao nosso espírito os pensamentos de que é ella o natural veículo.¹⁰⁰⁰

Nesse sentido, passou a apresentar as vantagens daquele jornal: a palavra escrita continua influenciando mesmo após a morte daqueles que as escreveram; chega aos enfermos, que nunca podem ouvir um sermão; aos que se acham nos presídios, onde quase nunca se podem fazer ouvir a voz do missionário; aos que estão sempre viajando, sem tempo para ouvir a pregação no culto. Em síntese defendeu que: “a todos esses, o jornal cristão, como um bom amigo e conselheiro, visita de quando em quando, levando-lhes o indispensável conhecimentos

⁹⁹⁸ Ibid., p. 3.

⁹⁹⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 1, 4 de agosto de 1919, p. 1.

¹⁰⁰⁰ Ibid.

de fatos interessantes e ministrando-lhes o necessário contexto nos momentos de angústia e desalento”.¹⁰⁰¹ Essas razões são significativas se pensadas a partir da relevância do jornal nas primeiras décadas do século XX, quando o acesso à informação, na maioria das vezes, se dava por meio dele. A inexistência de rádios difusoras¹⁰⁰² no Brasil até a década de 1930, quando a televisão e o computador nem tinham sido criados, faziam do jornal um meio de comunicação e de poder tão relevante, que as instituições religiosas passaram a utilizá-lo não apenas para evangelizar. Nesse sentido, percebe-se que tanto os católicos quanto os presbiterianos tinham a mesma percepção da força da palavra impressa.

Ainda declarou Rodolpho Fernandes ser o título do jornal revelador da natureza de sua missão. Ressaltando que não pretendia fazer proselitismo, mas dar a seus leitores a oportunidade de pensar livremente, por si mesmos, na vida espiritual, procurando resolver, juntamente com eles, os graves problemas que enfrentavam no seu cotidiano. Assim, *O Christão* se apresentava como defensor da bandeira da paz, do amor e da concórdia, pretencioso a tratar de duas questões concernentes às famílias e a nação – religião e moral – já que era portador da mesma religião cristã, porém escoimada dos perniciosos acessórios da Igreja de Roma. Em outras palavras se apresentavam como os verdadeiros cristãos.

Nessa edição primeira, o jornal por meio da matéria assinada pelo colaborador de Maceió J. Marinho, intitulada *Ainda há Remedio*, apresentou os pontos considerados prejudiciais ao Brasil que, na sua percepção, deveriam ser combatidos com a leitura da Bíblia, remédio para acabar com as trevas da ignorância: a educação religiosa católica; o obscurantismo religioso; as superstições; o fanatismo; os embustes das narrativas dos santos/as; a incredulidade diante dos erros do catolicismo.¹⁰⁰³ Discurso semelhante ao apresentado pelo jornal *Imprensa Evangélica*, demonstrando o alinhamento de Rodolpho Fernandes com o pensamento dos reverendos norte-americanos.

Ainda nessa edição, por meio da matéria *Em torno de uma notícia*, o colaborador Sandoque Mendes criticou *A Cruzada* por ter veiculado, na edição de 25 de maio de 1919, a nota induzindo os católicos a não assinarem *O Christão*, acusando-o de heresia, antes mesmo de conhecer a sua bandeira. Passou a criticar tanto os padres quanto os frades por terem manchado a igreja com suas fogueiras da inquisição.¹⁰⁰⁴ Por esta matéria já nascia a combater

¹⁰⁰¹ Ibid.

¹⁰⁰² No caso de Sergipe, o decreto autorizando a rádio difusora é de 1939, mas na prática começou a funcionar a partir de 1940. Mais informações sobre a Era do rádio ver: MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Ao pé do ouvido: Sergipe, o Estado Novo e a Criação da Rádio Aperipê*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2014.

¹⁰⁰³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 1, 4 de agosto de 1919, p. 1.

¹⁰⁰⁴ Ibid.

as críticas do jornal diocesano conforme temeram seus redatores. Para saciar a curiosidade dos leitores será apresentada a primeira página de sua edição de abertura veiculada em 4 de agosto de 1919.

Figura 21 – Primeiro jornal evangélico de Sergipe: *O Christão* (4 de agosto de 1919)

ARACAJU 4 DE AGOSTO DE 1919 SERGIPE

O CHRISTÃO

Orgão da Igreja Evangelica de Aracaju
"Ide e pregae o Evangelho a toda a creatura"

NUMERO 1	Redactor—RODOLPHO FERNANDES	COLLABORADORES—DIVERSOS	ANNO I
----------	-----------------------------	-------------------------	--------

"O CHRISTÃO" e a nossa bandeira

No oportuno cenário do jornalismo sergipiano e no do evangelho, no horizontal — surge hoje "O Christão", o Organ da Igreja Evangelica desta cidade.

Com o aparelhamento deste modesto organ de publicidade, realçamos uma das mais ridentes aspirações da familia evangelica desta capital e fizeo de algum modo — satisfeita nossa consciencia politica — necessidades de trabalho de evangelisação e de propaganda.

Em face da importância, cada vez mais pronunciada, que tem tomado ultimamente, na vastos limites do Presbyterio de Bahia e Sergipe, a sentença da de Nosso Senhor, em de urgente e imperiosa necessidade a fundação de um periodico que, registando esse suscitado movimento, difundisse mais largamente entre as populações rurais, o conhecimento das santificadas doutrinas dos Evangelhos, juntamente com as doutrinas de preceitos para a consecução da alta ideal, já não se estava a criação do "Christão" e a publicação verbal deste periódico, muito embora se tenham esses meios e a importância na gloriosa e conquista de almas para Christo.

De facto, cremos na poderosa influencia da palavra falada, nos batemos que, por mais eloquente e eloquente que ella seja, a sua consequência não é imediata. A auditoria pequena, relativamente falando, e ella dirigida, sendo, intelligentemente, certo que não sempre todos os nossos ouvintes estão em condições de bem ouvir e de bem comprehender, e de não acceitarem a mesma coisa com a palavra escrita, que pode ser lida e revista, que pode ser passada no cuidado da análise e da critica ponderada, até que se tornem sufficientemente claros no nosso espirito os pensamentos de que ella o natural vehiculo.

Além disso, sabemos que a palavra impressa permanece e continua a exercer a sua influencia, apesar de já não existirem, ha muitos annos, a quele que a escreveram. E dahi o conceito, tantas vezes emitido, que os meios de comunicação nos governam no grau em que o bem ou do mal, consente a natureza dos seus escriptos e o estado do nosso gosto e intelligencia.

Logo a todos sabem, tem ainda a palavra impressa a vantagem de chegar aquelles a quem não pode alcançar a palavra falada: os surdos, os que se acham nos pedregais, onde quasi nunca se pode fazer ouvir a voz do orfão; os que, em vez de qualquer outro estado do Senhor; os que, em fim, não sempre viajando, tem

Quem tudo fez

*Esse que do luzentes astros todo encheu
O desoladoante azul do p'leiro firmamento;
Que os céus, a terra e os mares encheu de vida—
Divino e rege com poder e sabio intento;*

*Esse que illuminau, aut'ora, o pensamento
Dos santos patriarchas, e dos prophetas deus
A recta via do illustre movimento
Do Salvador do mundo—o Christo filho seu;*

*Esse que o ouvido a quem tanto se ventou,
A quem com todo o ardo e sagrado amor sincero
E entregue a minha vida, os livres dias meus;*

*Esse infinito Ser, enfim, omnipotente—
—Assombro dos incrédulos e dos deuses crente—
E' o que tudo criou e fez do Nada: E' DEUS.*

Rodolpho Fernandes

Ainda ha Remedio

Em nosso país, na época que ora atravessamos, poucas pessoas de cultivo intellectuel, comparativamente falando, se interessam pelos assumptos religiosos.

Os grandes problemas internacionais estão absorvendo as energias de quasi todos os espiritos. Os interesses comerciais e industriaes e por das difficuldades sempre presenteadas, viciam a consciencia humana e preocupam o pensamento humano que quasi não lhe deixam tempo para oferecerem oportunidade para estudos de boa leitura e de vida futura.

Ucha a diferença com que muitos tratam a religião. Parece que uma atmosphera muito densa envolve a humanidade e ameaça a neutralidade nos laços terrestres de nossa feitura humana e patologica.

Alargamos, porém, que este estado de coisas tem sua origem na educação religiosa que ha quatro seculos vem recebendo o povo brasileiro. Um christianismo limitado, no ensino parameos humanos, ha cahido no descredito da nossa cultura, tanto e tão graves tem sido os erros theoreticos e praticos commettidos pelos guias religiosos. Desparates na doutrina e degração na pratica tem produzido os amargos frutos de grotescos superstitios e de perniciosos fanatismos.

Entretanto, não é irremediavel. Ainda o povo pode salvar-se da situação de descrença a que tem sido arrastado. O verdadeiro christianismo pode ser restabelecido e o credito da religião pode voltar a occupar o seu antigo lugar.

A ignorancia do conteúdo da Sagrada Escritura e os embustes das narrativas de vidas de santos multiplicidade de santos e santas, cultos pagãos ou de menos são celebrados com postos milagrosos extenuação, arrastando o povo credito ao mais lamentavel obscurantismo religioso.

Na falta de luz da revelação divina tem dado lugar a doutrinas e praticas extravagantes, contrarias algumas a razão e a boa senso christico, doutrinas e praticas que

Fonte: *O Christão*, Aracaju, ano I, n. 1, 4 de agosto de 1919.

A notícia do aparecimento desse jornal meses antes demonstra que o pastor assim como o bispo precisou de tempo para formar uma rede de apoio que lhe permitisse a compra dos equipamentos necessários para o funcionamento de uma oficina. A princípio a impressão do jornal *O Christão* se dava nas dependências do templo presbiteriano da capital, localizado a rua Laranjeiras, depois passou a ter suas oficinas na rua Propriá, voltando às dependências da igreja na fase boletim. O pastor deixou evidente que parte dos equipamentos tipográficos e a máquina rotativa foram compradas da tipografia desativada de Apulcro Mota, proprietário do *Diário da Manhã*, suspenso por um período.

O Christão possuía um formato pequeno, de quatro páginas, veiculado na segunda e na última quarta-feira de cada mês. Esse jornal presbiteriano poderia ser lido por qualquer pessoa pela aquisição da assinatura anual custando 3\$000, com exceção das duas primeiras edições, disponibilizadas a compra avulsa por \$100. A restrição da assinatura anual pode ter sido uma estratégia para arrecadar recursos que permitisse arcar com os custos dos equipamentos adquiridos pelo pastor. Portanto, sem a possibilidade da compra avulsa os interessados nos debates realizados com os redatores do jornal diocesano foram persuadidos a assinar o jornal presbiteriano. Do contrário teriam duas possibilidades de acompanhar as querelas religiosas: por meio da oralidade e do empréstimo daquele jornal.

Nos primeiros seis meses se apresentava como órgão oficial da Igreja evangélica de Aracaju, passando ao Presbitério de Bahia Sergipe na edição de 10 de março de 1920, depois de acatada a proposta lançada pelo organizador na reunião de fevereiro daquele ano.

Figura 22 – O Christão: órgão oficial do Presbitério de Bahia e Sergipe



Fonte: O Christão, Aracaju, ano I, n. 15, 10 de março de 1920, p. 1.

Pelas atas é possível identificar o campo desse presbitério, bem como seus pastores: a Igreja da Bahia (Galdino Moreira); Cachoeira e suas congregações (Augusto Dourado); Campo de Canavieiras (Antonio Elias); Campo de Estância (Antonio dos Santos); Igreja de Aracaju (Rodolpho Fernandes); Campo Norte de Minas (Estevam de Araújo); Canal, Lapão, Gameleira

e Cafarnahum (Manoel Antonio da Silva).¹⁰⁰⁵ Os referidos pastores incentivaram a aquisição de assinaturas e doações, auxiliando a pagar a máquina rotativa e outros equipamentos necessários para fazer o jornal circular. Nessa fase, Rodolpho Fernandes passou a contar na redação com Galdino Moreira, pastor da igreja presbiteriana da Bahia, e com diversos colaboradores, dentre eles, Augusto Leite, assumindo a função de tesoureiro gerente.

O Christão parece ter sido o primeiro jornal de bandeira evangélica a ser veiculado no estado de Sergipe. Esse órgão, a princípio, criado para rebater a crítica dos redatores de *A Cruzada* parece ter ganhado o gosto do público da denominação presbiteriana nos estados de Sergipe e da Bahia. De acordo com as informações relatadas no próprio jornal observa-se que os assinantes não se limitavam aos membros daquele presbitério, contando com os batistas, que também escreviam para o jornal. Contrariando as proibições publicadas pelo jornal diocesano, *O Christão* chegou a declarar que possuía assinantes católicos. É provável que tanto os redatores/colaboradores quanto o bispo tivessem sido leitores assíduos daquele periódico presbiteriano, já que suas publicações motivaram parte das matérias veiculadas no jornal diocesano. Assim, o jornal adquiriu maquinário mais moderno, que possibilitava atender nova demanda de assinantes com maior qualidade de impressão, passando a ter sua oficina localizada na rua Propriá.

Rodolpho Fernandes não foi o único pastor a organizar jornal para debater com os representantes católicos. Nesse aspecto, destacou Lyndon de Araújo Santos que os impressos evangélicos do período republicano surgiram da iniciativa das denominações, das organizações e de intelectuais ligados ao protestantismo. As editoras, livrarias, sociedades bíblicas, jornais e revistas formaram um *corpus* documental relevante para a compreensão das várias faces do pensamento e das ações dos protestantes no Brasil. Das publicações evangélicas veiculadas no transcorrer de 1864 a 1940, observa-se a concentração de títulos no Rio de Janeiro (10), seguida por São Paulo (3), Minas Gerais e Pernambuco (1). A expansão do consumo de literatura religiosa/evangélica sinaliza a existência de um mercado consumidor propício para esses produtos. Na percepção do autor, “os sentidos do ser evangélico foram impressos em meio ao contexto de contestações e conflitos com os periódicos católicos e ante as necessidades de conquistar maior espaço social, político e religioso.”¹⁰⁰⁶

Compartilha-se da ideia defendida por Santos, ressaltando apenas o fato de *O Christão* em questão não constar na referida relação das publicações evangélicas. Pela relevância desse jornal para o Presbitério de Bahia e Sergipe é possível que existam outros impressos evangélicos

¹⁰⁰⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 14, 26 de fevereiro de 1920, p. 2.

¹⁰⁰⁶ SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado*, op. cit., p. 176 a 184.

no anonimato, tornando ainda maior a cultura impressa confessional da primeira metade do século XX. *O Christão* deixou pistas de sua circularidade para além das fronteiras dos estados de seu presbitério, conforme pode ser observado na nota publicada na edição de 9 de junho 1920, referente a atualização do endereço para postagens fornecido pelo reverendo Kolb.

Figura 23 – Nota relatando a mudança de endereço do reverendo Kolb

REV. J. B. KOLB

Escreve-nos este dedicado servo de Deus comunicando-nos que mudou a sua residencia de Guara-puava para Ponte Grossa, Paraná, onde espera d'ora em diante a sua correspondencia.

Gratos pela communicação, desejamos que o distincto irmão seja muito feliz na sua nova residencia.

Fonte: *O Christão*, Aracaju, ano I, n. 21, 9 de junho de 1920, p. 2.

Assim como foi remetido para Kolb no estado do Paraná, é provável que tivesse chegado ao conhecimento dos reverendos dos outros presbitérios. Feitas algumas observações a respeito das características e circularidades dessa folha, passa-se a analisar seu conteúdo.

Diferente da maioria dos jornais a última página não fora dedicada aos anúncios, a exceção das quatro primeiras edições. Entretanto, o jornal não perdeu a sua funcionalidade de anunciante, passando a veicular, no intervalo das matérias, dois ou três pequenos anúncios dos serviços prestados na capital por modistas, costureiras, advogados, bem como a recomendação da literatura evangélica. Estratégia que tanto pode sinalizar a pouca procura de anunciantes pelo jornal evangélico, como o interesse do pastor em aproveitar o espaço do jornal que era quinzenal para apresentar as suas práticas ao passo que deslegitimava as do outro.

Figura 24 – Anúncios veiculados na quarta página do jornal *O Christão*.

NÃO É RECLAME, MAS É A VERDADE

Se V. Excia. dejesa fazer suas compras em artigos Chapéus de Sol e obter grandes vantagens em preços, é só procurar a nossa fabrica, á Avenida B. Rio Branco, onde encontrará um grande e variado stock. A sua escolha. Tendas para coberturas; sedas pretas e de cores, tafetá, tafetalia, fantasias e auctua.

Garante-se:

bõa confecção, seriedade e prestezas nas encomendas. Uma Visita á nossa fabrica é o quanto basta.

Ligeiros concertos gratis.

Fernandes & Compia.

ARACAJÚ.

PREÇOS DE OCCASÃO

Sortimento de fazendas da

“Pernambucana”

vende-se,

a retalho,

na casa

“Ideal”,

Á RUA DE ITAPORANGA, ESQUINA COM A DE ARAUÁ

Escritorio de Comissões e

Despachos

Av. Barão do Rio Branco n. 16

Caixa Postal n. 15

Endereço telegr. ‘Fontimão’ ARACAJÚ

COMPREM

AS

ROUPETAS

DA

Manufactura Curvello

Avenida Rio Branco

ARACAJÚ



PAZ E ECONOMIA

MANIFESTO AO DISTINCTO POVO SERGIPIANO

A CONHECÇÃO

CASA LEAL

NÃO POUFANDO ESFORÇOS NÃO MEDINDO DESVANTAGENS, TEM O PRAZER DE OFFERECER AO DISTINCTO PÚBLICO O MAIS EXPLENDIDO SORTIMENTO DE FAZENDAS FINAS E MODAS. RIQUESSIMO STOCK DE FANTASIAS PARA CONFECCÃO DE TRAJES FEMININOS! ULTIMA PALAVRA DA MODA... CUSTOSO SORTIMENTO DE RENDAS, BORDADOS, FITAS, GUARNIÇÕES, ETC.

ARTIGOS PARA HOMENS! NOVIDADES DA ÉPOCA! Gravatas, lenços, chapéus, perfumarias dos mais escolhidos fabricantes sabonetes, canizas, pilamas e tudo o que exige o bem estar, o conforto, o chic...

Extraordinária revolução nos preços, no que a CASA LEAL não admite absolutamente confronto, uma vez que abraça como lema:— **Muito modicidade no custo para muito vender!**

E assim sendo, o proprietario da CASA LEAL fica na absoluta convicção de que as distintas familias e illustres cavalheiros não reatirão as suas compras sem que primeiro visitem o seu bem conhecido estabelecimento de modas e confecções.

Novidades em todos os vapores! Artigos para todos os gostos!

TODOS A’ “CASA LEAL”

—DE—

URQUIZA LEAL

ARACAJÚ — RUA DE JAPARATUBA N. 19 — SERGIPE

COMPREM

Camisas para homens

na **LOJA MENDONÇA**

AVENIDA RIO BRANCO

GRAVATAS E CHAPEOS DE PALHA E FELTRO

Comprem na

Loja Mendonça

AVENIDA RIO BRANCO

PASTAS COLGATES TUBO GRANDE 2\$000, PEQUENO 1\$000

Loja Mendonça

AVENIDA RIO BRANCO

COLLARINHOS E PUNHOS

—na—

LOJA MENDONÇA

Avenida Rio Branco

Fonte: *O Christão*, Aracaju, ano I, n. 1, 4 de agosto de 1919, p. 4.

Algumas de suas colunas são destinadas a ensinar o leitor a ser um verdadeiro cristão conforme a percepção da denominação: estudos bíblicos; exposição do programa da escola dominical; textos sobre as virtudes; poesias de cunho pedagógico religioso, assinaladas em sua maioria pelo pastor Rodolpho Fernandes, cedendo espaço para outros poetas e poetisas. Assim como nos outros jornais, os mortos não foram esquecidos, trazendo na coluna *In Memoriam*, necrológios de vultos do protestantismo, de pessoas consideradas ilustres, ao passo que relatavam a passagem de forma mais simples, a depender do defunto em questão. Um dos retratados vultos dessa coluna foi o pastor/leitor daquela folha, Kolb, falecido em Ponta Grossa no Paraná.

Embora com menor intensidade que o jornal diocesano, *O Christão* também apresentou seus integrantes aos leitores usando do recurso da fotografia. Percebe-se que na edição especial de seu primeiro aniversário, 4 de agosto de 1920, trouxe estampado na primeira página os sujeitos representativos para aquele jornal. Nos lados superiores colocaram os redatores, Rodolpho Fernandes e Galdino Moreira. Diferente do destaque dado ao bispo pelo jornal *A Cruzada*, as representações dos sujeitos presbiterianos não se mostraram tão desproporcionais, apesar de os redatores aparecerem na parte superior e apresentando o tamanho da fotografia um pouquinho maior, se comparado aos demais. Centralizado aparecem o templo presbiteriano de Aracaju e o diácono Manoel José Moreira, sendo que nos cantos inferiores estão representados os presbíteros, Pedro Machado e Augusto Leite, colaboradores e tesoureiros do templo e do jornal, respectivamente. Além de revelar a fisionomia dos principais nomes que estiveram à frente desse jornal foi possível visualizar as características arquitetônicas do templo presbiteriano de Aracaju.

No intervalo das fotografias se observa citações, de E. C. Pereira, Grandmontagne, R, certamente do pastor Rodolpho, Elvira G. Fontes e Vitcor Hugo, destacando a relevância da imprensa como a grande arma de advertência usada pela sociedade moderna para o bem/salvação.

A IMPRENSA

A boa imprensa é o luzeiro,
É o potente palinuro
Que dará ao mundo inteiro
Rumo certo e bem seguro.

R.¹⁰⁰⁷

Pela poesia de Rodolpho Fernandes percebe-se que diferente da percepção que os redatores do jornal diocesano faziam do órgão presbiteriano, ele se enxergava como a boa imprensa. Foram inúmeras as poesias do pastor transcritas no jornal.

Ainda naquela edição Rodolpho Fernandes, por meio da matéria *Nosso primeiro Aniversário*, apresentou aspectos da trajetória do jornal, enfatizando a representatividade da escolha pelo 4 de agosto, em razão da inauguração do templo. Em seguida, destacou as dificuldades do jornal por conta da campanha caluniosa da imprensa diocesana e do alto preço do papel, referindo-se aos problemas provenientes da guerra. Para sanar em parte essas dificuldades, o pastor apelava pela continuidade das assinaturas e das ofertas especiais, agradecendo aos assinantes e doadores pelo fechamento do primeiro ano sem *déficit* de grande monta. Por último, agradeceu as pessoas que mais contribuíram para a difusão daquele órgão:

¹⁰⁰⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Ano II, N 24, Aracaju, 4 de agosto de 1920, p. 1.

o coronel Apulchro Motta, por ter vendido entre os materiais tipográficos, uma excelente máquina rotativa de sua oficina; os agentes e irmãos incumbidos da distribuição; o gerente das oficinas, José Novaes e seu auxiliar, Manuel M. dos Santos.

Assim como *A Cruzada*, o jornal presbiteriano cedeu espaço para as notícias laicas, aproximando-se da sociedade e dos representantes civis. Nesse aspecto, constata-se matérias elogiosas à administração dos presidentes do estado, Pereira Lobo, Cyro Franklin de Azevedo e Manoel Dantas, assim como a atuação do senador Gilberto Amado. Na coluna Notas Seculares publicava as mais diversas notícias brasileiras e internacionais, sendo que no intervalo das colunas foram veiculadas notícias de interesse geral, a exemplo da defesa pelo recenseamento de 1920 e o combate do analfabetismo no Brasil.

Na coluna Lares em Festa, reservada às felicitações dos aniversariantes, casamentos e nascimentos, não houve restrições às denominações. Diversas vezes membros das famílias consideradas ilustres no estado foram parabenizados, aparecendo com frequência os nomes do presidente do estado, e outros políticos, comerciantes, industriais, fazendeiros, médicos, advogados, funcionários públicos, membros da imprensa. Alguns deles enviavam moedas para ajudar na manutenção do templo e do jornal. A relação do jornal confessional com a sociedade civil ainda pode ser observada na visibilidade dada à divulgação dos festejos do primeiro centenário de emancipação política de Sergipe, comemorado na semana do 24 de outubro. Esta temática ganhou a matéria de capa da edição de 27 de outubro de 1920, assinada por Machado, constando as fotografias dos governadores de Sergipe, Pereira Lobo, e da Bahia, Joaquim José Seabra, e ainda o Brasão de Sergipe, conforme se pode observar na matéria de fundo.

Figura 26 – O Primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe



Fonte: *O Christão*, Aracaju, ano II, n. 29, 27 de outubro de 1920.

Nas demais páginas dessa edição reservada a tratar do centenário foram destaques: a poesia *Saudação a Sergipe*, de Rodolpho Fernandes; a matéria *Ave, Sergipe!* de Galdino Moreira, destacando a presença do governador da Bahia no evento; o convite da fábrica Sergipe Industrial para o baile da emancipação; fotografias de Tobias Barreto e matéria sobre a transladação dos restos mortais que se encontravam no Recife para ser depositado no supedâneo da estátua construída em sua homenagem na Praça Pinheiro Machado, em Aracaju.

Na edição seguinte, de 10 de novembro de 1920, a primeira página apresentou a matéria *O Centenário de Sergipe*, seguida da fotografia de D. João VI, autor do decreto de 8 de julho de 1820, desvinculando Sergipe da ligação de capitania subordinada a Bahia.¹⁰⁰⁸ Descrevia o evento ressaltando que a Igreja Presbiteriana de Aracaju havia realizado o culto no dia 24 de outubro, alusivo aos festejos comemorativos da emancipação. Na segunda página Rodolpho Fernandes homenageou Tobias Barreto em forma de poesia. Usando do sarcasmo na matéria *Já é benzer!*, criticou o ritual de benzeduras realizado pelo bispo D. José e os padres nas diversas solenidades desse evento, inclusive no espaço da estátua de Tobias Barreto.¹⁰⁰⁹

Esta não foi a única data cívica a ser comemorada pelos presbiterianos que costumavam realizar tais solenidades nos chamados Pic nic. Esses eventos de lazer eram organizados, geralmente, no sítio de um dos irmãos ou de amigos. Foi dessa forma que comemoraram o aniversário da República com declamação de poesias, almoçando feijoada a sombra das fruteiras, sem o uso de bebidas alcoólicas, ressaltava *O Christão*. Por diversas vezes esse jornal defendeu a abolição da produção e da comercialização de álcool. Percebe-se que suas práticas deveriam estar coerentes com o modo de ser pregado pela religião, construindo assim uma cultura evangélica no Sergipe. Era comum a atuação das mulheres nesses eventos, personagens ainda pouco exploradas pela historiografia sobre o protestantismo. Apesar da predominância masculina nos dois jornais, é possível perceber algumas vozes femininas, sendo dado maior espaço a elas no jornal presbiteriano.

Mesmo diante de uma diversidade de temas, parte significativa desse impresso se destinou a rebater as críticas lançadas pelo jornal diocesano, expondo diversos problemas da Igreja de Roma. Para tanto, seus redatores usaram da transcrição de matérias que foram veiculadas nos mais variados jornais brasileiros e internacionais, não se restringindo às práticas do clero da diocese de Aracaju. Nesse aspecto, foram selecionadas algumas matérias

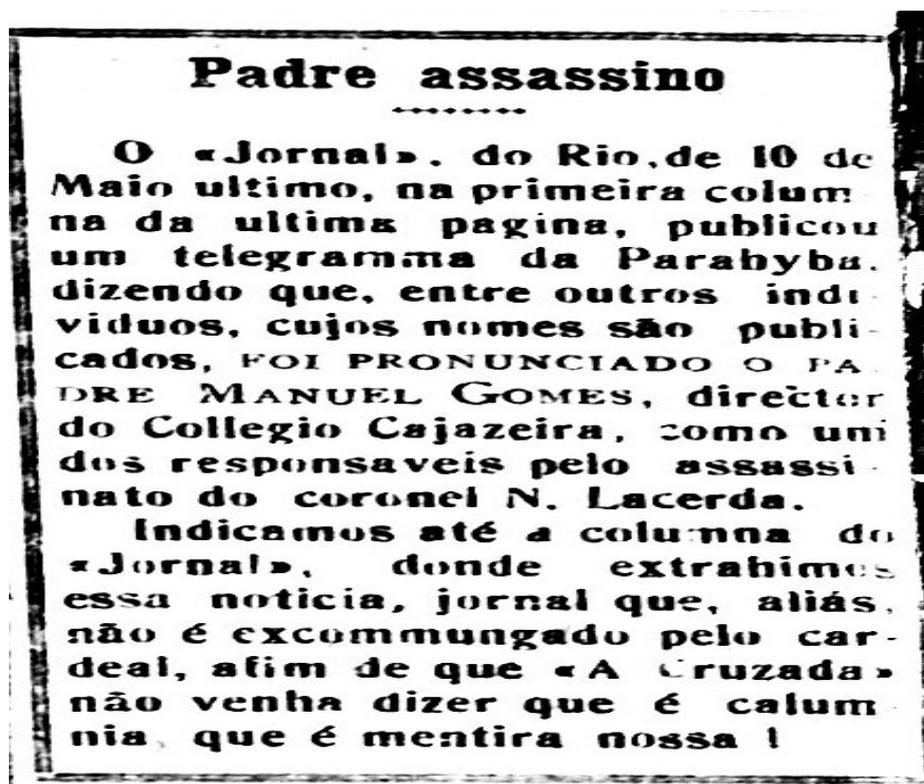
¹⁰⁰⁸ Mais informações sobre a emancipação política de Sergipe consultar: ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro – Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

¹⁰⁰⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano II, n. 30, 10 de novembro de 1920.

representativas das temáticas mais utilizadas pelos redatores do jornal *O Christão* para deslegitimar o catolicismo: crítica às práticas do clero romano (secular e regular), destacando as missões dos filhos de São Francisco; a devoção dos católicos aos santos e ao culto mariano; e o combate ao discurso do jornal diocesano.

Das muitas matérias criticando as práticas do clero romano apresenta-se ao leitor a matéria intitulada *Padre assassino*, extraída de *O Jornal*,¹⁰¹⁰ órgão da imprensa do Rio de Janeiro, que foi veiculada na edição de 9 de junho 1920, do jornal *O Christão*. Pela posição de destaque na primeira página, diagramada propositalmente em negrito com bordas pretas, similar à veiculação dos necrológios, percebe-se que não se tratava de uma colocação para preencher um espaço vazio daquela edição. Na mesma matéria combatia os redatores do jornal diocesano, prática adotada por esse impresso.

Figura 27 – Padre assassino



Fonte: *O Christão*, Aracaju, ano I, n. 21, 9 de junho 1920, p. 1.

¹⁰¹⁰ *O Jornal* foi fundado por Renato Toledo Lopes e um grupo de jornalista que abandonaram o *Jornal do Commercio*, após brigas internas. Em 1925 foi comprado por Assis Chateaubriand, consolidando a sua atuação na imprensa e inaugurando um novo tipo dela: a da criação de grandes grupos de mídia. Destacou Barbosa que consta nas memórias algumas das versões de como Chatô conseguiu dinheiro para comprar *O Jornal*. Uma delas versa sobre ele ter conseguido a soma a partir do trabalho realizado para o poderoso empresário norte-americano Percival Farquhar. Depois que Assis Chateaubriand assumiu *O Jornal* passou por mudanças e ele passou a faturar muito com publicidade. Mais informações sobre esse modelo de imprensa consultar: BARBOSA, Marialva, op. cit., p. 76-77.

Por meio do veículo de comunicação, o pastor presbiteriano informava à população sergipana das práticas do clero romano não condizentes com os ensinamentos de Cristo, sendo que nesse caso tal prática ainda contrariava a legislação brasileira. A alfinetada lançada aos redatores do jornal diocesano é sinalizadora de que o pastor continuava a desafiar a atuação do bispo e dos redatores, combatendo *A Cruzada*. Sobre essa temática, diversas outras matérias foram veiculadas, acusando padres de cometerem roubo, sedução de menores, manter filhos, agressões físicas contra mulheres e assassinato. Além dos padres, também os frades, os bispos, o papa e as beatas tiveram seus nomes grafados nesse periódico de forma pejorativa.

Objetivando desconstruir as práticas católicas, o jornal presbiteriano cedeu espaço para tratar da devoção aos santos, um dos temas mais polemizado desde os primeiros reformadores. Ao tratar da temática é possível identificar a posição desse grupo religioso a respeito de uma das práticas imersas na cultura sergipana, desde os tempos coloniais quando o clero regular – jesuítas, franciscanos, capuchinhos – entronizavam nos aldeamentos indígenas a devoção a determinados oragos. Nesse sentido, ressalta-se que a devoção a São Felix, por exemplo, fez parte das estratégias dos capuchinhos para catequisar os nativos de Pacatuba, passando o aldeamento a ter seu nome atrelado ao santo capuchinho. Na desconstrução dos santos católicos os presbiterianos apontavam o Cristo, criticando qualquer devoção aos santos e a Maria. A matéria *O que são os ídolos*, veiculada na edição de 9 de junho de 1920 é sinalizadora dessa postura.

Pela matéria percebe-se que os protestantes estavam se utilizando da reforma devocional, implementada pelo clero ultramontano para criticar a devoção aos santos e a Maria. A trajetória da festa de São Benedito na cidade de Lagarto/Sergipe, objeto de estudo de Claudefranklin Monteiro, é um exemplo da reforma devocional empreendida pelos párocos romanizadores.¹⁰¹¹ Nesse sentido, por diversas vezes foram publicadas matérias no jornal presbiteriano na tentativa de desconstruir tais práticas. Em 1920, o jornal aproveitou da comoção diante da morte de alguns participantes da procissão fluvial em homenagem a Bom Jesus dos Navegantes, demonstrando que tais práticas não passavam de superstições. Assim também, usando da poesia o pastor Rodolpho Fernandes, sutilmente, criticava o culto mariano, ressaltando que Jesus Cristo deveria ser o único a ser venerado.

As práticas dos dois jornais sinalizam a dificuldade cotidiana de se implementar a liberdade religiosa no Sergipe conforme a Constituição do Brasil. Assim, de múltiplas maneiras o jornal diocesano, seus agentes e as práticas do catolicismo foram sendo desconstruídas pelo

¹⁰¹¹ Sobre a festa de São Benedito em Lagarto consultar: SANTOS, Claudefranklin Monteiro, op. cit.

discurso do jornal presbiteriano, não podendo ser diferente com a missão católica e seus agentes.

5.4 Práticas e Representatividade da missão capuchinha na *Cruzada* e no *Christão*

Na primeira edição, o jornal *O Christão* rememorou a atuação de George Willian Butler. Este médico fez parte da relação dos missionários norte-americanos designados no oitocentos a evangelizar no Norte do Brasil. Chegou em 1883, acompanhado da esposa Mary Rena Humprey Butler, passando a atuar no Maranhão e, depois em Pernambuco. Na percepção de Márcio Vilela, assim como os outros missionários, guardadas as devidas especificidades, Butler agiu influenciado pelo discurso de que os Estados Unidos tinham a missão de ajudar no desenvolvimento do progresso e da civilização das outras nações. Depois de três décadas atuando na evangelização e na área da saúde, veio a falecer, em 27 de maio de 1919, aos 65 anos. O missionário herói na percepção de alguns não passava de “um inimigo do catolicismo, alguém a ser evitado, repudiado”.¹⁰¹² Nesse sentido, o necrológio de Butler monumentalizava a figura de um médico/missionário herói das perseguições dos católicos. Da relação dos inimigos combatidos por ele, o escritor de seu necrológio veiculado no jornal *O Christão* fez questão de registrar o nome de um frade capuchinho.

Quase toda a gente se lembra de um frade capuchinho que viveu em Pernambuco, chamado Frei Celestino de Pedavoli, um terrível inquisidor que muito perseguiu os protestantes. **O Dr. Butler sustentou com ele forte polemica pela imprensa**, e teve como resultado a conversão da Igreja Evangelica, de um padre [...] secretario do frade, o rev. Constancio H. [...] hoje ministro do Evangelho no sul do País, em Valença.¹⁰¹³ [grifo nosso].

Como foi demonstrado os conflitos desses grupos religiosos no Brasil não é novidade, mas o necrológio de Butler relevou a atuação de Frei Celestino de Pedavoli no espaço da imprensa, sinalizando a possibilidade de outros capuchinhos terem usado da mesma estratégia. Em outras edições, *O Christão* criticou determinadas ações dos capuchinhos, dessa vez no espaço da missão: a prática coletiva da absolvição dos pecados pelo toque de uma vara, por meio da qual o capuchinho para atender a multidão costumava segurá-la, devendo aos

¹⁰¹² George Butler era proveniente do estado da Geórgia, sul dos Estados Unidos, foi enviado ao Brasil pela Junta de Nashville (entidade missionária da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos/PCUS) juntamente com a sua esposa, a senhora Mary Rena Humprey Butler. Cf. VILELA, Márcio Ananias Ferreira. O centenário de George William Butler: a trajetória do missionário protestante e médico norte-americano no Brasil. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 468–483, 2021. DOI: 10.17564/2316-3801.2021v9n2p468-483. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6869>. Acesso em: 30 nov. 2020.

¹⁰¹³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 1, 4 de agosto de 1919, p. 2.

interessados na absolvição tocá-la enquanto o frade proferia as palavras do ritual do confessorário; e as uniões matrimoniais coletivas, denominado sarcasticamente pelo jornal de casamentos de corrida.¹⁰¹⁴ Vistas por outro ângulo observa-se nessas práticas a necessidade de adaptação que a missão exigia de seus agentes, devido a quantidade insuficiente de religiosos para dar conta das necessidades espirituais de uma multidão, bem como dos enfrentamentos com outros credos e desafios inerentes ao trabalho desempenhado por esses frades.

Não foi preciso analisar todas as matérias veiculadas no jornal *Imprensa Evangélica*, difusor do pensamento dos primeiros missionários norte-americanos, para concluir que o discurso do jornal *O Christão* sobre a missão católica assemelhava-se ao que fora difundido por esse jornal presbiteriano do oitocentos. Nesse sentido, pode ser observado o comentário sobre o evento dos capuchinhos, veiculado com o título de Noticiário na edição do *Imprensa Evangélica*, de 16 de dezembro de 1871.

Sem comentário. – O jornal Sete de Setembro, folha que se publica na importante vila do Pilar, na Província de Alagoas, deu a seguinte e importantíssima notícia no seu número de 29 de Outubro último.

É digna de leitura e meditação.

Ei-la:

“Ontem houve nesta vila uma procissão de penitência, promovida pelo Rev. Capuchinho Frei José Maria de Catanisseta.

Reunindo o povo pelas 5 horas da tarde em frente da igreja do Rosario, em número de 5.000 pessoas, pouco mais ou menos, os homens trazendo uma coroa de espinhos e uma corda ao pescoço, e as mulheres um véu branco sobre a cabeça com esta inscrição: I.B.M.V.C. – *Sit nobis salus et protectio*, saíram em procissão, conduzindo os homens o grande cruzeiro que se devia arvorar em frente da nova matriz, e o andor do Senhor dos Passos, e as mulheres o andor de Nossa Senhora das Dores. Ia também sob o palio o Sagrado Lenho, conduzido pelo Rev. Vigário da freguesia.

Todas as pessoas que acompanhavam a procissão conduziam uma vela acesa, e o efeito dessas 5.000 luzes ou mais era o mais belo e arrebatador.

O préstito seguiu na melhor ordem, e voltou á igreja donde saiu sem incidente algum desagradável, antes notava-se em todos sinais do mais profundo recolhimento e verdadeira compunção, e em tudo a gravidade digna do ato.”

Isto não precisa comentário.

Conseguir que uma população se apresente aos olhos do mundo de coroas de espinhos e corda ao pescoço é tê-la conduzido ao supremo grau de civilização. Mais 50 Catanissetas espalhados pelo Brasil, e dentro de dez anos seremos a primeira nação do mundo.¹⁰¹⁵

Faziam parte da racionalidade da missão, as práticas penitenciais, por meio das quais os fiéis acreditavam extirpar seus pecados conforme se observa na exposição da matéria do jornal de Alagoas, base para a crítica do *Imprensa Evangélica*. Práticas aceitas por uma significativa

¹⁰¹⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano I, n. 11, 14 de janeiro de 1920, p. 1.

¹⁰¹⁵ *Imprensa Evangélica*, Rio de Janeiro, vol. VII, n. 24, 16 de dezembro de 1871, p. 191-192.

parcela da população sergipana, visto que, em todas as fontes analisadas, e não somente nas memórias dos capuchinhos, a missão era apresentada como o evento das multidões. Percebe-se que o jornal presbiteriano não questionava o número elevado de participantes na missão católica, mas as práticas que eram realizadas por meio da ação dos frades durante o ritual da missão.

Nesse sentido, imbuídos de uma racionalidade pragmática e munidos do recurso linguístico da ironia, os redatores do *Imprensa Evangélica* defenderam que a missão executada pelos frades da Igreja Católica era sinônimo de obscurantismo, não somente para o Brasil, mas para qualquer nação que pretendia civilizar-se. Postura que pode ser observada nas falas desses missionários registradas nos livros de atas do Presbitério do Rio de Janeiro, tratando das peculiaridades de cada região onde se dispuseram a organizar seus primeiros templos. É o caso de Laranjeiras no Sergipe (1884), já que os outros foram organizados nas primeiras décadas do século XX, portanto, já estavam ligados ao presbitério de Pernambuco, no caso do templo de Aracaju (1901), e os demais ao presbitério de Bahia e Sergipe.

As publicações do *Imprensa Evangélica* demonstram ainda que o combate ao protestantismo não era fruto da individualidade dos capuchinhos Paulo Casanova, João Evangelista, e tantos outros que atuaram na jurisdição do Convento da Piedade, distribuídos pela Bahia e Sergipe. Fazia parte da racionalidade da ordem, representantes do ideal da missão moderna defendida pela Igreja Apostólica Romana desde o Concílio de Trento, quando os capuchinhos e jesuítas disputaram a liderança na organização desse modelo, vencida pelos jesuítas, conforme foi demonstrado no primeiro capítulo. Mesmo assim, feitas as devidas adaptações, os capuchinhos se mostraram atores importantes na expansão da cristandade pelos diversos continentes, desde a gestação da ordem, sendo que permaneceram no Brasil, mesmo depois da expulsão dos jesuítas. Indício da sua relevância para as autoridades civis, certamente por não acumularem riquezas, vivendo a exemplo de São Francisco de Assis.

Desse modo, os comentários sarcásticos sobre a missão católica, veiculados pelos jornais *Imprensa Evangélica* e *O Christão*, são representativos do posicionamento dos presbiterianos norte-americanos sobre o projeto de cristandade desempenhado pelas ordens, apoiadas pelos bispos. Assim, as autoridades eclesiásticas católicas de Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco, e demais províncias/estados do Brasil que cederam espaço aos capuchinhos puderam contar com o fervor penitencial transmitido pelo viés da pedagogia do medo no combate às práticas do outro. Nesse aspecto, Frei Celestino de Pedavoli, lembrado no jornal *O Christão* como terrível inquisidor dos protestantes, já havia sido citado na edição de 12 de

março de 1880 do jornal *Imprensa Evangélica* como incansável doutrinador do obscurantismo católico.

A obra do obscurantismo continua a influir nos ânimos de nossos compatriotas. Os capuchinhos não descansam.

Acha-se missionando na Gameleira, em Pernambuco, o frade Celestino, que, segundo o *Jornal do Recife*, tem feito grandes coisas.

O povo fez uma grande latada no oitão da igreja para ele pregar, porque a igreja está em conserto.

Em um dia que ele pregava neste último lugar, deu-se um episódio que mostra claramente o estado de superstição de que ainda está o povo imbuído.

Um pobre porco, que andava livremente, acertou passar por entre a multidão, que ouvia o sacerdote, e, talvez fustigado por alguém, entrou a grunhir, o que foi bastante para alguns pensarem que era o diabo que estava falando pela boca do suíno.

Não foi preciso mais do que a externação deste infeliz pensamento, para que os que estavam mais próximos do pobre animal caíssem sobre ele a pau e pedra e o matassem incontinenti.

Ia tendo a mesma sorte um gato, que apareceu na ocasião, mas que se livrou pela ligeireza das pernas.

Ontem, das sete para as oito horas da manhã, houve uma procissão acompanhada por mais de quatro mil pessoas.

Depois que ela se recolheu, o missionário fez uma prédica à porta da matriz, sendo ouvido com religioso silêncio.

Eis em que consiste o ensino da religião oficial.

O que se pode e deve esperar de um povo assim doutrinado?

Estes fatos devem por demais entristecer os corações patrióticos dos que aspiram ver o Brasil progredir na senda do verdadeiro progresso moral e material.¹⁰¹⁶

Na percepção dos presbiterianos as missões dos capuchinhos não passavam de práticas doutrinadoras e incivilizadas, impossibilitando o progresso tanto moral quanto material da população brasileira, já que na percepção do projeto dos norte-americanos a missão católica simbolizava o atraso. A postura do *Imprensa Evangélica* sinaliza que seus primeiros agentes já intencionavam contribuir para o progresso do Brasil, utilizando-se da evangelização como meio para alcançar a civilização. Razão pela qual conquistaram apoio de políticos e outros sujeitos interessados, principalmente, na política de imigração, conforme se pode observar ao longo da tese. Desse modo, o sarcasmo dos missionários norte-americanos para com os capuchinhos estendia-se a todos os membros do clero ultramontano, defensores dessas práticas nas dioceses. Assim, o alvo das críticas era a Igreja Católica Apostólica Romana, instituição mantenedora das missões modernas, portanto, o projeto do Brasil católico estava a ser criticado.

Nesse sentido, as ideias civilizatórias dos missionários presbiterianos, nos moldes do pragmatismo norte-americano, contribuíram para a formação de uma rede de sociabilidades

¹⁰¹⁶ *Imprensa Evangélica*, São Paulo, ano XVI, n. 10, 12 de março de 1880, p. 75.

com políticos, comerciantes, proprietários de terras e homens de letras da imprensa de tendência mais liberal, bem como daqueles que defendiam as ideias abolicionistas e republicanas no Brasil da segunda metade do oitocentos. Fase marcada pela inserção presbiteriana que avançava do Sul para o Norte, chegando a preocupar os bispos de todas as dioceses e os párocos das vilas e cidades mais distantes das capitais. Parte dessas ideias chegavam antes mesmo das pregações dos missionários por meio da cultura material impressa distribuída pelos colportores e agentes das sociedades bíblicas como foi demonstrado no segundo capítulo.

A análise do discurso do jornal *A Cruzada* deixa perceptível que o desejo dos capuchinhos em combater os protestantes não significava somente a preocupação com a diminuição do rebanho católico em virtude da expansão dos presbiterianos e batistas pelo estado de Sergipe da década de 1920. Nesse momento, estavam em disputas dois modelos de projetos cujos objetivos era tornar o Brasil num país civilizado. Assim, de um lado estavam os capuchinhos, representantes dos católicos ultramontanos, dos políticos mais conservadores e da maioria da sociedade que se auto identificava católica. Do outro lado, os presbiterianos, representando os políticos de ideias mais liberais, os interesses das variadas denominações, cujos países de maior influência foram a Inglaterra e os Estados Unidos, e os conversos que se expandia desde a década de 1860, principalmente, em razão da ação dos presbiterianos norte-americanos.

Nas primeiras décadas da República, quando a discussão da nacionalidade brasileira estava em questão, tornava-se ainda mais evidente a oposição desses modelos de Brasil, dos quais *A Cruzada* e *O Cristão* foram difusores. Nesse aspecto, as versões dadas por eles, sobre a missão dos frades franciscanos realizada em Aracaju no ano de 1922, deixaram pistas para se compreender os modelos pensados por católicos e presbiterianos, visando o progresso do Brasil. No conflito religioso, cada grupo apresentou a sua posição a respeito de algumas das questões civis debatidas na década de 1920. Passa-se a apresentar a missão nas versões desses jornais.

No domingo, cinco de fevereiro de 1922, o bispo, autoridades eclesiásticas e civis faziam parte da multidão reunida na praça da catedral de Aracaju. Estavam a esperar os frades, Eduardo Herberold e José Polhmann, para a solenidade de abertura da visita pastoral, constando como era de praxe o evento da missão. Dessa vez os auxiliares de D. José eram os franciscanos alemães, residentes no Convento de São Francisco, em São Cristóvão. Na programação da semana, Frei José ficou responsável pelas confissões, comunhões e pregações sobre os sacramentos e mandamentos, realizadas após a missa; o bispo realizava crismas às 10 horas; o

catecismo teria início às quinze horas, reunindo mais de 500 crianças; e o sermão-conferência seria proferido por frei Eduardo para 10 mil pessoas, em média.¹⁰¹⁷

Depois da missão, era chegada a hora da despedida dos filhos de São Francisco da capital, Aracaju. Na terça-feira, 14 de fevereiro, mais de cinco mil pessoas os acompanharam com saudosas despedidas até a gare, estação da estrada de ferro, onde os franciscanos partiram em direção a São Cristóvão. A emoção tomou conta da população que se despedia dos frades, acenando lenços e chapéus, aos gritos de adeus, à medida que o trem se afastava da estação.¹⁰¹⁸ Esses relatos foram extraídos do jornal *A Cruzada*, que fez questão de informar a seus leitores o evento com detalhes, inclusive, descrevendo a comovente despedida.

Entretanto, a missão santa para os católicos não tinha o mesmo significado para os protestantes, conforme se observa na versão apresentada pelo jornal *O Christão*, destacando: depois de nove dias de catequese de uma multidão aglomerada na praça da Matriz, a despedida dos frades era mais um “teatro do espetáculo que nos acaba de deixar corridos de vergonha diante das pessoas cultas do nosso Paiz”.¹⁰¹⁹ Na década de 1920, os redatores desse jornal ainda compartilhavam das ideias defendidas pelos missionários norte-americanos do final do oitocentos. Na percepção de ambos, as práticas dos capuchinhos não condiziam com a cultura de um país de pessoas cultas e civilizadas.

Nas primeiras décadas do século XX, na conjuntura da inserção do protestantismo no Brasil, se dava a expansão do presbiterianismo nas diversas localidades do estado de Sergipe. Nesse sentido, Sousa chamou a atenção para a ocupação da área nobre de Aracaju pelos presbiterianos, passando estes a construir seu templo no espaço localizado no quadrado de Pirro, justamente nas proximidades da praça da matriz.¹⁰²⁰ Localização que permitiu aos presbiterianos observarem, do templo da rua Laranjeiras, a aglomeração humana nas imediações da praça, chegando a ouvir os sermões daqueles frades.

Para se ter uma ideia da posição geográfica do templo presbiteriano pode-se observar na cartografia dos arruamentos de Aracaju de 1865 o destaque em vermelho acrescido ao mapa, demonstrando a posição do espaço da matriz em amarelo, que já havia antes dos presbiterianos passarem a construir, em 1915, seu templo da rua Laranjeiras, inaugurado em 1919, no mesmo dia do início da circulação do jornal *O Christão*. Vale ressaltar que, desde a sua chegada em

¹⁰¹⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 30, 12 de fevereiro de 1922, p. 2.

¹⁰¹⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 31, 19 de fevereiro de 1922, p. 2.

¹⁰¹⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano III, n. 60, 22 de fevereiro de 1922, p. 1.

¹⁰²⁰ SOUSA, Antonio Lindvaldo. O jornal *O Christão*, órgão do Presbítero da Bahia e Sergipe, e as notificações sobre tolerância e intolerância em Sergipe e na Bahia (1919-1927), op. cit., p. 83.

religiosa em vigor no Estado laico. Para legitimar o seu discurso, o jornal muniu-se de citações de alguns homens de letras de renome nacional atacando os frades: “Uma religião nobre, elevada, espiritual, elles não ensinam ao povo porque não possuem tal religião, como disse Ruy Barboza. Não lhe traçam a feição honesta e superior da vida, porque não a conhecem, como escreveu Euclides da Cunha!”.¹⁰²¹

Desde a sua primeira edição que o jornal presbiteriano de Aracaju passou a criticar as práticas dos missionários, independentemente da ordem da qual eram egressos. Nesse aspecto, utilizou como estratégia a impressão negativa que o escritor Euclides da Cunha deixara nas páginas de *Os Sertões*, quando se referia ao que denominou de modernos frades estrangeiros. Passa-se a observar as palavras extraídas da referida obra pelo redator do jornal *O Christão*:

Ordinariamente a *santa missão* é dirigida por frades estrangeiros, desses a quem Euclides da Cunha chamou – “agentes prejudicialísimos, brutos e traiçoeiros, truões, ridículos e medonhos, instructores do crime, que infelicitam, allucinam, deprimem e pervertem o povo crédulo.” Desses a quem o mesmo Euclides, nas memoráveis e brilhantes páginas do “*Os Sertões*”, chamou – frades ignorantes e vagabundos, que fallam “mau-italiano, em mau portuguez e em mau latim”, provocando chufas e galhofas. E é com frades assim que a Igreja Romana quer *edificar* o seu povo!¹⁰²²

Antes dessa passagem desconstrutiva da imagem dos frades, Euclides da Cunha tratando da atuação do clero regular nas missões havia elogiado os “perseverantes missionários” nos rincões do que ele denominou de sertões. Destacou as ações de jesuítas, franciscanos, citando o capuchinho Apolônio de Todi, que na percepção do escritor de *Os Sertões*, “infelizmente não teve continuadores”.¹⁰²³ Portanto, o redator do jornal evangélico nada mencionou dessa passagem, se apropriando somente da descrição pejorativa realizada pelo autor de *Os Sertões* quando se referia ao que denominou de missionários modernos. A fala do periódico presbiteriano, selecionando trechos do discurso de Euclides da Cunha, sinalizava a postura contrária aos missionários que passaram a atuar no Brasil depois da expulsão dos jesuítas.

Essa não foi a primeira referência às memórias do escritor de *Os Sertões* para desconstruir a missão. Na edição de 29 de dezembro de 1920, por meio da matéria A “santa missão” julgada por Euclides da Cunha, o jornal *O Christão* criticou tanto a missão, “uma ridicularia romanista”, quanto os frades estrangeiros, “ignorantes e vagabundos”, e ainda, os frades nacionais, “truões e impatrióticos”.¹⁰²⁴

¹⁰²¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano III, n. 59, 08 de fevereiro de 1922, p. 3.

¹⁰²² Ibid.

¹⁰²³ CUNHA, Euclides da, op. cit., p. 137. A parte transcrita no jornal *O Christão* que desconstrói a imagem do missionário se encontra nas páginas 180 e 181.

¹⁰²⁴ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano II, n. 33, 29 de dezembro de 1920, p. 2.

A *santa missão*, instituída outr’ora para armar efeito e catechizar os índios, tem hoje o fim exclusivo de embrutecer o animo dos nossos patrícios do interior e até o dos mais ignorantes das capitaes, fanatizando-os e jungindo-os ao negro carro romanista.

[...] é na *santa missão* que nossa gente simples ouve historias ridículas e indecentes e aprende a detestar o casamento civil, a quem, imitando o frade, chamam de *mancebia*, isso, muitas vezes, com a acquiescencia criminosa das autoridades, não menos fanatizadas e ignorantes.

Mas demos a palavra ao inimitável estylista Euclides da Cunha – cujo juízo deve ser insuspeito, - copiando das páginas 146 a 148 do seu precioso livro *Os Sertões*, a sua condenação, baseada nos factos que todos nós conhecemos, da chamada *santa missão*:

“Salvo raríssimas excepções – diz o brilhante escritor – o missionário moderno é um agente prejudicialissimo no aggravar todos os desequilíbrios do estado emocional dos tabaréos. Sem a attitude dos que o antecederam, a sua acção é negativa: destro, apaga e perverte o que incutiram de bom naquelles espíritos ingênuos os ensinamentos dos primeiros evangelizadores, dos quaes não tem o talento e não tem a arte surpreendente da transfiguração das almas. Segue vulgarmente processo inverso do daqueles: não aconselha e consola, aterra e amaldiçoa; não, ora, esbraveja. É brutal e traiçoeiro. [...].

Não traça ante o matuto simples a feição honesta e superior da vida – não a conhece; mas brama em todos os tons contra o peccado; esboça grosseiros quadros de torturas; e espalha sobre o auditório fulminando avalanches de penitencias, extravagando largo tempo, em palavrear interminável, fungando as pitadas habituaes e engendrando catastrophes, abrindo alternativamente a caixa de rapé e a boceta de Pandora... [...]

Ouvimos a palavra eloquente e autorizada de Euclides da Cunha. *Instrutores do crime*, chamou elle aos frades de *santa missão*.

E de facto o são. Foi depois de ouvirem o mau portuguez, o mau italiano e o mau latim de um frade estrangeiro ignorante, perverso e pervertedor, que catholicos romanistas da Estancia, em Janeiro do anno passado, tentaram chacinar ali os protestantes, depois de terem depredado o edificio da Intendencia Municipal, onde se havia realizado uma conferencia evangélica, com modos e linguagem de gente, assistida, aliás pela elite dos catholicos da localidade.

Mas eram protestantes, e estes devem ser exterminados, como ensinam todos os dias *instrutores do crime*...¹⁰²⁵

A posição de Euclides da Cunha sobre os frades estrangeiros nos Sertões representava a posição crítica de muitos homens de letras em relação à postura da Igreja Católica, já que fazia parte das práticas dos bispos ultramontanos utilizar-se das missões em suas dioceses na tentativa de reformar os costumes.

Na percepção de Riolandi Azzi, foi a atuação do clero regular, principalmente, nas áreas rurais, palcos das muitas missões, que serviu para “enquadrar a religiosidade devocional nos padrões tridentinos e romanizantes”.¹⁰²⁶ Nesse sentido, Silva defendeu o papel desses

¹⁰²⁵ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano II, n. 33, 29 de dezembro de 1920, p. 2. Pela notícia que trata das férias da Escola Americana do Riachão percebe-se que havia uma escola da denominação a funcionar naquela localidade. Teria sido transferida a escola de Laranjeiras? Ou referia-se a uma escola dominical? É uma questão para futuras pesquisas.

¹⁰²⁶ AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono*, op. cit., p. 187.

missionários na formação da religiosidade do sertanejo ao afirmar que “a formação cristã da gente sertaneja deve-se basicamente às missões itinerantes”.¹⁰²⁷ De maneira geral, a parte da historiografia ateve-se a atuação dos frades nas zonas rurais, o que não se aplica ao caso de Sergipe, já que todas as cidades, inclusive as capitais (São Cristóvão e Aracaju), foram palcos de diversas missões, até mesmo na década de 1920, quando estava em curso o projeto modernizador da segunda capital. Como foi demonstrado, na maioria das vezes, a missão se dava em parceria das autoridades religiosas e civis, já que os capuchinhos incutiam na população a necessidade de construir obras necessárias para o bem-estar da sociedade civil, que deveria estar a seu cargo. Assim, através da prática penitencial contribuía para a denominada cruzada civilizatória, quando diversos cemitérios, estradas, tanques e até hospitais foram construídos na província/estado de Sergipe sobre a orientação dos capuchinhos nos dias de missão.¹⁰²⁸

Aproveitando-se da fase que Rui Barbosa criticava o catolicismo, o jornal presbiteriano também se utilizou de sua fala para reforçar a visão negativa das missões. Já que sua postura mostrava uma admiração pelo protestantismo à medida que criticava o catolicismo popular, marcado em sua opinião, por fanatismo e superstições. Nesse sentido, defendia o valor da religião protestante como elemento importante para a manutenção da ordem social.¹⁰²⁹ A utilização do pensamento desses homens de letras, possuidores de uma posição crítica frente às posturas da Igreja Católica, procurava tentar legitimar o discurso protestante que desqualificava não somente a missão, mas o projeto de Brasil católico defendido pelos bispos ultramontanos da década de 1920, quando o projeto da Neocristandade ganhava força no país.

Entretanto, os católicos também não enxergavam com bons olhos o crescimento do número de adeptos as denominações protestantes, lançando a espada da palavra para combatê-los. Na percepção dos redatores do jornal *A Cruzada*, os protestantes não passavam de fradophobos, já que criticavam os frades por medo de suas práticas, em razão da missão atrair multidões. Justificava a fobia aos frades, descrevendo os resultados obtidos por meio daquela missão realizada em Aracaju: a procissão do Santíssimo Sacramento, reunindo um total aproximado de 20 mil pessoas; a realização de 152 matrimônios, dos quais muitos estavam unidos apenas pelo contrato civil, destacando que para os que ainda não estavam em conformidade com a lei procurassem realizá-lo.¹⁰³⁰

¹⁰²⁷ SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da vida e da morte*, op. cit., 1982, p. 33.

¹⁰²⁸ Cf. CUNHA, Tatiane Oliveira da. “*Práticas e prédicas em nome de Cristo...*”, op. cit., 2011.

¹⁰²⁹ AZZI, Riolando. *O Altar unido ao Trono*, op. cit., p. 161.

¹⁰³⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 31, 19 de fevereiro de 1922, p. 2.

Sobre essa questão, diferente da versão apresentada pelo jornal diocesano, *O Christão* destacou que os referidos frades se não pregaram contra o casamento civil, deram a entender nos seus sermões que somente existia uma união verdadeira, a eclesiástica. Portanto, realizaram “inúmeros casamentos ilegais” e “batizaram dezenas de crianças” cujos nomes, talvez não constassem no registro civil, sem a reclamação das autoridades constituídas para garantirem as leis. Os redatores do jornal presbiteriano se mostravam indignados, pois esperavam que os “progressistas”, representados pela “inteligente mocidade”, pelos “cultores das letras” e pela “imprensa” tivessem expulsado os frades da capital para os distantes sertões. Contrariando a expectativa dos que faziam o jornal presbiteriano, a missão aconteceu no fundo da catedral, onde a multidão ouvia dos frades que os protestantes: “negavam a divindade de Cristo”, “odiavam a Virgem Maria”, “espalhavam Bíblias falsas”, e “cerceavam a fé do povo nascido, criado e educado no seio da Igreja Católica Apostólica Romana”.¹⁰³¹

Na postura do jornal presbiteriano, a missão não passava de um espetáculo deprimente, principalmente, quando realizada nas capitais consideradas mais civilizadas. Nesse sentido, o protestante Marinho destacou que os frutos espirituais da missão “seriam louváveis si não fossem meras *fitas* para armarem ao efeito”.¹⁰³² Essa visão negativa de Marinho apresentada no sentido metafórico é compartilhada pelo grupo que ele representava. Foi salientado no início desse capítulo que *A Cruzada* já havia referido a missão de Estância como sendo um roteiro de filme. Portanto, a palavra fita expressava a percepção dos presbiterianos sobre aquele evento católico. Assim, a missão não passava de um evento decorativo produzido como se fosse um filme de ficção para impressionar a população, amarrando-a aos dogmas da Igreja Católica. Do lado oposto, ou seja, na perspectiva dos católicos apresentada via jornal *A Cruzada*, a missão era um evento brilhantíssimo, de extrema relevância para a população que vivenciava a fé católica em todas as suas práticas.

A análise dos conflitos religiosos permitiu a identificação da presença de outros credos no Brasil, mesmo quando este era identificado como católico. Assim, compartilha-se da assertiva de José Martins quando prefaciando a obra sobre a inserção presbiteriana alertou: “a nossa compreensão da sociedade brasileira tem um viés na equivocada passividade intelectual que parte de uma premissa amplamente falsa, ao menos desde o século XIX, a de que o Brasil é um país cultural e politicamente católico”.¹⁰³³ Como foram demonstrados, os conflitos que foram parar no espaço da imprensa periódica, tanto laica quanto confessional, gerados não

¹⁰³¹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano III, n. 60, 22 de fevereiro de 1922, p. 1.

¹⁰³² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – O Christão*, Aracaju, ano III, n. 61, 08 de março de 1922, p. 1.

¹⁰³³ MARTINS, José de Souza. Prefácio da 3ª edição. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa, op. cit., p. 21.

somente pelos protestantes e católicos, apontam uma pluralidade de sujeitos, de credos, de interesses, e de questões que são relevadoras da complexidade vivenciada no Brasil da transição Império/República.

Nas primeiras décadas do século XX, com ênfase a fase da circulação dos dois jornais em questão, percebe-se que para além dos conflitos confessionais havia ainda o interesse de D. José em se utilizar de estratégias diversas para manter relações amistosas com os poderes civis, justificando ser o catolicismo capaz de manter a ordem, a partir da formação do bom cristão/bom cidadão. Nesse sentido, à medida que a imprensa católica enaltecia a missão, e demais eventos católicos, reforçava ser o catolicismo a “única religião verdadeira” capaz de regenerar a sociedade brasileira, combatendo todos os males. Não se pode esquecer da familiaridade que os capuchinhos tinham com a maioria da população sergipana, acostumada em todas as gerações, a vivenciar as missões e ouvir memórias dos milagres dos capuchinhos. Essa foi uma das razões que levaram D. José a investir nas missões, passando a usá-las nas suas visitas pastorais com muita frequência. Nas vezes que os capuchinhos não estavam disponíveis, o bispo convidava os referidos franciscanos, já que como foi salientado no capítulo anterior, já tinham participado de outras visitas pastorais, embora em menor quantidade.

Enquanto isso, por parte dos presbiterianos, aqui representados pelo jornal *O Cristão*, havia uma tentativa de desconstruir a missão, os frades, os padres e tudo aquilo que representava o catolicismo. Uma argumentação bastante usada era a de que mesmo sob o domínio católico por mais de quatro séculos, o Brasil continuava um país “incivilizado”. Desse modo, tentavam desconstruir o catolicismo, apresentando o protestantismo como o “porto seguro” para o país rumo ao progresso e a civilização. A historiografia tem demonstrado que nas proximidades dos templos presbiterianos, foram construídas as escolas, e, quando possível, até hospitais. Nesse sentido, Ester Fraga Nascimento, tratando da educação presbiteriana defendeu que o projeto dos norte-americanos se apresentava com a intenção de educar, curar e civilizar o Brasil.¹⁰³⁴

Nesse aspecto, os conflitos capuchinhos *versus* presbiterianos na província/estado de Sergipe são reveladores da construção de projetos divergentes através dos quais dois grupos religiosos estavam pensando o progresso do Brasil. As referências das missões como eventos nos quais os capuchinhos incitavam a perseguição aos protestantes não se limitaram as notícias veiculadas na imprensa sergipana. Tanto na versão dos católicos quanto dos protestantes observa-se que as missões foram espaços de normatização do catolicismo através de um discurso maniqueísta da luta do bem contra o mal. Para o reverendo Júlio Ferreira, tanto no

¹⁰³⁴ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. *Educar, curar, salvar*, op. cit.

Império quanto na República, as santas missões serviram de oposição aos protestantes, sendo que na sua percepção os religiosos do clero regular contavam com a participação de algum clérigo romanista.¹⁰³⁵

A assertiva de Ferreira sinaliza para duas questões comprovadas no transcorrer desse trabalho: os capuchinhos tinham o apoio dos padres e bispos ultramontanos, já que são eles os responsáveis por lançar o convite, preparando os espaços e os fiéis para receber o clero regular, sejam eles capuchinhos, franciscanos ou lazaristas. Nesse sentido, os trabalhos da historiografia sergipana sobre a história da igreja católica¹⁰³⁶ têm destacado o papel de padres romanizadores que entre as suas práticas estimulavam a ação dos capuchinhos por meio da realização de missões. Não esquecendo do apoio dos bispos as ações do clero regular, dos quais D. José estava incluso conforme foi demonstrado no quarto capítulo.

As missões dos capuchinhos eram certamente diferentes das missões dos presbiterianos. Assim como as bíblias queimadas nas fogueiras dos capuchinhos não tinha o mesmo significado para ambos, já que para os católicos a bíblia sagrada dos protestantes não passava de uma falsa versão da vulgata. Assim, por razões diversas, cada grupo representava o modelo de ser cristão protagonizado pela instituição religiosa a qual estava a representar, demonstrando em suas práticas e prédicas os anseios de transformar o homem comum no bom cristão, portanto, o bom cidadão mantenedor da ordem social.

A imprensa periódica parecia ser o ponto de convergência desses grupos religiosos. Tanto para os católicos quanto para os protestantes, o jornal confessional passava a representar o papel desempenhado pelos missionários. Por meio da palavra impressa se podia missionar para qualquer um e em qualquer lugar. Assim, *A Cruzada* e *O Cristão* missionaram nos mais variados espaços, ultrapassando as fronteiras do estado de Sergipe. Por meio dos chamados missionários modernos, a Palavra chegava aos lares, às ruas, às cadeias, aos hospitais, alcançando os membros de suas instituições e os demais. Por meio deles, protestantes e católicos levaram as suas doutrinas, as leis civis, informações, indignações, intolerâncias. Muitos foram os relatos de conflitos veiculados na imprensa seja ela laica ou confessional.

Como se pôde observar ao longo desse trabalho, os conflitos entre católicos e protestantes aconteceram em vários espaços no Sergipe: nas ruas, nos estabelecimentos comerciais, nos lares, no porto, no rio, na feira, nos lugares de culto, no parlamento, na justiça,

¹⁰³⁵ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil II*. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992, p. 85.

¹⁰³⁶ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O eclipse de um farol*, op. cit.; ANDRADE, Péricles, op. cit.; SANTOS, Claudefranklin Monteiro, op. cit.

e nas missões. Mas foi na imprensa que ganharam um lugar privilegiado, levando à opinião pública diversas problemáticas, inclusive a questão da liberdade religiosa. Desse modo, a complexa “Questão Religiosa” no Brasil pode ser compreendida de múltiplas maneiras, inclusive a partir da percepção do protagonismo tanto dos protestantes quanto dos católicos na imprensa. Por esta razão, o cônego Floduardo em conferência realizada aos seminaristas alertou a relevância do apostolado via a imprensa ao destacar que:

hoje em dia a imprensa rivaliza com o púlpito e sob certos respeitos é mais que este, porque enquanto que as palavras vôm e são facilmente esquecidas, os escritos permanecem, *scripta manent*, e são lidos por enorme quantidades de pessoas, dentro e fora da diocese, no estrangeiro e, possivelmente até os confins da terra.¹⁰³⁷

A missão dos capuchinhos não deixou de ser realizada, assim como as palavras do bispo nas visitas pastorais e dos padres nos púlpitos de seus templos. Da mesma forma que os missionários presbiterianos, pastores e demais agentes dessa denominação não deixaram de usar o espaço do púlpito. Entretanto, esses agentes de ambas as religiões passaram a contar com o chamado missionário moderno – os jornais de suas respectivas instituições religiosas. Nesse sentido, para reforçar a necessidade dos seminaristas se prepararem para o apostolado da imprensa destacou o cônego alguns fatores que em sua percepção favoreceram a expansão da imprensa na década de 1920. A imprensa contava a seu favor com o telégrafo, o telefone, a estrada de ferro, o correio, a taquigrafia, a tipografia, a cromo-tipografia, a fototipia e a fotografia. Também poderia ser lido no trem, na barbearia, nos lares, nos hotéis, chegando as pessoas em todos os espaços. Daí a importância de se propagar a boa imprensa.¹⁰³⁸ Assim, o jornal católico difundiria a boa leitura, alertando para o perigo do romance e da má imprensa.¹⁰³⁹ Na percepção do jornal a “imprensa é a mais poderosa das armas”, pois “representa a palavra humana pronunciada por um número inumerável de bocas”. Não se contestam que a “imprensa é uma das maiores forças senão a maior de que os catholicos podemos lançar mão para a defesa da nossa fé que os inimigos embalde procuram enxovalhar, conseguindo todavia muita vez solapar o grande edificio da santificação das almas”.¹⁰⁴⁰

A relevância da imprensa era o único ponto que os grupos religiosos pareciam não divergirem. Assim como os católicos defenderam a imprensa no seu periódico também os presbiterianos o fizeram por meio do jornal *O Cristão*. Antes disso, os missionários norte-americanos por meio do *Imprensa Evangélica* e de outros jornais confessionais defenderam o

¹⁰³⁷ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 20, 16 de outubro de 1921, p. 2.

¹⁰³⁸ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 17, 25 de setembro de 1921, p. 2.

¹⁰³⁹ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 21, 23 de outubro de 1921, p. 2.

¹⁰⁴⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 16, 18 de setembro de 1921, p. 2.

papel da palavra impressa. Nesse aspecto, o reverendo Júlio Ferreira tratando da imprensa destacou: “muitos que não vêm aos cultos leem o jornal, com interesse”.¹⁰⁴¹ Nesse sentido, pensando no jornal confessional em si, dessa vez objetivando sintetizar a relevância dessa cultura periódica para todas as confissões será apresentada uma frase de alerta extraída da edição de 10 de julho de 1921, do jornal *A Cruzada*. Frase bastante representativa se observada por esse aspecto. Nesse sentido, pede-se ao leitor que desconsidere o teor da ideia da boa imprensa como exclusividade dos católicos, focando seu olhar para a representatividade do jornal confessional na modernidade, independentemente da confissão professada e do local de sua produção.

Sem a imprensa ~~Catholica~~ como havemos de ensinar a verdade ao povo que não frequenta as assembléas religiosas?

O jornal religioso é o missionário moderno que conduz as almas para Jesus.

Em vão dizia Pio X, levantaes egrejas e conventos, asylos e escolas e hospitais, se descuidais a nossa imprensa e deixais morrer no meio de vosso egoísmo, indiferenças e desamor. A revolução tudo destruirá e de tudo se apoderará. **Não tendes mais defesa que o jornal. Quanto mais, e tanto mais e melhor estareis defendidos dos assaltos dos vossos inimigos.**¹⁰⁴² [grifos nossos].

Essa assertiva pode ser pensada para compreender a relevância dada ao jornal confessional por cada uma das instituições religiosas da primeira metade do século XX, quando o Brasil vivenciava o apogeu da era do jornal. No estado de Sergipe, o jornal permaneceu relevante por toda a década de 1930. *A Cruzada* voltou a circular em 1935; o organizador do jornal *O Christão*, Rodolpho Fernandes, passou a publicar *O Monitor Christão*. Assim também *O Juvenil Espírita* deu voz aos crentes espíritas, entre tantos outros jornais confessionais que circularam na primeira metade do século XX. Para além do debate com os protestantes, na segunda fase do jornal diocesano observa-se o debate com os espíritas.¹⁰⁴³ Tensões representativas por si do não cumprimento da liberdade religiosa posta em prática na República.

As representações que os presbiterianos fizeram de si e do outro (nesse caso os católicos) via o jornal *O Christão* aponta a identidade presbiteriana, combativa do obscurantismo das práticas católicas, à medida que visava a construção de uma nação pautada nos valores cristãos que eles consideravam verdadeiros. De modo contrário, também os católicos defenderam o

¹⁰⁴¹ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil I*, op. cit., p. 52.

¹⁰⁴² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano IV, n. 6, 10 de julho de 1921, p. 2. O papel da boa imprensa era tão relevante para a Igreja de Roma que passou a ser considerado o missionário moderno, já que por meio dele a Palavra era transmitida a qualquer pessoa, em qualquer lugar.

¹⁰⁴³ Na segunda fase *A Cruzada* rivalizou com o *Juvenil Espírita*. Mais informações sobre as tensões dos católicos com os espíritas consultar: MATOS, Márcio Gomes de Santana. *A cruzada versus o juvenil: tensões entre católicos e espíritas em Sergipe (1930-1951)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

progresso do Brasil, desde que pautado nos valores do catolicismo. A identidade só pode ser construída na relação do sujeito com o outro, (ou ainda de um grupo com o outro, como é o caso em questão), a partir de diferenças reais ou inventadas, se formando sempre em relação, ou seja, através das representações de alteridades, conforme defendeu Crouzet.¹⁰⁴⁴

No caso em questão, tanto para os católicos quanto para os presbiterianos, o jornal se apresentava como um veículo de comunicação e poder, assumindo a função de um missionário em defesa da sua confissão. Assim, mesmo na ausência do púlpito a Palavra poderia chegar a qualquer um, até mesmo aqueles que estavam impossibilitados de frequentar o templo. A leitura poderia ser realizada por devoção ou por mera curiosidade, alimentada pelos debates inter-religiosos, dando ao ouvinte do missionário moderno a liberdade de realizar a leitura ou não. Diferente do culto ou da missão, nos quais seus participantes tinham horário e local para ouvir os missionários fossem eles presbiterianos ou capuchinhos.

Assim, a apropriação da mensagem transmitida pelo que foi denominado de missionário moderno, ou seja, o jornal confessional, poderia se dar via leitura silenciosa e individual ou pela voz do outro de forma coletiva, já que a maioria da população do Brasil ainda era analfabeta. Mas, essa é uma outra parte desse quebra cabeça, proporcionado a todos que adentram os meandros de Clio. Por outro lado, os jornais em si são representativos da inaplicabilidade jurídica, ao menos no que diz respeito a algumas questões defendidas pela legislação republicana. Assim foi possível identificar, por meio das representações de alteridades de católicos e protestantes, a complexidade da questão da liberdade religiosa, mesmo no Estado laico.

¹⁰⁴⁴ CROUZET, Denis, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LIBERDADE RELIGIOSA E OS DESAFIOS DA LAICIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

As bíblias disseminadas pelos colportores e agentes das sociedades bíblicas dos Estados Unidos e da Inglaterra não foram a única motivação para a diversidade de conflitos ocorridos nos mais variados espaços do Sergipe durante a transição do Império para a República. Da mesma forma que as tensões sociais, culturais e políticas não eram frutos somente da inserção do presbiterianismo, impulsionada, a princípio pelas práticas de colportagem. Desse modo, por meio das práticas e representações dos capuchinhos (representando o grupo dos católicos) e dos presbiterianos (representando as denominações protestantes) pode ser observado que os conflitos religiosos desde o século XIX sinalizavam as transformações decorrentes do processo de laicização da sociedade e do Estado, experimentado na modernidade de formas variadas a depender das peculiaridades de cada país.

Como foi demonstrado ao longo dos capítulos, apesar de capuchinhos e presbiterianos representarem as religiões cristãs, são representativos de dois modelos divergentes de encarar as mudanças em curso, fruto da modernidade. Portanto, sob a perspectiva de ambos, foi possível identificar, ao menos, duas maneiras de enxergar o Brasil, já que as posturas divergentes desses dois grupos puderam ser observadas em relação a uma série de questões que advém do século XIX, a começar pela representatividade das bíblias que nas mãos dos católicos foram parar na fogueira.

Assim, outros grupos (liberais, maçons, anticlericalistas) se articulavam em prol de determinadas causas defendidas pelos protestantes não pela defesa da religião professada, mas para arregimentar aliados para atingir seus objetivos, seja na reordenação do trabalho, no combate às epidemias, todas elas imersas na ideia de progresso e civilização. A escolha destes pelas mesmas causas defendidas pelos protestantes determinavam a opção pelo lado oposto dos católicos, que sob a liderança dos bispos ultramontanos defendiam a manutenção de uma sociedade sob a égide dos ensinamentos morais do catolicismo, questionando qualquer sinal de mudança decorrentes da tentativa de laicização da sociedade, a exemplo da retirada do ensino

religioso nas escolas, da secularização dos cemitérios, do casamento civil e da liberdade de consciência.

Pelo caso do Brasil no percurso da transição do Império para a República, exposto ao longo dessa tese a partir dos conflitos religiosos dados nos espaços da província/estado de Sergipe, percebe-se que mais uma vez, a Igreja Católica não ficou inerte às transformações do laicismo agnóstico em curso. Nesse sentido, constatou-se por meio da inserção do protestantismo que o laicismo avançava do continente europeu para o mundo, dessacralizando a política, o ensino, as tendências da moda e a própria religião, ao menos desde o Renascimento com a proliferação dos humanismos, intensificado com a Reforma Protestante. Desse modo, gestou-se na Europa a concepção da tolerância religiosa que culminaria na defesa pela liberdade de consciência.

No Brasil essas ideias, apesar de anteriores ao século XIX, conquistaram maior espaço de penetração a partir de 1810, por meio dos tratados de Portugal com a Inglaterra. A nação protestante forçou a mudança na legislação para que seus súditos gozassem de liberdade de culto, a fim de que estes pudessem expressar a sua fé no país católico regido pelas leis do padroado. A instauração de uma legislação favorável à tolerância religiosa limitada, favoreceu os acordos comerciais com a Inglaterra, permitindo a convivência com os acatólicos. Depois da proibição do tráfico negreiro em 1850, muitos imigrantes oriundos de nações protestantes puderam professar a sua fé no Brasil, desde que seguissem a Constituição de 1824.

O avanço das ideias liberais se tornara ainda mais perceptíveis no Brasil da década de 1870, quando os homens de letras as expuseram à opinião pública por meio da imprensa periódica. No Sergipe diversos deles oriundos das faculdades de medicina e direito, a exemplo dos médicos Guedes Cabral e Felisbelo Freire, passaram a questionar os postulados da Igreja e a Monarquia. A defesa pelas liberdades, seja ela na imprensa, na política, nas relações de trabalho, e ainda na escolha por determinada religião, ou ainda, pelo agnosticismo, contrariava a manutenção de uma sociedade escravocrata, católica e monárquica.

Como se pôde constatar, desde o Concílio de Trento, a Igreja racionalizou suas práticas para interferir nas consciências, combatendo as heresias e os costumes, o que a instituição convencionou adjetivar, a posteriori, de males da modernidade. Mais uma vez o clero regular passou a auxiliar a Igreja nessa nova cruzada. Retomando o ideal do medievo a Igreja católica criou estratégias racionalizadas, sendo adaptadas conforme as necessidades de expandir a cristandade, principalmente a partir da Reforma Protestante.

Nessa cruzada o clero regular passou a desempenhar um papel relevante para expandir a cristandade para a além da Europa. Assim, se deu a ação dos capuchinhos no Sergipe. Suas

práticas e prédicas, adaptadas as especificidades dos tempos e das necessidades da instituição a qual representava, atendiam as expectativas tanto da Igreja quanto do Estado. Entretanto, no Brasil em processo de laicização suas práticas foram sendo ressignificadas, portanto, muitos grupos, a exemplo dos protestantes e liberais, as enxergavam como símbolo do atraso. Apesar de muitos homens das letras serem contrários à religião, pois eram defensores de um laicismo agnóstico, pelo qual a razão prática estava sobreposta a religião, ainda assim, conseguiam visualizar nas práticas do protestantismo mais proximidade com a defesa de uma pátria civilizada. Assim, pôde-se constatar como maçons, anticlericalistas e defensores do agnosticismo estiveram a defender os protestantes nas diversas vezes que estes tiveram que usar do espaço da imprensa para conquistar a opinião pública em prol da resolução de suas questões, a exemplo do caso Cardoso, e de tantos outros apresentados ao longo desse trabalho. Muitas delas necessárias para o bem viver e o morrer dos protestantes em terras que se diziam católicas.

Pela queima de bíblias, perseguições verbais e físicas apresentadas nos mais variados espaços e situações, com ênfase aos conflitos que foram levados a esfera da justiça, da administração pública e da opinião pública via a imprensa periódica, constatou-se que a implementação da liberdade religiosa não foi fácil, mesmo no Estado laico. Esses conflitos religiosos que foram levados a opinião pública no Brasil por meio dos periódicos diversos, presente na província/estado de Sergipe e sintetizada, no início do século XX, em torno dos jornais confessionais. Foram os conflitos aparentemente de cunho confessional que levaram a reflexão sobre o processo de laicização da sociedade brasileira e as dificuldades de implementação mesmo no Estado laico, portanto defensor da liberdade religiosa. A necessidade das instituições confessionais de sobreviver, desde o âmbito material ao cuidado com o seu rebanho, oportunizou a ressignificação das práticas, passando a usar do jornal como o missionário moderno capaz de levar a sua Verdade a qualquer lugar e a qualquer hora.

Por meio desse veículo de comunicação, antes combatido por ser laico, agora idolatrado por ser considerado da boa imprensa, os grupos religiosos criaram estratégias para manter a sua representatividade junto a sociedade e ao Estado, forjando assim suas identidades. Nesse sentido, buscou-se compreender a complexidade do fenômeno religioso no cotidiano dos indivíduos, apontando os múltiplos usos de suas práticas e representações por líderes confessionais e laicos, muitos deles a serviço de interesses das instituições confessionais e laicas, mesmo diante de uma sociedade juridicamente laicizada. Por meio do *corpus* documental e da bibliografia, foi possível identificar o protagonismo dos capuchinhos e dos presbiterianos no Sergipe da transição Império para a República. A percepção que um grupo fazia de si e do

outro levou a reflexão de uma série de questões, mas sobretudo, com o olhar voltado para a questão que ainda se apresenta complexa, a liberdade religiosa.

A Constituição republicana de 1891 legitimou a liberdade religiosa no Brasil. Apesar da garantia jurídica, constatou-se que a convivência entre cristãos permaneceu tensa, dificultando assim a aplicabilidade da legislação laicizada. Diante desses conflitos vivenciados nas primeiras décadas do Estado laico, percebeu-se que os grupos religiosos criaram estratégias de aproximação com as autoridades civis da recente República. Portanto, para além de missionários modernos de evangelização, os jornais *A Cruzada* e *O Cristão* são expoentes desses grupos para garantir a sua autonomia e maior representatividade no Estado laico. Os jornais em si são representativos da dificuldade de implementação do processo de laicização da República no Brasil, demonstrando como católicos e protestantes traçaram estratégias para aumentar sua representatividade junto ao Estado e à sociedade.

Assim, demonstrou-se que a imprensa confessional ganhou força no Sergipe da primeira metade do século XX, acompanhando o avanço tecnológico da cultura impressa no Brasil. A substituição dos equipamentos tipográficos por máquinas modernas facilitou a montagem das oficinas dos jornais *A Cruzada* e *O Cristão*. Mas, certamente foi a necessidade desses grupos religiosos sobreviverem no Estado laico que impulsionou os seus líderes (pastores, padres, bispos) a criarem diversos órgãos da chamada boa imprensa, no Brasil republicano. Diferente das ideias transmitidas no púlpito, a palavra imprensa atingiria um público maior, em qualquer lugar e a qualquer hora. Assim, o missionário moderno facilitava a comunicação com toda a sociedade, evangelizando e se opondo à disseminação dos projetos laicizados voltados para o ensino, às tendências da moda, aos efeitos da cultura impressa, aos sepultamentos e casamentos civis.

Os dois jornais em questão são representativos dos modos divergentes propostos por esses grupos religiosos para a sociedade brasileira da Primeira República a par das novidades laicizadas. Nesse sentido, *O Cristão* representava o modelo pautado no pragmatismo norte-americano, idealizado pelos presbiterianos que compartilhavam das mudanças decorrentes da Constituição republicana de 1891. Eles contavam com o apoio de grupos defensores das ideias mais liberais, pautados no discurso de progresso e civilização. Do lado oposto, *A Cruzada* representava o tipo ideal de sociedade pautado na Igreja Católica defensora do pensamento ultramontano, compartilhado pelos políticos e grupos mais conservadores. Não eram contrários ao progresso desde que os valores morais transmitidos pelo catolicismo permanecessem na República. Na percepção desse jornal, a Igreja católica era o farol que guiava a sociedade no caminho da luz, portanto, ainda cabia a essa instituição gerir o ensino, definir a boa leitura, a maneira de se vestir, de pensar e de agir.

O Christão se aproximava mais das ideias defendidas pela República, diferente do jornal *A Cruzada* que criticava com veemência os projetos laicizados. Antes de apresentar os pontos mais criticados pelos jornais, faz-se necessário pensar a questão sob a perspectiva do papel desempenhado pelos protestantes. Como se pôde constatar, esse grupo religioso de denominações diferentes passou a conquistar espaços no país marcado pela tradição do catolicismo ultramontano ainda no oitocentos, em virtude das influências da Inglaterra perceptíveis a partir do Tratado de Comércio e Navegação de 1810. Portanto, o processo de laicização da sociedade brasileira não pode ser dissociado de acontecimentos propulsores da modernidade, dos quais a Reforma Protestante teve um papel relevante. Primeiro na Europa e depois expandida para o resto do mundo de maneiras específicas.

Nesse aspecto, as chamadas guerras religiosas e ou civis da França e da Inglaterra são importantes para se pensar a questão da liberdade religiosa defendida pelos protestantes no Brasil. Conforme foi demonstrado nos capítulos anteriores, as guerras religiosas da França moderna na percepção abordada por Denis Crouzet¹⁰⁴⁵ ajudaram a pensar nos gestos de violências e nas representações das alteridades de católicos e protestantes no Brasil oitocentista, quando uma das reivindicações era pela liberdade religiosa. Legislação que entrou em vigor somente na República. Pensando por essa perspectiva o processo de dessacralização da política na Inglaterra e nas suas colônias na América abordado por J. G. A. Pocock leva a refletir sobre a institucionalização da religião civil no Brasil laicizado, quando os grupos religiosos passaram a se aproximar do Estado, afirmando seus projetos de representatividade social.¹⁰⁴⁶

Assim, em meio ao processo de laicização europeu surgia os debates sobre a questão da liberdade religiosa, fugindo aos objetivos desse trabalho esgotar a questão que é bastante complexa. Nesse aspecto, Pocock aponta que a dessacralização da política culminou na discussão sobre a liberdade religiosa e a tolerância. Debate iniciado pelo filósofo John Locke sendo apropriado de diversas formas, inclusive pelos grupos religiosos. Desse modo, protestantes interessados na preservação dos direitos do magistrado passaram a se utilizar do pensamento desse iluminista para debater a questão. Defendeu Pocock que o Estatuto da Virgínia para a Liberdade Religiosa “é produto do Iluminismo Protestante que foi, por sua vez, em grande parte gerado pela determinação protestante de preservar os direitos do magistrado civil e da sociedade civil”.¹⁰⁴⁷ Nesse sentido, o Estatuto da Virgínia legisla sobre um duplo

¹⁰⁴⁵ CROUZET, Denis, op. cit.

¹⁰⁴⁶ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 410-420.

¹⁰⁴⁷ Ibid., p. 427.

desdobramento das liberdades: a magistratura é libertada de imperativos religiosos, renunciando à autoridade sobre a religião. Mas, ao mesmo tempo, descreve a religião como se consistindo em livre inquirição e formação de opiniões.

Com efeito, foi também com base nos ideais da Revolução Francesa que a Constituição republicana brasileira revogou o regime de união institucional entre Igreja e Estado, refletindo nas mudanças que afetariam o modo de agir da Igreja e dos civis: a criação de cartórios, a implantação do casamento civil, a laicização do ensino público e a segurança estatal dada a liberdade de culto e de expressão, culminado de fato na liberdade religiosa. Essas mudanças levaram os bispos a condenarem a laicização do Estado e todas as mudanças que vieram com ela. Sobre essa última questão, Azzi apontou que “segundo a hierarquia eclesial, a laicização do ensino é considerada como uma forma prática de ateísmo e causa de profundos males para o país”.¹⁰⁴⁸ Por diversas vezes *A Cruzada* defendeu o papel da Igreja no ensino, criando diversas escolas a cargo das congregações e ordens. A crítica se voltava também para as escolas das denominações protestantes. Assim como os jornais confessionais as escolas de ambas as confissões sinalizam para a dificuldade do Estado em manter seu propósito de laicidade previsto na Constituição.

Constatou-se que assim como se deu nos países europeus também no Brasil o Estado enfrentou dificuldades para implementar projetos laicizados. Nesse sentido, como foi demonstrado, as publicações dos jornais *A Cruzada* e *O Cristão* são representativas dessas dificuldades, bem como das estratégias utilizadas por católicos e protestantes para se manterem perceptíveis junto ao Estado e à sociedade. Percebe-se que mesmo defendendo a sua confissão, em parte, o jornal presbiteriano apoiava muito mais os projetos implementados pelo Estado do que o jornal católico.

Institucionalizada a República, seguida pelo decreto de separação da Igreja do Estado, a legislação precisava mudar para legitimar a laicidade do Estado. Entretanto, a partir da década de 1910, defendeu Azzi que a Igreja começou a se aproximar do Estado e o próprio Estado republicano passava a perceber que precisava da Igreja para auxiliá-lo na manutenção do consenso social como era de praxe no Império.¹⁰⁴⁹ O discurso do jornal diocesano de Sergipe não fugiu à regra. De diversas maneiras *A Cruzada* demonstrou que havia o interesse da Igreja em se aproximar do Estado. Para o jornal a relação dos cristãos com as autoridades civis, respeitando a autoridade divina sem desconsiderar a autoridade do governante civil constituía-

¹⁰⁴⁸ AZZI, Riolando. *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*, op. cit., p. 29.

¹⁰⁴⁹ Ibid.

se no fundamento do equilíbrio social, salvaguardando as instituições, especialmente, em épocas turbulentas.¹⁰⁵⁰

Assim, percebeu-se mais uma vez a utilização da religião para auxiliar o Estado na manutenção da ordem, conforme foi demonstrado a partir da atuação dos capuchinhos na província. Na República também é possível escavar do discurso do jornal que havia um grupo defendendo a utilização do catolicismo para manutenção da ordem, do progresso e da civilização da pátria. Ainda na década de 1920, o país passava por uma transformação no modo de se pensar o trabalho,¹⁰⁵¹ passando a se preocupar com a disciplina dos operários. Percebeu-se, ainda, pelas matérias do jornal diocesano que os proprietários das fábricas têxteis de Aracaju foram patrocinadores daquele órgão e das associações diocesanas. Assim, Sabino Ribeiro e Thales Ferraz foram representados como patrões bons e caridosos.

A tentativa de aproximação da Igreja com o Estado pode ser observada ainda na série de artigos intitulada E A GUERRA E O CATOLICISMO, assinadas pelo padre Onallos Satnad, Rio de Janeiro. Parece se tratar de textos escritos pelo padre Solano Dantas. No artigo de conclusão o padre considerava animador o movimento religioso em defesa da religião católica, destacando a criação das associações e a construção de obras no Brasil inteiro. Políticos e pessoas influentes, a exemplo de Pedro Lessa e Miguel Calmon têm defendido a necessidade de “regressarmos ao catolicismo, como medida única capaz de salvar o Brasil”.¹⁰⁵² Para tanto, fazia-se necessário adotar estratégias que dificultassem o processo de laicização ao passo que aproximava a Igreja e o Estado. Com a ação do apostolado da oração a sociedade seria restaurada em Cristo, defendia *A Cruzada*.

O engajamento do clero brasileiro em defesa da colaboração da Igreja com Estado, mesmo este sendo laico, era perceptível. Em 21 de setembro de 1919, os bispos, entre estes estava D. José, e arcebispos reunidos no Recife, escreveram uma carta em nome da sociedade civil formada por milhões de católicos. Na Mensagem do Episcopado Brasileiro dirigida aos representantes da Nação destacava-se que o clero católico desejava: cooperar com os poderes públicos para o bem da sociedade civil; promover a paz e a harmonia; contribuir para colocar em prática a honestidade, a honra, a obediência, o respeito e estima recíproca, laços que unem a classe e afeioam os indivíduos; pelo entrelaçamento dos deveres e dos direitos. Para tanto, pediram aos poderes públicos para reconhecer a religião através de atos públicos, sugerindo o

¹⁰⁵⁰ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 42, 9 de novembro de 1919, p. 2.

¹⁰⁵¹ Percebe-se que os capuchinhos contribuíram para imbuir um valor do trabalho como algo positivo que dignificava o homem, à medida que expunha as penitências e seguiam o exemplo de São Francisco conforme a regra e o testamento da Ordem.

¹⁰⁵² BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 48, 21 de dezembro de 1919, p. 1.

7 de setembro para desenvolver “ações de graças a Deus por todos os seus benefícios ao Brasil”.¹⁰⁵³

Os jornais em si são representativos da inaplicabilidade jurídica, ao menos no que diz respeito a algumas questões defendidas pela legislação republicana. Assim foi possível identificar, por meio das representações de alteridades de católicos e protestantes, a complexidade da questão da liberdade religiosa, mesmo no Estado laico, quando os grupos religiosos usavam da imprensa confessional e de outras estratégias, dificultando assim o processo de laicização da sociedade brasileira. Em outras palavras se processava no Brasil republicano a institucionalização de uma religião civil. Dificultando a laicização, a Igreja Católica passou a usar de estratégias que a aproximasse das autoridades civis. Assim, na contramão da laicização surgia o que passou a ser denominado de projeto de Neocristandade. O Cristo redentor passou a abrir os braços para o Brasil nas esculturas inauguradas nas principais capitais do país, a exemplo de Salvador e Rio de Janeiro, simbolizando esse projeto.

Entretanto, as denominações protestantes não deixaram de crescer no Brasil, assim como as tensões religiosas e políticas envolvendo esses grupos religiosos parecem estar mais ativas no presente, apesar de o Estado garantir a liberdade religiosa conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Pelo artigo 5º, inciso VI, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.¹⁰⁵⁴ Portanto, a legislação garante ao cidadão brasileiro e ao estrangeiro no país, tanto o direito de professar qualquer credo religioso, quanto o de não crer em nenhum deles. Mas na prática as redes sociais e os noticiários têm sinalizado gestos de violências, contrariando o referido artigo da carta magna ainda em vigor no Brasil.¹⁰⁵⁵

Caro leitor, o quebra cabeça foi montado, apesar das peças que ainda estão para ser encaixadas nas pesquisas futuras. Espera-se que a queima de bíblias e os demais conflitos provenientes da convivência tensa dos católicos e protestantes no Brasil, aqui representados pelos capuchinhos e presbiterianos, levem a reflexão dos problemas atuais, almejando dias melhores para a humanidade.

¹⁰⁵³ BPED/Projeto *Nuntium e Clio – A Cruzada*, Aracaju, ano II, n. 44, 23 de novembro de 1919, p. 1.

¹⁰⁵⁴ Cf. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

¹⁰⁵⁵ Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 67,7% no Brasil em 2019, se comparadas com o mesmo período do ano anterior, conforme dados do Disque 100. Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2020/02/28/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-677-no-brasil-em-2019/>. Acesso em: 20 out. 2020.

REFERÊNCIAS

Fontes

AHNSP – Arquivo Histórico N. Sra da Piedade Frades Menores Capuchinhos da BA/SE

Caixa A 38 – Caderno das Missões dadas por Frei Caetano de San Leo.

Caixa A 38 – Caderno de Sermões de Frei Caetano de San Leo.

Caixa Ca 17 – Caderno de Memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano.

Caixa Ea-2 – Livro de Registro Missões e Retiros – 1712 a 1980.

Caixa Ea-2 – Livro de Registros das Missões (1890-1933).

Caixa Ea-5 – Caderno de Sermões de Frei Inocência de Apiro. Sermão para as Missões.

Livro Cânticos para Missão popular – Frades Capuchinhos – Salvador/Ba.

PEDROSO, Frei José Carlos Corrêa (tradutor). *Constituições da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos com a Regra e Testamento de São Francisco*. Edição da CCB- Conferência dos Capuchinhos do Brasil. Centro Franciscano de Espiritualidade; Piracicaba/SP. 1997.

AHFSRJ – Arquivo Histórico Frei Serafim (Rio de Janeiro)

(4, VI, 1) – Carta do Vice-Prefeito Candido de Taggia ao comissário geral Frei Fabiano de Scandiano de 1848.

(4, VI, 2) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia do Hospício Nossa Senhora da Conceição, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1849.

(4, VI, 3) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1849.

(4, VI, 4) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 1849.

(4, VI, 7) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 6 de março de 1854.

(6, IV, 3) – Carta do Frei Dorotheo de Loreto ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 25 de março de 1857.

(4, VI, 12) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 14 de junho de 1855.

(4, VI, 19) – Carta do Vice-Prefeito, Candido de Taggia, Sergipe ao Comissário Geral, Frei Fabiano da Scandiano, no Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1856.

(16-X-10) – Carta de Frei Paulo Antônio Casanova, Itapemirim (ES) ao Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1850.

(16-X-11) – Carta do Vice-Prefeito Frei Paulo Antônio Casanova, São Cristóvão, (SE), ao Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1856.

(16-X-11 a 21) – Cartas de Frei Paulo Casanova remetidas ao comissário geral Frei São Cristóvão, (SE), ao Comissário Geral, Frei Fabiano de Scandiano, no Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1857, 27 de julho de 1858, 29 de março de 1859 e 6 de dezembro de 1861.

AGJSE – Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

Apelação cível, In: Fundo: LAR/C.1º OF. Série Cível Subsérie, Nº CX 01, período 1868-1909, acervo 01, módulo I, Nº geral 209.

Processo Crime (1883-1888) dos réus presos José Rosendo, Antonio José e Manoel das Neves pelo homicídio de Graciliano Gratulino do Valle, ocorrido em 10 de novembro de 1883. In: Fundo Laranjeiras, C.1ºOF, Série Penal, Homicídio, Nº CX06, 1888-1891, Nº geral 284.

Inventário de José Gregório da Silva Teixeira. In: Fundo Itabaiana/Cartório do 2º Ofício. Série Cível; Subsérie Inventario, nº caixa 11, (1915-1916); Nº geral 1510.

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

AG4-03-DOC33, Clero – Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao vice-presidente da província de Sergipe, Joaquim Martins Fontes, Bahia 3 de outubro de 1840.

AG4-03-DOC42, Clero – Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao presidente da província de Sergipe, Bahia 12 de novembro de 1840.

AG4-03-DOC70, Clero – Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao vice-presidente da província de Sergipe, Joaquim Martins Fontes, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1841.

AG4-03-DOC70, Clero – Cópia do Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao Ministro e Secretario do Estado dos Negócios da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1841, que foi anexada, ao Ofício do arcebispo da Bahia, Romualdo dirigido ao vice-presidente da província de Sergipe, Joaquim Martins Fontes, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1841.

(SP¹ – 415) Denúncia do Capelão Eusebio Cruz d' Alm^a [Almeida], de 17 de dezembro de 1866, dirigida ao Chefe de Polícia Antero Cícero de Assis.

(SP¹ – 415) Carta do vigário da capital José Luiz d' Asévedo, de 21 de dezembro de 1866, com o parecer sobre a legalidade das bíblias vendidas por Torquato Martins Cardoso.

(SP¹ – 415) Ofício de 24 de dezembro de 1866 do Presidente de Província José Pereira da Silva Moraes encaminhado ao Chefe de Polícia.

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da Respectiva Assembléia Legislativa no dia vinte e cinco de maio de 1855, Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1855.

Disponível em:

<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/SEBASTIÃO%20MACHADO%20NUNES%20-%20Presidente%20da%20Província-2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BPED – Biblioteca Pública Epifânio Dória (Aracaju)

Correio Sergipense, São Cristóvão e Aracaju, 1840-1866.

A Assembleia Católica, Aracaju, 1859-1860.

Jornal de Sergipe, Aracaju, 1867.

Jornal do Aracaju, Aracaju, 1870-1878.

O Pharol, Estância, 1879-1886.

O Horizonte, Laranjeiras, 1885-1886.

O Laranjeirense, Laranjeiras, 1887-1888.

A Reforma, Aracaju, 1887-1889.

O Republicano, Laranjeiras, 1888-1890.

A Cruzada, Aracaju, 1918-1926.

O Christão, Aracaju, 1919-1927.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, n. 2.323, 16 de dezembro de 1927.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, n. 5847, 19 de dezembro de 1933.

Carta Pastoral do Exm. e Revm. Arcebispo da Bahia Dom Manoel Joaquim da Silveira, Metropolitano e Primaz do Brasil, premunindo os seus diocesanos contra as mutilações, e adulterações da Bíblia traduzida em portuguez pelo padre João Ferreira A. D' Almeida, contra os folhetos, e livrinhos contra a religião, que com a mesma Bíblia, se tem espalhado nesta cidade; e contra alguns erros, que se tem publicado no paiz. In: *Correio Sergipense*, Aracaju, 1863.

Criação do Hospício dos Capuchinhos em São Cristóvão – Lei nº 67 de 08 de março de 1841.
In: *Coleção das Leis e Resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe 1841*, Aracaju 1841.

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

O Triunfo, Laranjeiras, 1844.

Imprensa Evangelica, Rio de Janeiro e São Paulo, 1864-1892.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 1865-1867.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1867.

Diario do Povo, Rio de Janeiro, 1868.

A Crença, Aracaju, 1873.

Jornal de Sergipe, Aracaju, 1880.

O Pharol, Estância, 1880.

Sergipe, Aracaju, 1882.

A Província, Aracaju, 1885.

Jornal Gazeta do Aracaju, Aracaju, 1885.

O Larangeirense, Laranjeiras, 1887-1888.

Gazeta de Sergipe, Aracaju, 1891.

O Republicano, Aracaju, 1891.

O Puritano, Rio de Janeiro, 1904-1905.

Almanaque Laemmert, Rio de Janeiro, 1917.

Livros de Batismos e Óbitos (Sergipe)

BRAZIL, Sergipe, Laranjeiras, Nossa Senhora de Sant'Ana. *Registros paroquiais, 1840-1974*. Batismos, Livro 02, 1877-1882, p. 6; 109 (microfilmado). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-899T-V6TJ?i=5&cc=2177298&cat=2156551>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Livro de Batismo da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1912-1914).

Livro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju (1871).

Igreja Presbiteriana do Rio De Janeiro

Primeiro Livro de Atas do Presbitério do Rio de Janeiro, constituído em São Paulo a 16 de dezembro de 1865 a 1885.

Livros de Atas da Missão Central do Brasil. Relatório de Alexandre L. Blackford para o Presbitério do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.executivaipb.com.br/Museu/Relatorios/Blackford/Blackford.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Revista Voz Missionária

UMA Viagem de Trinta Anos. *Revista Voz Missionária*. São Paulo: Imprensa Metodista, ano II, n. 2, p. 9-10, 2º trimestre, 1931, p. 9.

Primeira Carta Pastoral da Diocese de Aracaju

SILVA, D. José Gomes da. *Carta Pastoral do Bispo de Aracaju saudando a seus diocesanos*. Nictheroy, Escola Tipografica Salesiana, 1911.

Anais, Decretos, Leis, Relatórios e Mensagens

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 30 de julho de 1867.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão em 02 de agosto de 1867. In: *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da décima-terceira Legislatura. Sessão de 1867. Tomo 4. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villexeuve & C. 1867.

N.146 – JUSTIÇA – Aviso de 4 de MAIO DE 1868. Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1868. Tomo XXXI. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1868.

Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

2ª Secção. Ministério dos Negócios da Justiça. Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1868.

Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1868. Tomo XXXI. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1868. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Colecção das Leis do Imperio do Brasil de 1863. Tomo XXVI, Parte II, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, Rua da Guarda Velha, 1863. (Decreto N. 3.069 de 17 de abril de 1863).

BRASIL. *[Constituição de 1824]*. Disponível em:

<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. [Constituição de 1988]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

SERGIPE. *Relatório entregue a administração da província de Sergipe em 13 de agosto de 1860 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Thomaz Alves Junior pelo Dr. Manoel da Cunha Galvão*. Sergipe: Typ. Provincial, 1860.

SERGIPE. Fala com que abriu a 2ª sessão da 6ª Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe o presidente da província Anselmo Francisco Peretti, em 21 de abril de 1843.

SERGIPE. Fala do presidente da província Zacarias de Goes e Vasconcelos, 1º de março de 1849.

SERGIPE. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Martins Fontes 1º vice-presidente da província abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe no dia 06 de março de 1877. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1877.

SERGIPE. Relatório do chefe de Polícia João Baptista da Costa Carvalho (secção Tentativa de Homicídios), p. 6. In: anexos da Falla com que o Exm. Sr. presidente da província de Sergipe Dr. Manoel de Araujo Goes abriu em 15 de fevereiro de 1886.

SERGIPE. Falla com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Luiz Caetano Muniz Barreto abriu a 2ª Sessão da 26ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, em 10 de março de 1885.

Bibliografia

ALBERT, Pierre; TERROU, Ferdinand. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: Alencastro, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. v.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA NETO, Dionísio de. *A luz da fé no Jardim de Sergipe: aspectos históricos do catolicismo em Estância-SE (1632-2003)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (org.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe: BANESE, 1991.

_____. Nota Prévia sobre a Propriedade Canavieira em Sergipe (Século XIX). In: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH – Aracaju*, setembro de 1975, p. 483. In: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.23.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

ALMEIDA, Vasni; GOMES, José Neto Sousa. Daniel Parish Kidder: sociedade, identidade e cultura nas narrativas de um protestante viajante no século XIX. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, v. 7, n. 2, 2016, p. 94-120. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1165>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

AMADO, Gilberto. *História de Minha Infância*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ANDRADE, Pérciles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

ANDRADE, Suelayne Oliveira. “*Capitolino, um artista typographo e seu morrer*”: o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895). Curitiba: CRV, 2019.

ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro – Sergipe (1750-1831)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes. A imigração italiana e os primórdios da obra escalabriana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Paulinas, 1987. (volume 1).

_____. *A neocrisandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil. (volume 5).

_____. *O Altar Unido ao Trono: Um Projeto Conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

_____. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil, volume 4).

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D’Assunção. O uso dos jornais como fontes históricas. In: BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

BRIGGS, Asa; BURKER, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BURKE, Peter. A Vitória da Quaresma: A Reforma da Cultura Popular. In: BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARDOSO, Joaquim Mauricio. O Vigário Ayres. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, n. 18, p. 33-36, 1957.

CARVALHO, Aloysio de. A Imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). *Apontamentos para a história da Imprensa na Bahia*. 2 ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CARVALHO, Deborah Agulham. *Das Casas de Pasto aos Restaurantes: os sabores da velha Curitiba (1890-1940)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Paraná, Curitiba 2005.

CARVALHO, Jorge. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 35, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Vladimir Souza. *A República Velha em Itabaiana*. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2001.

CATROGA, Fernando. Secularização e Laicidade: Uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista da História das Ideias. Tolerâncias, Intolerâncias*. v. 25, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

_____. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, v. XXIV, n. 100, 1988, p. 211-273.

CAVALCANTE, Danielle de Oliveira. Uma contribuição para a saúde em Laranjeiras (SE): os 150 anos da instalação da Santa Casa de Misericórdia e Hospital de Caridade São João de Deus. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas científicas*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CERQUEIRA, Gabriel Souza. *Reforma judiciária e administrativa da justiça no segundo reinado (1841-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A fábula mística*. Séculos XVI-XVII, vol.1. São Paulo: Gen/Forense Universitária, 2015.

_____. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A História ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

_____. Os Capuchinhos do Maranhão. In: DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-23.

CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno (XVI-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

COSTA, Gicélia Santos. *Protestantes na “Atenas sergipana”*: conflitos religiosos na inserção do presbiterianismo em Laranjeiras/SE (1884-1899). São Paulo: Recriar, 2018.

COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.

CROUZET, Denis. La représentation de L'alterité au temps des premières guerres de religion: trois figures de l'exclusivisme. *Revista de História das Ideias: Tolerâncias, Intolerâncias*, v. 25, p. 209-245, Instituto de História e Teoria das Ideias: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2004.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Martim Claret, 2008.

CUNHA, Tatiane Oliveira da. *“Práticas e prédicas em nome de Cristo...”*: capuchinhos na “cruzada civilizatória” em Sergipe (1874-1901). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2011.

_____. “É a boa imprensa o veículo das ideias salvadoras”: embates entre católicos e protestantes nos jornais A Cruzada e O Christão (1918-1927). In: DIAS, Raylane Andreza; SANTOS, Claudfranklin Monteiro (org.). *Temas de História e Educação Católica em Sergipe*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2020. (Volume 2)

_____. *“Espaços e Culturas em transformações em nome de Cristo...”* Frei Caetano de San Leo em missões populares em Sergipe (1901-1911). Monografia (Especialização em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

_____. *Demarcando espaços em nome de Cristo...*: Frei Caetano de San Leo em Missões itinerantes em Sergipe (1901-1911). In: SOUSA, Antônio Lindvaldo (org.). *O Pulso de Clio... Religiosidade, Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

_____. *O “retorno” do padre Vicente: memória e poder na criação do Distrito de Paz Saco do Ribeiro (1927)*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

CURVELLO, Manoel. *Sergipe Republicano (Estudo Crítico e Histórico)*. Rio de Janeiro: Casa-Mont Alverne, 1896.

D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002.

DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 29; 47-50.

DANTAS, Beatriz Góis. Os Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (org). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. A política em Sergipe Provincial (1820-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, p. 39-48. (Dossiê Sergipe Provincial).

_____. A trajetória política de Olímpio de Souza Campos (1853-1906). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 36, p. 225-238, 2007.

DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção de Estudos brasileiros; v. 47).

DELUMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. Tradução: Maurício Baltazar Lear *et al.* São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)* Vol II. Tradução: Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003.

DEMONER, Sonia Maria. *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo (XIX)*. Vitória: Espírito Santo, 1983.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (Volume 2).

ENNES, Marcelo Alario. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). *História*, São Paulo, v. 30, n. 2, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200015>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FARIA, Francisco Leite de. *Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil I*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

_____. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil II*. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe: (Do golpe de 15-11-1889 ao golpe de 31-3-1964)*, 1986. (Volume 1).

FONSECA, Adalberto. *História de Campo do Brito*. Curitiba: Arte Graf. Ed. Unificado, 1989.

FONTAINE, Laurence. *Histoire du Colportage en Europe, XV-XIX Siècle*. Paris: Éditions Albin Michel, 1993. (Collections Histoire).

FRAGOSO, Hugo. O Apaziguamento do Povo Rebelado mediante as Missões Populares. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 16/17 n. 1/2, 1985/1986, p. 86. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10385/1/1985_art_hfragoso.pdf. Acesso em: abr. 2018.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Sousa (coord.). *Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Editora Grafset, 2007, p. 38.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe (1575-1855)*. 3. ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

_____. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1894. (Volume 1)

FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H. Garnier Irmãos. 1896.

FREITAS, José Edgar da Mota (org.). *Cartas de Maruim*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, Universidade Editora, 2000.

GABRIELLE, Cassiana Maria Mingotti. *Capuchinhos Bretões no Estado do Brasil: estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução: Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRALDI, Luiz Antonio. *A Bíblia no Brasil Império*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 9.

GOES, Balthazar. *A República em Sergipe*. Aracaju: Secretária de Estado da Cultura, 2005.

GOMES, Francisco José Silva. De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República. In: *História e Cidadania: Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH*. Belo Horizonte/MG – julho de 1997. Vol II. Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1998.

GOOFWIN JR, James William. *Cidades de Papel: Imprensa, progresso e tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

_____. O 1º jornal de Sergipe. *Revista do IHGSE*, n. 1.

HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Tradução: Cynthia Marques, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IRIARTE, Lázaro. *História Franciscana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

JESUS, Antônio Francisco de. *Os Tabaréus do Sítio Saracura*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

JESUS, Leonardo Ferreira. “*Ventos venenosos*”: o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

JULIA, Dominique. Les ferveurs catholiques du XVIIIe siècle. In: LE GOFF, Jacques; RÉMOND, René (org.). *Histoire de la France religieuse*. Paris: Seuil, 1991 (JOUTARD, Philippe (org.). Du roi Très Chrétien à la laïcité républicaine XVIIIe-XIXe siècle, (Tomo III).

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Idem, *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. *São Francisco de Assis*. Tradução: Marcos de Castro. 10 ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2011

LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. Tradução: Linneu de Camargo Schutzer. 3 ed. São Paulo: ASTE, 2002.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos filosóficos em Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, Aracaju, 1995.

LIMA, Zózimo. *Variações em Fá Sustenido*. Brasília, [s. n.], 1993, p. 82 (Coleção Garimpos de História, v. 1)

LOCKE, John. *Carta acerca da Tolerância*. São Paulo: Abril Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores)

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MACHADO, Pedro. “Um século de evangelismo em Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 5, n. 9, 1920, p. 207-214.

MANSO, Maria de Deus Beites. *História da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edições Parsifal, 2006.

MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: O Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915)*. 1989. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

MARINO, Frei Gregório de S. Os Capuchinhos na Bahia. In: *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950. (Volume IV).

MARQUES, Marcos Moreira. *Cura do corpo, da cidade e da alma: medicina, política e espiritismo na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel Editora, 1991.

MATOS NETO, Antonio Porfírio de. *História de Frei Paulo*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

MATOS, Alderi Souza de. *Colportores: heróis esquecidos da obra missionária no Brasil*. Disponível em: <http://cpaj.mackenzie.br/historiadaigreja/pagina.php?id=236>. Acesso em: 04 jul. 2017.

_____. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900): Missionários, pastores e Leigos do Século XIX*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. (Tomo 3 – Período Republicano e Atualidade).

MATOS, Márcio Gomes de Santana. *A cruzada versus o juvenil: tensões entre católicos e espíritas em Sergipe (1930-1951)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Ao pé do ouvido: Sergipe, o Estado Novo e a Criação da Rádio Aperipê*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2014.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

MELO, Amarildo José de. *Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua obra reformadora da Igreja em Minas Gerais: uma releitura teológico moral*. 2005. 356 f. Tese (Doutorado em Teologia Moral) - Pontificia Universitas Lateranensis, Roma, 2005.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONTEIRO, Ricardo Esteves. *O Cérebro Progressivo de Domingos Guedes Cabral em Funções do Cérebro (1876)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2015.

MOTT, Luiz. Vida Social e Cotidiano em ‘Sergipe o Novo’ à época das Visitações do Santo Ofício e das Cartas de Sesmaria: 1591-1623. In: MOTT, Luiz. *Sergipe Colonial e Imperial: religião, família, escravidão, e sociedade (1591-1882)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

MOURA, Ismael Meneses. *Os Protestantes em Itabaiana*. Itabaiana: Info Graphics, 2011.

NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão de Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os chamados Cariris*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. A Batalha da Fé: Uma leitura dos embates travados entre católicos e protestantes nos jornais da Província de Sergipe. In: *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

_____. *A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE, 2004.

_____. *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*. Maceió: EDUFAL, 2007.

NUNES, Maria Thetis. A ocupação territorial da vila de Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores, p. 407-420. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. A propriedade rural, v. II. São Paulo, 1976.

_____. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Cristóvão: UFS, 1996.

_____. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 45.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

_____. *Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial*. *Revista de História Regional*, 2001, p. 149. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2122/1603>. Acesso em: 26 abr. 2017.

OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Histórias de Laranjeiras Catholica*. Aracaju: Casa Ávila, 1935.

_____. *Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras*. 2. ed. Aracaju: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1981.

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade de Itambacuri fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1944)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1945.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. A casa Schramm e a economia sergipana na segunda metade do século XIX. In: FREITAS, José Edgar da Mota (org.). *Cartas de Maruim*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1991, p. 37-39.

_____. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

_____. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Funcaju, 2000.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEREIRA FILHO, Roberto Sobreira. *As Funções de Funções do Cerebro (1876): um estudo do evolucionismo de Domingos Guedes Cabral (1852-1883)*, Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As Ruínas da Tradição: A Casa da Torre de Garcia D'Ávila Família e propriedade no nordeste colonial*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

PRADO, Giliard da Silva. *Batalhas da memória política em Sergipe: comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos (1906-2006)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da consciência: inquisidores, confessores, missionários*. Tradução: Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos das Marcas e a Fundação da Província de N.S. da Piedade: da Prefeitura à Custódia (1892-1937)*. Salvador: Impressão Gráfica Editora, 1991. (Volume 3).

_____. *Os Capuchinhos Italianos na Bahia*. Uma contribuição para História da Igreja no Brasil. Salvador: Impressão Gráfica Editora, 1988. (Volume 2).

_____. *Os Capuchinhos Franceses na Bahia: uma contribuição para a História da Igreja no Brasil*. Salvador: Impressão Gráfica Editora, 1987. (Volume 1).

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981, p. 151-153, apud MATOS, Alderi Souza de. *Colportores: heróis esquecidos da obra missionária no Brasil*. Disponível em: <http://cpaj.mackenzie.br/historiadaigreja/pagina.php?id=236>. Acesso em: 04 jul. 2017.

ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado: Dr. Robert R. Kalley*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013. (Volume 1).

_____. *Lembranças do Passado: Dr. Robert R. Kalley*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013. (Volume 2).

RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SALES, Tatiana Silva. *As falanges da Boa Imprensa: o jornal “A Cruzada” em Sergipe (1918-1969)*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2005.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição a história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTANA, Antonio Samarone. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: edição do autor, 2005.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *Contradições da romanização da Igreja no Brasil: a festa de São Benedito em Lagarto - SE (1771-1928)*. Aracaju: Edise, 2016.

SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica: diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à Civilização: Colonização e Povos Indígenas na Bahia*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.

SANTOS, Israel Silva dos. *Igreja Católica na Bahia: por um catolicismo romano (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2016.

SANTOS, Josineide Luciano Almeida. *O ocaso da memória: a história do Engenho Oitocentas no baixo Cotinguiba em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SANTOS, Luís Aguiar. *O Protestantismo em Portugal (séculos XIX e XX): Linhas de força da sua história e historiografia*. Lusitana Sacra, 2ª série, 12 (2000).

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: Protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luís: Edufma; São Paulo: Ed. ABHR, 2006, p. 30-31.

_____. O Protestantismo no Advento da República no Brasil: Discursos, Estratégias e Conflitos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, n. 8, set. 2010. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. *Os Mascates da Fé: História dos Evangélicos no Brasil (1855-1900)*. Curitiba: CRV, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Misericórdia de Olhos Azuis: as irmãs da Imaculada Conceição e os impasses da reforma devocional em Sergipe (1906-1932). In: DIAS, Raylane Andreza; SANTOS, Claudfranklin Monteiro (org.). *Temas de História e Educação Católica em Sergipe*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2020. (Volume 2).

SANTOS, Maria Nele dos. *A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984, p. 77.

_____. *A sociedade libertadora. “Cabana do Pai Thomaz”*: Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

SANTOS, Patrícia Teixeira. *Dom Comboni: Profeta da África e Santo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SCHILLING, Heinz. “Urban architecture and ritual in confessional Europe”. In: SCHILLING, Heinz; TÓTH, István György. *Religion and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 116-137.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEBRÃO SOBRINHO, José S. de Carvalho. *Fragments de histórias municipais e outras histórias*. Organizado por Vladimir Souza Carvalho. Aracaju: Instituto Luciano Barreto Junior, 2003.

_____. *Laudas da História do Aracaju*. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.

SEIXAS, Mariana Ellen Santos. “Contra a paz, unidade e pureza da Igreja”: considerações sobre a formação de uma identidade presbiteriana em Salvador (1872-1900). *Revista de História*, v. 4, n. 1, p. 94, 2012. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a05.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. *Igreja Presbiteriana na Bahia (1872-1900): instituição, imprensa e cotidiano*. Salvador: Sagga, 2017.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____. *Roteiro da Vida e da Morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Clodomir de Souza. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. Aracaju: Governo do Estado, 1920.

SILVA, Elizete. *Cidadãos de outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Paulo, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Camponeses e Criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

SILVA, Sheyla Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOARES, Caleb. *150 anos de paixão missionária: o presbiterianismo no Brasil*. Editora Cultura Cristã, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. *“Homens que têm parte com o Diabo...”*: violência, medo e ordem pública no cotidiano dos habitantes das fronteiras e do agreste de Itabaiana, SE (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

_____. *Disciplina e resistência – cotidiano dos operários têxteis em Aracaju (1910-1930)*. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

_____. *Em nome do progresso e da liberdade: “ordem” e “rebeldia” no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)*. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

_____. *Núcleos de Povoamento e Expansão da Críandade na América Portuguesa no século XVII: o caso de Sergipe D’El Rey*. In: SOUSA, Antônio Lindvaldo (org.). *O Pulso de Clio...:Religiosidade, Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

_____. *O Eclipse de um Farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

_____. *O jornal O Christão, órgão do Presbítero da Bahia e Sergipe, e as notificações sobre tolerância e intolerância em Sergipe e na Bahia (1919-1927)*. In: BROMSZTEIN, Karla Regina, et al. (org.). *2º Simpósio do Nordeste da ABHR. Gênero e Religião Diversidades e (in)tolerancia nas mídias* (vol.02), p. 69-84.

_____. Um olhar sobre a nova capital sergipana. *Temas de História de Sergipe II*. Aracaju, 2013.

SOUZA, Marcos Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe (1808)*. Aracaju: Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, 2005.

SOUZA, Teresinha Oliva de. *Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TAUBATÉ O. M. C., Frei Modesto Rezende de; PRIMERIO O. M. C., Fidelis Motta de. *Os Missionários Capuchinhos no Brasil*. São Paulo: Convento Imaculada Conceição, 1929.

TORRES, Acrísio. *Imprensa em Sergipe*. Brasília: Centro gráfico do Senado, 1993. (Volume1).

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 209-210.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. O centenário de George William Butler: a trajetória do missionário protestante e médico norte-americano no Brasil. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 468–483, 2021. DOI: 10.17564/2316-3801.2021v9n2p468-483. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6869>. Acesso em: 30 nov. 2020.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WERNET, Augustin. Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 42, p. 115-131, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

WYNNE, Pires J. *História de Sergipe (1575-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.

ZAGONEL, Frei Carlos Albino (org.). *Capuchinhos no Brasil*. Porto Alegre: Edições EST, 2001.